



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAIO FERNANDES BARBOSA

**FAZENDO-OS OBEDECER:
MORALIDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS POLÍTICAS DO
IPES PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA DURANTE A GUERRA
FRIA (1961-1969)**

Salvador
2021

CAIO FERNANDES BARBOSA

**FAZENDO-OS OBEDECER:
MORALIDADE, EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS POLÍTICAS DO
IPES PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA DURANTE A GUERRA
FRIA (1961-1969)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa Cultura e Sociedade, como requisito final para obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora: Prof. Dra. Laura de Oliveira.
Co-Orientador: Prof. Dr. Antonio Mauricio Brito.

Salvador
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238 Barbosa, Caio Fernandes,
Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a guerra fria (1961-1969 / Caio Fernandes Barbosa. – 2021.
347 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura de Oliveira.
Coorientador: Prof.^o Dr.^o Antônio Maurício Brito.

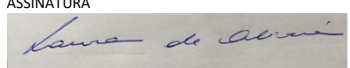
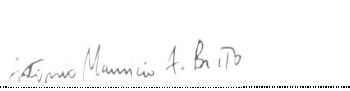
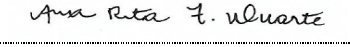

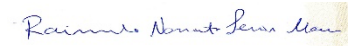
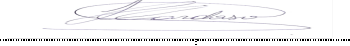
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Intelectuais – Comunismo – Brasil. 2. Conservantismo. 3. Guerra fria - Brasil. 4. Ditadura. 5. Movimentos estudantis. 6. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. I. Oliveira, Laura de. II. Brito, Antônio Maurício. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. VI. Título.

CDD: 320.532



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(O) ALUNA(O)	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Caio Fernandes Barbosa	217121465	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO		
Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria (1961-1969)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Prof. Dra. Laura de Oliveira (UFBA) – orientadora		01175581178
Prof. Dr. Antonio Maurício Freitas Brito (UFBA) – coorientador		548 260 475 68
Prof. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (UFC)		76612899387
Prof. Dr. Benjamin Cowan (UCSD – Universidade da Califórnia, San Diego - Estados Unidos)		(ESTRANGEIRO)
Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)		488 323 165 87
Prof. Dra. Lucileide Costa Cardoso (UFBA)		30905117549

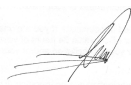
ATA

No dia 3 do mês de dezembro do ano de 2021, de forma remota, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por CAIO FERNANDES BARBOSA, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Após a abertura da sessão, a professora Dra. Laura de Oliveira, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

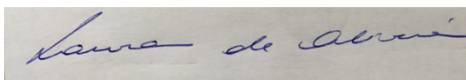
PARECER GERAL

- A banca considerou importante ressaltar a originalidade do trabalho, a amplitude da pesquisa arquivística e a significativa contribuição para a historiografia brasileira. Recomendou uma revisão final para fins de publicação.

SSA, 03/12/2021: Assinatura do aluno:



SSA, 03/12/2021: Assinatura da orientadora:



Para Eliza.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, ao povo brasileiro, que financiou a minha formação no ensino superior público, seja nos níveis de graduação, mestrado ou doutorado. Espero que essa pesquisa sirva a esse povo na sua busca por dignidade, autonomia e democracia.

Agradeço aos meus pais, Julio Cesar Leal Barbosa e Marilene Cotrim Fernandes Barbosa, que juntos com meus irmãos Bruno Fernandes Barbosa e Lígia Fernandes Barbosa, e meus cunhados Raquel e Pedro, criaram um ambiente saudável e acolhedor, mesmo com recursos financeiros limitados, para que pudesse amadurecer intelectualmente e como cidadão. Minha família estendida, principalmente minha avó, pelo carinho de sempre e também pela ajuda financeira, sem a qual não teria conseguido manter meus estudos em Salvador. Minha educação foi um empreendimento coletivo, que envolveu tias, tios, e até primos e primas. Principalmente, a minha tia Maria da Conceição e Dona Lídia, que me proporcionaram teto, roupa lavada e comida no prato durante os anos da graduação.

Agradeço aos amigos da juventude, à República Autônoma das Casinhas Populares, pelo apoio emocional de sempre e pelos ensinamentos sobre diversidade, empatia e solidariedade. Todos os amigos e amigas que fiz em Salvador.

À Universidade Federal da Bahia, principalmente ao Departamento de História, por prover uma experiência cultural múltipla, fundamental no meu encontro com minhas origens, minha identidade de classe e política, mudando meu destino. Agradeço, especificamente, à Professora Maria de Fátima Pires, com quem fiz o tirocínio, e à Professora Wlamyra Albuquerque, chefe do programa de pós-graduação de História no período que estive no Brasil, por toda a atenção. Minha turma de pós-graduação, por ter participado desse processo em um contexto tão complicado, atravessado por tantas incertezas, ansiedades e perdas. Principalmente, Sulamita Pinto Lima e Cleber Santana que me ajudaram fotografando fontes para esse trabalho quando já não me encontrava no Brasil. Cleber Santana, infelizmente, foi vitimado pela pandemia, antes que pudesse ler este trabalho completo. Cleber também opinou e sugeriu bibliografia para esta tese.

Professora Laura de Oliveira e Professor Antonio Mauricio Brito foram pacientes conselheiros nessa caminhada, assim como Lucileide Costa Cardoso e Raimundo Nonato, cujos comentários durante a qualificação abriram os horizontes desta

pesquisa. Agradeço também a Ana Rita Fonteles e Benjamin Cowan por aceitarem integrar esta banca de defesa.

Todos os profissionais, professores e estudantes com que tive a honra trabalhar. Todos os arquivistas que facilitaram meu trabalho.

Matheus Tornaghi Monteiro possibilitou que eu pudesse ficar hospedado em sua casa no Rio de Janeiro sem custos, para pesquisar nos arquivos localizados naquela cidade.

Lorena Lima, Marcelo Leite, Igor Costa, Eduardo Ribeiro, Gabriel Oliveira e Luiza Saad pela paciência de ouvir sobre este trabalho uma centena de vezes e sugerir caminhos, bibliografia, debates, etc.

Nos Estados Unidos encontrei um efervescente grupo de escrita que passei a integrar. Agradeço a Cassandra Abena Osei; Briana Royster; Kevan Antonio Aguilar, Clay Oppenhuizen, Sierra Lynn Lawson, Matthew Abel, Sarah Abel, Holly Gibbens e Guilherme Senna de Assis. Contei ainda com os conselhos do Professor Rafael Ioris e o apoio da Professora Patrícia Pinho. Além disso, muitas das dificuldades de viver distante do Brasil foram divididas com Abner Sóstenes e Marcelo Domingos.

O grupo de professores da Washington University of St. Louis e os amigos que fiz em St. Louis proveram suporte e facilitaram meu processo de adaptação, ainda em curso naquela cidade. Professor Miguel Valério e AJ; Professora Helena De La Torre; Professora Christina Ramos; Professora Diana Montaña; Professora Esther Viola Kurtz e Ben; Eric, Daniel Agostinho e Sara Sanders; e Mayumi Abedelhack. Além deles, foi muito importante para a minha experiência em um país estrangeiro o carinho de Carolyn Williamson, John Williamson, Teresa Thomas, Alex Williamson e Jane, a família que me adotou na bela cidade a uma milha do mar. Continuo sendo “apenas um rapaz latino americano [...] vindo do interior”, porém, graças a St. Louis, já não posso dizer por aí que “um tango argentino me cai bem melhor que um *blues*”.

Toda essa aventura entre uma pandemia e dois hemisférios, com uma mala cheia de saudades, só foi possível graças ao apoio, o amor, a paciência e as contribuições críticas de Kathryn Eliza Williamson, responsável por me fazer resistir nos dias difíceis e celebrar nos dias felizes. Essa tese é dedicada a ela, a mulher que me fez amar os gatos.

Por fim, todos os equívocos e infortúnios que eventualmente possam ter sido cometidos nesta tese, apesar de ser um produto coletivo, são de minha exclusiva responsabilidade.

*“Obscenidade é um conceito moral no arsenal
verbal do establishment.”*

Herbert Marcuse

BARBOSA, Caio Fernandes. Fazendo-os obedecer: moralidade, educação e trabalho nas políticas do IPES para a juventude brasileira durante a Guerra Fria (1961-1969). Orientadora: Profa. Dra. Laura de Oliveira. Co-Orientador: Prof. Dr. Antonio Mauricio Brito. 2021. 347 f.il. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

Acompanhando um grupo de intelectuais conservadores brasileiros ligados à Escola Superior de Guerra das Forças Armadas do Brasil, à Igreja Católica, à Liga de Defesa Nacional, à Associação Brasileira de Escoteiros e ao Instituto de Pesquisas Sociais, uma organização, fundada no início da década de 1960, desempenhou papel chave durante o golpe de 1964 e foi influente durante as formulações de políticas para a ditadura. Analiso o importante papel desses intelectuais na difusão de ideias sobre as juventudes e na promoção de políticas modernistas autoritárias, a fim de engendrar pânico moral. Defendo que esses intelectuais construíram uma agenda moral que guiou as políticas voltadas para as juventudes no Brasil. Exploro propostas conservadoras como a extinção da UNE (União Nacional dos Estudantes), a criação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Social (MUDES), a preparação de material didático, a tentativa de reintrodução do ensino religioso em instituições educacionais públicas, a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino médio e Estudos dos Problemas Brasileiros nas universidades, a criação do Conselho Nacional de Moral e Cívica, a influência desses intelectuais na reforma universitária de 1969 e a formulação de uma abordagem educacional centrada nos negócios, que uniu o mercado de trabalho e o desenvolvimento, a tentativa de controle da juventude.

Palavras-chave: intelectuais conservadores; juventude; pânico moral; ditadura.

BARBOSA, Caio Fernandes. Making them obey: Morality, education and work in IPES policies for Brazilian youth during the cold war (1961-1969). Advisor: Professor Dr. Laura de Oliveira. Co-Advisor: Professor Dr. Antonio Mauricio Brito. 2021. 381 [f.il](#). Dissertation (Doctorate in Social History) - Postgraduate Program in History, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

Following a group of conservative Brazilian intellectuals linked to the Superior War School of the Armed Forces of Brazil, the Catholic Church, the National Defense League, the Brazilian Scouts Association and the Social Research Institute, an organization founded in the early 1960s who played a key role during the 1964 coup and was influential in formulating policy for the dictatorship. I analyze the role of these intellectuals in spreading ideas about youth and in promoting authoritarian modernist policies. I argue that these intellectuals built a moral agenda that guided youth-oriented policies in Brazil. I explore conservative proposals such as the extinction of the UNE (National Union of Students), the creation of the University Movement for Social Development (MUDES), the preparation of teaching materials, the attempt to reintroduce religious teaching in public educational institutions, the creation of the discipline of Moral and Civic Education in high school and Studies of Brazilian Problems in universities, the creation of the National Council of Moral and Civics, the influence of these intellectuals on the 1969 university reform, and the formulation of a business-centered educational approach that united the market and development, the attempt to control youth.

Keywords: conservative intellectuals; youth; moral panic; dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sônia Maria Saraiva Seganfredo	55
Figura 2	Professor Álvaro Vieira Pinto	58
Figura 3	Estudantes fumam, jogam carteadado, brincam, dançam e dormem durante a aula do professor Álvaro Vieira Pinto (identificado por escrever “petróleo” no quadro, na parte esquerda superior da imagem)	62
Figura 4	Golbery (à esquerda), Geisel (ao centro) e Heitor de Aquino Ferreira (à direita). Entre 15 abr. 1964 e 15 mar. 1967	73
Figura 5	Jovens no saguão do Hotel Quitandinha, durante o Congresso da UNE	83
Figura 6	Suzanne Labin com Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, agosto de 1963	98
Figura 7	Georges Albertini no aeroporto de São Paulo, em 1964	100
Figura 8	Organograma elaborado pelo IPES sobre a suposta correspondência entre o movimento comunista internacional e as organizações brasileiras	110
Figura 9	Viktor Voclavovič Vol’skij, em 1982	125
Figura 10	Capa do documento <i>Simpósio Sobre A Reforma da Educação - Documento Básico</i>	131
Figura 11	Capa do regulamento do <i>Simpósio Sobre a Reforma da Educação - Documento Básico</i>	132
Figura 12	Edifício Avenida Central, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro	150
Figura 13	Aspectos do andar térreo do Edifício Avenida Central	151
Figura 14	Humberto Grande discursa no auditório do Palácio Capanema, Rio de Janeiro, 1967	154
Figura 15	Ipesiano Haroldo Cecil Poland, em 1964	161
Figura 16	Mário Altenfelder ao fundo, enquanto jovem ler texto em sua homenagem, em 1967.	165
Figura 17	Austregésilo de Athayde (terceiro da direita para a esquerda) durante solenidade da LDN no MEC, em 1966	168
Figura 18	Padre Fernando Bastos de Ávila, em 1962	179
Figura 19	Padre Fernando Bastos de Ávila e seu tradicional jaleco branco.	190
Figura 20	Capa da <i>Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo</i>	191
Figura 21	Celso Kelly (2º. contando da esquerda para a direita), Geremias Fontes (governador da Guanabara), Tarso Dutra, Pastorinha Degrazia Dutra, Paulo de Tarso Dutra (criança) e o padre Fernando Bastos Ávila (autografando, à direita)	192
Figura 22	Inauguração do Centro Cultural de Educação e lançamento da <i>Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo</i> , em 18 de Setembro de 1967	193
Figura 23	Fanfarra do Colégio Estadual Nilo Peçanha no lançamento da <i>Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo</i> , em 18 de Setembro de 1967	193
Figura 24	Ministro Tarso Dutra, sua esposa, seu filho, Celso Kelly (logo atrás), o governador da Guanabara Geremias Fontes e Dom Antônio de Almeida Morais Júnior (margem direita), 18 de Setembro de 1967, Niterói (RJ)	194
Figura 25	Celso Kelly, década de 1960	197

Figura 26	José Barreto Filho, em 1969	205
Figura 27	Raimundo Moniz de Aragão, em 1967	205
Figura 28	Moacir Araújo Lopes, em 1969	206
Figura 29	Encarte anexado à <i>Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo</i>	208
Figura 30	Infográfico da <i>Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo</i> .	219
Figura 31	Padre Fernando de Bastos Ávila na Abertura do fórum “Educação que nos convém”, na sede do IPES.	251
Figura 32	Padre Fernando Bastos de Ávila, primeiro à direita, em uma reunião do GT da Reforma Universitária, provavelmente em 1968.	260
Figura 33	Cardeal Dom Jaime Câmara (à esquerda) e Gonzaga Gama (seguinte) na cerimônia de encerramento do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara	261
Figura 34	Sarah Gitelman Fishberg na cerimônia de encerramento do I congresso de Educação Ecumênica da Guanabara	269
Figura 35	Ministro da Educação Tarso Dutra (esquerda) dialoga com D. José de Castro Pinto (centro) e o padre Vicente Adamo (direita) sobre a eclosão da revolta estudantil em 1968	273
Figura 36	Carta de Castelo Branco para Araújo Lopes, 12 de março de 1966	278
Figura 37	Charge de Jaguar sobre o verão de 1969-1970	286
Figura 38	Marcuse no “Cine Paissandú” de Vagn	287
Figura 39	Caricatura de Herbert Marcuse por Vilmar	294
Figura 40	Primeira fila da palestra do general Moacir A. Lopes no Círculo Militar de São Paulo	303
Figura 41	Plateia de cursistas e professores do Instituto de Educação da Guanabara assistem a palestra do general Moacir de Araújo Lopes	304
Figura 42	General Moacir Araújo Lopes, de farda e no centro da foto, ao lado do ministro Tarso Dutra em solenidade do concurso para escolher <i>Guia de Civismo</i> , em 1969, no Rio de Janeiro	311
Figura 43	Moacir Araújo Lopes atrás do ministro da Educação Tarso Dutra que cumprimenta vencedor do concurso para escolher <i>Guia de Civismo</i> , 1969, Rio de Janeiro	312
Figura 44	No centro, general Moacir Araújo Lopes ao lado do ministro da educação Tarso Dutra. O último à direita é Celso Kelly, na solenidade do concurso do <i>Guia de Civismo</i> , 1969. Rio de Janeiro.	312
Figura 45	Capa do livro <i>O Brasil é você</i> publicado pela Editora Abril em 1969, supervisionado pelo general Moacir Araújo Lopes	316
Figura 46	Moacir Araújo Lopes presidindo reunião do Conselho Nacional de Moral e Civismo	334
Gráfico 1	Total de jovens (15-24 anos) no Brasil, século XX. (1958-1966)	25
Gráfico 2	Jovens (15-24 anos) no Brasil, por território. (1958-1966)	26
Gráfico 3	Entrada de norteamericanos no Brasil. (1958-1966)	77
Gráfico 4	Distribuição temática dos principais verbetes	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Adesg	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AN	Arquivo Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BEM	Departamento do Bem Estar do Menor
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CAPES	Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CED	<i>Committee of Economic Development</i>
CFE	Conselho Federal de Educação
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
COLTED	Comissão do Livro Técnico e Didático
CONCLAP	Conselho das Classes Produtoras
COSEC	Comando de Estudantes Secundaristas
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBECC	Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILA	<i>Institut Latinskoj Ameriki</i>
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LIMDE	Liga de Mulheres Democráticas
MAC	Movimento Anti-Comunista
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MGIMO	<i>Moscow Institute for International Relations</i>
MIS	Museu da Imagem e do Som
MUDES	Movimento Universitário para o Desenvolvimento Social
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSS	<i>Office of Strategic Services</i>
PSD	Partido Social Democrático
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UCF	União Cívica Feminina
UDN	União Democrática Nacional
UEB	União dos Escoteiros Brasileiros
UNE	União Nacional dos Estudantes
UME	União Metropolitana de Estudantes
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USIA	<i>United States Information Agency</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O IPES E OS LIVROS ALARMISTAS CONTRA A UNE	54
1.1 UM ENCONTRO COM A JOVEM VOZ ANTICOMUNISTA DE SÔNIA SEGANFREDDO	54
1.2 SÔNIA SEGANFREDDO E A GUERRA FRIA CULTURAL	65
1.3 DO LIVRO DE SEGANFREDDO À CPI DA UNE	78
1.4 LIBERALISMO E INTERVENÇÃO CONTRA A “INFILTRAÇÃO COMUNISTA”	97
2 PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO IPES E DA LIGA DE DEFESA NACIONAL	113
2.1 O “IMPERATIVO PARA A FORMAÇÃO DA NOSSA JUVENTUDE”	113
2.2 O VIAJANTE SOVIÉTICO E A REFORMA DA EDUCAÇÃO DO IPES	123
2.3 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO SIMPÓSIO DO IPES	147
2.4 A PEDAGOGIA DA OBEDIÊNCIA E O SEMINÁRIO FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DE 1966	153
3 A MILITARIZAÇÃO DA TEMÁTICA MORAL NO MEC	178
3.1 O CATOLICISMO E A IGREJA COMO GUARDIÕES DA MORAL	178
3.2 O RUMOROSO CASO DA PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO	188
3.3 AUTÓPSIA DA PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO	214
4 A RESPOSTA DOS IPESIANOS E DOS CONSERVADORES RELIGIOSOS A CONTESTAÇÃO DAS JUVENTUDES	239
4.1 O FÓRUM “A EDUCAÇÃO QUE NOS CONVÉM” E O PRIMEIRO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA DA GUANABARA COMO REAÇÃO A 1968	239
4.2 O IPES, A “LINHA CHINESA” E O HIATO ENTRE AS GERAÇÕES	241
4.3 A TENTATIVA ARCAICA DO I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO ECUMÊNICA DA GUANABARA	261
5 AVENTURAS DO GENERAL ANTIMARCUSIANO	277
5.1 EROS NÃO USA COTURNOS	277
5.2 DETERMINANDO O CONTEÚDO DOS LIVROS SOBRE MORAL E CIVISMO	309
5.3 AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E “EPB”	320
CONSIDERAÇÕES FINAIS	337

INTRODUÇÃO

O setor estudantil

[...] é [um] setor dos mais sensíveis que está a exigir todo um longo e cuidadoso tratamento com vistas à indispensável recuperação democrática da juventude estudantil. A Revolução e a democracia precisam reconquistá-la o quanto antes, através de uma doutrinação inteligente e um diálogo mais franco e construtivo entre mestres e alunos.¹

Assim afirmou o relatório de *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, primeiro documento daquele tipo no âmbito do novo governo, redigido em 28 de dezembro pelo general Golbery do Couto e Silva,² responsável pelo recém criado Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão instituído pela ditadura militar³ brasileira para gerir nacionalmente as atividades de informação e contra-informação.⁴ O trecho é bastante simbólico da relação que a ditadura militar teria com as juventudes. Tratadas como uma das prioridades, as juventudes, principalmente da classe média e organizadas nos movimentos estudantis,⁵ deveriam ser alvo de políticas de longa duração que produzissem mudanças culturais entre os jovens e adesão (in)voluntária ao processo de modernização executado pelo governo. Porém, deveriam ser aplicadas de forma cuidadosa, discreta e “inteligente”, sem que os jovens percebessem; assim, evitariam maiores conflitos. Ainda segundo o trecho do documento, depositava-se uma parcela da responsabilidade nos “mestres” na tarefa de reconquistar a juventude, apostando-se no diálogo entre gerações diferentes e no poder hierárquico representado pelos ocupantes

¹ *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p.9. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

² Agenda de Castelo Branco, 1964-1967. Arquivo Nacional, Fundo Luiz Viana Filho. código: BR. RJ ANRIO RH.0.0.4.

³ Optei pelo uso da expressão “ditadura militar” para toda a tese por entender que essa nomenclatura comunica a natureza da experiência autoritária do regime político brasileiro entre 1964 e 1985, bem como da dimensão de militarização da vida política e social que caracterizou o período. Acredito que outra categoria alternativa, “regime militar”, nesse contexto político, pode ser interpretada fora da academia como abrandamento da experiência brasileira entre 1964 e 1985. Para evitar ambiguidades e outras interpretações, evitarei. O vocábulo “ditadura civil-militar”, por sua vez, parece impreciso por englobar todo o universo de atores e atrizes do período, já que se o cidadão não é militar é necessariamente civil. Não utilizarei “ditadura militar empresarial” porque considero que o empresariado constituiu-se como parte secundária do poder político. Contudo, não ignoro o significado classista que a ditadura militar tomou. Ver FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017.

⁴ O SNI foi criado em 13 de junho de 1964, pela Lei nº 4.341.

⁵ O movimento estudantil universitário estava organizado em entidades nacionais, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), uniões estudantis estaduais e centros acadêmicos dos cursos universitários. Essas eram instâncias representativas do movimento estudantil que eram disputadas e ocupadas por organizações regionais e nacionais independentes ou que se constituíam como um grupo de esquerda com várias frentes, como era o caso da Ação Popular (AP), Política operária (Polop), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e da juventude do Partido Comunista do Brasil. Ver PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina, Editora UEL, 1998.

das cátedras. A atuação dos mestres somados à menção direta ao processo de doutrinação, constituíram um ponto fundamental nas políticas para a juventude nos anos 1960. De maneira mais geral, pode-se inferir, a partir desse trecho do documento, que o jovem era visto pela cúpula do governo militar e pelos seus órgãos de vigilância como uma matéria moldável.

Tal documento foi apresentado durante a reunião ministerial do dia 30 de dezembro de 1964 que discutiu as ações futuras de estabilização daquele novo governo. Apesar de usar os vocábulos "revolução" e "democracia", agiram para colocar a juventude a serviço dos interesses de uma ditadura. Tais palavras definiram uma dessemelhança entre aquele documento e os produzidos entre 1961 e 1964, durante o processo conspiratório que organizou e fomentou a derrubada do presidente democraticamente eleito João Goulart. Tal processo havia sido capitaneado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), uma organização não governamental fundada em 1961, que teve centralidade no golpe de 1964, na constituição e manutenção da ditadura militar brasileira e cuja existência não era, por suposto, uma novidade para boa parte dos ministros naquela reunião. Afinal, parte significativa deles,⁶ incluindo o ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, já havia entrado em contato com os documentos produzidos nos mesmos moldes por Golbery do Couto e Silva e por seu fiel escudeiro, Heitor Ferreira, em reuniões, almoços e jantares promovidos pelo IPES.

Assim, trago como tema o projeto moral para as juventudes elaborado por personagens ligados ao IPES nos anos 1960. Esses intelectuais ipesianos depois do golpe de 1964 se capitalizaram em instituições do Estado brasileiro e serviram de engrenagens nas definições gerais das políticas para as juventudes brasileiras até 1969.

Argumento que esse setor ao se estabelecer no interior do estado brasileiro produziu e introduziu um projeto de moralização da sociedade assentado na educação. Defendo que o projeto ipesiano absorvido parcialmente pela ditadura ia além do estabelecimento da agenda moralista como um critério relevante na censura, ou como

⁶ Os ministros Vasco Tristão Leitão da Cunha (Relações Exteriores), Raimundo de Moura Brito (Saúde), Milton Campos (Justiça e Negócios Interiores), Mauro Thibau (Minas e Energia), Daniel Agostinho Faraco (Indústria e Comércio), Octávio Gouvêa Bulhões (Fazenda), Roberto de Oliveira Campos (Planejamento), Arnaldo Sussekind (Trabalho e Previdência Social) e Flávio Suplicy de Lacerda (Educação) eram todos vinculados em algum nível ao IPES. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 2008; BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Estado restrito (1964-1967)*. Apresentação no 30 Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife. 2019; e BORTONE, Elaine de Almeida. Ação política do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) através de documentários. *Outros tempos*, vol. 11, n.17, 2014, p. 271-281.

arma de demonização de inimigos. Ao analisar os debates em que esses intelectuais estavam envolvidos, identifiquei que as ideias de moralidade, orientada pelo patriarcalismo, heteronormatividade, sobriedade, obediência e o trabalho como ferramenta educativa, estiveram presente nas ideias de modernização usadas para produzir políticas públicas no período, especialmente políticas voltadas para a educação de jovens. Promoveu-se tais políticas com o objetivo de integrar o Brasil a certa modernidade, capitalista, patriarcal e cristã, cujo modelo era os Estados Unidos da América.

Em outras palavras, a “defesa dos bons costumes” serviu como elemento que ajudou a dar unidade política aos anticomunistas ferrenhos, conservadores, direita civil e militar, religiosos moralistas, etc, setores que construíram o golpe e a ditadura militar. O *Nós* contra os *Outros* manteve um conjunto de pessoas mobilizado para a defesa do patriarcado, do tradicionalismo e contra alterações que invertessem a dinâmica das classes sociais no Brasil durante o processo de "modernização" e integração ao processo capitalista internacional. Era necessário modernizar desde que *status* e privilégios das classes permanecessem inalterados na estrutura social brasileira.

Esse projeto moral foi ao mesmo tempo um facilitador da permeabilidade de ideias conservadoras e alarmistas, assim como também foi fundamental para explicar ao conjunto da sociedade uma proposta difusa e turva sobre o que deveria ser o Brasil moderno e, conseqüentemente, sobre quem deveria ser o inimigo a ser combatido. A palavra "projeto" não supõe uma coisa coesa, aprioristicamente elaborada pela cúpula do IPES e convertida de maneira automática em políticas públicas depois de 1964. Nesse processo houve desencontros, conflitos e disputas. A ideia de "projeto" não retira a historicidade (movimento, debate, dúvida, casualidade) do objeto desta pesquisa.

A agenda moral compôs estruturalmente a mentalidade ipesiana. Ao analisar a campanha desestabilizadora contra o governo de João Goulart na qual o IPES ocupou um lugar de destaque, demonstro o quanto a Moralidade conservadora estava misturada ao anticomunismo no âmbito do IPES. Faço isso, recortando a campanha anti-UNE e contra os movimentos estudantis no pré-1964. Para corroborar nossa hipótese, argumento que a preocupação com a juventude foi fundamental para alavancar a produção intelectual anticomunista, principalmente com enfoque moralista.

Defendo que essa moralidade conspiratória, no pós-golpe, é alvo de reformulações e passa a integrar as propostas de educação do IPES e dos intelectuais que partilhavam de seus espaços. Argumento que as ideias, partilhadas pelos ipesianos,

sobre a juventude transformaram-se em políticas de “modernização” que visavam o controle e o modelamento da sociedade brasileira. Nos fóruns de discussão dos ipesianos se constitui com influência da teoria da modernização uma proposta que vincula desenvolvimento social elevação do nível cultural da população brasileira e doutrinação ideológica e dos costumes. Essa moralidade apresentasse de forma afirmativa, diferente da moralidade negativa e reativa, que visa reprimir e conter comportamentos, é centrada na ideia de que o trabalho e obediência, seja para as classes populares, para que elas melhorem sua produtividade, ou para as “classes produtoras”, para que exerçam seu papel de comando, são elementos fundamentais a serem melhorados na sociedade brasileira por meio da educação da população jovem.

A agenda moral como resultado das políticas de recrudescimento da ditadura e de reformas administrativas, como a de 1967, passa cada vez mais a ser um assunto militar. Argumento que a preocupação com a juventude, combinada com os elementos anteriores, foi fundamental para a militarização da agenda moral do Ministério da Educação. Mostro a tensão entre intelectuais ligados ao IPES e militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) sobre a agenda moral no Ministério da Educação e Cultura.

Com a erupção dos protestos juvenis e estudantis de 1968, é possível observar a tentativa dos setores conservadores de formular propostas de educação que favorecessem a modernização do Brasil e que respondessem aos dilemas juvenis. Argumento que a ascensão dos movimentos contestatórios que ocuparam as ruas em 1968, considerados como os primeiros grandes atos de contestação à ditadura, fizeram com que os militares abandonassem o “longo e cuidadoso tratamento” para propor o controle e o modelamento da juventude de forma explícita e incisiva. Foco três propostas; o adotado pela Igreja católica, que defendia a reintrodução do ensino de religiões para doutrinar a juventude; a modernização das universidades brasileiras proposta pelo IPES; a proposta de reintrodução de uma disciplina de Educação Moral e Cívica, proposta por intelectuais vinculados principalmente à ESG e ao Conselho Nacional da União dos Escoteiros do Brasil.

Sobre o IPES e a historiografia, antes de mais nada é importante dizer que as atividades do IPES foram amplamente investigadas, constituindo-se como uma área de estudos dentro da historiografia sobre o golpe e a ditadura, o que torna ainda mais difícil produzir algo original. Contudo, pretendo oferecer uma análise que vincule tanto as atividades conspiratórias do instituto quanto sua atuação como epicentro de um campo

formulador de políticas públicas, após o golpe. Não se tem a ilusão onipresente do IPES nesse processo. Políticas aplicadas em um país continental e cheio de assimetrias como o Brasil costumam produzir resultados completamente distintos, e em muitos casos únicos. Quanto maior o número de pessoas entre a formulação de uma política e sua aplicação mais ruídos, reinterpretações, adaptações e apropriações vão se processar. Mas isso não reduz a necessidade de pensar como as políticas são formuladas e que tipos de resultados elas têm expectativa de reproduzir.

Meu foco são as relações constituídas nesse campo de intelectuais a partir das ideias que viraram ações no campo cultural e educacional para conter as juventudes das camadas médias urbanas, engajadas no Movimento Estudantil. Enfatizo ainda o papel dessas ideias na formação de líderes jovens nas camadas sociais médias e altas, bem como na tentativa de controle das juventudes da classe trabalhadora, rural ou urbana.

Em meio a esse processo, movida por elementos conjunturais, dinâmicas sociais, econômicas e culturais, o IPES modifica-se gradualmente, de uma "indústria rentosa de anticomunismo" - palavras de umas das nossas personagens, Sônia Seganfredo - para, após 1964, tornar-se um *think tank*, uma organização composta por intelectuais capaz de prover, criar e sintetizar políticas para influir na ditadura militar, contribuindo decisivamente para o projeto de "modelar" as juventudes.

A discussão sobre a juventude no IPES e nas redes sociais nele abrigadas - e que o constituíam - são o fio condutor deste trabalho. Apesar de considerar o percurso do IPES como um elemento importante nesta narrativa, foco nos personagens por acreditar que, desse modo, é possível problematizar pontos que têm aparecido nas narrativas historiográficas mais de forma ilustrativa do que analítica. Os personagens que elaboraram as políticas se repetem ao longo dos capítulos. Salvo algumas raras exceções, são majoritariamente homens, brancos e de meia idade. Acredito que respondo a um problema historiográfico presente em diversos trabalhos relativos ao IPES⁷ sobre a dupla função da instituição: ser um ator da articulação de um golpe de Estado e promotor e gerador de políticas públicas.

Essas duplicidades apresentam-se separadas: René Dreifuss, ao centrar sua análise na comprovação do papel dos ipesianos na construção do golpe de classe em 1964, não focou na transformação do IPES em si, mas na transformação do Estado

⁷ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015; e RAMÍREZ, Hernán Ramiro. Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996). Porto Alegre, 2005. (UFRS-IFCH).

brasileiro a partir da atuação do instituto. Para Dreifuss, depois de abril de 1964, o IPES foi transformado em um eficaz ‘órgão intermediário’ para a elaboração de diretrizes políticas. Operava como um mediador entre o Estado, onde tinha seus homens-chave em cargos vitais, e os grandes interesses privados, dos quais seus ativistas eram figuras de destaque.⁸ Consolidou-se assim como um *think tank*: um grupo de intelectuais orientados para a formulação de intervenções políticas que pudessem moldar o desenvolvimento econômico, político e cultural do país, munindo o governo com planejamentos, estudos e políticas públicas.

A tarefa de explicar esse processo de transição do IPES, no entanto, ficou relegada às gerações futuras de historiadores. O recorte que Dreifuss impôs à pesquisa, a atuação dos ipesianos e ibadianos⁹ no golpe de classe de 1964, não o permitiu aprofundar seu enunciado; por outro lado, abriu os questionamentos sobre a dimensão da atuação do instituto na área da educação durante a ditadura militar. Coube a uma orientanda de Dreifuss, Maria Inez Salgado de Souza (1981), a responsabilidade de apresentar uma sistemática análise sobre um conteúdo restrito de materiais publicados nos boletins do IPES relativos ao “Simpósio Reforma da Educação” (1964) e, com mais ênfase, à publicação “A educação que nos convém” (1968), deixando de lado os laços e as dinâmicas pessoais que selaram o destino das políticas de juventude durante os anos 1960. Com isso, ela demonstrou a dimensão educativa e formuladora de políticas para educação do IPES, assim como seu projeto que depositava na educação as esperanças de aprimorar as relações capitalistas no Brasil. Porém, deixou escapar a própria transformação do instituto em direção à política educacional e à consolidação do papel da educação entre as classes trabalhadoras e “produtoras” - eufemismo para empresariado - no aprimoramento do capitalismo brasileiro.

Celso Carvalho (2007) buscou mostrar o IPES como parte de um movimento da burguesia que influenciou a definição das políticas públicas para transformar as universidades em espaços orientados pelos interesses do capital industrial. No entanto, apesar de afirmar que “o instituto não deixou de estar presente na luta ideológica da

⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 2008, p. 449.

⁹ Membros do IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, uma organização de *think tank* anticomunista fundada em maio de 1959, por Ivan Hasslocher, e dissolvidos por ordem judicial em 1963, após comprovado ter sido o intermediário do financiamento de campanha com dinheiro estrangeiro, dólares americanos do departamento de defesa americano, no caso. Ver DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 2008

sociedade civil,”¹⁰ avança pouco na contribuição sobre essas formas de luta, principalmente porque concentra sua análise e seu corpo documental apenas no seminário “A educação que nos convém” (1968). Concluindo, com a sentença “O simpósio de 1968 reforça o caráter do IPES como uma instituição orgânica das classes dominantes,”¹¹ o autor reitera o que já havia sido identificado por Souza (1981) e pelo próprio Dreifuss (1981), a saber, respectivamente, o papel desempenhado pelo IPES na construção das políticas educacionais e a natureza da instituição na dinâmica das lutas de classes no Brasil.

Daniele Souza também abordou o assunto em um artigo; segundo a autora, “Foi no Fórum *A Educação que nos convém*, em 1968, que ficou mais explícita a visão pedagógica defendida pelo IPES, que prevaleceu durante a década seguinte.”¹² Diante de tal afirmação, é importante perguntar: “explícito” para quem? Afinal, na contribuição de Souza (1981), as formulações educacionais do IPES em 1964 aparecem como norteadoras das propostas futuras e da atuação do instituto junto à divisão de ensino industrial do MEC entre 1964 e 1968, por exemplo. A abordagem de Daniele Souza também privilegia o IPES como um promotor de mudanças educacionais, mas sem considerar que as formulações e propostas ipesianas para a educação modificaram o próprio instituto. Esses trabalhos demonstram que a organização que conspirou para o golpe de 1964, proveu quadros importantes para áreas centrais do governo ditatorial e atuou na retaguarda, formulando e sintetizando uma agenda de desenvolvimento.

Esse deslocamento das atividades ipesianas depois do golpe de 1964 também foi indicado por alguns historiadores, como Rodrigo Patto Sá Motta, Laura de Oliveira e Hernán Ramírez.¹³ Para Motta, o IPES “havia sido muito influente na campanha contra Goulart e agora procurava moldar as políticas de Castello Branco.”¹⁴ Laura de Oliveira escreveu em seu livro “Guerra Fria e Política Editorial” (2016) que o IPES passou do

¹⁰ CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política- ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*, v. 9, n. 2, 2007, p. 369-385.

¹¹ *Ibid.*, p. 384.

¹² SOUZA, Daniela Moura Rocha de. A educação que nos convém: A reformulação do ensino e o golpe na educação durante a ditadura civil-militar. *Revista RBBA*, Vitória da Conquista-BA, v.5, n. 1 e 2, 2016, p. 251.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015. RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Porto Alegre, 2005. (UFRS-IFCH).

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.71.

campo das "presunções políticas" para a participação nas "instâncias decisórias".¹⁵ Hernán Ramírez também sugeriu esse caminho ao categorizar as fases da atuação do IPES. Em seu trabalho comparativo entre o IPES e a *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL), dividiu a experiência ipesiana em quatro fases, sendo o segundo período, entre outubro de 1962 e 27 de maio de 1964, a fase que o instituto se encontraria em "amadurecimento organizativo e esplendor na atuação política."¹⁶ O próprio aguçamento das contradições políticas do período teria contribuído para essa maturação, já que "o atijamento da luta política incentivou uma participação passiva do empresariado através do Instituto, seja como sócios com participação ativa, ou como contribuintes de avultadas somas de dinheiro, colaboração expressiva que a instituição nunca mais alcançou."¹⁷ A periodização estabelecida por Ramirez, além de demonstrar uma visão processual e dinâmica do instituto, é uma ferramenta para localizar determinados fenômenos. O IPES se tornou um *think tank* articulado à Diretoria de Ensino Superior (DESu), a Diretoria de Ensino industrial e a Diretoria de Ensino Comercial do MEC, como demonstrou Renata Azevedo Campos,¹⁸ o que significa que ele passou a atuar, sobretudo, no campo da educação (distribuição de livros, formação de jovens e de qualificação da mão de obra), relegando a um lugar mais marginal a propaganda anticomunista.

Considerando esse debate, este trabalho contribui para a área de estudos sobre o instituto, seu papel nas prévias de 1964, sua mudança de perfil institucional, suas permanências ideológicas e sua atuação nos primeiros anos da ditadura.

Quanto ao IPES e o aumento demográfico da juventude, esta tese destaca os principais momentos do debate sobre a juventude brasileira, a partir da visão de intelectuais ligados ao IPES. Embora esses intelectuais tenham uma visão um tanto generalizante da juventude, consideramos que há "juventudes" no plural e, portanto, não se pode afirmar que os jovens são sempre progressistas e insurretos, como vem

¹⁵ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR, Eduem, 2015.

¹⁶ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Porto Alegre, 2005. (UFRS-IFCH). p.185.

¹⁷ *Ibid.*, p.185.

¹⁸ Sobre a presença de ipesianos nessas diretorias ver CAMPOS, Renata Azevedo. *O golpe de 1964 e o empresariamento da educação: um estudo a partir do movimento de intelectuais no ministério da Educação e cultura*. Tese (doutorado em educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

demonstrando uma série de trabalhos cruciais como Kátia Braghini,¹⁹ Sandra Pelegrini,²⁰ Antonio Mauricio Brito²¹, Gustavo Bianch Silva²² e, recentemente, Danielle Barreto Lima.²³

O que encontrei e que norteia este trabalho é a interação desses intelectuais com o MEC e os impactos dessa relação nas políticas de juventude. Com isso, o recorte é delimitado pela data de fundação do IPES, em 1961, até 1969, quando o IPES colaborou decisivamente com a construção da Reforma Universitária, a última das grandes reformas ipesianas no Estado Brasileiro. Nesse período é possível observar, através desse grupo de intelectuais que orbitavam o MEC, o desenvolvimento do instituto, e a concentração de suas atividades no campo das políticas de educação. Mostro que esse percurso é fruto da conjuntura dinâmica da ditadura militar e também da movimentação desses intelectuais na esfera pública ou nos bastidores do Ministério da Educação. Para dar conta dessa rede social na qual estava inserido o IPES, acompanho um grupo de intelectuais, cujas relações, além do IPES, se estendem pela Escola Superior de Guerra (ESG) das Forças Armadas do Brasil, pela Igreja Católica, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a União dos Escoteiros do Brasil e a Liga de Defesa Nacional (LDN).

O diagnóstico de que as juventudes precisavam de um “longo e cuidadoso tratamento” através de uma “doutrinação inteligente” e um “diálogo franco”, como demonstrado no documento que abre esta tese, longe de ser uma abstração completa, tratava-se de uma preocupação com base material. Não eram simples invenções aleatórias de mentes historicamente férteis. O processo de expansão do capitalismo global e a entrada do Brasil nesse cenário global marcado por uma dinâmica crescente da tecnologia, principalmente relacionada à comunicação, provocaram uma série de trocas culturais e econômicas que se refletiram na cultura da sociedade brasileira, gerando, assim, modificações comportamentais, culturais e políticas. O Brasil deixava

¹⁹ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim.; CAMESKI, Andrezza Silva. “*Estudantes Democráticos*”: A atuação do movimento estudantil de “Direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, 2015, p. 945-962.

²⁰ PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1998.

²¹ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

²² SILVA, Gustavo Bianch. Desconstruindo o “Oposicionismo Nato” do Movimento Estudantil: Os Estudantes de Direita (1960-1970). *História e Cultura*, v. 5, n. 3, 2016, p. 267-286

²³ LIMA, Danielle Barreto. *CCC – Comando de Caça aos Comunistas: do estudante ao terrorista (1963-1980)*. São Paulo: Edições 70, 2021.

de ser um país com uma população rural, em 1960 a população rural era de 54,9 % caindo para 44% na década seguinte,²⁴ segundo dados IBGE,²⁵ ao mesmo passo em que as dinâmicas urbanas se tornavam cada vez mais complexas, imaculando várias dinâmicas tradicionais, principalmente, nas grandes e pequenas cidades brasileiras.

Essas preocupações emergiram no contexto da Guerra Fria, onde a educação era percebida/mobilizada como uma arma e o ambiente intelectual era um campo de batalha tanto na perspectiva dos soviéticos quanto dos americanos.²⁶ Naquele cenário, os setores conservadores tinham um problema para equacionar. Se, por um lado, os diversos estudos nos países do capitalismo central apontavam que a educação era um fator chave na produtividade do trabalho, por outro, temia-se que sujeitos mais instruídos entrassem em contato com ideias que colocavam em cheque o Brasil como um país cristão, patriarcal e alinhado às potências capitalistas ocidentais. Esse temor era, dentre outros fatores, oriundo do processo de transformação das sociabilidades juvenis no pós-guerra, provocados pelo aumento da população jovem, avanços tecnológicos, a progressiva visibilidade dos jovens como consumidores e ativistas e pela transformação das universidades brasileiras, “Desde o fim dos anos 1950”, em “lugares propícios à propagação dos valores de esquerda”²⁷

A preocupação com as juventudes por parte de setores conservadores surgiu principalmente diante dessa transformação profunda na estrutura social brasileira e da interação com a conjuntura internacional da Guerra Fria. Essa mudança populacional pela qual passava o país era vista com apreensão pelos ipesianos, expresso, por exemplo, no Documento Básico do Simpósio sobre a Reforma da Educação (1964) do IPES. “a população nacional” teria “uma pirâmide etária cada vez mais achatada, isto é, uma idade média decrescente, com exagerado número de componentes inativos.” isso elevaria as “despesas de consumo e diminuir[i]á a capacidade interna de poupança” o resultado seria: os “mais jovens demandar[iam] empregos, ao mesmo tempo que a formação bruta de capital fixo, em termos relativos, tender[i]á a decrescer. Concomitantemente, a procura de vagas nas escolas primárias, de início, e nos graus

²⁴ Se considerarmos apenas a região sudeste, a única região do país com mais gente nos centros urbanos do que na zona rural, também veremos os impactos da migração para os centros urbanos. Cerca de 57,4% da população era urbana contra 42,6% na zona rural, na década seguinte a proporção passou para 72,8% nas cidades contra 27,2% na zona rural.

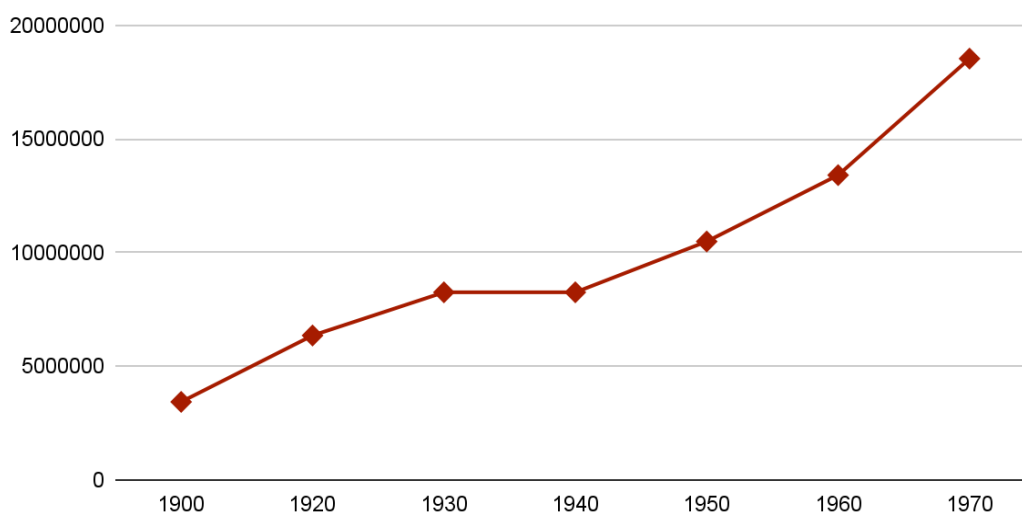
²⁵ Ver <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=9&uf=00> Acesso em: 16 out. de 2021.

²⁶ IBER, Patrick. *Neither Peace nor Freedom: The Cultural Cold War in Latin America*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.23.

médio e universitário, a seguir, recrudesc[e]rá.”²⁸ Entre as décadas de 1940 e 1970, a sociedade brasileira passou por um intenso êxodo rural, em que parte significativa dos migrantes era formada por jovens, inchaço nos grandes centros urbanos decorrente desse êxodo e um crescimento relativo e absoluto da população de jovens, de 15 a 29 anos. (gráficos 1 e 2) Esse novo cenário exigia a criação de novos espaços para a juventude, como perceberam os ipesianos, “[...] a menos que se aproprie da via pública, arrostando a repressão policial, não encontra a juventude onde praticar os exercícios físicos que a idade exige, [...] não sendo de admirar, portanto, que o excesso de energia seja desviado para atividades perniciosas.”²⁹

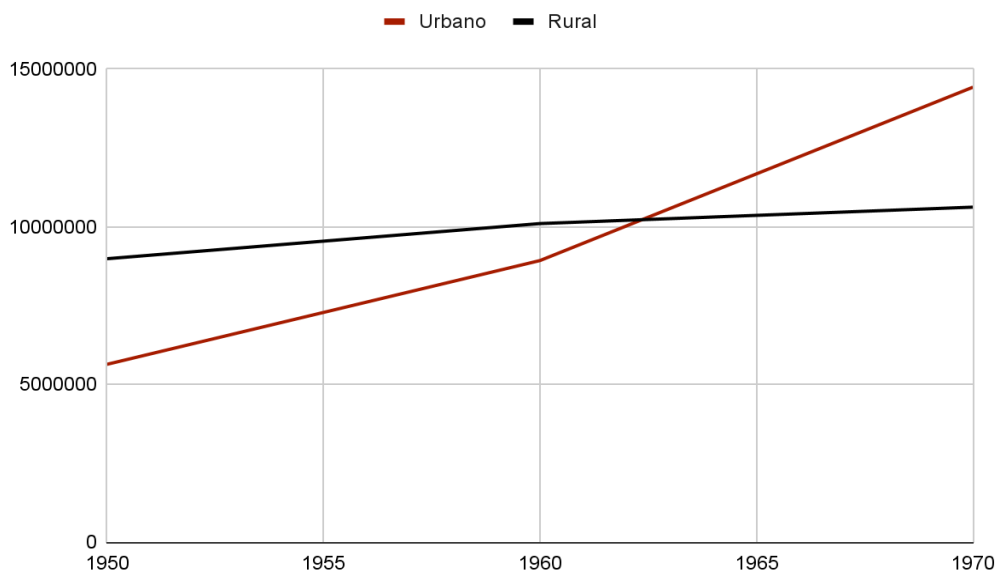
Gráfico 1 - Total de jovens (15-24 anos) no Brasil, século XX. (1958-1966)



Fonte: IBGE

²⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 16. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, ex. 138, PT. 5. p.121.

²⁹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 29-30. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, ex. 138, PT. 5. p.121.

Gráfico 2 - Jovens (15-24 anos) no Brasil, por território. (1958-1966)

Fonte: IBGE

Essas são as bases materiais para a consolidação de espaços de sociabilidade juvenis, da elaboração de identidades juvenis e mudanças nos padrões de comportamento das famílias e dos jovens. Ao analisar a mudança no processo de formação dos casais jovens, namoros e os arranjos familiares na Argentina, Isabelle Cosse³⁰ relacionou as mudanças demográficas à ocupação dos espaços públicos, como praças, cinemas e etc, com a modificação nos padrões de corte, antes desenvolvidos no espaço doméstico sobre os cuidados da família, no caso de jovens da classe média e, apesar de algumas diferenças importantes, na classe trabalhadora. Considero que o Brasil tenha passado por processo semelhante. Surgiram também, principalmente no âmbito das classes médias urbanas, novas necessidades específicas para esse setor, por exemplo, mais vagas no ensino superior.³¹ A mudança da estrutura etária do país e a concentração juvenil nos grandes centros urbanos projetaram desejos e frustrações. Dessa maneira, a visibilidade social da juventude e sua individualização como um setor social tornaram-se progressivamente um fator relevante para o entendimento da sociedade brasileira no período. Assim, como um setor cada vez mais ativo e visível, as juventudes passaram a ser objeto de análise e do planejamento tanto das esquerdas quanto das direitas. As campanhas do “Petróleo é Nosso” e a própria construção da

³⁰ COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores. 2010.

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

União Nacional dos Estudantes (UNE) impactaram na visibilidade que o movimento estudantil havia ganhado no pós-guerra.³²

Sobre o IPES, o modernismo autoritário e o “tratamento” para a juventude, o tratamento da juventude, para os ideólogos e gestores desse projeto, residiria no uso combinado de educação e do controle da moralidade. Esse duplo remédio deveria agir de duas formas complementares. Primeiro, a condenação e repressão de comportamentos e ideias que fossem contrárias ao modelo cultural e de desenvolvimento que vinha sendo gestado pelas elites brasileiras no início dos anos 1960, através de organizações como o IPES. Essa perspectiva produziu um conjunto de discursos e políticas orientadas para combater a amoralidade, ou seja, uma política voltada para a criminalização de comportamentos relacionados à orientação sexual, como a maior diversidade nos papéis de gênero, sexo antes do casamento, consumo de substâncias psicoativas, desrespeito à hierarquia, indisciplina, novas modas estéticas, ativismo político anticapitalista e “pecados”, de modo geral, no sentido cristão do termo. Nesse conjunto de políticas estariam a publicação de livros sobre a temática da “subversão” ou “infiltração comunista”, campanhas contra os comportamentos ditos “desviantes” e a repressão.³³

Segundo, a aplicação de uma pedagogia da obediência em relação às juventudes, políticas voltadas para afirmar um conjunto de valores e comportamentos, nos quais estavam o incentivo ao trabalho, à sobriedade e à higiene, o culto à virgindade feminina e a formação do cidadão ordeiro. São reforçados comportamentos com base na disciplina, hierarquia, pró-ativismo, produtivismo, anti-greivismo e comportamento ordeiro. Nesse conjunto de políticas estariam: introdução de uma disciplina específica sobre a temática moral e cívica, produção de material didático para orientar professores e alunos sobre moral, adoção do Serviço Militar obrigatório, Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL) e Reforma Universitária, por exemplo. Nesse conjunto de políticas prevalece uma moral orientada para o trabalho, a ordem e a obediência, que chamaremos de moral laboral. Nas palavras do também ministro da educação durante a ditadura, Jarbas Passarinho: “Estudante é para estudar, trabalhador para trabalhar e política é coisa de político”, versão paródica tragicômica do “Homem unidimensional”,

³² PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina, Editora UEL, 1998.

³³ Como meu foco são os intelectuais modernistas autoritários, não darei destaque à repressão física em si, pelas forças de segurança dos comportamentos considerados desviantes. Ver QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese [Doutorado Relações Internacionais], Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

objeto da análise e da crítica de Herbert Marcuse.³⁴ O objetivo dessas medidas era manter a política afastada das classes populares e dos jovens, como parte do receituário para desenvolver o país.

O controle moral das juventudes seria a ferramenta reguladora do processo educativo, que, ao invés de produzir questionamentos sobre as sociedades capitalistas, seria capaz de manter as juventudes dentro do repertório de comportamentos esperados, os quais deveriam, por sua vez, consolidar valores de “sociedades livres” e produzir cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a “modernização” do país rumo ao “primeiro mundo”, ao modelo americano de sociedade. Essa visão de mundo, segundo a qual os Estados Unidos da América eram o modelo civilizatório a ser almejado e as classes populares deveriam ser mantidas a uma distância segura da política, constituiu um dos pilares da teoria da modernização, criada a partir da sociologia americana³⁵ e ecoada no Brasil pelos representantes do grande capital reunidos no IPES. Nesta tese, faço um recorte sobre esses intelectuais³⁶ que transitaram pelo instituto e orbitaram o Ministério da Educação e Cultura, durante o período de 1961 a 1969. Entre eles, consolidaram-se propostas e uma visão modernista autoritária acerca da educação e de seus desdobramentos sociais.

Utilizo essa nomenclatura a partir de uma referência crítica à categoria que James C. Scott chamou de “*Authoritarians High Modernists*”. Para James C. Scott, *Authoritarians High Modernists* eram “[...] aqueles que queriam usar o poder do Estado para provocar mudanças enormes e utópicas nos hábitos de trabalho, padrão de vida, conduta moral e visão de mundo das pessoas.”³⁷ Este trabalho serviu de inspiração para compreender esses intelectuais modernistas que orbitaram e participaram do IPES, criando e influenciando sobre políticas para as juventudes, haja vista quatro de suas características. Primeiro, entendiam a modernidade ocidental como um valor a ser

³⁴ MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

³⁵ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

³⁶ Quando me refiro a intelectuais, estou usando a proposta de Michel Löwy, segundo a qual são intelectuais: “os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológicos culturais. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar do produtor imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais. [...] Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.” LÖWY, Michael. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Cortez, 1998. p.25-26.

³⁷ Scott, James C. *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998, p.11. [tradução nossa]

preservado. No caso brasileiro, durante a Guerra Fria, esses modernistas leram a conjuntura através da chave explicativa da “crise total”, porém a crise era mais uma reação externa. A “decadência” era provocada pela ação do inimigo, genericamente o comunismo, numa “Guerra Total”, como mais tarde, principalmente na década de 1970 e 1980, outros autores anticomunistas moralistas, religiosos ultraconservadores e frações militares viriam a apregoar. Para os modernistas que analisou a solução dessa crise durante o período de 1961 e 1969 oscilava entre dois pontos comuns a todos:

Primeiro, a crise poderia ser corrigida com uma abordagem capitalista que combinasse o humanismo cristão, com uma preparação adequada das lideranças que levaria o país ao desenvolvimento tornando as críticas ao capitalismo obsoletas. Esses modernistas destoavam de outros moralistas cuja visão da realidade era dominado pela ideia da decadência do mundo, como Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Diamantina no estado de Minas Gerais, intelectuais como Jorge Boaventura e organizações anti-modernas como Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) que pregavam retorno “a primazia do sobrenatural em um mundo percebido como cada vez mais secularizado”³⁸ ;

Segundo, os modernistas acreditavam que as sociedades estariam todas no mesmo fluxo histórico evolutivo, podendo-se classificá-las das mais evoluídas/desenvolvidas para as menos desenvolvidas/primitivas ou tradicionais;

Terceiro, orientados pelo contraste entre as sociedades “tradicionais” e “modernas”, eles entenderam que a modernidade implicava necessariamente na ruptura profunda com as formas sociais e culturais populares, porque existia apenas um padrão universal e essencial do “desenvolvimento”, “definido pelo progresso da tecnologia, das instituições militares e burocráticas e da estrutura política e social.”³⁹;

Quarto, os modernistas simplificaram uma série de complexas realidades históricas mundiais, como a descolonização e a industrialização;

Por fim, acreditavam que a política era um trabalho para técnicos.

Novamente, esse ponto se conecta com a explicação da crise total durante a guerra fria, como uma crise de liderança. Seriam os técnicos, na condução dos Estados pós-coloniais, que levariam essas populações à modernidade, leia-se, ocidental, cristã,

³⁸ “[...]defense of the primacy of the supernatural in a world perceived to be increasingly secularized”. COWAN, Benjamin. *Moral Majorities Across the Americas: Brazil, The United States and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill: UNC Press, 2021, p.14. [tradução nossa]

³⁹ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 3.

branca e eurocêntrica. Essa forma de pensar foi largamente difundida entre os brasileiros, correspondendo aos fundamentos da chamada Teoria da Modernização que, conforme Nils Gilman, dominou o pensamento científico social americano sobre as análises de mudanças econômicas, políticas e sociais no mundo pós-colonial, no final da década de 1950 até a década de 1960.⁴⁰ Na biblioteca do IPES, desde 1962, ao lado de várias obras de Gilberto Freyre, era possível inclusive ter acesso a trabalhos desses teóricos, a saber: Walt Rostow, Joseph Spengler, Bert Hoselitz, Irene Taeuber, ou precursores dessa teoria, como Warren S. Thompson.⁴¹

Já o caráter autoritário se expressava entre “[...] aqueles que queriam usar o poder do Estado para provocar mudanças enormes e utópicas nos hábitos de trabalho, padrão de vida, conduta moral e na visão de mundo das pessoas,”⁴² como defendeu James C. Scott. No entanto, e aqui reside nossa crítica e também nossa contribuição, o que define o caráter autoritário não é apenas o uso da força para instituir uma reforma ou mudança nos costumes, cultura, economia ou política, mas também o aspecto excludente, antipopular e destrutivo em relação ao “tradicional” das próprias reformas executadas.

Em outras palavras, o autoritarismo é definido segundo dois critérios simultâneos. Primeiro, a política de integração à modernidade através do uso da força, da repressão e da coerção. Assim, “o progresso”, escreveu Nils Gilman, “com a imposição das normas econômicas, sociais e culturais da elite às massas.”⁴³ Segundo, o conteúdo da reforma é excludente e não deixa espaços para as diversidades, a pluralidade, para a autonomia popular, ou mesmo para outras formas de modernidade.⁴⁴

Para tentar explicar em termos menos abstratos meu uso da categoria e análise de modernismo autoritário, gostaríamos de apresentar o exemplo empírico que nos

⁴⁰ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

⁴¹ As obras desses autores estavam disponíveis em inglês na biblioteca do IPES. ver “fichas de móveis, utensílios e equipamentos, registro de compra de livros, certificado de garantia de gravador, material vendido, termo de exame e descarga de material imprestável, demonstrativo financeiro”. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO QL.0.PAT.1

⁴² “[...] among those who wanted to use state power to bring about huge, utopian changes in people’s work habits, living pattern, moral conduct, and worldview.”. Scott, James C. *Seeing like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven: Yale University Press, 1998, p.11. [tradução nossa]

⁴³ “Complementing modernization theory’s elitism of technical expertise was its resolute antipopulism. Modernization theorists identified progress with the imposition of elite economic, social, and cultural norms onto the masses”. GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003. p. 8. [tradução nossa]

⁴⁴ CHATTERJEE, Partha. Nossa Modernidade. In: CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: Edufba, 2004.

oferece a introdução da disciplina de Educação Moral e Cívica, em 1969. Essa política visava alinhar a educação ao processo de desenvolvimento com segurança das doutrinas militares. Foi implantada à revelia da opinião da sociedade civil organizada e dos estudantes, alvo da política. Por fim, seu conteúdo, como veremos, reproduzia mitos nacionais com o objetivo de consolidar uma ditadura. Debato essa proposta ao longo da tese de forma mais detalhada.

Por hora, é relevante dizer que, à medida que as tentativas de modernização eram aplicadas no Brasil, seja pelo governo Juscelino Kubitschek ou pelo João Goulart, a reação a essas mudanças ia produzindo questionamentos no campo das direitas, principalmente no que tange a questões dos costumes e da moral. Culpou-se justamente os setores que tentavam incidir nas adequações da modernização ao capitalismo brasileiro, os setores reformistas que desejavam uma “ampliação da democracia liberal excludente”⁴⁵ e o inimigo externo e ameaçador, representado pelos países não-capitalistas. A culpa era daqueles que propunham reformas moderadas ou radicais do sistema político econômico brasileiro. Essa inversão do diagnóstico só foi possível por causa da dinâmica instável da política brasileira durante o governo João Goulart. Um governo que propunha reformas sociais populares que pudessem alterar a posição precária do Brasil frente ao centro da economia capitalista sem, no entanto, aderir ao bloco comunista. A engenharia política ousada em solo tão pouco instável cobrou um alto preço para Jango, sua família, seus aliados políticos e para a classe trabalhadora brasileira. Os modernistas autoritários também desejavam “reformas” e “modernização” do capitalismo brasileiro, desde que elas não alterassem a complexa dinâmica brasileira fruto da reprodução do racismo (desde o fim do regime escravista, sem que nada de efetivo fosse de fato produzido), com uma gritante desigualdade econômica e um patriarcado consolidado. Entre o grupo de intelectuais que iremos analisar neste trabalho, o que vemos é a defesa de um determinado tipo de “desenvolvimento” da história e de certa “modernidade capitalista”. Tratou-se de uma utópica defesa do desenvolvimento do capitalismo, sem as novas relações sociais e políticas que ele próprio ensejava.

A relação do IPES com a juventude atravessou um viés de subversão e educação. No transcorrer desta tese analiso a influência dos modernistas autoritários na ditadura militar instaurada após um golpe de Estado em 1964 e como ela é uma chave

⁴⁵ TOLEDO, Caio. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, 2004, p. 48, nota 38.

de resposta relevante à questão: como combater a subversão entre os jovens e como usar a educação para desenvolver o país? Apresento três caminhos:

O direcionamento do foco educativo principalmente para o mercado de trabalho, como veremos no debate sobre o Seminário da Reforma da Educação do IPES, em 1964, e no Seminário Formação para a Cidadania, organizado principalmente pela LDN e a CAMDE, em 1966;

A elaboração de livros e filmes para subsidiar o ensino de professores e o aprendizado dos estudantes;

A adoção de uma disciplina específica no ensino formal para modelar a juventude.

Essas ações sugerem a relação entre o modelamento moral e o desenvolvimento do país dentro das linhas gerais do liberalismo “realmente existente”⁴⁶, ou nas linhas gerais da Teoria da Modernização.

Essas três linhas de ação compuseram a estratégia dos modernistas autoritários em organizações, como o IPES, a ESG, a LDN e a União dos Escoteiros do Brasil.

Argumento que as ideias desses modernistas autoritários sobre os costumes foram fundamentais para chamar a atenção e solidificar uma agenda conservadora para controlar a juventude brasileira. Esta pesquisa lança luz sobre como as ideias sobre moralidade foram mobilizadas para criar políticas centradas na juventude durante a década de 1960, no Brasil, e pretende contribuir para a compreensão de como, de modo geral, grupos conservadores usam períodos de reforma social para organizar contra-reformas.

Para ter sucesso, os personagens aqui estudados se utilizaram de recursos políticos para direcionar a atenção da opinião pública brasileira, mobilizando o medo, produzindo um espantinho do que seria o campo progressista e popular brasileiro, em especial “dos comunistas”, para que um programa liberal, conservador e ditatorial pudesse ser consolidado com relativo sucesso. Os trapos que rechearam esse espantinho foram elementos discursivos mobilizados do próprio tradicionalismo presente na sociedade brasileira. Assim, liberalização sexual, igualdade de direitos, arranjos familiares considerados não-normativos, consumo de substâncias psicoativas entre jovens, etc. foram agrupados em oposição às “formas de vida dos brasileiros”.

⁴⁶ FISHER, Mark. *Capitalist realism: is there no alternative?* Winchester, UK : Zero Books, 2009; JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997; BROWN, W. *American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization*. *Political Theory*, vol. 34, n. 6, dez. 2006, pp. 690-714.

Constituiu-se, desse modo, um diagnóstico alarmista de “crise total” e de “ameaça do Ocidente” em meio ao contexto de Guerra Fria. Assim, o espantinho era o inimigo da Nação, da Religião, da Família e do jeito de viver tradicional dos brasileiros.

Segundo o modernismo autoritário, o Brasil precisava se adequar aos desafios do mundo moderno, sem cair nas garras do comunismo, que a Teoria da Modernização descrevia como uma forma “patológica” ou “desviante” de modernidade.⁴⁷ Era necessário adequar o comportamento do povo, a economia e a política a uma dinâmica moderna, cujo modelo, novamente, era os EUA - mesmo que para isso fosse necessário destruir o sistema democrático brasileiro, como acabou acontecendo. Como afirmou Gilman, a Teoria da Modernização, que inspirava os sonhos dos modernistas autoritários, “considerava ‘ditaduras desenvolvimentistas’ preferíveis a democracias ‘vulneráveis’⁴⁸ em uma nítida demonstração de que “os impulsos utópicos dos liberais americanos” eram facilmente abandonados para “endossar a destruição em massa de comunidades e grupos sociais e políticos como o subproduto necessário para ‘forçar os homens a serem livres’ de uma forma não-comunista.”⁴⁹

Pensar sobre “controle e modelamento” das juventudes nos coloca a pensar parte das políticas de forma ampla, sem separar o caráter persecutório do elemento classista ou reformador. Assim, exploro propostas autoritárias como as políticas de difamação que levaram à criação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) para investigar a UNE e legitimar sua extinção, a criação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), a preparação de material didático, a tentativa de reintrodução do ensino religioso em instituições educacionais públicas, a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino médio e de Estudos dos Problemas Brasileiros nas universidades, a criação do Conselho Nacional de Moral e Cívica, a reforma universitária de 1968, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)⁵⁰ e a formulação de uma abordagem educacional centrada nos negócios.

⁴⁷ “modernization theory described Communism as a “pathological” or “deviant” form of modernity”. GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003. p.14. [tradução nossa]

⁴⁸ “In the context of an American cold war mentality that considered “developmental dictatorships” preferable to “vulnerable” democracies”. Ibid., p.11. [tradução nossa]

⁴⁹ “the utopian impulses of American liberals all too easily degenerated into endorsing the wholesale destruction of communities and social and political groups as the necessary by-product of “forcing men to be free” in a non-Communist fashion”. Ibid., p.11. [tradução nossa]

⁵⁰ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um programa de alfabetização criado pela ditadura militar, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968.

Essa estratégia de criminalizar os opositores não era exatamente nova, tendo sido largamente usada pelos regimes e movimentos nazifascistas ao redor do mundo. O historiador Frederico Finchelstein, em *A Brief History of Fascist Lies* (2020), e o filósofo Jason Stanley, com o seu *How Fascism works* (2018), apontaram para a centralidade dessa estratégia no avanço da política conservadora nos países ocidentais. Para eles, a referida estratégia se constituiria na “política do amigo/inimigo”, uma distinção fundamental entre amigo (nós) e inimigo (outros), base da ideologia fascista constituinte dos movimentos e ditaduras de direita. Esses movimentos não teriam “opositores” e “críticos”, mas inimigos; todo o resto seriam “apoiadores”. Assim, segundo essa estrutura, os ideólogos apresentam-se como guardiões de seus apoiadores em oposição a um inimigo dotado de poderes quase sobrenaturais para destruir os valores básicos da civilização ocidental. As semelhanças com a estratégia discursiva que atravessa o anticomunismo, descrita por Rodrigo Patto Sá Motta, parecem evidentes. Se considerarmos essa perspectiva, fica evidente que o anticomunismo, considerando “comunismo” como uma entidade amorfa, em seu sentido *lato* - tudo aquilo que os conservadores entendem como uma ofensiva contra os valores patriarcais e tradicionais, ou, no caso brasileiro, que ameaçam a integração com o Ocidente - estruturou os discursos de liberais, liberais conservadores e conservadores ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, principalmente durante a Guerra Fria.

Segundo Jason Stanley, “Uma estrutura narrativa bem-sucedida, que procura implementar a nítida distinção amigo/inimigo com frequência, tem a capacidade de fortalecer a si mesma, fazendo com que as pessoas por ela guiadas tomem as provas contra tal distinção como comprovação adicional de sua veracidade.”⁵¹ Ele também defende que “Se o público já tem essa estrutura narrativa em mente, isso pode ser explorado por meio de diversos tipos de mensagens políticas indiretas.”⁵² Proponho analisar esses “imorais”, sob a ótica de diferenciação da comunidade de direitos entre aqueles que comporiam tal comunidade e os excluídos.

O nós é “meu grupo cultural e social” e os outros são “aqueles que não fazem parte dele” e que, por isso, estão excluídos do universo “nós” cabendo a eles regras outras, inclusive a repressão de suas atividades sociais e culturais - caso sejam vistos

⁵¹ STANLEY, Jason. *A política do amigo e do inimigo*. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/a-politica-do-amigo-e-do-inimigo-por-jason-stanley/>. Acesso em: 23 abr. de 2021.

⁵² STANLEY, Jason. *A política do amigo e do inimigo*. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/a-politica-do-amigo-e-do-inimigo-por-jason-stanley/>. Acesso em: 23 abr. de 2021.

como ameaça aos valores e costumes dominantes. Dito de forma mais direta, para que “nós” tenhamos o “nosso” estilo de vida, costumes e cultura defendidos, nega-se ao “outro” o pleno gozo de seus direitos. O moralismo transforma, de maneira etnocêntrica, um determinado “Nós”, que não se reconhece em determinados indivíduos, excluindo-os: o Outro. O Outro seria justamente aquele indivíduo ou grupo que não provoca uma relação de empatia no grupo social que exerce o controle moral, político, econômico e cultural. Assim, ao diferente são atribuídas características depreciativas, que vão desde “não-civilizado” até “não-humano” ou “monstruoso”, ou, simplesmente, “subversivo”.

Quando nos voltamos para a história dos direitos humanos e para as reiteradas restrições ao direito à liberdade, nos deparamos, em certa medida, com o problema dos "imorais". Os "imorais", dentro da sociedade ocidental, são os grupos excluídos a partir do próprio “Nós”. É a construção da diferença endógena, do “inimigo interno”. Novamente, retorno a Rodrigo Patto Sá Motta para lembrar que, no Brasil, a estrutura discursiva produzida pelo IPES, a Liga de Defesa Nacional (LDN) e a ESG, acerca da infiltração comunista e a subversão do caminho brasileiro rumo a civilização tem um longo histórico, basta citar o chamado “Plano Cohen” nos anos 1930 ou a longa história do medo branco sobre a possibilidade de uma rebelião antiescravista no final do século XIX.⁵³ Para Stanley, “a centralidade da distinção amigo/inimigo implica que a única forma possível de disputa política é a guerra. Numa disputa amigo/ inimigo não há concessão, nem acordo, nem valores comuns. A verdade é a primeira vítima de uma ideologia que coloca em seu centro a guerra entre amigo e inimigo.” Talvez por isso, esse discurso tenha caído tão bem entre os militares brasileiros e os modernistas autoritários durante a Guerra Fria, produzindo, inclusive uma doutrina, a Doutrina de Segurança Nacional, cujo elemento central é a “Guerra Total”.⁵⁴

Eis que se chega à interseção entre a "política do amigo/inimigo", o alarmismo moral e a “ideia da juventude modelável”. A tríade foi fundamental para a atuação dos

⁵³ BATISTA, Vera Malaguti. *Memória e medo*. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

⁵⁴ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura* – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf. Acesso em 17 nov. 2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. In: *Diálogos*, v. 18, n. 1, 2014, pp.75-92; e DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: Simpósio Nacional de História– ANPUH, *Anais do XXVI*, São Paulo, julho 2011.

modernistas autoritários. O inimigo comum e a suposta natureza modelável da juventude aplicada ao próprio país, “Brasil, o país jovem”, possibilitou que uma agenda liberal fosse introduzida acompanhada da defesa de um regulamento restrito para os comportamentos na sociedade, principalmente dos jovens, com o objetivo de modernizar o país. Assim, o Brasil precisava de intervenção, ferindo os pressupostos de autogoverno liberal, do mesmo modo como sua juventude precisava de intervenção, como parte do caminho à vida adulta. O apoio de modernistas autoritários à ditadura militar brasileira se insere nessa tradição de liberalismo *realmente existente*, em que a defesa da intervenção e supressão da democracia é defendida desde que tenha como objetivo a afirmação de uma política econômica liberal subjugada à geopolítica americana.

Nessas concepções produzidas por intelectuais em torno do IPES acerca da juventude que abordaremos em seguida, alguns elementos são fundamentais e estruturantes: a *vulnerabilidade* - os jovens seriam mais suscetíveis a ideias que atacam a tradição; a *incompletude* - os jovens seriam seres incompletos à espera de preenchimento; e a *plasticidade*, que permite uma maleabilidade e modelamento cujos responsabilidades seria dos mais velhos (família, governo, Igreja, Exército, empresa e mestres). Através dessas características supostamente inerentes e universais, as juventudes são analisadas como portadores do futuro, são sujeitos do amanhã e não do agora, em um país destinado a ser “O País do Futuro”.

Em termos metafóricos, o “país jovem” precisava de correção de suas rotas para que pudesse um dia se tornar um país mais maduro. Precisava repetir as receitas e modelos de “países maduros”. Vale destacar, como Uday Singh Mehta demonstra em seu estudo sobre as ideias liberais britânicas, que é corrente o uso da metáfora sobre a evolução humana da infância à idade adulta para se referir às hierarquias da civilização e justificar o colonialismo como estratégia para a consagração do liberalismo.⁵⁵ Dessa forma, não tomamos o liberalismo em seu sentido ideal e abstrato, mas o liberalismo realmente existente. A tradição liberal não foi incompatível com “tirantias” como a escravidão, o genocídio indígena nas Américas, o neocolonialismo, os regimes racistas, a opressão aos setores trabalhistas e as ditaduras latino-americanas.⁵⁶ Esses processos

⁵⁵ MEHTA, Uday Singh. *Liberalism and Empire: A Study in Nineteenth-Century British Liberal Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1999, p. 17-21

⁵⁶ David Harvey. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005; HUNT, Lynn. *Inventing Human Rights: a History*. New York: W.W. Norton & Co., 2007; LOSURDO, Domenico. *Liberalismo: entre civilização e barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006; MAGHRAOUI,

estiveram longe da relação direta e obrigatória que se tentou estabelecer entre os modernistas autoritários brasileiros e os teóricos da modernização nos EUA, entre liberalismo e democracia, durante a Guerra Fria, através de textos como o de Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism, and Democracy*.⁵⁷

Contudo, a análise dessa estratégia só é completa se considerarmos um elemento fundamental na propagação desses conteúdos e estrutura discursiva: o medo. Vera Malaguti Batista já havia chamado a atenção, em seu trabalho sobre a história do medo na cidade do Rio de Janeiro, para a frequência com que as “ondas de pânico” tomavam a cidade do Rio de Janeiro pelas “forças do caos e da desordem”, no século XIX.⁵⁸ E foi ela quem propôs essa conexão entre o medo na longa duração, notadamente as ondas de medo branco em relação às rebeliões escravas, e as expressões de “baderna” como sintoma da insegurança no período pré-1964. Assim, para ela, “O medo e a memória do medo justificam políticas autoritárias de controle social. O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas no campo econômico, político ou social.”⁵⁹ O historiador americano Benjamin Cowan foi na mesma direção em *Securing Sex* (2016). Defendeu que esse medo, interpretado/lido/um ingrediente do/ pelo conceito de pânico moral e o apelo à moralidade conservadora nos termos da “política do amigo/inimigo”, mais do que um fenômeno de composição secundário, foi fundamental para ordenar o debate político na década de 1960 e 1970. Os medos provocados por essas ideias não afetaram apenas o ambiente político institucional, mas compuseram um repertório a partir do qual foram formuladas políticas. Inspirado em autores que se debruçaram sobre o conceito. Para Cowan, esse pânico moral seria composto da

(1) Reação, freqüentemente por parte das autoridades ou da imprensa, ao aumento do desvio - real ou imaginado - no comportamento social ou na produção cultural; (2) desenvolvimentos em tecnologia de mídia e comunicação ou costume como um gatilho para tal reação; (3) veemência que supera a atual “ameaça”; (4) ansiedade voltada para os jovens, considerada o principal *locus* de mudança moral; e (5) ligação dessas ansiedades com noções de perigo sexual e corporal degenerativo.⁶⁰

Abdeslam M. *Liberalismo without Democracy. Nationhood and Citizenship in Egypt, 1922–1936*. Durham; London: Duke University Press, 2006.

⁵⁷ SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York: Harper and Brothers, 1942. Sobre a teoria da elite da democracia ver GENDZIER, Irene. *Managing Political Change: Social Scientists and the Third World*. Boulder: Westview Press, 1985, chap. 5.

⁵⁸ BATISTA, Vera Malaguti. *Memória e medo*. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

⁵⁹ BATISTA, Vera Malaguti. *Memória e medo*. Disponível em: https://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

⁶⁰ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016, p.10. [tradução nossa]

Acrescenta-se o fato de que esse medo, na forma de alarmismo, foi fundamental no *Agenda Setting*,⁶¹ ou seja, no foco que os veículos midiáticos deram para a suposta infiltração comunista e a mudança nos costumes. Em uma dinâmica circular, os veículos da mídia propagavam o alarmismo, de forma orientada ou espontânea, que ajudava a manter a audiência alarmista. Não se pode subestimar o poder desse agendamento midiático, já que, nos anos 1960, nos principais centros urbanos brasileiros, a principal conexão entre as formas como as pessoas recebiam um determinado conteúdo e os acontecimentos reais eram, sobretudo, o rádio, jornais e revistas (a televisão ainda era uma novidade em muitos lares brasileiros). A teoria do *Agenda Setting* foi formulada por Walter Lippmann (2008) e difundida no contexto da Guerra Fria, inclusive no Brasil. Essa teoria defendia a possibilidade da mídia, ao dar maior destaque a determinados assuntos em detrimento de outros, determinar sobre quais tópicos a sociedade debateria, contribuindo com a formatação da visão de realidade de determinados grupos sociais orientados por esses veículos.

Há trabalhos relevantes que consideram a questão da moral no âmbito da Guerra Fria. Ainda durante a ditadura militar no Brasil, no final da década de 1970, portanto, ainda durante a ditadura, Comblin (1978), ao analisar as ditaduras latino-americanas, produziu a seguinte afirmação:

Quanto mais ditatorial e violento for um Estado, mais edificante, moralista e espiritual será sua linguagem - a tal ponto que qualquer aula de moral vinda de um Chefe de Estado desperta imediatamente uma sensação de medo. Sob este ponto de vista, os discursos dos generais latino-americanos batem todos os recordes. A se acreditar neles, suas ditaduras não tem outra meta senão restaurar a moralidade da nação.⁶²

Apesar desse diagnóstico precoce, a questão não ensejou a atenção necessária pelo campo pelos motivos apontados por Carla Longhi,⁶³ uma historiografia que secundariza Cultura, prioriza as chaves explicativas do Político e está concentrada em questionamentos macros, por exemplo, discussões sobre natureza do Golpe e caracterização da ditadura. Possivelmente, como apontado por Carlos Fico, a historiografia estava muito ocupada olhando para o confronto entre resistência e

⁶¹ Processo pelo qual a mídia dá visibilidade a determinados assuntos em detrimento de outros, controlando sobre quais assuntos o debate público deve abordar.

⁶² COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.222-223.

⁶³ LONGHI, Carla Reis. Cultura e costumes: um campo em disputa. *Antíteses*, v.8, n. 15, 2015, p. 197-218.

repressão.⁶⁴ Mesmo assim, lentamente, emergiram análises. Na expressão “utopia autoritária”, proposta por Maria Celina D'Araujo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares, como ilustração do pensamento dos militares que dirigiram a ditadura, por exemplo, era possível ler que essa utopia autoritária estava “claramente fundada na idéia que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.”⁶⁵ A moralidade seria um fator de distinção, organização e de legitimação do comando após o golpe de Estado de 1964. Ao estudar o anticomunismo das direitas, Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁶ também se deparou com elementos discursivos de um comunismo imaginado no campo conservador, composto por pela temática moral e ênfase no comportamento desviante. Para ele, a temática moral tinha papel de destaque no sucesso das mobilizações contra o comunismo. Essa temática seria uma das faces na representação do anticomunismo.⁶⁷ Esses dogmas anticomunistas funcionavam guiados pela suspeição permanente e se alimentando de ideias anticomunistas de conspirações e do sentimento de pânico, produzindo paranóia nos aparelhos repressivos do Estado.⁶⁸

Alguns trabalhos com o enfoque cultural sobre a ditadura militar também discutiram aspectos morais dos brasileiros. Os trabalhos de James Green⁶⁹ sobre o fascínio que Madame Satã provocava no jornal humorístico *O Pasquim*; Victoria Langland⁷⁰ sobre pílula, gênero e “revolução sexual” no Brasil em 1968; Douglas A. Marcelino⁷¹ sobre a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970; Júlio Delmanto⁷² sobre o uso de drogas entre as esquerdas; Ana Rita Fonteles Duarte⁷³ sobre

⁶⁴ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017, p. 05-74.

⁶⁵ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.9.

⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.

⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000, p. 89.

⁶⁸ SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranóia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014; e FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita: as loucuras do poder ditatorial. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 221-240, 2015.

⁶⁹ GREEN, James N. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. In: *TOPOI*, v. 4, n. 7, 2003, pp. 201-221.

⁷⁰ LANGLAND, Victoria. *Entre Bombas e bombones*. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 33, 2009, pp. 55-60.

⁷¹ MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

⁷² DELMANTO, Júlio. *Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2015.

os aspectos de gênero e comportamento na Doutrina de Segurança Nacional; e os trabalhos mais recentes, como de Renan Honório Quinalha ⁷⁴ e de Antônio Mauricio Brito ⁷⁵, têm dado contribuições para pensar o lugar dos “costumes” entre a dinâmica dos anos 1960 e 1970.

Recentemente, Benjamin Cowan acrescentou a esse debate considerações sobre o papel preponderante que extremistas de direita brasileiros tiveram internacionalmente, influenciando inclusive o debate entre os conservadores nos Estados Unidos da América.⁷⁶ Esse caráter transnacional do trinômio medo, moral e anticomunismo pode ser percebido também na rica literatura disponível que busca analisar as experiências nacionais latino-americanas durante a Guerra Fria, tendo como ponto de partida a questão dos costumes e os aspectos morais de cada sociedade. Os historiadores argentinos têm produzido trabalhos de referência para esse campo de estudos. Valéria Manzano,⁷⁷ Isabelle Cosse ⁷⁸ e Ernesto Bohoslavsky⁷⁹ produziram análises fundamentais para compreender os costumes e a moral da sociedade Argentina nas

⁷³ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura* – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. In: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf acessado em 17/11/2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra*. In: *Diálogos*, v. 18, n. 1, 2014, pp.75-92; e DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985)*. In: Simpósio Nacional de História– ANPUH, Anais do XXVI, São Paulo, julho 2011.

⁷⁴ QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese [Doutorado Relações Internacionais], Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁷⁵ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, set/dez 2020. p. 859-888; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003; e BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, vol. 26, 2019, pp. 1-22.

⁷⁶ COWAN, Benjamin A. *Moral majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill : University of North Carolina Press, 2021.

⁷⁷ MANZANO, Valeria. “Blue jean Generation: Youth, Gender, and sexuality in Buenos Aires (1958-1975)”, *Journal of Social History*, vol. 42, n.2, 2009; MANZANO, Valeria. “Sexualizing Youth: Morality campaigns and representations of Youth, in Early 1960s Buenos Aires”, *Journal of Social History of Sexuality*, vol.14, n.4, 2005; MANZANO, Valeria. *The Making of Youth in Argentina: Culture, Politics, and Sexuality (1956 - 1976)*, tesis doctoral, Bloomington, Indiana University, 2009; MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2014.

⁷⁸ COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores. 2010.

⁷⁹ BOHOSLAVSKY, Ernesto. “It’s only rock and roll, but I (dis)like it. Anticomunismo, conservadurismo moral y persecución al primer rock argentino en la década de 1960”. In: FIUZA, Alexandre et al. (Coords.). *Anais do II Congresso Internacional de Estudos do Rock*, Cascavel. Cascavel: UNIOESTE, 2015, (15p.).

décadas de 1960 e 1970. Para Diego Sempol, as experiências do terrorismo de Estado na Argentina e também no Uruguai não se furtaram em reprimir as sexualidades consideradas dissidentes, pois defendiam “valorações morais que procuravam preservar a nação, a família heteropatriarcal e os jovens de ‘desvios sexuais’ e ‘corrupções morais’ que permitissem abrigar a subversão”.⁸⁰ Luis Herrán Avila⁸¹ analisou estudantes de direita que participaram da ampla configuração da cultura política autoritária no México, na metade da década de 1950. Enfatizando ideias de ordem e autoridade, eles se viam como parte de um corpo político conservador que precisava de proteção contra a subversão moral e social. Marcell Casals, em seu artigo sobre o impacto da Revolução Cubana no discurso anticomunista chileno durante a campanha presidencial de 1964, defende que “Cuba funcionou como uma referência distópica para acusar a esquerda de querer converter o Chile em uma tirania marxista”. Para tanto, “Cuba serviu de base para o delineamento de um ‘anticomunismo moral’ que centrava em seu discurso as noções de família e gênero.”⁸²

Aqui, abro espaço para falar das notas metodológicas e a questão do estilo narrativo da pesquisa.

Muitos pesquisadores ao descreverem suas metodologias de trabalhos deixam entender que se trata de um processo mais linear do que realmente é. Com frequência pesquisas em ciências humanas apresentam suas tarefas executadas em uma ordem pré-definida: formulação de questões, elaboração de uma tese, leitura da bibliografia, pesquisa arquivística, e comprovação. Se nos desviarmos dessa ordem estamos automaticamente violando as regras da produção acadêmica. Antecipo dizendo que este não foi o meu caso. Minha pesquisa, longe de ser uma corrida em uma pista reta com asfalto de alta qualidade onde progressivamente se avança e se chega ao final, se pareceu mais a uma competição de *skate*, onde se pode escolher a ordem em que se executam os vários giros e saltos. Cumprindo o programa todas as manobras adicionais

⁸⁰ SEMPOL, Diego. Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v. 2, p. 163.

⁸¹ AVILA, Luis Herrán. *The other “New Man”*: Conservative Nationalism and Right-Wing Youth in 1970s Monterrey In: PENSADO, J. M. ; OCHOA, E. C. (Orgs.). *México Beyond 1968: Revolutionaries, Radicals, and Repression During the Global Sixties and Subversive Seventies*. University of Arizona Press, 2018. pp. 195-214.

⁸² “Cuba was used as the foundation for laying out a “moral anticommunism” that centered ideas of family and gender in its dis- course.” CASALS, Marcelo. “Chilean! Is this How you want to see your daughter?”: The Cuban Revolution and representations of gender and family during Chile’s 1964 anticommunist “Campaign of Terror” In: *Radical History Review*, v. 136, January, 2020, p.112 .

[tradução nossa]

são bônus, tudo isso, mais tarde, julgado por uma banca que conhece as manobras e seus perigos. Ser historiador é, nesse aspecto, parecido com ser *skatista*; desde que se executem eventualmente todas as tarefas de uma pesquisa científica, a ordem é relativamente secundária.

Para Zachary M. Schrag, autor do *Princeton Guide to Historical Research* (2021),

[...] os historiadores podem intervir em qualquer ponto do ciclo [de uma pesquisa]. Comece com a semente de uma ideia, nutra-a em seus delicados estágios iniciais, observe-a florescer até a maturidade total e, se você tiver muita sorte, talvez colete sementes para a próxima geração. Ou comece com o adulto e, em seguida, colete suas sementes. Ou comece com o juvenil e alimente-o até a forma adulta. As perguntas levam a respostas, mas as respostas também levam a perguntas. As fontes secundárias podem direcioná-lo às fontes primárias, mas essas fontes primárias geram perguntas que você pode responder mais facilmente consultando fontes secundárias adicionais. O processo de pesquisa se assemelha a uma subida de uma escada em espiral, na qual o progresso para cima depende de você circular de volta a um ponto perto de onde estava antes.⁸³

Como muitos historiadores, a pesquisa teve início com visitas quase aleatórias aos arquivos. Notei após a leitura de jornais, a repetição de temáticas sobre juventude e moralidade, que poderiam ser classificadas como uma agenda moral. Só depois ganhou forma de uma pergunta. Tal experiência é defendida por ShawnaKim Lowey-Ball:

A pesquisa em sua forma mais eficaz e agradável é uma jornada de descobertas inesperadas. Nós realmente não formamos nossos argumentos - ou mesmo descobrimos nossos verdadeiros objetos de pesquisa - até que sentamos com nossos documentos e descobrimos as interessantes verdades neles.⁸⁴

Outro exemplo de pesquisa a partir de fontes iniciais, é Bernard Bailyn que começou sua pesquisa por um projeto inicial bibliográfico no qual deveria ler todos os panfletos da Revolução Americana disponíveis para uma publicação, e só mais tarde tomou consciência das possibilidades analíticas e interpretativas do material. Afirmou

⁸³ “[...] historians can jump in at any point in the cycle. Start with the seed of an idea, nourish it through its delicate early stages, watch it bloom into full maturity, and, if you are really lucky, perhaps collect seeds for the next generation. Or, start with the adult, then collect its seeds. Or start with the juvenile, and nourish it into adult form. Questions lead to answers, but answers lead to questions as well. Secondary sources may steer you to primary sources, but those primary sources spark questions that you can answer most easily by consulting additional secondary sources. The research process resembles a climb up a spiral staircase, in which upward progress depends on your circling back to a spot near where you were before.” SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research. Skills for scholars*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p. 39. [tradução nossa]

⁸⁴ “We don’t really form our arguments—or even discover our true research subjects—until we’ve sat with our documents and found the interesting truths within them.” ShawnaKim Lowey-Ball. *History By Text and Thing*. In: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/march-2020/history-by-text-and-thing> acessado em 25 de out. 2021. [tradução nossa]

posteriormente que “ao preparar essa edição, se exigia mais do que simplesmente reproduzir acuradamente e comentar um grupo de textos selecionados.”⁸⁵

Ao olhar jornais e revistas acreditava estar diante de documentos que davam voz a juventudes médias das grandes cidades brasileiras e que poderiam contribuir com o debate sobre o *regime de moralidade*⁸⁶ no Brasil durante a ditadura. No entanto, ao tentar encontrar documentos de caráter não jornalístico no Arquivo Nacional, me deparei com uma escassez pouco estimulante e documentos bastante fragmentários. “Pesquisar a história”, compara Zachary M. Schrag, “é como colecionar selos, costurar uma colcha, resolver um quebra-cabeça e, ao mesmo tempo, ler um mistério de assassinato.”⁸⁷ E nesse processo também há recuos, ajustes, modificações e planos abandonados.

Esse obstáculo me levou a uma readequação da pesquisa. Por isso, fiz a escolha de construir um projeto sobre o IPES, em outras palavras, sobre o que essas elites no IPES imaginavam sobre as juventudes brasileiras. Apesar de não apresentar o problema da escassez de documentos, como constatei após um levantamento nos fundos do IPES, Fundo Luiz Viana Filho, Fundo e Paulo Assis, fundos do Arquivo Nacional Brasileiro, por outro lado também carregava seus próprios desafios, já que o estudo apresentado por René Dreifuss se constitui com um trabalho bastante completo deixando pouco espaço para questionamentos.

Nesse levantamento coletei documentos primários (cartas, relatórios, contratos, notas, atas de reuniões, etc.) e secundários (livros e filmes financiados pelo IPES) que poderiam ser classificados em uma agenda moral: documentos que citavam atividades relacionadas à educação, comentários sobre comportamento dos jovens, etc. Ao mesmo tempo, tracei uma rede de instituições a partir dos documentos selecionados. Cheguei assim ao entorno do IPES, organizações com relação com os ipesianos era um tanto secundarizada, como a Associação Brasileira de Escoteiros, e outras relações já bastante

⁸⁵ BAILY, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru- SP:EDUSC, 2003, p.16.

⁸⁶ Considero o Regime de Moralidade o repertório social e cultural consideradas aceitáveis, passíveis de reprodução e de partilha, para a experiência dos sujeitos dentro de uma determinada sociedade. O regime de moralidade seria então um conjunto de ações no campo do comportamento vistas, consciente ou inconscientemente, no interior de uma determinada sociedade, como o modelo a ser seguido. Excluído desse regime de comportamentos considerados normais estariam os comportamentos que promoveriam, caso executados e difundidos publicamente, a ruptura das normas tácitas e dos padrões de comportamento.

⁸⁷ “*Researching history is like collecting stamps, sewing a quilt, solving a jigsaw puzzle, and reading a murder mystery at the same time.*” SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research*. Skills for scholars. Princeton: Princeton University Press, 2021. p.5. [tradução nossa]

conhecidas pela historiografia da ditadura, como a ESG, a PUC-RJ, a CAMDE e LDN. Em seguida, coletei documentação dessas organizações, do Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, relativos à LDN e à CAMDE, no Arquivo Nacional. Lá, encontrei, por exemplo, a documentação do Encontro de Educação Cívica de 1967.

A partir dessa etapa, como os nomes das pessoas envolvidas se repetiam, me atentei que talvez a melhor abordagem fosse escolher alguns personagens e acompanhá-los. Os critérios para a escolha desses personagens foram a relevância deles e delas no debate interno do IPES, a projeção de suas falas no debate público, mensurado através do cruzamento das fontes dos fundos do Arquivo Nacional com a busca nos jornais e revistas da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (revista *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário do Congresso Nacional*, revista *Maquis*, *Jornal Universitário*, *O Pasquim*, *Realidade*), e no envolvimento desses personagens em controvérsias públicas, momentos importantes na observação de rupturas das normas tácitas de uma sociedade como tem observado a antropologia e a história social.⁸⁸ Estava nítido naquele momento, que “A escolha dos personagens [...] molda a narrativa.” e que “[...] a escolha dos personagens molda o argumento, talvez mais do que qualquer outra escolha.”⁸⁹

Tendo em vista o exaustivo trabalho de análise sobre o IPES desenvolvido por Dreyfuss, priorizei acompanhar personagens conhecidos, porém pouco explorados. Personagens que são citados e citadas em muitos trabalhos, mas apenas como ilustração da dinâmica institucional da ação anticomunista do IPE. A escolha dos personagens e a dominante abordagem institucional no debate historiográfico sobre o IPES, uma das exceções importantes nesse cenário historiográfico era o trabalho de Laura de Oliveira, que analisou a atuação política do editor Gumercindo da Rocha Dórea,⁹⁰ influíram na escolha pela escala reduzida, usada nesta pesquisa.

Nossa perspectiva analítica tem se orientado a partir da leitura de propostas que buscam a aproximação entre a história e a antropologia, notadamente a Micro-história,

⁸⁸ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁸⁹ *The historian's choice of characters shapes the narrative. A story of a handful of powerful men, for whom records are plentiful, will read differently from one about a large social group whose history must be compiled from fragments. [...] the choice of characters shapes the argument, perhaps more than any other choice.* SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research*. Skills for scholars. Princeton: Princeton University Press, 2021. p.71. [tradução nossa]

⁹⁰ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015.

⁹¹ *Alltagsgeschichte* (História do Cotidiano de filiação alemã)⁹² e a História Social⁹³. “[...] se o trabalho do historiador de histórias grandes é chacoalhar os legisladores complacentes”, como Julia Laite argumenta, “é o trabalho do historiador de pequenas histórias convencer as pessoas de que as pequenas histórias do passado que as moveram estão se desdobrando de inúmeras maneiras, também, ainda hoje; para encorajar seu sentimento a se tornar consciência. A grande história pode ‘abalar’ os cidadãos, mas a pequena história os faz.”⁹⁴

A Micro-história, *Alltagsgeschichte* ou a História Social coloca um tipo particular de desafio para os historiadores definir um tópico adequado à redução da escala de observação sem que isso signifique dizer que este tipo de fazer histórico não são ambiciosos.⁹⁵ Apesar de tratarmos de uma temática eminentemente política, há uma proposital predileção por certos caminhos e perspectivas que remontam à etnografia, estudos de redes de pessoas e à história cultural. Utilizamos “um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos.”⁹⁶ De certa maneira, essa tese desenvolveu-se numa região um tanto recente da historiografia da ditadura. A abordagem cultural desse período histórico fundamental para compreender o Brasil de hoje ainda é majoritariamente orientada pelos debates das

⁹¹ GINZBURG, Carlo. *O fio e o rastro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007; GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁹² *Alltagsgeschichte* é uma forma de recepção da micro-história italiana e da história social inglesa na Alemanha. é importante mencioná-la porque, diferente das outras formas de história com escala reduzida que consagraram estudos na Era Moderna, a história do cotidiano produzida na Alemanha tem analisado experiência ditatoriais contemporâneas. Ver LUDTKE, Alf. *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

⁹³ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001; DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁹⁴ “If it is the big-story historian’s job to shake complacent policy makers, it is the small-story historian’s job to convince people that the small stories from the past that have moved them are unfolding in myriad ways today as well; to encourage their sentiment to become conscience. Big history might “shake” citizens, but small history makes them.” LAITE, Julia. “The Emmet’s Inch: Small History in a Digital Age,” *Journal of Social History* 53, 2020, p. 982. [tradução nossa]

⁹⁵ BROWN, Richard D. “Microhistory and the Post-Modern Challenge,” *Journal of the Early Republic* 23, 2003, p.1–20; e SZIJÁRTÓ, István M. ; MAGNÚSSON, Sigurður G. *What Is Microhistory? Theory and Practice*. New York: Routledge, 2013. [livro digital]

⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. [livro digital]

“grandes questões”, muitas vezes demasiadamente conceituais, quase sempre ancorados no território do político, quiçá no econômico.

A partir da transformação no IPES, no imediato pós-golpe, seguimos a rota de construção das políticas para os jovens nos anos 1960. Através dos personagens, acompanhamos *os fios e os rastros* que ligaram o intenso ativismo do complexo ipesiano até as políticas de controle da ditadura. Por meio dessa narrativa esperamos ajudar a compreender melhor as estratégias utilizadas por movimentos autoritários para florescer em momentos adversos de aparente efervescência cultural e ampliação da participação de amplos setores da sociedade na vida política. Com frequência, o leitor desta tese estará diante de casos que ajudam a revelar motivações e valores que normalmente se diluem na agitação da vida cotidiana.⁹⁷

Nesta tese, de maneira geral, pergunto quais escolhas as pessoas fizeram e como essas escolhas tiveram repercussão nacional? Considero que tais escolhas são frutos tanto da agência, quanto da contingência, e que os graus de consciência em relação aos atos, ações e contingências, desenvolvidas pelos nossos personagens, são variados. Vão desde ações conscientes às ações acidentais, movidas por desejos, paixões e formas de pensar. Por isso, “Ao estudar as escolhas, os historiadores abraçam a contingência: a crença de que, caso as pessoas fizessem escolhas diferentes, as coisas poderiam ter acontecido de maneira diferente.”⁹⁸ Essa perspectiva de que “[...] os seres humanos fizeram no passado, a enorme variedade de formas de vida e ações possíveis”, nos explica Natalie Zemon Davis, “é uma fonte de esperança e desespero... Podemos tirar esperança disso no sentido de que, se as coisas foram diferentes no passado, talvez estejamos em posição de torná-las um pouco diferentes hoje - pelo menos um pouco diferentes.”⁹⁹

Diante desse conjunto de fontes agrupadas e lidas criticamente, fiz o cruzamento do que foi coletado. Muitas vezes, um grupo de fontes agrupadas e com relações internas que envolviam acontecimentos ou pessoas, me levou a novas buscas em

⁹⁷ DAVIES, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.20.

⁹⁸ “*In studying choices, historians embrace contingency: the belief that had people made different choices, matters could have turned out differently.*” SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research. Skills for scholars*. Princeton: Princeton University Press, 2021. p.12. [tradução nossa]

⁹⁹ “What human beings have done in the past, the enormous range in ways of living and possible actions, is a source both of hope and despair... We can draw hope from it in the sense that if things have been different in the past, perhaps we’re in a position to make them a little different today—at least a little bit different.” DAVIS, Natalie Zemon, *A Passion for History: Conversations with Denis Crouzet*. Kirksville, Missouri: Truman State University Press, 2010, p.73.

arquivos que não estavam previstos. Um exemplo disso é o personagem de Viktor Vol'skij.¹⁰⁰ Me deparei com ele pela primeira vez na documentação do IPES, em seguida encontrei mais informações de sua presença no Brasil nos jornais e revistas. Recorri à literatura que analisa as relações entre União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e lá estava o professor Vol'skij. Através da *Interlibrary*, rede de bibliotecas das universidades americanas, encontrei suas obras, e identifiquei com quem dialogava no Brasil.¹⁰¹ O Wilson Center foi outro acervo que consultei após perseguir esse personagem, e que inicialmente não constava em meus planos. Também é verdade que alguns dos fragmentos dos personagens apareceram de forma acidental. Revirando os documentos da Universidade de Miami, por onde um deles havia dito ter estado, encontrei novamente o soviético palestrando para os americanos. Há também obras daqueles que mencionam eventos em comum, tanto Humberto Grande, quanto o general Moacir Araújo Lopes estavam presentes no Encontro de Educação Cívica de 1966. Em um de seus livros o general Moacir Araújo Lopes menciona com detalhes não encontrados nos jornais que vasculhei: o I Encontro de Educação Ecumênica da Guanabara, organizado por Dom Jaime Câmara, que por sua vez mantinha estreita e privilegiada conversa com Golbery do Couto e Silva, ipesiano e esguiano. Esses foram alguns exemplos de como as pistas, referências, fragmentos foram me levando a novos arquivos e documentos, ao mesmo tempo em que construía uma teia de relações entre os personagens.

Essa perspectiva aberta diante das fontes abriu um amplo leque de acervos documentais que deveria visitar. Para construir essa argumentação, fiz uma jornada ampla por documentos dos arquivos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), do Congresso Nacional Brasileiro (CPI da UNE e o rico depoimento de Sônia Seganfreddo), do Repositório Digital da *Brown University* (correspondência do corpo diplomático norte-americano no Brasil), do Núcleo de Memória da PUC-RJ (documentos relativos ao padre Fernando Bastos de Ávila), da Sala de Leitura Eletrônica da Lei de Liberdade de Informação (FOIA) da CIA (documentação com comentários do departamento de estado Americano sobre o Brasil), do *Columbus Memorial Library* (relatórios da OEA), da Biblioteca Presidencial John F. Kennedy, do

¹⁰⁰ Preferi a grafia mais comum entre os soviólogos, em russo, Viktor Vol'skij. Nas fontes brasileiras, há uma inexatidão sobre a grafia do sobrenome. No jornal *Correio da Manhã* está grafado "Votkis", por exemplo, enquanto na documentação do IPES utilizou-se "Volski". Documentos no Wilson Center a grafia em inglês é Vol'sky. Disponível em: https://www.peoples.ru/science/economy/victor_volsky/. Acesso em: 15 mai. 2021.

¹⁰¹ Como essa análise fugia do escopo da tese não foi acrescentada. Mas será objeto de artigo posterior.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Brasília (Fundo Memórias Reveladas, Fundo Agência Nacional, Fundo Comissão da Verdade, Coleção Serviço Nacional de Informação, Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça.), Arquivo da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, na *Olin Library* da *Washington University of St. Louis* (Edições antigas do *New York Times*, livros de Humberto Grande, Celso Kelly, Moacir de Araújo Lopes, Sônia Seganfredo, Padre Fernando Bastos de Ávila), *Fondren Library* da *Rice University* (relatórios do serviço secreto britânico), *Columbus Memorial Library* (analisamos documentos de OEA citados pelos personagens), *Cold War Archives Research* (CWAR) do Wilson Center (documentos da diplomacia brasileira e relativos a Victor V. Vol'sky) e Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (livros de Moacir Araújo Lopes).¹⁰²

Lidei com um corpo diverso de fontes, mas nos mantivemos atentos sobre as escolhas feitas pelos criadores. Fontes produzidas com finalidades diferentes. Documentos escritos para a posteridade, como resoluções de conclaves, relatórios, livros (escritos pelos personagens), censos, relatórios oficiais, registros institucionais públicos e literatura de ficção¹⁰³. Utilizei em vários momentos da narrativa documentos oriundos de investigações promovidos pelos órgãos de repressão, muitas vezes como uma forma de compor os cenário e as relações dentro do MEC. Documentos produzidos para a funcionalidade do dia a dia que sobreviveram até nós: cartas, correspondências, telegramas, diários, relatórios. Depoimentos de protagonistas, como depoimentos em CPI e memória de colaboradores da ditadura publicada anos mais tarde. Documentos escritos produzidos cuja finalidade é a comunicação com o grande público: um grande número de notícias de jornais e revistas. Documentos visuais, como filmes, fotografias, charges e imagens, foram lidos com o mesmo rigor e com o mesmo olhar crítico que os textuais. Essa diversidade de fontes fez com que combinasse metodologias.

Apesar do volume de documentos no Brasil e nos Estados Unidos da América, o epicentro do fenômeno é na região central da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, entre os prédios do Ministério da Educação e a sede do IPES. Isso não significa que o trabalho seja “local” ou “regional”. Considero um trabalho de abrangência nacional dado os impactos nacionais das políticas pensadas nesse círculo

¹⁰² Vale registrar que não consegui acessar o Fundo Tarso Dutra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, por conta da pandemia de Covid-19. Minha visita ao Arquivo da ESG também foi bastante reduzida.

¹⁰³ Usei dois livros de literatura: AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; e RODRIGUES, Nelson. *Cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

social ipesiano hegemonicamente carioca. Além do caráter do problema e das perguntas secundárias.

Respondo às perguntas contando histórias que envolvem os mesmos personagens ou suas instituições. Contudo, as histórias narradas e analisadas gozam de certa autonomia entre si. Apesar dessa relativa autonomia, escolhi “eventos com uma conexão a fim de criar um todo coerente”.¹⁰⁴ Entendo que toda pesquisa histórica precisa ter “perguntas, fontes, personagens, tramas e argumentos.”¹⁰⁵ São esses elementos capazes de produzir um tipo de contribuição específica nas humanidades, mas também se constituir em um tipo de deleite dos leitores interessados em história.

Considero que a escrita da tese também é um momento do pesquisador dialogar com a tradição do seu campo de pesquisa e desenvolver uma forma de escrever, sem que isso implique na perda de objetividade. Espero transmitir através da narrativa não só os elementos necessários a uma tese acadêmica, mas também a vibração intelectual através dos textos.¹⁰⁶ Com frequência o debate em história tem se dividido entre escrever de forma mais analítica para periódicos e para os pares, por outro, “a escrita animada dos livros mais vendidos nas bancas de jornais de aeroportos”.¹⁰⁷ Schrag afirma que “[...] as obras mais eruditas e mais populares contêm os mesmos elementos básicos, só que em proporções diferentes. Embora devotada a provar uma tese, a grande história acadêmica conta histórias sobre pessoas - histórias com personagens e conflitos, tramas e resultados. E toda obra de história popular tem uma tese, embora possa estar implícita ao invés de declarada, e evidente mais nas suposições do que no próprio texto.”¹⁰⁸ Essas obras com textos para o grande público também precisam de questões interpretativas e, às vezes até, de críticas historiográficas (mesmo que questionadas) para que tenham sucesso de vendagem. “Nesse choque, duas rodas giraram em sentido

¹⁰⁴ “[...] events with a connection in order to craft a coherent whole.” SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research. Skills for scholars*. Princeton: Princeton University Press, 2021, p.65. [tradução nossa]

¹⁰⁵ “[...] need questions, sources, characters, plots, and arguments”. Ibid., p.5. [tradução nossa]

¹⁰⁶ GHODSEE, Kristen. *From Notes to Narrative*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2016.

¹⁰⁷ “One of the more tedious, perpetual debates in history is the relationship between the thorough scholarship that populates specialized academic journals and the lively writing of the best-selling books sold at airport newsstands. The former makes more explicit analytical claims, while the latter seeks to tell a good story.” SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research. Skills for scholars*. Princeton: Princeton University Press, 2021. p.18. [tradução nossa]

¹⁰⁸ “I am a lumpen, believing that the more scholarly and more popular works contain the same basic elements, just in different proportions. However devoted to proving a thesis, great scholarly history tells stories about people—stories with characters and conflicts, plots and outcomes. And every work of popular history has a thesis, though it may be implicit rather than stated, and evident more in the assumptions than in the text itself.” Ibid., p.18. [tradução nossa]

contrário, moendo uma geração e vinte anos de vida nacional”¹⁰⁹ escreveu Elio Gaspari em seu *Best-seller* *Ditadura Envergonhada* (2002), dando provas da sua qualidade na escrita. Mas mesmo nesse livro, onde a análise é pouco prestigiada, lê-se: “O propósito [do livro] era simples: tratava-se de explicar por que os generais Ernesto Geisel (o Sacerdote) e o Golbery do Couto e Silva (o Feiticeiro), tendo ajudado a construir a ditadura entre 1964 e 1967, demonstraram-na entre 1974-1979”¹¹⁰ Escondido nesse pequeno trecho há algumas discussões historiográficas relevantes: super dimensionamento no papel de indivíduos na condução da ditadura; diminuição das importâncias das lutas e resistências na derrocada da ditadura; e defesa de uma periodização complacente com o ditador Castelo Branco. Discordo dos três pontos defendidos pelo autor, e considero-os completamente desconectados do que vem sendo debatido nas últimas décadas sobre ditadura no Brasil.¹¹¹

Mas há trabalhos acadêmicos que são primorosos no estilo e rigorosos no plano metodológico. O antropólogo Jason De León em seu laureado *The Land of Open Graves: Living and dying on the migrant trail* (2015) abre a introdução do seu livro com: “Moscas... Lembro-me principalmente das malditas moscas.”¹¹² Num nítido exemplo em que o estilo dramático da escrita se combina com a análise do drama, no caso, a morte de imigrantes latinos que tentam atravessar a fronteira dos Estados Unidos da América. Arlette Farge, ao escrever um livro sobre a experiência da pesquisa no arquivo, não nos poupou de imagens como essa: “Verão ou inverno, é sempre gelado; os dedos se entorpecem ao decifrá-lo ao mesmo tempo em que se tingem de poeira fria no contato com seu papel pergaminho ou *chifon*”.¹¹³ Como esquecer a forma anedótica que Sidney Chalhoub utiliza para introduzir *Visões de Liberdade* (1990)?¹¹⁴ Ou o uso das anedotas preenchendo a argumentação de Elias Thomé Saliba?¹¹⁵ “Essas ruas,” escreveu João J. Reis sobre os corpos marcados dos trabalhadores do ganho na segunda metade do século XIX, “em todo caso, não deixavam de equivaler a um campo de batalha no qual a classe trabalhadora se estrepava desde sempre, deixando um rastro de devastação

¹⁰⁹ GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.212.

¹¹⁰ *Ibid.*, p.13

¹¹¹ Para críticas aos trabalhos de Elio Gaspari ver NAPOLITANO, M. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

¹¹² “Flies... I mostly remember the goddamn flies.” DE LEON, Jason. *The Land of Open Graves: Living and dying on the migrant trail*. Oakland: University of California Press, 2015, p.1. [tradução nossa]

¹¹³ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p.9.

¹¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹¹⁵ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira - da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

sobre os corpos de seus membros”¹¹⁶ em outro célebre livro em que o estilo narrativo é cuidadosamente combinado a análise.

Entendo e concordo que a pesquisa histórica vai além de contar uma boa história e, desde o início do século XX, historiadores utilizam métodos científicos para gerar suas narrativas. Proponho o desafio de combinar nesta tese, análise e narração, usando a anedota para fortalecer a análise, assim como, utilizar as ferramentas analíticas para enriquecer as anedotas. Opto por construir uma narrativa que preze pelo rigor científico e que provoca curiosidade. Pensar analiticamente a partir de anedotas, como propôs Jane Gallop, a “teoria anedótica cortaria essas oposições [narração e análise; humor e rigor; trivial e relevante] para produzir teoria com melhor senso de humor, teorização que honrariam os detalhes misteriosos da experiência vivida.”¹¹⁷ sem, contudo, negligenciar a metodologia e a leitura acurada das fontes primárias e secundárias.

Para dar mais espaço à narração e aos casos, não terei um capítulo todo dedicado a historiografia. Compreendo que o debate historiográfico funciona melhor dissolvido na narrativa. Isso não compromete o entendimento do trabalho como parte de uma procura contínua por conhecimento que começou antes mesmo dessa pesquisa e, se tiver sorte, continuará para além dela, provocando outros pesquisadores e pesquisadoras a desenvolver novas pesquisas.

Sendo assim, organizei a tese da seguinte forma:

Conto a história da busca dos modernistas autoritários ligados ao IPES por controlar as juventudes, os cinco capítulos desta tese enfocam temas e problemas específicos atravessados por uma ordem cronológica. O primeiro capítulo começa no período anterior à ditadura militar, mostrando como o IPES difundiu ideias que vinculavam moralismo e a suposta “infiltração comunista”, ideias essas guiadas pelo medo do Brasil se afastar do modelo de modernidade representado pelos Estados Unidos da América. Narro a história de Sônia Seganfreddo, uma jovem jornalista anticomunista alçada ao debate nacional através da tática promovida pelo IPES de espalhar o pânico com o objetivo de criminalizar a União Nacional dos Estudantes (UNE) e contribuir para o clima de contestação e ruptura democrática de 1964. Seganfreddo publicou um livro de sucesso relativo, que levou até mesmo a criação de

¹¹⁶ REIS, J. J. *Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.332.

¹¹⁷ “*Anecdotal theory would cut through these opposition in order to produce theory with better sense of humor, theorizing which honors the uncanny detail of lived experience.*” GALLOP, Jane. *Anecdotal Theory*. Durham; Londres: Duke Press, 2002. p.2. [tradução nossa]

uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional Brasileiro para investigar a UNE, onde a jornalista foi a principal depoente. Essa orientação e a defesa da interdição no movimento estudantil se transformaram em lei após o golpe de 1964 - a primeira lei voltada para a juventude durante a ditadura militar e que colocou a UNE na ilegalidade. Seu livro também encorajou a produção de outros livros com temáticas semelhantes, como "Infiltração Comunista no Brasil" (1964), confeccionado pelo IPES em parceria com a extrema direita francesa.

No segundo capítulo, abordo as propostas do IPES no Seminário para a Reforma da Educação (1964), o Simpósio da Formação para a Cidadania (1966), organizado por um grande leque de entidades conservadoras que apoiavam a ditadura e que mantinham íntima relação com os ipesianos, e a criação do MUDES (1966). Esses seminários funcionaram como espaços de articulação da ideia da moral laboral no projeto modernista autoritário. Nesses espaços, a abordagem educacional centrada nos negócios brotou da noção de moral partilhada por esses setores. Assim, se olharmos do ponto de vista desses modernistas autoritários, essas políticas deveriam produzir um duplo efeito: primeiro, combater os desvios comportamentais pensados de forma ampla, desde práticas sexuais homoafetivas até a opção ideológica. Segundo, consolidar valores e ideias tidos como positivos. Nesse sentido, o trabalho era visto como uma atividade capaz de produzir a ordem e obediência, sendo por isso, uma área privilegiada para a modernização das relações sociais no Brasil.

No terceiro capítulo, sigo o Padre Fernando Bastos de Ávila e sua interseção com o IPES, para demonstrar como o debate sobre moral foi sendo gradualmente militarizado, com a Igreja perdendo seu protagonismo no âmbito do governo como guardião por excelência da moral, principalmente a partir de 1967. Com isso, conto o caso rumoroso da Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, um livro encomendado e, mais tarde, censurado pelo MEC. Faço uma análise interna a fim de complementar a História Social da Pequena Enciclopédia, nos termos propostos por Robert Darnton.¹¹⁸ Através deste livro e da controvérsia em torno dele, é possível uma aproximação dos conteúdos sobre moral, juventude e comportamento defendidos pelos modernistas autoritários.

No quarto capítulo, mostro como o debate sobre moral e juventude foi afetado pelas contestações juvenis de 1968 no Brasil e no mundo. Os setores conservadores se

¹¹⁸ DARNTON, Robert. *The Business of Enlightenment: A Publishing history of the Encyclopédie. (1775-1800)*. Cambridge: Harvard University Press. 1979.

dividiram em quais medidas deveriam ser prioritárias. Os conservadores religiosos se agruparam na tentativa arcaica de propor o restabelecimento e a obrigatoriedade do ensino religioso, plano articulado principalmente pela Igreja Católica. Enquanto os ipesianos visavam o aprofundamento da política de fomento à moral laboral entre as juventudes, atrás da reforma universitária e do Mobral.

No capítulo cinco, acompanho ainda um terceiro caminho adotado por militares ligados à ESG e a LDN diante do contexto de 1968. A concretização de um velho desejo modernista autoritário: a introdução de disciplinas com conteúdo específico sobre moral e civismo em todos os níveis do ensino formal. Analiso a ascensão do General Moacir Araújo Lopes ao *status* de principal interlocutor da ditadura sobre questões relativas à moral e aos costumes, e como a proposta modernista e conservadora de uma disciplina específica para controlar o comportamento e a ideologia das juventudes se combinaram como a reforma mais ampla da educação.

Agora é hora de seguir os rastros deixados pelos personagens através dos nomes; eles foram o fio condutor desta pesquisa por tantos labirintos de arquivos.¹¹⁹ Sônia, Heitor, Golbery, Humberto, Fernando, Victor, Moacir, Paulo, Glycon, Mário, Jaime... Desta forma, teço a história que está prestes a ler.

¹¹⁹ GINZBURG, Carlo. *O fio e o rastro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.174.

1 O IPES E OS LIVROS ALARMISTAS CONTRA À UNE

1.1 UM ENCONTRO COM A JOVEM VOZ ANTICOMUNISTA DE SÔNIA SEGANFREDDO

Após percorrer as ruas do Rio de Janeiro, provavelmente, desde o longínquo local de origem – rua Cândido Benício, número 76, caminho VII, Jacarepaguá ¹²⁰, na zona Oeste da cidade – o envelope, através de um anônimo mensageiro¹²¹, chegou ao seu destino final, o charmoso bairro de Santa Teresa.¹²² Em um pequeno prédio em uma das curvas largas da rua Joaquim Murтинho, número 756, o envelope foi entregue às mãos da “senhorita” Sônia Maria Saraiva Seganfreddo. A escolha de enviá-lo por vias informais a uma jovem solteira sem que a conhecesse era uma falta de decoro para as classes médias urbanas imersas no *regime de moralidade* do início da década de 1960. No entanto, a situação justificava o método.

Sônia Maria Saraiva Seganfreddo (Fig.1) era uma jovem moça gaúcha, nascida em Porto Alegre no dia 15 de agosto de 1937, apenas dois dias depois da fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Moça branca e de cabelos escuros, de traços italianos na fisionomia e no temperamento, herdados do seu lado paterno, descrevia-se usando um velho ditado popular brasileiro: “dou um boi para não entrar no barulho, mas quando entro, dou mil para não sair” ¹²³.

A família havia se mudado para o Rio de Janeiro, onde a moça fez toda sua educação formal em importantes instituições tradicionais de ensino.¹²⁴ Foi no Rio de

¹²⁰ Na parte inferior da última página da carta, há uma referência à possível origem e, conseqüentemente, ao longo percurso que a carta percorreu. O endereço da rua, também chamada na época de “estrada”, possivelmente é o endereço da chácara de Golbery do Couto e Silva em Jacarepaguá. Cf. GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfreddo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 46.

¹²¹ Segundo a carta de Heitor Ferreira, ela foi entregue por mensageiro não identificado. Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfreddo. Rio de Janeiro, 25/10/1962. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 46.

¹²² Telegrama do presidente da CPI da UNE, Deputado Aloysio de Castro, a Sônia Maria Saraiva Seganfreddo 11/10/1963. Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília.

¹²³ Depoimento de Sônia Seganfreddo na CPI da UNE. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 28/04/1964. Seção 1, p. 2657. Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília.

¹²⁴ Cursou o nível primário como interna no Colégio Regina Coeli, o Ginásio no Colégio Paes e Souza e o científico no Colégio Andrews, cujo proprietário era Flexa Ribeiro, intelectual conservador udenista que, em 1961, foi secretário de Educação no governo da Guanabara na gestão de Carlos Lacerda.

Janeiro também que ela se formou em piano pelo Conservatório Brasileiro de Música¹²⁵ e se integrou aos bandeirantes, chegando a ser chefe.¹²⁶ Tais experiências educacionais parecem ter moldado seu gosto sofisticado e sua atitude ativista. Por seu elitismo e catolicismo, ao comentar uma manifestação popular no *réveillon* carioca, não conseguia entender como “um país [como o Brasil] que se apregoa em desenvolvimento” era capaz de “oferecer um espetáculo tão primitivo. Dar-se ia o desconto se apenas pessoas de pouca cultura praticassem estes rituais de Iemanjá”.¹²⁷ Em um racismo religioso flagrante, Sônia Seganfredo expressa seu modernismo autoritário. Cultura, razão, modernidade e desenvolvimento eram, para ela, atributos europeus e brancos. Mas não só isso, ela entendia que o desenvolvimento do Brasil implicava uma ruptura drástica e profunda, por meio de políticas antipopulares, com as formas sociais e culturais que não se enquadravam na Modernidade.

Figura 1 – Sônia Maria Saraiva Seganfredo.



Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12/08/1962, p.13.

¹²⁵ Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfredo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 27/09/1963. p.1070

¹²⁶ Bandeirantes são a versão brasileira dos escoteiros. O nome é uma homenagem aos Bandeirantes ou sertanistas do período colonial, que faziam investidas no interior da América do Sul com o objetivo de capturar indígenas para a escravização, liquidar focos de resistência quilombola e encontrar riquezas minerais. Depoimento Sonia Maria Saraiva Seganfredo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 27/09/1963. p. 1041.

¹²⁷ *Maquis*, Rio de Janeiro, 1962, p.32.

Em 1958, ingressou no cursinho pré-vestibular da Universidade do Brasil.¹²⁸ A então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, localizada no sopé da Serra do Mar, embelezada pela faixa de areia branca da praia de Copacabana e rodeada pela baía de Guanabara, já havia se transformado na principal porta de turistas e negócios internacionais do país, graças aos novos aeroportos internacionais, instalações portuárias estendidas e conexões rodoviárias com o resto do Brasil. Arranha-céus se espalhavam pela área central da cidade, como resultado imediato do aumento da produção nacional de aço, misturando-se a antigos edifícios em estilo *art déco* e emoldurados pelos morros verdes que lhe davam o título incontestado de "Cidade Maravilhosa".¹²⁹

Ainda no curso pré-vestibular da Universidade do Brasil, a moça gaúcha teria sido “procurada pelo grupo comunista e amoral do prof. Vieira Pinto”¹³⁰ para participar de uma manifestação organizada, em novembro de 1958, por setores do movimento estudantil contra o embaixador Roberto Campos, considerado “entreguista”, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).¹³¹ Negando-se “a participar de badernas”¹³², alegou “que não era aluna da Faculdade, não conhecia a questão e nem considerava próprio moças participarem de movimentos de rua”¹³³. Para ela,

[...] sendo moça, acho profundamente ridículo, lamentável, e uma coisa que me deixa assim até certo ponto humilhada como mulher ver moças universitárias andando pelas ruas, fazendo escândalo, levantando os braços, gritando, levando cartazes. Acho isso profundamente deprimente para nossa condição feminina.¹³⁴

Entendo essa crítica como uma reação aos comportamentos que rompiam com o modelo feminino estabelecido e partilhado entre as classes médias urbanas, baseado em ideias de recato, pudor, passividade e no acesso restrito das mulheres ao espaço público. Sônia Seganfreddo reproduzia o repertório de mulheres, como afirma Margareth Rago, “Educadas, entre os anos de 1950 e 1960, para a virgindade, o casamento monogâmico

¹²⁸ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

¹²⁹ Cf. LOCHERY, Neill. *Brasil: Os frutos da Guerra*. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2015.

¹³⁰ Carta de Sônia Seganfreddo ao SNI. Rio de Janeiro, 19/11/1965. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.35.

¹³¹ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

¹³² Carta de Sônia Seganfreddo ao SNI. Rio de Janeiro, 19/11/1965. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.35

¹³³ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.12.

¹³⁴ O trecho foi produzido em um ambiente público, durante o depoimento de Seganfreddo à CPI. Sustentar tal ponto fazia parte da estratégia da jornalista de parecer crível e respeitada perante os deputados. Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfreddo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 25/09/1963. p.691.

indissolúvel, a maternidade e os cuidados com a família e para a passividade e o silêncio”¹³⁵ Essas noções comportamentais estavam no campo do ideal, afinal, a realidade era muito mais complexa, atravessada por questões de classe, raça, região e sexualidade, produzindo uma série de transgressões às normas das classes médias urbanas. Essas transgressões podem ser vistas nos exemplos trazidos por Kátia Bessa, ao analisar o crimes de sedução¹³⁶, que demonstram que práticas sexuais antes do matrimônio aconteciam e eram parte da dinâmica social Brasileira, variando segundo aspectos de raça e classe. Tais padrões, bem como a dimensão da informalidade das relações comportamentais, principalmente entre as mulheres das classes populares que precisavam trabalhar para sustentar suas famílias e não estavam contidas no espaço privado doméstico e familiar, eram similares ao que foi identificado por Isabella Cosse ao analisar as regras de cortejo e casamento entre casais jovens na sociedade argentina década de 1950 e, principalmente, nos anos 1960.¹³⁷ O trabalho de Raquel Soihet, apesar de analisar um período mais remoto, entre 1890 e 1920, também nos dá mostras das possibilidades de transgressões ao regime de moralidade por mulheres brasileiras pobres no âmbito do urbano.¹³⁸

Como represália por não participar da manifestação contra o embaixador, Seganfreddo teria sido reprovada no exame de admissão para o curso de Filosofia, por ação orquestrada pelo grupo do professor Álvaro Vieira Pinto – docente de História da Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia e membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).¹³⁹ Conforme seu relato, a causa para seu infortúnio seria: não rezar na cartilha comunista. Contudo, recorreu a instâncias superiores da instituição e conseguiu se matricular, porém, com um alto custo nas suas relações sociais, causando mal-estar tanto entre o alunado, quanto entre professores. Sônia Seganfreddo passou a

¹³⁵ RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. [livro eletrônico]

¹³⁶ BESSA, Kátia A. M. *O crime de sedução e as relações de gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 2, 2006, p. 175–196.

¹³⁷ COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2010, p. 47.

¹³⁸ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

¹³⁹ “Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>. Acesso em: 27 mar. 2020.

odiar ¹⁴⁰ Álvaro Vieira Pinto (Fig. 2). Como sugeriu Sirinelli, não se pode desconsiderar, ao analisar intelectuais como objetos da história, que “a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo.”¹⁴¹ Esse sentimento, ainda no curso pré-vestibular, marcou sua trajetória universitária, política e intelectual.

Figura 2 – Professor Álvaro Vieira Pinto.



Fonte: Arquivo Nacional, fundo *Correio da Manhã*.

Naquele período, entre 1959 e 1962, como estudante do curso de Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia¹⁴², centro de estudos de humanidades da Universidade do Brasil, segundo alegou, sofria “uma campanha tremenda dentro da Escola”, uma campanha de caráter “moral”, completou. Foi acusada de não ser nem “feminina”¹⁴³ e nem ser capaz “intelectualmente, também”.¹⁴⁴ Se levarmos em consideração suas palavras, podemos pensar o quanto, mesmo nos meio universitários da época, a problemática de gênero se impunha naquela sociedade. Como defende Ana Rita Fontele Duarte, aquele era um contexto de “transformações das relações e identidades de

¹⁴⁰ Em todos os documentos que encontrei sobre Sônia Segnanfredo há referências à suposta perseguição sofrida por ela e provocada pelo professor Álvaro Vieira Pinto.

¹⁴¹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História do Político*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 250.

¹⁴² Atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹⁴³ “Fora o aspecto moral. Pelas minhas palavras V. Exa. compreenderá mais ou menos o que diziam. Eu me considero bastante feminina, sou bastante vaidosa”. Depoimento Sonia Maria Saraiva Segnanfredo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 25/09/1963. p. 1056.

¹⁴⁴ Depoimento de Sônia Segnanfredo na CPI da UNE. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 28/04/1964. Seção 1, p. 2657.

gêneros tradicionais numa ação marcada por embates e rupturas.”¹⁴⁵ A Guerra Fria foi, com efeito, um período “profundamente marcado pelas batalhas de gênero”¹⁴⁶, inclusive no Brasil.

Além dos embates e conflitos de gênero, Seganfreddo estava inserida noutras tensões do contexto político nacional. A crise política de meados dos anos 1960 foi também o resultado final da série de transformações econômicas e sociais ocorridas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), como já apontaram o cientista político Michael Wallerstein¹⁴⁷ e o historiador Rafael Rossotto Ioris, que elaborou a questão da seguinte maneira:

[...] As raízes da crescente polarização política do início da década de 1960 são mais bem encontradas no fato de que diferentes segmentos sociais envolvidos nos muitos debates políticos, intelectuais e culturais da década de 1950 desenvolveram suas próprias concepções de desenvolvimento nacional, que não foram evidentemente incorporados nos esforços desenvolvimentistas da época.¹⁴⁸

O debate em torno das “concepções de desenvolvimento nacional” ocorreu em um contexto marcado pela introdução de capitais internacionais na economia nacional, em meio à industrialização promovida pelo governo de Juscelino (1956-1961), o crescimento desordenado das cidades – fruto do êxodo rural – e a assimetria entre o padrão de vida no campo e na cidade (sendo que a maioria da população brasileira ainda vivia no campo). As condições de trabalho chamaram a atenção do pesquisador soviético Victor V. Volsky, ao visitar o Brasil em 1962, “o índice de horas de trabalho semanais não para[va] de crescer no Brasil, apesar de greves e paralisações

¹⁴⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra*. In Diálogos, v.18, n. 1, 2014, p. 83.

¹⁴⁶ “*Profoundly gendered battles*”. LANGLAND, Victoria. *Birth control Pills and Molotov Cocktails: Reading Sex and Revolution in 1968 Brazil*. In: JOSEPH, G. M; SPENSER, Daniela (ed.). *In from the Cold: Latin America's new encounter with the Cold War*. Durhan and London: Duke Press, 2008, p. 309. [tradução nossa]

¹⁴⁷ WALLERSTEIN, Michel. *The collapse of Democracy in Brazil: Its Economic Determinants*. Latin American Research Review, v. 15, n. 3, 1980, pp. 03-40.

¹⁴⁸ “[...] *In lieu of the still prevalent accounts positing that the rapid and mostly unopposed demise of the Brazilian democratic regime of the mid-century derived from either the "exhaustion of the easy phase of industrialization" or the "democratic overload" placed on the political system by excessive demands from rising popular segments, this examination demonstrates how the roots of the growing political polarization of the early 1960s are better found in the fact that different social segments involved in the many political, intellectual, and cultural debates of the 1950s advanced their own conceptions of national development, which were not evenly incorporated in the developmental efforts of the time.*” IORIS, Rafael R. *Transforming Brazil: A History of National Development in the Postwar Era*. New York: Routledge, 2014, p. 7. [tradução nossa]

convulsionarem este país”¹⁴⁹ Além dos fatores econômicos e demográficos, havia fatores políticos de natureza externa que se materializaram e influenciariam definitivamente a conjuntura brasileira. A crise política causada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a disputa política pela posse do seu vice-presidente, João Goulart, foram profundamente influenciadas pelo espectro da Revolução Cubana de 1959 e a Crise de Berlim em 1961, que resultou na construção do Muro. A divisão formal do mundo em dois polos (capitalista e socialista), o medo e o desejo de que o Brasil pudesse ser uma “Cuba continental” ou uma “grande Cuba”, e, ainda, a tentativa de construção de um caminho “neutro”, equilibrando-se entre as duas superpotências, EUA e URSS, influenciaram decisivamente a tomada de decisões políticas.

Seganfredo assistiu, como estudante, à intensificação dessa polarização política e ao agravamento da crise institucional brasileira a partir dos corredores da Universidade do Brasil. Mas não foi só isso que viu por lá. Durante o curso “assistiu a escândalos, não só de natureza ideológica como também relativos à conduta moral de certos estudantes”¹⁵⁰. Fez muitas inimizades¹⁵¹ e, “além dessa parte política”, recebeu “vários convites para frequentar apartamentos de rapazes, para fazer estudos nesses apartamentos”.¹⁵² Apesar disso, resistiu às investidas dos rapazes respondendo: “tenho uma casa, se vocês quiserem estudar lá em casa serão muito bem recebidos, como são recebidas todas as pessoas que frequentam a minha casa”. Mas, segundo ela, em uma nítida insinuação sobre os reais interesses dos rapazes, “isto não interessava a eles, evidentemente, porque dentro da minha casa há duas pessoas de respeito, meu pai e

¹⁴⁹ “[...] *the index of the number of working hours per week is growing constantly in Brazil, in spite of the fact that strikes and walkouts convulse this country*” Archive of the Russian Academy of Sciences, f. 1858 op. 1 d. 22 ll. 107-

132. Obtained for The Cold War International History Project (CWIHP), Wilson Center. [tradução nossa]

¹⁵⁰ Depoimento de Sônia Seganfredo na CPI da UNE. *Diário do Congresso Nacional. Brasília*, 28/04/1964. Seção 1, p.2658. Sônia Seganfredo provavelmente se refere ao Inquérito administrativo ocorrido nas dependências da Faculdade Nacional, após confusão envolvendo Agenor Nogueira, consultor jurídico do Ministério da Marinha, e Fausto Cupertino Guimarães, estudante do 3º ano e professor do curso Pré-vestibular. Esse último teria se envolvido afetivamente com Regina Maria de Melo e Silva, aluna do curso pré-vestibular, cuja mãe chegou na Faculdade Nacional acompanhada de Agenor Nogueira que teria ido “vingar a honra” da moça aos socos. (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/02/1958, cad. 1, p. 11) A situação teria se complicado porque a mãe da aluna teria achado um diário de outra aluna da Faculdade que mencionava “as maiores barbaridades e imoralidades” (SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 96), incluindo “bacanais” em um carro. (Ibid, p. 98)

¹⁵¹ Escreveu na revista conservadora *Maquis* sobre um desentendimento com outro estudante que supostamente tentava politizar a música clássica, na Discoteca Villa-Lobos, criada pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia. In: *Maquis*. Rio de Janeiro, 14/10/1961, Ano IV, n.224, p.32.

¹⁵² Depoimento de Sonia Seganfredo na CPI da UNE. *Diário do Congresso Nacional. Brasília*, 28/04/1964. Seção 1, p.2657.

minha mãe.”¹⁵³ Os rapazes estariam interessados em questões menos acadêmicas e mais carnais.

Após seus primeiros contatos com o movimento estudantil, chegou “à conclusão de que não poderia dar autoridade moral a quem não apresentava o mínimo de coerência e decência.”¹⁵⁴ Supostamente, havia conhecido com profundidade “os meandros da atuação universitária nos seus mais diversos ângulos”, dotando-a da capacidade de escrever e denunciar os “congressos universitários, as técnicas utilizadas pelos grupos que disputavam lideranças, a atuação de professores e alunos, o papel das minorias estudantis, as técnicas de aliciamento, etc... etc...”¹⁵⁵

Após dois anos na Universidade Nacional, Sônia Seganfredo envolveu-se nas campanhas da União Democrática Nacional (UDN) para as eleições de 1960. Esteve até mesmo em programa de televisão fazendo perguntas ao então candidato udenista – o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda¹⁵⁶. Também integrou o “Movimento Universitário Milton Campos”¹⁵⁷. Apesar desse envolvimento substancial com a UDN, seguiu afirmando que era politicamente neutra.

Começou a escrever artigos para a imprensa conservadora, talvez como desdobramento do seu envolvimento com a UDN. Primeiro, para a udenista revista *Maquis*¹⁵⁸, onde era responsável pela coluna “Meridiano”.¹⁵⁹ Nessa coluna era possível ler argumentos como o publicado em março de 1962, que endossava a opinião do ultradireitista e moralista Gustavo Corção¹⁶⁰ sobre a reforma universitária.¹⁶¹ O artigo era acompanhado de uma ilustração sugestiva sobre o que seriam as aulas do professor Álvaro Vieira Pinto na Universidade Nacional (Fig. 3).

¹⁵³ Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfredo na CPI da UNE, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 25/09/1963. p. 692.

¹⁵⁴ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.11.

¹⁵⁵ Essas informações podem ser lidas na contracapa do livro: SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: Instrumento de Subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

¹⁵⁶ *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 27/06/1960. p. 5.

¹⁵⁷ Movimento de jovens universitários que se engajaram na campanha do candidato udenista Milton Campos para vice-presidência da República nas eleições de 1960, vencida por João Goulart. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 27/06/1960. seção 1, p. 3.

¹⁵⁸ Revista conservadora pró-União Nacional Democrática.

¹⁵⁹ Possível que o nome da sua coluna derive da expressão “clareza meridiana”, que, no início dos anos 1960, era bastante usada nos meios universitários e na própria revista *Maquis*. A clareza meridiana, fazendo referência à claridade máxima que há no meio-dia, em sentido figurado, significa: evidente, óbvio, transparente, luminoso.

¹⁶⁰ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016. p.80.

¹⁶¹ Penúltimo texto na coluna Meridiano em que comenta elogiosamente as críticas de Gustavo Corção a Álvaro Vieira Pinto. *Maquis*. Rio de Janeiro, n.242. 03/1962. p.32

O currículo de Sônia foi construído com trabalhos em veículos de jornalismo ligados à UDN e às diretas. Foi colunista da *Revista Maquis* por dois anos, no período entre o final de 1960 até 1962. Em seguida, passou a colaborar com o também conservador *Jornal Universitário*. Vivia uma contradição em si, dedicava-se ativamente a denunciar o profissionalismo de militantes do movimento estudantil de esquerda, enquanto seu próprio ativismo era remunerado.

Figura 3 – Estudantes fumam, jogam carteadado, brincam, dançam e dormem durante a aula do professor Álvaro Vieira Pinto (identificado por escrever “petróleo” no quadro, na parte esquerda superior da imagem).



Fonte: Adail. *Maquis*. Rio de Janeiro, n.242. 03/1962. p.32

Enquanto Sônia apertava os botões da sua máquina de escrever, combinando ativismo político com remuneração, a história política brasileira produziu eventos cada vez mais repentinos e institucionalmente instáveis. Afinal, haveria outros adjetivos para nos referir à surpreendente renúncia de Jânio Quadros em 1961,¹⁶² a aprovação no congresso da Emenda Constitucional nº 4, que estabeleceu o parlamentarismo como forma de governo, e empossou João Goulart como presidente?

Os artigos da jovem jornalista levaram-na a ser contratada para escrever na coluna “*Encontro Universitário*”, compartilhada com Eduardo Pacheco Jordão no *Jornal do Brasil*, um grande periódico da época, enquanto ainda cursava seu último

¹⁶² Candidato que primeiro teve o apoio de Sônia e que depois passou a ser criticado. *Maquis*. Rio de Janeiro, n. 221, 23/09/ 1960. p.32.

semestre na universidade. Apesar de ganhar “bem para fazer essa coluna”¹⁶³, o trabalho durou apenas três meses, tendo sido dispensada, segundo ela mesma, em julho de 1962, “por artigo que não chegou a ser publicado e no qual fazia uma análise sobre os objetivos políticos da greve”.¹⁶⁴ Sua análise teria desagradado “a linha do jornal” que, na versão dela, “era favorável a todas as agitações políticas”.¹⁶⁵ Longe de ser favorável às manifestações estudantis, o *Jornal do Brasil* buscava se manter “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”¹⁶⁶, de forma aparentemente mais neutra, menos visceral e com críticas pontuais, apostando que esse formato teria mais capacidade de influenciar os jovens estudantes, sem espantá-los.¹⁶⁷ Além do mais, o clima de “bagunça” e contestação ajudava os setores da mídia e das elites econômicas a consolidarem o discurso da incapacidade do então presidente João Goulart de governar o país.

Foi a “Greve por um terço” que pôs Seganfreddo em rota de colisão com a linha editorial do jornal. A greve foi decretada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Metropolitana dos Estudantes (UME), em 1962, para garantir que um terço da representação dos conselhos deliberativos das universidades fosse ocupado por estudantes. Segundo Martins Filho,¹⁶⁸ a deflagração da “Greve por um terço” está entre os dois eventos que marcaram definitivamente o movimento estudantil e refletiram suas ações até o golpe de 1964. O outro episódio havia sido a realização, em 1961, do I Seminário da Reforma Universitária em Salvador, na Bahia.¹⁶⁹

¹⁶³ Depoimento Sonia Maria Saraiva Seganfreddo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 25/09/1963. p.1002.

¹⁶⁴ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Rio de Janeiro, 20/11/1966. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 41.

¹⁶⁵ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Rio de Janeiro, 20/11/1966. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 41.

¹⁶⁶ Essa era a forma como o jornal se definia em 1962. Em 1961, iniciou-se uma grande reformulação do *Jornal do Brasil*, comandada pelo editor e jornalista Alberto Dines, que produziu uma transformação de natureza gráfica e editorial no jornal. Essas transformações foram fundamentais para a consolidação do *Jornal do Brasil* entre os leitores e a construção de uma reputação na sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 05 abr. 2021.

¹⁶⁷ Pode-se inferir a partir da análise dos textos publicados na coluna.

¹⁶⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

¹⁶⁹ Vale ressaltar a construção da cronologia que evidencia eventos e silencia outros, a exemplo da greve contra o Reitor Edgard Santos, que pautou a agenda da Reforma Universitária, posteriormente sistematizada nas resoluções do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, não por acaso organizado em Salvador. Cf. BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

Para Sônia Saraiva Seganfredo, no entanto, a greve teria sido “aceita pelas universidades com conivência de reitores e diretores”¹⁷⁰. Nela, Sônia Seganfredo havia mesclado seu papel de jornalista e ativista, assumindo a tarefa de convencer seus colegas a não participar, inclusive falando com a imprensa. Seu gesto de “‘Furá-la’ sozinha”¹⁷¹ teria inspirado alguns outros estudantes que, durante alguns dias de agosto de 1962, fizeram o mesmo.

Desempregada e hostilizada no meio estudantil, Seganfredo foi procurada pelo jornalista Paulo Vial Correa, secretário de *O Jornal*, e convidada a publicar uma série de “reportagens, sob o título de ‘UNE, Menina dos Olhos do PC [Partido Comunista]’ em número de 14”¹⁷². Apesar de não ter o mesmo prestígio do *Jornal do Brasil*, *O Jornal* também era um jornal de circulação nacional. Seganfredo teria escrito as reportagens motivada “por uma questão de responsabilidade, de conhecimento, de vivência e, acima de tudo, com a sadia pretensão de esclarecer, na medida do possível, à grande maioria dos estudantes desinteressados e ingênuos” sobre “as manobras de elementos regidamente pagos para agitarem o panorama universitário em particular e a Nação em geral.”¹⁷³

Aceitou a proposta mesmo sendo mal paga. As reportagens foram “feitas quase gratuitamente, pois recebi Cr\$ 2.000 (dois mil cruzeiros) por reportagem, num total de Cr\$ 28.000 (vinte oito mil cruzeiros) que o jornal levou meses para me pagar”¹⁷⁴. Isso significava que Seganfredo ganhou pelas reportagens um pouco mais do que recebia mensalmente, entre quatorze e vinte e três mil cruzeiros, uma secretária na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período.¹⁷⁵ Recebendo por matéria, o mesmo pago mensalmente pelas famílias da classe média carioca moradoras de Copacabana à uma trabalhadora doméstica para exercer a função de babá.¹⁷⁶ Nas matérias¹⁷⁷, ela relatou “a

¹⁷⁰ Carta de Sônia Seganfredo ao SNI. Rio de Janeiro, 19/11/1965. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.35.

¹⁷¹ Carta de Sônia Seganfredo ao SNI. Rio de Janeiro, 19/11/1965. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.35.

¹⁷² Carta de Sônia Seganfredo ao Conselho do IPES. Rio de Janeiro, 20/11/1966. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.41.

¹⁷³ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.9.

¹⁷⁴ Carta de Sônia Seganfredo ao Conselho do IPES. Rio de Janeiro, 20/11/1966. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.41.

¹⁷⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04/01/1962, p. 6.

¹⁷⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03/01/1960, p. 9.

¹⁷⁷ Apesar da sua referência inicial, ela menciona sua experiência prática em relação ao movimento estudantil. Os conclaves, congressos, festivais da juventude e outros eventos estudantis são descritos, pela falta de detalhes específicos, provavelmente, a partir das coberturas dos grandes jornais, principalmente

ação nefasta da UNE e do ISEB [Instituto Superior de Estudos Brasileiros]”¹⁷⁸. Foram justamente essas reportagens que motivaram o envio da carta mencionada no início deste capítulo.

1.2 SÔNIA SEGANFREDDO E A GUERRA FRIA CULTURAL

A carta que Sônia Seganfredo recebeu havia sido escrita em 25 de outubro de 1962 pelo punho do então tenente Heitor Aquino Ferreira, membro do exército brasileiro, das alas “que a esquerda insiste sempre em chamar de golpistas”¹⁷⁹. Heitor Ferreira era um leitor compulsivo, dominava o inglês, inclusive naquela altura estava ocupado traduzindo “*Animal Farm*”, de George Orwell, que seria lançado em breve pela Editora Globo em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a *United States Information Agency* (USIA).¹⁸⁰ Além de ler e traduzir, seu esporte favorito era o de conspirar, o que combinava perfeitamente com sua habilidade de dar palpites. Quando escreveu a carta, tinha 26 anos – apenas um ano a mais do que Sônia. Além da juventude, ainda tinham em comum o fato de ser gaúcho, assim como a moça.¹⁸¹ Desde 1961, havia se tornado ativista pela criação do IPES.

O IPES era um organismo formado principalmente por membros da elite empresarial do Rio de Janeiro e de São Paulo – a maioria executivos da geração nascida durante a Primeira Guerra Mundial¹⁸². Muitos deles foram experimentados tanto nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado (camadas mais altas da administração pública e técnicos pertencentes a agências e empresas estatais), quanto em empresas privadas e associações patronais. Eles iniciaram as movimentações que resultaram na formação oficial do IPES em 2 de fevereiro de 1962.

Correio da Manhã, Manchete, O Globo e O Estado de São Paulo, e não de sua experiência empírica nesses tipos de eventos.

¹⁷⁸Carta de Sônia Seganfredo ao Conselho do IPES. Rio de Janeiro, 20/11/1966. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.41.

¹⁷⁹ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.48.

¹⁸⁰*United States Information Agency* foi o principal órgão do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América dedicado à propaganda, tendo atuado entre 1953 e 1999. Durante a Guerra Fria, período em que gozou de maior orçamento e projeção, a agência contribuiu decisivamente para a expansão da influência norte-americana no mundo.

¹⁸¹ GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁸² DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

Apesar de afirmarem que “O IPES não participará de quaisquer atividades político-partidárias [...]”¹⁸³, já estavam presentes noções de engajamento político do empresariado brasileiro, que deveriam contribuir para o “aprimoramento da consciência cívica e democrática do povo” por meio de ações que pudessem “promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.”¹⁸⁴

A despeito do que era declarado publicamente, como demonstrou René Armand Dreifuss, o IPES “coordenava uma sofisticada e multifacetada campanha política, ideológica e militar”.¹⁸⁵ Os esforços dos integrantes do órgão objetivavam a construção de formulações que pudessem pautar a política brasileira, consequentemente conduzindo a sociedade dentro de seu horizonte político modernista autoritário.

Encontrar alguém que partilhasse a visão do seu grupo, com “Essa coragem simples de fazer o que todos deveriam fazer”¹⁸⁶, que conhecia o movimento estudantil e já o havia inclusive enfrentado foi provavelmente estimulante para o jovem tenente. Não é difícil pensar que Heitor Ferreira enxergou em Sônia Seganfredo potencialidades que nenhum dos ipesianos tinha: uma apresentação estética de “moça recatada” e uma escrita feroz e combativa. Em outras palavras, ela poderia ser um “quadro público”, alguém que se comunicasse diretamente com as pessoas jovens. Para tanto, talvez precisasse apenas de uma pequena ajuda do instituto e dos seus poderosos aliados.

O entusiasmo do tenente pode ser medido pela sua reação às reportagens escritas pela jovem em *O Jornal*. Agindo como editor, ele comprou os números atrasados do jornal e organizou os artigos em álbum¹⁸⁷ que foi entregue ao setor de inteligência organizado no âmbito do IPES, o “grupo de levantamento”. Enquanto o álbum era apreciado pelos membros do IPES, Heitor Ferreira, “Sem esperar ocasião a respeito - o que seria aconselhável e apropriado”¹⁸⁸ - antecipou-se à decisão do seu superior e enviou

¹⁸³ Estatuto do IPES, Arquivo Nacional, Fundo IPES, seção “Estatutos, regulamentos, atas e registros do IPES.” ver BR. RJ AN RIO.QL.0. OFU, 1. p.6.

¹⁸⁴ Estatuto do IPES, Arquivo Nacional, Fundo IPES, seção “Estatutos, regulamentos, atas e registros do IPES.” ver BR. RJ AN RIO.QL.0. OFU, 1. p.6.

¹⁸⁵ DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ, Editora Vozes, 2008, p.176.

¹⁸⁶ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.53. p.46.

¹⁸⁷ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.53. p.50.

¹⁸⁸ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.53. p.50.

“Vários exemplares de algumas plaquetas que estavam a mão, pelo correio, com remetente”¹⁸⁹ para a jovem.

Entre o material que lhe foi enviado precipitadamente, estava um exemplar do livro *Nome Secreto*, de Lin Yutang¹⁹⁰, publicado no Brasil em 1961 pela Editora Itatiaia com recursos financeiros da USIA e distribuído pelo IPES.¹⁹¹ Para Heitor Ferreira, a escolha desse livro em especial se deve à suposta reação das esquerdas ao livro, como podemos ler no trecho da sua carta: “O livro que Regina [sua esposa] e eu lhe estamos oferecendo, o *Nome Secreto*, é uma obra que tem de interessante o fato de ter tido quase toda edição em português comprada pelo PC [Partido Comunista]. Compraram-na com o objetivo de fazê-la sumir.”¹⁹²

O entusiasmo e a pressa de Heitor Ferreira provinham da conjectura de que os escritos de Sônia poderiam produzir um cenário similar ao do livro de Lin Yutang. Assim, propagariam ideias conservadoras e anticomunistas, e ainda lucrariam com o desconforto das esquerdas. Além disso, havia a necessidade de “[...] não deixar morrer o movimento contra a UNE”.¹⁹³ Esses foram critérios relevantes na avaliação sobre a potencialidade dos escritos da jovem Sônia Maria Saraiva Seganfredo.

No apressado pacote de correio, ainda havia outro regalo, um “quadro anexo” para que a moça pudesse analisar:

O quadro anexo é um trabalho que vale a pena examinar. Ofereço-lhe este e já lhe prometo as próximas “edições”. Como especialista que é, notará certa debilidade na parte referente ao campo estudantil. De fato, é até bom que note. Talvez possa mesmo auxiliar na nova montagem

¹⁸⁹ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.50.

¹⁹⁰ Lin Yutang nasceu em 10 de outubro de 1895, em Changchow, na China. chefe da Divisão de Artes e Letras da UNESCO entre 1948-1949, cursou bacharelado em Artes, St. John's University (1916); mestrado na Universidade de Harvard (1922); e Doutorado em Linguística, Universidade de Leipzig (1923). In: <https://atom.archives.unesco.org/lin-yutang> acessado em 20/03/2020. Em *O Nome Secreto* Yutang apresenta o nome secreto do “temível antagonista que dirige o proletariado” contra o regime burguês. O título do livro é inspirado em um texto do poeta alemão Heinrich Heine e em uma parábola de Confúcio sobre a necessidade de usar os nomes corretos para as coisas. O livro propõe “chamar as coisas por seus nomes corretos” ou seja, chamar, os soviéticos de autocratas; e estabelecer os povos e as lideranças sindicais, camponesas e socialistas como vítimas de um regime autocrata. Para ele, a transformação dos países soviéticos em autocracias são resultados do triunfo da natureza humana sobre o marxismo. Partindo desses pressupostos Yutang tenta mostrar a transformação dos países socialistas em autocracias que reprimem seu próprio povo. (YUTANG, Lin. *O Nome Secreto*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1961, p.11-12)

¹⁹¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR, Eduem, 2015.

¹⁹² Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 46-48. Talvez a menção da esposa seja para evitar outras interpretações equivocadas por parte da moça em relação ao objetivo da carta.

¹⁹³ Fala de Harold Cecil Polland, presidente do conselho do IPES-GB, na Reunião da Comissão Diretora 21/08/1962. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.9.p.20.

futura. Mostre-o a quem achar interessante, à vontade, deixe copiar, inclusive. Só não convém publicar e peço que não mencione a origem do recebimento.¹⁹⁴

Existem três elementos importantes nesse trecho:

O primeiro, sobre a natureza do “quadro anexo” enviado junto com as publicações para Sônia Segnanfredo, mesmo sendo ela uma desconhecida. Não se sabe ao certo que “quadro anexo” era esse. Como em outro momento da carta, Heitor Ferreira menciona que havia enviado um “Quadro da Infiltração”¹⁹⁵, tratava-se de uma análise de conjuntura e da “infiltração” das esquerdas no governo de João Goulart, dividida por setores sociais: “Campo Político”, “Clero”, “Campo Sindical”, “Campo estudantil”, formato costumeiro das análises de conjuntura do IPES. O material era similar à “análise da situação política” feita pelo general Golbery Couto e Silva, “um dos fundadores da Escola Superior de Guerra onde serviu até 1955, oficialmente integrante da equipe do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”,¹⁹⁶ para a cúpula de empresários do IPES, em 15 de janeiro de 1963.¹⁹⁷ Nesse documento, o general Golbery informava à cúpula ipesiana que a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) estava construindo encontros regionais de natureza “marcadamente esquerdista”¹⁹⁸ e planejava uma greve geral para o início do ano, enquanto a UNE estaria intensificando, “com auxílio financeiro do exterior, suas atividades de propaganda (Movimento de Cultura Popular)”¹⁹⁹.

Golbery do Couto e Silva estava convencido da necessidade de interferir na linha do MEC, com objetivo de conter o apoio a entidades como a UNE e órgãos como o ISEB.

A investidura do novo Ministério da Educação, da corrente democrática, propicia efetivas manobras de contenção das entidades estudantis da esquerda, bem assim como do ISEB, quando mais não

¹⁹⁴ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Segnanfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 48.

¹⁹⁵ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Segnanfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p. 52.

¹⁹⁶ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Segnanfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.52.

¹⁹⁷ A primeira análise da situação política feita por Golbery para a cúpula de empresários do IPÊS In: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/apreciacoes-golbery-csn-ipes-sni-parte-2#pagina-9> acessado em 21/03/2020.

¹⁹⁸ A primeira análise da situação política feita por Golbery para a cúpula de empresários do IPÊS In: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/apreciacoes-golbery-csn-ipes-sni-parte-2#pagina-8> acessado em 21/03/2020.

¹⁹⁹ A primeira análise da situação política feita por Golbery para a cúpula de empresários do IPÊS In: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/apreciacoes-golbery-csn-ipes-sni-parte-2#pagina-9> acessado em 21/03/2020.

seja – pela simples negativa de apoio às suas atividades subversivas, hoje bem desmascaradas [...].²⁰⁰

O segundo aspecto do documento que merece ser sublinhado é o reconhecimento de que a “situação estudantil” era uma área com poucos dados para a composição de um diagnóstico mais preciso. Isso, ao mesmo tempo, mostrava a pouca entrada dos ipesianos no meio estudantil, apesar de financiarem jornais estudantis e proverem apoio para alguns grupos de estudantes “democráticos”. Conseqüentemente, essa avaliação valorizou ainda mais o contato entre Sônia Seganfredo e o também jovem tenente ipesiano Heitor Ferreira. Dois jovens engajados em projetos conservadores, em contraste com a mitologia dos jovens revolucionários dos anos 1960.²⁰¹

Finalmente, o fragmento elaborado por Golbery revela a obsessão dos ipesianos pela temática da juventude e suas organizações. As transformações políticas e o repertório cultural dos anos 1950 fizeram com que, nos primeiros anos da década de 1960, as juventudes das classes médias urbanas organizadas no movimento estudantil se tornassem um setor ativo na vida política brasileira, atraindo os holofotes da mídia, das principais organizações políticas e do governo. Nos anos que precederam ao golpe civil-militar, três formas de “rebeldia” social eram evidentes, segundo Paul Singer²⁰²: um movimento estudantil ativo, cujas ações provocaram grande impacto na opinião pública; um movimento camponês que ocupou terras; e um movimento operário com trabalhadores se organizando, tomando os sindicatos estatais.²⁰³ Esses movimentos foram protagonistas no processo de expansão e garantia das transformações políticas e sociais durante as décadas de 1950 e 1960.

O fortalecimento dessas entidades do movimento estudantil - UNE, entidades estaduais e metropolitanas (nas grandes cidades) - e a relação de proximidade que elas tinham com o governo de João Goulart, incluindo financiamento e participação delas

²⁰⁰ A frase final, "Hoje bem desmascaradas", pode ser uma referência as reportagens de Sonia Seganfredo. Apreciação de Golbery no CSN, no IPES e no SNI. Parte 2 – IPES. p.4 ver <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/apreciacoes-golbery-csn-ipes-sni-parte-2#pagina-9> . Acessado em 05/10/2018.

²⁰¹ Para a crítica da essencialização dos jovens como revolucionários ver PASSERINI, Luiza. A Juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens 2: A Época Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁰² SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.18.

²⁰³ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004; NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

nas campanhas das reformas de base, preocupavam os ipesianos, pois esses movimentos estudantis organizados poderiam ser um obstáculo para a aprovação, no congresso nacional, de reformas que atendessem aos interesses das elites econômicas e dos modernistas autoritários, como interpretou o pesquisador Marcos Côrrea, da urgência dos ipesianos de produzir material para a juventude.²⁰⁴ Essas reformas eram vistas pelos ipesianos como uma oportunidade de mudar a lógica da orientação política dos interesses públicos estatais para os interesses privados industriais²⁰⁵. Por isso, os ipesianos não poderiam prescindir de apoio entre os jovens, ou no mínimo esperavam neutralizar a contestação que poderia acontecer a partir dos movimentos estudantis, do movimento sindical e dos movimentos de trabalhadores rurais.

Por isso, ainda nos primeiros meses de funcionamento, o IPES buscou formas de interferir no movimento estudantil e no ambiente universitário, promovendo a cultura empresarial, o liberalismo e o anticomunismo.²⁰⁶ Essas eram formas de evitar que cada vez mais estudantes passassem a orbitar organizações como a UNE. Em meio à escalada de mobilização da greve estudantil pelo direito de ter um terço (1/3) das representações universitárias e do XXV Congresso da UNE, em julho de 1962, os jovens, principalmente aqueles que compuseram o movimento estudantil universitário, foram o foco do debate entre os seus membros do IPES, como podemos inferir dos registros da reunião do Comitê Executivo, de 23 de julho de 1962, por exemplo.²⁰⁷

A preocupação e a obsessão por esse setor social levou o IPES, como demonstrou René Armand Dreifuss (2008), em algumas ocasiões, a apoiar política e financeiramente algumas campanhas eleitorais estudantis.²⁰⁸ Também canalizou contribuições empresariais através de anúncios em jornais estudantis aliados, como o *Juventude Universitária*, o *Jornal Universitário* (jornal de que Sônia havia participado), o *Correio Acadêmico*, etc.. Além disso, promoveu o contato entre empresários e

²⁰⁴ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963)*. Dissertação de mestrado [Ciências da Comunicação], Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

²⁰⁵ DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

²⁰⁶ PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Editora UEL, 1998.

²⁰⁷ Reunião do Comitê Executivo do IPES-GB de 23/07/1962. Fundo IPES, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.9. p.183.

²⁰⁸ Reunião da comissão diretora do IPES em 6/11/1962, Reunião do IPES 21/11/62 e reunião do Comitê Diretor do IPES-GB, 27/3/62. Fundo IPES, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.9

universitários, através da “Instituição de Departamento de Estágios”, como de feiras de livros que serviam de canais de distribuição para as publicações do instituto.

Sobre a questão de como interferir no movimento estudantil, especificamente, algumas divergências surgiram entre os ipesianos. Por um lado, alguns membros propunham ação direta através da tática de infiltrar “elementos democráticos” dentro do universo do movimento estudantil. Outros membros acreditavam numa ação mais silenciosa, defendendo que o instituto deveria orientar, influenciar, fornecer material intelectual, mas não participar diretamente.²⁰⁹ Definiram-se pela segunda tese.

No documentário “Deixem o estudante estudar” (1963), gravado pelo IPES no Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil após a greve pelo um terço (1/3) de representação estudantil nos conselhos universitários e distribuído por meio do estabelecimento de parcerias com entidades religiosas, clubes, sindicatos e pequenas salas de exibição ²¹⁰, foram excluídas da vida estudantil universitária as atividades políticas e extracurriculares:

“Deixem o estudante estudar”, demonstra ao estudante que o “caminho certo” a ser seguido é a sua “dedicação ao estudo”. O filme procurou aplicar às ações do estudante a responsabilidade de quem seria o “herdeiro” das “riquezas da nação”. Essa “responsabilidade”, na constituição da imagem do estudante, agregou-lhe características diferenciadas do mesmo modo o filme “Depende de mim”, onde se procurou atribuir responsabilidade aos trabalhadores “comuns”, evitando representá-los em ações que não indiquem sua “dedicação” ao trabalho.²¹¹

O filme descreve o que deveria ser o modelo da vida estudantil, pacata e tranquila, enfatizando a importância dos universitários como futuros trabalhadores “construtores” do país. O filme foi concebido em meio ao contexto estudantil de 1962, por isso “abusou da imagem do estudante ‘ordeiro’ para se contrapor àquele cujas ações conturbavam o cotidiano do país”²¹². Porém, “sua preocupação principal está centrada na ideia de apresentar a massa dos estudantes, como distintos de outro grupo, caracterizado como ‘agitadores’ e ‘demagogos’.”²¹³ Sobre essas distinções, Sandra de

²⁰⁹ Reunião do Comitê Diretor IPES-GB de 27/3/1962. Fundo IPES, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL.0.OFU.8, p.24.

²¹⁰ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963)*. Dissertação de mestrado [Ciências da Comunicação], Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

²¹¹ Ibid., p. 106.

²¹² Ibid., p. 109.

²¹³ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963)*. Dissertação de mestrado [Ciências da Comunicação], Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005, p. 107.

Cássia Araújo Pelegrini encontrou-a ao analisar o panfleto “Queremos Reformas” (1967) do IPES.²¹⁴ Quem também observou esse fenômeno foi Katya Mitsuko Zuquim Braghini que ao analisar o discurso conservador da Revista da Editora do Brasil S/A (EBSA), identificou a existência dessa distinção, a qual, usando vocabulário dos próprios conservadores, chamou de “juventude estudiosa”. A juventude estudiosa era “aquela que não seguia os ditames da UNE, que não passavam o seu apreço aos ‘agrupamentos cubanos infiltrados’; não se misturava aos estudantes grevistas; resistia às pressões espúrias [...]e não se ocupava com atividades extra-escolares voltadas para a agitação [...]”.²¹⁵ A tática discursiva era muito similar à adotada por Seganfredo.

Cooptação, filmes, livros e financiamento: essas eram as armas do IPES contra a “bolchevização” das juventudes. Heitor enviou a Sônia, pelo correio, o livro de Lin Yutang com os demais materiais, como primeiro contato. No entanto, após ler o material no álbum, o general Golbery decidiu assumir o protagonismo no contato com a jovem moça. Para Heitor Ferreira, Golbery do Couto e Silva tinha optado por assumir a dianteira nas negociações porque “ele é da reserva e eu [Heitor Ferreira] não”²¹⁶, admitindo que a matéria exigia mais cuidado e sutileza. Então, Heitor Ferreira, para evitar que seu superior identificasse sua falta de cautela, decidiu enviar-lhe um novo bilhete, dessa vez por um mensageiro, mesmo sem saber se o correio já havia lhe entregue a postagem anterior, para combinar com a moça os detalhes da interação com o general Golbery do Couto e Silva. “O general fará contato pessoalmente com você - que não sabe de nada”,²¹⁷ escreveu e sublinhou. Em seguida, prevendo os passos de seu chefe, aconselhou-a: “Combinarão detalhes, como se fosse novidade e sem mencionar o assistente dele – tenente Heitor – que adiantou-se na operação e não pôde mais sair dela, pois o Correio não devolve impressos registrados.”²¹⁸

Heitor Ferreira conhecia Golbery desde 1955. Desde lá, mantinham uma intensa troca de cartas, um “diálogo pedagógico em que, ao mesmo tempo que ensinava,

²¹⁴ PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina, Editora UEL, 1998.

²¹⁵ Braghini, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010, p.194.

²¹⁶ Carta de Sônia Seganfredo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN.QL0.OFU.53. p.41.

²¹⁷ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.52.

²¹⁸ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.52.

desabafava e aprendia.”²¹⁹ Em 1962, o jovem tenente já conhecia Golbery o suficiente para prever seu *modus operandi*. (Fig. 4) Golbery Couto e Silva “Telefonará considerando-a para uma entrevista, etc.. Provavelmente lhe dará um Quadro da Infiltração igual a este que estou enviando e que você não reconhecerá, claro. [...] Acredito que telefonará segunda-feira próxima.”²²⁰

Figura 4 - Golbery (à esquerda), Geisel (ao centro) e Heitor de Aquino Ferreira (à direita). Entre 15 abr. 1964 e 15 mar. 1967.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, Coleção Geisel.

Sônia Seganfredo foi contactada pelo general da reserva e convidada para uma reunião. Não sabemos onde ocorreu o encontro. Golbery era uma figura discreta e nesse período dificilmente saía de casa, porque sua esposa, Esmeralda, sofria crises psicóticas. Por essa razão, é possível que esse encontro tenha acontecido em Jacarepaguá, na zona Oeste do Rio de Janeiro, onde residia e entulhava livros.²²¹

Outra possibilidade era o restaurante do Jockey Clube do Rio de Janeiro. Os ipesianos representavam assíduos frequentadores daquele restaurante, que era bastante movimentado - o que não combinava com estilo Golbery de tratar coisas sigilosas fora dos holofotes da sociedade e da mira da imprensa. Pode ter ocorrido ainda no conceituado restaurante *Terrasse*. Igualmente sofisticado, era uma espécie de anexo ipesiano, já que estava situado no terraço do mesmo edifício no Largo da Carioca, no

²¹⁹ GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 143.

²²⁰ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfredo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.52.

²²¹ GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

centro do Rio de Janeiro, onde estava sediado o IPES. Essa opção teria sido mais fácil para Seganfreddo, moradora de Santa Tereza, e mais ao estilo do general Golbery.

Na hora, local e data combinada, Sônia Seganfreddo encontrou o general, vestido com terno cinza, óculos de aro fino e cabelo cortado rente – como era sua apresentação metodicamente cotidiana.²²² Durante o encontro, o general Golbery repetiu, com sotaque que denunciava a origem gaúcha, o que já lhe havia sido antecipado na carta de Heitor Ferreira, a saber, que o IPES desejava incluir “sua série ‘A UNE menina dos olhos do PC’ naturalmente adaptada, ampliada e atualizada até os últimos fatos”²²³ numa “coleção de cadernos” a serem publicados por editoras parceiras do IPES.

Uma dessas parceiras era a *Edições GRD*, fundada pelo empresário baiano, de Ilhéus, Gumercindo Rocha Dórea, em 1956, “no campo das instituições integralistas dedicadas às políticas culturais e, portanto, ao esforço de afirmação e propagação da doutrina por meio de produtos com rótulo instrucional ou educativo”.²²⁴ Gumercindo Dórea e a GRD, como mostrou Laura de Oliveira (2015), não foram apenas órgãos auxiliares financiados pelo IPES, como a historiografia brasileira que trata do IPES nos fez crer, centrando-se em figuras como Golbery, mas um intermediário fundamental entre o IPES e a USIA. Uma ponte entre a direita brasileira e os interesses da diplomacia americana no contexto da Guerra Fria.

Nessa conversa com Golbery, Sônia Seganfreddo foi avisada sobre os detalhes, inclusive do sigilo necessário e exigido para tornar o livro realidade. Ela concordou em “comprometer-se a jamais pronunciar o nome do órgão”²²⁵. Assim, a GRD “publicaria o livro que seria financiado, vendido por preço bem mais inferior ao seu custo real.”²²⁶ Em seguida, “Para efeito de “legalização”²²⁷, ela assinou o “contrato em que ficava estipulado que a autora receberia 10% (dez por cento) do valor de cada exemplar,

²²² GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.113.

²²³ Carta de Heitor Ferreira para Sônia Seganfreddo. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53.p.50

²²⁴ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR, Eduem, 2015, p.13.

²²⁵ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.40.

²²⁶ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.41.

²²⁷ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.41.

conforme regra em qualquer edição”.²²⁸ Ainda, segundo Sônia Seganfreddo, “Disse-me o general Golbery que depois trataria comigo um pagamento suplementar por parte do IPES”.²²⁹

Em janeiro de 1963, portanto, dois meses depois de receber a carta de Heitor Ferreira, os originais foram entregues por Sônia Seganfreddo. Contudo, algumas modificações, das quais não sabemos ao certo quem fez as sugestões de alteração no texto, nem quais os trechos alterados, foram solicitadas pelos norte-americanos. Sonia apenas mencionou anos mais tarde, sem grandes especificações, após uma conversa com o general ipesiano Heitor Herrera, em carta ao IPES, que não ficou sabendo “[...] o porquê do envolvimento da embaixada americana e a preocupação desta em fazer alterações no livro”.²³⁰

O que se sabe é que, entre 1961 e 1963, com a eleição de John Kennedy, que inclusive visitou o Brasil em 1961, houve reformas²³¹ na USIA, incluindo aumento do aporte financeiro. O contexto latino-americano da Guerra Fria intensificou as preocupações norte-americanas com o comunismo no Brasil e, por conseguinte, provocou a intensificação das atividades da agência no país²³² De acordo com relatório secreto da CIA, de agosto de 1963, portanto, ainda durante o governo do presidente Kennedy, a diplomacia e o serviço secreto norte americanos trabalhavam para

Expandir vigorosamente o progresso atual, destinado a reduzir a influência de extremistas comunistas e outros anti-EUA entre grupos de estudantes e professores, expandindo as visitas mais frequentes de professores e grupos de estudantes aos EUA, treinando-os direta ou indiretamente em organização e liderança, assistência [Palavra omitida] aos elementos anticomunistas, um crescente esforço de publicação e tradução de livros e facilitação de visitas e tarefas de ensino e estudo no Brasil de professores e alunos com capacidade de influenciar as atitudes locais de maneira construtiva.²³³

²²⁸ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO QL0.OFU.53. p.41.

²²⁹ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO QL0.OFU.53. p.4.

²³⁰ Carta de Sônia Seganfreddo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN.QL0.OFU.53. p.34.

²³¹ Segundo Fernando Santomauro essas mudanças na USIA tiveram como objetivo segmentar e qualificar as ações: “O objetivo seguido era não mais atingir todos os segmentos das populações, mas atingir os necessários. Era o objetivo atingir determinados grupos-chave e não mais o difuso objetivo de seu lema originário: ‘*To tell America’s story abroad*’ .” SANTOMAURO, F. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p.152.

²³² SANTOMAURO, F. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p.152.

²³³ *Vigorously expand present progress designed to reduce the influence of communist and other anti-US, extremists among students groups and professors, by expand of more frequent visite of professors and student groups to the US, direct or indirect training of them in organization and leadership, [?]*

Os norte-americanos seguiram à risca seu planejamento. Diversas ações foram promovidas nessa direção: suporte para financiamento para publicações, como o livro de Sônia Seganfreddo, e traduções intermediadas ou distribuídas pelo IPES.²³⁴ Segundo Fernando Santomauro, o ano de 1963 foi extremamente relevante para a USIA:

O ano de 1963, por exemplo, foi o ano mais produtivo da história da agência até então, com 1202 publicações diferentes, com mais de 10 milhões de cópias distribuídas em 36 línguas. Só na América Latina a tradução de obras americanas cresceu de 64 edições e 540 mil cópias em 1961, para 332 edições e 3 milhões e 500 mil cópias em 1963 (em português e espanhol).²³⁵

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento na entrada de americanos no Brasil entre 1961 e 1964 (Gráfico 3). Nesse período, a média anual de entrada de norte-americanos oscilou entre cinco a sete mil, dentre eles, voluntários dos Corpos da Paz, estrelas do anticomunismo católico, como o padre Patrick Peyton,²³⁶ e agente de operações da CIA, como o Vernon Walter.²³⁷

O livro de Sônia Seganfreddo compôs um cenário maior de publicações anticomunistas cujas editoras foram financiadas pela USIA²³⁸ no período anterior ao golpe de 1964. Sem falar que a ampla publicação de obras estrangeiras viabilizadas pela

assistance to anti-communist students elements, a growing publication and book translation effort, and facilitation of visits and teaching and study assignments in Brazil of professors and students with the capacity to influence local attitudes constructively. [tradução nossa] In “Proposed secret term policy-Brazil”. Folder Title: Brazil: Security, 1963. John F. Kennedy Library and Museum. Boston - MA, agosto/1963 código: JFKPOF-112-015. p.117

²³⁴ Cf. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR, Eduem, 2015; OLIVEIRA, Laura de. “No princípio era verbo”: a United States Information Agency (USIA) e a disseminação de livros anticomunistas no Brasil nas prévias do golpe civil-militar (1953-1964) In: CARDOSO, Lucileide C.; CARDOSO, Celia C. (org.). *Ditaduras: memórias, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017.

²³⁵ SANTOMAURO, F. *A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015, p.162.

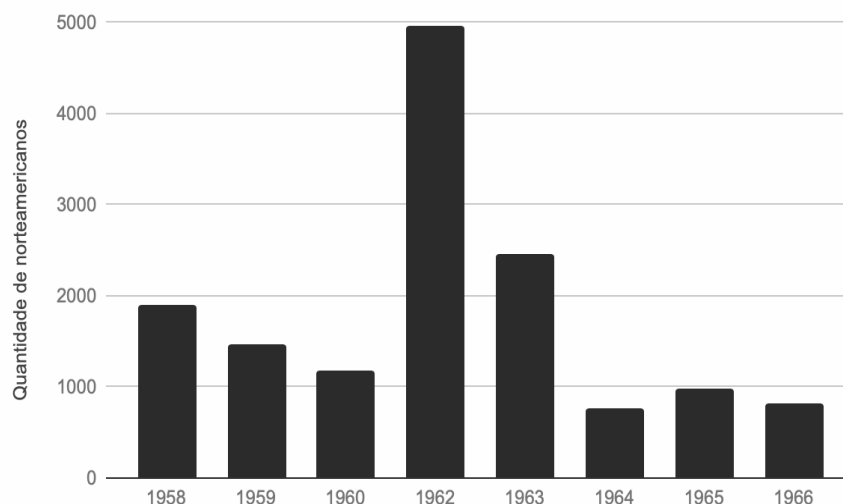
²³⁶ NAPOLITANO, M. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

²³⁷ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

²³⁸ Editoras que receberam subsídios da USIA nos seus vinte anos de atuação no Brasil: “A Casa do Livros, Agir, Aliança, Alvorada, Americana, Ao livro Técnico, Arte moderna, Artenova, Atena, Atlas, Bloch, Cadernos Brasileiros, Caravela, Círculo do Livro, Civilização Brasileira, Clássica Brasileira, Clássica-Científica, Clube do Livro, Companhia Nacional, Correio da Manhã, Cultrix, Cunha, Dirigentes, Dominus, Edinova, Ediouro, Editora das Américas, Esdeva, Expressão e Cultura, Globo, GRD, Ibrasa, Ipanema, Itatiaia, Letras e Arte, Lisador, Livros do Século, Martins, Melhoramentos, Nacional de Direito, Nova Aguilar, O cruzeiro, Oasis, Panamericana, Pioneira, Pongetti, Presença, Record, Revista Branca, Saraiva, Tribuna da Imprensa, Tupy, Victor, Vozes e Zahar.” OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR: Eduem, 2015, p.130.

USIA fomentou fundamentalmente o mercado editorial brasileiro.²³⁹ Considerando apenas o período de 1961 a 1963, encontra-se um número significativo de obras importantes para o repertório anticomunista brasileiro e internacional sendo publicadas no Brasil.²⁴⁰ Além disso, apenas a editora GRD, no período de 1962 a 1968, apresenta a quantidade de quarenta e sete livros publicados com os subsídios da USIA, como apontou Laura de Oliveira²⁴¹.

Gráfico 3 - Entrada de norteamericanos no Brasil. (1958-1966)



Fonte: BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p.138. 1961* Os números relativos a esse ano não estão disponíveis.

²³⁹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR: Eduem, 2015.

²⁴⁰ Publicações como os três livros produzidos pela Cruzada Brasileira Anticomunista, *Como se desenvolve a ofensiva, O que é comunismo, Planos russos visando o domínio mundial*, publicados em 1961 pela Editora Vozes; *Como tornar-se um bom comunista* de Vayko, publicado em 1961 pela Itatiaia; *Marxismo e religião*, de Herald Barbuy publicado em 1961 pela editora Dominus; *Visões da Rússia e do mundo comunista*, de Silveira Bueno (1961) publicado pela editora Saraiva; *Cristianismo e comunismo*, de autoria do padre Henri Chambre (1962); *A Guerra Política*, publicado pela Presença e *Em cima da hora*, pela Record, ambos de Suzanne Labin (1962; 1963); *O nome secreto*, de Lin Yutang (1962); *Mestres do embuste: A história do comunismo na América e como combatê-lo*, de J. Edgard Hoover (1963) pela Itatiaia; *O que devemos saber sobre o comunismo*, de Harry e Bonaro Overstreet (1963) pela Itatiaia; *Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo!)*, de Fred Schwarz (1963) pela Dominus; e *Os mistérios da China Vermelha*, de Mark Tennien (1963) pela Livraria Clássica Brasileira. Além dessas publicações cujas editoras receberam financiamento USIA, acrescenta-se outros, que também produziram impactos *Sedução comunista, reflexão cristã*, de Émile Rideau (1962) publicado pelo Colégio Loyola; *Carta Pastoral sobre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*, publicado pela Diamantina e *Catecismo anticomunista*, pela Vera Cruz, ambos de autoria de Dom Geraldo de Proença Sigaud (1962a; 1962b); e *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*, de Michel Schooyans (1963) publicado pela editora Herder. Ver OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR: Eduem, 2015.

²⁴¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial: A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR: Eduem, 2015.

As prensas terceirizadas pela Edições GRD, movidas a dólares da *USIA*, imprimiram o livro, em 1963. Foi assim que o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais viabilizou, por meio da sua relação com a Edições GRD, o referido livro de Seganfreddo²⁴², cuja contracapa afirmava ser “um trabalho que não poderá faltar nas mãos de um estudante, de um político, de um militar, de um empresário, de um funcionário público, de quem quer que seja que tenha responsabilidade nos destinos futuros da Nação Brasileira”.

1.3 DO LIVRO DE SEGANFREDDO À CPI DA UNE

Considero o livro *UNE: instrumento de subversão* (1963), escrito por Sônia Seganfreddo, um importante artefato na Guerra Fria Cultural na América Latina.²⁴³ Os bastidores de sua elaboração e o conteúdo desse livro são um bom exemplo de como as direitas brasileiras e organismos internacionais se relacionavam, promovendo lideranças conservadoras e fomentando conteúdo anticomunista cujo objetivo era a demonização da luta social e da contestação política às desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista.

Em meio à Guerra Fria, não foi trivial ter tantos recursos para promover um livro que apresentava a UNE, a principal organização estudantil do período como

[...] uma das maiores células do comunismo internacional instalada em nosso território, servindo, os seus elementos, aos agentes bolchevistas, de quem, provavelmente, recebem dinheiro, pelos caminhos mais diversos... A entidade estudantil, portanto, constitui-se num problema de segurança nacional.²⁴⁴

O livro de Sônia Seganfreddo assumiu uma postura retórica bastante inteligente e engenhosa. Ele apresenta um discurso que adota o tom de mudança e a reivindicação, tão presente entre os jovens universitários dos anos 1960, assumindo assim a forma, mas modificando o conteúdo. Isso pode ser exemplificado no trecho em que a autora sugere que as juventudes devem lutar, desde que pelas causas corretas:

À juventude compete a tarefa de lutar e, futuramente, galgar os postos de mando da Nação. E é na juventude, revolucionária por natureza, e

²⁴² SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963.

²⁴³ CALANDRA, Benedetto; FRANCO, Marina. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas. In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (org.). *La guerra fría cultural en la América Latina: Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

²⁴⁴ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.10-11.

desencantada com a irresponsável democracia brasileira, que se incute ideias e técnicas marxistas-leninistas ao invés de esclarecê-la e animá-la para a reconstrução de um Brasil melhor, mais humano, formado por homens dignos e responsáveis.²⁴⁵

O ponto central do livro encomendado pelo IPES e viabilizado pela parceria USIA e Edições GRD é a criminalização da atuação da UNE. Três práticas, supostamente, justificavam essa criminalização: a infiltração comunista, a profissionalização do movimento estudantil e os comportamentos amorais.

A infiltração comunista internacional era explicada a partir das conexões que a UNE tinha com organizações estudantis estrangeiras e por sua organização política. Esse também era um ponto bastante consolidado entre os ipesianos. A UNE figurava em documentos do instituto em que atestavam “a articulação já comprovada e as ‘frentes’ do comunismo internacional para subversão da juventude (UIE) [União Internacional dos Estudantes] e (FMJD) [Festivais Mundiais da Juventude e Estudantes], filiando-se à primeira e organizando a delegação brasileira ao festival da segunda, em Helsinque [1962].”²⁴⁶

O Festival Mundial da Juventude, “*World Festival of Youth and Students*”, em 1962, na capital finlandesa, Helsinque, estabelecido sob a estreita orientação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de seus aliados, foi um capítulo à parte da Guerra Fria, comparável, segundo os historiadores finlandeses Joni A. Krekola e Simo Mikkonen (2011), a dois outros importantes eventos na Guerra Fria: a Crise de Berlim (1961) e a Crise dos Mísseis em Cuba (1962).²⁴⁷

O festival da juventude foi fruto de uma engenharia política que explorou a posição de neutralidade apregoada pelo então governo finlandês. Se, por um lado, o governo de Kekkonen²⁴⁸ temia que o evento reforçasse ainda mais a imagem da Finlândia como um país sob o domínio soviético, por outro, um país neutro, como queria o Partido do Centro na época no poder, não poderia banir o festival. Assim, cerca de 10.800 jovens de 137 países²⁴⁹, incluindo a delegação americana, com cerca de 600 integrantes, se deslocaram, em pleno verão ártico, para a capital finlandesa. Havia

²⁴⁵ Ibid., 1963, p.10.

²⁴⁶ Documento sobre atividade de setores opositores. Fundo IPES, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, código: AN.BR.RJ.QL.0.CDI.21, p.4.

²⁴⁷ KREKOLA, Joni; MIKKONEN, Simo. *Backlash of the free world/ The US presence at the World Youth Festival in Helsinki, 1962*. Scandinavian Journal of History, v. 36, n. 2. 2011, pp. 230-255.

²⁴⁸ Urho Kaleva Kekkonen, nascido em 3 de setembro de 1900 e falecido em 31 de agosto de 1986, foi membro da Liga Agrária e do Partido do Centro. Além disso, foi o oitavo e mais longo Presidente da Finlândia (1956–1982).

²⁴⁹ KOTEK, Jöel. *Students and the Cold War*. New York: Palgrave Macmillan, 1996.

provocações de ambos os blocos. Usando táticas conhecidas, a CIA investiu um significativo volume de dólares para tentar conter a influência soviética. Esse suporte possibilitou aos americanos a montagem de uma programação paralela, com exposições de arte moderna e arquitetura do acervo do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (*MoMA*), embalado ao som do jazz (e incitamento ao consumo de uísque ocidental, segundo os soviéticos), com o intuito de exibir todas as vantagens do “mundo livre”. Enquanto a organização pró-soviética usava os alto-falantes espalhados pela cidade que constituíam o principal meio de comunicação local, os grupos de mídia ocidentais – sob orientação americana – controlavam as notícias que saíam da charmosa cidade nórdica para o mundo. O festival também foi importante pelos seus intensos tumultos²⁵⁰ envolvendo policiais e jovens finlandeses contrários à realização do festival, manifestação nazista em frente ao Museu municipal de Helsinque e a extensa atuação clandestina da CIA²⁵¹. Além desses aspectos, o evento foi marcado pelo desfile da diversidade cultural e étnica das juventudes que coloriram Helsinque.²⁵²

A ideia de infiltração comunista, presente no livro de Sônia Seganfredo, traz consigo a “ameaça proveniente do exterior [...] Os comunistas, inimigos externos do país, se infiltrariam na organização social brasileira tal como agentes patológicos, colocando em risco a integridade da nação.”²⁵³ Dessa forma, as relações de solidariedade e conexão internacional da UNE eram consideradas “[...] mero pretexto, que serviria para encobrir o interesse de potências estrangeiras em dominar o Brasil.”²⁵⁴ Esse aspecto em particular tinha significativo apelo entre a Câmara de Deputados. Como defende Silvio Luiz Gonçalves Pereira, “A temática da infiltração estrangeira nas questões internas brasileiras constituiu-se numa das mais recorrentes nas 83 comissões formadas no período 1963-1966. Esteve presente em dezesseis delas, das quais nove

²⁵⁰ Um protesto contra o festival e, em particular, contra a delegação soviética se transformou em uma série de confrontos violentos entre jovens finlandeses e a polícia, que usou cavalaria e gás lacrimogêneo para combater as multidões rebeldes composta por cerca de 2.000 a 3.000 jovens, algo incomum para o contexto finlandês. Os organizadores do festival atribuíram as ações às delegações estrangeiras, enquanto os jornais internacionais e os locais, que interromperam o boicote ao evento, noticiaram que os protestos foram espontâneos e genuinamente finlandeses. Vale destacar que o festival aconteceu sem o apoio da organização estudantil nacional. (Cf. KREKOLA, Joni A. *Maailma kylässä 1962: Helsingin nuorisofestivaali*. Helsinki, Like, 2012; KREKOLA, Joni; MIKKONEN, Simo. *Backlash of the free world/ The US presence at the World Youth Festival in Helsinki, 1962*. *Scandinavian Journal of History*, vol. 36, No. 2. May 2011, pp. 230-255.)

²⁵¹ KOTEK, Jöel. *Students and the Cold War*. New York: Palgrave Macmillan, 1996.

²⁵² KREKOLA, Joni A. *Maailma kylässä 1962: Helsingin nuorisofestivaali*. Helsinki, Like, 2012; KREKOLA, Joni; MIKKONEN, Simo. *Backlash of the free world/ The US presence at the World Youth Festival in Helsinki, 1962*. *Scandinavian Journal of History*, vol. 36, No. 2. May 2011, pp. 230-255.

²⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000, p. 81.

²⁵⁴ *Ibid.*, p.81.

concluídas"²⁵⁵. A CPI sobre a UNE e sobre os subsídios norte-americanos ao “complexo IPES/IBAD” são dois exemplos significativos.

Em conexão com o argumento da infiltração comunista, Segnanfredo desqualificou a UNE com a visão da “profissionalização” do movimento estudantil – noção partilhada pelos ipesianos, em ligação estreita com a crescente reorganização do movimento estudantil durante o governo João Goulart, interpretada pelos setores conservadores como sintoma da expansão do comunismo no âmbito estudantil. Os estudantes “profissionais”, supostamente, não estavam nas instituições de ensino para estudar, mas para promover a “baderna”. Seriam resultado da perda, na visão dos setores conservadores, da “ingenuidade saudável” da juventude, como fica evidente na entrevista veiculada no Boletim Informativo do IPES com o empresário ipesiano José Luiz Moreira de Souza, em setembro de 1963.

Hoje, tenho notícia que a política estudantil é feita numa base bem diversa, qual seja a do “profissionalismo” com todos os seus aspectos. É lamentável que tal aconteça, pois o estudante só é autêntico (e dentro desta autenticidade pode preferir qualquer ideia), quando é “amador”. O “profissionalismo” corrompe. A sensação que se tem hoje é que a política estudantil não é mais feita pelos jovens: pelo menos no que tange às qualidades dos jovens, que são pela sua própria condição, acima de tudo, puros, idealistas e generosos.²⁵⁶

Assim, o profissionalismo seria um elemento que descaracterizava a juventude. Reproduzindo-se assim uma noção de juventude relacionada à ingenuidade, à pureza e ao idealismo. Já que, como mostrou Katia Mitsuko Zuquim Braghini, para os conservadores “Fazer política era uma prática social de sujeitos adultos que tinham passado pelo processo de escolarização e não estava aberta a todos.”²⁵⁷

A UNE, de fato, gozou de relativo prestígio no governo João Goulart. Esse prestígio começava pela interlocução privilegiada com o MEC e se refletia em financiamento e subsídios de atividades do movimento estudantil, sendo o 25º Congresso da UNE, no dia 15 de julho de 1962, exemplo dessa relação. Na abertura solene do congresso destacaram-se, entre as personalidades ilustres que circulavam no

²⁵⁵ PEREIRA, Silvio L. G. As comissões Parlamentares de inquérito na Câmara de Deputados durante a crise político-institucional brasileira (1963-1968). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (orgs.) *Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil*. Volume I, São Paulo: Editora Hucitec, 2009, p.278.

²⁵⁶ Entrevista de José Luiz Moreira publicada no *Boletim Mensal IPES*, nº 14, ano II, Setembro de 1963, p. 25.

²⁵⁷ BRAGHINI, Katya Zuquim.; CAMESKI, Andrezza Silva. “*Estudantes Democráticos*”: A atuação do movimento estudantil de “Direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, 2015, p. 950.

hotel onde foi realizado o evento, o governador gaúcho Leonel Brizola e o próprio João Goulart, então presidente da República.²⁵⁸

O controverso congresso da UNE (Fig. 5) reproduziu em escala nacional alguns embates ocorridos no Festival da Juventude em Helsinque. Cerca de 800 delegados participaram do Congresso, além de estudantes estrangeiros representando suas respectivas organizações nacionais, como “a União Internacional de Estudantes, a COSEC [Comando de Estudantes Secundaristas], e as organizações nacionais dos estudantes norte-americanos, soviéticos e chineses.”²⁵⁹ Também ocorreram tumultos na madrugada, envolvendo bombas e disparos de arma de fogo contra os jovens congressistas, ao redor do evento, provocados, segundo o jornal da corrente majoritária da UNE, pela organização de extrema direita Frente da Juventude Patriótica (FJP).²⁶⁰ Entre as 3 mil fichas reunidas por Golbery do Couto e Silva no Grupo de Levantamento da Conjuntura do IPES, havia uma atribuída a Cecil Borer, diretor do DOPS carioca, em que se anotou: “Acusado de envolvimento no metralhamento da UNE”, que segundo Elio Gaspari ²⁶¹ seria em referência ao atentado ocorrido, em 1962, no luxuoso Hotel Quitandinha, local onde estava sendo sediado o Congresso da UNE.²⁶² Ainda houve a expulsão de seis estudantes da Ação Democrática Universitária, de Pernambuco,²⁶³ e a acusação de que um dos candidatos à presidência da UNE, o estudante paranaense Julio Cezar Giovanetti, seria ligado ao IPES²⁶⁴.

O Congresso foi acusado por Sônia Seganfredo de ter sido viabilizado com dinheiro público demonstrando o profissionalismo no seio da principal instituição do movimento estudantil brasileiro. Em adição, afirmou que o suporte financeiro dado pelo ministro da Educação era usado “para financiar reuniões e congressos onde são praticados abertamente [...] o amor livre e a pederastia.”²⁶⁵ Sônia chegou, até mesmo, a

²⁵⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 /06/ 1962, p. 8.

²⁵⁹ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 /06/ 1962, p. 4.

²⁶⁰ *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, semana de 13 a 19 /06/ 1962, p.4.

²⁶¹ GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 161.

²⁶² No entanto, como não há maiores informações, essa anotação pode ser uma referência aos tiros de metralhadora que atingiram a sede da UNE, na Praia Vermelha, no início de 1962, e não no Hotel Quitandinha.

²⁶³ Os estudantes expulsos do congresso foram: Agenor Peixoto, acadêmico (e futuro professor) de medicina da Universidade do Recife; Manoel Claro de Moraes Guerra, aluno de engenharia da mesma Universidade; Ubirajara Mello, aluno de Direito; João Batista de Moura Xavier, Direito da Universidade do Recife; Murilo Roberto Moraes Guerra, Diretor da Universidade do Recife e Walter Labanca Arantes, da Faculdade de Ciências Médicas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 /06/ 1962. p. 8.

²⁶⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 /06/ 1962, p. 8.

²⁶⁵ *Correio Braziliense*. Brasília, 27/09/1963. p. 5.

comparar o congresso de estudantes aos prostíbulos, “[...] os saguões faziam corar aos mais fervorosos frequentadores dos inferninhos de Copacabana.”²⁶⁶

Figura 5 - Jovens no saguão do Hotel Quitandinha, durante o Congresso da UNE



Fonte: *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1962.

O 25º Congresso da UNE, no luxuoso Hotel Quitandinha, na área serrana do estado da Guanabara, ocupou um espaço central no livro de Segnanfredo e alimentou o imaginário popular conservador sobre conclaves estudantis. O argumento da infiltração comunista estrangeira também foi mobilizado contra o *Seminário dos Estudantes do Mundo Subdesenvolvido*, organizado pela UNE, em Salvador, na Bahia, entre 7 e 14 de julho de 1963.²⁶⁷ Na ocasião, a Frente da Juventude Democrática, organização estudantil ligada ao IPES ²⁶⁸ e certamente munida de cópias do livro de Sônia Segnanfredo, alertou “os universitários fiéis ao Brasil e às instituições” que “se capacitem do relevo da maratona soviética”, que supostamente estavam transportando “para a quatricentenária cidade brasileira [Salvador] agentes estrangeiros da Bolívia, de Cuba, do Peru, e de países africanos e asiáticos, [...] com o nítido caráter até conspirativo em continuidade ao feito em louvor de Fidel Castro.”²⁶⁹ Ary Madeiro Brito, então presidente da Frente da Juventude Democrática, conclamava “os verdadeiros estudantes a que defendam as instituições nacionais e repudiem a farsa soviética, que nada tem de seminário e muito menos de estudantil, pois representa um

²⁶⁶ Depoimento de Sônia Segnanfredo na CPI da UNE. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 28/04/1964. Seção 1, p. 2658.

²⁶⁷ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

²⁶⁸ DREYFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

²⁶⁹ *Ibid.*, p.50.

ato notório de ingerência estrangeira no país.”²⁷⁰ O estudante universitário José Barros Guedes, da Faculdade de Direito do Ceará, qualificou o seminário de “imoral”, enquanto o secretário geral da Frente da Juventude Democrática, Alaim Araújo, afirmou que seminário havia sido “custeado com o dinheiro do povo” e que seus participantes estavam “hospedados em hotéis de luxo, porque, também, [foram] financiados pela Cortina de Ferro.”²⁷¹ O jornal local *A Tarde* batizou o evento de “Seminário Subversivo”, em coluna que dias depois foi republicada no periódico de circulação nacional *O Globo*. Na matéria sobre o evento, o tom era de cobrança em relação às autoridades, principalmente ao Congresso Nacional, nos seguintes termos:

Só do Congresso, portanto, podemos esperar as medidas e providências que ponham termo à despuorida e desembaraçada atuação dos servos de Moscou em nosso País. [...] Em vez de criar dificuldades à ação de entidades anti-comunistas, como o IBAD, o IPES, o CONCLAP [Conselho das Classes Produtoras], o Congresso [Nacional] necessita ocupar-se da expansão vermelha e investigar como ela obtém, dentro do Governo, tantas facilidades, ajuda e recursos. Da atuação das associações acima citadas, e outras no gênero nada tem a recear o Legislativo. Mas a ascensão dos comunistas, por essas associações combatidos, será o fim da democracia e, conseqüentemente, do Congresso.²⁷²

Para Seganfredo, outro evento fundamental para desqualificar a ação do movimento estudantil ligado à UNE foi a ocupação do prédio do MEC, em 1962, por estudantes universitários reivindicando solução para o problema dos excedentes.²⁷³ A autora escreveu que “Os reformistas da UNE”, durante a ocupação no prédio do MEC, “Compraram peças de roupa íntima e penduraram em cordas que foram postas de uma a outra pilastra do Ministério”,²⁷⁴ numa nítida demonstração de “mau gosto e falta de decoro”.²⁷⁵ A estratégia de expor a forma de luta das ocupações foi uma política largamente adotada pelos conservadores para politizar o sexo e acusar as esquerdas e o

²⁷⁰ Ibid., p.50.

²⁷¹ Ibid., p.51.

²⁷² BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p.52.

²⁷³ Os excedentes eram jovens que passavam no exame do vestibular, exigido para entrar nas universidades brasileiras naquele momento, mas não conseguiam se matricular por falta de vagas nas instituições de nível superior. Cf. BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes "excedentes" nos anos 1960: a superlotação das universidades e um Torvelinho de situações improvisadas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, 2014.

²⁷⁴ Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfreddo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 26/09/1963, p. 1003.

²⁷⁵ Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfreddo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 26/09/1963, p. 1003.

movimentos estudantil de promiscuidade sexual, principalmente no contexto de 1968.²⁷⁶ Enquanto isso, o nascente Centro Popular de Cultura (CPC), uma organização em formato de rede que reuniu coletivos de arte e cultura associada à UNE para promover o caráter coletivo, didático e engajado da arte, apresentava-se em várias faculdades com a montagem “Auto dos 99 por cento”, “peça que atenta contra o clero, contra a família e contra a sociedade, além de desprovida do mínimo senso estético.”²⁷⁷ Como não bastasse, ainda praticaram “uma série de ações que chocaram as senhoras que entravam no prédio” e, parafraseando o cronista Maurício Caminha de Lacerda, continuou: “Os ‘reformistas’ faziam coisas que bons meninos não fazem... e isso, publicamente, nas dependências do segundo andar, onde se acha o gabinete do ministro”²⁷⁸.

A amoralidade supostamente seria parte da estratégia de sedução e da catequese da juventude. No decorrer do livro, a autora toma a UNE como sinônimo de comunismo para deslegitimar a entidade. Para ela, tal entidade, orientada por comunistas estrangeiros, promoveu um intenso processo de sedução que envolvia táticas de “pregação marxista misturada com a mais completa imoralidade”²⁷⁹ para cooptar estudantes “ingênuos” para suas atividades.

Além dos congressos, encontros e ocupações estudantis, “As faculdades visadas para a catequese são, em primeiro lugar, as de Filosofia”²⁸⁰. A catequese doutrinária da UNE e dos movimentos estudantis organizados consistiu na “técnica [...] da ‘simpatia e amizade’. Os catequizadores, já veteranos nas escolas, convidam os calouros para praias, cinema, bailes, estudos, etc.. Quando a vítima é do sexo oposto ao do catequizador, entra o ‘golpe do namoro’.”²⁸¹ Socialização e sedução apresentavam-se como parte da tática de aproximação e consolidação da confiança entre os jovens estudantes.

“Quando a confiança entre mestre e discípulo é absoluta”, o passo seguinte ocorria: “entra a parte moral.”²⁸² Os veteranos introduziram uma moral “desviante”, na qual “Família, sociedade, casamento são meios de impedir a verdadeira evolução social.

²⁷⁶ O discurso moralista sobre as ocupações no final dos anos 1960 pode ser visto em: LANGLAND, Victoria. “Entre Bombas e bombones”. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 33, 2009, pp. 55-60; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 26, 2019, pp. 1-22.

²⁷⁷ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.79.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 79.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 13.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 20.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 18.

²⁸² *Ibid.*, p. 19.

São hábitos burgueses que devem ser abolidos.”²⁸³, como forma de separar os jovens da sociedade e de seus valores. Nessa etapa, ainda segundo a autora, os livros de orientação marxistas eram substituídos por leituras um tanto mais estimulantes e prazerosas, digamos: “A literatura, agora oferecida, é pornográfica, mas rotulada de ‘obras avançadas e de grandes concepções’”.²⁸⁴

Para a autora, outro ponto importante na estratégia de cooptação da juventude era o uso do gênero na militância estudantil. “A aluna esquerdista” era, afinal, “de grande importância na escola para a obra de catequese. Quando bonita atrai os rapazes por meio de atitudes masculinas de absoluta independência, concedendo-lhes toda a série de facilidades e participando de noitadas alegres.”²⁸⁵ Nitidamente, a autora busca esvaziar a militância das jovens mulheres no movimento estudantil, aproximando-as das trabalhadoras do sexo. Além disso, essa descrição era um nítido alerta às famílias, uma tentativa alarmista de convocar os pais e mães para controlar suas filhas.

“Noitadas alegres” onde acontecia uma “série de facilidades” eram, para a autora, espaços de experimentações de novos arranjos sexuais. Isso pode ser depreendido do trecho em que se refere à moça, estudante do curso pré-vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia, que ainda não havia atingido a maioridade, identificada pelas iniciais “M.S.”, que seria “Milionária, dona do carro que servia aos bacanais do grupo”²⁸⁶ do professor isebiano Álvaro Vieira Pinto.

A visão de Seganfredo se opunha às memórias de Vladimir Palmeira, líder estudantil de 1968, que menciona que “todo mundo se declarava contra a virgindade, mas até 66-67 a maior parte das moças ainda era virgem”²⁸⁷ Deixando as tintas carregadas da autora conservadora e a generalização de Palmeira de lado, não é difícil pensar no movimento estudantil naquele contexto como um espaço um pouco mais aberto em termos comportamentais, em que a prática sexual seria relativamente facilitada numa sociedade em que, no geral, ainda havia muita resistência em discutir publicamente ou no âmbito familiar questões como virgindade, divórcio, aborto, educação sexual, pílulas de controle de natalidade, sexo sem matrimônio, sexo com múltiplos parceiros, “amor livre”, relações homoafetivas, participação feminina na

²⁸³ Ibid., p. 19.

²⁸⁴ Ibid., p. 19.

²⁸⁵ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 19.

²⁸⁶ Ibid., p. 98.

²⁸⁷ DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a Ditadura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.30.

política e até o inocente uso de biquínis em praias.²⁸⁸ Comportamento de “absoluta independência” por parte de algumas mulheres era considerado “atitudes masculinas” e, por isso, inadequadas.²⁸⁹ Esse argumento sobre mulheres e “atitudes masculinas” orientou a proibição da prática do futebol (paixão nacional dos brasileiros) por mulheres,²⁹⁰ as críticas à participação de moças nos movimentos de rua e ainda tornou indecoroso mulheres aceitarem convites para irem estudar sozinhas nos apartamentos de rapazes, como mencionou Segnanfredo. Mas tudo poderia realmente ficar mais grave e ir parar nas páginas policiais dos principais jornais do país se uma jovem moça do curso pré-vestibular namorasse um veterano do terceiro ano da Faculdade Nacional.²⁹¹ Dessa forma, havia para ela, uma relação de casualidade entre comportamentos de “absoluta independência” de mulheres e comportamentos amorais, leia-se sexo antes do casamento. Esse era o regime de moralidade que submetia, principalmente, as mulheres da época.

Diante da sedução, “O jovem, numa fase muito própria para ser revolucionário e reformador, geralmente aceita a doutrinação, convencido de que assim será evoluído.”²⁹² A suposta alta capacidade de sedução do comunismo pela dimensão sexual e moral não era uma ideia exatamente nova. O padre jesuíta francês Émile Rideau, por exemplo, em seu livro “*Séduction communiste et réflexion chrétienne*” (1947), traduzido para o português apenas em 1962, portanto no mesmo contexto, e que pode ter servido de literatura para Segnanfredo, afirmava logo na “Apresentação” que: “[...] o Comunismo essencialmente representa uma sedução, para muitos fortíssima.”²⁹³

²⁸⁸ Cf. BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*. v. 26, 2019, pp. 1-22.; Idem. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *Varia História*, v. 36, n. 72, 2020. pp. 859-888.; COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016; LANGLAND, Victoria. “Entre Bombas e bombones”. *Revista de Estudos Sociais*, Bogotá, n. 33, 2009, pp. 55-60; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Moda e Revolução nos anos 1960*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2014; GREEN, James N. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. In: *TOPOI*, v. 4, n. 7, 2003, pp. 201-221; GREEN, James N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M.(Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2018; QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História], São Paulo, 2017.

²⁸⁹ Sobre comportamentos femininos esperados ver BESSA, Katia. A. M. O crime de sedução e as relações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas - SP: n. 2, 2006, p. 175-196.

²⁹⁰ ELSEY, Brenda; NADEL, Joshua. *Futebolera: A history of women and sports in Latin America*. Austin, University of Texas Press, 2019.

²⁹¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/02/1958, cad. 1, p.11.

²⁹² SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.19.

²⁹³ RIDEAU, Emile. *Sedução comunista, reflexão cristã*. Belo Horizonte: Colégio Loyola, 1962, p.1

Historiadores também perceberam esse aspecto da sedução comunista. Rodrigo Patto Sá Motta²⁹⁴ apontou o lugar dessa ideia no imaginário cristão e conservador.

É curioso que a própria atividade de proselitismo das propostas comunistas fosse freqüentemente classificada de sedutora “livrar o operário da sedução comunista”; “a sedução do comunismo”; “sujeito ao namoro sedutor dos comunistas”, como se o próprio ato de envolver-se com as “ideias exóticas” tivesse uma conotação sensual e pecaminosa. E aqui retorna o tema do demônio, pois tradicionalmente o “maligno” era considerado um grande tentador e sedutor, além de mentiroso e embusteiro, tal como o comunismo.²⁹⁵

Essas imagens que relacionam anticomunismo e moral desviante vinham sendo construídas desde os anos 1930,²⁹⁶ ganhando intensidade com o acirramento de projetos de Brasil debatidos e definidos na primeira metade da década de 1960. Relacionar o adjetivo “pederasta” ao comunismo ou à juventude organizada foi uma forma de simplificação, tornando ideias abstratas, como comunismo, com práticas sociais condenadas pela moral católica. Como defende Antonio Maurício Brito, essa estratégia discursiva “parece ter se inspirado num imaginário anticomunista de matriz católica a respeito da suposta imoralidade dos comunistas retroalimentadas por interpretações negativas da Revolução Russa.”²⁹⁷

A infiltração comunista, a profissionalização da militância e as práticas moralmente condenáveis, para Sônia Seganfredo, aconteciam nas universidades brasileiras principalmente por um problema de falta de engajamento dos estudantes com “formação democrática”, que se omitiam da defesa da moralidade, dos costumes e dos ideais “democráticos” brasileiros, além da permissividade das autoridades do governo João Goulart, “que apenas em épocas de agitação ou greve resolvem tomar atitudes de pseudo-autoritarismo, acabando, logo, por oferecerem, aos líderes estudantis, todas as regalias e proteções.”²⁹⁸

“O mais lamentável”, para a autora, “é a apatia de grande maioria dos estudantes de formação democrática, mas envenenada pelo excesso de propaganda de uma entidade que, de direito, representa os universitários brasileiros.”. Essa postura dos estudantes

²⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.

²⁹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000, p.93.

²⁹⁶ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill, UNC Press, 2016.

²⁹⁷ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019, p.16.

²⁹⁸ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.10-11.

que não se envolviam com política universitária, apesar de discordarem das “vanguardas” do movimento estudantil, é uma postura de cumplicidade. Nas palavras da autora, “Esta maioria compactua, por desconhecimento ou medo de ser tachada de “reacionária”, com os ideais de um pequeno número de estudantes, muitos dos quais profissionais que passam a vida em universidade, na catequese de jovens ao credo vermelho.”²⁹⁹

A principal advertência que o livro traz é a relevância de tratar a questão do movimento estudantil como algo grave e digno de medidas que remetem à segurança nacional. Através do discurso que apelava para o pânico moral³⁰⁰, Sônia Seganfredo pretendia incentivar as juventudes à mobilização para que a sociedade brasileira alcançasse “uma consciência nacional” e “que desperte do eterno sono em que está mergulhada há muitos anos.”³⁰¹ Podemos apreender do trecho que caso fossem autoritárias de fato, e não apenas falsamente (pseudo) autoritárias, seriam consideradas adequadas.³⁰²

Entre o IPES, a ideia de que os comunistas haviam espalhado suas ideias, ampliando assim seu alcance político por conta da falta de engajamento ou omissão dos “homens de bem”, foi bastante difundida no início dos anos 1960. Servia como forma de alerta e como argumento para mobilizar os setores conservadores na defesa da saída da crise e da transição brasileira em direção aos países ocidentais, cristãos, capitalistas e livres do ateísmo, do comunismo e das imoralidades.

Uma visão dual sobre a juventude compunha o repertório cultural dos ipesianos. Em suas publicações, seus filmes e nas entrevistas de seus membros sobre o assunto, é possível ver com nitidez a tentativa de se aproximar e valorizar certa juventude, considerada ordeira, cujo único desejo é o de prosperar economicamente por meio do trabalho, que seriam os futuros responsáveis por administrar (no caso dos jovens de classe média) ou ajudar a construir o país (juventude da classe trabalhadora). Para os ipesianos, a “juventude estudiosa”, para usar o termo extraído por Katya Mitsuko Zuquim Braghini do vocabulário conservador, “deveria carregar a ‘mística de uma

²⁹⁹ Ibid., p.11.

³⁰⁰ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill, UNC Press, 2016.

³⁰¹ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.10.

³⁰² Goulart adotava uma tática que tentava não demonstrar fraqueza publicamente, porém sendo complacente com a base que lhe apoiava. No caso das ocupações do movimento estudantil, os estudantes eram anistiados. Era similar com o movimento operário, as greves eram reprimidas, e em seguida os grevistas eram anistiados. As direitas pressionavam por ações mais duras e que poderiam, suponho, abalar a relação entre o governo e sua base social.

democracia autêntica’, ou seja, a integração entre classes em ‘perfeita identificação com o destino do regime e da nacionalidade’; juventude boa como a ‘índole do nosso povo’, ‘pura’, ‘sensível’, que trabalhava, tinha amor à família e à Pátria.”³⁰³ E por outro lado, desencorajar a parcela da juventude que se organiza e que questiona valores, costumes e hierarquias. Esses últimos vistos como porta de entrada para o comunismo e a deterioração do Ocidente.

Em 1963, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³⁰⁴ e o IPES estavam sendo alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no congresso brasileiro, graças à interferência ostensiva do IBAD com dinheiro estadunidense no financiamento eleitoral de candidatos anticomunistas contrários a João Goulart, nas eleições de 1962, para o legislativo e para o executivo de onze estados.³⁰⁵ Não podemos descartar que o lançamento do livro serviu como forma de contra-ataque aos setores progressistas da sociedade e como uma forma de pautar a imprensa. Os escritos de Seganfredo tornaram-se base para uma CPI sobre a União Nacional dos Estudantes e ela foi tratada pela imprensa como sua principal depoente.³⁰⁶

Convocada pela CPI para prestar depoimento, Sônia Seganfredo viajou com passagens custeadas pelo congresso nacional e desembarcou em Brasília, desde 1960, a capital oficial do país. Brasília ainda era um oásis do urbanismo moderno construído onde o cerrado crescia sem restrição, um obelisco monumental em cinza e branco no planalto central do país. Uma maquete com suas curvas e retas, harmonicamente traçadas, em tamanho real.³⁰⁷ Era também uma cidade em construção.

Nos dias 25 a 27 de setembro de 1963, Seganfredo prestou longos depoimentos à CPI, em meio ao barulho rítmico da máquina de escrever, tragos de cigarros, goles de

³⁰³ BRAGHINI, Katya M. Z. *A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica-SP, São Paulo, 2010, p.199.

³⁰⁴ Foi uma organização fundada por Ivan Hasslocher, em maio de 1959, com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil. Era financiado por contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros (principalmente estadunidenses), intensificou suas atividades em 1962 intervindo ostensivamente na campanha eleitoral daquele ano. Em 20 de dezembro de 1963, foi fechado, acusado de “exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-acao-democratica-ibad>. Acesso em: 24 mar. 2020.

³⁰⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

³⁰⁶ Para uma visão geral da CPI da UNE ver BOTELHO, William Marco. *A Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes: CPI da UNE (1964)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado [Educação: História, Política e Sociedade], São Paulo, 2017.

³⁰⁷ Trecho escrito a partir das imagens do vídeo do o *Institut National de l'Audiovisuel* da França, gravado em 1963, para apresentar a nova capital brasileira ao público francês. In: <https://www.youtube.com/watch?v=-Za8-NiSK8Q>. Acesso em: 24 mar. 2020.

café e olhares atentos de parlamentares e da imprensa.³⁰⁸ Peça fundamental na acusação de que a UNE recebeu dinheiro do governo de João Goulart, ela falou por 15 horas à comissão, anexando 95 documentos como “provas” de acusação.³⁰⁹ Dentre estas, alguns eram livros inteiros publicados sobre os auspícios do IPES, como “A rebelião da Juventude na URSS” (1963), “Cuba, Nação Independente ou Satélite” (1963). Frente à frente com a comissão, a jovem alegou nervosismo:

Inicialmente queria dirigir-me aos Srs. Deputados, pedindo desculpas antecipadas por possíveis equívocos, não quero, digo, quanto ao conteúdo daquilo que vá dizer, mas pela minha inexperiência, porque pela primeira vez sinto uma responsabilidade muito grande de estar na presença de tão ilustre e douta comissão. Isto talvez me cause - está

³⁰⁸ Depoimento Sonia Maria Saraiva Seganfreddo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 25/09/1963. p. 696.

³⁰⁹ Essas “provas” eram majoritariamente notícias da imprensa: “1) *A Ação Comunista no Brasil*; 2) Cópia fotostática de recorte da *Folha da Manhã*; 3) recorte do jornal *J. U. Extra*, 4) recorte do jornal *J. U. Extra*; 5) Cópia fotostática de recorte do *Jornal Universitário*, 6) revista de informações de Cuba; 7) *A respeito do Comunismo...*; 8) *A rebelião da Juventude na URSS* [livro traduzido]; 9) cópia fotostática do Encontro Universitário; 11) Carta do Paraná [resolução UNE]; 12) Recorte do *Jornal Universitário*; 13) Reforma Universitária; 14) recorte do *Jornal Universitário*; 15) Recorte de *O Globo*; 16) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 18) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 19) *O Metropolitano* de 02/06/62, p.20; 20) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 21) recorte de *O Metropolitano*; 22) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 23) *O Metropolitano* 09/06/1962.; 24) La constitución de la UIE; 25) *O Metropolitano*; 26) *Boletim de Información*; 27) *O Metropolitano* 23/06/1962”, 28) Unión Internacional de Estudiantes, Reunión Comité Ejecutivo; 29) *O Metropolitano* 20/06/1962; 30 Boletín de Información de la UIE; 31) Cópia Fotostática de recorte do *Jornal Universitário* de 10/06/1962; 32) *Problemas da Paz e do Socialismo*; 33) Recorte de *O Globo*; 34) *A Bússola* de julho de 1952; 35) Recorte de *O Globo*; 36) *A Democracia em Marcha*; 37) recorte do *Jornal Universitário*; 38) Recorte de “O Metropolitano”; 39) Recorte de “O Metropolitano”; 40) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 41) cópia fotostática do *Jornal Universitário*; 42) cópia fotostática do *Jornal Universitário* de 9/03/1962; 43) Recorte de *O Metropolitano*; 44) Recorte do *Jornal Universitário* de 23/03/62; 45) Recorte *Jornal Universitário* de 19/02/63; 46) cópia de recorte do *Jornal Universitário*; 48) Recorte do *Jornal Universitário* de 3/2/1962; 49) Recorte do *Jornal Universitário* de 28/11/1962; 50) *Estudantes Brasileiros na Tcheco-Eslovaquia*; 51) recorte de *O Jornal* de 23/5/63; 52) cópia fotostática do ofício da Embaixada de Cuba ao presidente da União dos Estudantes Secundários; 53) *O Globo* de 25/03/60; 54) cópia fotostática da FNFL ao presidente do Diretório Central de Estudantes; 55) Cópia fotostática do ofício da União Internacional de Estudantes a União Paulista de Estudantes secundários; 56) *Cartaz Junto a Cuba contra la agresión imperialista*; 57) *Cuba, Nação Independente ou Satélite*; 58) Relatório da Diretoria da UNE - Gestão de 1956-1957; 59) idem - Gestão de ... 1958-1959; 60) idem - gestão de 1959-1960; 61) idem- gestão 1960-1961; 62) *João Boa Morte, cabra marcado para morrer*; 63) recorte de *Jornal Universitário* de 26.1.1963; 64) Resoluções do Conselho da UNE; 65) Resoluções políticas da VII Conferência Regional do Partido - Guanabara; 66) *Pela imediata libertação do padre Alípio de Freitas*; 67) *Por uma frente de esquerda Revolucionária*; 68) *Reforma Agrária*; 69) *Vida Universitária*; 70) Recorte do *Jornal Universitário* de 27/04/1963; 71) idem de 2/11/1962; 72) idem de 26.1.63; 73) *Havana Bombardeada*; 74) *Novos rumos* de 13.9.63; 75) *A Classe Operária* de 1 a 15.9.63; 76) *Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?*; 77) *Dos estudantes ao povo da Guanabara*; 78) Resoluções del congreso de la UIE; 79) *Mundo Estudantil*; 80) Fotografia de participantes do XIV Congresso da UNE - 1951; 81) *UNE instrumento de Subversão*; 82) Recorte - Filosofia: *Tarso ofende o reitor*; 83) Recorte do *Correio da Manhã* de 15.9.1963; 84) *Anatomia do Comunismo*; 85) Conselho Nacional: Diretrizes táticas para o movimento grevista; 86) lista de endereços telefônicos; 87) Revista *Movimento*, n.2; 89) Revista *Movimento*, n. 10; 90) *Imperialismo de 1960*; 91) “1 Seminário Nacional de Reformas Universitárias”; 92) cópia fotostática de *Limitação ideológica ou medo ideológico?*; 93) recorte do *Jornal Universitário* de 16.3.63; 94) recorte de *O Metropolitano* de 16.7.1963”; 95) Plano de depoimento de Sonia Seganfreddo.” (*Diário do Congresso*. Brasília, 23/10/1963, p. 8096-8097.)

causando mesmo, certo nervosismo. Espero que no decorrer do relato me sinta à vontade.³¹⁰

Apesar do alegado nervosismo inicial, na sequência, segundo William Marco Botelho, que investigou os recursos públicos previstos pelo orçamento da União, no período entre 1962 e 1963, utilizados para as atividades estudantis vinculadas à UNE, “Sônia Seganfreddo ficou à vontade”.³¹¹ Em seu depoimento, prosseguiu com a sua já habitual cruzada contra o professor Álvaro Vieira Pinto. Segundo ela, o grande desconforto em relação ao programa reformista defendido por Álvaro Vieira Pinto e o ISEB, era não conseguir encontrar o lugar da classe média no processo de revolução social.³¹² Também denunciou os “verdadeiros dirigentes” da UNE ³¹³, além de estudantes³¹⁴ e órgãos da imprensa que serviam ao projeto comunista³¹⁵.

Parte considerável das informações que Sônia Seganfreddo apresentou teriam sido coletadas durante conversas com Virginia Leitão da Cunha³¹⁶,

³¹⁰ Ata do Depoimento de Sonia Seganfreddo à CPI da UNE, em 25 de setembro de 1963. Arquivo do Congresso Nacional, Brasília. p.1.

³¹¹ BOTELHO, William Marco. *A Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes: CPI da UNE (1964)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado [Educação: História, Política e Sociedade], São Paulo, 2017, p.80.

³¹² *Ibid.*, p.82.

³¹³ Eram eles: general Henrique Oest, militar que lutou na II Guerra Mundial, como comandante do 2o Batalhão do 6o Regimento de Infantaria da FEB, também era fundador da ALN. Em outubro de 1962, elegeu-se segundo suplente de deputado federal por Alagoas pela Coligação Democrática Nacionalista, formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), ao qual era filiado. Ocupou uma cadeira na Câmara de agosto a outubro de 1963, período em que se desenvolveu a CPI da UNE, e nesse mesmo ano pediu para ser reformado, sendo então promovido a general de divisão. Era casado com a pecebista Paula Moacir Oest; general Luís Gonzaga de Oliveira Leite, lutou na II Guerra Mundial como capitão; general Sampson Sampaio; general Crisanto de Miranda Figueiredo “pro-comunista”; Marcos Jaime Novitz (não encontramos nenhuma referência); Henrique Miranda (funcionário da Petrobrás); professor da Universidade do Brasil e do ISEB, Álvaro Vieira Pinto (óbvio), Jacob Berenguer (não encontrei nenhuma referência, é possível que a datilógrafa tenha escrito ou ouvido errado, o nome do líder comunista Jacob Gorender); Carlos Alberto Monteiro de Barros (não encontrei nenhuma referência); Salomão Molina, militar comunista combatente da II Guerra; marechal Osvino Ferreira Alves, militar brizolista personagem importante na mediação com os militares no governo João Goulart; deputado Max da Costa Santos, socialista que integrou o governo João Goulart; Roland Corbisier, filósofo, deputado janguista e fundador do ISEB; Hércules Correia pecebista e líder sindical pela Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas; e Sergio Magalhães, liderança do PTB.

³¹⁴ Citou os estudantes Aranha Bende, José Danda Neto, Toiafika Azzi, Blisio Pires, Celso Soares, Walter Gomes Porfirio Sampaio, Manoel Gonçalves, João dos Reis Santana Filho.

³¹⁵ Mencionou os veículos como: *Novos Rumos; Classe Operária; O Semanário; Terra Livre; e O Metropolitano*.

³¹⁶ Virgínia Leitão da Cunha, mais conhecida como Nininha Leitão Cunha foi uma socialite carioca esposa de Vasco Leitão Cunha, diplomata brasileiro que atuou como embaixador em Cuba entre 1956 a 1960 e na URSS em 1962 até 1964. Foi ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 4 de abril de 1964 a 17 de janeiro de 1966. Nininha Leitão Cunha durante sua estada em Cuba atuou como espiã da CIA, foi responsável por recrutar Juanita Castro, irmã de Raul e Fidel Castro, para os quadros da CIA, segundo as memórias da própria Juanita Castro. Ver CASTRO, Juanita. *Fidel e Raúl, meus irmãos: A história secreta*. Editora Planeta do Brasil, São Paulo, 2011.

Disse muita coisa por informação da Sra. Nininha Leitão Cunha que sabia mandar seu carro me buscar em casa para ir vê-la. Em sua casa muitos comunistas se reuniam e ela ficava sabendo de muita coisa. Dizia-me e pedia-me, pelo amor de Deus que jamais seu nome transparece-se em alguma coisa.³¹⁷

Nininha Leitão Cunha, como era conhecida nas colunas sociais dos jornais brasileiros, à primeira vista era apenas mais uma socialite carioca acompanhando o marido embaixador em missões diplomáticas. Provavelmente teve contato com a jovem moça, no breve período que esteve residindo no Rio de Janeiro, entre 1960 e 1962, *intermezzo* do marido diplomata, Vasco Leitão da Cunha, entre a embaixada de Havana e Moscou. É possível que parte das informações passadas por Nininha Leitão Cunha tenha sido coletada em conversas com pessoas que circulavam em sua casa, como afirmou a moça, mas não podemos descartar que as informações podem ter sido repassadas pela *Central Intelligence Agency*, da qual Nininha Leitão Cunha era agente desde pelo menos 1960.³¹⁸

Seganfredo “Mostrou-se preparada para o depoimento. [...] Esse depoimento acaba sendo marcante, pois parece atuar de maneira dialógica com aqueles que a questionam, orquestrando em conjunto perguntas prontas para respostas esperadas”³¹⁹ Não haveria de ser a primeira vez que Sônia havia combinado respostas prontas, *vis-à-vis* a carta de Heitor Ferreira. Suas denúncias na CPI arrancaram elogios de moralistas ultraconservadores como Gustavo Corção, por quem Sônia nutria verdadeira admiração³²⁰. Para ele, “Tem sido útil a declaração de um Sobral Pinto ou de uma Sônia Seganfredo”³²¹.

Além disso, seu depoimento provocou uma enxurrada de telefonemas para a Universidade do Brasil, de senhoras mães de alunas aflitas, que indagavam sobre “os bacanais e práticas de amor livre”³²². Sônia Seganfredo havia repetido diante da imprensa o que havia escrito em seu livro sobre inquérito administrativo da Universidade do Brasil, sobre a confusão envolvendo Fausto Cupertino Guimarães,

³¹⁷ Carta de Sônia Seganfredo ao SNI. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.QL0.OFU.53. p.36.

³¹⁸ CASTRO, Juanita. *Fidel e Raúl, meus irmãos: A história secreta*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

³¹⁹ BOTELHO, William Marco. *A Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes: CPI da UNE (1964)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado [Educação: História, Política e Sociedade], São Paulo, 2017, p.83.

³²⁰ *Maquis*. Rio de Janeiro, n. 242, mar/1962. p.33.

³²¹ Opinião de Gustavo Corção sobre a CPI da UNE (Transcrito do *Estado de São Paulo*). Gazeta Pharmacia. Rio de Janeiro, Outubro, 1963, p.16.

³²² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/09/63. cad. 1, p. 10.

estudante do 3º ano e professor do curso Pré-vestibular da universidade. Cupertino Guimarães teria se envolvido afetivamente com Regina Maria de Melo e Silva, que era aluna do curso pré-vestibular, informação que foi descoberta pela mãe da moça após achar e ler um diário, esquecido por uma colega de sua filha, que contava “as maiores barbaridades e imoralidades”³²³, incluindo “bacanais” em um carro.³²⁴ Assim, a mãe aflita solicitou a ajuda de Agenor Nogueira, consultor jurídico do Ministério da Marinha, para “vingar a honra” da moça aos socos.³²⁵ A história, que havia acontecido em 1958 e chegou às páginas de um dos mais importantes jornais do país, o *Jornal do Brasil*, foi reciclada por Seganfreddo e entregue ao público como sintoma da infiltração comunista e da degeneração moral de uma das mais importantes instituições educacionais brasileiras do período.

Além dos perigosos bacanais universitários, Sônia Seganfreddo também defendeu que existiria uma estreita relação entre comunismo e homossexualidade. Para ela, “todo pederasta é comunista, embora nem todo comunista seja pederasta”, aliás “um fato comprovado nos inquéritos da Faculdade Nacional de Filosofia, com flagrantes feitos entre alunos e professores.”³²⁶ A afirmação bombástica de Seganfreddo de que havia casos “flagrantes” de práticas homoeróticas em uma das mais importantes universidades brasileiras, gerou reações. Os ramais telefônicos da universidade, por exemplo, foram ocupados por familiares de alunos preocupados e buscando mais informações.³²⁷ Embora Seganfreddo tenha feito essa conexão automática entre a homossexualidade e o comunismo,³²⁸ a realidade foi muito mais complexa. As organizações de esquerda passaram longe de serem considerados espaços em que a militância pudesse expressar sua sexualidade livremente e sem autocensura.³²⁹

A moralidade, ou a falta de moralidade, desempenharam papel preponderante nos discursos sobre o anticomunismo no Brasil.³³⁰ No entanto, o que podemos

³²³ SEGANFREDDO, Sônia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p.96.

³²⁴ *Ibid.*, p.98.

³²⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/02/1958, cad. 1, p. 11.

³²⁶ *Diário de Pernambuco*. Recife, 27/09/1963. p.1

³²⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/09/63. cad. 1, p. 10

³²⁸ Para o resumo dessas conexões feitas pelos conservadores, ver BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, set/dez 2020. p. 859-888.

³²⁹ GREEN, James N. *Exile within Exiles: Herbert Daniel, Gay Brazilian Revolutionary*. Durham, Duke Press, 2018.

³³⁰ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019; QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História], São Paulo, 2017; COWAN, Benjamin A.

desenvolver a partir desse caso de Sônia Seganfredo, em específico, é que mais do que integrar esses discursos, a pauta moral foi fundamental para dar traços menos abstratos à retórica anticomunista. Assim, o anticomunismo utilizou noções de decoro e preconceitos que já circulavam no imaginário popular conservador brasileiro para melhor explicar conceitos abstratos, como comunismo, e legitimar o golpe civil e militar e posteriormente a própria ditadura militar.

Os modernistas autoritários contribuíram com a disseminação do pânico moral, como no caso de Sônia Seganfredo. Esse alarmismo foi capaz de produzir em setores de vanguarda a moralização do contexto, entre 1961 e 1963, e alçar a direita radical como interlocutora no debate público, em meio ao campo conservador. Ao mesmo tempo, transplantaram-se os embates políticos contra o campo popular “pró-Jango”, para o terreno da moral, onde todas as disputas se davam em termos absolutos, em um confronto entre o bem e o mal. Desqualificar o oponente em termos morais gerou três efeitos estratégicos para as direitas naquela conjuntura: primeiro, produziu o agenciamento da atenção da mídia, sempre disposta a noticiar o próximo escândalo e com isso, vender jornais. O segundo efeito foi a unificação do campo conservador através do convencimento e do engajamento de que aquela era uma luta mais ampla contra um inimigo comum. Por fim, o foco discursivo no medo e no alarmismo evitou que o campo conservador expusesse seus projetos antipopulares e pró-EUA. A luta contra a degradação moral apresentava-se como uma luta neutra em prol da tradição brasileira, que utilizava valores que já estavam difundidos na sociedade brasileira

Sônia Seganfredo sintetizou o discurso conservador de uma época sobre a UNE e o movimento estudantil organizado. A soma das obsessões da CIA, do IPES e da própria Seganfredo sobre a juventude estudantil universitária e suas organizações produziram um livro clássico do anticomunismo nacional. Como uma arma, o livro de Seganfredo foi disseminado pelo IPES, oferecido a militares das três forças, distribuído em jantares e atividades com empresários, enviados a bibliotecas de universidades, igrejas e, principalmente, entregue a estudantes. No final dos anos 1960, no contexto dos levantes estudantis de 1968, a ideia de que os conclaves, ocupações e encontros estudantis seriam ambientes de promiscuidade sexual, consumo de drogas e

práticas homossexuais ganharam ainda mais força nos discursos das direitas brasileiras.³³¹

Retomando o início do capítulo, como podemos perceber do extraído da carta de Heitor Ferreira, não é um mero acaso o IPES escolher uma jovem para falar sobre os movimentos juvenis. A escolha consiste em uma sagaz leitura do momento social e cultural da época. Parte do princípio de que jovens se comunicam melhor entre si, apostando na empatia que a mesma fase etária poderia produzir. Essa tática usada pelos ipesianos remete a práticas editoriais difundidas no âmbito da Guerra Fria, por exemplo, o uso de ex-comunistas para deslegitimar o comunismo. Havia um cuidado e uma intencionalidade no tratamento do público que se queria atingir. Entender que essa era a tática usada pelo IPES, no entanto, não consiste em essencializá-la.

O livro de Sônia Seganfredo jogou a atenção da mídia e da opinião pública sobre o movimento estudantil. Como resultado já mencionado, uma CPI para investigar a UNE foi criada e a autora foi até mesmo convidada para dar sua versão sobre a UNE, o ISEB e o MEC em programas de rádio e televisão.³³² Em 1964, diante do sucesso, Richard Wooton, responsável pela USIA no Brasil, pediu a reimpressão do livro.

Não posso descartar que também gerou respostas negativas contundentes. Destaco a resposta da estudante Zélia Ladeira Veras, pois, além de problematizar o financiamento do livro de Seganfredo, também releva o processo de difusão do livro pelo IPES: “fazendo eco às perguntas da autora, sempre inquieta em questões de dinheiro e financiamentos: Quem financiou o livrinho tão bem impresso que o carteiro deixa sob nossa porta, num envelope com nosso nome, sem que a gente saiba a quem agradecer o presente?”³³³

Apesar de afirmar que “se fechar a UNE e as demais entidades, logo elas funcionaram clandestinamente e, sem uma educação do estudante, uma educação do povo, voltariam a ser o que é [SIC]”³³⁴, Sônia Seganfredo, através de seu livro “*UNE: instrumento de subversão*” (1963) e de sua atuação, abriu caminho, após concretizado o

³³¹ LANGLAND, Victoria. “*Entre Bombas e bombones*”. *Revista de Estudios Sociales*. Bogotá, n. 33, 2009, pp. 55-60; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: *Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Anais do XXVI, São Paulo, julho 2011; COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019.

³³² Une e subversão. *Diário do Paraná*. Curitiba-PR, 1964. p. 3.

³³³ *Brasil Urgente*. São Paulo, Ano I, n. 35, 16/11/1963. p.15.

³³⁴ Depoimento Sônia Maria Saraiva Seganfredo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 27/09/1963, p.1040.

golpe de Estado que interrompeu a democracia brasileira, em abril de 1964, para que a primeira medida da ditadura em relação às juventudes fosse, justamente, a cassação da UNE e das demais organizações estudantis, sobre a insígnia da Lei Suplicy de Lacerda.

Depois de enfrentar a UNE, escrever em jornais importantes, manter conversas com generais influentes, ter um livro financiado pela *USIA*, ser buscada na porta de casa, de automóvel, para frequentar a casa de Nininha Leitão da Cunha, descobrir Brasília com passagens aéreas pagas pelo Congresso brasileiro e ser a “cereja do bolo” de uma CPI, Sônia Seganfredo teve um desfecho pessoal bem mais modesto do que poderia supor Heitor Ferreira quando seus olhos leram “UNE, a menina dos olhos do PC” e enxergaram uma possível versão de Lin Yutang. Seganfredo tornou-se professora e mais tarde advogada.

Essa obsessão pela juventude rebelde, principalmente oriunda das classes médias urbanas, organizadas, seja no movimento estudantil ou nas organizações sindicais,³³⁵ se misturava ao próprio diagnóstico de “crise total” amplamente difundido entre os ipesianos e demais setores conservadores. A degradação dos “bons costumes” entre a mocidade, setor mais frágil e mais fácil de ser modelado, na visão ipesiana, era uma espécie de sintoma da crise em que o Brasil se encontrava.

1.4 LIBERALISMO E INTERVENÇÃO CONTRA A “INFILTRAÇÃO COMUNISTA”

A tentativa de influir na conjuntura através da promoção de livros, era parte da estratégia de controlar a narrativa sobre o que havia sido o governo João Goulart, na visão conservadora uma “crise total”, e legitimar a ditadura militar. Por isso, “Livros similares ao seguinte [UNE: instrumento de subversão] deveriam ser produzidos a propósito da subversão comunista nas organizações trabalhistas brasileiras, talvez uma edição especial sobre o Ministério da Educação e o sistema escolar.”³³⁶, sugeriu Sr. Smith, diretor do *Information Center Service* (ICS), ao seu secretário Richard Wooton, responsável pela *USIA* no Brasil, na ocasião da viagem dele ao país, em 1964. “O livro de Pedro Colombo ‘Quem faz a revolução no Brasil’ dever ser atualizado ou uma sequência deve ser preparada. O mesmo definitivamente deveria ser feito com UNE:

³³⁵ A preocupação com os sindicatos e com os jovens estão presentes na documentação, mas não encontrei referências diretas sobre essa intersecção.

³³⁶ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR: Eduem, 2015, p. 106.

Instrumento de subversão, de Sônia Seganfreddo”³³⁷. Além dos títulos expressamente citados nas passagens, Sr. Smith deu a ordem para que “outros textos que mostrassem a subversão comunista entranhada nas organizações brasileiras”³³⁸ fossem publicados.

Nesse documento analisado pela historiadora, também aparecem referências à preocupação do Sr. Smith em relação à imprensa europeia e de outras regiões não especificadas, que estavam vinculando o golpe de Estado no Brasil aos EUA. Como alternativa para desacreditar essas associações, ele sugeriu o contato com uma parceira da USIS-Rio,³³⁹ a cientista política francesa e anticomunista Suzanne Labin.³⁴⁰ Porém, advertiu Sr. Smith, que Labin (Fig. 6) era “destemidamente independente,[e] não hesitaria em criticar o regime Castelo Branco se ela encontrar motivos para isso.”³⁴¹ Ao que parece, a parceria não tomou esse rumo.

Figura 6 - Suzanne Labin com Carlos Lacerda no Rio de Janeiro, agosto de 1963.



Fonte: University of Southern California Libraries.

³³⁷ Ibid., p.106.

³³⁸ Ibid., p.106.

³³⁹ Suzanne Labin havia publicado três livros com suporte da USIS-Rio; *A Condição Humana na China comunista*, *O duelo Rússia x USA* e *Em cima da hora: a conquista sem guerra*. Cf. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015.

³⁴⁰ Nos anos 1970, Suzanne Labin vai escrever trabalhos sobre moralidade relacionando as esquerdas: Os livros “*Hippies, drogue et sexe.*”(1970) e “*El mundo dos drogados*” (1979), cujas datas de publicação são posteriores ao meu recorte. Ainda localizei o artigo chamado *La Toxicomanie* (1977) escrito por ela e publicado na revista *La Nouvelle Revue des Deux Mondes*. DARD, Olivier. *Suzanne Labin: Fifty years of Anti-communist Agitation*. In: DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. (eds.). *Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK, 2014.

³⁴¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015, p.107.

Contudo, a elaboração do livro, *Infiltração comunista no Brasil* (1964) pelo IPES é uma tentativa de responder aos anseios e recomendações semelhantes às compartilhadas por Sr. Smith e de Richard Wooton. O livro que denuncia a ação comunista para chegar ao poder no Brasil deve ser considerado como resultado da repercussão do livro “UNE: instrumento de subversão”, escrito por Sônia Seganfredo, entre os americanos, e do reforço de falas que haviam impactado a opinião pública brasileira, como os comentários do embaixador americano Lincoln Gordon no Congresso americano,³⁴² ou as declarações do governador do Distrito Federal, Carlos Lacerda, e do governador do Estado de São Paulo, Ademar de Barros. Sua análise revela como o IPES relacionava a suposta infiltração comunista à setores organizados da sociedade brasileira e aos órgãos de governo, mídia e Igreja Católica (item poupado no texto de Sônia Seganfredo sobre a UNE e explicitado em *Infiltração comunista no Brasil*).

Durante a elaboração do referido livro, foram estrategicamente mobilizados canais de propagação na imprensa internacional de conteúdos positivos em relação ao golpe de Estado que interrompeu a democracia brasileira em 1964. Era uma preocupação do Sr. Smith na sua sugestão ao contato com Suzanne Labin. *Infiltração comunista no Brasil* foi resultado de uma tradução da versão espanhola da revista *Est & Ouest*, números 37, 38 e 39, de 15 de janeiro, 1 de fevereiro e 15 de fevereiro de 1964, respectivamente. O periódico era comandado pelo jornalista francês Georges Albertini (Fig. 7), um “virulento anticomunista de direita”,³⁴³ e um dos defensores na França do golpe de 1964, “no momento em que a imprensa francesa distorcia os fatos ocorridos no Brasil por ocasião da revolução democrática, contribuiu para o restabelecimento da verdade, através de artigos de autoria do próprio Georges Albertini.”³⁴⁴ Essa defesa foi feita na edição de maio da *Este & Oeste* “inteiramente consagrada ao Brasil, nela se destacando, além do artigo de seu diretor, um outro, assinado por Saint-Hellier,

³⁴² “Gordon diz que deixará o Brasil se for indesejável ou se Harvard o convocar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 29/03/1963. p. 3.

³⁴³ A expressão aparece quando Olivier Dard usa Albertini para exemplificar essa direita mais virulenta: “Labin did remain a visible part of the SFIO, bridging the gap between the moderates and the more virulent right-wing anti-communists such as Georges Albertini.” DARD, Olivier. *Suzanne Labin: Fifty years of Anti-communist Agitation*. In: DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. (eds.). *Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 193. [tradução nossa]

³⁴⁴ “Albertini em São Paulo”. *Boletim do IPES*. São Paulo, Ano I, n.3, Julho, 1964. p. 1.

relatando a infiltração comunista no país, no período 1961-1963.”³⁴⁵ Era, portanto, um canal na Europa que estava alinhado ao discurso ipesiano e a ditadura militar.³⁴⁶

A revista *Este & Oeste (Est & Ouest)* era um jornal anticomunista francês publicado quinzenalmente, editado em francês, sob a insígnia de *Est & Ouest*, e em espanhol, *Este & Oeste*, pela “Associação de Estudos e Informações Políticas Internacionais”, conhecida internacionalmente pelo nome em francês, *Bulletin de l’association d’études et d’informations politiques internationales* (BEIPI), sediada em Paris, no endereço Boulevard Haussmann, número 86, e com sucursal em Caracas, na Venezuela, no endereço *Apartado Del Este*, número 11923.³⁴⁷ Os números em espanhol eram voltados para a circulação na América Latina e tratavam de “assuntos políticos dos diversos países do continente, publicando artigos de autoria da própria redação da revista, ou de colaboradores de renome internacional”.³⁴⁸

Figura 7 - Georges Albertini no aeroporto de São Paulo, em 1964.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo IPES.

Como mostrou o historiador Olivier Dard, Suzanne Labin mantinha uma estreita relação com Georges Albertini. A parceria entre os dois rendeu uma série de artigos de

³⁴⁵ “Albertini em São Paulo”. *Boletim do IPES*. São Paulo, Ano I, n.3, Julho, 1964. p. 1.

³⁴⁶ O jornalista francês Georges Albertini chegou a visitar o Brasil, onde teve reuniões na sede da seção do IPES São Paulo com o banqueiro ipesiano João Baptista Leopoldo Figueredo. Albertini em São Paulo. *Boletim do IPES*. São Paulo, Ano I, n.3, Julho, 1964. p. 1.

³⁴⁷ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, São Paulo, 1964, s/p.

³⁴⁸ *Ibid.*, s/p.

Labin no jornal de Albertini, bem como um uso expressivo das obras do BEIPI para alimentar os trabalhos de Labin.³⁴⁹ Ambos haviam saído das fileiras do *La Section française de l'Internationale ouvrière* (SFIO), organização socialista francesa, nos anos 1930, para posições de direita nas décadas seguintes. Enquanto Suzanne Labin interrompeu seus projetos editoriais e suas pesquisas sobre o stalinismo devido ao advento da Segunda Guerra, e emigrou para a Argentina.³⁵⁰ Georges Albertini rompeu com a SFIO para ingressar em 1941 no *Rassemblement National Populaire* (RNP), partido colaboracionista com a ocupação nazista na França, e em seguida tornar-se diretor de gabinete de Marcel Déat, presidente do RNP,³⁵¹ quando este foi ministro do Trabalho e da Solidariedade Nacional entre março e agosto de 1944. Sua colaboração com o nazismo levou-o à prisão em setembro de 1944, com a derrocada nazista. Sua primeira esposa, Maximilienne, também foi presa e seu filho de dezoito meses enviado a um orfanato, falecendo em seguida. Albertini, que havia escapado da pena de morte, cumpriu três anos e meio dos cinco que lhe foram impostos. Saiu da prisão em março de 1948, por bom comportamento, beneficiando-se da anistia concedida pelo Presidente da República Vincent Auriol, em 1951. Em liberdade, graças a uma rede de amizades construída durante e depois da guerra,³⁵² gozou de conforto financeiro e voltou a participar do ciclo político conservador francês. Tornou-se gerente do banco *Hippolyte Worms*, e além disso, com o suporte material da CIA³⁵³, da associação dos industriais metalúrgicos da região de Paris, e a colaboração de ex-exponentes da RNP, em dezembro de 1951, fundou o *Centre d'archives et de documentation politique*, um *think tank*

³⁴⁹ DARD, Olivier. *Suzanne Labin: Fifty years of Anti-communist Agitation*. In: DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. (eds.). *Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK, 2014.

³⁵⁰ Seu marido, Edouard Labin, foi convocado para lutar, mas sua identidade judaica de origem romena e sua associação com atos de resistência perpetrados pelo grupo em torno de André Weill-Curiel (pioneiros da resistência francesa contra os nazistas), levou o casal a emigrar para a Argentina, onde Suzanne Labin permaneceu até o fim do conflito.

³⁵¹ Marcel Déat é considerado um intelectual emblemático do fascismo francês. Menções sobre Déat como fascista podem ser encontradas em Sirinelli, Os intelectuais. In: Rémond, René (org.). *Por uma história do Político*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 246; e BURRIN, Philippe. *La d'rive fasciste. Doriot, Déat, Bergery. 1933- 1945*, Paris: Éd. du Seuil, 1986.

³⁵² Essa rede envolvia ex-residentes de Munique durante o nazismo, colaboracionistas franceses, britânicos (como Oswald Mosley) ou italianos (Giorgio Almirante), além de contar com apoio nas redes sindicais de Force Ouvrière, políticos conservadores como Émile Roche, Roger Duchet, religiosos (Cardeal Tisserant e Opus Dei), radicais (Edgar Faure), socialistas (Guy Mollet, Robert Lacoste) e resistência (Henri Frenay, André Dewavrin). Cf. RIGOULOT, Pierre. *Georges Albertini, socialiste, collaborateur, gaulliste*. Paris: Éd. Perrin, 2013.

³⁵³ Sobre o recrutamento de ex-nazistas e ex-colaboradores nazistas ver Christopher Simpson, *Blowback. America's recruitment of Nazis and its effects on the Cold War*, New York, Weidenfeld & Nicolson, 1988. Sobre o financiamento da CIA à Georges Albertini ver RIGOULOT, Pierre. *Georges Albertini, socialiste, collaborateur, gaulliste*. Paris: Éd. Perrin, 2013; CHARPIER, Frédéric. *La CIA en France: 60 ans d'ingérence dans les affaires françaises*. Paris: Sueil, 2008.

voltado para a luta anticomunismo. Indivíduos “[...] como o francês Georges Albertini, que estava associado a toda uma gama de organizações anticomunistas nacionais e transnacionais privadas, bem como a instituições oficiais do estado, como o Departamento de Pesquisa de Informação Britânica (IRD)”³⁵⁴ funcionavam como eixos importantes da articulação anticomunista transnacional.

É também em 1951 que Albertini encontra-se com Boris Souvarine, promotor do *Institut d'histoire sociale*, e desse encontro surge o BEIPI, que mais tarde começa a editar a *Est & Ouest*. Com a Revolução Cubana de 1959, as atividades do grupo voltam-se também para a América Latina, Caribe e África. Se espalham principalmente na América do Sul, após a criação da versão em espanhol da revista *Est & Ouest*, em 1961.³⁵⁵ A publicação do livro em parceria com o IPES era mais um passo dessa expansão.

Na organização do livro *A infiltração comunista no Brasil*, o IPES adotou uma metodologia similar ao livro escrito por Sônia Seganfredo. Utilizou artigos já publicados por Manuel Castillo, Saint-Hellier e pelo próprio Georges Albertini, na revista *Est & Ouest*, porém, dessa vez, o IPES assumiu a autoria do livro, omitindo o nome dos autores.³⁵⁶ Desse modo, o livro foi publicado no final de julho de 1964, como parte da coletânea de textos *Cadernos Nacionalistas*.³⁵⁷ Essa coleção de “livretos” ou “folhetos de bolso”, reuniu “autores estrangeiros renomados nos campos do pensamento liberal e da Economia de Mercado” e brasileiros, com o objetivo de promover a “difusão de conceitos básicos para a vivência e a compreensão das ideias democráticas”³⁵⁸, afirmou o IPES sobre a coleção. Dentre esses textos escritos³⁵⁹ por brasileiros e

³⁵⁴ “Certain individuals themselves functioned as important “nodes”, such as the Frenchman Georges Albertini who was associated with a whole range of private national and transnational anti- communist organizations, as well as with official state institutions such as the British Information Research Department (IRD).” DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. Introduction In: DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. (eds.). *Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK, 2014, p.6.

³⁵⁵ RIGOULOT, Pierre. *Georges Albertini, socialiste, collaborateur, gaulliste*. Paris: Éd. Perrin, 2013; LEMIRE, Laurent. *L'Homme de l'ombre. Georges Albertini. 1911-1993*. Paris: Éd. Balland 1989; LÉVY, Jean. *Le Dossier Georges Albertini. Une intelligence avec l'ennemi*. Paris: Éd. L'Harmattan / Le Pavillon, 1992.

³⁵⁶ Sei apenas a autoria por referências de duas notas de pé de página que se referem a edições da revista *Este & Oeste*, escritas por Manuel Castillo. (Cf. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, São Paulo, 1964, p. 7)

³⁵⁷ Essa coleção contava ainda com outros eixos como: *Economia para todos*, *Temas da hora presente*; e *Administração humana*.

³⁵⁸ “Divisão Econômica”. *Boletim do IPES*. São Paulo, Ano I, n.3, Julho, 1964. p. 4.

³⁵⁹ Os textos: *Livre empresa e desenvolvimento econômico*, de Ralph Husted; *A Europa e os países novos em desenvolvimento*, anônimo; *Pleno emprego, intervencionismo e inflação*, de F. A. Hayek; *Monopólio e concorrência*, de Brandford B. Smith; *Porque os salários compram cada vez menos*, de W. P. Krause;

estrangeiros, destacam-se os escritos *Pleno emprego, intervencionismo e inflação*³⁶⁰ de Friedrich August von Hayek, *A verdade sobre a Revolução Industrial*, de Ludwig von Mises, e *Como lidar com os comunistas*, de Wilhelm Röpke. Os dois primeiros são os principais expoentes da “Escola Austríaca” do liberalismo e W. Röpke, um dos principais pensadores do que se convencionou chamar *ordoliberalismo*.³⁶¹ Os três são considerados referências do que viria a ser o neoliberalismo.

Como apontou Elaine de Almeida Bortone a impressão desses livros sobre economia, contou com o suporte do empresário e arquiteto Adolpho Lindenberg,³⁶² proprietário da Construtora Adolpho Lindenberg, que contactou entidades no estrangeiro para obter tais publicações, enquanto algumas entidades de classe relacionadas ao IPES patrocinaram a feitura.³⁶³ Dessa forma, o liberalismo e a denúncia da infiltração comunista estavam interligados, sendo fases diferentes da mesma moeda. Dois traços fundamentais para definir os conservadores que analisamos neste trabalho. Afinal, tratava-se, como apontou Nils Gilman ao analisar os pensadores americanos da “Teoria da modernização”, da promoção de mudanças políticas e econômicas que

Política monetária, de Luis Montes da Oca; *A propriedade: fator imprescindível de processo*, de Alberto Benegas Lynch; *Educação popular, fator primordial do desenvolvimento e da paz social*, do Mons. José Joaquim Salcedo; *O problema da Demografia nos países subdesenvolvidos*, de Olavo Baptista Filho; *A verdade sobre a revolução industrial*, de Ludwig von Mises; *Carta aos homens de empresa*, de Jacques Rueff; *Teoria e prática da gerência nas nações em desenvolvimento*, de States M. Mead; *As forças econômicas e sociais que influem no clima de administração*, de Enrique Sanchez; *Os verdadeiros reacionários*, de Oscar Schwarzberg; *Como lidar com os comunistas*, de Wilhelm Röpke; *O árduo caminho da reforma agrária*, de José Setzer.

³⁶⁰ Interessante que o nome do artigo de Hayek foi alterado se comparado à tradução mais antiga publicada na *Revista Brasileira de Economia* em 1957. Os ipesianos optaram por “intervencionismo”, ao invés de “planejamento”, como na tradução de 1957, no título “*Full employment, planning and inflation*” (1944), interpretado e dialogando com o texto de Friedrich August von Hayek, e tornando-o mais adequado ao debate brasileiro em que o termo planejamento, para se referir ao *Planejamento Central*, de Keynes, não tinha o sentido negativo que o austríaco buscava imprimir. (Cf. HAYEK, Friedrich August von. *Pleno Emprego, Planejamento e Inflação*. *Revista Brasileira de Economia*, v. 11 n. 2. 1957.)

³⁶¹ A denominação ordoliberalismo foi uma forma de referir-se ao periódico alemão ORDO. É uma vertente do pensamento liberal que defende que a economia deve existir sob uma estrutura subjacente de regras criadas pelo Estado, com o objetivo de impedir a consolidação de monopólios e a proteção dos governos em relação ao poder econômico. Röpke, em seu livro “*A Humane Order of Society*” (1944) considerava o ordoliberalismo como uma síntese entre o Conservadorismo, enquanto corrente do pensamento, e o Liberalismo. O “conservadorismo liberal” se opunha ao liberalismo estrito.

³⁶² Adolpho Lindenberg era membro da TFP, da ala ultra-conservadora “Sempre Viva”, defensora do catolicismo medieval, (Cf. COWAN, Benjamin. *Moral Majorities Across the Americas: Brazil, The United States and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill: UNC Press, 2021) Lindenberg escreveu livros e formulou uma proposta que buscava articular catolicismo e a defesa da propriedade privada e do liberalismo econômico. (Cf. BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado [História Social], Rio de Janeiro, 2018.)

³⁶³ BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado [História Social], Rio de Janeiro, 2018. p. 95.

tornassem países como o Brasil mais parecidas com os americanos, e menos parecidas com os soviéticos e chineses.³⁶⁴ No caso do IPES, como receptores da teoria da modernização, dado facilmente comprovável pelas obras na biblioteca em sua biblioteca, onde era possível, por exemplo, acessar os trabalhos de Walt Rostow, Joseph Spengler, Bert Hoselitz, Irene Taeuber, ou precursores dessa teoria, como Warren S. Thompson,³⁶⁵ havia um esforço adicional de justificar a intervenção na sociedade brasileira para evitar o intervencionismo do Estado na economia.

Essa combinação entre liberalismo econômico e moralismo, expresso, principalmente, pela defesa da heteronormatividade, dos papéis patriarcais de gênero, da sobriedade e da obediência como um valor civilizatório, tornou-se uma das marcas da experiência neoliberal na ditadura chilena de Pinochet, em 1974, e nos governos americano e britânico de Reagan e Thatcher, no início dos anos 1980.³⁶⁶ Há ricas evidências, nesse caso, de que os intelectuais que orbitaram o IPES tentaram essas combinações ainda na década de 1960, principalmente, como uma forma de justificar o intervencionismo representado pelo próprio golpe de 1964 para garantir que o governo brasileiro se mantivesse fiel à doutrina liberal entre 1964 e 1969. Tratava-se já do liberalismo realmente existente ou o realismo capitalista possível.³⁶⁷ Esses intelectuais, sob a influência do IPES, entendiam a divulgação do anticomunismo, suas supostas práticas amorais e noções estreitas e tradicionais do comportamento social como parte do fomento e da defesa do liberalismo. Assim, o conservadorismo cristão, heteronormativo, patriarcal, foi se associando e se integrando ao repertório liberal .

Se no campo cultural o IPES desenvolvia medidas para a difusão do anticomunismo, apresentado como antagônico à moral cristã e aos costumes brasileiros,³⁶⁸ no plano econômico, promovia o liberalismo, suas noções de gestão e sua perspectiva de desenvolvimento econômico associado e dependente a países

³⁶⁴ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2003.

³⁶⁵ Os autores citados foram analisados em: GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2003. As obras desses autores estavam disponíveis em inglês na biblioteca do IPES. ver “fichas de móveis, utensílios e equipamentos, registro de compra de livros, certificado de garantia de gravador, material vendido, termo de exame e descarga de material imprestável, demonstrativo fin”. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO QL.0.PAT.1

³⁶⁶ Harvey, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005; e BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. *Political Theory* v. 34, n. 6, 2006, 690–714.

³⁶⁷ FISHER, Mark. *Capitalist realism: is there no alternative?* Winchester, UK; Washington-D.C.: Zero Books, 2008.

³⁶⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000, p. 39-40.

posicionados no centro da economia capitalista mundial. A instituição e seus membros vislumbravam essa possibilidade de articular interesses de frações distintas da burguesia e do proletariado por meio da modernização das estruturas do país, sobre uma lógica empresarial e liberal,³⁶⁹ como tinham experimentado em algum nível, mesmo que em um curto espaço de tempo, durante o governo de Juscelino Kubitschek.³⁷⁰ Nessa direção, a adequação às diretrizes do capitalismo internacional seria o elemento capaz de gerar as condições para um pacto entre essas frações de classe, empresariado e trabalhadores, promovendo ao mesmo tempo o afastamento desses últimos da influência comunista. Essa adaptação às diretrizes do capitalismo internacional deveria produzir as condições que deveriam possibilitar um determinado grau de consenso entre as frações de classe. Nesse sentido, não podemos deixar de registrar que existiu uma estreita relação dos princípios econômicos do instituto e seu projeto moral que defendia a obediência às hierarquias e as tradições católicas. A modernização do do estado brasileiro e de sua economia deveria ser acompanhada da modernização dos costumes. Essa relação pode ser vista na defesa das reformas do estado brasileiro proposta pelo IPES, também como uma forma de mudar o comportamento dos brasileiros. Essa questão será demonstrada no capítulo seguinte, quando abordarei as contribuições educacionais no IPES e do campo conservador. É a combinação de ambas que compõe o repertório capaz de criar e caricaturar um inimigo comum, “o comunismo”, ao mesmo instante que posiciona no lugar diametralmente oposto o bloco multinacional e associado. Simplifica, dessa maneira, o conflito entre o “bem” e o “mal”, que, por sua vez, facilita o entendimento para as outras frações de classes, como as classes médias urbanas, que, persuadidas pela natureza dual desse conflito, “nós” contra “outros”, poderiam se convencer mais rapidamente da natureza benéfica das medidas econômicas e políticas (intervenção e deposição do governo Goulart) defendidas pelo instituto.

Dessa tentativa de justificar a intervenção na sociedade brasileira como uma medida integrada ao liberalismo, emerge a metáfora do país juvenil. Essa metáfora aparece através do uso de expressões como “nação adulta” para se referir aos países ocidentais com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, ou “atingir a

³⁶⁹ RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

³⁷⁰ IORIS, Rafael R. *Transforming Brazil: A History of National Development in the Postwar Era*. New York: Routledge, 2014.

maioridade”³⁷¹ como meta para o Brasil, já mencionados neste trabalho, reaparecem em outros documentos ipesianos, e representa essa justificativa do intervencionismo político e cultural. Assim como o Brasil, a juventude era compreendida como passível de modelamento. No editorial do boletim mensal do IPES São Paulo, em dezembro de 1964, em meio aos festejos pelo sucesso da conspiração que depôs o governo João Goulart, o editorial *Crepúsculo de Aurora* celebrou a vitória golpista da seguinte maneira: “Avançamos simultaneamente para nossa maturidade política e para nossa maturidade econômica [...]”. Esse tipo de metáfora era comumente usado para expressar a inconformidade da situação do Brasil em relação ao seu potencial econômico.

Para as elites, o golpe de 1964 possibilitou a correção de rota necessária para galgar a tão desejada, a maturidade. No novo contexto, os vitoriosos de 1964 sentiam em suas mãos a direção do Brasil, que deveria colocar-se de forma diferente no cenário econômico e político mundial, visando atingir o seu desenvolvimento pleno. Isso é bastante nítido no editorial, ao qual me referi anteriormente, em que o IPES de São Paulo avaliou o sucesso político da ascensão dos militares e da interrupção do governo de João Goulart.

Tudo, agora, podemos esperar do futuro deste país que só sabe e quer crescer em liberdade. Não lhe imponham a camisa de força de esquemas ideológicos que nada têm a ver com sua **jovem robustez**. Só assim o Brasil dará ao mundo a medida assombrosa de suas possibilidades.³⁷²

O IPES anunciava o momento em que o jovem com grande potencial deveria fazer uma escolha certa tendo em vista seu futuro.

Nada de luta de classes. Nada de esquemas rigidamente socialistas. Nada de opressivas fórmulas políticas salvadoras. Nada de interpretações sociológicas estreitamente vinculadas a doutrinas abstratas. Nada de homens providenciais insubstituíveis. O Brasil joga tudo isso fora, como roupa velha imprestável, que não pode cobrir nem deve deter o **crescimento estupendo de seu corpo adolescente**. [...] O Brasil começa a ser dono de seu destino.³⁷³

A poderosa imagem do país com esse corpo adolescente em estupendo crescimento suscita, de imediato, duas questões: primeiro, o Brasil segue (quase que por força da natureza) no caminho da transição da menoridade para a maioridade, rumo ao panteão das nações adultas; segundo, por outro lado, apesar do otimismo, a metáfora

³⁷¹ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Reformas de Base: A posição do IPES*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, Rio de Janeiro, 1963, p.7.

³⁷² *Crepúsculo de Aurora*, Fundo IPES, Arquivo Nacional In BR. NA. RJ. QL.0.CDI.4, p.34. Grifo nosso.

³⁷³ *Crepúsculo de Aurora*, Fundo IPES, Arquivo Nacional In BR. NA. RJ. QL.0.CDI.4, p.34. Grifo nosso.

também sugere uma natureza ainda incompleta. Imagens e metáforas semelhantes foram usadas pelos liberais Britânicos para justificar o colonialismo no século XIX, como destacou Uday Singh Mehta (1999). O uso da metáfora sobre a evolução humana da infância à idade adulta para se referir às hierarquias da civilização e justificar o colonialismo pelo liberalismo é um antigo subterfúgio.³⁷⁴

Há ainda uma terceira questão, derivada do caráter incompleto do processo de maturidade da nação. Se contextualizarmos e compararmos essa metáfora aos noticiários sobre os jovens e entidades estudantis, entre os anos 1961 e 1964 (ano da fonte), podemos depreender: a radicalidade juvenil. Apesar do tom triunfal do editorial da sessão paulista do IPES e da potente metáfora sobre o corpo adolescente do Brasil, nele contida, após os primeiros meses de ditadura, a transição rumo à pretensa maturidade passou a ser vista com maior complexidade e ainda mais cautela. No imaginário desses setores, essa transição só estaria completa quando o Brasil de fato ocupasse um lugar central na economia e na geopolítica mundial. A transição até a maturidade ainda poderia oferecer percalços, que poderiam ocorrer no processo de modernização da economia, das suas instituições, da mentalidade financeira das classes médias e das elites brasileiras, ou ainda causadas por ideologias subversivas que poderiam provocar desarticulações que levassem o país para rumos desvirtuados. A intervenção na sociedade para garantir a adoção de medidas liberalizante na economia era necessária, na visão dos ipesianos, como resposta à infiltração comunista, assim como a crença na intervenção da juventude, para garantir o futuro do país.

Para os ipesianos, essa infiltração comunista estava em franco desenvolvimento durante o governo de Goulart, já que os comunistas supostamente haviam construído as condições precisas para tal: “Quadros preparados, um veículo de infiltração bem escolhido, um ambiente favorável, de inatenção ou debilidade, uma espécie de ‘desmoralização moral’ e, se possível, uma aliança poderosa no próprio seio do local a ser conquistado.”³⁷⁵ Assim, como deixa explícito a narrativa ipesiana revelada por Haroldo Cecil Poland, membro do conselho de administração do IPES,

Goulart havia sido eleito legalmente de acordo com a constituição, e nós brasileiros temos uma longa tradição de legalidade. Estávamos apenas tentando fazê-lo livrar seu governo de políticas e pessoas que estavam levando o país ao caos e à guerra civil. Nossos comitês o

³⁷⁴ MEHTA, Uday Singh. *Liberalism and Empire: A Study in Nineteenth-Century British Liberal Thought*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

³⁷⁵ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, São Paulo, 1964, p.1.

chamavam enquanto ele nos via. Mas ele não prestou atenção, voltando-se cada vez mais para os extremistas, e finalmente se recusou a nos ver.³⁷⁶

As orientações do Sr. Smith e do ICS/USIA estavam em total acordo com o que pensavam os ipesianos no imediato pós-golpe. Então, o IPES organizou um panorama geral da situação de infiltração comunista no Brasil, com foco no movimento sindical e no camponês, além da juventude organizada na UNE, que “Depois da máquina sindical operária e agrícola, a segunda coluna da ofensiva comunista é representada pelas tropas irrequietas do mundo universitário.”³⁷⁷ Esse livreto foi produzido após o golpe e como parte das estratégias para consolidar a narrativa de que o governo João Goulart havia sucumbido ante à infiltração comunista.

Como o livro escrito por Sônia Seganfredo, nomes, datas e situações foram apontados em uma nítida tentativa de tornar verídica a argumentação a partir do detalhamento. Assim, ficamos sabendo que Abdias do Nascimento havia lançado recentemente o Jornal *A Raça* e que debater raça, em uma perspectiva crítica à “harmonia” ou “democracia racial”, para os homens brancos do IPES, deveria ser considerado racismo:

A infiltração comunista nos sindicatos e entre os estudantes emparelha-se com o trabalho sistemático realizado nas camadas mais humildes da população, começando pelos homens de cor. Esses foram confiados à tutela do ator Abdias do Nascimento, que acaba de fundar o Jornal ‘A Raça’, destinado a essa missão. Por meio desta agitação de fundamentos racistas, os comunistas penetram ainda mais nas favelas, essas choças ou ranchos miseráveis que constituem a chaga das grandes cidades, principalmente na América Latina.³⁷⁸

Sobre os estudantes, especificamente, os ipesianos reafirmavam algumas noções já explicitadas em documentos anteriores. O meio estudantil era “facilmente permeável, onde o entusiasmo juvenil frequentemente é iludido pela inexperiência e pela ingenuidade.”³⁷⁹ Os mais recentes exemplos dessa infiltração na UNE e no meio estudantil teriam sido o Seminário de Estudantes do Mundo Subdesenvolvido, realizado

³⁷⁶ "After all, Goulart had been legally elected according to the constitution, and we Brazilians have a long tradition of legalidade. We were only trying to make him rid his government of policies and people who were taking the country down into chaos and civil war. Our committees called upon him as long as he would see us. But he paid no heed, turning more and more to extremists, and finally refused to see us". In *READER'S DIGEST*, "The Country that saved itself", Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: BR NA, RIO.QL.0.CDI.22, p.14. [tradução nossa]

³⁷⁷ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, São Paulo, 1964, p.14.

³⁷⁸ *Ibid.*, p.18.

³⁷⁹ *Ibid.*, p.15.

em julho de 1963, em Salvador, na Bahia (já abordado anteriormente); e a entrada da UNE na Frente de Mobilização Popular, através da qual a entidade estudantil mantinha uma intensa relação com o Comando Geral dos Trabalhadores.

Além disso, repetia-se o roteiro desenhado por Sônia Seganfredo em “UNE: instrumento de subversão” (1963). Primeiro, a relação da UNE com o comunismo internacional (Fig. 8), já que a UNE supostamente estaria “em contato com certos tipos oficiais, que vem à sua sede social a fim de ministrar cursos de guerrilha aos alunos recrutados pela embaixada cubana no Rio. Prepara-se também para instalar um ‘comitê de amizade’, filiado à União Internacional de Estudantes, que terá por missão encaminhar para Praga os estudantes brasileiros julgados maduros.”³⁸⁰ Em seguida, acusa-se a entidade de profissionalismo e recebimento de recursos do MEC, “Segundo cifra oficiais, colhidas por um importante líder democrata, a UNE e seus anexos receberam durante o ano passado, do orçamento do Ministério [da Educação e Cultura], 1.726 milhões de cruzeiros.”³⁸¹ Por fim, a promoção de práticas amorais entre os jovens pela entidade estudantil, com o intuito de manter a hegemonia do Congresso: “Os inocentes eram distraídos graças à instalação de um ‘Clube do Amor Livre’ que os retinha afastados dos debates.”³⁸² Nesse caso, “Clube do Amor Livre” é eufemismo para acusar a UNE de usar a prática de orgias como arma política.

Tanto o livro *UNE: Instrumento de subversão*, quanto o livreto *Infiltração comunista no Brasil* (1964) são documentos importantes para conhecer a face anticomunista do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. São também formas de entrever a face moral, principalmente, quando nos referimos às juventudes. Vistos no contexto mais amplo, podemos ter uma dimensão das noções usadas e difundidas pelos ipesianos na tarefa dupla de divulgar o liberalismo e, ao mesmo tempo, promover o conservadorismo, por meio do alarmismo focado na suposta degradação dos costumes. Essas obras foram fundamentais para a criminalização das juventudes organizadas e culminaram com a extinção da União Nacional dos Estudantes, em outubro de 1964.

Concordo com Napolitano,³⁸³ ao sublinhar que a série de governos presididos por militares, desde sua gênese no período (1964-1968), buscou “[...] destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado.[...] [e] cortar os

³⁸⁰ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, São Paulo, 1964, p.15.

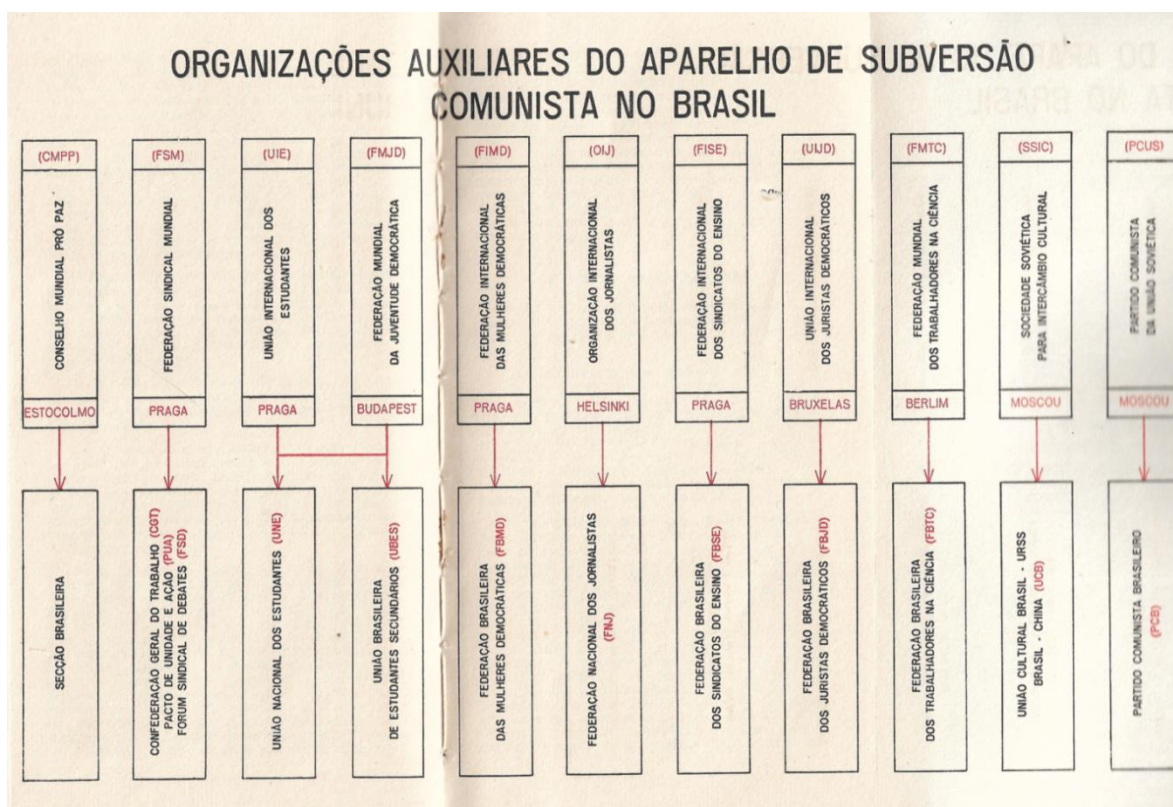
³⁸¹ *Ibid.*, p. 15.

³⁸² *Ibid.*, p.16.

³⁸³ NAPOLITANO, M. 1964: *História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês.”³⁸⁴, combinando formas de repressão e perseguição que nem sempre se deram na base do cassetete e dos chutes de coturno nas costelas dos seus oponentes, mas, muitas vezes, com reformas nas estruturas administrativas, profissional e curricular das universidades “visando adequá-las às demandas por desenvolvimento econômico, despolitizar as atividades acadêmicas e desafogar a pressão por mais vagas.”³⁸⁵

Figura 8 - Organograma elaborado pelo IPES sobre a suposta correspondência entre o movimento comunista internacional e as organizações brasileiras.



Fonte: IPES, 1964.

A UNE, jogada na ilegalidade, não deixaria de assombrar os conservadores brasileiros, constituindo-se como um dos pólos importantes de organização e aglutinação das oposições brasileiras contra o autoritarismo da ditadura militar.³⁸⁶ Com a intensificação das mobilizações da juventude, a partir de 1966, atingindo o pico em

³⁸⁴ NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014, p.108.

³⁸⁵ Ibid., p.138.

³⁸⁶ Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968. Campinas: Papirus, 1987; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969)*. Universidade Federal da Bahia, Dissertação (Mestrado em História), Salvador, 2008.

1968, novos debates, novos questionamentos e novas políticas foram ensejadas no campo conservador, como veremos nos capítulos seguintes.

Enquanto isso, as elites empresariais estavam conscientes dos desafios que a ditadura deveria enfrentar. Era natural que, após o ápice das mobilizações das classes médias, ocorresse um refluxo, como se os perigos que levaram as pessoas às ruas tivessem, como em um ato mágico, desaparecido com a ocupação do executivo pelos militares. Construir a surpreendente e singular mobilização golpista era diferente de manter uma ditadura militar em um país fragilizado e debilitado economicamente.

Em entrevista para a reportagem anticomunista *“The Country that saved itself”*, considerada um documento histórico importante sobre o golpe de 1964, assinada por Clarence W. Hall, publicada na *Reader’s Digest* em novembro de 1964, o célebre ipesiano Glycon de Paiva parecia ter a completa noção desses desafios e da dificuldade de manter os setores golpistas mobilizados para os desafios seguintes.³⁸⁷ Para ele, “Uma coisa é fazer uma revolução”, diferenciando o momento antes e depois do golpe de 1964, “mas outra bem diferente é sustentá-la. O perigo agora é que nós que iniciamos essa revolta, relaxemos.”³⁸⁸

O autor da reportagem, o jornalista americano e protestante Clarence W. Hall, anunciou as táticas usadas pelas organizações, nascidas no seio do empresariado brasileiro, “Para evitar esse perigo”, a desmobilização, após o 31 de março. Essas organizações continuaram investindo na auto-organização e na qualificação dos seus quadros: “grupos como o IPES continuam no trabalho - patrocinando cursos para treinar líderes democráticos, especialmente das classes média e baixa, e desenvolvendo maneiras de manter o público alerta e esclarecido.”³⁸⁹

O jornalista Clarence W. Hall citava como expressão dessa “nova atitude de muitos dos líderes empresariais brasileiros”³⁹⁰ frente à nova conjuntura o executivo Paulo Ayres Filho, da indústria de produtos farmacêuticos, que, assim como Glycon de Paiva, era fundador do IPES. “Agora sabemos que nós, empresários, devemos pensar não apenas nos lucros, mas também nos problemas sociais de nosso país. Temos que

³⁸⁷ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968)*. Maringá-PR: Eduem, 2015.

³⁸⁸ “...but quite another to sustain it. The danger now is that we who initiated this revolt will relax”. Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.26. [tradução nossa]

³⁸⁹ “...groups like IPES are staying on the job - sponsoring courses to train democratic leaders, especially from the middle and lower classes, and developing ways to keep the public alert and enlightened.”. Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.26. [tradução nossa]

³⁹⁰ “...new attitude of many of Brazil’s business leaders”. Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.26. [tradução nossa]

provar que a livre empresa pode fazer o melhor trabalho para todas as pessoas".³⁹¹ Após o golpe, o prestígio do instituto se elevou. Sua capacidade de conspiração, comprovada, e sua destreza ao permear e influir no governo brasileiro vinham da sua malha interna, composta por burocratas, intelectuais, industriais, empresários, militares de alto prestígio e de sua privilegiada relação com clérigos, jornalistas bem posicionados, grupos femininos de pressão e com o *Committee of Economic Development* (CED), mediador do instituto frente a financiadores públicos e privados estadunidenses.

A mudança na conjuntura também significava mudanças substanciais na dinâmica do instituto. Se, até 1964, a contribuição do órgão concentrou-se na desestabilização do governo João Goulart, após o êxito dos militares no golpe contra a democracia, o IPES gradualmente modificou suas atividades, concentrando-se em produzir conteúdo para subsidiar a ditadura e desenvolver atividades voltadas para a educação e “conscientização”, como uma espécie de escola de altos estudos dos problemas brasileiros. Longe de rivalizar com a Escola Superior de Guerra, principal centro de altos estudos para a formação de militares, o IPES construiu uma rede simbiótica com o governo, a ESG e entidades patronais. Não por acaso, gozou de importante prestígio durante as primeiras fases dos governos militares, sendo fundamental na sistematização e formulação de inúmeras políticas públicas do governo autoritário.³⁹² No próximo capítulo analisarei essa rede e a produção de propostas no âmbito do campo conservador.

³⁹¹ “*We now know that we businessmen must think not only about profits but about the social problems of our country. We've got to prove that free enterprise can do the best job for alithe people.*” Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.26. [tradução nossa]

³⁹² RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

2 PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO IPES E DA LIGA DE DEFESA NACIONAL

2.1 O “IMPERATIVO PARA A FORMAÇÃO DA NOSSA JUVENTUDE”

A meu ver, no Brasil não existe uma orientação ideológica, da nossa juventude. Acho que [é necessário] filosofia para um país como o nosso, principalmente para o universitário [...]. Eu acho que isso possibilitaria aos alunos, além de uma formação cultural, uma certa possibilidade de ordenação mental e nesse sentido estamos trabalhando, eu e um grupo, para apresentar futuramente aos Srs. Deputados uma emenda à Lei de Diretrizes e Bases tornando obrigatório o ensino de filosofia não só nos últimos anos, não só no curso clássico ou científico, mas também nas universidades.³⁹³

Assim, Sônia Maria Saraiva Segnanfredo explicitou seus planos ao depôr à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as atividades da UNE e a “subversão” juvenil, em setembro de 1963. Nessa passagem, é possível identificar a defesa de uma “orientação ideológica” para as juventudes brasileiras, submetendo-as ao ensino formal da disciplina de Filosofia. Para Segnanfredo, essa disciplina deveria ser a responsável por dar uma “ordenação mental”, eufemismo para doutrinação, aos jovens. A defesa da Filosofia como uma disciplina necessária não foi incorporada pelos modernistas autoritários, nem por outros grupos conservadores, dentre outras coisas porque era bastante difundido entre eles a ideia de que “a infiltração é[ra] bem maior nas Faculdades de Filosofia e Direitos do que nas demais.”³⁹⁴ A própria Sônia Segnanfredo afirmava isso em seu livro. Priorizar a disciplina de Filosofia poderia, ao contrário de combater, ampliar o contato dos jovens com elementos “subversivos”. No entanto, essa proposição foi um indício da difusão da ideia de uma disciplina formal para modelar a juventude entre os setores conservadores.³⁹⁵ Ao anunciá-la, Segnanfredo sugeriu que não estava pensando sozinha. Haveria um grupo? Quem seriam os membros de tal

³⁹³ Depoimento Sônia Maria Saraiva Segnanfredo, Arquivo do Câmara dos Deputados, Brasília, 27/09/1963, p.1040-1041.

³⁹⁴ Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

³⁹⁵ Mais tarde, essa proposta ganharia os contornos da disciplina Educação Moral e Cívica e Estudo dos Problemas Brasileiros, como forma de conter as juventudes. A relação entre as disciplinas de EMC e EPB com Filosofia permaneceram durante a aprovação dessas disciplinas em 1969, algumas unidades eram decididas à Filosofia e a Filosofia Política. Ver LERNER, Samara L. T. M. *Entre o Moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológica contido na disciplina Estudos de Problemas Brasileiros*. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, 2016, p.1029-1044.

grupo? Difícil saber.³⁹⁶ O que se sabe sobre a depoente é que manteve laços estreitos com udenistas, com o IPES e, através de Virginia Leitão Cunha, com a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), uma organização formada em 1962 por mulheres donas de casa, professoras, enfermeiras e frequentadoras da Paróquia de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, bairro de classe média do Rio de Janeiro,³⁹⁷ que teve papel estratégico no fomento, articulação, preparação e organização das mobilizações contra Goulart. Como demonstrou Janaina Cordeiro,³⁹⁸ complexas referências simbólicas e discursivas foram utilizadas nesses marchas convocadas por esses movimentos de mulheres conservadoras, cujas pautas giravam em torno de um “consenso defensivo” estruturado a partir da “evocação do papel da mulher; a articulação do discurso e a prática política cristã, especialmente católica; a defesa da democracia e, por fim, a necessidade de proteger a ordem constitucional.”³⁹⁹ supostamente ameaçada pelo governo João Goulart e pelos comunistas.

Independente dessa especulação, Sônia Seganfredo não era uma voz solitária nessa empreitada: propor que uma disciplina formal tivesse a moral, a orientação ideológica e a “ordenação mental” como foco. No contexto da primeira metade da década de 1960, os setores conservadores da Igreja Católica e as classes médias sob orientação católica, personificadas nas organizações dos movimentos femininos, também estavam desejosos da implementação de uma disciplina no ensino formal capaz de consolidar valores e comportamentos. Era o remédio para as futuras gerações, a forma mais adequada de preservar as potencialidades da juventude. Em 1961, quando tiveram início as discussões sobre a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Igreja “não perdeu a oportunidade de pleitear a preservação de seus

³⁹⁶ Estamos atentos ao fato de que o depoimento de Sônia Seganfredo constituiu-se em um relato de memória, circunstanciado pela CPI, portanto uma memória pública e sistematizada previamente, constituindo-se como um relato fortemente cronológico. Então, levando em consideração os comentários de Michael Pollak, identifiquei que esse depoimento é marcado pelo estilo coletivo usado por políticos e militantes e atravessados por pronomes coletivos “Nós”, como uma forma de buscar uma relação de solidariedade, cumplicidade e pertencimento com os supostamente representados. Com isso, não desconsideramos que o “grupo” e o “Nós” ao qual se refere a depoente pode ser um elemento imaginário, fruto do estilo usado para se apresentar de maneira mais sólida e crível diante dos deputados. POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Nacional. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

³⁹⁷ Além das mulheres, a reunião em que foi fundada a CAMDE contou com a presença do general Antonio de Molina, frei Leovigildo Balestiere e do empresário e líder ipesiano Glycon de Paiva. Cf. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família*. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985. pp. 31- 32.

³⁹⁸ CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964, *Revista Brasileira de História* (São Paulo), n.180, 2021. p.1-18.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 5.

privilégios, já que estava em discussão, entre outros temas, a permanência do ensino religioso no currículo das escolas públicas.”⁴⁰⁰ O pleito não era absolutamente novo; trava-se, na verdade, da recriação de uma disciplina, pois, como defende Luiz Antônio Cunha (2007), os primórdios dessa proposta encontram-se na modificação da relação entre Igreja e Estado no início da República.

Nas quatro primeiras décadas da República, o ER [Ensino Religioso] foi suprimido das escolas públicas, por efeito do dispositivo constitucional que determinou a independência do Estado em relação às entidades religiosas. No lugar da religião foi introduzida, no ginásio, em alguns momentos, a disciplina Moral, com e sem o complemento “e Cívica”, de feição positivista.⁴⁰¹

Substituída pelo ensino religioso, em 1931, a disciplina de Educação Moral e Cívica ganhou feições modernas e incorporou aspectos religiosos durante o Plano Nacional de Educação do ministro Gustavo Capanema, sendo sua obrigatoriedade prevista na constituição de 1937, ao lado de Educação Física e Trabalhos Manuais.⁴⁰²

Esse interesse pela reintrodução de uma educação de características disciplinadoras que pudesse transferir aos mais jovens os comportamentos e os valores tradicionais do patriarcado também embalou os desejos da CAMDE. Essa organização era a expressão carioca de um fenômeno social que vinha se desenvolvendo no Brasil, a organização das mulheres das classes médias em “entidades femininas”, que rapidamente se constituíram numa rede de agrupamentos, criadas principalmente após 1961. Assim surgiram também a Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), de Belo Horizonte, e a União Cívica Feminina (UFC), de São Paulo.⁴⁰³ Essas organizações se espalharam pelo país, abrindo filiais em estados como Pernambuco, Ceará e Paraná. No caso da Bahia, por exemplo, foi criado tanto um núcleo da CAMDE, quanto um da UFC.⁴⁰⁴ A CAMDE misturava os interesses dos setores médios urbanos e católicos a uma ativa militância, que envolvia desde atos de rua, envio de cartas e telefonemas para

⁴⁰⁰ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 88.

⁴⁰¹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 287.

⁴⁰² CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 290.

⁴⁰³ FICO, Carlos. Com o rosário na mão. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, v.1, n.5, 2004, p. 40- 43 ; SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985; CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Revista Brasileira de História* São Paulo, n.180, 2021. p.1-18.

⁴⁰⁴ SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as donas saem às ruas! In: ZACHARIADHES, G.(org.) *Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: Edufba, 2009, p.13-29.

pressionar autoridades,⁴⁰⁵ apoio na fundação de grupos semelhantes em outros estados do país, produção de material de divulgação próprio. Na turbulenta conjuntura política e econômica, as paroquianas da CAMDE produziram literatura voltada especialmente para as supostas preocupações das mulheres, “mais de 200.000 exemplares de uma folha descrevendo o que as mulheres poderiam fazer nessa crise” foram distribuídas as integrantes, cada uma ficando responsável por fazer cinco cópias para enviar a outras mulheres.⁴⁰⁶ Esse ímpeto pela mobilização dos setores médios urbanos, nas principais capitais do país, foi fundamental para a construção da “Marcha da Família com Deus”, em 1964, que legitimou o caminho do golpe para que os militares pudessem enfim marchar com seus coturnos até a cadeira da presidência.

Na emblemática reportagem “*The Country that saved itself*”, publicada, após o golpe, no *Reader's Digest*, Dona Amélia Molina Bastos, líder e fundadora da CAMDE, questionou, indignada, dando provas desse ativismo resiliente contra João Goulart e as forças políticas de esquerda: “Quem tem que ficar olhando enquanto as economias destinadas à educação de nossos filhos se reduzem a nada? Cujo futuro, entretanto, a política para os nossos filhos e netos leva à conquista comunista de nosso país?”⁴⁰⁷ Essas mulheres tiveram papel importante como grupo de pressão, principalmente através de telefonemas e cartas⁴⁰⁸ endereçadas ao Conselho Federal de Educação (CFE), ainda no governo Goulart, em que reivindicavam a obrigatoriedade de uma disciplina voltada para modelar moralmente as juventudes.

O MEC estava sob intensa pressão, envolto na reação dos setores conservadores à proposta de “encampação”⁴⁰⁹ de escolas privadas laicas ou religiosas e à adoção da

⁴⁰⁵ Padre Fernando Bastos Ávila contou em sua biografia que, quando estava como reitor em exercício da PUC, em inícios de 1964, recebeu telefonema de Dona Ester, esposa do Embaixador brasileiro em Bruxelas, Pedro Lago, e membro da CAMDE, “horrorizada porque eu autorizará uma conferência de Luiz Alberto Bahia, ‘reconhecido editorialista de esquerda do *Jornal do Brasil*’. Cf. ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um padre*. Bauru/SP: EDUSC, 2005. p. 212

⁴⁰⁶ READER'S DIGEST, “*The Country that saved itself*”, Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.11.

⁴⁰⁷ “*Who has more at stake in what's happening to our country the we women? Who is paying the soaring grocery bills caused by inflation? Who has to stand and watch as the savings put aside for our children's education shrivel to nothing? Whose future but our children's and grandchildren's policies lead to communist conquest of our country?*” In READER'S DIGEST, “*The Country that saved itself*”, Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR AN, RIO.QL.0.CDI.22, p.11. [tradução nossa]

⁴⁰⁸ A referência às cartas enviadas pela CAMDE aparecem na documentação do Simpósio Formação para a Cidadania (Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.121.), que analisarei no decorrer desse capítulo. Não conseguimos localizar essas cartas no Arquivo do MEC em Brasília, nem no Arquivo Nacional, no Fundo da CAMDE.

⁴⁰⁹ Quando o poder público, alegando interesse social, apropria-se de um bem particular.

coleção *História Nova do Brasil*,⁴¹⁰ elaborada pelo ISEB, nas escolas públicas e particulares. O então Ministro da Educação de João Goulart, Júlio Furquim Sambaqui,⁴¹¹ achou por bem pedir um parecer ao CFE, em 1964, sobre a proposta de criação de uma disciplina específica e obrigatória com a temática de moral e cívica. Na ocasião, o CFE produziu o Parecer 117/64, em que majoritariamente optou pela não criação de uma disciplina específica para abarcar o conteúdo de “moral e cívica”, já que a “educação moral e cívica não pode ser matéria de uma cadeira ou disciplina com um professor próprio”⁴¹². Contudo, esse conteúdo, segundo o parecer, deveria ser introduzido de forma transversal, a ser trabalhado pelas escolas em todas as disciplinas, como defendeu o conselheiro Clóvis Salgado⁴¹³: “Ela deve ser uma atividade moral da escola, porque se educa, sobretudo, pelo exemplo.”⁴¹⁴

Com a reforma administrativa de 1967 e seus reflexos na posterior militarização da agenda moral, como veremos no próximo capítulo, a posição do conselho mudaria. Juliana Filgueiras (2006) observou essa mudança na posição do CFE, mas a atribuiu à conjuntura de 1968 e aos protestos estudantis, e sem relacioná-la à reforma administrativa de 1967. O protagonismo do general Moacir Araújo Lopes na proposta de criação das disciplinas obrigatórias de Educação Moral e Cívica e EPB são reconhecidos pela autora, no entanto, em seus trabalhos, devido ao seu foco, o processo de militarização da agenda moral no MEC não é ressaltado. Reconheço que a conjuntura de 1968 foi importante para a decisão de estabelecer a disciplina de Moral e Cívica e de

⁴¹⁰ A *História Nova do Brasil* foi uma coleção criada pelo ISEB durante o governo de João Goulart, com o objetivo de prover uma história do Brasil menos elitista para professores e alunos. (ALCÂNTARA FIGUEIRA, P. de. História Nova: Depoimento. In: SANTOS et al. *História Nova do Brasil: 1963-1993*. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993, p. 16)

⁴¹¹ Júlio Furquim Sambaqui era formado em Ciências Contábeis. Em 1935, começou a trabalhar no Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-1945) como inspetor de ensino comercial a convite do então ministro Gustavo Capanema. Em seguida, foi diretor da Divisão de Contabilidade e Orçamento da Universidade do Brasil e do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em outubro de 1963, tornou-se ministro a convite do presidente João Goulart. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/julio_furquim_sambaqui. Acesso em: 06 fev. 2021.

⁴¹² Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.121.

⁴¹³ Clóvis Salgado Gama era médico e político mineiro. Foi ministro da Educação de Juscelino Kubitschek em 1956, e entre 1964 e 1968 foi membro do Conselho Federal de Educação. Em 1964, estava entre os apoiadores do golpe. Disponível em: https://web.archive.org/web/20071224023906/http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Clovis_Salgado.asp. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁴¹⁴ Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.121.

Estudos dos Problemas Brasileiros, mas destaco também a reforma administrativa de 1967 e o aumento da importância de Lopes no MEC como eventos fundamentais para a militarização da pauta moral no âmbito do governo. Abordarei essa discussão de forma mais profunda no último capítulo.

Outros interessados nesse tipo de iniciativa eram os ipesianos que, assim como Segnanfredo, acreditavam que a educação era o caminho para a consolidação de uma mentalidade liberal na sociedade brasileira e que, ao mesmo passo, ajudaria a população a rejeitar ideias “extremistas”, como o comunismo. Essa perspectiva fica evidente no documentário encomendado pelo IPES e dirigido pelo Jean Manzon,⁴¹⁵ *Criando homens livres*, por exemplo, quando o narrador afirma: “a última etapa da educação é o gesto cívico à boca da urna”⁴¹⁶. A educação era o processo que separava os jovens consumindo cigarros, descalços e sem higiene, apresentados no início da película, do gesto nobre de depositar na urna o voto. O pensamento ipesiano expresso na película demonstra a crença na educação como forma de controle, transformação e modelamento da sociedade. Porém, como se sabe a relação entre doutrinação e educação não é automática como podemos apreender da visão da educação dos ipesianos, pois a sala de aula é um espaço polifônico. Essa visão da educação mantinha estreita relação com a ideia de democracia por eles defendida: “um processo no qual as elites competem educadamente entre si perante um público sóbrio e calmo”⁴¹⁷ que não deveria prestar muita atenção no pleito.

Vale ressaltar que os dois principais pólos da Guerra Fria entendiam a Educação, o mercado editorial e o campo intelectual como um espaço de disputa.⁴¹⁸ Essa visão sobre a educação como parte da estratégia de impedir o avanço de ideias subversivas, era um entendimento derivado do conceito e da prática de democracia difundida pelos Estados Unidos da América na Guerra Fria, nos termos apontados por Jennifer Miller ao estudar a relação dos EUA com o Japão. Para ela, para além dos aspectos formais (eleições, liberdade de discurso, instituições) essa visão de democracia pressupunha “uma cidadania psicologicamente forte que foi capaz de permanecer

⁴¹⁵ Para uma análise detalhada da obra de Jean Manzon ver o trabalho de Marcos Corrêa (2005).

⁴¹⁶ *Criando Homens Livres*. Direção: Jean Manzon. IPES, Rio de Janeiro, 1963, DVD (10min47s). 10min20s.

⁴¹⁷ “[...] *democracy as a process in which elites competed politely among themselves before a sedated and sober public*”. GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. New Studies in American Intellectual and Cultural History. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003, p.48

⁴¹⁸ IBER, Patrick. *Neither Peace nor Freedom: The Cultural Cold War*. Cambridge: Harvard Press, 2015.

vigilante sobre a proteção de valores democráticos enquanto distinguia entre ideias saudáveis e prejudiciais.”⁴¹⁹ Desta forma uma democracia “real” deveria “priorizar a estabilidade social, política, econômica e mental necessária para uma mobilização robusta e contínua contra ideologias “antidemocráticas” perigosas e subversivas. Isso era verdade mesmo que tal estabilidade viesse à custa de outros direitos e liberdades.”⁴²⁰ O resultado da obsessão por qualidades democráticas, no caso japonês, alimentou uma “democracia quase antidemocrática”.⁴²¹ Para o historiador Patrick Iber, esta era uma das características da Guerra Fria, no pós-guerra na América Latina e Caribe, “na qual a ‘democracia’ foi reconstruída para incluir a rejeição do comunismo, mesmo ao preço de cercear as liberdades políticas e culturais.”⁴²² Resultando, segundo historiador John Coatsworth, em regimes políticos latinoamericanos anticomunista mais repressivos do que o bloco soviético em termos de número de presos políticos, vítimas de tortura e execuções de dissidentes políticos, entre 1960 e 1990.⁴²³ Em concordância com os autores, tendo em vista o caso brasileiro, essa concepção de democracia foi fundamental para orientar o estabelecimento de uma ditadura militar.

Essa crença na educação como uma ferramenta modeladora também pode ser vista no telegrama enviado por João Batista Leopoldo Figueiredo⁴²⁴, então presidente do IPES São Paulo, em 22 de abril de 1964, para o Ministro da Educação do governo de Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, por ocasião da sua posse em 15 de abril. O

⁴¹⁹ “[...] *democracy required a psychologically strong citizenry that was capable of remaining vigilant about protecting democratic values while distinguishing between healthy and harmful ideas.*” MILLER, Jennifer M. *Cold War Democracy: The United States and Japan, 1945–1963*. Cambridge: Harvard University Press, 2019, p.2. [tradução nossa]

⁴²⁰ “A “real” democracy therefore needed to prioritize the social, political, economic, and mental stability necessary to a robust and ongoing mobilization against dangerous and subversive “antidemocratic” ideologies. This was true even if such stability came at the expense of other rights and freedoms.” *Ibid.*, p.3. [tradução nossa]

⁴²¹ “[...] *an almost antidemocratic democracy.*” *Ibid.*, p.3. [tradução nossa]

⁴²² “*its suppression was a signal of the new Cold War order, in which “democracy” was reconstructed to include the rejection of Communism, even at the price of curtailing political and cultural liberties.*” IBER, Patrick. *Neither Peace or Freedom: The Cultural Cold War*. Cambridge, London: Harvard Press, 2015, p.52. [tradução nossa]

⁴²³ John Coatsworth, “The Cold War in Central America, 1975–1991,” in *The Cambridge History of the Cold War*, ed. Melvyn P. Leffler and Odd Arne Westad. v. 3, Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.221

⁴²⁴ João Batista Leopoldo Figueiredo foi um economista brasileiro, que assumiu em 1927 a direção da firma L. Figueiredo, de propriedade de seu pai, em São Paulo, passando a presidente, com a morte deste, em 1940. Foi um dos fundadores, em 1943, do Banco Sul-Americano do Brasil, sagrando-se o seu primeiro presidente. Em 1948, assumiu também a presidência da Câmara Teuto-Brasileira de Comércio e Indústria de São Paulo, que ajudou a fundar e que desempenhou importante papel no estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a República Federal da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Durante o governo Jânio Quadros (1961), presidiu o Banco do Brasil. Naquele ano, iniciou as mobilizações para fundar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. Em seguida, tornou-se presidente da seção paulista do IPES (conhecido como IPES-SP). Não confundir como João Batista de Oliveira Figueiredo, último presidente brasileiro da ditadura militar (1979-1985).

documento revela como esses setores entendiam a urgência da introdução de lições morais e do civismo nas instituições escolares.

Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação Dr. Flávio Suplicy de Lacerda, ministério da Educação, Rio de Janeiro. Momento histórico processamento consolidação regime democrático brasileiro Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais tem honra submeter apreciação Vossencia sugestão inclua currículo cursos todas escolas primárias Brasil cadeira Educação Moral e Cívica imperativo formação mentalidade nossa juventude. [sic]⁴²⁵

Essa ideia também foi incorporada no conjunto de propostas do IPES, após o “Simpósio para Reforma da Educação”, em novembro de 1964. Nesse fórum de debates, os ipesianos defenderam a introdução de uma disciplina “Moral e Cívica” apenas para o ensino primário. Isso também fica evidente na passagem do “Documento Básico” do “Simpósio para Reforma da Educação”, como se pode extrair da passagem:

Ele [o ensino primário] deverá incluir também, além da educação moral, a música, o canto, os trabalhos manuais e a educação física que, convenientemente dosados e dirigidos, tornaram a escola atraente e concorrerão poderosamente para a correção do fenômeno da deserção escolar.⁴²⁶

Em dezembro de 1964, na reunião primeira ministerial da ditadura militar, repleta de ipesianos, com o qual abri esta tese, o documento escrito por Golbery e datilografado por Heitor Ferreira expressa preocupação com o setor estudantil, por ser este

[...] realmente [ser] o [setor] mais contaminado pela pregação subversiva das esquerdas que a[1]í exerceram [...] o esforço máximo de seu proselitismo, apoiando-o sempre que possível em práticas de corrupção - viagens, empregos, etc - e contando com ampla cooperação desde o exterior, inclusive em material de propaganda e em recursos financeiros.⁴²⁷

A ação das esquerdas nesse setor eram obra de uma “agressiva e bem coordenada” minorias, “que, através de slogans atraentes - a denúncia de um imaginário terrorismo cultural, o clamor contra a opressão que teria sido o fechamento da UNE, etc.”⁴²⁸ movia a “massa estudantil” para

⁴²⁵ *Boletim do IPES*. SP, Ano II. N.10. Março/Abril, 1965, p.4. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código Q.L.0.CDI.4, p. 50.

⁴²⁶ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 31. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁴²⁷ Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 7. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

⁴²⁸ Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 7-8. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

[...] uma atitude que, se não é mais de franca e permanente rebeldia, traduz um desconfiado inconformismo manifestando-se através das eleições dos novos diretórios acadêmicos bem assim como afrontosa escolha, para homenageados e paraninfos, de elementos visceralmente contrários à Revolução [golpe] e até mesmo expurgados, cujos discursos poderiam servir para criar novo clima de agitação.⁴²⁹

O documento avaliou que apesar do sucesso dos expurgos feitos “com a maior moderação, talvez até com timidez” era necessário promover a “recuperação democrática da juventude”, através de uma “doutrinação inteligente”.⁴³⁰ Apesar de não anunciar explicitamente a necessidade de uma disciplina obrigatória com a temática moral e cívica, é uma conjectura bastante plausível que ao ler tais menções no documento do SNI os ministros presentes tenham pensado no estabelecimento de uma disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica.

A necessidade de instituir a disciplina de moral e cívica em todos os níveis educacionais havia se intensificado em 1966. Um exemplo disso, foi a Terceira Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação Cívica, promovida pelo CFE reuniu representantes de conselhos de Educação Cívica dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul; professores da rede pública e privada; autores de livros didáticos, técnicos e membros do governo. O evento ocorreu no auditório do MEC, em 1966, e discutiu “Educação Cívica”. A abertura com a presença do então ministro da educação, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão,⁴³¹ além das palestras de Alceu Amoroso Lima, intitulada “civismo: da casa ao cosmo”, e Newton Sucupira, na ocasião membro do CFE, dão mostras do prestígio do evento.⁴³² Também em 1966, foi organizado o “Seminário Formação para Cidadania”, que reuniu setores que orbitavam o IPES. No documento chamado “Mensagem do primeiro Seminário sobre a Formação para a Cidadania”, que orientou os debates do conclave, estava escrito:

Deve ser iniciada a educação cívica em todos os graus de ensino, e mesmo fora deste. Para este fim é indispensável não somente planejar, redigir, publicar e distribuir material didático para professores e alunos, bem como usar, resolutamente técnicas modernas de recursos

⁴²⁹ Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

⁴³⁰ Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

⁴³¹ Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão foi ministro da educação no intervalo de 30 de junho de 1966 até 4 de outubro de 1966.

⁴³² Para uma descrição do evento ver *A Educação cívica*. EBSA. Rio de Janeiro, 12/1966, p. 1-4. Para uma análise da revista da EBSA ver Braghini, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

audiovisuais, assim como escolas e cursos radiofônicos e televisionados.⁴³³

A adoção dessa proposta não era algo substancialmente novo na história brasileira,⁴³⁴ já que experiências similares haviam vigorado nas últimas quatro décadas.⁴³⁵ A ascensão desses personagens cujas trajetórias pessoais, nos anos 1930, entrelaçavam-se ao Estado Novo ou ao Movimento Integralista, marcaram o tom do debate sobre moralidade⁴³⁶ e o resgate da experiência da disciplina de moral e cívica nos anos 1960, como tratarei a seguir.

Por meio de uma sistemática campanha na opinião pública, cuja agenda anticomunista se misturava a moralidade. Construiu-se o discurso no qual o universo das juventudes deveria ser necessariamente controlado por meio de políticas educacionais moralizantes. Tais políticas deveriam ser formuladas a partir de um repertório conservador relativamente difundido, no qual se levasse em consideração a moral para conservar as tradições no campo da cultura. Por outro lado, deveria ser ensinada a moral laboral e empresarial pela via da inserção do jovem no mundo do trabalho que, segundo o IPES, era algo irrisório à época e deveria ser aprofundado, com vistas a uma transformação profunda da sociedade.

Abordarei neste capítulo o "Simpósio Para a Reforma da Educação", de 1964, organizado pelo IPES, e o "Seminário Formação para a Cidadania", de 1966, organizado pela Associação Brasileira de Educação, a CAMDE, a Liga de Defesa Nacional e a ESG, organizações que mantinham estreita colaboração com os ipesianos.

No caso do Simpósio, apesar de ser bastante citado quando se trata do IPES, é pouco analisado. As análises sobre esse evento costumam se restringir ao conteúdo dos boletins informativos do IPES, desconsiderando, em alguns casos, documentos que referenciam o congresso, tais como o Documento Básico e o Estatuto.⁴³⁷ Além disso, costuma-se simplificá-lo, considerando-o apenas mais um exemplo da introdução da

⁴³³ "Mensagem do primeiro Seminário sobre a Formação para a Cidadania", 1966. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher Pela Democracia. código: BR.AN.RIO. PE.0.0.110.1, p.8.

⁴³⁴ O ensino de Educação Moral e Cívica remonta ao longínquo decreto de número 16.782 de 13 de janeiro de 1925, quando o presidente Artur Bernardes (1922-1926) determinou a introdução da disciplina nos currículos de ginásio. As adoções e supressões dessa disciplina, bem como a de Ensino Religioso, são objeto do artigo; CUNHA, Luiz Antônio. Sintoma oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n.131, 2007, p. 285-302.

⁴³⁵ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo, Editora Unesp, 2007.

⁴³⁶ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016.

⁴³⁷ Esses documentos juntos com uma série de ofícios e listas, estão distribuídos nas Caixas 57 e 138 do Fundo Paulo de Assis Ribeiro, no Arquivo Nacional.

Teoria do Capital Humano. Nessa direção, a historiografia tem priorizado o Seminário a "Educação que nos convém", de 1968, onde essas ideias da *Teoria do Capital Humano* se apresentaram de forma mais robusta.⁴³⁸ Gostaria de chamar a atenção para a riqueza desses documentos do Seminário da Reforma da Educação do IPES de 1964. Através deles, é possível ver uma profunda influência das *Teorias da modernização*⁴³⁹, dos modelos liberais do capitalismo internacional, além da preocupação com as taxas de natalidade dos países periféricos do capitalismo, a instrução da juventude agrária, e com a higiene e com o comportamento da juventude brasileira de maneira geral. Por isso, abordaremos com detalhes esse seminário no próximo item deste capítulo.

Contudo, é necessário dizer que, nos anos 1960, a proposta da introdução de uma disciplina formal dedicada à orientação ideológica e ao ensino de normas morais e comportamentais pareceu restaurar no âmbito dos setores conservadores a relação entre as instituições do Estado republicano e as Forças Armadas, as classes médias urbanas, os grandes complexos empresariais e os setores conservadores da Igreja Católica. A proposta política que gradativamente unificou amplos setores conservadores em torno de um projeto educacional foi a adoção da disciplina de "Educação Moral e Cívica" nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

Iniciarei este debate sobre o projeto educacional moralizante proposto pelos setores conservadores pelo que, para mim, estava no centro dessa discussão e teve um forte poder de atração e de aglutinação entre os setores das classes médias brasileiras e os grandes empresários: a construção de uma proposta que combinasse o combate a determinados tipos de comportamento das juventudes brasileiras e a introdução de uma moralidade laboral, associada à *Teoria do Capital Humano*.

2.2 O VIAJANTE SOVIÉTICO E A REFORMA DA EDUCAÇÃO DO IPES

⁴³⁸ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981; DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008; CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política- ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*. v. 9, n. 2, 2007, pp. 369-385; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. *Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas-SP, 2016; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. A educação que nos convém: A reformulação do ensino e o golpe na educação durante a ditadura civil-militar. *Revista RBBA*. v.5, n. 1 e 2, 2016. p. 247-267.

⁴³⁹ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2003.

Era novembro de 1964, o verão tropical com sua temperatura carioca implacável impunha suas credenciais aos visitantes que se atreviam a desembarcar no aeroporto do Galeão. A alta temperatura e a intensa umidade eram compensadas com a vista de uma “cidade maravilhosa”. Felizmente, aquela não foi a primeira vez que o lituano Viktor Voclavovič Vol’skij (Fig. 9) se aventurou na cidade do Rio de Janeiro, devendo ele estar mais do que avisado sobre os desafios climáticos e políticos que o aguardavam. Em maio de 1962, Viktor Vol’skij, então com 41 anos, veio ao Brasil como responsável pela Exposição Soviética de Indústria e Comércio ⁴⁴⁰, quando também palestrou sobre “pesquisas soviéticas no campo das Ciências Geográficas e Geológicas” ⁴⁴¹ na Faculdade Nacional de Filosofia, entrando em contato com o isebiano e interessado na geopolítica do petróleo, o professor Álvaro Vieira Pinto (ver capítulo I), junto com dois outros professores soviéticos: “Niquiporov” ⁴⁴², que palestrou sobre História, e “Surchkov” ⁴⁴³, sobre Química. Tais palestras possivelmente foram notadas pela jovem Sônia Seganfredo, então vigilante aluna anticomunista da Universidade Nacional. A Exposição Industrial Soviética foi um marco importante na intensificação das relações políticas entre os dois países, após o restabelecimento das relações diplomáticas, em 1961, ainda durante o governo Goulart. Nela, a União Soviética apresentou-se como um modelo de modernização do mundo industrializado, na busca por atrair o governo brasileiro com possibilidades de participação em grandes e importantes empreendimentos ⁴⁴⁴ dentro do país.⁴⁴⁵

Tal iniciativa não passou despercebida pela diplomacia e pelo serviço secreto americano, que a reportaram: “Está prevista uma exposição industrial soviética para o Brasil em maio (...). O primeiro vice-primeiro-ministro soviético [Astanas] Mikoyan planeja participar da exposição de maio e pode oferecer ao Brasil ajuda econômica em larga escala no momento.” ⁴⁴⁶ Naquela ocasião, Viktor Vol’skij negou-se a comentar

⁴⁴⁰ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22/05/1962, p.2.

⁴⁴¹ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 29/05/1962, p.2.

⁴⁴² A grafia nitidamente está “abrasileirada”; não consegui localizar quem seria.

⁴⁴³ Não foi possível identificar se trata-se do historiador Yuri Nikolayevich Zhukov ou de Anatolij Šul’govskij, acadêmico russo membro do ILA.

⁴⁴⁴ Apesar de avanços, esses empreendimentos não se concretizariam durante o período. (C.f CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.)

⁴⁴⁵ CATERINA, Gianfranco. *Um grande ocean : Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

⁴⁴⁶ *A soviet industrial exposition is scheduled for Brazil in May (...). Soviet first deputy premier Mikoyan is reported planning to attend the May exposition and may offer Brazil large-scale economic aid at that*

sobre os turbulentos problemas políticos internos nacionais, limitando-se a mencionar “a maior receptividade por parte do povo brasileiro”⁴⁴⁷ em relação à exposição soviética, contrastando aos ataques “terroristas praticados contra a promoção do seu país”⁴⁴⁸ que demonstravam “o desespero daqueles que insistem em afirmar que o povo soviético vive em função de explorar outras Nações”⁴⁴⁹.

Figura 9 - Viktor Voclavovič Vol'skij, em 1982.



Fonte: Acervo da revista *People.ru*.

As palavras bem colocadas eram jogadas de um talentoso enxadrista soviético no tabuleiro latino americano. Vol'skij, que havia crescido em uma família de classe média intelectualizada na distante e gélida Lituânia, então uma das repúblicas soviéticas, foi aceito para a primeira geração de estudantes da recém criada *MGIMO* (*Moscow Institute for International Relations*). Essa geração foi profundamente marcada pelo “espírito do internacionalismo socialista anti-Stalinista”⁴⁵⁰. Sua reputação como um talentoso economista e especialista em países capitalistas cresceu para além da *MGIMO* e, a partir de 1959, passou a lecionar na prestigiosa Universidade Estatal de Moscou. Em 1961,

time. Current Intelligence Memorandum, in Folder Title: Brazil: Security, 1963. John F. Kennedy Library and Museum. Boston - MA, 1 October 1961/ 7 December 1962, código: JFKPOF-112-014.p.12. [tradução nossa]

⁴⁴⁷ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22/05/1962, p.2.

⁴⁴⁸ A exposição foi atacada com uso de bombas que causaram pequenos estragos materiais e assustaram a delegação soviética. Os terroristas foram apreendidos, coincidentemente, até onde podemos afirmar, no luxuoso Edifício Avenida Central, onde estava a sede do IPES. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22/05/1962, p. 2.

⁴⁴⁹ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22/05/1962, p.2.

⁴⁵⁰ “[...] *spirit of anti-Stalinist socialist internationalism*”. RUPPRECHT, Tobias. *Soviet Internationalism after Stalin: Interaction and Exchange between the USSR and Latin America during the Cold War*. Cambridge, Cambridge University Press. 2015, p. 252. [tradução nossa]

tornou-se membro do recém criado *Institut Latinskoj Ameriki*, mais conhecido pela sigla, *ILA*, que ele passaria a presidir a partir de 1966. Em 1962, além do Rio de Janeiro, circulou pela América Latina acompanhando a Exposição Industrial Soviética na região e se instalou no Chile.⁴⁵¹

Vindo do Chile, Vol'skij pousou em solo brasileiro após Andrei Formin, Embaixador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e Boris Konstrinkser, adido cultural da URSS, aceitarem o convite do IPES para participar do “Simpósio para a Reforma na Educação”, em novembro de 1964. O evento foi organizado sob a coordenação do General Jaul Pires de Castro, na época o responsável pelo setor de educação do IPES. Aquele era o primeiro grande evento do instituto para debater a temática da educação e representava

[...] um esforço sério visando à definição das linhas mestras de uma política educacional. Visa a cooperar com o Poder Público na definição dessa política, mas visa também difundir a compreensão de que a educação é o instrumento indispensável à realização dessas aspirações, e a mobilização da opinião pública em favor de uma ampla reforma educacional no país.⁴⁵²

A implementação dessa política educacional deveria possibilitar “[...] a realização das aspirações nacionais de rápido desenvolvimento econômico e social”⁴⁵³. O caráter fundamental da transformação da educação brasileira está sublinhado nessa passagem, bem como a relação entre educação e desenvolvimento, pensados nos limites das teorias da da modernização⁴⁵⁴.

Seguindo o debate econômico da época, os ipesianos estavam convencidos da correlação entre “baixas rendas *per capita*’ e elevados índices de analfabetismo, quadros escolares débeis e deficiências notórias de pessoal especializado - técnico e administrativo” com a dificuldade de promover o desenvolvimento socioeconômico das populações.⁴⁵⁵ A grande urgência da proposta de reforma da educação se justificava diante do estado alarmante da educação brasileira, considerada custosa e inócua. Ela era descrita pelo IPES da seguinte forma:

⁴⁵¹ O Chile naquele momento abrigava as instituições ligadas à UNESCO.

⁴⁵² Simpósio sobre a Reforma da Educação - Regulamento, 1964. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.123.

⁴⁵³ Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.108

⁴⁵⁴ GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2003.

⁴⁵⁵ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

De nossos 245 mil professores primários em exercício, cerca de 107 mil não são formados, não têm especialização pedagógica e muitos deles são semianalfabetos. Seu trabalho, na generalidade dos casos, consiste em recitar lições cujo valor não compreendem bem, mas que as crianças devem decorar. [...] Há longo tempo John Locke alertou-nos de que importa muito mais transmitir, através dos processos escolares, hábitos de pensar, raciocinar, de observar, chegando a interpretações, hipóteses e teorias, do que transmitir o conhecimento pronto por via mnemônica; que o processo da aprendizagem é mais importante que o conhecimento aprendido; que a função da escola não é transmitir informação e conhecimentos, mas exercitar o indivíduo no uso de suas funções racionais, de sua inteligência, no comportamento usual de cada dia. Sua advertência data do século XVII, mas ainda não foi ouvida no Brasil.⁴⁵⁶

Era necessário, segundo a ótica ipesiana, produzir mudanças na educação que dinamizassem as instituições com orientações voltadas para o aprendizado prático, para o mercado e para as necessidades nacionais, sem que se alterassem as estruturas de poder e a intensa desigualdade social refletidas nas escolas e universidades brasileiras. Essa defasagem no ensino brasileiro era explicada principalmente em termos demográficos, o aumento populacional pressionava a educação, materiais, debilidade estrutural das escolas brasileiras como entrave, e a utilização de referências teóricas, consideradas obsoletas e conflitantes pelos ipesianos, que opunham a perspectiva do “humanismo” e da econômica. Essa obsolescência estava expressa no debate educacional brasileiro, segundo o IPES, cujas preocupações com a educação brasileira estariam imersas “em uma atmosfera impregnada de um humanismo vago e irreal: definem-se suas finalidades - sem procurar-se o meio prático de atingi-las - pelo cortejo de teorias tão antigas quanto a história, tão divergentes quanto às concepções sobre a felicidade humana e, certamente, tanto mais imperfeitas quanto mais avança o homem no conhecimento de si próprio, do universo que o cerca, e de suas inter-relações”.⁴⁵⁷ Isso se expressava, segundo os ipesianos, na defesa da “sobreposição do seu conteúdo cultural ao seu conteúdo econômico”, ou, na multiplicação de “teses de incompatibilidade desses valores”⁴⁵⁸, que não ajudavam na solução dos problemas.

⁴⁵⁶ *Boletim Informativo*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3. p.279.

⁴⁵⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 5. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, ex. 138, PT. 5. p.121

⁴⁵⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 5. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, ex. 138, PT. 5. p.121

Em oposição ao “humanismo”, o IPES, embasado por trabalhos como o do ipesiano Arlindo Corrêa sobre o estado da Guanabara,⁴⁵⁹ defendia que a educação fosse

[...] enquadrada na terminologia das ciências econômicas, sob o aspecto singular de figurar ora como bem de consumo - a que o indivíduo aspira por si mesmo, independentemente de suas aplicações práticas posteriores, e ao qual é inerente a noção de custo - ora como um bem imaterial de produção, propiciando a formação de aptidões e capacitações dos mais variados graus e teores que enriquecem as populações com o que já se convencionou denominar de capital humano, indissolúvelmente ligado ao capital físico no exercício das atividades produtivas, e ao qual está veiculada a ideia de investimento, pressupondo, portanto, uma rentabilidade.⁴⁶⁰

A crítica ao humanismo não estava restrita aos ipesianos. No caso da UNE, ela vinha acompanhada também da crítica ao “tecnicismo”.⁴⁶¹ O estudante César Guimarães, por exemplo, escreveu na revista *Movimento*, órgão de comunicação oficial da UNE, “Nem tecnicismo desumanizante, nem humanismo alienado”⁴⁶² para sintetizar a discussão ocorrida entre 19 e 26 de março de 1962, em Curitiba, por ocasião do II Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE, completando:

O seminário, em seu estudo teórico da universidade, denunciou a falsidade ideológica da chamada 'educação para o desenvolvimento', tal como é entendida nos planos de governo. Tal fórmula é a consagração de um 'tecnicismo desumanizante', voltado unicamente para as necessidades industriais do país e sem atender a demanda de outros setores sociais. Por outro lado, não deixou sem profunda crítica o 'humanismo alienado' atualmente em voga no ensino superior que consiste em dar ênfase aos chamados 'cursos de humanidades' que não passam de amontoados inconsistentes de conceitos tão gerais quanto vagos.⁴⁶³

Na *Tese da União Nacional dos Estudantes do Brasil ao I seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior* de 1960, há uma tentativa de definir esse Humanismo, entre os estudantes da UNE, como se pode ler no trecho: “O que entre nós se entende por Humanismo é o estudo de Filosofia e Literatura. Consideramos que o Humanismo é inteiramente desvirtuado por esse tipo de ensino, já

⁴⁵⁹ Nesse trabalho Arlindo Corrêa calculou “os prazos de retorno dos investimentos de ensino, segundo alguns níveis de escolaridade e para alguns ramos profissionais de grau universitário”. Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, Página 4. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁴⁶⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5, p. 5.

⁴⁶¹ Provável que o que a UNE chamava de tecnicismo, pudesse ser usada para caracterizar as propostas do IPES.

⁴⁶² *Movimento*, n.2, 1962, p.20.

⁴⁶³ *Movimento*, n.2, 1962, p.20.

que, acadêmico e clássico, aliena o estudante da realidade em que vive.”⁴⁶⁴ A universidade deveria estar focada em resolver os problemas sociais do país e isso era visto em oposição ao ensino “clássico” e “acadêmico”.⁴⁶⁵

Para além da crítica ao humanismo, o simpósio do IPES representava uma ambiciosa tentativa de apresentar um moderno, dinâmico e transformador projeto para a educação brasileira. O instituto entendia que a educação era fundamental e urgente para que o Brasil se tornasse um país capitalista “desenvolvido”, nos moldes da teoria da modernização. Tratava-se de uni-lo a países cuja, “conscientização da interdependência entre o desenvolvimento socioeconômico e a valorização física, moral, intelectual e profissional do homem já [havia] atingi[do] a sensibilidade dos estrategistas do progresso, abrindo-lhes novas e mais amplas perspectivas e passando a figurar, com realce, na formulação das políticas de desenvolvimento.”⁴⁶⁶ O instituto ansiava por participar do “amadurecimento da nova mentalidade” caracterizada pela “preocupação com o programa de ajuda internacional no campo da assistência técnica”,⁴⁶⁷ que, através de acordos bilaterais e multilaterais de cooperação econômica internacional, investiam “visando a aperfeiçoar os padrões higiênico-sanitários e os quadros educacionais dos países subdesenvolvidos”.⁴⁶⁸

Por isso, não poupou esforços para tornar o simpósio sobre a reforma da educação um espaço de discussão das tendências contemporâneas da educação no mundo, mostrando, através dos contatos com os corpos diplomáticos internacionais, que o Brasil pós-golpe de Estado estava pronto para se adequar às tendências internacionais na educação. Com isso, buscou-se auxílio das embaixadas de países estrangeiros localizadas no Rio de Janeiro, para esboçar um projeto “[...] capaz de abrir para o nosso

⁴⁶⁴ A “Tese da União Nacional dos Estudantes do Brasil ao I seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior”, 1960. Documentos anexados por Sônia Maria Saraiva Segnanfreddo à CPI da UNE. Arquivo da Câmara.

⁴⁶⁵ Essa crítica implicava até uma crítica à proporção de formados em humanidades, considerada elevada em relação a cursos mais necessários à realidade brasileira: “Os dados estatísticos mostram que, num total de 15.502 conclusões de curso em 1948 (excluindo pós-graduação e especialização), quase metade, isto é, 48,6% se compôs de bacharéis em Direito, em Filosofia, Ciências e Letras e de professores secundários. Outras profissões mais necessárias ao país como Engenheiros, médicos, economistas, agrônomos, veterinários, etc. constituíram parcelas bem modestas do total.” (“Tese da União Nacional dos Estudantes do Brasil ao I seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior”, 1960. Documentos anexados por Sônia Maria Saraiva Segnanfreddo à CPI da UNE. Arquivo da Câmara.)

⁴⁶⁶ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

⁴⁶⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

⁴⁶⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

país [Brasil] possibilidades de acesso à categoria de potência internacional [...]”⁴⁶⁹. Os ipesianos, como adiantamos, não se furtaram de solicitar contribuições para embaixada da URSS,⁴⁷⁰ que respondeu positivamente ao convite, primeiramente, viabilizando a vinda do acadêmico soviético especialista em assuntos latino-americanos para o simpósio, e depois, fornecendo um artigo sobre a reforma educacional de Nikita Krushev para que fosse publicado no boletim do instituto.

Entretanto, a participação soviética nos boletins informativos foi cuidadosamente editada. Foram publicados a explanação de Viktor Vol’skij, junto a um extrato de “interessante obra editada em Moscou, em 1958, sob o título ‘*The Training of Scientists in the Soviet Union*’”, de K. Galkin, sobre a lei de 24 de dezembro de 1958, “que consubstanciou a ‘Reforma Educacional de Khrushchev’”, além de uma análise elaborada pelo Instituto de Estudos Sobre a URSS, sediado em Munique (Alemanha), uma organização conservadora e anticomunista, acerca da Reforma Educacional de Krushev. Ao todo, foram três artigos sobre a realidade educacional russa veiculados nos boletins do IPES, além disso, a GRD publicou um livro sobre o tema organizado pelo mesmo instituto.⁴⁷¹

O Simpósio para a Reforma da Educação pode ser dividido em três etapas: os encontros prévios, o dia do simpósio em si e uma série de reuniões posteriores, já no ano de 1965. Nessas três fases houve debates, circulação de documentos e de textos, produção de pesquisas sobre ensino (principalmente centradas no estado da Guanabara) e indicativos para a formulação de políticas para a educação e para a juventude brasileira.

Os trabalhos de preparação para o simpósio, incluindo a elaboração do Documento Básico e do Regulamento do Seminário (Fig. 10 e 11), consumiram quatro meses (agosto, setembro, outubro e novembro) e tiveram a colaboração de Peri Porto e Arlindo Lopes Corrêa,⁴⁷² além das contribuições à distância⁴⁷³ de Dr. João Roberto

⁴⁶⁹ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p.277.

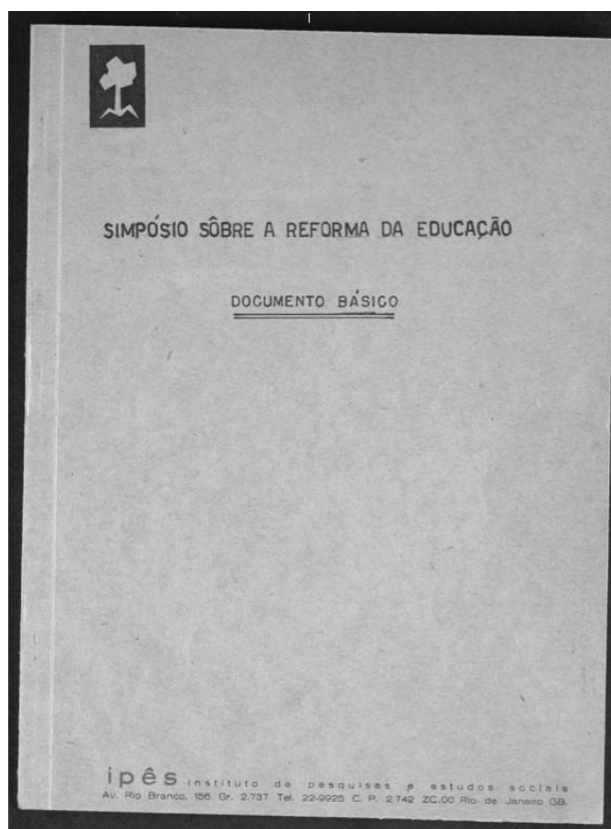
⁴⁷⁰ Além da colaboração soviética, os ipesianos recorreram às embaixadas da Alemanha Ocidental, do Canadá, dos Estados Unidos, da França, da Índia, da Inglaterra, do Japão, e da Suécia. Porém, somente as representações da União Soviética e França colaboraram.

⁴⁷¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015.

⁴⁷² Arlindo Lopes Corrêa era um ipesiano que se dedicava a questões que relacionavam desenvolvimento e educação. Seu trabalho chamado ‘Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil’ foi um dos principais subsídios para a construção da opinião do IPES. Durante a elaboração do “Documento Básico”, Paulo de Assis Ribeiro esteve em constante contato com ele. Correspondência de Jaul P. Castro para Paulo de Assis Ribeiro, 30 de outubro de 1964. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, cod. S7, cx. 57, pt. 6.p.203; Folha do Gabinete do ministro Extraordinário com os rabiscos “P/ Entrevista c/

Moreira, proeminente sociólogo da educação que desde 1963 havia assumido a direção da representação da UNESCO na América Latina.⁴⁷⁴ Outro personagem que foi fundamental nessa sistematização e organização do material produzido para o Simpósio de 1964 foi o ipesiano Paulo de Assis Ribeiro⁴⁷⁵, desdobrando-se entre o projeto da Reforma da Educação e o projeto de Estatuto da Terra.⁴⁷⁶

Figura 10 - Capa do documento "Simpósio Sobre A Reforma da Educação- Documento Básico"



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro.

Arlindo [Corrêa]”, “3,30”, “RB 81/50”, e tabela com a estrutura do Documento Básico do Simpósio. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, cod. S7, cx. 57, pt. 6, p.332.

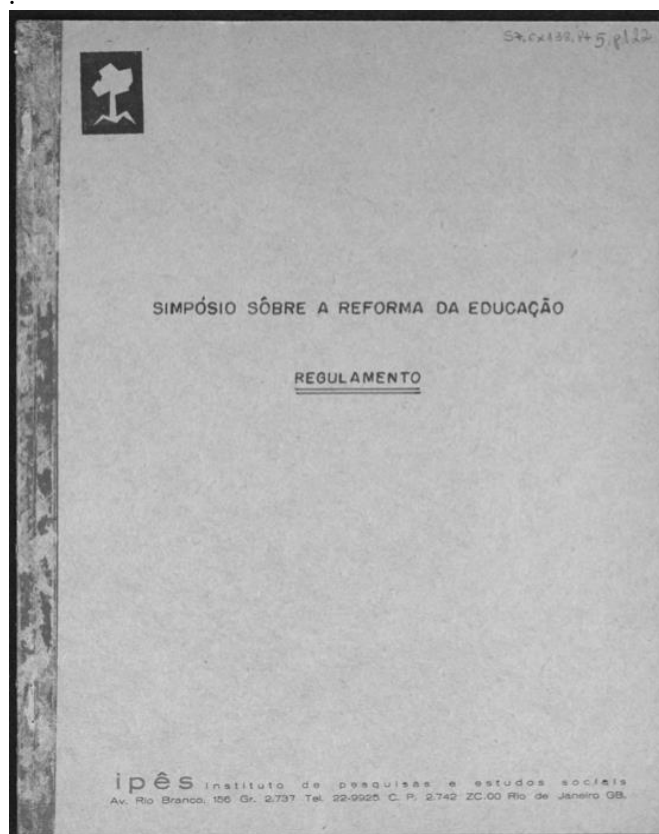
⁴⁷³ João Roberto Moreira encontrava-se radicado no Chile.

⁴⁷⁴ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis, Editora Vozes, 1981; PAIXÃO, Lea. O catarinense João Roberto Moreira – um sociólogo da educação esquecido. In: Perspectiva. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 57-83, jul./dez. 2002.

⁴⁷⁵ Harold Cecil Poland pediu que Paulo Assis Ribeiro se ocupasse da produção dos documentos que norteariam o debate do simpósio: “Esperamos poder submeter a sua consideração no decorrer do mês de outubro, um projeto do seu regulamento e a documentação que servirá de base aos trabalhos iniciais.” Carta de Harold Cecil Poland para Paulo Assis Ribeiro, 9 de Setembro de 1964. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, cod. S7, cx. 57, pt. 6, p.205.

⁴⁷⁶ PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira. Mercator, Fortaleza, v.16, 2017; BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 3, n. 2, 1995, pp. 5-31.

Figura 11 - Capa do regulamento do “Simpósio Sobre a Reforma da Educação - Documento Básico”.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro.

Para integrar o núcleo duro do Simpósio, diretamente envolvido nas reuniões de preparação do evento, Harold Cecil Poland selecionou vinte nomes de intelectuais brasileiros que deveriam ser uma espécie de comitê científico legitimador da atividade. Esses nomes eram de importantes personalidades nacionais: a poetiza, tradutora e ilustrada D. Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça⁴⁷⁷; o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Dr. Antônio Moreira Couceiro; o embaixador Augusto Frederico Schmidt; o Dr. Belarmino Austregésilo de Athayde⁴⁷⁸; o educador e

⁴⁷⁷ Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça foi uma poetisa, cronista e tradutora feminista carioca. Ajudou a fundar a Casa do Estudante do Brasil e a União Nacional dos Estudantes, da qual foi eleita como a primeira presidente. Atuou em defesa dos direitos das mulheres e nas iniciativas promovidas pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Participou da associação Damas da Cruz Verde, que criou a maternidade Pro Matre. Também foi a primeira mulher membro de um tribunal eleitoral do país. Como tradutora, foi responsável por traduzir duas peças de William Shakespeare, além de vários poemas do inglês, francês e alemão. Era casada com Marcos Carneiro de Mendonça, goleiro da seleção brasileira e do Fluminense FC, e posteriormente historiador, colecionador e presidente do Fluminense FC (1941 e 1943).

⁴⁷⁸ Belarmino Austregésilo de Athayde foi intelectual liberal pernambucano, filho do desembargador José Feliciano Augusto de Ataíde e de Constância Adelaide Austregésilo, e bisneto do tribuno e jornalista Antônio Vicente do Nascimento Feitosa. Era advogado de formação, porém destacou-se como escritor e jornalista, colaborando e dirigindo diversos jornais brasileiros. Tomou parte como delegado do Brasil na III Assembleia da ONU, em Paris (1948), tendo sido membro da comissão que redigiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em cujos debates desempenhou papel decisivo. Também escreveu

empresário Carlos Chagas Filho; de Carlos Otávio Flexa Ribeiro, empresário da educação e secretário de educação do governo Carlos Lacerda; o General Edmundo Macedo Soares e Silva; o Prof. Ernesto Luiz de Oliveira Junior; o educador Jayme Abreu⁴⁷⁹; Joaquim Faria Góes Filho⁴⁸⁰, professor do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da Universidade Nacional; Jorge Kafuri; o Prof. José Arthur Rios⁴⁸¹, membro da Comissão da *Fulbright* e ligado à PUC-RJ; o Pe. Laercio Dias Moura, reitor da PUC-RJ; o Dr. Lucas Lopes, Dr. Luiz Cintra do Prado, o professor Raymundo Moniz Aragão,⁴⁸² a professora Suzana Gonçalves⁴⁸³ e Dr. Wanderbilt Duarte de Barros.⁴⁸⁴ Embora esses vinte nomes compusessem o conselho restrito das atividades, isso não impediu que novos membros participassem das reuniões do grupo do Simpósio.⁴⁸⁵ Também encontrei listas mais amplas, o que sugere que outros nomes foram cogitados ou que o leque de participantes foi expandido. Figuram nessa lista nomes como o Almirante Lúcio Martins Meira, o Almirante Otacílio Cunha, o advogado Carlos Medeiros da Silva,⁴⁸⁶ o jurista Benjamin Moraes, o presidente da Eletrobrás, Otávio Marcondes Ferraz, o engenheiro udenista Alim Pedro, o embaixador Octávio Augusto

semanalmente na revista *O Cruzeiro* e, por sua destacada atividade jornalística, recebeu, na Universidade de Columbia, EUA, em 1952, o Prêmio Maria Moors Cabot. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 9 de agosto de 1951, para a cadeira oito, sucedendo Oliveira Viana. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1953), instituição que passou a colaborar com relativa frequência como conferencista.

⁴⁷⁹ Jayme Abreu foi um educador baiano, parceiro do Prof. Anísio Teixeira, com o qual colaborou como auxiliar e amigo. Acompanhou-o esse último na administração à frente da Secretaria de Educação, na Bahia, e depois no INEP.

⁴⁸⁰ Joaquim Faria Góes Filho foi um intelectual baiano ligado no início da sua carreira a Anísio Teixeira. Era um quadro da USAID, participando inclusive dos comitês da USAID. Foi um dos criadores do SENAI e fundador do Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos (CETRHU) da FGV. CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 33min).

⁴⁸¹ Proeminente sociólogo brasileiro, professor da Universidade do Brasil e da PUC-RJ, membro da Comissão Brasileira da Fulbright. Parceiro e colaborador intelectual do sociólogo rural norte americano Lynn Smith. José Arthur Rios também foi um importante intelectual católico, próximo a Alceu Amoroso Lima, Américo Piquet Carneiro, José Fernando Carneiro, Adauto Lúcio Cardoso, José Barreto Filho, Dario de Almeida Magalhães, Mario Pedrosa, Carlos Lacerda e Gustavo Corção. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1802-novas-fontes-para-pensar-o-brasil-e-a-sociologia-brasileira-notas-sobre-os-arquivos-de-jose-arthur-rios-e-carlos-alberto-medina.html#.YJRxwS35SqA>. Acesso em: 6 mai. 2021.

⁴⁸² Professor da Universidade Federal Fluminense.

⁴⁸³ Interventora da CAPES em 1964.

⁴⁸⁴ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p. 246.

⁴⁸⁵ Como, por exemplo, o relatório da reunião de 5 de janeiro de 1965 sobre a constituição de uma agenda de atividades que contou com 3 novos participantes que “não tinham tido conhecimento da agenda dos trabalhos”. Correspondência de Jaul P. Castro para Paulo de Assis de Castro, 5 de janeiro de 1965. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, cod. S7, cx. 57, pt. 6, p.380.

⁴⁸⁶ Na época era membro do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no ano seguinte seria indicado pelos militares como ministro do STF, numa das vagas abertas pelo AI-2. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-medeiros-silva>. Acesso em: 30 abr. 2021.

Dias Carneiro, o jornalista e membro do Conselho Federal de Educação Celso Kelly, o Padre Fernando Bastos de Ávila, professor de sociologia da PUC-RJ, o intelectual católico ultradireitista Gustavo Corção e até mesmo Anísio Teixeira, que havia sido afastado⁴⁸⁷ de suas funções à frente da CAPES e da Universidade de Brasília.⁴⁸⁸

O simpósio contou com a participação ativa da alta cúpula do IPES da Guanabara: Haroldo Poland, Heitor Herrera, Mario H. Simonsen, Paulo de Assis Ribeiro, General Jaul de Castro, General Liberato da Cunha Friedrich, Glycon de Paiva, Luiz Cintra do Prado⁴⁸⁹ e o empresário Gilberto Huber⁴⁹⁰.

Pelo menos duas ausências podem ser percebidas por olhares mais atentos. A primeira delas é a do ministro da educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Por que um ministro da Educação que era um ipesiano⁴⁹¹ não participaria de um evento importante para o instituto e sobre educação? Além dele, onde estaria Sônia Maria Saraiva Seganfreddo, a jovem conservadora que o IPES ajudaria a projetar no debate público? O que anunciarei a seguir trata-se de uma conjectura, mas que considero importante trazer no corpo deste texto.

Em 23 de abril de 1964, no imediato pós-golpe, Seganfreddo foi selecionada para lecionar no estado da Guanabara,⁴⁹² sendo, logo em seguida, convidada pelo ministro da Educação do novo regime, o ipesiano Flávio Suplicy de Lacerda, para integrar a equipe do MEC. Com a divulgação de notícias nos jornais sobre a compra de

⁴⁸⁷ Em 1964, após o golpe, Anísio Teixeira foi afastado de cargos executivos e investigado por supostas “irregularidades administrativas” na Universidade de Brasília. Com isso, aceitou os convites para lecionar das Universidades de Colúmbia e da Califórnia. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espino-la-teixeira>. Acesso em: 30 abr. 2021. r

⁴⁸⁸ A lista completa era composta por Paulo de Assis Ribeiro; Jorge Kafuri, general Edmundo Macedo Soares e Silva; Carlos Chagas; Carlos Octavio Flexa Ribeiro; Marcondes Ferraz; Lucas Lopes; Pe. Fernando Bastos de Avila; Bel. Belarmino Austregéslo de Athayde; Ana Amélia Carneiro de Mendonça; Gustavo Corção; Embaixador Octavio Augusto Dias Carneiro; Antonio Couceiro; Professor Alceu Amoroso Lima, Almirante Lucio Martins Meira; Celso Kelly, Joaquim Faria Goes Filho; Wanderbilt Duarte de Barros; Almirante Otacílio Cunha; Ernesto Luiz de Oliveira Junior; Luiz Cintra do Prado; Jayme Abreu; Bel. Carlos Medeiros da Silva; Prof. José Arthur Rios; Paschoal Carlos Margno; Silvio Flores de Abreu; Manoel Ferreira Guimarães; Benjamin Moraes; Alim Pedro; prof. J. Roberto Moreira; Cecil Robert Davis, Alberto Luiz Coimbra; Luiz Simões Lopes; Suzana Gonçalves, Guilherme da Silveira Filho; Dr. Mauricio Joppert da Silva; Clemente Mariani Bittencourt; Moniz Aragão; e Mario Henrique Simonsen. Lista de Participantes do Simpósio sobre a “Reforma da Educação”. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis, código: S7, CX 57, PT 6, p. 324.

⁴⁸⁹ Engenheiro civil, professor do Departamento de Física da Escola Politécnica de São Paulo, Membro fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Membro fundador do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), dirigiu a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 1953 e no ano de 1961, a Escola de Politécnica de São Paulo entre 1941 e 1943 e o Instituto de Energia Atômica (atual IPEN) de 1961 a 1963. <http://memoria.cnen.gov.br/memoria/biografia.asp?codigo=004> acessado em 30 de Abril de 2021.

⁴⁹⁰ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p.376- 377.

⁴⁹¹ BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Estado restrito (1964-1967). Apresentação no 30 Simpósio Nacional de Historia, ANPUH, Recife. 2019

⁴⁹² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 23/04/1964. p.6.

fartas remessas do livro de Sonia Seganfredo por Suplicy de Lacerda durante seu reitorado na Universidade do Paraná, no entanto, a presença dela no ministério tornou-se insustentável. Foi demitida em julho de 1964 e saiu atirando contra o ministro e contra o IPES. Sônia Seganfredo fez graves acusações contra o ministro e seu gabinete, inclusive afirmando que Flávio Suplicy havia custeado a feitura dos livros. Isso fez com que até mesmo Gumercindo R. Dórea, o editor do livro de Sonia, saísse da sua discreta posição para se colocar diante dos holofotes da mídia para defender o ministro, isentando-o da participação no financiamento do livro, que “jamais teve financiamento senão recursos próprios da editora”⁴⁹³. Como bem sabemos, a GRD se beneficiou de recursos da USIA e consideramos “recursos próprios” uma noção um tanto quanto abrangente nesse caso.

Desempregada, Sônia Seganfredo foi bater à porta do IPES pedindo ajuda, “Minha reivindicação era pouca”,⁴⁹⁴ queria apenas a “cadeira desocupada”⁴⁹⁵ por Álvaro Vieira Pinto, cassado pelo novo regime. Ou seja, queria ocupar a cátedra em uma das universidades mais importantes do país usando influência política. Aquilo sem dúvida extrapolou os poderes e a atuação do IPES, e foi negado. Como opção, sugeriu receber uma bolsa de estudo pela mesma universidade, ainda não sendo mais aluna, ou do próprio IPES. Recebeu não como resposta para as duas sugestões e ainda ouviu de Golbery do Couto e Silva que “estava muito marcada para pertencer ao IPES”.⁴⁹⁶ Cumpriu sua missão e, assim que perdeu a função como ferramenta do IPES, foi lançada ao ostracismo.⁴⁹⁷ Sônia parece não ter percebido o giro dado pelos setores que

⁴⁹³ *Diário Carioca*. Rio de Janeiro. 21/05/1964. p.3.

⁴⁹⁴ Carta de Sonia Seganfredo ao SNI. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO. Q.L0.OFU.53.p.37.

⁴⁹⁵ Carta de Sonia Seganfredo ao SNI. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.Q.L0.OFU.53.p.37.

⁴⁹⁶ Carta de Sonia Seganfredo ao Conselho do IPES. Fundo IPES, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, código: BR. RJ AN RIO.Q.L0.OFU.53.p. 42.

⁴⁹⁷ Em janeiro de 1965 começou a trabalhar no ministério do planejamento, graças à interferência do banqueiro ipesiano Figueiredo, no grupo de trabalho Educação, Saúde, Recursos Naturais e Previdência Social, sob a coordenação do também ipesiano Paulo de Assis Ribeiro. Nas listas que temos é a única pessoa sem uma função definida (Lista de funcionários do Ministério do Planejamento, 1965. Caixa 92, Pasta 1, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, Arquivo Nacional. Código: AN RJANRIO.S7. CX.92.PT.1.p.38) A relação com outros funcionários também se complicou, principalmente com Edmar de Sousa, diretor administrativo do Ministério do Planejamento. Em 1966, rompe definitivamente com o IPES e manda uma série de correspondências que foram utilizadas neste trabalho. Como se não bastasse, em 1967, foi condenada por acumulação de cargos e demitida do concurso de professora. Em abril de 1974, foi admitida novamente, após seleção, para lecionar no estado da Guanabara. (*O Jornal*. Rio de Janeiro, 06/04/1974. p.1) Em 1979 ganhou a premiação da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, que permitiu que ela publicasse um segundo livro “*Como Interpretar a lei: A Interpretação do direito positivo*” (1981). Nos anos 1990, denunciou supostas fraudes em concursos públicos na administração Brizola no Rio de

conspiraram para o golpe para uma posição de estabilização da ditadura.⁴⁹⁸ Fato é que ela expôs a relação entre a GRD, o IPES e o ministro, fazendo, talvez, com que Suplicy de Lacerda evitasse aparecer no Seminário para a Reforma da Educação e confirmasse as suspeitas largamente difundidas pelos jornais brasileiros. Também não posso descartar que, no início do mês de novembro, o ministro citou a Lei nº 4.464, que criminalizava a UNE, gerando protestos do movimento estudantil. A cautela em participar de eventos como o Seminário para a Reforma da Educação, amplamente divulgados pela imprensa, pode ter sido uma forma de evitar alimentar protestos estudantis.

A despeito das ausências de Sônia Seganfredo e de Flávio Suplicy de Lacerda, quem roubou de fato a cena foram os soviéticos e sua arma quase secreta, o professor Viktor Vol'skij. Acostumados ao “português muito ruim e muito ineficiente”⁴⁹⁹ do intérprete do embaixador Andrei Fomin, os brasileiros foram surpreendidos pela fluidez do português impecável de Vol'skij, descrito como “de nível universitário e com a pronúncia carioca”.⁵⁰⁰ Ele teria despertado “grande curiosidade e interesse dos presentes”,⁵⁰¹ tornando-se o centro das atenções dos jornalistas que cobriam o evento. Vol'skij apresentou aos participantes do congresso as linhas gerais sobre o funcionamento do sistema educacional soviético e seu histórico de reconstrução após a Revolução Russa de 1917, onde os bolcheviques tomaram medidas para resolver a lacuna de mão-de-obra especializada. “Cuidamos de organizar um sistema de ensino associado ao trabalho”⁵⁰², resumiu. Era o que o IPES desejava ouvir: a integração entre educação e “processos produtivos”. A argumentação de Viktor Vol'skij fortaleceu a ideia de desenvolvimento e educação como elementos combinados sobre a lógica do trabalho. Essa argumentação do soviético estava desenhada no seu livro “*Latinskaja Amerika, neft' i nezavisimost'*”, em português *América Latina, petróleo e independência*,

Janeiro. Em 2004, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva escreveu artigos no *Jornal do Brasil* retomando o velho repertório, agora com conotações antipetistas.

⁴⁹⁸ RAMÍREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil* (1961-1996).

Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁴⁹⁹ “*Presidente Castello said the interpreter was so bad and his Portuguese so ineffective, that he had dropped out of the conversation early and Fomin had carried on by himself.*” in Gordon, Lincoln, “Lunch with General George Mather and Castelo Branco” (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library. [tradução nossa]

⁵⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 1964. p.5.

⁵⁰¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 1964. p.5.

⁵⁰² Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. QL.0.CDI.6, p.23.

publicado em 1964, em que o russo defendia a indústria de petróleo como uma ferramenta de desenvolvimento e emancipação dos países latino americanos.⁵⁰³

A educação como processo de aumento da produtividade da mão de obra era uma ideia também partilhada pelas elites orgânicas,⁵⁰⁴ principalmente pelo empresariado nacional, que defendia uma política educacional voltada para o desenvolvimento econômico, no qual as oportunidades educacionais promoveriam uma mobilidade social por meio da formação da força de trabalho.⁵⁰⁵ Essa convergência das teses defendidas pelo soviético fica evidente quando se compara com um trecho de uma apresentação do ipesiano Paulo de Assis Ribeiro sobre o Planejamento Educacional, no qual afirma que “Não há certamente nada de revolucionário nem de profundo na afirmação de que a produtividade da força de trabalho depende diretamente do padrão médio de conhecimento e de adestramento de seus componentes”⁵⁰⁶.

A participação dos russos pode ser interpretada como uma forma de produzir uma legitimidade social e acadêmica, demonstrando que as ações do instituto eram guiadas por valores realmente liberais e pela neutralidade científica, quando a realidade era um pouco mais complexa. Isso teria acontecido em 1963? Muito provavelmente, não. Estou falando de novembro de 1964, portanto, depois do golpe. É possível afirmar que o discurso anticomunista tenha diminuído sua radicalidade, no âmbito do IPES, e foi substituído por um pragmatismo liberal, que reforça a instrumentalidade da retórica anticomunista.⁵⁰⁷ Pode-se ilustrar esse pragmatismo liberal com as declarações dadas pelo banqueiro e dirigente ipesiano Haroldo Poland, em setembro de 1964, ao *Jornal do Brasil*, de que “mesmo em face de maior intercâmbio com os Estados Unidos, não devemos nos desinteressar do comércio com os países socialistas, estimulando nossos homens de empresa a negociarem através de associações de comércio ou entidades especiais [...]”⁵⁰⁸. Essa afirmação é um exemplo da singularidade das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética logo após o golpe civil e militar de 1964.

⁵⁰³ VOL'SKIJ, Viktor Voclavovič. *Latinskaja Amerika, neft' i nezavisimost'*. Moskva : Mysl', 1964.

⁵⁰⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

⁵⁰⁵ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

⁵⁰⁶ *Planejamento Educacional Necessidade e metodologia*. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, cod. S7, cx. 57, pt. 6, p.315.

⁵⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.

⁵⁰⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1964. p.10.

Vizentini (1998) defende que o discurso típico da Guerra Fria e das barreiras ideológicas “não correspondeu plenamente à prática” nas interações com a superpotência euroasiática. A manutenção de laços diplomáticos plenos com a URSS e os países de seu bloco foi resultado de “necessidades comerciais”, além do fato de que a atuação internacional soviética orientava-se por uma “diplomacia tradicional e legalista, e não revolucionária como a de Cuba e da China”.⁵⁰⁹ Embora o anticomunismo tenha continuado a ser um elemento legitimador para a ditadura militar, o IPES redefiniu sua identidade a partir de uma agenda tecnocrática e pragmática. Os ipesianos, assim como o regime que usurpou o poder em 1964, permaneciam interessados na modernidade soviética. Para Gianfranco Caterina (2019), esse genuíno interesse durou até meados de 1967. Ademais, a auto-representação oficial da URSS no estrangeiro havia se transformado. A URSS, aos poucos, deixou o rótulo de “berço da revolução mundial” para se apresentar como um “cultivado e tecnologicamente avançado Estado europeu”, composto por uma população “altamente educada” de consumidores satisfeitos.⁵¹⁰ A “alta modernidade soviética” originou-se na mesma euforia pelo desenvolvimento e industrialização ocorrida no Ocidente ao longo da década de 1950, porém com algumas especificidades. Os bolcheviques acreditaram que o caminho soviético rumo ao desenvolvimento seria “ostensivamente harmonioso” e teria “aspectos mais justos e providentes”, sem a “pauperização das massas e exploração pelos outros”. A URSS, com isso, juntou-se à “euforia global por desenvolvimento e modernização”.⁵¹¹

A experiência soviética, contudo, serviu para fortalecer a ideia de integração da educação com os setores produtivos, como um processo inevitável da modernidade, seja ela ocidental ou não. Com isso, o IPES procurou demonstrar para seus associados e para o seu público leitor mais amplo que a aproximação entre educação e setores produtivos era uma tendência global, independente de ideologias, um fenômeno inerente ao próprio desenvolvimento no mundo moderno. Essa aproximação da educação com os setores produtivos do capital pode ser interpretada como a tentativa do IPES de pensar a

⁵⁰⁹ VIZENTINI, Paulo F. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 61.

⁵¹⁰ RUPPRECHT, Tobias. *Socialist high modernity and global stagnation: a shared history of Brazil and the Soviet Union during the Cold War*. *Journal of Global History*, Volume 6, Issue 3, November 2011, p.522.

⁵¹¹ CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano:: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019, p. 263.

moralidade imposta pelo trabalho e pelo mercado como o meio para modelar – e, por que não, domar – o comportamento dos jovens brasileiros.

Outro país que serviu como referencial aos intelectuais do IPES foi o Japão.⁵¹² A embaixada do Japão também cooperou ⁵¹³ com o “Simpósio sobre a Reforma da Educação”:

A Embaixada do Japão no Brasil, além de por à nossa disposição um exemplar de primoroso trabalho elaborado pelo Ministério da Educação daquele país, sob o título “*Education in Japan – A Grafic Presentation – 1964*”, dispôs-se a trazer ao nosso auditório o dirigente da “Missão de Jovens ao Exterior”, grupo de 15 jovens japoneses que em viagem de estudos a cinco países latino-americanos, era esperado no Brasil.⁵¹⁴

No entanto, “circunstâncias supervenientes impossibilitaram”⁵¹⁵ o encontro com essa comitiva e “com o professor e jornalista japonês” que era aguardado como conferencista. Apesar das ausências, “[...] o texto da conferência, que por ele seria pronunciada, sobre *Os cem anos da Educação japonesa* nos foi gentilmente entregue pelo Sr. Tadashi Iwase, adido Cultural à Embaixada japonesa.” ⁵¹⁶ Além disso, os ipesianos também anexaram ao Documento Básico do seminário a um edito de 1890, traduzido para o português, do imperador Meiji em que defendia a defesa das faculdades intelectuais combinada ao aperfeiçoamento das “forças morais” e ao respeito às leis.⁵¹⁷

⁵¹² O documento também menciona Israel como outro exemplo, além do Japão. O interessante é que ambos países tiveram aportes financeiros americanos graças ao papel geopolítico que desempenhavam no Oriente Médio e na Ásia.

⁵¹³ A embaixada japonesa deu ao Simpósio dois textos publicados no Boletim do IPES, *Os Cem Anos da Educação Japonesa* e *Education in Japan – A Grafic Presentation – 1964*. *Boletim do IPES*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3. p.393. Grifo nosso.

⁵¹⁴ *Boletim do IPES*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p.391.

⁵¹⁵ Infelizmente, não consegui identificar quais circunstâncias foram essas. Sabe-se que, em 24 de março de 1964, Edwin Oldfather Reischauer, então embaixador americano no Japão, foi esfaqueado, em uma tentativa de assassinato, por um jovem estudante japonês. Seu agressor foi capturado em seguida e considerado pelas autoridades como mentalmente perturbado. As autoridades afirmaram que ele agiu sozinho e não mantinha conexão com grupos ou causas. O episódio levou à renúncia do Ministro da Segurança Pública do Japão (C.f. FORD, Franklin L. *Political Murder: From Tyrannicide to Terrorism*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1987, p. 310) Talvez isso tenha de algum modo afetado a participação do Japão no seminário. Outro acontecimento digno de ser considerado “circunstâncias supervenientes” ocorreu em 16 de junho, um terremoto na província de Niigata vitimou 12 pessoas e provocou uma série de estragos. Contudo, o ano de 1964 foi muito importante para a infraestrutura e abertura da economia do Japão para o mercado capitalista, impulsionado pelos Jogos Olímpicos de Tokyo em outubro. (TAGSOLD, C. *Modernity, space and national representation at the Tokyo Olympics 1964*. *Urban History*, v. 37, n. 2, 2010, pp. 289-300) Pós-Olimpíadas, ainda em outubro, o país passou por uma mudança de governo. Hayato Ikeda renunciou ao cargo de primeiro ministro devido a descoberta de câncer na laringe, sendo Eisaku Satō eleito para substituí-lo.

⁵¹⁶ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p.391.

⁵¹⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 66. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

O Japão ocupou uma posição especial no modelo de educação ipesiano por três fatores: o rápido índice de desenvolvimento econômico, a adequação do sistema educacional japonês ao mercado capitalista e a propaganda japonesa decorrente das Olimpíadas de Tokyo. O Japão teve grande visibilidade em 1964, principalmente em outubro, quando aconteceram os Jogos Olímpicos de Tokyo, período em que ipesianos debatiam o conteúdo dos documentos que viriam a público durante o Simpósio para a Reforma na Educação. O mundo viu, através das Olimpíadas, o Japão reconstruído, com uma ampla infraestrutura e uma política de abertura da economia para o mercado capitalista.⁵¹⁸ O Japão, “nação pobre em recursos naturais, desenvolveu-se mais cedo e mais rapidamente que os países vizinhos, dotados de maiores potencialidades materiais”.⁵¹⁹

Esses elementos são facilmente observáveis no corpo do documento norteador do Simpósio sobre a Reforma da Educação, com referências às qualidades inerentes ao povo japonês, “sóbrio, pertinaz e laborioso”⁵²⁰, nos documentos enviados pela embaixada japonesa e publicados no boletim do IPES, em que se afirmava que o foco do modelo educacional japonês consistia em “formar um indivíduo apto em conhecimento técnico-científico, e ao mesmo tempo não inferior em **formação moral e social-internacional**”⁵²¹, ou ainda na defesa da ação governamental para

[...] fazer com que cada indivíduo seja submetido a padrões de valores que o incentivem a integrar-se na promoção do bem comum. Um dos mais expressivos exemplos dessa ação de liderança é sem dúvida o edito, sobre educação, do imperador Meiji, o promotor da modernização do Japão, no último quartel do século XIX.⁵²²

Essa atenção dada à formação moral encontrava correspondência no IPES e em outros setores de sustentação da ditadura militar. Chamaram nossa atenção, na contribuição japonesa, o combate à politização dos educadores, como podemos compreender do trecho: “Os pontos sujeitos a correção têm sido os seguintes: excesso de liberdade dos poderes subdivididos em regiões; **desvio da finalidade do Sindicato**

⁵¹⁸ TAGSOLD, C. *Modernity, space and national representation at the Tokyo Olympics 1964*. Urban History, v. 37, n. 2, 2010, pp. 289-300.

⁵¹⁹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

⁵²⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 63. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

⁵²¹ “*Education in Japan – A Graphic Presentation – 1964*”, Boletim do IPES. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3. p.393. [grifo nosso]

⁵²² Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 63. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

dos Professores, por sua atividade excessiva no campo político".⁵²³ Outro ponto importante é a “possível **correlação entre a delinquência juvenil e a insuficiência ministrada de lições de moral**”⁵²⁴, que se aproximava das propostas dos setores conservadores brasileiros, já mencionadas, de adoção de uma disciplina específica para cuidar das lições morais e do civismo, com o intuito de influir na mentalidade da juventude.

A reformulação da educação e da economia japonesa no pós-guerra resultou em uma forte influência estadunidense, inclusive, na educação, com a adoção dos *colleges*.⁵²⁵ O fascínio declarado do IPES pelos Estados Unidos da América era quase automático, eldorado do mundo capitalista, enquanto o Japão era estudado como um modelo com índices altamente positivos, com forte componente moral ligado à educação e com altos índices de desenvolvimento econômico financiados com a ajuda financeira estadunidense. Esses pontos marcam a contribuição japonesa. A possibilidade de se desenvolver com ajuda do capital estrangeiro, principalmente estadunidense, integrava parte do sonho *ipesiano*, que parecia bastante razoável naquele período, 1961 a 1964, diante da sua relação com o *Committee of Economic Development* e com o início das atividades da *Aliança para o Progresso* na América Latina.

O modelo de educar dos Estados Unidos da América foi representado por um texto produzido no âmbito do comitê de pesquisa e política do *Committee of Economic Development* (CED), intitulado “A educação dos homens de empresa: A escola e a comunidade de negócios”, que defendia a introdução da educação para os negócios na educação regular. Esse documento reconhecia que, mesmo nos Estados Unidos da América, “as barreiras culturais e emocionais que existem, entre os negócios e a educação, impedem a sociedade de realizar seu inteiro potencial.”⁵²⁶, a despeito da tendência mundial de que “a educação superior – incluindo, frequentemente, estudos de negócios – está-se tornando cada vez mais essencial para as carreiras de negócios”⁵²⁷.

Diante dessas novas exigências do mercado e da busca por profissionais cada vez mais capacitados, o questionamento sobre a educação e sua tarefa era: que tipo de abordagem educacional deveria ser adotada para produzir esses novos homens de negócio?

⁵²³ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3. p.393. [grifo nosso]

⁵²⁴ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3. p.393.[grifo nosso]

⁵²⁵ *College* no sistema de ensino estadunidense pode ser uma instituição educacional de ensino superior, ou uma graduação em uma universidade pública ou privada.

⁵²⁶ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.54.

⁵²⁷ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.54.

Como produzir uma classe de homens prontos para assumirem a liderança e a direção nos assuntos práticos e civis? Deve-se proceder diretamente, ensinando práticas [...]. Ou deve-se proceder indiretamente, equipando a mente dos jovens com conhecimentos clássicos, literários e religiosos? ⁵²⁸

Tanto o CED quanto o IPES concordavam que o caminho a ser seguido pela educação era o caminho do prático e relacionado ao mercado. Assim, a reforma da educação proposta pelos ipesianos deveria corrigir algumas questões profundamente enraizadas na cultura do país.

Desejamos que nosso país se desenvolva, mas, como nossos avós, continuamos a desprestigiar o trabalho da indústria e no comércio, e induzimos as famílias, ainda que com sacrifício, a matricular seus filhos no curso secundário, o que, sendo organizado **sem nenhuma finalidade prática**, tem conduzido à formação de uma legião de frustrados que engrossam anualmente as filas dos despreparados pretendentes a cargos públicos ou de autarquias. ⁵²⁹

A crítica do IPES recai na cultura das classes altas e médias brasileiras e em sua conjecturada falta de ímpeto em investir capital nos setores produtivos. Isso tinha origem em um “preconceito profundamente enraizado na classe média brasileira contra qualquer trabalho que não seja estritamente intelectual e o desejo de acesso na escala social através da obtenção de um diploma de nível superior” ⁵³⁰. Esse desejo levava, segundo tal formulação, as famílias, “mesmo as de rendas mais modestas, a encaminhar seus filhos para o curso secundário que, encarado como de transição para o curso superior, não fornece ao estudante qualquer capacitação para as atividades práticas” ⁵³¹. Produzia-se, assim, uma “legião de frustrados que engrossam anualmente as filas dos despreparados pretendentes a cargos públicos ou de autarquias”. ⁵³² Restava a eles a dependência da máquina pública.

Para João Roberto Moreira, no texto “Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil” (1964), que enviou para que o IPES veiculasse em seu boletim, as novas classes médias, produzidas após a modernização e a globalização recente das economias, sofriam de uma desorientação, de uma incapacidade de escolha e decisão diante dos novos desafios das sociedades nacionais.

⁵²⁸ *Boletim IPES*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.62.

⁵²⁹ *Boletim IPES*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.3, p. 279. Grifo nosso.

⁵³⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, Página 32. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵³¹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 32. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵³² *Boletim IPES*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.78

A educação, com teor prático, deveria apontar caminhos e tornar menos nebulosos os rumos da sociedade nacional.

A desorientação política, social e econômica das novas classes médias é, portanto, uma característica das sociedades nacionais que ingressam em fase de industrialização e urbanização. Em virtude disso, da incapacidade de escolha e decisão, é preciso oferecer a essas classes uma educação secundária que permita a própria escola revisão de estudos e reencaminhamento periódico de grandes grupos de alunos, evitando tanto quanto possível currículos de aspecto meramente formal e que, por isso, possam adquirir valor simbólico que venha a substituir seu valor instrumental.⁵³³

O problema das classes médias passava, assim, pela forma como se relacionavam com o Estado.

O IPES estava preocupado, por outro lado, com fatores de morbidade e higiene entre as classes populares. Era preciso manter a juventude por caminhos “sadios”, já que esse era um dos fatores que interferiam na qualidade e na produtividade da força de trabalho. Essas proposições tiveram repercussões futuras e nortearam um robusto conjunto de ações repressivas e de propaganda pela ditadura militar nos anos 1970, voltada para a higiene.⁵³⁴

⁵³³ MOREIRA, J. R. Delineamento geral de um plano de educação para a democracia no Brasil. *Boletim Informativo* – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, Rio de Janeiro, número avulso, especial, p. 3-48, nov. 1964. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. RJ. AN. RIO. Q.L.0.CDI.3. p. 347.

⁵³⁴ RIBEIRO, Marcelo Gonçalves. *Animação a serviço do Estado: o imaginário presente nos desenhos animados para campanha de saúde e higiene durante o regime militar no Brasil (1972-1979)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Design.), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2004; BALBINOT, Valmíria Antonia. *“Povo desenvolvido é povo limpo”*: Sujismundo e a comunicação no governo Médici (1969-1974). 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005; BALBINOT, Valmíria Antonia; COLUSSI, Eliane Lucia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. *Revista Anos 90*, v. 15, n. 28, 2008; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. In: *Diálogos*, v. 18, n. 1, 2014, p.75-92; MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2006; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335; KAMINSKI, Leon Frederico. *Teatro, liberdade e repressão nos Festivais de Inverno de Ouro Preto, 1967-1979*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 327-355, 2016; KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, 2016b, p. 437-466; KAMINSKI, Leon Frederico. *A Revolução das Mochilas: Contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura*. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019, pp. 1-22; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, 2020. p. 859-888.

Segundo os ipesianos, os brasileiros exprimiam “baixos padrões higiênico-sanitários”⁵³⁵, constatados pela inspeção de saúde durante a avaliação dos jovens de dezoito anos do chamado obrigatório do Exército Brasileiro, em 1963. Muitos deles eram rejeitados para servir o exército por conta da falta de hábitos de asseio.⁵³⁶ Os “padrões higiênico-sanitários deficientes” ocasionavam “altas taxas de mortalidade e morbidade e, conseqüentemente, vida média provável reduzida; altas percentagens de analfabetismo, concatenadas com quadros escolares qualitativas e quantitativamente débeis, etc.”⁵³⁷, sendo também um dos fatores que caracterizavam o subdesenvolvimento nacional. Por isso, era necessário fomentar ações esportivas e o escotismo, atividades capazes de transmitir valores e construir uma cultura de obediência e higiene. No *Documento Básico do Simpósio sobre a Reforma da Educação* essa proposição está escrita da seguinte maneira: “Para a adolescência e a juventude estudantil elas [práticas esportivas] constituem, além disso, uma necessidade higiênica”.⁵³⁸

Essa preocupação com a higiene da juventude pode ser percebida também em 27 de outubro de 1964, quando a Academia Brasileira de Medicina Militar sugeriu ao Ministério da Educação e Cultura a criação de cursos de “Socorristas Sociais de Emergência”.⁵³⁹ A proposta deveria ser capaz de “instituir e educar a juventude nos sadios preceitos de solidariedade humana e de consciência cívica”⁵⁴⁰, segundo seus elaboradores, inspirada pelos modelos da “*Community Service Volunteers*” da Inglaterra e da “Campanha de Defesa de Florestas” dos Estados Unidos da América⁵⁴¹. As atividades dessa ação deveriam “inculcar aos adolescentes modos, atividades e hábitos

⁵³⁵ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

⁵³⁶ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵³⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 7-8. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵³⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 29-30. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵³⁹ Essa proposição foi estudada pelo Conselho Federal de Educação, que recebeu dois pareceres: nº 173/65 e 108/66. Homologados pelo professor Deputado Pedro Aleixo, no exercício da função de ministro da Educação e Cultura, que em portaria ministerial, designou o Prof. Abgar Reanult, vice-presidente do Conselho Federal de Educação e antigo Ministro de Estado, para dirigir o Centro de orientação e proteção Comunitária, cuja instalação oficial aconteceu em maio de 1966.

⁵⁴⁰ Ofício da Academia Brasileira de Medicina Militar ao Ministério da Educação e Cultura. Fundo Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, código de referência: BR.DF.AN.BSB.N8.0.PSN.EST.0318. p.14

⁵⁴¹ Parecer 173/65 do Conselho Federal de Educação. Fundo Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, código de referência BR.DF.AN.BSB.N8.0.PSN.EST.0318. p.10.

de ação capazes de ajudar a compor e enriquecer-lhes a personalidade”⁵⁴². Os paralelos entre esse tipo de iniciativa e a cultura do escotismo como modelo de comportamento juvenil sadio e ordeiro são evidentes.

O IPES desejava mudar a cultura de uma classe média acomodada e pouco empreendedora, e das juventudes, com baixos níveis de higiene e dedicada a hábitos pouco saudáveis, por meio da adoção de uma moral que valorizasse a orientação para os negócios, para o trabalho, para as atividades esportivas, etc. Essa nova moralidade deveria orientar-se por uma mentalidade prática e produzir tanto homens de negócios, como trabalhadores disciplinados e ordeiros, capazes de mover o mundo dos negócios e conseqüentemente fazer o país avançar rumo ao progresso. Dessa forma, parte do processo de produção desses líderes em negócios, a atração das juventudes fazia-se necessária: “Estudantes de valor devem ser atraídos em maior número para a educação e a carreira de negócios”⁵⁴³, principalmente daqueles mais capacitados para essas áreas. Fosse no desenvolvimento de líderes ou na produção de material humano qualificado para atividades secundárias de menor expressão, a “educação útil” apresentada pelo documento da CED produziria as duas coisas:

Certamente, desenvolver líderes de negócios potenciais é um importante fim, mas seria tolo considerá-lo o único objetivo. [...] Muitos graduados de programas de negócios encontrarão carreiras como empregados ou operadores das pequenas empresas do país, cujo número vai a vários milhões.⁵⁴⁴

Essa urgência em melhorar a educação e construir uma cultura para o trabalho e para os negócios também era apresentada como resultado de uma conjuntura política global que exigia formas de atuação específicas no xadrez da Guerra Fria:

Estamos numa época em que muitas visões do futuro tendem a ser pessimistas e mesmo aterradoras. Muitos temem que, na era da automação, grande número de pessoas sejam desumanizadas e tornadas obsoletas [...]. Outros temem que, em tal mundo, os valores de uma sociedade livre e civilizada sejam destruídos, seja por ataque externo, seja por decadência interna.⁵⁴⁵

Assim, além de mostrar que os dois lados da Guerra Fria, tanto americanos e japoneses, quanto soviéticos, concordavam que a educação deveria estar conectada aos processos econômicos e de desenvolvimento do país, esse trecho mostra que os

⁵⁴² Parecer 173/65 do Conselho Federal de Educação. Fundo Conselho de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, código de referência BR.DF.AN.BSB.N8.0.PSN.EST.0318.p.10.

⁵⁴³ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.78

⁵⁴⁴ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.64-65

⁵⁴⁵ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.70-71.

ipesianos também pensavam no ensino sob uma lógica prática e relacionado com os processos produtivos, como uma forma de afastar as juventudes de atividades que comprometessem os “valores de uma sociedade livre e civilizada”, leia-se capitalista. Nesse esquema, com a mesma finalidade, também se somariam, segundo o sociólogo da educação e colaborador do IPES, João Roberto Moreira, as “associações culturais, desportivas e recreativas de jovens estudantes e jovens trabalhadores”, que produziriam forma de educar a as juventudes de modo a “orientar os impulsos e energias, próprios dessa idade, para que não transbordem em defeitos anti-humanos e alienadores”.⁵⁴⁶

No *Documento Básico* do “Simpósio para a Reforma da Educação” do IPES, no entanto, é possível ver uma preocupação mais ampla com os setores da juventude brasileira. Nesse documento, o foco na construção de dirigentes é nas classes médias urbanas, enquanto formas de desenvolvimento da educação para jovens oriundos do campo e de famílias de trabalhadores são consideradas com o objetivo de aumentar a qualidade da produção e da mão de obra. Penso, a partir dessa proposta para a classe trabalhadora, também sobre a influência da argumentação da *Aliança Para o Progresso*, que áreas mais desenvolvidas eram menos suscetíveis ao avanço do comunismo.

Assim, aumentar o grau de instrução também de camponeses e operários também era uma forma de afastar esses setores da possível influência de movimentos sindicais, estudantis e das ligas camponesas que eram espectros que continuavam rondando esses setores conservadores após a vitória do golpe de Estado de 1964.

Por fim, os ipesianos acreditavam que no Brasil “o reconhecimento do valor socioeconômico da educação não se consumou, estando o processo ainda em marcha.”⁵⁴⁷ Para combater a “o recrudescimento das opiniões isoladas”⁵⁴⁸ e o “fortalecimento de seu poder coercitivo sobre as camadas administrativas superiores”⁵⁴⁹, as transformações propostas pelos ipesianos deveriam se tornar políticas públicas voltadas para os jovens.

⁵⁴⁶ João Roberto Moreira, texto produzido em 1964 para orientar o primeiro seminário de educação do IPES.

⁵⁴⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 5. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵⁴⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 5. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵⁴⁹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, Página 5. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

2.3 A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO SIMPÓSIO DO IPES

As passagens do soviético Viktor Voclavovič Vol'skij pelo Brasil deixaram poucos registros documentais.⁵⁵⁰ O primeiro “Simpósio para a Reforma da Educação” do IPES, entretanto, produziu uma maior valorização em sua área educacional. Desde sua gênese, o instituto se definia como uma instituição educacional, promovendo debates, conferências e reuniões sobre a temática educacional. Assim como nas outras temáticas, ele fazia “[...] maciça campanha ideológica”, propagando os benefícios do binômio capitalismo e democracia.⁵⁵¹ Esses eventos organizados pelo IPES, de maneira geral, visavam “ [...] um programa de realizações, suscetível de interessar o empresariado, os intelectuais não contagiados pelo comunismo, os estudantes democratas e todos quantos desejam que o Brasil continue livre e cristão.”⁵⁵² Contudo, até 1963, essas atividades educacionais estavam restritas a auxílios e convênios com instituições de ensino católicas, associações operárias e escoteiros.⁵⁵³ Os cursos de Atualidade Brasileira eram, no período, atividades curtas. Com o Simpósio, no entanto, os ipesianos agregaram o GT da educação que já existia no IPES desde 1962⁵⁵⁴ ao grupo de intelectuais mobilizados para o Simpósio, produzindo um grupo mais amplo e híbrido entre os ipesianos e os intelectuais com quem se relacionavam, além de ter emplacado um quadro orgânico como Ministro da Educação. Isso permitiu que o IPES influísse significativamente tanto no Conselho Federal de Educação quanto no Ministério da Educação.

⁵⁵⁰ Encontrei alguns registros posteriores da presença de Viktor Voclavovič Vol'skij no Brasil e na América Latina. Entre vindas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, Vol'skij estabeleceu algumas parceiras acadêmicas com cientistas brasileiros. Em 1964, ano que participou do seminário, havia lançado seu primeiro livro sobre a América Latina. Encontrei no Wilson Center uma de suas palestras em que relata a realidade carioca em 1962. Ao todo, encontrei, graças à ajuda da biblioteca Olin Library da Washington University of St. Louis, doze livros publicados sobre a América Latina, entre 1964 e 1987. Encontrei documentos sobre sua participação em seminários na Universidade da Florida (The Latinamericanist, 1967), um convite para ser professor visitante na Georgetown University, em 1973, documentos sobre a sua participação na Latin American Studies Association (LASA) nos anos 1980.

⁵⁵¹ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. p. 45.

⁵⁵² IPES SP envia relatório mensal de suas atividades e análise de conjuntura para o IPES GB correspondente ao mês Novembro/Dezembro de 1967. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. RJ. AN. RIO. QL. 0. COR. 12. p.14.

⁵⁵³ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

⁵⁵⁴ RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Seguia-se o que havia sido apresentado no documento *Trabalho de Grupo*,⁵⁵⁵ que, além de “realizar gestões tendo em vista a organização de um simpósio sobre a ‘Reforma da Educação no Brasil e de outro sobre o ‘O Problema da Energia no Brasil’”,⁵⁵⁶ deveria-se “prosseguir nos entendimentos visando a uma futura extensão das atividades do IPES ao meio estudantil”.⁵⁵⁷ Aquele era o momento de, “finalmente”, promover a “penetração no meio estudantil e na classe operária.”⁵⁵⁸

Outra atividade importante do IPES voltada à educação foi a ampliação e diversificação dos cursos oferecidos pelo instituto, tanto para jovens, quanto para “líderes de empresa”. Parcerias importantes foram pactuadas e colocadas em prática, a mais importante delas foi com o setor de educação industrial do MEC. O balanço de atividades do ano de 1965 destacou o crescimento desse tipo de atuação do instituto.

Na parte educacional o IPES amplia, cada vez mais, o seu campo de ação, com a **assistência à empresa privada** através de uma sistemática de cursos destinados a **criar atitude nacional para a produtividade**, indispensável para a consecução da vitória final sobre a inflação de custos.⁵⁵⁹

Por meio dos cursos, essa “atitude nacional para a produtividade” era difundida, bem como a capacitação para o mundo dos negócios segundo a cartilha do instituto. Com isso, fomentava-se em seus cursos essa moral laboral e uma cultura de negócios. Essas ideias circulavam entre as elites e os órgãos do governo, produzindo uma visão sobre a educação, sobre o que deveria ser o trabalho e sobre a capacitação de mão-de-obra.

Os ipesianos partilhavam a ideia da necessidade de construir uma instituição civil que complementasse o esforço da ESG, “cujos extraordinários serviços ao País são bem conhecidos, estuda os problemas nacionais predominantemente, sob o ponto de vista da Segurança Nacional”⁵⁶⁰ e que substituísse, do ponto de vista da temática e da orientação ideológica, o ISEB, “concebido como uma réplica” da ESG, “com a finalidade de neutralizar seus ensinamentos, [que] desde logo se caracterizou como um

⁵⁵⁵ Documento ‘Trabalho de Grupo’, sem data. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. código: S7, cx. 57, pt. 6, p.274.

⁵⁵⁶ Documento ‘Trabalho de Grupo’, sem data. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. código: S7, cx. 57, pt. 6, p.274.

⁵⁵⁷ Documento ‘Trabalho de Grupo’, sem data. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. código: S7, cx. 57, pt. 6, p.274.

⁵⁵⁸ Documento ‘Trabalho de Grupo’, sem data. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. código: S7, cx. 57, pt. 6, p.274

⁵⁵⁹ Balanço das atividades do IPES do ano de 1965. Arquivo Nacional, Fundo IPES, Código: BR. RJ. AN. RIO. QL.0.COR.13, p. 353.

⁵⁶⁰ Idem, Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Código:BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.109.

órgão de ação subversiva, e acha-se presentemente extinto”⁵⁶¹, no papel de formular e fomentar o debate sobre os problemas do desenvolvimento nacional no âmbito civil.

“Simpósio para a Reforma na Educação” foi pensado no pós-golpe, desde, pelo menos, junho de 1964, quando o IPES debateu e repensou sua própria natureza institucional, assim como formas de ampliar seu curso de “Atualidades Brasileiras”, para criar “[...] sob égide do IPES, [...] um organismo capaz de estudar o complexo político, social e econômico do País, e de divulgar ideias com vistas ao progressivo aperfeiçoamento da sociedade brasileira.”⁵⁶²

A princípio, o IPES cogitou a criação de uma nova organização para abrigar as atividades de cunho político-educativo. Mesmo o simpósio deveria ser conduzido por essa nova organização, como se pode ler no documento *Trabalho de Grupo*:

Para a realização dessas atividades [Simpósio], impõe-se a organização de uma “Fundação” que atuará sob a égide do IPES e sob o patrocínio das grandes empresas do País. Esta “Fundação” deverá receber dos patrocinadores, além de doações e contribuições, técnicos de alto gabarito, por eles postos à sua disposição para a constituição de seu “Corpo Permanente”. A formação do “Corpo Permanente”, realizada progressivamente, deverá preceder a constituição da própria “Fundação”, já que a existência de um embrião desse “Corpo” é condição indispensável a reestruturação do Curso de Atualidades Brasileiras.⁵⁶³

Após o sucesso do simpósio para a reforma da educação, os ipesianos convenceram-se de que não seria necessário um novo organismo voltado para a educação. O IPES poderia “vir a preencher o vazio que se observa no sistema educacional brasileiro em relação ao estudo conjunto dos grandes problemas do País”⁵⁶⁴, bastando o instituto aprofundar seus próprios “intuitos educacionais, sociológicos e cívicos” por meio da expansão de seus cursos já existentes.⁵⁶⁵ Essa medida também era motivada pelo sucesso do financiamento dos livros com dólares da USIA e pela ocupação de importantes quadros do instituto na estrutura do Estado. Entre

⁵⁶¹ Idem, Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Código:BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.109.

⁵⁶² Idem, Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.109.

⁵⁶³ Documento ‘Trabalho de Grupo’, sem data. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. código: S7, cx. 57, pt. 6, p.274.

⁵⁶⁴ Idem, Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.109.

⁵⁶⁵ A busca pela construção de uma instituição desse tipo não se encerraria na experiência do IPES, como mostra o bilhete de Heitor Ferreira, sem data, com anotação manuscrita de Geisel sobre a proposta de criar uma escola civil de alto nível para o servidor público. Tratando do mesmo assunto, mais uma vez com Heitor Ferreira, Geisel disse que “o exemplo da ESG é altamente decepcionante”, num bilhete de 26 de julho de 1974. (GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.123)

esses deslocamentos dos ipesianos para o interior do Estado estava a mudança de Golbery do Couto e Silva do IPES para o coração repressivo da ditadura militar, o Serviço Nacional de Informação (SNI).

O general ipesiano Golbery do Couto e Silva continuava trabalhando no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais quando começou a montar o SNI, nos primeiros dias de abril de 1964, mesmo sem ainda ter função no novo governo, do qual era uma das “peças-chave”. A montagem do SNI interferiu na dinâmica interna do IPES, pois os ipesianos, defensores apaixonados do setor privado, passaram a contar com o aparelho estatal na vigília sobre os indivíduos considerados “subversivos”, auxiliados por práticas de informação da ditadura militar, funções feitas antes de 1964 pelo próprio IPES. Dessa forma, sugiro que parte importante da visão sobre as juventudes e o comportamento discutidas no IPES foram transplantadas diretamente ao SNI, pelo seu diretor.

Quando Golbery do Couto e Silva deixou a sede do IPES (Fig. 12), no Largo da Carioca, no 26º andar do edifício Avenida Central, então o mais moderno do Rio de Janeiro, com estrutura de aço de Volta Redonda ⁵⁶⁶, elevadores falantes, escadas rolantes (Fig. 13) e sistema automático contra incêndio, algo sofisticado na época, para tornar real o SNI, levou consigo, em caixas, o arquivo do IPES, que tinha ajudado a montar. Com isso, “Operacionalmente o SNI herdou a estrutura do Serviço federal de informações e Contra-Inteligência, o SFICI, uma repartição inexpressiva veiculada ao Conselho de Segurança Nacional, e o arquivo do IPES”.⁵⁶⁷ Simbólico é o fato do órgão central do sistema de segurança da ditadura militar brasileira ter se iniciado com a estatização do arquivo do IPES, uma instituição que se dedicou à defesa do setor privado amparado pelo Estado.

Figura 12 - Edifício Avenida Central, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro.

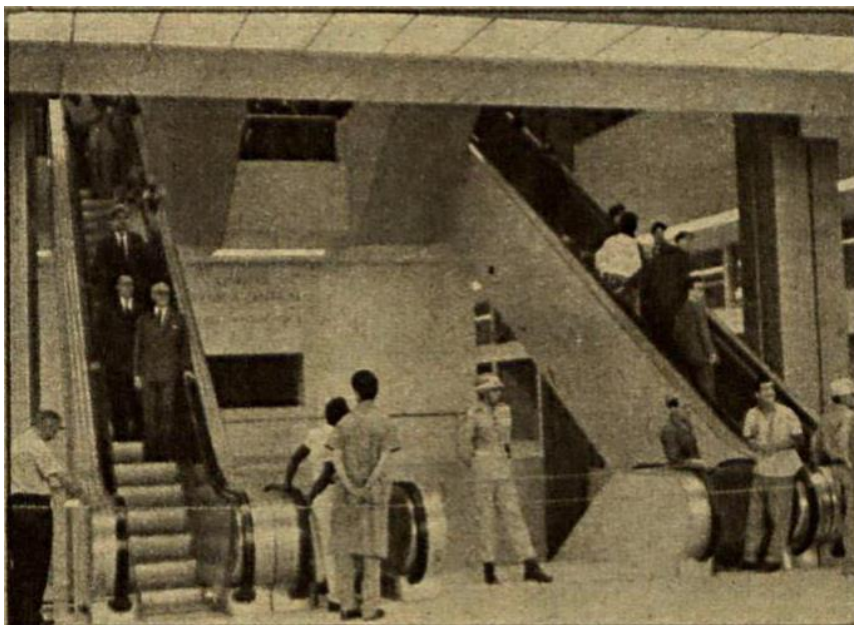
⁵⁶⁶ *Manchete*. Rio de Janeiro, 13/02/1960. p.59.

⁵⁶⁷ GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 155.



Fonte: *Manchete*.

Figura 13 - Aspectos do andar térreo do Edifício Avenida Central.



Fonte: *Manchete*.

De certa forma, os novos desafios do governo de Castelo Branco eram os mesmos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. O IPES se encarregava de garantir que suas ideias formuladas até ali, no Largo da Carioca, ganhassem materialidade no

novo governo, por meio do *lobby*, que contou com a ampla rede de membros e organizações construída até 1964 para conseguir maior espaço e trânsito político.⁵⁶⁸ Após o golpe, o instituto espalhou-se pela estrutura estatal.⁵⁶⁹ Sua capacidade de conspiração, comprovada, e sua destreza ao permear e influir no governo brasileiro vinham da sua malha interna, composta por burocratas, intelectuais, industriais, empresários, militares de alto prestígio e de sua privilegiada relação com clérigos, jornalistas bem posicionados, grupos femininos de pressão e com o *Committee of Economic Development* (CED), mediador do instituto frente a financiadores públicos e privados estadunidenses.

A mudança na conjuntura também significava mudanças substanciais na dinâmica do instituto. Se, até 1964, a contribuição do órgão concentrou-se na desestabilização do governo João Goulart, após o êxito dos militares no golpe contra a democracia, o IPES gradualmente modificou suas atividades, concentrando-se em produzir conteúdo para subsidiar a ditadura militar e desenvolver atividades voltadas para a educação e “conscientização”, como uma espécie de escola de altos estudos dos problemas brasileiros. Longe de rivalizar com a Escola Superior de Guerra, principal centro de altos estudos para a formação de militares, o IPES construiu uma rede simbiótica com o governo, a ESG e as entidades patronais. Não por acaso, gozou de importante prestígio durante as primeiras fases dos governos militares. Após o golpe de 1964, emplacou nove ministros,⁵⁷⁰ por exemplo, sendo fundamental na sistematização e formulação de inúmeras políticas públicas do governo autoritário.

A conjuntura se apresentava frutífera para que o IPES pudesse se apresentar como um núcleo de altos estudos sobre os problemas brasileiros: “O momento é, pois,

⁵⁶⁸ RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁵⁶⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008; RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁵⁷⁰ Os ministros Vasco Tristão Leitão da Cunha (Relações Exteriores), Raimundo de Moura Brito (Saúde), Milton Campos (Justiça e Negócios Interiores), Mauro Thibau (Minas e Energia), Daniel Agostinho Faraco (Indústria e Comércio), Octávio Gouvêa Bulhões (Fazenda), Roberto de Oliveira Campos (Planejamento), Arnaldo Sussekind (Trabalho e Previdência Social) e Flavio Suplicy de Lacerda (Educação) eram todos ligados em algum nível ao IPES. Apreciação Sumária da Situação Nacional, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

extraordinariamente favorável à expansão das atividades educacionais do IPES.”⁵⁷¹. Esse otimismo em relação à ampliação das atividades educacionais do instituto, de certa forma, caracterizou o seu primeiro simpósio sobre a reforma da educação. Considero que esse foi um momento importante para a transição de uma “indústria rentosa de anticomunismo”⁵⁷², em um “*think tank*”, financiado por empresários, dirigentes de empresas multinacionais e associadas e associações de classe empresariais, além das fontes financeiras clandestinas vindas do exterior,⁵⁷³ conforme reflexão de Hernán Ramírez (2005).

Assim, o momento de frutífero debate para o IPES sobre os problemas da educação brasileiras foram também um momento de reformulação das suas atividades, que, juntamente com a nova conjuntura política que se iniciava em 1964 e com a ocupação de parte importante de seus quadros no Estado brasileiro, levaram a agenda ipesiana para constituir parte fundamental das propostas políticas da ditadura para as juventudes. Essas propostas ecoaram pelos setores conservadores diante da década de 1960 e foram fundamentais para fomentar e direcionar novos debates que foram surgindo ao longo da década. Orientado para o trabalho e para conter a subversão comportamental, o moralismo dessas propostas alimentou as políticas que foram construídas pela ditadura: serviço militar obrigatório e recrutamento de estudantes de ensino superior da área de saúde, criação das disciplinas de Moral e Cívica e Estudo dos Problemas Brasileiros, Mobral, ensino industrial, fomento do escotismo e produção de material didático e livros.

2.4 A PEDAGOGIA DA OBEDIÊNCIA E O SEMINÁRIO FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA DE 1966

O povo brasileiro precisa impregnar-se mais do espírito renovador e criador. Só ele garante progressos ininterruptos e intensidade vital. O

⁵⁷¹ Idem, Balanço do ano de 1964 sobre o grupo de educação publicado no boletim de março/abril de 1965. Código: BR. AN. RJ. Q.L.0.CDI.6. p.109.

⁵⁷² Expressão utilizada por Sônia Segnanfredo quando acusou o instituto de não ter pago a ela o valor acordado pela publicação de *UNE: Instrumento de Subversão* (Cf. OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil* (1956-1968). Maringá-PR: Eduem, 2015)

⁵⁷³ “O instituto recebia uma substancial assistência de fundos americanos para suas operações através da Embaixada dos EUA. Esses recursos vinham principalmente da American Chamber, do Departamento de Estado e da Chamber of Commerce dos EUA. Além disso, o IPES recebia doações regulares de 297 corporações estrangeiras: norte-americanas (cerca de 7 milhões de dólares anuais); britânicas (cerca de 4 milhões de dólares anuais); suecas e alemãs.” STARLING, Heloisa. Golpe de 1964. *Projeto República*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/1-golpe-militar-de-1964/>. Acessado em: 30 jan. 2021.

conservadorismo burocrático somente nos tem causado mal, paralisando a vida do país. A rotina, a falta de iniciativa, a inércia e a repugnância pelo esforço são males determinados por uma educação falsa.⁵⁷⁴

A afirmação acima foi feita pelo diplomado pela Escola Superior de Guerra e membro da Liga de Defesa Nacional, Humberto Grande (Fig.14),⁵⁷⁵ responsável pela Divisão de Educação Extraescolar do MEC. Na oportunidade, se dirigiu para uma plateia composta de “altas autoridades do ensino oficial, particular, religioso e militar; personalidades da cultura nacional, dirigentes de entidades cívicas, culturais, profissionais, professores e estudantis”⁵⁷⁶, que, no dia 27 de julho de 1966, compareceram ao edifício de número 91, no 10º andar, auditório do Ministério da Educação e Cultura, na região central da cidade do Rio de Janeiro, na ocasião do Seminário Formação para a Cidadania.

Figura 14 - Humberto Grande discursa no auditório do Palácio Capanema, Rio de Janeiro, 1967.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

⁵⁷⁴ Conferência proferida por Humberto Grande. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão* por ocasião do Simpósio “Formação para a Cidadania”, Rio de Janeiro, Julho de 1966. Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. PE.0.0.110/1, p. 62.

⁵⁷⁵ Autor de manual pedagógico publicado durante o Estado Novo (Grande, 1941) e professor de Direito da Universidade Federal do Paraná nas décadas de 1950 e 60. Após o golpe e a nomeação de Flávio Suplicy de Lacerda, então reitor da Universidade Federal do Paraná, desfrutou de trânsito no Ministério da Educação, integrando a Fundação Nacional do Material Escolar e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. MANZAN, Jaime Valim. *A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1968)*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 70, 2017. pp. 826-850.; VIEIRA, C. S. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano*. 287 f. Tese – Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008).

⁵⁷⁶ Correspondência da Liga de Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”, que contou com a participação da entidade, entre outras. Arquivo Nacional Fundo, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p. 2.

Por meio de debates que aconteceram duas vezes por dia, durante o período entre 26 a 29 de julho, o “Simpósio de Formação para a Cidadania” buscou “definir os princípios e métodos de ação para conseguir, por etapas, a formação para a cidadania das novas gerações, aptas a desempenhar o papel que lhes cabe numa sociedade democrática ⁵⁷⁷, autenticamente brasileira.” ⁵⁷⁸ Um projeto de país que passava pelo papel da educação como ferramenta auxiliar à segurança nacional.

Humberto Grande era um dos principais conferencistas do evento e sua apresentação intitulada “O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão” apresentou o “conservadorismo burocrático” como a suposta ausência do espírito empreendedor que caracterizaria a burguesia brasileira. Sua crítica ao comportamento das classes abastadas brasileiras ecoava os debates ocorridos na sede do IPES. Esses setores que mantinham uma dinâmica relação com o IPES estavam minimamente convencidos de que as elites brasileiras deveriam se desgarrar das relações com o Estado e buscar desenvolver-se na iniciativa privada. Na prática, isso não era tão fácil, por exemplo, o próprio Humberto era um homem formado na burocracia estatal, ainda durante a ditadura do Estado Novo.

O próprio “Seminário Formação para a Cidadania” era fruto dos avanços das propostas e do Simpósio de 1964 e da relevância dada por João Roberto Moreira, ⁵⁷⁹ no texto *Delineamento Geral de um Plano de Educação para a Democracia no Brasil* (1964), à educação extraescolar. No *Documento Básico* do Simpósio de 1964, a defesa do ensino extraescolar apareceu da seguinte forma:

Na maturação e no desenvolvimento de uma sociedade democrática é essencial que existam a liderança, a criação, a iniciativa e a disciplina. Esses aspectos podem ser altamente desenvolvidos no educando, que é o futuro cidadão democrático, com o auxílio da atividade extra-classe. É nesta atividade e em função do trabalho ou recreação socializada, da atividade individual paciente e persistente, que o educando pode desenvolver suas aptidões de governo, liderança e poder criador; o espírito de iniciativa e a auto disciplina. ⁵⁸⁰

⁵⁷⁷ Os setores conservadores que apoiaram o golpe de 1964 não estavam de acordo com a conceituação do regime que vigorava naquele momento no Brasil como ditadura, por isso, o uso da expressão “sociedade democrática”.

⁵⁷⁸ Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”, que contou com a participação da entidade, entre outras. Arquivo Nacional Fundo, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.7.

⁵⁷⁹ Proeminente sociólogo da educação que, desde 1963, havia assumido a direção da representação da Unesco na América Latina. PAIXÃO, Lea. *O catarinense João Roberto Moreira* – um sociólogo da educação esquecido. Perspectiva. Florianópolis, v. 20, n. Especial, 2002, p. 57-83.

⁵⁸⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 50-51. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

Por ser tão importante, “É evidente que a atividade extraclasse depende de cuidadosa orientação”.⁵⁸¹ O texto não aprofunda sobre o que seria essa “cuidadosa orientação”, mas o contexto político pode nos dar a ideia de que se deveria evitar que essas atividades fossem ocupadas e desenvolvidas pelos críticos da ditadura militar, ou desenvolvidas por pessoas convencidas do projeto.

No texto apresentado por Moreira ao IPES, a educação extraescolar complementava a educação voltada para promover a melhoria da mão de obra e dos quadros dirigentes. Para ele, “As organizações católicas de jovens, a Associação Cristã de Moços e as uniões estudantis, desde que devidamente capacitadas e orientadas, podem ser outra fonte de apoio decisivo à ação das escolas secundárias de cursos gerais variados”.⁵⁸² Nessa proposta, organizações religiosas e organizações civis conservadoras cumpririam o papel fundamental e complementar da educação formal:

Nem a velha escola acadêmica, de tintas humanísticas restritas e arcaicas, nem as escolas profissionais médias, sejam comerciais, industriais, politécnicas ou liberais, nem mesmo as escolas de cursos gerais variados são capazes de evitar a desorientação e dispersão de atividades da juventude contemporânea. Da a importância que assumem os cursos populares permanentes de educação e capacitação de adultos, como processo complementar e corretor, tanto dos que apenas recebem educação primária e fundamental, como dos que a recebem em nível secundário completo ou incompleto. Daí, também, a importância moderna das associações culturais, desportivas e recreativas de jovens estudantes e jovens trabalhadores, quais meios de orientar os impulsos e energias, próprios dessa idade, para que não transbordem em defeitos anti-humanos e alienadores.⁵⁸³

Como resultado desse debate, em 21 de março de 1966, através do decreto nº 58.023, transformou o antigo “Setor de Educação Cívica” na “Divisão de Educação Extraescolar,” que tinha como um de seus principais encargos a “formação moral e cívica”, ainda em caráter não obrigatório. A organização do “Simpósio de Formação para a Cidadania” foi liderada por Humberto Grande, um velho colaborador do Governo Vargas na sua fase autoritária, acomodado no setor recém-criado. Ele articulou-se com a Associação Brasileira de Educação, a Campanha da Mulher pela Democracia, Liga de Defesa Nacional e a Escola Superior de Guerra, com todo apoio do MEC e da Secretaria

⁵⁸¹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 51. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

⁵⁸² Boletim do IPES. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. Q.L.0.CDI.3. p.350.

⁵⁸³ Documento “Delineamento Geral de um Plano de Educação para a Democracia no Brasil” produzido por J. Roberto Moreira, publicado no boletim especial sobre educação, novembro de 1964, para subsidiar a discussão em seminário organizado pelo IPES. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. Q.L.0.CDI.3. p.345.

de Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Nitidamente, Grande havia mobilizado a rede de relações dos ipesianos. Parte deles, que havia estado entre os organizadores do "Simpósio para a Reforma da Educação" do IPES, como o próprio secretário de educação da Guanabara, Flexa Ribeiro, estava novamente sentada para debater e discutir sobre os caminhos da educação e da juventude brasileira.⁵⁸⁴

Vale destacar ainda a presença da União dos Escoteiros do Brasil e da Federação dos Bandeirantes do Brasil,⁵⁸⁵ que eram os beneficiários diretos do fortalecimento da educação extraescolar nos moldes adotados pela ditadura militar. Assim como a Câmara Júnior, a Associação Cristã de Moços e a Casa do Estudante do Brasil, além do movimento escoteiro, pertencia ao espectro da direita política.⁵⁸⁶ Essas entidades contavam ainda com a privilegiada relação que existiu entre o IPES e a União dos Escoteiros do Brasil, até, pelo menos, o intervalo compreendido entre 1964 e 1968.⁵⁸⁷ O IPES fazia repasses mensais de dinheiro “para a manutenção da assistência religiosa dos escoteiros”⁵⁸⁸. Como se não bastasse, o IPES ainda financiava revistas editadas pelos escoteiros, como é o caso da revista *Ponte Pioneira* e da revista *Azimute*. As imbricações entre o IPES e a União Brasileira de Escotismo era mediada principalmente por clérigos como frei Daniel Kromer, frei Metódico de Haas e frei Edgar Muncher. Contavam também com a intermediação de membros da Escola Superior de Guerra, que pertenciam ao movimento de escoteiros, como é o caso do General Moacir Araújo Lopes, membro do conselho nacional da União dos Escoteiros do Brasil.⁵⁸⁹

⁵⁸⁴ Além da Campanha da Mulher pela Democracia e da Escola Superior de Guerra, o simpósio conseguiu mobilizar uma leque representativo de instituições: a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); o Instituto Brasileiro da Cidadania e Administração; a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); a Liga da Defesa Nacional; o Juizado de Menores do Rio de Janeiro; Departamento do Bem Estar do Menor (BEM); Conselho Federal de Educação; Conselho Estadual de Educação da Guanabara; Ação Católica Brasileira; a Associação Cristã Feminina; Rotary Club; Lions Clube; Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBECC), ligado à UNESCO; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Estadual da Guanabara; Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ); Instituto de Educação; Escolas normais da Guanabara; Campanha Nacional da Criança; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Instituto de Professores Públicos e Particulares; União dos Professores Primários da Guanabara.

⁵⁸⁵ Bandeirantes era um abasileiramento do movimento de escoteiros.

⁵⁸⁶ Além de organizações estudantis de nível universitário e também de nível médio que não foram especificadas no documento. Sua participação no evento e, ao mesmo tempo, sua ausência como protagonistas das mesas e nas resoluções, sugerem que sua presença naquele espaço servia para dar legitimidade à atividade, pois não há sinais de efetiva atuação desses jovens e nem de suas intervenções nos documentos finais do evento.

⁵⁸⁷ Não encontrei documentação anterior a esse período no Fundo IPES no Arquivo Nacional.

⁵⁸⁸ Correspondência enviada pela União dos Escoteiros do Brasil para o IPES. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. QL. 0. COR. 14. p.147.

⁵⁸⁹ LOPES, Moacir Araújo. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975

Essa relação era possível porque instituições como o IPES, a Liga de Defesa Nacional, a ESG e a ABE⁵⁹⁰ viam na educação extraescolar promovida pelo escotismo a possibilidade de formação de uma juventude ordeira, militarista, religiosa e patriótica; portanto, menos vulnerável à reprodução de comportamentos “degradantes”.⁵⁹¹ O escotismo seria, assim, “o método educativo apropriado para a formação democrática da nossa juventude”⁵⁹². Esse argumento era, inclusive, usado pelos freis para solicitar recursos financeiros ao IPES, por exemplo no trecho: “justifico o meu pedido [ajuda financeira] em favor de uma juventude brasileira mais sadia, mais religiosa e mais patriótica”.⁵⁹³ O general esguiano Moacir Araújo Lopes, peça chave na aprovação da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica, como será visto no capítulo 5, em palestra realizada no Auditório do Ministério da Educação e Cultura para o Conselho Nacional dos Escoteiros do Brasil, do qual era membro, em 4 de setembro de 1969, afirmou: “o Movimento Escoteiro define-se com uma das escolas mais perfeitas de formação do caráter e de civismo, estruturado com é em bases filosóficas deístas e aconfessionais, em tudo idênticas às da constituição do Brasil”⁵⁹⁴ Para ele, a necessidade e relevância dos escoteiros aumentavam diante “da grave fase histórica”, em que “as elevadas finalidades do Escotismo” poderiam ser ferramentas para moldar as juventudes. Para isso, em sua visão, era necessário a “vivificação e ampliação do Movimento Escoteiro”.⁵⁹⁵ Essas referências aos escoteiros era muito próxima, inclusive com o uso de palavras similares, da utilizada para criar o curso de socorristas pela Academia Brasileira de Medicina Militar, da qual já tratamos.

Desde os anos 1940, Humberto Grande vinha produzindo escritos que defendiam o trabalho como um fator fundamental para o desenvolvimento de novos costumes sociais e culturais, que implicariam em um desenvolvimento econômico para o Brasil,

⁵⁹⁰ Para a relação dessas duas instituições com o escotismo ver NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

⁵⁹¹ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

⁵⁹² Correspondência do Frei Metódico de Haas O.F.M. solicitando apoio financeiro ao IPES para viabilizar a publicação da revista “Azimute”, em 1964. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR.AN.RIO.QL.0.COR.5.p1.

⁵⁹³ Correspondência enviada pela União dos Escoteiros do Brasil para o IPES. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. QL. 0. COR. 14. p.147.

⁵⁹⁴ LOPES, Moacir Araújo Lopes. As bases do civismo. In: LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. p.99.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 101

Grande propõe introduzir no trabalhador e também nos jovens novos valores laborais.⁵⁹⁶

O trecho que evidencia isso, em sua apresentação no Seminário de 1966, é o seguinte:

Que os valores por ele [trabalho] criados, por insignificantes que pareçam em relação com a totalidade, passam à Cultura e, portanto, à eternidade, que constituem uma imortalidade e conduzem à Divindade. Por isso acompanha ao seu trabalho a benção de Deus.⁵⁹⁷

No trabalho estaria contida uma capacidade educadora, que poderia modificar os costumes da classe trabalhadora e da juventude brasileira: “O trabalho é o construtor das grandes pátrias. Ele agrega um povo em Nação. De mister se faz, por este motivo, educar as nossas classes trabalhadoras, para torná-las fatores conscientes da grandeza nacional.”⁵⁹⁸ O trabalho indissociável do civismo era uma receita indispensável, primeiro porque a “Comunidade de trabalho” é um “fundamento da educação cívica”⁵⁹⁹ e, segundo, porque um “operariado sem patriotismo é elemento pernicioso, na sociedade”⁶⁰⁰. Esse trabalho de orientação cívica deveria ser promovido dentro dos limites da moral cristã: “precisamos nos orientar de acordo com a moral cristã”⁶⁰¹. Essa também seria uma forma de reagir à crise pela qual passavam “Os países do mundo

⁵⁹⁶ Essas obras são: GRANDE, Humberto. *Luta pela Cultura*. Rio de Janeiro, Editora S.A. *A Noite*, 1940; GRANDE, Humberto. *A pedagogia no estado novo*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany Ltda., 1941.; GRANDE, Humberto. *A política do trabalho: educação, direito e filosofia do trabalho*. Porto Alegre - RS, A Nação, 1941b; GRANDE, Humberto. *As diretrizes das novas gerações*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial 1949a; GRANDE, Humberto. *O Culto da grandeza*. São Paulo : Inst. Progresso Edit., 1949b; GRANDE, Humberto. *As diretrizes das novas gerações*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949c; GRANDE, Humberto. *A grandeza através do espírito*. Curitiba - PR: [publisher not identified], 1951; GRANDE, Humberto. *A grandeza da mulher*. Rio de Janeiro : [publisher not identified], 1953; GRANDE, Humberto. *O livro do trabalhador*. Curitiba-PR, Editora Litero-Técnica, 1954a; GRANDE, Humberto. *A universidade do trabalho*. Curitiba-PR, Editora Litero-Técnica, 1954b; GRANDE, Humberto. *Trabalho e Nação*. Curitiba-PR, Tip. Santa Cruz, 1955; GRANDE, Humberto. *O trabalho como fonte da cultura: aula inaugural do Curso de legislação sindical e do trabalho no Paraná, proferida pelo Prof. Humberto Grande no dia 2 de abril de 1957, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Curitiba*. Curitiba-PR. Editora Guaíra, 1957; GRANDE, Humberto. *Trabalho, cultura e espírito*. [S.l.] : Serviço de Documentação, 1961a; GRANDE, Humberto. “A Construção de uma Grande Pátria.” *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, v.9, n.0, 1961b; GRANDE, Humberto. *A Universidade do trabalho e o problema do desajustamento entre massas e classes dirigentes*. [s. l.] : [s. n.], 1963; GRANDE, Humberto. *A opinião pública e a organização nacional*. Curitiba - PR, Instituto de Ciências Sociais e Direito da Universidade do Paraná, 1964; GRANDE, Humberto. *A educação cívica e o trabalho*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1966; GRANDE, Humberto. *A educação cívica das mulheres*. Rio de Janeiro : Reper, 1967.

⁵⁹⁷ *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*, Julho de 1966. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.57.

⁵⁹⁸ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.58.

⁵⁹⁹ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.69.

⁶⁰⁰ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.68

⁶⁰¹ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.66.

inteiro”, que “atravessam crises tremendas de lutas internas e externas e é preciso reagir com energia contra os elementos deletérios das culturas em decadência”⁶⁰².

Essa direção do trabalho de orientação cívica, “a pedagogia moderna de ser a pedagogia que ensina o povo a pensar e agir de conformidade com os superiores interesses da Nação”, produziria, pois, “a pedagogia do trabalho”⁶⁰³. Aquilo que denominamos Pedagogia da Obediência tinha um grande componente prático, técnico e instrumental, muito próximo do que era partilhado pelos setores que se organizavam no IPES.

Essa praticidade da Pedagogia da Obediência teria a capacidade de modificar os costumes, através do compartilhamento da moral laboral, produziria modificações culturais nos sujeitos, pois “a pedagogia do trabalho é uma pedagogia da ação. Ela deveria infundir no espírito do povo hábitos de higiene e saúde, alimentação e conforto, perseverança e tenacidade.”⁶⁰⁴ A aplicação dessa pedagogia do trabalho deveria ser o necessário para modernizar o país: “o rumo prático da cultura brasileira neste momento é o de atualizar o Brasil, o que equivale dizer, modernizá-lo, pô-lo à altura dos progressos da civilização moderna.”⁶⁰⁵ Haroldo Cecil Poland (Fig.15), banqueiro e importante líder ipesiano, fez recomendações na mesma direção de Humberto Grande, também em 1966. No relatório do IPES referente às atividades do ano anterior, Poland escreveu: “A obra de recuperação nacional impõe não só adequada educação dos jovens como, até certo ponto, também reeducação de adultos. Nessa obra, o IPES não desfalecerá porque são pequenos os sacrifícios comparativamente às vantagens de conseguir realizá-las.”⁶⁰⁶ A obra de “recuperação Nacional”, citada por Poland, era “uma mística de engrandecimento nacional”,⁶⁰⁷ segundo os ipesianos, necessária, que dependia da “utilização da educação para implantá-la”.⁶⁰⁸

Para concretizar esse projeto, Humberto Grande propôs a adoção de práticas de natureza moral e cívica nos sindicatos, federações e confederações; além da criação de

⁶⁰² Idem, Humberto. O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p. 64.

⁶⁰³ Idem, Humberto. O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.58.

⁶⁰⁴ Idem, Humberto. O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.58.

⁶⁰⁵ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. Ver BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.62.

⁶⁰⁶ *Boletim Mensal IPES*. Rio de Janeiro, Maio de 1966, Ano V, nº 44, p.50.

⁶⁰⁷ Rascunho da proposta de Documento Básico do Simpósio para Educação. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, código. S7, cx. 57, pt. 6, p.332.

⁶⁰⁸ Rascunho da proposta de Documento Básico do Simpósio para Educação. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, código: S7, cx. 57, pt. 6, p.332.

uma Universidade do Trabalho.⁶⁰⁹ Também chama atenção seu caráter autoritário, em uma nítida orientação de controle da sociedade civil pelo Estado. A primeira proposta deveria ser instituída através de “um novo decreto [o velho era o Decreto n. 50.505, de 26 de abril de 1961, que consolidou as disposições relativas à educação moral e cívica nos estabelecimentos de ensino de forma supra-escolar e não obrigatória] do Sr. Presidente da República [que] poderia tornar obrigatória a prática de atividades extraescolares, de natureza moral e cívica, nos sindicatos, federações e confederações”.⁶¹⁰ Já a segunda proposta, “criação de uma Universidade do trabalho, sustentando que nosso povo precisa com urgência mudar sua mentalidade e adquirir sólida educação técnico-profissional”,⁶¹¹ era uma tentativa de modelar e orientar a juventude, pois “a escola nacional cumpre-lhe, antes de tudo, desenvolver nos jovens patrícios a iniciativa, o amor ao trabalho e capacidade de ação, independente e em colaboração”.⁶¹²

Figura 15 - Ipesiano Haroldo Cecil Poland, em 1964.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

No documento *Mensagem do primeiro seminário sobre a Formação para a Cidadania* (1966) ficam nítidas a urgência e a preocupação com o “preparo” das novas gerações.

⁶⁰⁹ Essas ideias atravessam vários trabalhos do autor. (Cf. GRANDE, 1940; 1941a; 1941b, 1949a, 1949b; 1949c; 1951; 1953; 1954a; 1954b; 1955; 1957; 1961a; 1961b; 1963; 1964; 1966; 1967)

⁶¹⁰ Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.65.

⁶¹¹ Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966, código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.61.

⁶¹² Idem, Humberto. *O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão*. Rio de Janeiro. Julho de 1966. código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.62.

Todos os participantes reconhecem que o problema primordial da nação brasileira é seu desenvolvimento num futuro imediato e longínquo, depende do preparo das novas gerações. [...] O preparo das novas gerações deve ser atualizado para permitir aos jovens a adequação necessária para enfrentar os desajustes, as contradições e impactos tecnológicos, sociais, culturais (aqui no sentido antropológico) espirituais e políticos da era atômica. [...] A preparação das novas gerações toma, assim, aspectos diversos: físico, moral, cívico, técnico e espiritual.⁶¹³

A urgência pela formação da juventude se explica pelo processo de desenvolvimento, pelo qual supostamente deveria passar o país, estar irremediavelmente atrelado a ela. Esse “preparo”, na visão dos participantes do conclave, era responsabilidade das “Autoridades civis, militares e religiosas”; “Pais e mestres (Família e a Escola)” e “Profissionais, publicistas e jornalistas e empresários.”⁶¹⁴ O preparo era uma formação produzida pelos mais velhos, estando implícita a noção de condução, controle e tutela. Os participantes do seminário consideravam que a educação para a cidadania, nos moldes do projeto conservador, se concretizaria mediante:

Formação gradativa visando o condicionamento cívico dos jovens num patriotismo objetivo caracterizado por uma consciência da responsabilidade comunitária e manifestado por todo tipo de atividades cívicas dentro e fora da escola; Caracterização do civismo por uma mensagem positiva, construtiva e empolgante voltada para o progresso nacional.⁶¹⁵

Contudo, era necessário transmitir o civismo “por método de ação adequado a cada grau de cultura, idade e desenvolvimento”, para que o efeito fosse a criação de “líderes do civismo por meio de cursos e atividades diversificados.”⁶¹⁶ Apesar do documento se referir à cultura em termos supostamente “antropológicos”, acreditamos que o uso dessa referência seja para encobrir os aspectos de classe; trata-se de uma alusão em nível instrucional, caracterizando os indivíduos em uma escala de bem instruídos e mal instruídos. Isso demonstra um cuidado e uma diferenciação do processo educativo para as juventudes das diferentes camadas da população.

⁶¹³ Mensagem do primeiro seminário sobre a Formação para a Cidadania, Guanabara, 29 de Julho de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.7.

⁶¹⁴ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.7-8.

⁶¹⁵ Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”, que contou com a participação da entidade, entre outras. Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.8.

⁶¹⁶ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.8.

Essa ação preparatória das juventudes deveria “ser iniciada, com urgência, nas escolas normais, em cursos vestibulares e em faculdades de filosofia” e “Ao mesmo tempo pode e deve ser iniciada a educação cívica em todos os graus de ensino, e mesmo fora deste.”⁶¹⁷ Em outras palavras, essa política pensada pelos participantes do seminário deveria atingir o conjunto máximo da juventude envolvida no processo educativo formal, como vimos acima, de acordo com suas especificidades.

Realizando essas tarefas, poderia “atingir a primeira meta – isto é – a integração da juventude consciente no processo da luta pelo bem estar comum do povo brasileiro.”⁶¹⁸ As condições básicas para esse processo eram possíveis a partir da criação de “condições de dignidade intelectual”; “velando-lhe a saúde física e mental”; “Compreendendo os seus [Dos Jovens] anseios de antecipação da maturidade e da corresponsabilidade na vida nacional”; “tolerando seus atos intempestivos”; “respeitando o direito à organizações próprias”; “fazendo do amparo à juventude um apostolado”; e “propiciando-lhe o caminho da liderança dentro dos limites próprios à sua posição atual e com vistas à sua responsabilidade de liderança cívica no futuro”⁶¹⁹. Com isso, “A ação preparatória da Juventude deve ser iniciada, com urgência, nas escolas normais, em cursos vestibulares e em Faculdades de Filosofia” e “[...] deve ser iniciada a educação cívica em todos os graus de ensino, o mesmo fora deste.”⁶²⁰ Sendo assim, era necessário formar em cursos e atividades diversificadas lideranças do civismo, além de instruir professores e incrementar o ensino como “técnicas modernas” (à época, recursos audiovisuais, cursos radiofônicos e televisivos).⁶²¹

Se o trabalho era sacralizado – Grande chega a citar o apóstolo Paulo para justificar a importância do trabalho –, seu oposto é condenado: “Nada assim é mais condenável que o parasitismo, a exploração do esforço dos nossos semelhantes e a desocupação voluntária, que não deixa de ser crime.”⁶²² Para concluir, sentencia: “Aquele que não trabalha é um ladrão, um parasita, que explora o esforço dos outros.”⁶²³ Humberto Grande também formulou ideias que combinavam

⁶¹⁷ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.8

⁶¹⁸ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.8

⁶¹⁹ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.9

⁶²⁰ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.7.

⁶²¹ Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código; BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.7.

⁶²² Idem, Humberto. O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão. Rio de Janeiro. Julho de 1966. código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.57.

⁶²³ Idem, Humberto. O trabalho como imperativo moral e social na formação do cidadão. Rio de Janeiro. Julho de 1966. código: BR. AN. RJ. PE.0.0.110/1, p.60.

desenvolvimento social e “desagregação”. Para ele, a falta de disciplina e de organização colocava em suspeição o progresso brasileiro.

Em países ainda não desenvolvidos, mas em via de desenvolvimento, como o Brasil, se somam a essas condições universais da juventude moderna, as inquietações próprias da mobilidade social que a mudança e o progresso social desencadeia. Cada adolescente e cada jovem põem seus modelos de conduta, seus valores pessoais e seus ideais socioeconômicos e políticos fora do conjunto estruturado dos que servem a sua família e mesmo a sua classe social e ao seu nível econômico, num processo quase ansioso de mobilidade social ascendente que, por isso mesmo, se torna confuso, indefinido, seja quanto às aspirações que o animam, seja quanto aos meios de ascender. Por outro lado, as próprias famílias se emaranham nos enredos da conjuntura social e econômica, desorientando-se no próprio encaminhamento dos filhos, deixando a estes, quase como regra de conduta familiar, uma liberdade de escolha e decisão, maior da que eles, por sua relativa **imaturidade social e moral**, podem usufruir adequadamente.⁶²⁴

Nesse ponto, sobre a família, Grande convergiu com outro conferencista, Mário Altenfelder (Fig.16), pediatra e então presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar ao Menor (FUNABEM).⁶²⁵ Altenfelder produziu uma crítica aos três segmentos que considerava importantes para a formação juvenil: família, educadores e os meios de comunicação. Para Altenfelder, a principal causa geradora de conflitos na juventude e da “instabilidade da família” está relacionada às “dificuldades para viver, para ter amigos ou ambiente que convide à vida familiar [...]. Já que, o homem de hoje em dia não tem tempo para conversar e tomar conhecimento dos problemas de seus filhos.”⁶²⁶ Esses argumentos foram referenciados pelo Marechal Ignácio de Freitas Rolim, membro da Liga de Defesa Nacional e também participante do evento, no seguinte trecho: “Os pais estão sendo recriminados pela ausência do dever da paternidade, pois, de forma alguma, a sua inércia pode deixar os filhos expostos aos piores destinos, justamente

⁶²⁴ Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR. RJ. AN. RIO. Q.L.0.CDI.3. p. 345. Grifo nosso.

⁶²⁵ Mário Altenfelder havia ingressado como aluno na ESG (BECHER, Franciele. Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 11), e era um árduo defensor do golpe de 1964 (BECHER, Franciele. Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011; BECHER, Franciele. O perigo moral em tempos de segurança nacional: políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012; CARDOSO, Luisa Rita. Infância e direitos humanos na ditadura civil-militar brasileira. 4. Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires, 2015)

⁶²⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, p.11.

quando a presença dos pais é mais necessária, através da sua orientação e exemplo.”⁶²⁷ Concluiu da seguinte maneira: “É mister educar os pais para a reafirmação das honras da paternidade e do direito ao pátrio poder,”⁶²⁸ sendo complementado por um juiz de menores, cujo nome não foi registrado “a responsabilidade dos pais no mau destino dos filhos, em vista da negligência com a sua educação e com a vigilância de sua conduta, permitindo-lhes uma vida livre, descontrolada, exposta a vícios e corrupções.”⁶²⁹ Assim como eles, o presidente da FUNABEM direcionou a responsabilidade aos pais e à família sobre os “problemas da juventude na sociedade contemporânea”.⁶³⁰ Mário Altenfelder dirigiu-se também aos professores, criticando “o ensino moderno por dar visão errada do sexo e não preparar os jovens para a vida em família,”⁶³¹ o que para ele deveria ser o elemento basilar na formação de um indivíduo. Mas não parou por aí: estendeu sua crítica, no campo da moral, à televisão e às novelas “cheias de dramas de infidelidade, divórcio e amores fáceis, como causadores principais do erotismo que muitos veem como única finalidade de sua existência.”⁶³²

Figura 16 - Mário Altenfelder ao fundo, enquanto jovem ler texto em sua homenagem, em 1967.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

⁶²⁷ “Mensagem da Liga de Defesa Nacional” texto que integra a documentação do Seminário “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. Código: BR.AN.RIO PE.0.0.0110/1, p.74.

⁶²⁸ “Mensagem da Liga de Defesa Nacional” texto que integra a documentação do Seminário “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. Código: BR.AN.RIO PE.0.0.0110/1, p.74.

⁶²⁹ “Mensagem da Liga de Defesa Nacional” texto que integra a documentação do Seminário “Formação para a cidadania”. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. Código: BR.AN.RIO PE.0.0.0110/1, p.74.

⁶³⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, p.11.

⁶³¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, p.11.

⁶³² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, p.11.

As críticas de Altenfelder, principalmente sobre o tamanho da responsabilidade dos professores na deterioração moral da juventude, se opunham à leitura do general Moacir Araújo Lopes, importante formulador da ESG sobre a temática da moral. Para ele, os educadores constituiriam “do ponto de vista de FÉ nos valores da Democracia, o grande baluarte nacional contra agentes internos e externos de base materialista, ateuista, marxista, vassalos de uma mesquinha conceituação do Homem, apenas matéria.”⁶³³ A discordância entre Lopes e Altenfelder revelam a diversidade da leitura conjuntural sobre a suposta crise de valores de que padeceria a sociedade brasileira.

Mário Altenfelder concluiu sua conferência apontando como possibilidade de remédio para a doença da desagregação da família e seus efeitos negativos nos jovens: “a urgência (...) ascensão da camada inferior como a única forma de se evitar a desagregação progressiva da família.”⁶³⁴ Para ele, a ideia de desagregação familiar estava associada à ausência de desenvolvimento social. Dessa maneira, a desagregação da família seria um fenômeno mais comum nas classes subalternizadas, chamadas por ele de “inferiores”. Nesse ponto, Mario Altenfelder parece destoar da percepção da desagregação nas famílias de classe média, tidas como alicerces da nação, que serão intensamente propagadas nos anos 1970.⁶³⁵

Apesar dessa argumentação de Mário Altenfelder ser uma das raras passagens em que se apresenta de forma explícita o caráter de classe das formulações desses intelectuais, esse tipo de construção retórica, no entanto, aproxima-se do discurso presente no filme produzido pelo IPES, em 1962, *Criando Homens Livres*,⁶³⁶ em que crianças e jovens nas favelas cariocas apresentam hábitos não saudáveis, fumando e jogando os chamados “jogos de azar” como exemplos de degradação familiar, e de trechos do *Documento Básico* do “Simpósio para a Reforma na Educação”, onde os problemas educacionais brasileiros eram considerados como “uma faceta da grande questão, a questão do subdesenvolvimento”.⁶³⁷ No caso dos ipesianos, o caráter classista é apresentado de forma explícita apenas nos filmes; nas resoluções, raramente aparecem

⁶³³ Regimento do Seminário de Educação para a Cidadania. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código. BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1. p.21-23.

⁶³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1966, p.11.

⁶³⁵ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016.

⁶³⁶ CORRÊA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963)*. Dissertação de mestrado [Ciências da Comunicação], Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

⁶³⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 7. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121

referências e proposições que distinguem as juventudes das classes trabalhadoras da burguesia. Isso, de forma alguma, impede a identificação do caráter classista das propostas que pensavam a melhoria da educação para a juventude da classe trabalhadora como a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho e a melhoria da educação superior para as juventudes das elites econômicas e intelectuais, cuja tarefa futura seria a condução do país.

Tanto as expressões de Mário Altenfelder, quanto as de Humberto Grande, proferidas no contexto do simpósio de 1966, são bastante similares às ideias que foram difundidas pelo IPES a respeito da “Aliança para o Progresso” anos antes e que tanto animaram o imaginário social das elites latino americanas na esperança de um desenvolvimento dependente dos Estados Unidos da América. Essa iniciativa fundamental para a desestabilização do governo João Goulart e o financiamento dos governadores conservadores e pró-Estados Unidos, como mostrou Felipe Perreira Loureiro (2020), em meio ao contexto de Guerra Fria, funcionou guiando a crença na correlação imediata entre desenvolvimento social e vulnerabilidade à penetração de ideias comunistas, entendida muitas vezes pelas elites conservadores como “desagregação”, “degeneração” e “infiltração”.⁶³⁸ Financiar o desenvolvimento de países como o Brasil era uma das formas de se evitar que o país se tornasse uma nova Cuba ou uma nova China, como afirmava preocupado o presidente americano Lyndon B. Johnson.⁶³⁹

Ainda sobre a degradação da família e, conseqüentemente, da juventude, as resoluções do Seminário de 1966 apontavam para a consolidação de um ambiente repressivo às novas modas e formas de viver difundidas especialmente entre os jovens de classe média e o foco na comunicação entre jovens e adultos, para que esses últimos pudessem recuperar o respeito nas instituições (família, igreja e Estado, encarnado no governo e nos governantes). Algumas contribuições ocorridas durante o seminário “Formação para a Cidadania”, registradas pelo marechal Ignácio de Freitas Rolim, apontam para esse sentido. Destaco a contribuição do acadêmico Austregésilo de Athayde (Fig.17), que também havia marcado presença no simpósio do IPES. Ele

⁶³⁸ LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse, crítico do capitalismo tardio: reificação e unidimensionalidade. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang. *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p.257-301; LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo, Editora Unesp, 2020.

⁶³⁹ SMITH, Peter H. *Talons of the eagle: dynamics of U.S.-Latin American relations*. New York: Oxford University Press, 2000.

interpreta o “dado trágico da alienação para-esquizofrênica das gerações contaminadas” como sendo resultado de “taras milenares ou então apenas como vítimas dos erros dos pais e mestres egoístas que não querem aceitar o mínimo sacrifício de suas comodidades e prazeres para cumprir o dever de educar os filhos e os discípulos.” Convergindo com Altenfelder, Athayde considerava que o Brasil estava inserido em um problema mais amplo, internacional, de crise da juventude. Seriam exemplos dessa crise internacional “As manifestações dos *Teddy Boys* da Inglaterra; os *Vitelões* da Itália, dos *Halbstarke* da Alemanha; dos *Blonsons Noirs* da França; dos *Stylagi* da Rússia; dos *Beatniks* dos Estados Unidos; dos *Pequenos Tarzan* do México; dos *Pavos* da Venezuela; dos *Raggare* da Suécia; dos *Playboys* ou *Transviados* no Brasil”, exemplos da “juventude-problema”.⁶⁴⁰ Por isso, seria necessário “uma cruzada educativa desafiando os poderes espirituais que se deixaram desgarrar pelas mistificações de uma pseudociência psicológica que contribuiu mais para que a face dos moços seja amarga e urgente do que os pendores e facilidades da vida moderna.”⁶⁴¹ Reinou no evento uma perspectiva paternalista da juventude, que deveria ser sujeita a cuidados e vigilância. Para usar uma frase de Austregésilo de Athayde, os jovens “São como espelhos e a fealdade que nos horroriza, nem sempre é deles.”⁶⁴²

Figura 17 - Austregésilo de Athayde (terceiro da direita para a esquerda) durante solenidade da LDN no MEC, em 1966.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

⁶⁴⁰ *Cidadania para os Objetivos Nacionais*, texto que integra o conjunto de documentos sobre o Seminário Formação para Cidadania. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.87

⁶⁴¹ *Cidadania para os Objetivos Nacionais*, texto que integra o conjunto de documentos sobre o Seminário Formação para Cidadania. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.87

⁶⁴² *Cidadania para os Objetivos Nacionais*, texto que integra o conjunto de documentos sobre o Seminário Formação para Cidadania. Arquivo Nacional, Fundo Campanha da Mulher pela Democracia, código: BR. AN. RIO. PE. 0.0.110/1.p.87

As resoluções do evento apontavam para a intensificação das campanhas cívicas para reestabelecer os vínculos entre as gerações e a adoção das disciplinas de moral e cívica em todos os níveis para prover a juventude dos valores e da tradição cristã e brasileira. Essas medidas eram consideradas fundamentais para os rumos do país e seu desenvolvimento, na órbita dos países capitalistas centrais.

Pensadas a partir do IPES, as políticas educacionais relacionando moral e desenvolvimento - como apresento neste capítulo - estabeleceram um sentido liberal (diferente de liberalizante) para a moral, sendo o trabalho o eixo desse projeto. O IPES, pós-1964, funcionando como uma organização que pensa, debate e formula um conjunto de políticas para prover a ditadura militar, desejava, por meio do trabalho, da inserção no mercado, das experiências dentro de uma empresa, na imersão em uma cultura de negócios, dar novos contornos às juventudes brasileiras. O contato entre as juventudes e essa moderna moral do trabalho ipesiana deveria ocorrer ao se promover a aproximação entre as instituições de educação superior e as experiências de trabalho nas empresas privadas, visando o desenvolvimento nacional. Além de tentar apresentar para as juventudes ideias de moral e civismo, o IPES entendia que as futuras gerações de brasileiros deveriam passar pelo esforço histórico de se civilizar-se pela “Preparação mais específica para o trabalho, seja este o trabalho de aprendizagem intelectual e técnica dos cursos superiores ou universitários, seja o trabalho de classificação média nas empresas.”⁶⁴³ Ou ainda, de forma mais explícita, no trecho: “O que conta realmente é a força de trabalho, e mais do que ela sua produtividade que depende tanto do estado moral e da capacidade profissional dos seus componentes, como de sua condição física.”⁶⁴⁴

A adoção desse tipo de educação, voltada principalmente para os jovens inseridos ou recém-inseridos no mercado de trabalho e para universitários, produziria um melhor desempenho econômico do país, mudando a mentalidade e modelando as gerações futuras sob uma dinâmica em que a moral seria resultado do mercado, do mérito e do ambiente de trabalho, capaz de dar contornos mais disciplinados, ordenados e produtivos ao seu comportamento.

⁶⁴³ Rascunho do Documento Básico do Simpósio para a Educação anexo à correspondência de Paulo de Assis de Ribeiro para anônimo, 16 de dezembro de 1964. Arquivo Nacional, Fundo Paulo Assis Ribeiro, código: S7, cx. 57, pt. 6, p.396

⁶⁴⁴ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, Página 28-29. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, código: S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

Dessa forma, as políticas para as juventudes também apresentavam uma dualidade. Por um lado, buscava-se a consolidação de um ambiente repressivo às novas modas e formas de viver difundidas especialmente entre os jovens de classe média, citadas por exemplo na fala de Austregésilo de Athayde durante o "Seminário Formação para Cidadania"; por outro, criavam-se condições para que esses jovens fossem direcionados para profissões e carreiras diretamente ligadas à produção capitalista, garantindo que eles cuidassem de ganhar dinheiro ao invés de fazer questionamentos ao *status quo*, como podemos apreender das formulações de Humberto Grande e do *Documento Básico* do "Simpósio para a Reforma da Educação". Essa argumentação foi desenvolvida pelo historiador Christopher Dunn da seguinte maneira:

Durante esse período, o regime militar investiu pesadamente no ensino superior, especialmente em direito, economia, ciência, engenharia, medicina e administração de empresas, além de outras áreas orientadas para a produção e o consumo capitalistas. As crianças de classe média eram muito mais propensas a buscar novas oportunidades de progresso profissional do que entrar para um movimento de guerrilha ou viver em uma comunidade.⁶⁴⁵

Essa concepção de que a inserção no mercado de trabalho e no mundo dos negócios promoveria mudanças de mentalidade entre os jovens e consequente afastariam-nos dos perigos da subversão ajudou a orientar a política educacional da ditadura militar como um todo, desde a educação básica, passando pela educação industrial⁶⁴⁶ até as políticas de distribuição de bolsas na Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.⁶⁴⁷ Iniciativas como o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES) eram exemplos dessa crença.

O MUDES, registrado em cartório em 12 de setembro de 1966,⁶⁴⁸ era uma ação que remontavam os fóruns de discussão do IPES e do Seminário Formação para Cidadania e que buscou incidir no ambiente universitário. O MUDES foi criado no

⁶⁴⁵ "During this time, the military regime invested heavily in higher education, especially in law, economics, science, engineering, medicine, and business administration and other areas oriented toward capitalist production and consumption. Middle-class kids were far more likely to pursue new opportunities for professional advancement than to join a guerrilla movement or to live on a commune". DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative Arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2016, p. 37. [tradução nossa]

⁶⁴⁶ CAMPOS, Renata Azevedo. *O Golpe de 1964 e o empresariado da educação: um estudo a partir do movimento de intelectuais no Ministério da Educação e cultura*. tese (em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

⁶⁴⁷ BARBOSA, Caio Fernandes. *Ciência em transe: História da Capes nos anos 1970*. Universidade Federal da Bahia, dissertação de mestrado [História Social], Salvador, 2011.

⁶⁴⁸ Registro em cartório "Da Constituição da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social" de 12 de Setembro de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.17, p.30.

âmbito da Divisão de Educação Extraescolar, sob o comando de Humberto Grande, através da interação de Raimundo Moniz Aragão, então ministro da educação interino, e Roberto Campos, ministro do planejamento. Ambos com ipesianos. Sua organização interna mostrava o quanto era um movimento constituído de cima para baixo, institucionalizado e auxiliar da ditadura na tentativa de mudar a cultura da juventude universitária.

A organização foi “Dotad[a] pelo Governo dos recursos financeiros indispensáveis ao seu funcionamento,” e contava ainda com a colaboração “de setores do comércio e da indústria preocupados com a projeção social da empresa no mundo moderno”.⁶⁴⁹ Os ipesianos desempenharam um papel importante arregimentando patrocinadores para tal investida,⁶⁵⁰ cerca de Cr\$ 20 bilhões foram arrecadados entre verbas públicas e privadas.⁶⁵¹ Também estavam presentes no conselho nacional⁶⁵² do MUDES nomes como Israel Klabin, o reitor da PUC-RJ Laércio Dias de Moura e a escritora Rachel de Queiroz.⁶⁵³ Tinha ainda figuras como o diplomata ultra-moralista e anticomunista José Oswaldo Meira Penna.

Inspirado no *Peace Corps*⁶⁵⁴ e como uma forma de reforçar o serviço militar,⁶⁵⁵ o MUDES pretendia “estimular, intensificar, normalizar, coordenar e aperfeiçoar os serviços voluntários da mocidade estudantil em prol do desenvolvimento econômico e social do país”⁶⁵⁶ com objetivo de “integrar a mocidade no processo de desenvolvimento econômico e social do país, promovendo a formação de um voluntariado estudantil para ação social e econômica no sentido da melhoria do padrão

⁶⁴⁹

⁶⁵⁰ Ata da reunião do Conselho Orientador do IPES de 16 de outubro de 1967. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.17, p.21.

⁶⁵¹ Segundo dados do documento, Registro em cartório “Da Constituição da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social” de 12 de Setembro de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.17, p.23-24, e noticiados no *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 15 setembro de 1966.p.11

⁶⁵² Conselho curador era composto por Pedro Afonso Mibielli de Carvalho (professor e engenheiro civil); Israel Klabin (industrial ipesiano), o diplomata José Oswaldo Meira Penna, o reitor da PUC Laércio, Oscar de Oliveira (industrial); o reitor da Universidade Federal da Bahia Miguel Calmon e a escritora Rachel de Queiroz.

⁶⁵³ Sobre a amizade de Rachel de Queiroz com o ditador Castelo Branco e sua colaboração junto a Golbery do Couto e Silva na conspiração contra João Goulart acessar: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/rachel-e-o-golpe/>

⁶⁵⁴ *Peace Corps* é uma ferramenta da diplomacia americana criada em 1961 pelo Presidente John F. Kennedy, para levar trabalho voluntário americano para países em desenvolvimento. A comparação entre o MUDES e o *Peace Corps* pode ser lida na revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1966, p.92.

⁶⁵⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967, cad. 1, p.21.

⁶⁵⁶ Registro em cartório “Da Constituição da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social” de 12 de Setembro de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.17, p.25

de vida, com particular atenção para a alfabetização, educação sanitária, elevação da produtividade agrícola e melhoria das condições de habitação." Além disso, o MUDES, ao aproximar o estudante da realidade do país, permitiria "aos estudantes uma visão global dos problemas brasileiros, inclusive suas peculiaridades regionais." essa interação "dar[ia] ao estudante a oportunidade de melhoria de seu instrumental técnico-profissional, praticado no campo de técnicas designadas nas escolas".⁶⁵⁷ Nas palavras do secretário executivo do MUDES, Pedro Afonso Mibielli de Carvalho e ex-presidente da União dos Escoteiros do Brasil,⁶⁵⁸ o que a organização desejava era "acabar com uma série de preconceitos que o universitário brasileiro alimenta em relação aos problemas nacionais, forjando uma noção e conhecimento faladores da nossa realidade." Aliás não era só a realidade brasileira que os estudantes desconheciam, mas a própria política educacional, segundo Carvalho, "A política educacional do Governo é acertada mas muitos dos que se dizem líderes do movimento estudantil a desconhecem e, transformando-se em agitadores nas Faculdades conseguem criar nas mentes dos colegas preconceitos terríveis." Assim o MUDES era parte do esforço de "[...] desfazer estas falácias [...]"⁶⁵⁹

O MUDES buscou criar "um corpo de voluntários no Brasil, encarregado de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico nacional através da execução de projetos calcados na realidade brasileira".⁶⁶⁰ É importante dizer que essa iniciativa buscava coordenar e promover a "ampliação dos movimentos estudantis privados, como o Movimento Universitário de Desfavelamento de São Paulo",⁶⁶¹ movimento estes sobre financiamento e influência do IPES paulista. Além disso, deveria garantir "a formação de grupos de estudantes que se exercitasse nas horas vagas, nas próprias cidades onde moram; a criação de um sistema de mobilização de estudantes durante as férias, com trabalho nas áreas suburbanas ou mais próximas das grandes cidades; e, finalmente, num estágio mais avançado, a seleção e o treinamento verdadeiro de voluntários dentro de técnicas conhecidas, seguidos de um período de atividades de seis meses nas áreas

⁶⁵⁷ Registro em cartório "Da Constituição da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social" de 12 de Setembro de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.17, p.25

⁶⁵⁸ Presidiu a União dos Escoteiros do Brasil entre 1962 e 1963. As listas com os demais presidentes pode ser encontrada em BOULANGER, Antônio. *A União - A história da chegada do Escotismo ao Brasil e dos 90 anos da UEB*. [S.l.]: União dos Escoteiros do Brasil. 2014, p. 615 - 966.

⁶⁵⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 15 setembro de 1966, p.11.

⁶⁶⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967, cad. 1, p.21.

⁶⁶¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967, cad. 1, p.21.

menos desenvolvidas do país.”⁶⁶² Neste último estágio, está previsto o “emprego do voluntário no Nordeste, Vale do São Francisco e na Amazônia”. A lógica era fomentar a integração dos “universitários dos Estados mais ricos, como São Paulo e Paraná, mobilizados para assistir os mais pobres e atrasados”⁶⁶³ numa nítida demonstração do modernista e autoritário.

A ditadura entendia que “a massa estudiosa brasileira, [era] uma das áreas politicamente mais inquietas do País,” pois, “vinha sendo vítima da exploração demagógica de ideologias interessadas apenas na subversão e no caos social.”⁶⁶⁴ Por isso, “Desde abril de 1964, o Governo Revolucionário” havia se empenhado,

por meios pacíficos que incluíram o debate com órgãos de direção estudantil, em estruturar a vida universitária brasileira em bases mais harmônicas e democráticas eliminando focos de discórdia, promovendo relações baseadas no respeito mútuo entre mestres e discípulos, e operando uma mudança de mentalidade ⁶⁶⁵

Ainda segundo a mensagem do ditador ao Congresso, “Essa reforma de mentalidade veio a ser reforçada, em data recente, com a criação do MUDES — Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, de objetivos nitidamente brasileiros, adaptados, portanto, à nossa realidade e aos imperativos do nosso desenvolvimento.”⁶⁶⁶ O movimento deveria “congregar brevemente os universitários brasileiros num amplo movimento de pesquisa” e sua atuação traduziria “num serviço social dos mais relevantes.”⁶⁶⁷ A implantação do MUDES cogitava, até mesmo, a possibilidade de “participação de operários no campo de ação desse movimento destinado a canalizar o idealismo e as energias da juventude para tarefas coletivas que lhes aperfeiçoará os ideais democráticos.”⁶⁶⁸

Quando a mensagem do presidente Castelo Branco chegou ao Congresso Nacional, em primeiro de março de 1967 e se tornou pública, as críticas vinheram. Para o político udenista Carlos Lacerda, apoiador do golpe de 1964 e que se encontrava na oposição, o governo estava “criando outra coisa, um negócio chamado MUDES”, em

⁶⁶² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967, cad.1, p.21.

⁶⁶³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1967, cad.1, p.21.

⁶⁶⁴ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1967*. p. 95, Arquivo do Congresso Nacional.

⁶⁶⁵ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1967*. p. 95, Arquivo do Congresso Nacional.

⁶⁶⁶ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1967*. p. 95, Arquivo do Congresso Nacional.

⁶⁶⁷ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1967*. p. 95, Arquivo do Congresso Nacional.

⁶⁶⁸ CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1967*. p. 96, Arquivo do Congresso Nacional.

tom irônico que o notabilizou, “Acho esse nome muito expressivo, mas não sei se é MUDES de mudez ou MUDES para mudar-se.”⁶⁶⁹ Continuou, “esse MUDES, que não é senão um sucedâneo⁶⁷⁰ da UNE, com a diferença de que é sucedâneo para criar pelegos estudantis para o Marechal Castelo Branco”.⁶⁷¹ Alceu Amoroso Lima, intelectual católico e liberal que havia apoiado o golpe de 1964 e foi gradualmente revisando sua posição, não deixou por menos, desvelou o caráter autoritário da proposta. Comparou o fechamento da UNE a política fascista de Mussolini ao atacar a *Federazione Universitaria Cattolica Italiana* (Federação Universitária Católica Italiana, FUCI) e comparou a criação do MUDES às políticas da ditadura do Estado Novo getulista. Como se não bastasse, disparou: “O MUDES será uma UNE direitista” que por “métodos inteiramente ilusórios, procurando financiar e burocraticamente organizar as milícias universitárias para as tarefas governamentais do *desenvolvimento...* Que cegueira!”⁶⁷² Para ele, “encarceramos a nova geração e levantamos um muro de incompreensão e de preconceitos entre velhos e moços. E não será com a criação das *mudes*, como veremos, que serão curados os erros das *unes...*”⁶⁷³

Essa iniciativa não passou despercebida pelos movimentos estudantis de esquerda. O movimento estudantil que lutava em torno da UNE, então na clandestinidade, criticou duramente a iniciativa. No jornal estudantil *O Metropolitano* a iniciativa foi acusada de ser uma iniciativa imperialista e financiada pelos patrões com o objetivo de atacar o movimento estudantil.⁶⁷⁴ “Lutar contra as tentativas da ditadura de esmagar o movimento estudantil através do decreto contra greve,” recomendava a Carta Política do XXIX Congresso da UNE, “a criação de entidades pelegas (decreto Aragão) e da corrupção da lideranças estudantis (MUDES).”⁶⁷⁵ Apesar das críticas do movimento estudantil e da oposição liberal, o MUDES se desenvolveu e mais tarde passou a manter uma relação simbiótica com o projeto Rondon.⁶⁷⁶

⁶⁶⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 setembro de 1966, cad.1, p.3.

⁶⁷⁰ Sinônimo de “genérico”. Qualquer medicamento ou coisa que pode substituir outro.

⁶⁷¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1966, cad. 1, p.3.

⁶⁷² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1966, cad. 1, p.3.

⁶⁷³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1966, p. 6.

⁶⁷⁴ Recorte de *O Metropolitano*, Rio de Janeiro, Abril de 1967, sem página. Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça.

⁶⁷⁵ Carta Política do XXIX Congresso da UNE. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. código: BR DFANBSB.AAJ.0.IPM.909, p. 141

⁶⁷⁶ Sobre o Projeto Rondon ver LIMA, Gabriel Amato Bruno de. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: ditadura, estudantes e nacionalismo*. São Paulo: Alameda, 2019; mais detalhes sobre o MUDES podem ser encontrados no livro relatório *MUDES. Projeto Rondon/MUDES I*. Rio de Janeiro: MUDES, 1969.

Havia nessas iniciativas um forte componente utilitarista escoteiro e uma crença no pragmatismo suscitado pela cultura do mercado de trabalho e do *business*, ou ainda na esperança de que ao entrar em contato com a realidade brasileira os estudantes fossem optar por ajudar o país a se desenvolver em direção às potências capitalistas centrais. A finalidade da educação doutrinadora sonhada pela ditadura militar deveria utilizar o trabalho e a aproximação do mercado com a universidade como ferramentas para dar rumo às juventudes brasileiras, supostamente sobre a ameaça da “degeneração”. O trabalho, para esses setores, constitui-se como uma ferramenta de moralização, em oposição ao “vagabundo”, rótulo atribuído aos jovens que não se enquadravam nos modelos de comportamento esperado pela ditadura e por parte da sociedade brasileira, como é o caso dos hippies na década 1970, por exemplo. Para esses jovens que recusam o trabalho como elemento organizador das suas vidas, resta o recurso largamente utilizado pelo Estado: a repressão.⁶⁷⁷

Por isso, as universidades brasileiras tornaram-se espaços importantes para esse duplo movimento complementar, repressão e afirmação, em relação à juventude. A repressão e a política de fomento de uma educação para o trabalho, de forte componente liberal, foram as duas faces da mesma moeda. Ambas visavam neutralizar as juventudes como um setor político ativo na sociedade e crítico do governo. A universidade foi vista pelos setores conservadores como um lugar onde era possível a introdução de uma nova dinâmica aos jovens brasileiros, criando condições para uma educação pautada por uma influência liberal, mais afastada da cultura de esquerda, que, como defende Rodrigo Patto Sá Motta (2014), havia influenciado as universidades brasileiras desde o fim dos anos 1950. Essa “correção de rumo” das universidades brasileiras deveria ser feita por meio de reformas, encarnadas fosse na adoção de disciplinas como moral e cívica, chamada de “Estudos dos Problemas Brasileiros”,⁶⁷⁸ fosse em uma maior aproximação

⁶⁷⁷ DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative Arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016; KAMINSKI, Leon Frederico. Teatro, liberdade e repressão nos Festivais de Inverno de Ouro Preto, 1967-1979. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 32, n. 59, 2016, p. 327-355; KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, 2016b, p. 437-466; KAMINSKI, Leon Frederico. *A Revolução das Mochilas: Contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Universidade Federal Fluminense, tese [doutorado em História], Niterói, 2018.; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, vol. 26, 2019, pp. 1-22; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, 2020. p. 859-888; A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. *Revista Brasileira de História*. v. 41, n. 86, 2021. p. 39 -65.

⁶⁷⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

entre os estabelecimentos de ensino superior e os setores produtivos da economia capitalista. Essas medidas para a educação dos jovens brasileiros podem ser agrupadas segundo a lógica da “modernização conservadora” ou “autoritária”, nos termos utilizados por Luiz Antônio Cunha (2007) e por Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

Apesar da orientação que indicava uma adoção imediata da disciplina de Moral e Cívica nos ensinos médio e fundamental e de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), no âmbito das universidades, tal medida só foi de fato implementada em setembro de 1969, após o Ato Institucional Nº 5. Porém, enquanto não se aprovava a criação da disciplina de Educação Moral e Civismo, medidas foram adotadas pelo MEC, sob a influência e o ativismo de personagens que participaram e contribuíram para a realização do “Seminário Formação para a Cidadania”, de 1966, como é o caso de Celso Kelly, general Moacir Araújo e Lopes e Humberto Grande.

Tentativas de elaboração de material que pudesse orientar estudantes e professores na educação moral foram promovidas pelo MEC enquanto tentativas de reduzir a polissemia em torno da proposta. Afinal, apesar de mencionado por muitos setores, não é possível afirmar que existia um projeto monolítico. As experiências anteriores em relação à adoção dessa disciplina serviam para orientar e gerar uma noção genérica do que deveria ser esperado no caso da introdução da proposta. Porém, mesmo as experiências anteriores eram diversas. A adoção de material pedagógico que pudesse orientar professores e alunos era um indício da busca por uma conceituação mais estreita do que viria a ser a proposta. A produção de um livro encomendado pela Campanha Nacional do Material de Ensino (CNME), em 1967, Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, ou a elaboração de um concurso, em 1968, para a publicação de um “Guia de civismo”, são exemplos que merecem ser mencionados e que serão tratados consecutivamente nos capítulos III e IV.

Essas iniciativas que buscaram orientar a prática pedagógica dos professores tiveram como objetivo a diminuição da distância entre a educação moral e cívica praticada pelos professores nas salas de aulas e as formulações desses grupos conservadores que vinham debatendo a questão e formulando as políticas públicas.

Como sugerem Cris Shore e Susan Wright, na introdução de *“Policy Worlds: Anthropology and the Analysis of Contemporary Power”*, refletir sobre a formulação de ideias no âmbito do Estado:

[...] não significa sugerir que as ideias (ou ideologias) que criam e sustentam agendas políticas sejam, de alguma forma, estáticas ou

monolíticas. Ao contrário, uma das principais qualidades das políticas é que, uma vez criadas, elas frequentemente migram para novos contextos e configurações, e adquirem uma vida própria que tem consequências que vão além das intenções originais.⁶⁷⁹

A aplicação de uma política pública é uma experiência complexa, multifacetada e não linear. Entre as cabeças dos grupos que ressuscitaram tal proposta até o chão de uma pequena escola no interior do estado da Bahia, no semiárido nordestino, por exemplo, existia um longo caminho. Quanto mais pessoas no percurso entre essas políticas e sua aplicação, maiores foram a polissemia, as resistências que a elas se apresentaram e os limites à sua plena efetivação.

⁶⁷⁹ “[...]this is not to suggest that the ideas (or ideologies) that create and sustain policy agendas are in any way static or monolithic. On the contrary, a key quality of policies is that, once created, they often migrate into new contexts and settings, and acquire a life of their own that has consequences that go beyond the original intentions.”. SHORE, Cris; WRIGHT, Susan. *Conceptualising Policy: Technologies of Governance and the Politics of Visibility*. In: SHORE, Cris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (Ed.). *Policy worlds: Anthropology and the analysis of contemporary power*. New York/ Oxford: Berghahn Books, 2011. p. 3. [tradução nossa]

3 A MILITARIZAÇÃO DA TEMÁTICA MORAL NO MEC

3.1 O CATOLICISMO E A IGREJA COMO GUARDIÕES DA MORAL

Era dia 21 de agosto de 1965, o “proeminente educador jesuíta” brasileiro padre Fernando Bastos de Ávila,⁶⁸⁰ tinha no rosto, apoiado sobre o nariz, aros grossos e escuros onde se encaixavam as duas lentes, sobre os quais sobressaiam generosas sobrancelhas pretas e, acima delas, uma expressiva calvície na área frontal da cabeça, prolongando sua testa. (Fig. 18) Diante do seu rosto branco, havia uma seleta plateia formada por membros da Confederação Nacional do Comércio.⁶⁸¹ Essa plateia ouviu as seguintes palavras: “[...] A tecnologia moderna abre amplas possibilidades para o Brasil, que hoje tem uma população de 80 milhões [de pessoas], sustentar os 130 milhões de pessoas que espera ter até 1980”. A crença do sacerdote na ciência era a base para atacar “os argumentos ‘neomalthusianos’ de que o crescimento populacional nas nações subdesenvolvidas necessariamente ultrapassaria os meios de suprir as necessidades humanas.” Essa linha argumentativa tinha como fim a defesa da posição da Igreja: “[...] A Igreja Católica Romana não aceitaria o ‘planejamento populacional’ por meio do controle de natalidade em massa por métodos anticoncepcionais.”⁶⁸² A destreza do

⁶⁸⁰ Padre Fernando Bastos de Ávila, ora grafado como padre D’Ávila, foi um personagem importante na interseção entre o IPES e a PUC-RJ. Professor de sociologia, ética e doutrina social da igreja, com doutoramento em ciências políticas e sociais na Bélgica, foi fundador da Escola de Sociologia, Política e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1955, e da revista *Síntese Política, Econômica e Social* (SPES), que tinham ampla circulação dentro e fora do âmbito universitário. René Armand Dreifuss (2008) considera-o uma figura influente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), ideólogo da Doutrina de solidariedade Cristã (solidarismo) e também ligado ao IPES. Autor de quinze livros, foi membro da Academia Brasileira de Letras. Seu texto *Socialismo e consciência cristã*, (Cf. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJ AN RIO Q.L.0.CDI.19) nitidamente anticomunista, foi transformado em folheto pelo IPES seccção Sul (Porto Alegre) e distribuído para “[...] bispos, padres, freiras e depois universidades”. Coordenou em 1966 o projeto de criação de uma enciclopédia de moral e cívica para orientar estudantes e professores, na qual Glycon de Paiva, presidente do comitê executivo do IPES, foi convidado para escrever os verbetes da área econômica.

⁶⁸¹ Organização patronal que se opôs ao governo João Goulart e a sua política econômica, apoiando o golpe e mais tarde sustentando a Ditadura Militar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbe-te-matico/confederacao-nacional-do-comercio-cnc>. Acesso em: 05 fev. 2021.

⁶⁸² *A prominent Jesuit Educator said today that the Roman Catholic Church would not accept “population planning” through mass birth control by contraceptive methods.*

Rev. Fernando Bastos de Avila, dean of the School of Sociology of the Catholic university here, attacked “neo-malthusian” arguments that population growth in underdeveloped nations would necessarily outstrip the means of supplying human needs.

Speaking before the National Confederation of Commerce, Father Bastos de Avila said modern technology opened ample possibilities for Brazil, which now has a population of 80 million, to support the 130 million persons the country is expected to have by 1980. In Brazil Jesuit Says Church Won't

discurso e o domínio do tema surpreenderam apenas aqueles que não conheciam os detalhes da passagem do jesuíta pelo *Institut National d' Etudes Demographiques* (INED), em Paris.⁶⁸³ A inusitada estratégia discursiva chamou a atenção de um jornalista estrangeiro e foi publicada no dia seguinte com o título “*Brazil Jesuit Says Church Won't Accept Contraception*” no jornal americano *The New York Times*.

Figura 18 - Padre Fernando Bastos de Ávila, em 1962



Fonte: *Manchete*, Rio de Janeiro, 02/06/1962, p.94.

O interessante dessa argumentação é a estratégia de construir uma argumentação pró-científica e a favor das modernidades, desde que elas ajudassem a manter uma dogmática noção sobre os corpos femininos e sobre os costumes, se opondo a outras novidades como o controle de natalidade, a pílula anticoncepcional e o planejamento populacional. Em outras palavras, combatia as novidades com um discurso científico

Accept Contraception, Special to The New York Times. **New York Times (1923-Current file); New York, N.Y.** [New York, N.Y.]22 Aug 1965: 34. [tradução nossa]

⁶⁸³ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005.

em prol dos dogmas da tradição católica. Vale dizer que a ditadura militar manteve uma postura de ambiguidade em relação às políticas natalistas, em especial sobre a pílula, dada a ausência de consenso em sua base social, dividida entre “antinatalistas” e “anticontrolistas”.⁶⁸⁴

Essa passagem fortalece a definição de Paulo Cesar Gomes sobre a Igreja Católica. Para ele,

A Igreja é uma instituição cultural com uma coerência própria que tem como uma de suas principais características a capacidade de atravessar diferentes conjunturas, instaurando novas práticas sociais em seus próprios parâmetros. Ela promove uma contínua adaptação da tradição às realidades enfrentadas sem, contudo, transformar os fatores considerados fundamentos teológicos da doutrina católica.⁶⁸⁵

A forma de combate desenvolvida pelo jesuíta tinha raízes mais profundas, cuja análise detalhada foge da proposta desta tese. Basta dizer, no entanto, que, em 15 de maio de 1891, foi publicada a encíclica *Rerum Novarum*, também conhecida como encíclica *Quadragesimo anno*, que defendia transformações sociais capazes de estabelecer a Igreja como consciência moral do mundo. Assim, a sociedade teria, a partir de então, que compreender o catolicismo como o verdadeiro guardião da modernidade e da moralidade. Essa proposição levou a Igreja a sair da esfera metafísica e adentrar na realidade social de seu tempo. A *Rerum Novarum* orientava-se pela possibilidade de construção de uma ordem social hierárquica e harmoniosa, em que a propriedade privada era vista como um bem “natural” com uma função social a cumprir. Assim, o objetivo não deveria ser extinguir a desigualdade, mas ordená-la de forma hierárquica utilizando o critério do direito natural e a disciplina coletiva. Portanto, a pretensa harmonia social seria resultado da proteção da propriedade privada e da responsabilidade social. Com isso, a *Rerum Novarum* buscava superar a contradição entre capital e trabalho, através do respeito à disciplina, à hierarquia social e à função social da propriedade privada, que, em muitos casos, foi defendido *pari passu* ao corporativismo e à defesa de associações profissionais mistas, formadas por empregados e patrões.⁶⁸⁶

⁶⁸⁴ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 239-260.

⁶⁸⁵ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 48.

⁶⁸⁶ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979; GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Os padres Nell Breuning e Gundlack, responsáveis por assessorar o papa Pio XI na elaboração da encíclica *Quadragesimo anno*, eram discípulos do jesuíta alemão Heinrich Pesch,⁶⁸⁷ de cujas ideias o padre Fernando Basto de Ávila tornou-se, ainda nos anos 1950,⁶⁸⁸ o principal introdutor no Brasil. As leituras de Pesch fizeram Ávila formular a doutrina do “Solidarismo”.⁶⁸⁹ Esse conjunto de ideias propunha um caminho alternativo entre o capitalismo e o socialismo, com base no cooperativismo e na propriedade privada com função social, nos moldes da encíclica já citada. Suas propostas também foram alvo de observação otimista em relatório do serviço secreto britânico:

Eles [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB] têm também inspirado a visão do vice-reitor da Universidade Católica do Rio [Padre Fernando Bastos de Ávila], cuja doutrina de ‘Solidarismo cristão’ (envolvendo entre outras coisas uma participação mais estreita dos trabalhadores na direção e controle das empresas) prevê uma posição entre o capitalismo das empresas livres e o socialismo estatal. No Brasil, onde a política é tradicionalmente orientada por personalidades mais do que por programas partidários (exceto na extrema Esquerda), essa nova tendência do pensamento católico pode preencher uma lacuna importante ao fornecer uma ideologia em harmonia tanto com as tradições do país quanto com suas necessidades de reforma social.⁶⁹⁰

A defesa dessa proposta levou-o até mesmo às páginas da revista *Manchete*, onde foi chamado de “um jesuíta na vanguarda”.⁶⁹¹ Na entrevista – além de explicar brevemente como a propriedade privada individual evoluiria ou para a propriedade coletiva privada do Solidarismo, onde os trabalhadores seriam acionistas, ou sucumbiria

⁶⁸⁷ Heinrich Pesch nasceu em Colônia, na Alemanha, em 1854, foi professor de política social e de economia em um centro de estudos que os jesuítas alemães, expulsos de sua pátria, sustentavam em *Valkenburg*, a cidade holandesa onde Pesch faleceu em 1926. Suas obras principais foram *Liberalismus, sozialismus und christliche gesellschaftsordnung e Lehrbuch der nationalökonomie*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/solidarismo-cristao>. Acesso em: 11 fev. 2019.

⁶⁸⁸ Segundo o dicionário de verbetes da Fundação Getúlio Vargas, escrito com a colaboração do próprio Padre Ávila, o marco inicial foi um curso para o clero católico em 1956, no auditório da igreja Nossa Senhora da Paz, num curso para o clero. Dentre os ouvintes das aulas estava Dom Hélder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro e promotor do curso. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/solidarismo-cristao>. Acesso em: 11 fev. 2019.

⁶⁸⁹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Neocapitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1963.

⁶⁹⁰ “They [the National conference of Bishops] have also inspired the view of the vice-rector of the Catholic University of Rio, whose doctrine of ‘Christian Solidarity’ (involving among other things closer participation by workers in the direction and control of business enterprises) envisages a position between free enterprises capitalism and State Socialism. In Brazil, where politics are traditionally guided by personalities rather than party programs (except on the extreme Left), this new trend of Catholic thinking may fill an important gap by providing an ideology in harmony both with the nation’s traditions and its needs for social reform.” Further correspondence respecting America (general), Part. 13, January to December 1962. In: Fondren Library, Rice University, Houston- TX). [tradução nossa]

⁶⁹¹ *Manchete*. Rio de Janeiro, 02/06/1962. p. 94-95.

diante da estatização revolucionária socialista –, ele defende uma “perfeita moralização dos costumes para que as coisas [no Brasil] caminhem certo.”⁶⁹² No entanto, isso não passava pela relação com bloco socialista, já que para ele, por um lado a relação diplomática e comercial com a URSS envolvia “riscos sérios para o Brasil” e, por outro, havia “três Cubas: a soviética, a Cuba fora de Cuba e a Cuba do povo cubano”,⁶⁹³ devendo o Brasil “manter relação com a última.”⁶⁹⁴ Esse anticomunismo também estava registrado em sua produção intelectual, como em seu artigo intitulado *Socialismo e consciência cristã*,⁶⁹⁵ na qual argumentava sobre a incompatibilidade do cristianismo com o socialismo. O texto foi transformado em folheto pelo IPES seção Sul (Porto Alegre) e distribuído, nos momentos que antecederam o golpe de 1964, para “bispos, padres, freiras e depois universidades” no sul do país.⁶⁹⁶

Mas a relação entre o IPES e a PUC-RJ não estava restrita apenas ao compartilhamento de artigos. A PUC-RJ, principal expoente do pensamento acadêmico católico, tornou-se uma instituição que compartilhou uma quantidade significativa de espaços acadêmicos, formulações, projetos, além de acordos formais e informais, baseados em consensos, com o IPES.⁶⁹⁷ Tratava-se de uma colaboração que envolvia indivíduos que circulavam muito bem nos dois espaços institucionais, como são os casos do padre Fernando Bastos de Ávila, professor da PUC-RJ e colaborador do IPES, e de Paulo de Assis Ribeiro, professor da PUC-RJ, membro do IPES e um importante sistematizador de projetos públicos.⁶⁹⁸

⁶⁹² *Manchete*. Rio de Janeiro, 02/06/1962. p. 96.

⁶⁹³ *Manchete*. Rio de Janeiro, 02/06/1962. p. 96.

⁶⁹⁴ *Manchete*. Rio de Janeiro, 02/06/1962. p. 96.

⁶⁹⁵ ÁVILA, Fernando Bastos. *Socialismo e consciência cristã*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código BR RJ AN RIO Q.L.0.CDI.19. p.1-2.

⁶⁹⁶ Escrito a mão no verso do artigo ÁVILA, Fernando Bastos. *Socialismo e consciência cristã*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código BR RJ. AN RIO Q.L.0.CDI.19. p.2. No verbete sobre Solidarismo escrito pelo Padre Fernando Bastos de Ávila para a Fundação Getúlio Vargas, ele menciona que "A idéia do solidarismo cristão vingou mais no Rio Grande do Sul, onde ainda existem fiéis que de vez em quando insistem com o promotor do movimento para relançá-lo." Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/solidarismo-cristao>. Acesso em: 11 mar. 2021.

⁶⁹⁷ Há uma quantidade numerosa de documentos, tais como convênio, correspondências e entrevistas, que dão conta dessa relação.

⁶⁹⁸ Paulo de Assis Ribeiro foi um dos responsáveis por formular, dentre outras coisas, a proposta de Reforma Agrária do IPES, que se tornou o “Estatuto da Terra” introduzido pela ditadura militar. (BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 3, n. 2, 1995, pp. 5-31; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira*. Mercator, vol.16, 2017)

O IPES fez parcerias com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que iam de pesquisas sobre o processo eleitoral de 1960⁶⁹⁹ até o uso da PUC-RJ para fraudar transações financeiras e esconder repasses do caixa das empresas nacionais e estrangeiras que financiavam o instituto.⁷⁰⁰ Para René A. Dreifuss, as ligações entre o IPES e a PUC “eram muito significativas”, pois “Ela supria o IPES de apoio intelectual – um campo de ação em virtude de sua população estudantil e acadêmica – e agia como um canal para a penetração das classes médias. Funcionava também como um canal de contribuições financeiras”.⁷⁰¹

O IPES celebrou acordos formais com as PUCs de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais, para abrigar seus cursos sobre os “problemas brasileiros” ou sobre a “realidade brasileira”. Tais cursos são um capítulo à parte na organização tanto da PUC-RJ, quanto do IPES. Eram cursos com tripla função: primeiro, faziam das universidades católicas incubadoras, até 1964, dos cursos propostos pelo IPES; segundo, eram um veículo de propagação das ideias ipesianas entre a base estudantil da PUC, que lotavam o antigo ginásio esportivo da universidade para assistir a uma “fervilhante programação”⁷⁰²; terceiro, era uma forma de fortalecer a diplomacia acadêmica de ambas instituições, convidando uma série de intelectuais brasileiros de perfil liberal e conservador.⁷⁰³

A relação entre o catolicismo e o IPES foi retomada por Laura de Oliveira, que identificou o uso da encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 1961,⁷⁰⁴ pelos ipesianos, como documento de referência que cumpriu uma dupla função: “ufanar a opção religiosa cristã de seus membros e, inclusive, do próprio IPES” e “criticar o argumento (supostamente utilizados pelos comunistas) de que a socialização dos meios de

⁶⁹⁹ O padre chegou a receber dinheiro do instituto para desenvolver pesquisas sobre o resultado das eleições de 1960, Cf. Reunião do Comitê Executivo, 29/10/1962. cod: BR RJ. AN RIO Q.L.O.OFU.7. p.115.

⁷⁰⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

⁷⁰¹ Ibid., p. 274.

⁷⁰² Depoimento de José Carmello Braz de Carvalho, Setembro de 2007. Disponível em: <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/70anos/perfis/figuras-inesqueciveis/professor-paulo-assis-ribeiro-1906-1974.html>. Acesso em: 14 mar. 2021.

⁷⁰³ Por esses eventos passaram como palestrantes nomes como Gustavo Corção, Amoroso Lima, etc.

⁷⁰⁴ Assim como a encíclica *Pacem in Terris*, de 1963, ambas do papado de João XXIII (1958-63), buscaram adaptar as orientações antecessoras que abordavam as questões sociais do mundo secular moderno. (GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro, Record, 2014, p. 83)

produção constituía-se em uma premissa da Igreja Católica [...].”⁷⁰⁵ Essa orientação cristã do instituto, segundo a autora,

Não se manifestou apenas como substrato teórico, como conjunto de princípios capaz de avalizá-lo [o IPES] moralmente em comparação com a imagem de um comunismo ateu. O IPES cristão assumiu a religião como critério para o estabelecimento de acordos e para a destinação de recursos por ele angariados para a consecução de suas atividades culturais.⁷⁰⁶

A PUC-RJ e o IPES ainda foram sócios em empreendimentos políticos de caráter formativo e doutrinador. Em dezembro de 1962, por exemplo, a universidade convidou os integrantes do instituto para colaborar e financiar a construção de um seminário, conjuntamente com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), organização liderada pelo padre Fernando Bastos de Ávila com a finalidade de discutir a “Resposta Cristã ao Brasil em Crise”. A solicitação foi prontamente atendida pelo então presidente do comitê executivo, o ipesiano Glycon de Paiva. O seminário contou com “nomes conhecidos”⁷⁰⁷ para as mesas redondas, “compondo uma diversificada e em certos casos até mesmo discrepante coleção de empresários, tecnoempresários, políticos e acadêmicos”.⁷⁰⁸ Na correspondência em que buscava convencer o IPES de participar e subsidiar do seminário, a visão da conjuntura, segundo o reitor da PUC-RJ, padre Laércio, é explicitada da seguinte maneira:

As horas de inquietação, as horas de crise, têm que ser fecundas. Para que, sobre a generosidade de cada um de nós, sobre a determinação devotada de não fugir aos reclamos de um momento grave, possamos trazer aquela contribuição válida, que seja a marca de uma presença e a afirmação de uma esperança.

⁷⁰⁵ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015, p. 74.

⁷⁰⁶ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015, p. 74.

⁷⁰⁷ Entre os membros dessas mesas, estavam: Octavio Marcondes Ferraz, João Carlos Vital, Guilherme Borghoff, Clemente Mariani, Padre Velloso, João Paulo de Almeida Magalhães, Paulo Ayres Filho, Themístocles Cavalcanti, J.B. Leopoldo Figueredo, Lucas Lopes, Oswaldo Tavares, Eugênio Gudim, Paulo Lacerda, Miguel Reale, Júlio Barata, o general Juarez Távora, Gustavo Corção, R. Cardim, E. Fischlowitz, Gilberto Huber Jr, Augusto F. Schmidt, Gilberto Marinho, Konder Reis, Eudes de Souza Leão, o general Betêmio Guimarães, Demerval Trigueiro, J. Irineu Cabral, Wanderbilt D. de Barros, John Cotrim, H. Penido, Álvaro Alvim, Raimundo Moniz Aragão, o general L.A. Medeiros, Glycon de Paiva, Walter R. Poyares, Suzana Gonçalves (professora da PUC-RJ, parente de Castelo Branco e única mulher), Tarcísio Padilha, o Padre D’Ávila, Cândido Mendes de Almeida, João Camilo de Oliveira Torres, Edgar da mata machado, Raimundo Padilha, Joaquim Ferreira Mangia, Mem de Sá, Mário Henrique Simonsen e Mário da Silva Pinto. Faziam parte da comissão coordenadora: Celestino Basílio, José Carlos Barbosa Moreira, Daniel Faraco, José Garrido Torres, Paulo Assis Ribeiro e os padres Laércio (então reitor da PUC-RJ), D’Ávila e Beltrão. DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008, p. 273.

⁷⁰⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008, p. 273.

Esta é a tarefa que nos compete neste instante. Esta é a resposta que temos de trazer ao Brasil em crise.⁷⁰⁹

A crise pela qual o Brasil passava também era interpretada por tais setores como uma crise moral e espiritual. A promoção dessas atividades conjuntas visava construir um ambiente intelectual de oposição ao governo João Goulart, assim como promover e autorizar nomes de empresários, políticos e acadêmicos como interlocutores na esfera pública.

Após o golpe de 1964, outro exemplo importante dessa relação foi a criação dos Círculos Operários e a Escola de Líderes Operários (ELO) na PUC-RJ, que contaram com a colaboração direta do padre e com o financiamento do IPES.⁷¹⁰ Esses cursos tinham como objetivo formar novas lideranças sindicais para ocupar o espaço vazio deixado pelas “lideranças sindicais destroçadas depois pelo golpe militar [apoiado pelo jesuíta].”⁷¹¹ A formação das referidas lideranças sindicais seguia a lógica da harmonia e da cooperação entre capital e trabalho, uma doutrinação com todas as características daquelas debatidas no décimo quarto andar do Edifício Avenida Brasil, quartel general dos ipesianos. Esses cursos são também exemplos da utilidade da educação para os membros do instituto; longe de emancipar, essa educação deveria integrar os trabalhadores de forma subserviente e cooperativa à dinâmica capitalista, assim como desejava o solidarismo do padre Ávila, o integralista de Humberto Grande ou ainda a defesa ipesiana de Glycon Paiva sobre a educação de jovens e reeducação de adultos, leia-se trabalhadores.

O jesuíta teve uma atuação fundamental para integrar o IPES à PUC-RJ, da qual era parte do quadro e ex-vice-reitor. Entre os ipesianos, tinha velhos conhecidos, como o empresário e milionário Cândido Guinle de Paula Machado, um dos donos da *Editora Agir*,⁷¹² por onde foram publicados os livros do padre sobre Solidarismo, e que havia sido seu colega no Colégio Santo Inácio. Além disso, foi patrocinador da revista

⁷⁰⁹ Correspondência da PUC-RJ convidando o IPES para participar de evento a “Resposta Cristã ao Brasil em Crise”, ver Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR.RJ.AN.RIO.QL.0.COR.1.p.10

⁷¹⁰ Segundo o orçamento do IPES em 1963, 3.500 Cr\$ foram dados ao Centro de Documentação da PUC, 1.000 Cr\$ para o Movimento Sindical Democrático e 1.000 Cr\$ para a Federação de Círculos Operários. A título de comparação, uma revista *Manchete* ou *O Cruzeiro*, as mais caras e coloridas, eram vendidas em 1963 por 5 Cr\$. Ver Orçamento do IPES para 1963. Ano 1963. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR AN RIO QL.0.OFN. 104. p. 2

⁷¹¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005, p. 347.

⁷¹² A Editora Agir também foi agraciada com recursos americanos, especialmente oriundos da USIA e do *Franklin Book Programs*, como mencionado no primeiro capítulo.

Síntese, fundada pelo jesuíta, como afirma em suas memórias, sem relacioná-lo ao IPES.⁷¹³

Apesar de simbiótica, essa relação também teve seus momentos de atrito. O ipesiano Paulo Assis não gostou das críticas parciais do padre Fernando ao sistema capitalista e fez uma resenha pouco amistosa ao livro sobre Solidarismo, então recém lançado.⁷¹⁴ Em outra ocasião, o padre acusou o banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores,⁷¹⁵ também membro do IPES, de tentar propor uma censura prévia à revista *Síntese Política, Econômica e Social (SPES)*, fundada e organizada pelo jesuíta, em troca de financiamento. Rememorou como se Jorge Oscar de Mello Flores fosse um agente do SNI. Nesse trecho das memórias do padre, ele relembra um suposto encontro em um endereço conhecido por ele, a sede do IPES no Largo da Carioca, no edifício construído pela milionária professora de química da PUC-RJ, Regina Feigel: o moderno edifício Avenida Brasil. Como há algumas inconsistências nas memórias do padre, exporo na íntegra o trecho mencionado:

A SPES exercia uma influência doutrinal e ideológica sobre a juventude. Chamou a atenção do Serviço Nacional de Informações, SNI, criado pela Revolução de 1964, que montará um escritório no edifício da Avenida Central, Regina Feigel. Fui chamado para uma conversa com um grupo de senhores sob a presidência de Dr. Jorge Oscar de Mello Flores. Disse-me que gostavam da revista e conheciam a influência que ela exercia. Perguntou-me se não tinha problemas financeiros para a sua manutenção. Agradei as referências elogiosas e informei que os encargos financeiros eram assumidos pela PUC-RJ, da qual o IEPS era membro. O Dr. Jorge Flores, com um sorriso amável, informou-me que o grupo estava disposto a assumir

⁷¹³ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005, p.394.

⁷¹⁴ *Boletim Informativo do IPES*, n. 14, Setembro/1963, Arquivo Nacional, Fundo IPES. Código: BR AN RIO QL.0.CDI 2, p.188.

⁷¹⁵ Jorge Oscar de Melo Flores nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1912, fez seu curso secundário no Colégio Andrews (mesmo em que Sônia Maria Saraiva Segnanfreddo fez seu ensino secundário) e se graduou engenheiro e geógrafo pela Universidade Nacional. Mesclou duas atividades no funcionalismo público, atividades acadêmicas e atuação como banqueiro. Foi fundador da Fundação Getulio Vargas (FGV), membro do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Em 1958, começou sua longa carreira como representante dos banqueiros, entre elas o Sindicato de Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro (1958-1969), o Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara (1962-1968), a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (1964-1967), Federação Nacional dos Bancos (1966-1983) e Conselho Superior das Classes Produtoras. Em 1962, esteve entre os fundadores do IPES. Após o golpe de 1964, durante o governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), participou dos estudos para a reforma administrativa e, nos anos posteriores, sem abandonar várias de suas funções, integrou conselhos consultivos e ocupou cargos de direção em empresas como Ciquine Indústrias Químicas do Nordeste S.A., Algimar S.A., Indústria Brasileira de Aço, Companhia Fiduciária do Rio de Janeiro, Luz Steárica, Moinho Santista, ITN Trading, Molas Sueden S.A., Sulatec Participações S.A. Foi ainda presidente e vice-presidente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional, da Associação de Exportadores Brasileiros, da Câmara de Comércio Internacional e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-jorge-oscar-de-melo>. Acesso em: 11 mar. 2021.

esses encargos e impunham apenas uma condição: a leitura prévia dos textos a serem publicados. Nesse momento, dei-me conta do enredo: a censura do SNI. Recusei e retirei-me.⁷¹⁶

O que consta na historiografia é que o SNI herdou a estrutura do antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) e ocupou o décimo terceiro andar “do majestoso edifício de estilo neofascista do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro”⁷¹⁷ e, em Brasília, a sala 17 do quarto andar do Palácio do Planalto.⁷¹⁸ A relação do IPES com o SNI era próxima e é bastante conhecida. O SNI representava a soma da estrutura precária do SFICI com a biblioteca do IPES, sob o comando do general ipesiano Golbery do Couto e Silva. Jorge Oscar de Mello Flores era um membro de carteirinha do instituto. A participação do banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores em relação ao SNI até onde se sabe limitou a usar o Banco do Lar Brasileiro, do qual era presidente, para prover ao órgão que Golbery criou com um automóvel e alguns gravadores usados.⁷¹⁹ Com isso, o trecho da memória do jesuíta mistura o IPES ao SNI, omite-se a profícua relação com o primeiro, servindo apenas para que o padre ateste sua suposta isenção e neutralidade em relação à ditadura militar. Como demonstro essa isenção não se sustenta.

Ao longo deste capítulo, mostrarei como o padre passou na memória e no senso comum como alguém identificado com as forças de oposição, sendo sua história individual tão complexa quanto a da Igreja Católica em relação à ditadura militar. Apesar de ser rememorada e celebrada pela sua posição de oposição, nos anos 1970,⁷²⁰ a Igreja Católica desempenhou papéis importantes na disseminação do pânico moral associado ao anticomunismo, na estabilização da ditadura militar e na afirmação da agenda conservadora.

Faço essa ressalva, pois não desconsidero que “A atuação política da Igreja Católica no decorrer de sua existência jamais se deu de maneira homogênea, sobretudo em se tratando de autoritarismo e repressão.”⁷²¹

⁷¹⁶ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005, p. 254.

⁷¹⁷ GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.155.

⁷¹⁸ *Ibid.*, p.155.

⁷¹⁹ *Ibid.*, p.155.

⁷²⁰ TOURIS, Claudia F. Catholic Church, Dictatorship and Memories in Conflict in Brasil and Argentina, *Archives de sciences sociales des religions*, vol. no 170, no. 2, 2015, pp. 97-115; GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁷²¹ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p.29.

Além de apresentar uma versão pouco conhecida do padre Fernando Bastos de Ávila, mostro neste capítulo que, até 1967, a Igreja foi um interlocutor fundamental sobre a temática da moralidade e dos costumes, perdendo, em seguida, espaço e autoridade nessa área para intelectuais de origem militar.

Por um lado, na década de 1960, os eclesiásticos ocupavam as páginas dos jornais de circulação nacional e até internacional para combater as pílulas anticoncepcionais, usando uma fala calma e um discurso sofisticado, como Fernando Bastos de Ávila, ou combatendo esses novos comportamentos, principalmente entre a juventude, com associações moralistas e anticomunistas mais escancaradas como o extremista arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud.⁷²² No final da década de 1960, por outro lado, essa influência se reduziu, diante da militarização da temática de moral e civismo, quando o aumento da produção e o controle militar sobre a temática da moralidade, como defende Suzeley Kalil Mathias (2004) passou a ocupar um espaço central nas doutrinas de segurança da ditadura militar. Por hora, vamos nos ater ao processo de transição, tomando a perspectiva da Igreja como lócus de análise.

Meu argumento é que esse processo ocorreu de forma combinada à organização da estrutura repressiva do Estado pós-reforma administrativa de 1967, uma reforma construída pelos ipesianos,⁷²³ pela inflexão política de setores da igreja em direção a oposição e a pela reação da ditadura militar aos protestos estudantis de 1968. Respectivamente, tratarei desses fenômenos nos itens 3.2 e 3.3.

A seguir, mostrarei como setores conservadores da Igreja católica, relacionados no complexo IPES, se reposicionaram diante dos debates a respeito dessa matéria, chegando a elaborar uma enciclopédia com verbetes sobre moral e civismo sob encomenda do Ministério da Educação.

3.2 O RUMOROSO CASO DA PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO

Em vinte e um de novembro de 1967, por volta das 7 horas e 30 minutos, pousava no aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, vindo de New York, o

⁷²² IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-85*. São Paulo: Hucitec, 1996; GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014; COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill, UNC Press, 2016; COWAN, Benjamin A. *Moral Majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill, UNC Press, 2021.

⁷²³ BORTONE, Elaine de Almeida. Ação política do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) através de documentários. *Outros Tempos*. vol. 11, n.17, 2014, p. 271-281.

avião que trazia o padre jesuíta Fernando Bastos de Ávila. De batina, carregando consigo uma pasta de couro, o clérigo regressou ao Brasil após “uma série de conferências” em universidades nos Estados Unidos da América, para onde havia viajado a convite do “Departamento de Estado Norte-Americano.”⁷²⁴ Ali mesmo, no saguão do aeroporto do Galeão, gabou-se da viagem: “[...] eu pude realmente entrar em contato e vi um pouco a vida universitária americana. Eles têm realmente possibilidades que ainda estão longe das nossas possibilidades [...]”⁷²⁵ Apesar da declaração comparativa e quase em tom propagandístico, aquela não era a primeira experiência internacional do jesuíta. Vivendo seu 49º. ano, jesuíta desde os 17 anos, o padre carioca de nascimento e “carioquíssimo de temperamento”⁷²⁶, integrante da elite intelectual católica, doutorou-se em ciências políticas com a tese “*L’immigration comme exilé*” [A imigração como exílio] pela *Université Catholique de Louvain*, [Universidade Católica de Louvain], na Bélgica, em 1954, onde teve aulas em francês enquanto estudava flamengo por conta própria.⁷²⁷

A sua experiência na Bélgica encerrou-se no mesmo ano em que começou a lecionar na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-RJ. Suas aulas, na qual trajava sempre um jaleco branco (Fig. 19), não passaram desatentas pela comunidade acadêmica brasileira, lhe renderam até mesmo elogios do proeminente sociólogo Gilberto Freyre: “[...] um dos melhores sociólogos que hoje ensinam Sociologia no Brasil”⁷²⁸. No ano seguinte, em 1955, foi um dos responsáveis por fundar a Escola de Sociologia e Política, o Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS) e a revista *Síntese*, no âmbito da PUC-RJ.

⁷²⁴ Fernando Bastos de Ávila viajou para os Estados Unidos da América com recursos da Fulbright. Vale destacar que a Comissão Fulbright no Brasil tinha, em 1967, como secretário executivo o professor da PUC-RJ Artur Hehl Neiva, com o qual o jesuíta tinha uma relação de amizade e que encontrou para se despedir antes da viagem para os Estados Unidos. (ÁVILA, 2005) Para informações sobre Arthur Hehl Neiva, ver <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AHN>. Acesso acessado em 10 mar. 2021. Sobre brasilianistas ver PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. Americanismo e ação intelectual na Bahia: O “Projeto Colúmbia University” (1950). *Intellèctus*. v. 17, n. 2, 2018, pp.129-156.

⁷²⁵ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 22/11/1967. p.8.

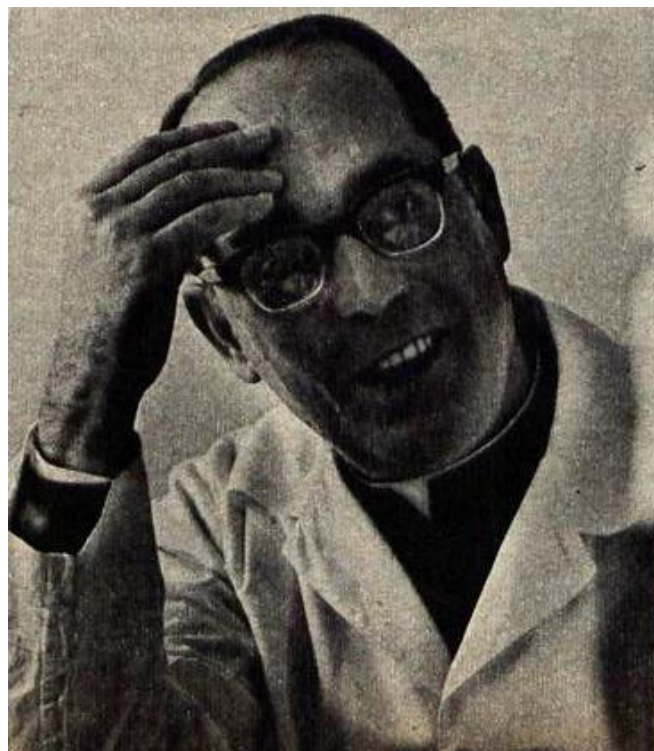
⁷²⁶ Texto produzido por Padre Pedro Magalhães Guimarães Ferreira S.J., professor Emérito da PUC-Rio, por ocasião do falecimento do Padre. Fernando Bastos de Ávila S.J. Disponível em: http://www.fplf.org.br/pedro_varios/Meus%20textos%20sobre%20diversos%20assuntos/Pe.%20Fernando%20Bastos%20de%20%C3%81vila%20S.J.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

⁷²⁷ Entrevista com Padre Fernando Bastos d’Ávila, concedida em 28 de novembro de 2006 a Sonia Giacomini e Eduardo Raposo. Disponível em: http://desigualdadeiversidade.soc.puc-rio.br/media/Entrevista_desdiv_n1ano1.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

⁷²⁸ *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1960. Em 1965, Gilberto Freyre e o padre Fernando Bastos de Ávila viajaram juntos como representantes do Brasil em um evento sobre a América Latina, organizado por sociólogos em Münster, na Alemanha. (ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005)

No saguão do aeroporto Galeão, além dos jornalistas, que estavam interessados em suas declarações, mas não necessariamente sobre o *tour* acadêmico pelos Estados Unidos da América, estavam alguns de seus amigos, parentes, colegas de trabalho da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, funcionários do MEC e estudantes.⁷²⁹ O tamanho da recepção ao clérigo se devia a uma ruidosa e constrangedora situação à qual teve o nome arrolado. O ex-vice-reitor da PUC e fundador da Escola de Sociologia da Universidade Católica, mesmo ausente do país, havia estado em grande evidência nos dias que antecederam a sua chegada, graças ao “rumoroso caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*”.

Figura 19 - Padre Fernando Bastos de Ávila e seu tradicional jaleco branco.



Fonte: *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 847, 13/06/1968, p.41.

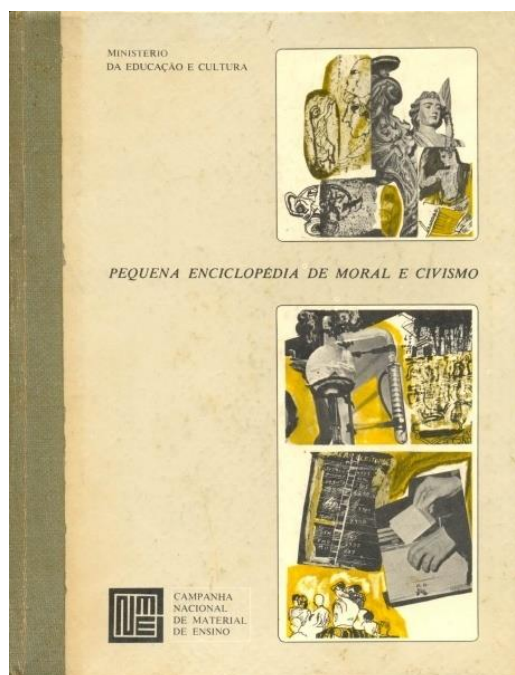
Após aceitar o convite da Campanha Nacional do Material de Ensino, na pessoa da responsável pelo órgão, a diretora Heloísa de Araújo, passou a supervisionar uma equipe de 38 professores, sendo 24 da Pontifícia Universidade Católica, dentre elas a professora Afredina de Paiva e Souza, catedrática do Instituto de Educação do Estado da Guanabara, na elaboração da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (Fig. 20),

⁷²⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 22/11/1967. p.8.

produzida com a finalidade de servir como um material de consulta, pesquisa e apoio sobre a temática da moral e cívica para professores, pais e estudantes.⁷³⁰

A constrangedora e rumorosa situação iniciou-se em outubro de 1967, após a referida enciclopédia ter sido lançada publicamente. Durante o lançamento oficial da obra, foi inaugurado na cidade de Niterói, no estado da Guanabara, o prédio do Centro Cultural de Educação, órgão sobre a supervisão da Divisão Nacional de Educação (DNE),⁷³¹ em uma solenidade que contou com a presença do ministro da educação Tarso Dutra, do governador do estado da Guanabara, Geremias Fontes, do arcebispo de Niterói (RJ), Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, do diretor do DNE, Celso Kelly⁷³² e outras proeminentes figuras do MEC, além da presença do próprio padre Fernando Bastos de Ávila. (Fig. 21) Tudo correu de forma satisfatória aos olhos de seus organizadores.⁷³³

Figura 20 - Capa da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*.



Fonte: Acervo privado.

⁷³⁰ Não era pensado estritamente como material didático, porque a disciplina de moral e cívica ainda não era obrigatória. (SENA, Tito. *Uma análise dos discursos sobre corpo e gênero contidos nas enciclopédias sexuais publicadas no Brasil nas décadas de 80 e 90*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2001; OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. *A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982.)

⁷³¹ O DNE era um órgão inserido da hierarquia do MEC, voltado para a gestão de políticas educacionais para jovens e adultos, com formatos de “Campanhas”.

⁷³² Na década de 1955, Kelly havia integrado o Conselho Consultivo do ISEB, instância mais alta da instituição. Cf. SODRÉ. Nelson Werneck. *A Luta pela Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

⁷³³ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/09/1967. p.9.

Figura 21 - Celso Kelly (2º. contando da esquerda para a direita), Geremias Fontes (governador da Guanabara), Tarso Dutra, Pastorinha Degrazia Dutra, Paulo de Tarso Dutra (criança) e o padre Fernando Bastos Ávila (autografando, à direita).



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5/11/1967, p.1.

Os vários carros estacionados na rua que dava acesso ao Centro Cultural de Educação e até um caminhão com caixas de som na parte superior estacionado próximo ao portão da entrada do prédio exibiam a festiva solenidade para quem desavisadamente por ali passasse. (Fig.22) A festa cívica ainda contou com fanfarras e com o obrigatório hasteamento da flâmula nacional pelo ministro da educação (Fig.23), além dos indispensáveis comes e bebes. Houve distribuição gratuita de 100 exemplares da enciclopédia, sendo outros 400 volumes destinados a instituições culturais, escolas e universidades de todo o país.

Cercado pelas pessoas que acompanhavam a festividades cívicas, na frente do novo prédio, o Centro Cultural de Educação, o ministro Tarso Dutra empossou a voz e publicamente elogiou o livro, que “serviria como ideário patriótico da juventude brasileira”,⁷³⁴ o sentido cívico da obra e a qualidade da “feitura gráfica.”⁷³⁵ (Fig.24)

⁷³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/11/1967. p. 4..

⁷³⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09/12/1967. p. 7

Figura 22 - Inauguração do Centro Cultural de Educação e lançamento da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, em 18 de Setembro de 1967.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*

Figura 23 - Fanfara do Colégio Estadual Nilo Peçanha no lançamento da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, em 18 de Setembro de 1967.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*.

Figura 24 - Ministro Tarso Dutra, sua esposa, seu filho, Celso Kelly (logo atrás), o governador da Guanabara Geremias Fontes e Dom Antônio de Almeida Morais Júnior (margem direita), 18 de Setembro de 1967, Niterói (RJ).



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*.

A parte gráfica ficou a cargo da jovem e sofisticada artista plástica Anna Bella Geiger⁷³⁶, enquanto os verbetes que davam volume à publicação mobilizaram outros trinta e oito especialistas nas mais variadas áreas, que cancelaram a obra, além do padre Fernando Bastos de Ávila. Entre os colaboradores destacaram-se o padre Pedro Calderón Beltrão, fiel companheiro de estudo do padre Fernando na Europa; padre João Batista Selvaggi, autor dos verbetes “moral” e “escotismo”, que havia sido professor de Ávila no início da sua carreira eclesiástica; padre José Dinko Mrakav, que escreveu o

⁷³⁶ Anna Bella Geiger (Rio de Janeiro-RJ, 1933). Escultora, pintora, gravadora, desenhista, artista intermídia e professora. Nesse período de 1965 a 1968, seu trabalho é considerado pelos seus estudiosos como “fase visceral”, sob a influência da nova figuração, em que ao mesmo tempo compõe suas imagens com base em chapas de metal recortadas, enfatizando e experimentando artisticamente o próprio processo material de produção da técnica de gravura em metal. As gravuras que ilustram a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* expressam essas influências, apesar de caracterizar-se de um trabalho encomendado e com limites criativos. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa296/anna-bella-geiger>. Acesso em: 07 dez. 2018.

verbete sobre “moral profissional”, era húngaro, também colega de Fernando durante os anos de estudo em Louvain e um curioso pelas ideias de Jacques Maritain⁷³⁷; padre Raimundo Ozanan de Andrade era professor da PUC-RJ⁷³⁸ e Glycon Paiva, então proeminente presidente do IPES do estado da Guanabara e membro do conselho consultivo da PUC-RJ.⁷³⁹ No próximo item, apresentarei a rede interna que identifiquei a partir dos autores da *Pequena Enciclopédia*.

No desenvolvimento de cada verbete, segundo as palavras do próprio padre, a equipe buscou seguir o seguinte trajeto: primeiro, “a etimologia, para pôr em foco a força original do termo”; em seguida, “a definição, porque a falta de conceituação precisa é uma das maiores carências da formação intelectual brasileira”; em terceiro, “o histórico, para situar o assunto em sua perspectiva concreta”; e, por fim, “a problemática, para referi-lo a suas coordenadas teóricas”.⁷⁴⁰ Além disso, “Os critérios e juízos de valores adotados se inspiraram numa ética natural, a confessional, cujos preceitos possam oferecer uma base comum de entendimento e ação, independentemente de conotações ideológicas ou motivações religiosas.”⁷⁴¹ Dessa forma, a produção dos verbetes apresentava-se tentando manter certa aura de neutralidade, o que não era, entretanto, completamente real e possível. O verbete “comunismo”, por exemplo, tem expressões claras de anticomunismo, apresentando tal conceito como um tipo de governo atrasado e fora da realidade, além de ser um espaço

⁷³⁷ Jacques Maritain foi filósofo tomista francês considerado a principal referência para os criadores da Democracia Cristã. No Brasil, teve quatro de suas obras publicadas pela Editora Agir, a mesma pela qual o padre publicou seus livros sobre Solidarismo. Animou desde intelectuais conservadores moderados como Alceu de Amoroso Lima até ultra reacionários como Gustavo Corção.

⁷³⁸ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005.

⁷³⁹ Eram ligados à PUC-RJ: Mário Brockman Machado, Jefferson Machado de Góes Soares, que também era do Ministério Público, Eurico Borba de Andrade Neves, o udenista Gladstone Chaves de Mello, Estanislau Fishlowwitz; Aroldo Rodrigues; Oswaldo Domingues de Moraes; João Maurício de Araújo Pinho, que, além da PUC-RJ, era professor da Universidade Nacional, membro do ADCE e do Banco Nacional de Habitação; José Henrique de Carvalho; Miguel Salim, que ainda era da FGV e do Instituto de Seguros do Brasil; Euro Alves, que também era do IBAM; Maria de Moura Oliveira era secretária da PUC-RJ. Havia ainda os que não eram vinculados à PUC-RJ, como Alfredina de Paiva e Souza, coordenadora do Instituto de Educação do Estado Guanabara; Antônio Carlos de Paiva Pessoa e Pedro Paulo Soares, ambos eram militares; Francisco Figueredo Luna de Albuquerque era da Biblioteca Nacional; Maria Alice Amorim; Maria da Glória Nin Ferreira era analista do Centro de Estatística Religiosa da CNBB; Maria Magdalena Samartino era Instituto de Professores Públicos e Privados; Maria Magdalena Vieira Pinto era do IBGE. Somam-se a estes os que não consegui identificar: Anna Maria B. Guerra Rêgo; Celeste Rodrigues Maia; Dulce Tavares Paes; Elisa Lopez; Eurydice Dias Passos; Fause Mansur; Flávio Monteiro; José Carlos Moreira Alves; Luiz Carlos Palmeira; Maria da Penha Bastos Mendes; Nélide Helena Guedes de Meira Gama; e Plácido Rocha Miranda.

⁷⁴⁰ Ver prefácio ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967. (A paginação começa a contar após os dois prefácios).

⁷⁴¹ *Ibid.*, (A paginação começa a contar após os dois prefácios).

no livro de críticas explícitas à URSS. Tais juízos eram similares aos próprios editoriais do IPES, nos termos analisados por Martina Spohr Gonçalves (2010).

Apesar da tentativa de se apresentar como algo neutro, a *Pequena Enciclopédia* é permeada por concepções políticas econômicas liberais, anticomunismo e valores cristãos tradicionais. É uma boa síntese do que pensavam os setores ilustrados brasileiros, professores universitários e professoras universitárias, industriais, setores intermediários da igreja, bem como as classes mais altas do extrato social.

No mês seguinte, após o lançamento na cidade de Niterói, no entanto, quando ela seria colocada nos postos de venda da Campanha Nacional de Material Escolar e estaria acessível ao público, o diretor da DNE, Celso Kelly (Fig. 25), mandou suspender a sua distribuição, na ausência da professora Heloísa Araújo, Diretora da Campanha Nacional de Material Escolar, que estava viajando, dando início ao imbróglio. Ao chegar e se direcionar para a Rua da Imprensa, na área central da cidade do Rio de Janeiro onde estava localizado o prédio do Ministério da Educação e Cultura, Heloísa Araújo foi surpreendida com a sugestão do diretor do DNE de censurar verbetes, o que foi repellido.

Há duas versões. A primeira, a de que Celso Kelly teria vetado partes da publicação e de que, posteriormente, o general “estudioso do Direito e cristão”⁷⁴² Waldemar Raul Turola ⁷⁴³, chefe da Divisão de Segurança Interna do MEC, teria achado por bem vetar a obra. Na segunda versão, no entanto, o general Turola seria o personagem central. Ele teria “com interferência indevida” ⁷⁴⁴ exercido o papel de censor que lhe cabia como chefe da DSI/MEC, pois gostaria de suprimir alguns verbetes da obra, aos quais ele classificou como “insidiosos e impróprios” ⁷⁴⁵. Levando em conta a presença de Celso Kelly no primeiro lançamento da *Pequena Enciclopédia*, a produção historiográfica sobre censura,⁷⁴⁶ o complexo DSI/AESI’s ⁷⁴⁷ e o perfil radical do general Turola, considero que o enredo mais plausível seja o segundo.

⁷⁴² Processos administrativos contra funcionários do MEC, 23 de novembro de 1976. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Geral de Investigação, código: IM. 583.5, p.208

⁷⁴³ Nos documentos seu nome aparece grafado ora como “Valdemar”, ora “Waldemar”.

⁷⁴⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21/11/1967. p. 3.

⁷⁴⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/11/1967. p. 4.

⁷⁴⁶ MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

⁷⁴⁷ FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar*. Rio de Janeiro, Record, 2001; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Figura 25 - Celso Kelly, década de 1960.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

Sobre o perfil do militar Waldemar Raul Turola, é preciso dizer que, antes de chegar ao MEC, ele havia presidido, em 1964, o Inquérito Policial Militar (IPM) e o interrogatório que levou a morte brutal, nas dependências do Ministério da Justiça, de Dilermano Mello do Nascimento⁷⁴⁸, 1º tenente da Reserva do Exército, membro do 11º Regimento de Infantaria da Força Expedicionária Brasileira e combatente na Segunda Guerra Mundial na Itália.⁷⁴⁹ Era alguém movido por suas crenças e capaz de levá-las às últimas consequências. Diante de um suspeito partia do princípio de que a pessoa era "desonesta até provem em contrário".⁷⁵⁰

Em 2 de agosto de 1967, quase três anos depois desse grave ocorrido, Waldemar Raul Turola tomou posse como diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura, em substituição José de Almeida Rios⁷⁵¹. O general Waldemar Turola, estava dentro dos pré-requisitos para exercer a função de chefia no DSI-MEC, segundo os quais:

⁷⁴⁸ Dilermano Mello de Nascimento é considerado vítima da ditadura militar pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Ver

<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/207>. Acesso em: 07 dez. 2018.

⁷⁴⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16/08/1964. p. 1.

⁷⁵⁰ Processos administrativos contra funcionários do MEC, 23 de novembro de 1976. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Geral de Investigação, código: 1M. 583.5, p.208

⁷⁵¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/08/1967. p.3.

Art. 5º. O Diretor da DSI, após prévia aprovação de seu nome pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, será nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministério de Estado, devendo a escolha recair em cidadão civil diplomado pela Escola Superior de guerra, ou oficial superior da reserva das forças Armadas, de preferência com Curso de Comando e Estado Maior ou equivalente.⁷⁵²

Essas mudanças, notadamente a troca de um funcionário por outro, estavam circunscritas às reformas administrativas e à instalação do Serviço Nacional de Informação (SNI). Em 25 de fevereiro de 1967, quando o Decreto lei nº 200 foi publicado, levou a um gradual fortalecimento e aprimoramento dos instrumentos de controle, coordenação e planejamento na administração pública que culminaram na reformulação do desenho estrutural do Ministério da Educação. A Divisão de Segurança e Informação, definida no Decreto lei nº 200/1967 como órgão de assistência direta e imediata ao ministro, não foi necessariamente uma inovação da Reforma Administrativa. Em julho daquele ano, as antigas Seções de Segurança Nacional foram reorganizadas em Divisões de Segurança e Informação, que passaram a cooperar com o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o SNI.⁷⁵³ Para conduzir o órgão, foi criado um quadro de cargo em comissão disponibilizado para operacionalização da Divisão. Segundo o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*,⁷⁵⁴ por ser um ministério grande, a DSI do MEC era do “tipo 3”, o que significa dizer que contava com uma estrutura robusta formada por seis cargos de chefia e 24 analistas. Essa mudança no sistema de vigilância interna do MEC foi lembrada da seguinte maneira por Suzana Gonçalves⁷⁵⁵:

Durante todo tempo tive que lidar com um personagem meio misterioso, uma espécie de ‘olheiro’ do SNI – eles estavam em todos os ministérios. No governo do Castelo Branco o ‘olheiro’ era também professor, uma pessoa que me dava a impressão de ser muito equilibrada e nunca permitiu absurdos e intromissões indesejáveis. (...) Quando voltei à Capes, como assessora de Programas, o agente do

⁷⁵² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos. *Comissão Nacional da Verdade*. v. 2, 2014, p. 282.

⁷⁵³ *Ibid.*, p. 282

⁷⁵⁴ *Ibid.*, p. 276

⁷⁵⁵ Professora da PUC-RJ e colaboradora do IPES em diversos momentos, tratou sobre o tema da educação e da formação de pessoal de nível superior. Foi a primeira interventora da Capes, em 1964, com a chegada dos militares ao poder, indicada pelo Presidente Castelo Branco, com o qual tinha grau de parentesco, para substituir Anísio Teixeira. Saiu da direção da Capes em 1966, alegando um “endurecimento” do regime com a ascensão de Costa e Silva. Em 1970, retornou à Capes como assessora de programas, convidada por Celso Barroso Leite. Em 1968, participou do seminário “Educação que nos Convém”, organizado pelo IPES.

SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar.
756

Acredito que esse relato é fundamental para nos aproximarmos do entendimento de como as DSI's eram percebidas pelos funcionários dos ministérios e das autarquias, como algo externo, pertencente ao “SNI”, ou seja, ao sistema de segurança. Também podemos compreender dessa memória a transição para uma forma de vigília mais agressiva e menos sutil no interior do MEC, sob o comando de Waldemar Raul Turola. Os ditames do militar no MEC eram parte de um processo de modificação do sistema de segurança durante a ditadura militar.

Os verbetes que desencadearam a ira semântica do general Turola foram: “aborto”, “comunismo”, “conscientização”, “politização”, “marxismo” e “cassação”. Para ele, a simples divulgação desses verbetes em tal publicação estimularia a subversão. Os verbetes sediciosos eram de origem política, sendo que “aborto” também poderia ser classificado como um verbe de campo dos costumes e da moral. Analisarei esses verbetes no próximo item deste capítulo.

Assim, de acordo com o general Turola, a distribuição da *Pequena Enciclopédia* deveria ser suspensa imediatamente. Caso contrário, o diretor da DSI-MEC “levaria o fato ao conhecimento do presidente da República, para providências mais drásticas”.⁷⁵⁷ O conflito criado pela declaração de guerra que o militar fez a alguns verbetes constitui uma excelente amostra do poder de mobilização em determinados setores da sociedade produzidos pela temática. Além disso, é possível perceber a atmosfera em que o país vivia.

Havia uma nítida distinção da postura dos autores e da equipe da Campanha Nacional de Material de Ensino, muitos dos quais já estavam exercendo suas funções no MEC antes do golpe de 1964, em relação à posição do novo diretor da DSI-MEC. Para os responsáveis pelo livro, os temas mais controversos deveriam ser abordados sobre a concepção de mundo dos setores conservadores que suportavam a ditadura, cabia-lhes instruir professores e a juventude, público para o qual o livro foi direcionado. No extremo oposto, a DSI defendia que temas controversos deveriam ser silenciados.

Ironicamente, como se não fosse pouco nesse caso, a própria enciclopédia coordenada pelo jesuíta defendia em mais de uma passagem a censura feita pela

⁷⁵⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. *CAPES, 50 anos*. Depoimentos ao CPDOC-FGV. Brasília: CAPES, 2002, p. 45-53

⁷⁵⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/11/1967. p.4.

ditadura. Por exemplo, no verbete “Cinema”, em que a censura era sutilmente defendida confundida com o tema da classificação etária:

A censura de espetáculos, fazendo classificação dos mesmos para diversos níveis de idade (10, 14 ou 18 anos), não é suficiente para contrabalançar os riscos decorrentes do mau cinema. No Brasil, ela é exercida pelo Ministério da Justiça, através do ‘Serviço de Censura’ e recebe ainda contribuição do Juizado de Menores ⁷⁵⁸

No verbete “Censura” também é possível observar a defesa da censura e uma leve alerta sobre os perigos da prática para a liberdade. Assim, censura era considerada

[...] O exame crítico de obras, livros, espetáculos, filmes etc. por agentes devidamente credenciados, tendo em vista a supressão de elementos ou fatos considerados perniciosos, sob o ponto de vista moral, doutrinário ou ideológico. A censura bem orientada tem por finalidade a defesa do corpo social e merece apoio e louvor. Quando ela é deturpada, pode transformar-se em instrumento de opressão e cerceamento da liberdade. ⁷⁵⁹

Recurso que deveria ser usado “quando ofenderem a moral familiar, pública ou os bons costumes.”⁷⁶⁰ Faltou combinar com Waldemar Turola. Posso afirmar que a controvérsia em torno da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* está abstratamente situada nos limites onde termina o verniz democrático e onde começa um regime autoritário, entre o que é normalidade e o que é arbitrariedade, entre o que pode ser discutido e o que deve ser calado.

Diante da situação que lhe foi imposta pelos dirigentes do MEC, a professora Heloísa de Araújo, diretora executiva da Campanha Nacional de Material de Ensino, solicitou demissão do cargo em 26 de outubro daquele ano, recebendo apoio em carta do padre Fernando Bastos de Ávila. Com o pedido de demissão, o que era uma questão interna do ministério tornou-se objeto da opinião pública. Sobre a demissão de Heloísa Araújo, padre Ávila menciona em suas memórias que “Dona Heloísa Araújo, ante essa acusação absurda, numa carta enérgica e nobre ao ministro da Educação, exonera-se do cargo. [Em seguida] foi substituída por um general da reserva, Moacir de Araújo Lopes, militar conhecido pela preocupação de consultar o astral para tomar suas medidas estratégicas” ⁷⁶¹ Ao mencionar o general Lopes, padre Ávila cometeu um erro factual, já

⁷⁵⁸ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 80.

⁷⁵⁹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 73.

⁷⁶⁰ Ibid, p. 73.

⁷⁶¹ Idem, *A Alma de um padre*. Bauru/SP, EDUSC. 2005, p. 302.

que quem ocupou tal função foi Humberto Grande⁷⁶²; nem por isso, a informação sobre o suposto esoterismo do general Moacir Araújo Lopes deixa de ser menos interessante.

No dia 6 de novembro de 1967, o rumoroso caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* tomou as tribunas do Senado. O senador do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida a ditadura militar, pelo estado da Guanabara, Marcello Alencar criticou veementemente a postura do ministro da educação, que teria dado “provas de submissão a autoridades que lhe são subalternas”⁷⁶³ estendendo as críticas ao diretor da DSI-MEC, Waldemar Turola. Essa crítica consistia na quebra da subordinação entre a função do ministro e a do diretor da DSI do MEC. De fato, o dispositivo que regulamentou as DSI’s, o Decreto lei nº 200/1967, reproduzia certa ambiguidade sobre a quem essas divisões deveriam receber atribuições, pois afirmava que “deveriam receber as atribuições diretamente da Secretaria-Geral do CSN e do SNI, apesar de estarem submetidas diretamente ao ministro”.⁷⁶⁴ Mas nem o ministro Tarso Dutra, nem Waldemar Turola ficaram desamparados, já que o senador pelo Espírito Santo da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação da ditadura, e o vice-líder do governo militar no Senado, Eurico Resende, saiu em defesa de ambos, afirmando que tudo não passava de um mal entendido.

Anos mais tarde, o jesuíta se pronunciou sobre o que ouviu no Senado,

É triste lembrar como tantos amigos se furtaram a tomar minha defesa, inclusive alguns que me deviam favores. Lembro-me de um senador da República, para o qual eu redigirá na íntegra em francês o discurso com que saudou o rei Balduíno, da Bélgica, por ocasião de sua visita ao Brasil [em 1965]. Alegava o “ilustre” senador que de fato, porém, todavia, contudo... faltava na Enciclopédia o verbete "Segurança Nacional". Hoje é difícil crer em tanta imbecilidade senatorial.⁷⁶⁵

Houve mais uma “gafe” do ministro, já que, em 19 de setembro de 1967, um dia após o lançamento da *Pequena Enciclopédia*, ele almoçou informalmente com jornalistas que haviam publicado algumas de suas falas contradizendo o status democrático do governo militar - como, por exemplo, de que poderia não ser permitido à oposição tomar posse em caso de vitória nas eleições de 1970 para o governo do Rio

⁷⁶² FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, 2013. p. 313-335.

⁷⁶³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 07/11/1967. p.11.

⁷⁶⁴ COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos. *Comissão Nacional da Verdade*. v. 2, 2014, p. 282.

⁷⁶⁵ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um Padre*. Bauru/SP: EDUSC. 2005, p. 302.

Grande do Sul. Segundo comunicado do departamento de estado americano, isso causou “[...] muitas reações adversas na imprensa, militares e na oposição MDB”.⁷⁶⁶

Usar o caso para criticar o regime foi a estratégia dos intelectuais de esquerda e dos movimentos estudantis. Não era para menos: o caso era convidativo, uma brecha para fazer críticas abertas à ditadura em jornais de grande circulação. As críticas se tornaram cada vez mais frequentes. O argumento de que o militar não tinha autoridade intelectual para julgar o conteúdo da *Pequena Enciclopédia* foi considerado na época. Hélio Pellegrino, importante psicanalista, escritor e poeta brasileiro, militante de esquerda, questionou a autoridade técnica do diretor da DSI-MEC em artigo publicado pelo *Correio da Manhã*: “Não me consta que o general Turola tenha títulos intelectuais, ou universitários, que lhe dêem o direito legítimo de sobrepor-se ao critério dos trinta e sete especialistas, de moral e civismo inabaláveis, sob o comando de um homem da qualidade do padre Fernando Bastos de Ávila.”⁷⁶⁷

O padre ficou sabendo do imbróglio ainda na viagem através de uma carta de Nélida Helena Meira Gama, que trabalhava no CNME, informando-o que “a Enciclopédia fora apreendida como subversiva.”⁷⁶⁸ Mas foi em Gainesville, na Flórida, onde deveria encontrar pesquisadores do *Center of Latin American Studies* da Universidade da Flórida, dentre eles o professor e sociólogo rural Thomas Lynn Smith⁷⁶⁹ (que “recentemente havia finalizado um estudo requisitado pela *U.S Government Select Commission on Western Hemisphere Immigration*, intitulado *Estudo do Crescimento da População na Central e Sul America, 1940-1970*,”⁷⁷⁰ tema que também interessava ao padre), que teve noção da dimensão pública da querela. Segundo Ávila, foi graças aos jornais brasileiros recebidos pelo *Center of Latin American Studies* que o centro de pesquisa teve uma medida melhor do que estava acontecendo.

⁷⁶⁶ “...caused much adverse reaction from press, military, and opposition MDB” [Tradução nossa] In: “Ed Min Commits Political Gaffe” (1967). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

⁷⁶⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/11/1967. p.4.

⁷⁶⁸ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um Padre*. Bauru/SP: EDUSC. 2005. p. 302.

⁷⁶⁹ Thomas Lynn Smith e o Padre Fernando Bastos Ávila já haviam tido um contato anterior. Ambos palestraram no simpósio organizado pelo IPES sobre a Reforma Agrária Brasileira em 1961. As resoluções desse simpósio se transformaram no livro “Recomendações sobre a Reforma Agrária” publicado pelo IBAD. (RIOS, 1961) Possível que o convite para Thomas Lynn Smith participar desse simpósio tenha partido de José Arthur Rios, que também foi um dos palestrantes do evento e mantinha uma relação de amizade e colaboração intelectual com o estadunidense desde os anos 1950.

⁷⁷⁰ “[He] recently completed a study at the request of the *US Government Select Commission on Western Hemisphere Immigration, entitled Study of the growth of Population in Central and South America, 1940-1970*.” (Tradução nossa) Relatório de atividades do *Latinamericanist*, 13 de outubro de 1967. v.3, n.8, 1967, p.6. *George A. Smather Libraries, University of Florida, Gainesville-Fl. Periodic, Latinamericanist Collection*.

Ao ler o jornal *O Globo*, constatou que “A denúncia era tão imbecil que provocou o jornalista e crítico literário Moacyr Padilha a escrever o artigo.”⁷⁷¹ Segundo o jesuíta, o artigo criou “[...] embaraço no professor Lynn Smith. O título do artigo, para ridicularizar a denúncia, inspirava-se no título da obra de Eça de Queiroz: O crime do Padre Amaro,”⁷⁷² lembrou o padre.⁷⁷³

A relação do padre com a ditadura vinha passando por atritos esporádicos desde 1965, como se pode notar em seu comentário sobre o AI-2, no editorial da revista *Síntese*:

Esse documento (AI-2), que contém um elemento de poderes absolutos e outras tantas supressões de garantias e liberdade individuais, armou o governo de uns poucos instrumentos que a situação política poderia justificar, e de muitos de legitimação discutível. Mal redigido - a evidenciar deficiências na assessoria jurídica dos governantes -, sem sistema nem respeito a normas de Direito Constitucional, retirou garantias aos juízes, modificou competência para julgamento de crimes, rompeu com tradições do direito brasileiro em matéria penal, deu poderes ao presidente para dominar o colégio eleitoral, constituindo-se, enfim, em um ato absolutista em tantos pontos desnecessário. Basicamente, dissolveu a antiga estrutura partidária, não criou condições imprescindíveis para o restabelecimento do jogo democrático e gerou impasse político.⁷⁷⁴

Usar as páginas da *Síntese*, da qual era coordenador, demonstra certa autonomia do padre em relação à ditadura militar. Além disso, em 1967, era cada vez mais visível a aderência de setores ligados à Igreja Católica às fileiras oposicionistas. O congresso clandestino da UNE de 1966 havia acontecido dentro de um monastério beneditino. “[O] clero Católico ocupou, com destaque o noticiário”, registrou o IPES paulista, por exemplo, quando “foram detidos em Volta Redonda elementos que privavam da confiança do bispo da diocese, por estarem distribuindo panfletos subversivo.” Outro exemplo vinha de Pernambuco, “as atividades de Dom Helder Câmara têm sido antes negativas do que positivas”⁷⁷⁵ e concluía generalizando: “Em outras dioceses do país, o fenômeno é o mesmo. Mobiliza-se o clero, assumindo atitude contra empresários, contra fazendeiros, contra classes, em tal extensão, que vemos católicos contra

⁷⁷¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *A Alma de um Padre*. Bauru/SP: EDUSC. 2005. p. 269.

⁷⁷² *Ibid.*, p.269.

⁷⁷³ Pesquisei em todos os relatórios de atividades do *Latinamericanist* do ano de 1967, no jornal estudantil *The Florida Alligator* no ano de 1967, no *Semioles* da Universidade da Flórida de 1967 e na documentação do T. Lynn Smith na *T. Lynn Smith Papers - UF Special and Area Studies Collections*, todos esses documentos pertencentes a *George A. Smather Libraries*. Não encontrei vestígios documentais da passagem do padre Fernando Basto de Ávila por Gainesville em 1967.

⁷⁷⁴ ÁVILA, Fernando Bastos de. Editorial. *Síntese*. v. 7, n. 28, 1965, p.4.

⁷⁷⁵ Carta Mensal do IPES - São Paulo, Novembro/Dezembro de 1967. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO QL.0.COR.12, p.17.

católicos.”⁷⁷⁶ Esse aumento da tensão entre setores da Igreja e a ditadura, no entanto, não impediam que o padre aceitasse convites para se tornar conselheiro do governo.⁷⁷⁷

Apesar de já ter sido devidamente informado da repercussão do imbróglio, Ávila viajou para Boston e cumpriu sua agenda.⁷⁷⁸ Com seu desembarque no Brasil, intelectuais, jornalistas e professores não perderam a oportunidade: prepararam uma manifestação em favor do padre, de Heloísa de Araújo e dos redatores da enciclopédia. Na PUC-RJ, aconteceram manifestações de desagravo no dia após sua chegada, com a participação de figuras políticas que apoiavam a ditadura, como foi o caso de Artur César Ferreira Reis, que havia sido “governador biônico”, interventor, do estado do Amazonas. O ex-governador biônico, que também era professor da PUC-RJ na ocasião, saudou o padre “garantindo todo o apoio necessário”⁷⁷⁹.

Para tentar resolver a questão do veto à *Pequena Enciclopédia*, o ministro Tarso Dutra publicou a Portaria nº 604,⁷⁸⁰ fruto de uma sugestão do professor Celso Kelly, determinando que fosse constituída uma comissão “incumbida de proceder à revisão da obra”. Optou-se então por nomear uma comissão para examinar a “inapropriada” e “subversiva” publicação, improvisando uma saída para a questão. A comissão responsável por analisar a pequena e rumorosa enciclopédia foi formada pelos professores José Barreto Filho (Fig. 26),⁷⁸¹ catedrático de psicologia educacional da PUC- RJ e do Instituto de Educação, que na ocasião também era membro do membro do Conselho Nacional de Educação; Raimundo Moniz de Aragão (Fig. 27), na ocasião reitor da UFRJ; e o general Moacir Araújo Lopes (Fig. 28), destacado diplomado da ESG, versado em questões relativas a estratégias da “guerra psicossocial”. Depois de três encontros, essa comissão considerou “o texto da pequena Enciclopédia conforme as aspirações democráticas e tradições cristãs do povo brasileiro”⁷⁸², mas acentuou “certa predominância do fundo sociológico e político na escolha dos verbetes e no

⁷⁷⁶ Carta Mensal do IPES - São Paulo, Novembro/Dezembro de 1967. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO QL.0.COR.12, p.17-18.

⁷⁷⁷ Idem. *A Alma de um Padre*. Bauru/SP: EDUSC. 2005

⁷⁷⁸ Ibid. p. 269.

⁷⁷⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23/11/1967. p.9.

⁷⁸⁰ Há imprecisão sobre quando a portaria foi editada, já que não localizei o documento do MEC, se em 16 de outubro de 1967, portanto antes da celeuma tornar-se pública, ou em 30 de outubro de 1967, quando os motivos da demissão de Heloísa já eram conhecidos. No dia 5 de novembro de 1967, o *Correio da Manhã* afirma que a comissão foi formada no dia 16 de outubro (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/11/1967. p.1). Já no dia dez de novembro o *Correio da Manhã* afirma que a comissão foi formada no dia 30 de outubro. (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10/11/1967. p. 7).

⁷⁸¹ Também foi autor de “*Introdução a Machado de Assis*” (1947), publicada pela Editora Agir.

⁷⁸² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9/12/1967. p. 7.

desenvolvimento de muito deles, em detrimento do aspecto filosófico - pedagógico”⁷⁸³. A ressalva, no entanto, parecia ser feita para preservar o militar Waldemar Turola, como uma tentativa de restabelecer os acordos no tumultuado interior do MEC. Essa perspectiva fica mais evidente na proposição, por parte da comissão, da anexação de um encarte, contendo o parecer da comissão, para que a contenda fosse resolvida.

Figura 26 - José Barreto Filho, em 1969.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

Figura 27 - Raimundo Moniz de Aragão, em 1967.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

⁷⁸³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9/12/1967. p. 7.

Figura 28 - Moacir Araújo Lopes, em 1969.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.

O relógio marcava 16h00, na quinta-feira, nove de novembro de 1967, quando os membros da comissão (general Moacir de Araújo Lopes, o reitor Raimundo Moniz Aragão e o professor José Barreto Filho) entraram na sala do ministro Tarso Dutra, na sede do MEC, para lhes entregar o parecer final da comissão. Diante do parecer positivo da comissão, o ministro referendou o documento.⁷⁸⁴

No entanto, o padre Bastos de Ávila, que já havia anunciado que “não recua[va] um milímetro”⁷⁸⁵, mostrou-se contrário à ideia: “[...] não posso concordar plenamente com a solução adotada”.⁷⁸⁶ O encarte (Fig. 29) parecia incomodar o clérigo ao anunciar que “Exige-se a inclusão, na obra, de um encarte cujo texto contém críticas a meu trabalho das quais me julgo no direito de discordar.”⁷⁸⁷ Além disso, o jesuíta teria escrito uma carta (cujo original infelizmente não localizamos) protestando contra o encarte à obra, sugerido pela Comissão. Ao que parece, não fomos os únicos a não acessar a carta, pois o ministro Tarso Dutra, a quem ela era destinada, declarou à

⁷⁸⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1967. p. 7.

⁷⁸⁵ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23/11/1967. p. 9.

⁷⁸⁶ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23/11/1967. p. 9.

⁷⁸⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23/11/1967. p. 9.

imprensa não tê-la recebido, apesar do padre insistir que entregou aos seus assessores.

788

Teimosamente, o padre Fernando Bastos de Ávila exigia que a comissão pressionada pela opinião pública declarasse sua vitória, já que a própria comissão não encontrava fundamentos para alegações tão graves. Para o padre “[...] só haveria uma solução pura e simples, liberar imediatamente a distribuição da obra”.⁷⁸⁹ Nesse conflito, o jesuíta exigia uma vitória por nocaute, enquanto os juízes insistiam em lhe oferecer um empate técnico.

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, após ser vetada por Waldemar Turola e ter sua distribuição suspensa pelo diretor do Departamento Nacional de Educação, professor Celso Kelly, foi relançada em nove de dezembro, um mês depois do ministro Tarso Dutra referendar o parecer da comissão comandada por Moacir de Araújo Lopes, dessa vez na presença do ministro interino da Educação, Sr. Favorino Bastos Mércio, em solenidade e sem a presença do padre.

Tal fato reacendeu a celeuma. No dia seguinte do relançamento público da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, o padre declarou publicamente que, “além de ficar perplexo com as autoridades educacionais que não convidaram para o segundo lançamento da obra, vai consultar amigos e advogados para tomar uma posição face ao problema.”⁷⁹⁰

Esse anedótico caso foi apenas mencionado por Juliana M. Filgueiras (2013) na sua pesquisa sobre a produção de materiais didáticos pelo MEC, onde enfatizou a transformação da Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME) na Fundação Nacional de Material Escolar (FNME).⁷⁹¹

Recentemente, ao analisar os discursos sobre identidades presentes em materiais de referência para a construção da disciplina, assim como livros didáticos utilizados para o ensino da Educação, Moral e Cívica no Brasil, entre os anos de 1969 e meados de 1980, Marcela Souza Santos deu pouca atenção ao imbróglio envolvendo a publicação. Limitou-se a dizer que o ministro criou uma comissão que averiguou o texto da

⁷⁸⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9/12/1967. p. 7.

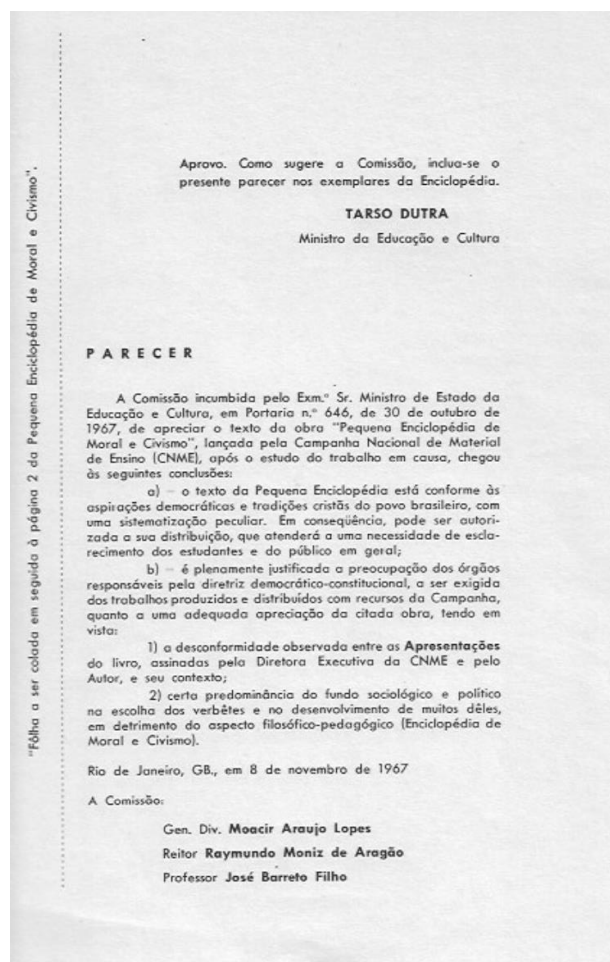
⁷⁸⁹ *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 31/11/1967. p.8

⁷⁹⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9/12/1967. p.7

⁷⁹¹ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n° 65, 2013. p. 313-335.

Pequena Enciclopédia.⁷⁹² Em outra passagem, a autora menciona o fato do livro ter sido considerado subversivo: "O primeiro volume da PEMC foi considerado subversivo por uma comissão instituída pelo Ministro da Educação. Segundo a comissão, existia uma forte tendência sociológica no texto. [...] Contudo, apesar disso, não deixa de falar que houve também um caráter ideológico nesse processo de censura.",⁷⁹³ reproduzindo a desconfiança do padre. No entanto, como o foco da autora era interno ao texto da referida obra, não consultou o grande volume de notícias sobre o imbróglio.

Figura 29 - Encarte anexado à *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*.



Fonte: Biblioteca da Universidade de Wisconsin.

Quem de fato sublinhou a importância do episódio foi Benjamin Cowan em "*Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*" (2016). Para ele, esse caso seria um exemplo da estranha contradição da moral dos censores. No entanto, apesar de ser um caso de censura, ele não aconteceu nas dependências dos

⁷⁹² SANTOS, Marcela Souza. *Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidades de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985)*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (mestrado), 2020.

⁷⁹³ A *Pequena Enciclopédia* não foi considerada subversiva pela comissão, como mostramos, mas para liberar a circulação da obra. *Ibid.*, p. 87.

órgãos responsáveis pela censura de livros, peças de teatro, filmes e demais produtos culturais. Isso o torna ainda mais interessante, demonstrando que a lógica de censura e o silenciamento, principalmente após as reformas administrativas de 1967, estavam para além dos órgãos estritamente censores, expondo tensões entre os apoiadores da ditadura militar.

Esse rumoroso e anedótico caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* expôs questões fundamentais no interior do MEC, principalmente, na relação por vezes conflituosa com a Divisão de Segurança da Informação. Observando esse microcosmo, torna-se possível aproximar de uma compreensão mais ampla sobre o processo de consolidação da ditadura militar, nos termos sugeridos por Marcos Napolitano (2014), confluindo para a intensificação da militarização da burocracia estatal, observado por Suzeley Kalil Mathias (2004), a consolidação de um “terror de Estado”⁷⁹⁴ e a modificação do comportamento social.⁷⁹⁵

Suzeley Kalil Mathias define a militarização em três processos relacionados. Primeiro, “[...] pode ser a ocupação de cargos civis por membros das Forças Armadas [...]”.⁷⁹⁶ Também “[...] pode ser a realização pelas políticas governamentais das doutrinas ou idéias defendidas pelas Forças Armadas [...]”⁷⁹⁷. Por último, pode ser “a transferência do *ethos* militar para o universo da política”⁷⁹⁸. Sendo que “essas três formas são parte de um mesmo processo, são fenômenos de que dificilmente se apresentam de forma isolada, pois são interdependentes”⁷⁹⁹.

Acredito que podemos classificar a fissura entre o diretor do DSI-MEC e a Campanha Nacional de Material Escolar no terceiro nível relacionado à “transferência do *ethos* militar”. Contudo, não há na análise de Mathias (2004) uma avaliação do peso que os órgãos de segurança interna passaram a exercer após a reforma administrativa de 1967, nem uma análise das relações interpessoais desses indivíduos militares em relação a outros que acumularam poder e prestígio nos governos militares. Dessa maneira, a avaliação dos militares ocupando cargos civis parece ignorar que esses podem provocar a desestabilização do organograma institucional, da cultura normativa e o *design*

⁷⁹⁴ NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

⁷⁹⁵ KOHN, Richard H. “*The Danger of Militarization in an Endless ‘War’ on Terrorism.*” *Journal of Military History*, v. 73, n. 1, 2009, pp. 177-208.

⁷⁹⁶ MATHIAS, Suzeley Kalil. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação (1963-1990). São Paulo, Editora Unesp, 2004, p. 207.

⁷⁹⁷ *Ibid.*, p. 208.

⁷⁹⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação* (1963-1990). São Paulo, Editora Unesp, 2004, p. 208.

⁷⁹⁹ *Ibid.*, p. 208.

burocrático dos órgãos, muitas vezes por suas relações interpessoais dentro da comunidade militar, ou da comunidade relacionada à Escola Superior de Guerra (ESG). Não por acaso, no rumoroso caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, o subterfúgio das relações foi supostamente utilizado por Waldemar Turola, que teria ameaçado levar a enciclopédia ao presidente da República⁸⁰⁰. O militar utilizou as relações que o próprio meio militar propiciou, além, das funções subentendidas do órgão de que era diretor, um órgão híbrido, para impor o controle, a censura e a autocensura. Esse caso dá conta justamente de mostrar os elementos, explicitando o uso de relações construídas no seio das Forças Armadas, e a reforma de 1967 para reestruturar as relações e os procedimentos burocráticos no interior do Ministério da Educação.

Para a autora, no entanto, minimiza os impactos da reforma administrativa de 1967: “generalizando o que se estudou para Comunicações e Educação, nota-se que a reforma administrativa (Decreto Lei nº. 200/67), levada a cabo pelo governo militar, teve pouco impacto sobre o que de fato mudaria substancialmente o sistema de decisões.”⁸⁰¹ Porém, o que observo é o oposto.

Modificações do design burocrático e insubordinação militar frente a um ministro civil foram desdobramentos fundamentais da reforma administrativa de 1967. O estudo de caso que apresentamos é um exemplo importante e significativo de que na ditadura militar, de maneira geral, militares colocados na burocracia estatal passam a exercer, por sua condição própria de militar, suas relações anteriores e, pelo contexto, produziram modificações nos trâmites institucionais. A atribuição de poderes e funções para o âmbito decisório de militares subordinados a uma estrutura civil não é expressão apenas do simbolismo das instituições militares, mas das relações e redes sociais entre os indivíduos, cujo resultado é o empoderamento dos militares também na esfera individual e cotidiana.

Além disso, demonstram como a ditadura militar lidava com os conflitos internos envolvendo seus apoiadores. O conflito é resolvido com a criação de novos caminhos no interior da burocracia estatal, tutelado por militares. Assim, foram criadas comissões, pequenas e grandes modificações em leis e regimentos, para conseguir legalizar a influência dos militares em órgãos civis. Portanto, entendo que a

⁸⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31/10/1967. p.11.

⁸⁰¹ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação (1963-1990)*. São Paulo, Editora Unesp, 2004, p. 203.

militarização seja um processo ainda mais abrangente do que o apresentado por Suzeley Kalil Mathias; ele transborda para além das fronteiras do Estado ou da política formal. Concordo com o historiador Richard H. Kohn (2009) e com a antropóloga Catherine Lutz (2019), que definem esse fenômeno como "O grau em que as instituições, políticas, comportamentos, pensamentos e valores de uma sociedade são dedicados ao poder militar e moldados pela guerra"⁸⁰² real ou imaginária.

A percepção desse magnetismo político-institucional é de difícil observação em uma lente macro e ao se analisar a documentação oficial, pois a estrutura burocrática tenta a todo instante apresentar-se como continuadora dos processos e como mantenedora dos procedimentos burocráticos. É nos momentos de fissura, controvérsia e conflitos que essas dimensões sutis da distribuição do poder em uma estrutura burocrática vêm à tona e podem ser observadas. Podemos nos guiar pelas recomendações de Edward Palmer Thompson, de que "Freqüentemente, uma maneira de descobrir normas tácitas é examinar eventos ou situações incomuns. Um motim, [ou um rumoroso caso] lança luz sobre as normas de anos calmos, e uma violação repentina do código nos permite entender melhor os hábitos do código que foram infringidos."⁸⁰³

A fragmentação, as superposições ou desorganizações, sistematicamente acidentais, no âmbito do Estado, provocados pelo magnetismo do poder dos coturnos e fardas que, nas posições dos órgãos com funções de segurança, subverteram o organograma normatizado, faziam com que arranjos improvisados fossem buscados como alternativa para contornar, reparar e tentar equilibrar as fissuras provocadas por esse magnetismo militar, em prol de uma aura pretensamente democrática, que o regime militar buscava cultivar, pelo menos até o AI-5, sob questionamento de amplos setores na opinião pública. Como enfatizou Hélio Pellegrino em sua crítica, à época:

O veto aposto pelo general Waldemar Turola à Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, por cima da decisão do sr. Tarso Dutra de fazê-la circular, está longe de constituir episódio isolado e desimportante no presente ciclo da vida brasileira. Ao contrário, é bem o símbolo de uma desordem subversiva que, dentro do governo, consome os magros tecidos da já magérrima democracia nacional.⁸⁰⁴

⁸⁰² "...the degree to which a society's institutions, policies, behaviors, thought, and values are devoted to military power and shaped by war" KOHN, Richard H. "The Danger of Militarization in an Endless 'War' on Terrorism." *Journal of Military History*, v. 73, n. 1, 2009, p. 182. [tradução nossa]

⁸⁰³ "A menudo, una forma de descubrir normas tácitas es examinar los episodios o situaciones atípicos. Un motín da luz sobre las normas de los años tranquilos, y una repentina infracción de la deferencia nos permite entender mejor los hábitos de deferencia que han sido infringidos". THOMPSON, E. P. *Agenda para una historia radical*. Barcelona: Editorial Crítica, 2000, p. 22. [tradução nossa]

⁸⁰⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/11/1967. p.4.

O uso da comissão de especialistas serviu para normatizar a avaliação do MEC sobre um material escolar que foi construído sob o acompanhamento e o conhecimento de seus próprios funcionários, sem expor ou colocar em xeque a intromissão do general censor. Essa intromissão expôs a fissura e a tensão que tomavam conta do ministério, em meio à adequação da estrutura burocrática estatal a um regime cuja centralidade na segurança e no controle explicitam seu caráter autoritário. Essas controvérsias estavam sujeitas à impaciência ou à intransigência de senhores fardados, prontos para determinar o que deveria ser silenciado.

A comissão e seu comando militar, na figura do general Moacir de Araújo Lopes, colocaram ao mesmo tempo os indivíduos formados sob experiência militar, localizados em determinados círculos castrenses, como possíveis criadores das fissuras e como reparadores. Eram ao mesmo tempo questionadores de certas normalidades burocráticas e condutores de saídas institucionais que produzem novas normatizações e *designs* burocráticos.

Essa militarização da agenda moral no MEC se refletiu na produção e influenciou os escritores que se dedicavam a essa temática. O caso do professor Victor Mussumeci,⁸⁰⁵ um dos editores da Revista da Editora do Brasil S/A é exemplar nesse sentido.

Em 1966, Mussumeci, como representante da Revista da Editora do Brasil S/A, foi à III Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação Cívica, promovida pelo Conselho Federal de Educação em parceria com as mesmas organizações que construíram o Seminário de Educação para o Civismo - que abordei no capítulo anterior. Mussumeci assistiu às conferências relacionadas à Educação Cívica participando do debate, em meio a representantes dos conselhos estaduais, autores de livros didáticos, técnicos e membros do governo.⁸⁰⁶ Na ocasião, defendeu que para formar o cidadão, era necessário considerar quatro tipos de civismo (o patriótico, o institucional, o político e o solidarista).⁸⁰⁷ Mussumeci seguiu um raciocínio fortemente influenciado pela demografia e pelos teóricos da modernização, “o crescimento populacional, a crise da educação por ‘causa de uma vultosa multidão de jovens’, a aceleração da História, tudo isso, exigiria uma “efetiva evolução do conceito de solidariedade”. Para o professor

⁸⁰⁵ MUSSUMECI, Victor; MOSCHINI, Felipe; COSTA, Otto. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Editora do Brasil, 1971.

⁸⁰⁶ Braghini, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”*: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

⁸⁰⁷ Ibid.

Mussumeci o “solidarismo”⁸⁰⁸ deveria ser o principal princípio moral a ser ensinado aos jovens, para que o civismo fosse fortalecido. Essa intervenção de Mussumeci mostra como as formulações do padre Fernando Bastos de Ávila circulavam neste campo. Braghini sublimou a importância da “solidariedade” no discurso de Mussumeci, sem relacioná-lo à defesa do “Solidarismo” a produção do padre Ávila.⁸⁰⁹ Porém em 1971, após processo de militarização da agenda moral, criação da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica e do Conselho Nacional de Moral e Cívica, o vocabulário de Mussumeci havia mudado. Braghini identificou o uso do conceito de Segurança Nacional “distribuído pelo general Moacir Araújo Lopes como elemento fundamental para o entendimento de Moral e Civismo”.⁸¹⁰ A troca de referência no MEC e a militarização da agenda moral não foram apenas eventos restritos à burocracia, marcaram a produção e influenciaram no vocabulário do campo.

A experiência de organização da rumorosa *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* demonstra o esforço do ministério e de setores civis conservadores em produzir material com conteúdo capaz de orientar e influir na educação moral, mesmo antes da Lei n. 869/1969. A necessidade de reduzir a polissemia na agenda moral dos setores conservadores e da própria ditadura, mote para produzir a pequena enciclopédia, foi uma tentativa concreta, para além dos fóruns, reuniões e seminários, de materializar as propostas conservadoras para a juventude. Esse era ainda um processo tributário da grande guinada que foi responsável por distinguir e organizar os setores conservadores radicais em meio à transplantação de seus embates frente às esquerdas para o terreno da moral, durante o golpe de 1964. O processo se deu por meio de uma moralização da realidade, estabelecimento de um “pânico moral”, nos termos de Benjamin Cowan (2016), que reduz todas as disputas a um confronto entre bem e mal absolutos. Constrói-se um discurso no qual o universo juvenil deve ser orientado, controlado, modelado e induzido. Tal experiência expôs as entranhas do MEC e conectando os conflitos que se desenvolviam naquele âmbito a um processo mais amplo, de um regime que marchava rumo à radicalização.

Se a adoção da disciplina de Educação Moral e Cívica era um componente que recebia apoio significativo entre amplos setores conservadores no início dos anos 1960,

⁸⁰⁸ Ibid., p. 70.

⁸⁰⁹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1963; e ÁVILA, Fernando Bastos de. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1965.

⁸¹⁰ Braghini, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”*: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010, p.72

como demonstro, à medida que o protagonismo dos jovens crescia nos jornais e nas ruas, tornava-se uma proposta cada vez mais urgente, para esses mesmos setores, dentro do processo de direcionamento e modelamento das juventudes.

Nem sempre, como no caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, a moral teve o mesmo sentido no interior do campo conservador. O parcial consenso em relação à necessidade de controle não significou uma imediata e automática homogeneização da polissemia das formas de moral, do que era aceitável para a sociedade e do que deveria ser fomentado e incentivado no campo da educação moral e cívica. Os setores que apoiaram a ditadura, ao desejarem um conjunto de políticas e ações voltadas para o controle da moral, debatiam, produziam opinião escrita, em torno dessas ideias de moral e de imoralidade.

Com o insucesso provocado pelos desmandos internos e a exposição na imprensa, o MEC preferiu relegar a essa publicação um lugar secundário, apesar das suas três reimpressões. O padre Fernando Bastos de Ávila, que apesar de ter entrado para a memória da PUC-RJ, como lembrou Benjamin Cowan (2014), como alguém que se opôs à ditadura militar, reatou suas relações com o MEC e aceitou a indicação para compor o Grupo de Trabalho que formulou a proposta de Reforma Universitária em 1968. Mais tarde, mais especificamente em 1974, ainda na ditadura, em um contexto de aumento da violência e do terror de Estado, o padre jesuíta estava colaborando com a ESG, como podemos inferir sobre a aula intitulada *Ideologia, religião e moral no Brasil*, proferida nas dependências da Escola Superior de Guerra.⁸¹¹

3.3 AUTÓPSIA DA PEQUENA ENCICLOPÉDIA DE MORAL E CIVISMO

Aquela não era a primeira vez que o padre Fernando Bastos de Ávila fazia parte de uma empreitada para produzir uma enciclopédia. O padre Ávila⁸¹² já havia participado da elaboração de outra publicação encomendada pelo Instituto Nacional do Livro (INL), em 1956, quando integrou a equipe coordenada pelo chefe da Seção da Enciclopédia do INL, Paulo de Assis Ribeiro.⁸¹³ O livro em questão era a *Enciclopédia*

⁸¹¹ ÁVILA. *Ideologia, religião e moral no Brasil* [Palestra, ESG, 3 de setembro 1974] código: ESG BGGCF, CE-I/74, 12.

⁸¹² Na descrição dos gastos com pessoal para produzir *Enciclopédia Brasileira*, o padre recebia a remuneração de Cr \$16.000,00 para produzir a *Enciclopédia Brasileira*. (Caixa 1, pasta 2, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, Arquivo Nacional. Código: BR AN.RJ.RIO S7. CX1, PT2, p.90.) Este valor era o que se pagava por mês a uma moça datilógrafa com inglês fluente. (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31/12/1959)

⁸¹³ Em 1961, Paulo de Assis Ribeiro estaria entre os fundadores do IPES e se tornaria professor da PUC-RJ.

Brasileira, uma tentativa de concretização de um antigo projeto pensado no final da década de 1930, por Mário de Andrade, que permaneceu inconcluso e que mobilizou gerações de intelectuais brasileiros, além do Instituto Nacional do Livro.⁸¹⁴ O debate sobre o país gerado a partir da iniciativa de elaborar uma enciclopédia para o Brasil foi abordado por Mariana Rodrigues Tavares (2016). Em uma análise de longa duração, Tavares cotejou as várias tentativas de elaboração de uma enciclopédia brasileira no período que se inicia com a fundação do INL, em 1937, até 1973, quando se extinguiram os planos de publicação de enciclopédias. A experiência de 1956, sob os auspícios de Paulo de Assis Ribeiro e com a contribuição do sociólogo jesuíta e da professora Suzana Gonçalves, professora da PUC-RJ e interventora da Capes após o golpe de Estado, foi apenas uma dessas tentativas. Me interessa especialmente essa tentativa por dois motivos: primeiro, porque consideramos que o padre prosseguiu com esse projeto de Paulo de Assis Ribeiro, inscrevendo a *Pequena Enciclopédia* em uma longa tradição de debates sobre a criação de uma enciclopédia nacional, fato ignorado por Tavares, que não incluiu a enciclopédia elaborada pelo padre nessa tradição, provavelmente porque ela não fora desenvolvida no âmbito do INL, mas no CNME, como já aqui mencionado. Segundo, porque envolvia alguns dos personagens, tais como: Paulo de Assis Ribeiro, o padre Fernando e Suzana Gonçalves.

Um dos principais arquivos analisados por Marina R. Tavares é justamente o Fundo Paulo de Assis Ribeiro, no Arquivo Nacional. Com isso, ela revelou documentos preciosos, como a carta de Paulo de Assis Ribeiro para Tarcísio, em 17 de junho de 1958, em que teme que o projeto da *Enciclopédia Brasileira* passasse para o controle do ISEB.

O que peço, é que você compareça a umas reuniões para não dar a impressão que não contamos com um bom elemento; e, isso seria grave para nós porque, por um lado, o ISEB está fazendo tudo para tomar a Enciclopédia e por outro, o Ministro seduzido pelo ISEB que já tem um filósofo engatilhado para introduzir na Enciclopédia (Álvaro Vieira Pinto). Se você não puder colaborar, ainda que formalmente, durante um certo período, não poderei mais sustentar a situação e não será fácil impedir a inclusão de elemento indesejável.

815

⁸¹⁴ AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. *Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 24, p.393-417, 1999; NUNES, José Horta. 2012. **Para uma história do discurso enciclopédico no Brasil**. Niterói: Instituto de Letras/UFF, 2012. Resumo Expandido apresentado na XXVII ENANPOLL; TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil Inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro*. Niterói, Universidade Federal Fluminense (mestrado), 2016.

⁸¹⁵ Carta de Paulo de Assis Ribeiro para Tarcísio. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. A carta pode ser lida na íntegra na dissertação de mestrado de Mariana Tavares Rodrigues. TAVARES,

O trecho mostra que a preocupação com o professor Álvaro Vieira Pinto e com o aumento da influência política do ISEB no âmbito do governo federal, durante o governo de Juscelino Kubitschek, não estava restrita exclusivamente a Sônia Maria Saraiva Seganfreddo (ver capítulo 1). Ela antecedeu a criação do próprio IPES e se estendeu até a cassação e o exílio de Álvaro Vieira Pinto, em 9 de abril de 1964,⁸¹⁶ pelo Ato Institucional número 1 (AI-1), e a extinção do ISEB, em 13 de abril de 1964. O trecho mostra também a preocupação de Ribeiro em manter o conteúdo segundo uma orientação tecnicista e católica, segundo Tavares.⁸¹⁷

Livros são produtos do trabalho, objetos de trocas econômicas, veículos de ideias, resultado de um complexo ecossistema composto por editores, revisores, censores, etc. e espaços de conflitos políticos e religiosos, como destacou Robert Darnton (1979), ao colocar luz sobre outra polêmica enciclopédia: a *L'encyclopédie*.⁸¹⁸ Só por isso, já se tem motivos suficientes para analisar um livro que teve 120.000 exemplares na primeira edição circulando pelo país, vendidos a Cr\$ 7. À primeira vista pode até ser considerado um pequeno volume, mas não quando comparado com o mercado editorial brasileiro no período⁸¹⁹

A indústria do livro começava a modificar suas formas de venda – surgia a figura do representante da editora - e os livros passaram a ser distribuídos gratuitamente para professores, coordenadores e supervisores das escolas; a vida útil do livro didático diminuiu, tornando-se um livro consumível que não poderia ser reaproveitado. As vendas da indústria editorial aumentaram durante o Regime Militar, e estreitaram os laços de dependência entre a indústria do livro, a escola e o setor didático.⁸²⁰

No item anterior, perscrutei a história social da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, encomendada pelo MEC e censurada pelos órgãos de vigilância no interior

Mariana Rodrigues. *Um Brasil Inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Niterói, Universidade Federal Fluminense (mestrado), 2016, p.88.

⁸¹⁶ Álvaro Vieira Pinto foi para o exílio primeiro na Iugoslávia e em seguida para o Chile, onde trabalhou como pesquisador e professor no Centro Latino-Americano de Demografia, órgão ligado à Organização das Nações Unidas. Lá também colaborou e ministrou aulas conjuntas com Paulo Freire. As aulas ministradas no Chile por Álvaro Vieira Pinto foram publicadas em 1982, no livro *Sete lições sobre educação de adultos (1982)*.

⁸¹⁷ TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil Inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Niterói, Universidade Federal Fluminense (mestrado), 2016.

⁸¹⁸ Inserir uma nota

⁸¹⁹ A tiragem média dos livros da Editora Zahar por exemplo em 1965 era de quatro mil exemplares. Cf. SILVA, Leonardo Nóbrega da. *Editores e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tese [doutorado em sociologia], 2019.

⁸²⁰ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 98.

do ministério. Neste item, analiso o conteúdo do polêmico livro elaborado sob a coordenação do padre Fernando Bastos de Ávila. Acredito que os verbetes denunciam influências intelectuais e projetos de país ⁸²¹, e são de alguma forma o retrato de um contexto. Entendo esse livro, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, como uma das formas possíveis de aproximação com as ideias compartilhadas por um determinado setor, a rede de intelectuais articulada ao IPES, como demonstrarei na sequência.

Contudo, não ignoro o fato de que a produção de um livro com verbetes passa por um intenso processo de racionalização e que isso por si só produz uma diferenciação entre o discurso e o real. Também não descarto que o processo de elaboração da *Enciclopédia* foi um processo coletivo (apenas as áreas dos verbetes são identificadas).

Por isso, antes de efetuar a "autópsia" do livro, é preciso apresentar a composição institucional que possibilitou a sua produção (Fig. 30). Para tanto, fiz uma busca na Hemeroteca Nacional, arquivos do centro de memória da PUC-RJ e do Fundo IPES no Arquivo Nacional, identificando os nomes apresentados como responsáveis pela autoria do livro e com quais instituições esses autores ⁸²² estavam vinculados. Com exceção de Flávio Monteiro, que contribuiu com verbetes relacionados à administração e à gerência, e Fause Mansur, um dos responsáveis pelos verbetes relacionados à economia, identifiquei a origem institucional desses personagens. A PUC-RJ é a instituição com maior número de relações com a *Pequena Enciclopédia*, porém, a diversidade apresentada por essa rede de autores é uma mescla entre tecnocracia, empresariado e ensino católico. Destaca-se também, o significativo número de professoras da PUC-RJ ou do Estado da Guanabara envolvidas no processo de feitura do livro.

⁸²¹ TAVARES, Mariana Rodrigues. *Um Brasil Inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro*. Niterói, Universidade Federal Fluminense (mestrado), 2016.

⁸²² Eram ligados à PUC-RJ: Elisa Lopez, Mário Brockman Machado, Jefferson Machado de Góes Soares, que também era do Ministério Público, Eurico Borba de Andrade Neves, o udenista Gladstone Chaves de Mello, Estanislau Fishlowitz; Aroldo Rodrigues; Oswaldo Domingues de Moraes; João Maurício de Araújo Pinho que além da PUC-RJ era professor da Universidade Nacional, da PUC-RJ, membro do ADCE e do Banco Nacional de Habitação; José Henrique de Carvalho; Miguel Salim que ainda era da FGV e do Instituto de Seguros do Brasil; Flávio Monteiro era apenas do Instituto de Seguros do Brasil; Euro Alves que também era do IBAM; Maria de Moura Oliveira era secretária da PUC-RJ. Havia ainda os que não era vinculados a PUC-RJ, como Alfredina de Paiva e Souza era coordenadora do Instituto de Educação do Estado Guanabara, que contava ainda com Anna Maria B. Guerra Rêgo e Maria da Penha Bastos Mendes; Antônio Carlos de Paiva Pessoa e Pedro Paulo Soares eram militares; Francisco Figueredo Luna de Albuquerque era da Biblioteca Nacional, assim como Luiz Carlos Palmeira.; Maria Alice Amorim; Maria da Glória Nin Ferreira era analista do Centro de Estatística Religiosa da CNBB; Maria Magdalena Samartino era do Instituto de Professores Públicos e Privados; Maria Magdalena Vieira Pinto era do IBGE. Nélide Helena Guedes de Meira Gama era secretária de Heloisa Araújo no MEC; José Carlos Moreira Alves era ligado FGV e a Universidade Gama Filho; Somam-se a estes os que não consegui identificar: Celeste Rodrigues Maia; Dulce Tavares Paes; Eurynice Dias Passos; Fause Mansur.

Ao analisar essa rede, não descarto a diversidade política envolvida no processo de feitura do livro, por exemplo, sabemos que o padre Raymundo Ozanan de Andrade e o padre Fernando Bastos de Ávila por diversas vezes apresentaram posições políticas antagônicas, Ozanan com posições de centro-esquerda.⁸²³ Algumas organizações como o IPES, o instituto de Educação da Guanabara e a ESG, durante a maior parte dos anos 1960, compuseram uma tríade em diversas iniciativas. Ainda há outras conexões possíveis, por exemplo, Nélida Helena Guedes de Meira Gama, secretária da Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), era acionista da Companhia das Docas de Santos, da qual o ipesiano Glycon Paiva foi um dos diretores. Mas tentar estabelecer todas essas relações, apesar de revelar como esses círculos que envolviam intelectuais, empresários e organizações civis e militares eram próximos, apenas retiraria o foco da enciclopédia. Conseguimos mapear ao todo dezesseis organizações envolvidas no processo de elaboração da Pequena Enciclopédia, entre elas a ESG e o IPES, peças fundamentais na estrutura da ditadura militar.

Se a querela sobre a censura do livro não produziu mais do que alguns parágrafos e menções nos trabalhos de Benjamin Cowan (2016), Juliana M. Filgueiras (2013) e Marcela Souza Santos (2020), seu extenso conteúdo foi abordado apenas pela última. Orientada pela perspectiva dos estudos de gênero, Marcela S. Santos analisou os verbetes: Família; Controle de Natalidade; Castidade, Feminismo; Desordem Social; Desquite; Divórcio; e Casamento.⁸²⁴

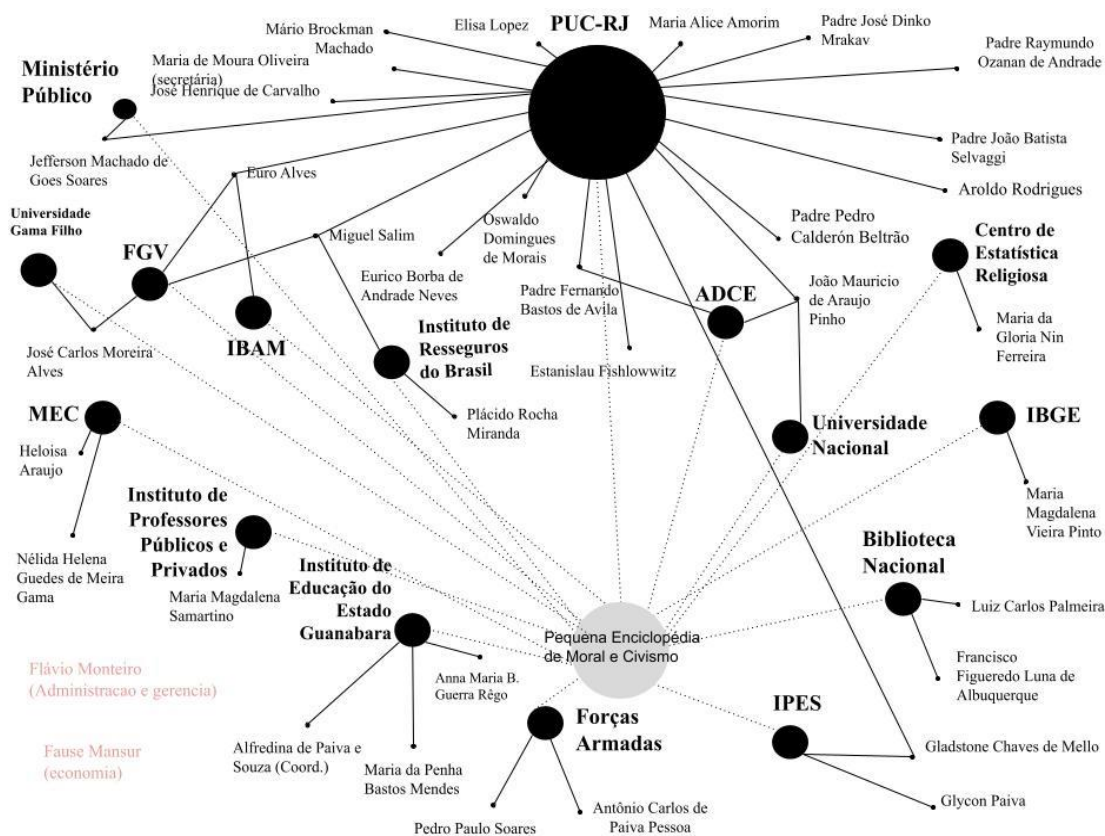
Não retomarei toda a discussão feita sobre esses verbetes pela autora, considero que a apresentação do debate sobre esses verbetes foi suficientemente qualificada. Por isso, a mera repetição da análise não traria nenhum acréscimo para o entendimento que o campo historiográfico já tem sobre a matéria. Por outro lado, julgo importante ampliar a análise, considerando outros verbetes importantes para a compreensão geral da *Enciclopédia* e do debate sobre a moralidade durante a ditadura militar. Verbetes como: Juventude, Moral, Moralidade, Civismo, Caráter, Corrupção, Deontologia, Namoro, Sexo, Liberalismo, Capitalismo, Libertação, Estatismo, Escoteirismo, Socialismo Cristão, Conscientização, além dos verbetes “Aborto”, “Comunismo”,

⁸²³ Para saber mais sobre as disputas entre os dois padres no âmbito da PUC-RJ ver transcrição da entrevista de Antônio Cunha para o projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida” da FGV/CPDOC. CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 33min).

⁸²⁴ SANTOS, Marcela Souza. *Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidades de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985)*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará (mestrado), 2020.

“Conscientização”, “Politização”, “Marxismo” e “Cassação”, que supostamente teriam desencadeado a cruzada semântico-política do general Waldemar Turola, e que, com exceção de “Aborto”, não foram contemplados por Marcela Souza Santos.⁸²⁵ Para mim, é fundamental essa análise interna a fim de complementar a História Social da *Pequena Enciclopédia*, nos termos propostos por Robert Darnton,⁸²⁶ e acrescentar ao debate sobre moralidade no contexto ditatorial.

Figura 30 - Infográfico da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do índice do livro *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967) e informações obtidas na Hemeroteca Digital Brasileira.

Os verbetes foram organizados em 25 eixos por seus autores.⁸²⁷ Para me guiar na *Pequena Enciclopédia* sem perder de vista os verbetes centrais, elaborei um gráfico (Gráfico 4) que fornece uma visão geral sobre o conteúdo dos verbetes considerados

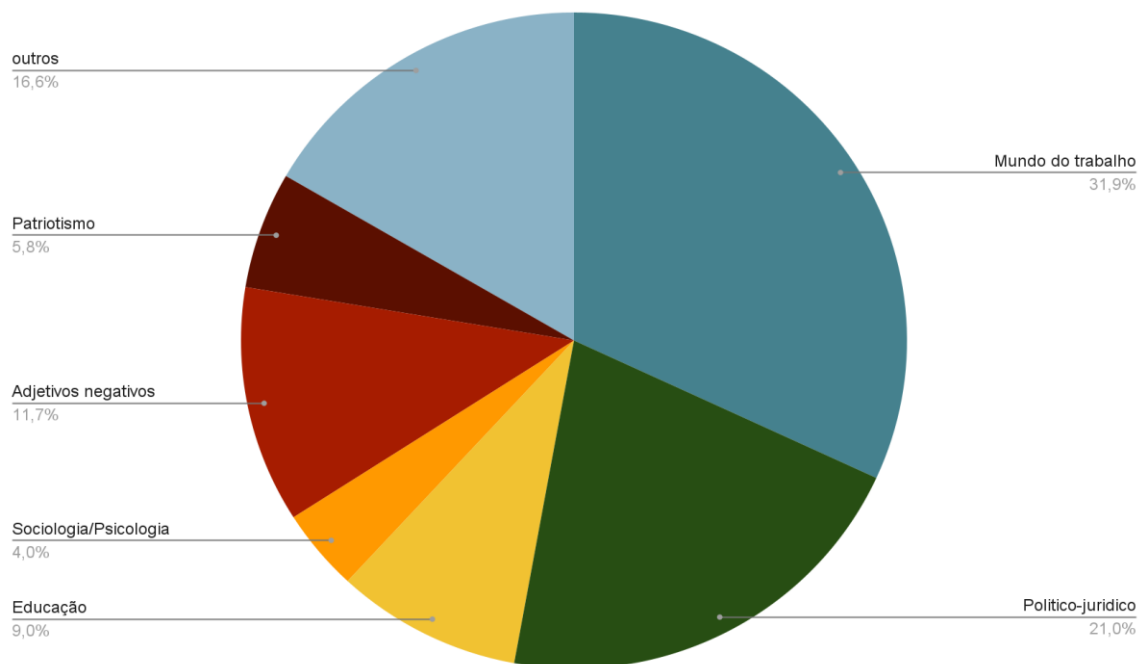
⁸²⁵ Op. Cit.

⁸²⁶ DARNTON, Robert. *The Business of Enlightenment: A Publishing history of the Encyclopédie. (1775-1800)*. Cambridge: Harvard University Press. 1979.

⁸²⁷ Patriotismo; Sociologia; Psicologia; Igreja; processos sociais; sistemas; imigração; Educação; Ensino; “Adjetivos Bons”; “Adjetivos Negativos”; Família; Trabalho; Profissão; Organização Administrativa; Organização jurídica; Direitos do Cidadão; Organização Econômica; Política; Jurídico Civil; Paz; Deveres e Direitos; Direito Internacional; e Cultura.

mais importantes pelos autores, discriminados nas páginas finais, da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Com isso, chego à seguinte conclusão: os verbetes sobre o *mundo do trabalho*⁸²⁸ compõem o corpo principal da enciclopédia. A visão geral da *Pequena Enciclopédia* reforça o que estou tentando demonstrar nesta tese, a estreita e complementar relação entre o moralismo dos intelectuais conservadores que orbitavam o MEC e sua orientação para o trabalho.

Gráfico 4 - Distribuição temática dos principais verbetes.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, a partir de dados do livro *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* (1967).

Além das fontes quantitativas, há outras alternativas de demonstração qualitativa. O conjunto de imagens que ornem o livro, majoritariamente compostas por cenas de trabalho, ou de elementos que façam referência ao trabalho, são mais um aspecto.

Para além das imagens e dos números, o trabalho, para os autores da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, também apresenta uma importância reguladora na construção dos indivíduos, emprestando-lhes uma moralidade e prevenindo “degradações”. Podemos observar isso com certa nitidez no verbete “Caráter,”⁸²⁹ por

⁸²⁸ Essa categoria *Mundo do Trabalho* foi criada por mim e é formada pela combinação dos eixos de verbetes: profissões, organização administrativa, organização jurídica, direitos trabalhistas e organização econômica, levando em consideração a análise de seus conteúdos.

⁸²⁹ Verbetes Caráter: “O caráter apresenta os seguintes elementos: 1.o) o temperamento - conjunto de predisposições orgânicas, próprias a cada indivíduo (é elemento fisiológico inato); 2.o) elementos

exemplo. Nele, considera-se que "O meio é elemento que fornece ao caráter, disposições, preconceitos e até paixões. Dentre as influências do meio, uma das mais fortes é a do grupo profissional, que, através de hábitos e atitudes típicas, chega a marcar o indivíduo não apenas no exercício da profissão, como também em seu comportamento geral."⁸³⁰ Além do "meio", os outros dois elementos que modelariam o caráter da pessoa seriam a "Natureza" e os "Costumes". Nessa equação, o "Natural" seria "a soma das disposições psicológicas hereditárias e inatas, provenientes da família e da raça; essas disposições referem-se à inteligência, à vontade e à afetividade, em relação às quais se verificam enormes diferenças individuais."⁸³¹ enquanto os "Costumes" seriam resultado "da influência do passado do indivíduo" e "da experiência dos antepassados, transmitidas da família e do grupo cultural."⁸³² Interessante pensar que nessa equação sobre moral, comportamento, trabalho e caráter há espaço para uma perspectiva racializada e racista, considerando-se as elites brancas e as raras manifestações prévias dos ipesianos sobre o assunto.⁸³³

Quando apontado o conceito de "Raça" como um dos componentes que integram, mesmo que de forma tímida, o discurso geral da *Enciclopédia*, incluindo verbetes importantes como "Caráter", também é possível depreender, em linhas culturais gerais, que a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* apresenta a defesa da família nuclear. De igual modo, se pode observar o estreito vínculo do verbete "Família", analisado por Marcela Souza Santos (2016), à heteronormatividade, à monogamia, ao patriarcalismo, ao cristianismo, ao culto à saúde corpórea e contra o consumo de drogas.

psicológicos, que constituem o caráter propriamente dito, e entre os quais podem ser destacados: o natural, os costumes e o meio. O natural é a soma das disposições psicológicas hereditárias e inatas, provenientes da família e da raça; essas disposições referem-se à inteligência, à vontade e à afetividade, em relação às quais se verificam enormes diferenças individuais. Os costumes, que se traduzem em hábitos, os quais, depois das disposições herdadas, são a nota mais importante do caráter psicológico. Os costumes resultam: 1.o) da influência do passado do indivíduo; 2.o) da experiência dos antepassados, transmitidas da família e do grupo cultural. O meio é elemento que fornece ao caráter disposições, preconceitos e até paixões. Dentre as influências do meio, uma das mais fortes é a do grupo profissional, que, através de hábitos e atitudes típicas, chega a marcar o indivíduo não apenas no exercício da profissão, como também em seu comportamento geral." ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 68.

⁸³⁰ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 68.

⁸³¹ Ibid., p. 68.

⁸³² Ibid., p. 68.

⁸³³ Considero as menções a Abdias Nascimento feitas pelo IPES, tido como racista por buscar viabilizar o jornal *Raça*, voltada para o público e para a temática negra no Brasil. (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *Infiltração Comunista no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.) Ou ainda as menções pouco elogiosas de Sonia Maria Saraiva Segnanfreddo aos rituais religiosos afrobrasileiros. (Ver capítulo I)

A dimensão heteronormativa-patriarcal pode ser facilmente identificada no verbete “Namoro”, definido como “a corrente de simpatia entre **duas pessoas de sexo diferentes**, conduzido à busca de convívio social mais frequente e à descoberta de afinidades que, muitas vezes, propiciam o aparecer do amor-sentimento”.⁸³⁴ Os padrões de gênero, estabelecidos a partir de uma dinâmica patriarcal, ficam expostos ao tratar das afinidades que deveriam ser combinadas pelo casal,

Afinidade de gosto e de gênio, similitudes do meio social, harmonia no julgamento dos valores espirituais e morais, equilíbrio do nível cultural, situação econômica adequada, atividade profissional estável por **parte do rapaz**, conhecimento seguro e direito da administração do lar **por parte da moça**, condições de saúde de ambos, eis alguns dos aspectos a considerar durante o namoro.⁸³⁵

A relação entre homens e mulheres é considerada como “natural” no trecho seguinte, ainda no mesmo verbete, “A **tendência natural do homem e da mulher**, excluídos os casos de vocações especiais [clérigos], é a de procurar o companheiro para constituição de um lar,”⁸³⁶

Além dos padrões marcados de gênero, o ritual do namoro, “estava organizado em uma série escalonada de etapas que, na forma de círculos concêntricos, que iam se estreitando em direção à realização de um casamento para toda a vida.”,⁸³⁷ como observou a historiadora argentina Isabel Cosse ao analisar a evolução da corte dos casais jovens argentinos entre os anos 1940 e 1960. Na *Pequena Enciclopédia*, a ideia do namoro vinculado automaticamente ao matrimônio, este “concedido como rito normal e desejável para alcançar a condição adulta”,⁸³⁸ também se encontra presente. O namoro teria a “finalidade precípua de preparação remota para o casamento”,⁸³⁹ como se observa no trecho: “Moças e rapazes deixam que a simpatia e atração mútua lhes obscureçam o raciocínio e descambam para a paixão, antes mesmo de assegurar-se se o

⁸³⁴ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 342. [grifo nosso]

⁸³⁵ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 342. [grifo nosso]

⁸³⁶ *Ibid.*, p. 342. [grifo nosso]

⁸³⁷ “[...] *el cortejo estaba organizado en una serie escalonada de etapas que, en forma de círculos concéntricos, iban estrechándose hacia la concreción de un matrimonio para toda la vida.*”. COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores. 2010, p. 26, *tradução nossa*.

⁸³⁸ “[...] *concedido como hito normal y deseable para alcanzar la condición adulta.*” COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores. 2010, p. 26, *tradução nossa*.

⁸³⁹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 343

objeto dessa paixão oferece condições indispensáveis a projetos matrimoniais”⁸⁴⁰, ou no trecho "Em nossos dias, com a crescente liberdade de que os jovens gozam, é importante que eles tomem consciência do papel que o namoro pode e deve representar em suas vidas, como perspectiva aberta para o futuro." ⁸⁴¹

Matrimônio indissolúvel, família nuclear, centralidade da virgindade das mulheres eram pontos fundamentais na transformação do flerte em namoro e do namoro em matrimônio. Para que o namoro viesse a se tornar matrimônio, alguns cuidados eram necessários.

Para que essa amizade nascida de um companheirismo sadio não degenerasse em erotismo prejudicial a ambos, é preciso que conscientemente ponham limitações ao convívio existente, evitando que facilidades e fraquezas possam interferir e acarretar decepções e traumas, capazes de influir de maneira perigosa sobre as perspectivas futuras de um matrimônio feliz. Cabe aos pais orientar os filhos durante o namoro, de tal sorte que a decisão de o transformar em algo mais sério, que é o noivado [...].⁸⁴²

Se essa era a função dos pais, as mulheres tinham ainda outro papel importante de gênero a desempenhar para que no namoro seguisse seu curso “sadio”; essa função era a de “repelir liberdades demasiadas durante o namoro, afastando oportunidades para expansões sensuais que podem trazer-lhes prejuízos irremediáveis.”⁸⁴³ Essa função específica de moderar a relação era guiada pela noção de que “a honra de uma jovem depende, basicamente, de suas atitudes e comportamento em relação aos rapazes”⁸⁴⁴ Isabela Cosse já havia apontado que as regras no flerte e na sedução entre os jovens heterossexuais seguiam referencialmente regras com “uma forte diferença de gênero”.⁸⁴⁵ Segundo essas regras, identificadas pela pesquisadora, o papel dos “varões” no flerte era o de “perseguidores, os descobridores, os atrevidos.” Era deles “o privilégio de tomar a dianteira, manifestado o interesse mediante o olhar, a abordagem e atenções, que poderiam ser seguidas de um convite ou uma solicitação por telefone.”⁸⁴⁶ Enquanto isso, o papel das moças no flerte era o de “sugerir, esperar e decidir. Sua prerrogativa

⁸⁴⁰ Ibid., p.343.

⁸⁴¹ Ibid., p.343.

⁸⁴² ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p.342.

⁸⁴³ Ibid., p.343.

⁸⁴⁴ Ibid., p.7.

⁸⁴⁵ “[...] *una fuerte diferencia de género.*” COSSE, Isabella. Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores. 2010, p. 27. [tradução nossa]

⁸⁴⁶ “Los varones eran los “perseguidores, los descubridores, los atrevidos” [...] Ellos tenían el privilegio de tomar la delantera, manifestado el interés mediante la mirada, el acercamiento y las atenciones, a las que podían seguir una invitación o el pedido del teléfono.” Ibid., p. 27. [tradução nossa]

era ter a última palavra.”⁸⁴⁷ Era um jogo cheio de ambivalências em que se fazia importante tentar ler o comportamento do outro e se comportar de acordo com as fases da corte, dessa forma, “Apesar dessa atratividade [primeiro beijo], essa fase não poderia ser prolongada sem afetar a honorabilidade da jovem. Portanto, recomenda-se definir rapidamente a situação, decisão que estava nas mãos do homem, que tinha que pedir permissão aos pais para visitá-la em casa.”⁸⁴⁸ Na porta da casa ou na sala da família, “O regime de visitas (com dias e horários fixos) e supervisão familiar apontaram para a centralidade do vínculo matrimonial e da dupla moral sexual, que naturalizou a existência de regras de conduta diferenciadas para cada gênero e ordenou a virgindade feminina antes do casamento”.⁸⁴⁹ As similaridades entre a corte no contexto brasileiro e os rituais encontrados por Isabel Cosse são bastante significativas e, de certa forma, podem ser apreendidas das páginas da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*.

A defesa da monogamia, por exemplo, como única possibilidade de organização das relações afetivas e das famílias, também está presente no verbete “Namoro” sob a forma de crítica aos “namoros dispersivos” e “plurais”, que não eram orientados pela busca do casamento. Tal como está expresso na fonte: “O mesmo ocorre em relação a namoros dispersivos e, muitas vezes, plurais, mantidos como esporte, manifestação de vaidade ou diversão, fugindo à finalidade precípua de preparação remota para o casamento.”⁸⁵⁰ No verbete “Sexo”, juntamente como “O horror ao incesto, a estabilização da união sexual (casamento), o predomínio do patriarcado”, a monogamia é apresentada como uma das “condições básicas ou as tendências gerais de todas as culturas.”⁸⁵¹ A *Enciclopédia* era omissa em relação à temática do divórcio, mecanismo praticado, mas ainda não legalizado no país.

A orientação religiosa dos padres que participaram da elaboração da obra foi transportada para o conteúdo dela, diluindo-se por muitos verbetes. Desde os que tratavam diretamente do tema, quanto outros que aludiam de forma indireta à questão

⁸⁴⁷ “En cambio, a las mujeres les correspondía insinuar, esperar y decidir. Su prerrogativa era tener la última palabra.” Ibid., p. 27. [tradução nossa]

⁸⁴⁸ “A pesar de este atractivo, esta fase no podía prolongarse sin afectar la honorabilidad de la joven. Por eso, se recomienda definir rápidamente la situación, decisión que estaba en manos del varón, quien debía pedirles a los padres ella permiso para visitarla en su casa.” Ibid., p. 27. [tradução nossa]

⁸⁴⁹ “El régimen de visita (con días y horarios fijos) y la supervisión familiar apuntaban a la centralidad del lazo matrimonial y de la doble moral sexual, que naturalizaba la existencia de reglas de conducta diferentes para cada género y ordenaba la virginidad femenina antes del casamiento.” Ibid., p. 28. [tradução nossa]

⁸⁵⁰ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 343.

⁸⁵¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 457.

religiosa. Destaco um trecho do verbete “Moral”, por ser um verbete central na organização do argumento da *Pequena Enciclopédia* e por demonstrar a importância dada pelos autores, dentre ele alguns padres, relação entre comportamento, moral e costumes e religião: “o mundo, como um todo, nele incluído o homem, só tem sentido quando objetivado por uma consciência extracósmica, que só pode ser Deus, a própria Inteligência Criadora.”⁸⁵² Especificamente no verbete “Moral”, há a defesa do deísmo como recurso último para a definição do que moralmente era considerado bom e mau. Ainda nesse sentido, a *Enciclopédia* foi organizada sob uma lógica maniqueísta, entre comportamentos ditos moralmente bons e moralmente maus.

Em termos estritamente políticos, a orientação predominante era a do Solidarismo e da encíclica *Mater et Magistra*, essa tentativa de conciliar o liberalismo realmente existente com uma dimensão humanística, mediada por uma lógica de cooperação, que, no caso do Solidarismo, mais lembra empresas com diversos acionistas do que cooperativa. Esses elementos foram devidamente apresentados no primeiro item deste capítulo. Isso permitiu que na *Pequena Enciclopédia* se fizesse críticas ao Marxismo, ao Comunismo, e ao Socialismo, com ressalvas estratégicas ao Capitalismo e ao Liberalismo. Ilustrarei esse argumento com trechos da engenhosa obra.

O verbete “Marxismo”, por exemplo, é apresentado como algo superado, obsoleto, errado e violento; pode-se ler expressões como “não confirmou suas previsões” e “não soube prever”, por fim, teria sido superado pelo “Sindicalismo,”⁸⁵³ que defenderia a evolução progressiva do capitalismo, ao invés da violência.⁸⁵⁴ Outro exemplo é o verbete “Comunismo”, que, assim como “Marxismo”, foi um dos verbetes que teriam supostamente irritado Waldemar Turola, um dos vários espaços do livro voltado para desqualificar a URSS. Chamo atenção para o trecho seguinte pois, ele é ilustrativo:

[...] o comunismo serviu de instrumento à ditadura de uma nova classe, a classe dos burocratas do partido, que usa, goza e dispõe da propriedade nacionalizada. Essa situação se revela numa participação maior dos bens materiais e na existência de privilégios tais como: monopólio partidário, direito exclusivo que a burocracia tem, entre outros, de distribuir a renda nacional, fixar salários, dirigir o desenvolvimento econômico. Lançando mão de todas as técnicas de

⁸⁵² *Ibid.*, p.333.

⁸⁵³ “Sindicalismo” na *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* era um fenômeno Pós-*New Deal*, principalmente circunscrito aos Estados Unidos da América, em que as organizações formadas por trabalhadores para organizar contratos salariais coletivos e prover serviços assistenciais aos trabalhadores. (*Ibid.*, p. 459 -460)

⁸⁵⁴ *Ibid.*, p.320.

coerção e de compulsoriedade ao alcance do dirigismo estatal e do planejamento plurianual de um regime totalitário, a URSS, conseguiu transformar-se no segundo empório industrial do mundo e avançar no campo da educação, reduzindo a taxa de analfabetismo e fomentando o ensino médio, profissional e superior.⁸⁵⁵

Para os autores da *Pequena Enciclopédia*, os soviéticos estavam a caminho de um “regime *produtocrata* e *tecnocrata* do capitalismo estatal.”⁸⁵⁶ Capitalismo estatal, no caso, definitivamente não era um elogio aos rumos da política de Moscou, já que o verbete de “Estatismo” diz: “O estatismo, entretanto é, em si mesmo, mau, e contra ele valem todas as críticas que foram feitas ao totalitarismo, ao socialismo estatal e ao coletivismo.”⁸⁵⁷ Caracterizar o adversário a partir das contradições era parte do plano da *Enciclopédia* e dos ipesianos, de forma geral. Assim, o uso do termo “capitalismo estatal” era uma forma de desacreditar o regime soviético frente a possíveis admiradores no Brasil. Sobre a realidade brasileira, a enciclopédia era bastante explícita e incisiva; ainda no verbete “Comunismo”, o livro faz algumas recomendações:

No Brasil, dois extremos devem ser evitados, quanto ao comunismo: 1.o) não superestimar suas forças, pois que ele não tem na realidade a penetração popular que muitos lhe atribuem: essa superestimação poderia levar à cegueira quanto aos problemas reais e inadiáveis da miséria do povo e da corrupção política; 2.o) não subestimar a força do comunismo, porque embora os comunistas sejam uma minoria, essa minoria é suficientemente disciplinada e ativa, inescrupulosa quanto aos meios a que recorre, iniciada em táticas e expedientes eficazes de conquista do poder, o que lhe confere terrível força de penetração e destruição, mormente porque, onde existem reacionários, pelegos e exploradores, a tarefa do comunismo é sumamente facilitada, porque eles são, na verdade, seus cúmplices e aliados clandestinos.⁸⁵⁸

Esse pequeno pedaço remete ao livro “Infiltração comunista no Brasil” (1964) e à linha argumentativa adotada por Sônia Seganfredo em “UNE: Instrumento de Subversão” (1963). Enquanto isso, no verbete “Socialismo”, a *Pequena Enciclopédia* buscava dirimir confusões envolvendo o termo, além de desacreditar os socialistas:

Confunde-se, muitas vezes, socialismo com um conjunto de aspirações para a realização de maior igualdade e maior justiça social, e, por isso, se pretende que o modelo socialista seja o único adequado aos países subdesenvolvidos. A confusão é enganosa, porque é

⁸⁵⁵ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 98.

⁸⁵⁶ *Ibid.*, p. 98.

⁸⁵⁷ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 206.

⁸⁵⁸ *Ibid.*, p. 98-99.

possível satisfazer as exigências da justiça social através de medidas de socialização, compatíveis com o regime democrático, sem ser necessário recorrer ao modelo do socialismo.⁸⁵⁹

Essa perspectiva estende-se ao verbete “Socialismo Cristão”, onde se afirma que a terminologia gerava problemas, provocando inclusive a adesão de cristãos ao socialismo e o conseqüente abandono da religião. “O fato [“socialistas cristãos” virando socialistas] suscitou viva oposição por parte de muitos membros da hierarquia católica, e o termo foi sendo, pouco a pouco, abandonado,” segundo as páginas da *Enciclopédia*, sendo substituído pela expressão “Socialismo Personalista”, “que defende a propriedade social (v. PROPRIEDADE) como única forma justa de apropriação dos meios de produção.”⁸⁶⁰

A *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* parecia bastante preocupada em distinguir socialistas e cristãos. Um exemplo disso, como se a menção anterior não bastasse, é o verbete “Conscientização”, que fazia referência negativa à Ação Popular (AP), organização de orientação política de esquerda nascida da base de organizações católicas. Para os autores do volume, a AP “conscientizava, com a intenção de criar no povo um sentimento de frustração, ingrediente indispensável de um potencial revolucionário, que deveria ser oportunamente mobilizado para a implantação, no Brasil, de um modelo socialista”.⁸⁶¹ Novamente, o roteiro da “confusão” que levava os católicos à radicalização e ao socialismo. É importante registrar também que a AP era a única organização de esquerda referenciada no texto da *Pequena Enciclopédia*. Não se pode ignorar que aquele momento era de bastante tensão interna na igreja, associada à atuação de muitos padres na luta contra a ditadura militar e às resistências internas a esse envolvimento.⁸⁶²

O tratamento conferido ao liberalismo foi significativamente distinto. Houve críticas, principalmente ao individualismo, porém, o verbete era acompanhado do elogio à sua adaptabilidade às mais variadas formas de vida e aos melhoramentos que esse modelo político-econômico supostamente havia produzido. A redação era a seguinte:

O liberalismo assumiu aspectos extremos no século passado, ao considerar como razão suprema da sociedade a de criar condições para o pleno exercício da liberdade individual, isto é, do livre-arbítrio. [...]

⁸⁵⁹ Ibid., p. 463.

⁸⁶⁰ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 463.

⁸⁶¹ Ibid., p. 107.

⁸⁶² GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro, Record, 2014.

Negando ao Estado o direito de intervir, o liberalismo de fato propiciou uma imensa exploração dos fracos pelos fortes, a espoliação dos humildes. [...] Com o neo-capitalismo (v. CAPITALISMO) fez-se revisão da doutrina liberal relativa às funções do Estado, reconhecendo-se que este pode e deve intervir no plano económico-social, tendo em vistas o bem comum. Atitudes mais humanas foram assumidas em relação ao trabalhador, não mais concebido como um mero fator de produção, mas como ser humano, portador de uma dignidade que deve ser respeitada e de justas aspirações que devem ser atendidas. No entanto, é preciso não esquecer que a intervenção do Estado, ampliando seu âmbito de ação ilimitadamente, conduz ao estatismo.⁸⁶³

Uma engenharia discursiva semelhante foi usada no verbete “Capitalismo”, que apresentou as críticas e, em seguida, apresentou um suposto capitalismo renovado, o “neocapitalismo”. Esse neocapitalismo foi definido da seguinte forma:

O Neocapitalismo, ainda é capitalismo, isto é, mantém nas mãos do capital a última instância das decisões, mas apresenta características novas: 1.o) admite a intervenção do Estado, como responsabilidade pelo bem comum, para impedir a concorrência violenta e prevenir as crises económicas; 2.a) aceita novas formas de relações humanas na empresa, daí resultando, inclusive, maior produtividade.⁸⁶⁴

Dessa forma, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* deixava transparecer, mas não necessariamente de forma explícita, em qual dos pólos da Guerra Fria orbitava. É imperioso mencionar que no verbete “Socialismo Cristão”, a única referência ao processo político que suplantou a democracia brasileira em 1964 e instalou a ditadura militar, o golpe foi definido como “revolução” como podemos ver no trecho: “mesmo antes da revolução de março de 1964”⁸⁶⁵. No seu livro de memórias, publicado em 2005, o padre Fernando Bastos de Ávila continuou a chamar o golpe de 1964 de “revolução”. Talvez a gênese desse pensamento esteja na própria *Enciclopédia*, segundo a qual “Golpe de Estado” se daria apenas quando quem está no poder usa essa manobra política para permanecer no poder, sendo “Revolução” processo similar, mas inverso, no qual quem está fora do poder ocupa o poder. Porém, mais do que uma opção semântica, aquela era uma opção política para desqualificar as oposições e defender a ditadura.

⁸⁶³ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 307.

⁸⁶⁴ *Ibid.*, p. 67.

⁸⁶⁵ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 463.

Após deixar mais explícitas as orientações gerais da obra, é chegada a hora de debater os verbetes que estão no título da enciclopédia, “Moral” e “Civismo”. Para fazer isso, não me ateno apenas a tais verbetes, até porque a temática moral atravessa inúmeros outros. Analiso-os junto com outros que fazem referência e completam seus sentidos: “Moralidade”, “Corrupção”, “Libertação” e “Consciência”.

De acordo com a *Pequena Enciclopédia*, “Moral” seria “o conjunto sistemático das normas que orientam o homem para a realização de seu fim. (...) O fim do homem é, pois, o de realizar, pelo exercício de sua liberdade, a perfeição de sua natureza,”⁸⁶⁶ sendo a natureza do homem determinada por uma “consciência extra-cósmica”, ou seja, “Deus” (judaico-cristão). Assim, a moral é o conjunto de práticas normativas que levam o homem a se aproximar de Deus, espelho da perfeição humana. Por isso, para usar o verbete “Moralidade”; “tudo aquilo que promove a plenitude da natureza humana é moralmente bom; tudo aquilo que conspira contra essa plenitude é moralmente mau”.⁸⁶⁷ Seguir as normas e práticas compostas pelas “regras de boa educação, referentes especialmente, ao modo de falar, vestir-se, comer e comporta-se em público”⁸⁶⁸, e “Ser útil aos outros, vencer na vida pelo trabalho sério e honesto, são exemplos de desejos possíveis e nobres, que dar sentido a uma vida humana”,⁸⁶⁹ seriam “resultado de uma educação que se ensina as regras de bom-tom, a ponto de as executarmos com absoluta naturalidade.”⁸⁷⁰ Dessa educação resultaria “O homem reto e bem formado [que] aprendeu a dominar seus desejos, exercendo o controle de seus sentidos e da imaginação”⁸⁷¹ evitando-se assim, “Inúmeras frustrações e doenças mentais [que] se originam de maus desejos imprudentemente alimentados.”⁸⁷²

Essa distinção entre bem e mal, aliada ao controle dos desejos e impulsos primitivos, ajudaria os indivíduos na escolha entre práticas e normas saudáveis capazes de promover a “plenitude humana”. A isso se dava o nome “Consciência Moral”, a

Faculdade que o homem [e a mulher] tem de poder observar-se a si mesmo enquanto age, e de formular um juízo sobre a moralidade da ação que faz, está fazendo ou está para fazer. [...] Todos nós já fizemos a experiência de ouvir a voz da consciência. Quando agimos mal, alguma voz interior nos repreende, atesta a nossa malícia e assume o tom de uma advertência relativa à ação consumada,

⁸⁶⁶ Ibid., p. 333.

⁸⁶⁷ Ibid., p. 335.

⁸⁶⁸ Ibid., p. 81.

⁸⁶⁹ Ibid., p.150-151.

⁸⁷⁰ Ibid., p.81.

⁸⁷¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 150.

⁸⁷² Ibid., p. 150.

engendrando um estado psicológico penoso, que pode evoluir para um estado patológico. A solução não reside, entretanto, em fazer por abafar a voz da consciência, mas em evitar aquilo contra o que ela protesta.⁸⁷³

Dessa forma, “A consciência moral é a sensibilidade interior que garante a integridade de nossa natureza, a sua evolução plena e sadia, tanto assim que os homens [e mulheres] que perderam a consciência moral não só são anti-sociais, mas se desintegram rapidamente na degradação e no vício,”⁸⁷⁴ como pode ser lido dentro do verbete de “Consciência”. Essa degradação moral era entendida, de acordo com o verbete de “Depravação” como “o processo gradativo de corrupção dos costumes.”⁸⁷⁵ Instalava-se, assim, “pouco a pouco, no indivíduo, ou na sociedade, através de pequenas concessões ou acomodações, muitas vezes em nome da moda, e sempre em razão da falta de firmeza de princípios e covardia em face de pressões de grupo, ou de uma propaganda deletéria”,⁸⁷⁶ sentido similar à “corrupção moral” encontrado no verbete “Corrupção”. Corrupção moral seria “uma depravação progressiva dos costumes, pela qual um indivíduo, incapaz de impor princípios à sua vida, acaba por considerar sua vida normal válida.”⁸⁷⁷ Essa degradação, mencionada pelos autores da obra, seria uma forma de desprezar a Moral, sendo “sempre uma tentativa de racionalizar uma decadência ou degradação humana.”⁸⁷⁸ De forma geral, era o desrespeito das normas e comportamentos a partir da incapacidade de “impor princípios à sua vida” diante de agentes externos; moda, propaganda, pressão de grupo, etc.

Esse tipo de recurso estaria ligado à imoralidade, à “prática de maus costumes ou infração voluntária e consciente dos princípios morais. A amoralidade é a ausência de senso moral, que leva o indivíduo à impossibilidade de discernir entre os atos moralmente bons ou maus. Ela pode ser culposa, quando devida a extrema degradação moral.”⁸⁷⁹ Isso demandaria ações de “profilaxia moral” e “um constante autocontrole”, devido ao “grande o risco do contágio que conduz à corrupção moral, isto é, ao domínio absoluto dos instintos e caprichos sobre a vontade, o que acaba por arruinar totalmente o

⁸⁷³ Ibid., p. 106.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 106.

⁸⁷⁵ Ibid., p. 147.

⁸⁷⁶ Ibid., p. 147.

⁸⁷⁷ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 126.

⁸⁷⁸ Ibid., p.106.

⁸⁷⁹ Ibid., p. 335.

indivíduo.”⁸⁸⁰ Alguns indivíduos, na busca por “Libertação”, muitas vezes, segundo a equipe do jesuíta, recorriam a uma

Falsa libertação que se confunde com a libertinagem, caracterizada pelo desprezo à norma inerente à natureza do homem e das coisas. É uma libertação falsa porque, longe de conduzir à liberdade, submete a novas servidões. Quem pretende, por exemplo, se libertar da proibição do uso de entorpecentes, breve será uma ruína física e moral, dócil escravo de um vício tirânico.⁸⁸¹

O mal-entendimento do conceito de liberdade também, supostamente, influiria nas experiências sexuais dos jovens, produzindo efeitos negativos, como se pode apreender do trecho: “Acresce que uma distorção nos conceitos de liberdade e igualdade tem conduzido muitos jovens em nossos dias a experiências sexuais prematuras e culposas, de consequências daninhas para seu futuro.”⁸⁸² Por isso a castidade era tão importante. A castidade como “uma virtude moral que preserva o homem de qualquer complacência indevida com a satisfação sexual”.⁸⁸³ Dessa forma, para “Não cair no erro de considerar a liberdade sexual desenfreada como sinal de virilidade, levando os meninos ao complexo machismo.”⁸⁸⁴ o correto seria “Tanto os rapazes como as moças” darem “ao sexo a posição que lhe cabe no quadro da vida humana, com a compreensão e o respeito necessários à preservação dos valores morais dentro dos quais ele precisa estar situado, quer para a felicidade individual, quer para o bem da comunidade.”⁸⁸⁵ Além disso, a *Pequena Enciclopédia* defendia a superioridade do casamento monogâmico sobre os outros arranjos sociais de vínculos pessoais, o casamento monogâmico deveria ser a norma “não por uma simples questão de tradição, mas porque é a forma que melhor propicia a plenitude do amor em suas exigências personalistas.”⁸⁸⁶

A amoralidade, a degradação e a corrupção moral seriam fenômenos que, ao invés de produzir maior liberdade, escravizavam e arruinavam o indivíduo, para repetir o léxico presente na *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Dessa maneira, “A impostura dos devassos consiste em se apresentar como corajosos, libertos de todos os tabus. Na realidade, são covardes que abdicaram da luta interior e se tornaram escravos

⁸⁸⁰ Ibid., p. 126.

⁸⁸¹ Ibid., p. 307.

⁸⁸² Ibid., p. 183.

⁸⁸³ Ibid., p. 72.

⁸⁸⁴ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 183.

⁸⁸⁵ Ibid., p.183.

⁸⁸⁶ Ibid., p. 491.

de suas paixões, porque, de fato, só os castos são fortes.”⁸⁸⁷ Também se observa a mesma estratégia discursiva no verbete “Toxicomania”, apresentado como “a escravização ao uso de entorpecentes”⁸⁸⁸ e no verbete “vício”, em que “efeitos produzidos na esfera da ética, alterando no indivíduo o conhecimento e apreciações dos valores morais,” o tornariam “anti-social, escravo de seus impulsos inferiores.”⁸⁸⁹ Vício era, portanto, “A falha, o defeito moral, oposto da virtude moral; contudo não é qualquer ato moralmente defeituoso ou errado, mas sim o hábito, natural ou adquirido, que inclina ao mal moral, como a virtude é o hábito que inclina ao bem.” A redação continua:

[...] um hábito profundamente arraigado, que determina no indivíduo um desejo doentio de alguma coisa, que é ou pode ser nociva, por exemplo, o vício de beber, de fumar, dos jogos de azar, dos barbitúricos, etc. São em modo especial as substâncias tóxicas e narcóticos que determinam este estado; especialmente deletérios.⁸⁹⁰

Nesse esquema da *Pequena Enciclopédia*, “O caso mais grave [de amoralidade] é[ra] o da homossexualidade, mas outros tipos, como a masturbação, o fetichismo, o exibicionismo e a prostituição, também apresentam sérios problemas médicos e sociais”⁸⁹¹ As “amoralidades” consideradas graves restringiam-se assim ao campo das práticas sociais relativas à sexualidade.

Nessa visão, não há espaços para outras noções de moral, pelo menos, não é algo descrito nos verbetes. Ou é moral ou amoral, recaindo no maniqueísmo católico, apesar da ressalva de que “O mais pobre, degradado e viciado de todos os homens, ainda é, em si mesmo, objeto de respeito por parte dos outros homens. Sua indignidade como indivíduo não lhe tira a dignidade de ser humano.”⁸⁹²

Mas a moralidade ou a amoralidade, conforme o padre Ávila, “não tem, pois, apenas uma significação individual de aperfeiçoamento moral de cada um. Tem um imediato sentido social, porque dele depende diretamente o desenvolvimento e o progresso da Pátria.”⁸⁹³ O “Civismo”, impregnado da noção de dever, foi apresentado como a realização coletiva da busca pelo “fim” de uma comunidade, cidade, estado ou país. Civismo era, desta maneira,

⁸⁸⁷ Ibid., p. 72.

⁸⁸⁸ Ibid., p. 488.

⁸⁸⁹ Ibid., p. 505.

⁸⁹⁰ Ibid., p. 504.

⁸⁹¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 348.

⁸⁹² Ibid., p. 161.

⁸⁹³ Ibid., p. 159.

A atuação consciente e esclarecida do cidadão, no seio da comunidade, através do cumprimento dos deveres de cidadania e do seu esforço em contribuir para o progresso e engrandecimento de sua pátria. Caracteriza-se por uma atitude ativa de interesse e participação nos problemas da comunidade. Não é o gozo pacífico dos direitos assegurados por Ele, e a aceitação resignada dos deveres impostos também por lei, mas a vigilância permanente e a ação constante para que se consigam: obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulos aos valores sociais positivos, repressão aos elementos ou fatores sociais negativos, incentivo aos jovens para desenvolvimento harmonioso e sadio de sua personalidade, colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem ao bem-estar humano, e tantas outras formas de por, a serviço da comunidade, as experiências, habilidades, capacidades e dons de que se é portador.⁸⁹⁴

É no civismo que a proposta de desenvolvimento do Brasil se encontra com os aspectos culturais da agenda conservadora. Essa imbricação, novamente, leva às relações entre o trabalho no modelamento do caráter das pessoas e no potencial educativo do escoteirismo, ambos atravessados pela ideia de obediência. Há dois verbetes que estão conectados a essa lógica, os verbetes de “Deontologia”, ou Moral profissional⁸⁹⁵, e “Escoteirismo”.

Segundo a *Enciclopédia*, deontologia seria o “que é justo e conveniente que o homem faça, do valor a que visa e do dever ou norma que dirige o comportamento humano.”⁸⁹⁶ O termo é atribuído ao filósofo, jurista e moralista liberal Jeremy Bentham.⁸⁹⁷ É interessante que, como sugere a apresentação desse termo, ao longo do tempo, esse conceito foi adquirindo um sentido de moral ligado ao campo do trabalho. O termo de Bentham, nos anos 1960, estava vinculado com a moral das profissões.

⁸⁹⁴ Ibid., p.81.

⁸⁹⁵ No índice com a lista dos autores que participaram da confecção da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, há a referência de que o padre jesuíta Dinko Maravak foi responsável por Moral Profissional. Na enciclopédia não há um verbete com esse nome, então, acredito que se trate do termo Deontologia.

⁸⁹⁶ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 145.

⁸⁹⁷ O indivíduo, para Bentham, só tem direitos quando produz suas ações para o prazer da sociedade, no entanto, *It is in vain to talk of the interest of the community, without understanding what is the interest of the individual*. (É em vão falar do interesse da comunidade, sem entender o interesse do indivíduo). (BENTHAM, Jeremy Bentham. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Kitchener: Batoche Books, 2000, p.15. [tradução nossa] Na sua obra “*Introduction to the Principles of Morals and Legislation*”, publicada também em 1789, defende o “princípio de utilidade” como elemento orientador da conduta individual e social. O princípio de utilidade é composto pela moral voltada para o prazer das pessoas, pela avaliação em função das consequências da qualidade moral das ações ou das regras de ação e pela concepção de que o prazer das pessoas afetadas por um curso de ações deve ser maximizado, e o sofrimento minimizado. Por isso, é criticado pelos autores da *Pequena Enciclopédia* como utilitarista e hedonista. Para Bentham, a grande fonte de prazer do indivíduo são os “Bens” que as pessoas acumulam durante a vida, possibilitando a independência de decidir por si mesmo. Cf. SCHNEEWIND, Jerome B. *The Invention of Autonomy: A History of Modern Moral Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Assim, deontologia era “O estudo dos deveres próprios de cada profissão constitui[ndo] uma parte da moral”⁸⁹⁸ O utilitarismo e o hedonismo são criticados pelos autores da *Pequena Enciclopédia*, no pensamento moral de Bentham, mas suas considerações sobre a invenção da autonomia do indivíduo, não. Por ela perpassa parte das noções de moralidade contidas na obra. Essa noção, segundo o filósofo contemporâneo Jerome B. Schneewind (1998), ao analisar a obra de J. Bentham e investigar a emergência, no século XVIII, do que chamou de “invenção da autonomia”, deparou-se com uma perspectiva que, como ele afirma, “centrava-se na crença de que todos os indivíduos normais são igualmente capazes de viver juntos numa moralidade de autocontrole.”⁸⁹⁹ Entretanto, na tentativa de definição e delimitação do que são essas pessoas considerados “indivíduos normais” existe um longo e intenso acúmulo de conflitos, a história da luta pela diferenciação do “nós” dos “outros”. No século XVIII, esses pensadores que viam o mundo sobre essa ótica não concebiam todas as “pessoas” como iguais na capacidade de exercer a autonomia moral, ou seja, participar da vida social e pública. Para exercer essa autonomia, a pessoa deveria reunir dois atributos que se relacionavam: a capacidade de discernir e raciocinar (“virtude”); e a independência de decidir por si mesmo (“bens”/propriedade). Ambas deveriam estar presentes para que um indivíduo fosse considerado moralmente autônomo e apto a decidir e opinar na sociedade. Na ausência de uma ou de outra, as pessoas encontravam-se excluídas do universo dos indivíduos autônomos. Em outras palavras, para eles crianças, jovens e loucos, não tinham a “virtude”, enquanto os sem propriedade, escravos, criados e mulheres não tinham os “bens” necessários para a independência do decidir.

O “Escotismo” por sua vez, foi apresentado como um “método educacional e forma de vida” que consiste em “fazer o melhor possível para cumprir [...] deveres para com Deus e [...] a Pátria; ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião”.⁹⁰⁰ Esse método educativo tinha como objetivo criar “uma juventude física, moral e espiritualmente forte”⁹⁰¹ promovendo o “realismo sadio, tornando o menino e o rapaz, tais quais eles são e no seu idealismo sincero, apresentando como metas o domínio de si mesmo e a dedicação aos outros, através de uma vida simples e plena de contato com a

⁸⁹⁸ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p.159.

⁸⁹⁹ “[...] the belief that all normal individuals are equally able to live together in a morality of self-governance.” SCHNEEWIND, Jerome B. *The Invention of Autonomy: A History of Modern Moral Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 4. [tradução nossa]

⁹⁰⁰ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p.196-197.

⁹⁰¹ *Ibid.*, p.196.

natureza.”⁹⁰² Como mencionei anteriormente, o escotismo atravessava as propostas educativas desses intelectuais ligados ao IPES, à LDN e à ESG. No caso de Sônia Maria Saraiva Seganfreddo, ela havia sido Bandeirante. Mostrei a relação, inclusive econômica, do IPES com o movimento de escoteiros no Brasil nos anos 1960. No caso da ESG, especificamente, o general Moacir Araújo Lopes, destacado quadro dessa Escola, foi membro do conselho nacional da União dos Escoteiros do Brasil.⁹⁰³ A obediência, a disciplina e o militarismo, presentes nessa proposta educativa dos escoteiros, eram elementos considerados fundamentais pelos intelectuais que estamos analisando.

O escoteirismo unia tanto a "Educação Moral", entendida como a "formação de hábitos, atitudes e comportamentos impregnados do sentimento de dignidade da pessoa humana e da compreensão da influência que cada homem exerce no meio social, incentivando o senso de responsabilidade e a capacidade de escolha consciente, de modo a levar o indivíduo a um esforço para aprimorar suas qualidades e vencer seus defeitos, através do combate as próprias fraquezas e da luta pela conquista de ideias de valor mais alto.”⁹⁰⁴ com a "Educação para a cidadania", escrita na *Pequena Enciclopédia* seguindo a fraseologia do Seminário Educação para a Cidadania. Definida no livro como a educação voltada para “despertar e alimentar no indivíduo o amor à Pátria, o respeito às instituições, a compreensão do papel que cada um tem a desempenhar no seio da comunidade, o senso de responsabilidade em face dos problemas coletivos, o espírito de solidariedade e a preocupação pelo bem comum.”⁹⁰⁵

As juventudes são pensadas na obra segundo três características fundamentais: o descompromisso, o idealismo e a inexperiência. A juventude seria “descomprometida” por ser moldável, em termos ideológicos, valores e modo de vida. Essa impressão que esses intelectuais tinham da juventude pode ser conferida no trecho:

A juventude é interiormente liberta, porque não se comprometeu na trama, tantas vezes, indestrinçável, em que se envolve o adulto, trama de convenções aceitas, de obrigações assumidas, e de interesses absorventes; que prendem a programas, escravizam os horários e limitam as possibilidades de opção. Liberta, não só despida da ausência de vinculações definitivas a sistemas, regimes ou ideologias,

⁹⁰² Ibid., p.197.

⁹⁰³ LOPES, Moacir Araújo; *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira*: Conferências. [sem local], Capemi, 1975a.

⁹⁰⁴ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 181.

⁹⁰⁵ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 181.

mas também pela ausência de padrões de valores, de uma concepção e de um modo de vida estável expressa em hábitos cristalizados.⁹⁰⁶

O idealismo juvenil, com um sentido de sonho e utopia, derivava da “confiança que o jovem tem na vida, lhe permite visar alto, alimentar grandes e nobres aspirações. Nada lhe parece impossível, porque seus ideais não foram ainda amesquinados pelo senso de realismo e de praticabilidade da idade experiente.”⁹⁰⁷ Em um jogo de palavras que opõe idealismo e realismo, a primeira é apresentada como uma etapa em direção à segunda, resultado da maturidade. Não há uma crítica direta ao idealismo, mas a posição em relação ao realismo produz uma desqualificação.

A terceira característica é a inexperiência, “associada à incapacidade de compreender o valor de uma sabedoria, que só a vida e o tempo transmitem, e que se chama precisamente a experiência [...] Desconhece, ainda, as resistências ocultas do mecanismo social e não provou as decepções preparadas pela malícia e pela solércia.”⁹⁰⁸

A combinação das três categorias produz uma visão da juventude sem capacidade de decidir e de atuar politicamente. Ingênua, plástica e sonhadora, os jovens desconheceriam o real, que só seria revelado nas tramas da vida madura, dos laços familiares, dos vínculos de emprego, etc. Deveriam se submeter ao paternalismo ou tornar-se alvo da manipulação. Se colocássemos em termos da filosofia moral benthaniana, esses jovens não teriam a “virtude”, mesmo que alguns pudessem ter “bens”, sendo incapazes, portanto, de serem autônomos.

Por isso, a tarefa da juventude deveria ser se preparar para o porvir, estudando, “aproveitar seriamente o tempo preparando-se para desempenhar uma função vital a comunidade,”⁹⁰⁹ ainda mais em um “país subdesenvolvido, de recursos escassos, [onde] ser estudante é um privilégio que custa enormes sacrifícios à família e à Nação”.⁹¹⁰ O foco principal deveria estar nos estudos, mesmo sua relação com a política passava pelo estudo dos problemas: “Isso não significa que ele se deva alienar dos problemas sociais e políticos de sua pátria e do mundo. Tem, ao contrário, o dever de se interessar por eles, estudá-los com seriedade”, a participação de jovens no processo político era um ponto mais delicado, e deveria ser considerado algo importante na vida estudantil.

⁹⁰⁶ Ibid., p. 296-297.

⁹⁰⁷ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 296-297.

⁹⁰⁸ Ibid., p. 296-297.

⁹⁰⁹ Ibid., p. 209.

⁹¹⁰ Ibid., p. 209.

Estudantes e jovens deveriam “participar, em medida compatível com sua obrigação principal, em medida compatível com sua obrigação principal, como sua função essencial [estudar].”⁹¹¹ A atividade política desempenhada por estudantes e jovens era vista com ressalvas, pois poderiam “Trair a função de estudante pelo exercício de uma ação política prematura” e “comprometer a futura liderança do país” criando “uma geração de frustrados.”⁹¹² Além disso, poderia expôr jovens ingênuos à estudantes profissionais, aqueles “que explora[m] os direitos da classe[estudantil] e se exime[m] de seus deveres, em vista de uma função clandestina de caráter ideológico subversivo. Por meio de todos os expedientes, o estudante profissional procura perpetuar sua condição, para garantir a continuidade de sua ação.”⁹¹³

O verbete “Diretório Acadêmico” é o único que contém menção à UNE, uma organização considerada extinta oficialmente, mas que seguia suas atividades clandestinamente. Nesse verbete, há uma justificativa para a restrição da autonomia das entidades estudantis, consolidada com a Lei Suplicy de Lacerda. A lei que extinguiu e criminalizou a UNE teria sido necessária, conforme a enciclopédia, por incapacidade dos estudantes que haviam deixado

Que suas organizações caíssem sob o controle de uma minoria profissional que perverteu a pureza do idealismo primitivo. Acabaram por se tornar organismos de pressão política completamente alienados dos interesses de classe, substituíram preocupação agressiva e sincera em prol das reformas de ensino, por um programa sistemático de agitações estéreis, que, em algumas faculdades, chegava quase a paralisar toda a vida universitária.⁹¹⁴

Nesse trecho, é possível identificar semelhanças com a argumentação de Sônia Segnanfreddo sobre a UNE em 1963. Em ambos, a crítica é centrada na atuação dos estudantes ditos “democráticos”, aqueles sem vínculo com organizações de esquerda. Em uma atuação engajada em relação ao movimento estudantil, eles acabaram permitindo que a UNE caíssem em mãos erradas. Tais mãos usavam a entidade para cuidar de interesses externos ao que deveria ser o escopo de atuação de uma entidade estudantil, na visão de Segnanfreddo e do padre Ávila, pervertendo a pureza do idealismo primitivo de que os jovens deveriam ser portadores. Esse discurso também estava bastante alinhado com a tônica editorial dos livros e filmes do IPES, tais como “Deixem

⁹¹¹ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 209.

⁹¹² *Ibid.*, p. 209.

⁹¹³ *Ibid.*, p. 209.

⁹¹⁴ *Ibid.*, p. 167.

o estudante estudar”, que seguia a mesma linha argumentativa. Outro exemplo é a já mencionada entrevista do empresário ipesiano José Luiz Moreira de Souza, em setembro de 1963, em que ele defende que o profissionalismo no movimento estudantil seria um elemento de corrupção dos jovens, impedindo que os estudantes fossem “autênticos”, ou seja, “puros, idealistas e generosos”.⁹¹⁵ Essas falas demonstram um relativo grau de unidade sobre o rechaço conservador ao movimento estudantil no pré-1964 e o grau de legitimidade que a Lei Suplicy Lacerda gozava entre os ipesianos e os intelectuais com os quais o instituto mantinha estreita relação.

A Lei Suplicy de Lacerda teria sido uma intervenção necessária em 1964, mas deveria ser revista e modificada em 1967, certamente, por considerar que o momento crítico da “profissionalização” do movimento estudantil havia passado. Essa ideia de revisar a lei que criminalizava o movimento estudantil estava expressamente escrita na sentença: “Está na ordem do dia a revisão desta lei, no sentido de garantir aos órgãos estudantis maior autenticidade de representação.”⁹¹⁶ demonstra, novamente, certa independência do padre em relação à ditadura.

Os ensinamentos compilados na *Pequena Enciclopédia* buscavam conservar “aquela virgindade intelectual e aquela pureza do idealismo que fazem da juventude a mais bela fase da vida.”⁹¹⁷ Dito de outra maneira, era o culto à despolitização da juventude e uma visão restrita da atuação do movimento estudantil, tendo como princípio a incapacidade supostamente inerente à juventude de participar da vida política de forma ativa. Podemos considerar esse tipo de argumentação uma reação ao aumento da presença da juventude na vida social brasileira desde, pelo menos, os anos 1940, mas que se intensificou nos principais centros urbanos brasileiros no início dos anos 1960.

Outras publicações foram incentivadas e difundidas pelo próprio MEC, ou ainda pelo seu órgão de vigilância, DSI, como, por exemplo, em 1969, quando a divisão enviou para as universidades uma brochura sobre educação e civismo escrita pelo general Moacir de Araújo Lopes.⁹¹⁸ Naquele contexto, a ditadura militar já havia encarado, atemorizada, a multidão juvenil que havia tomado as ruas das principais capitais do país.

⁹¹⁵ Entrevista de José Luiz Moreira publicada no *Boletim Mensal IPES*, nº 14, ano II, Setembro de 1963, p.25

⁹¹⁶ ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1ª edição, 1967, p. 167.

⁹¹⁷ *Ibid.*, p. 296-297.

⁹¹⁸ Arquivo Nacional, Fundo Aesi/UFMG, cx 10, maço 17.

4 A RESPOSTA DOS IPESIANOS E DOS CONSERVADORES RELIGIOSOS A CONTESTAÇÃO DAS JUVENTUDES

4.1 O FÓRUM “A EDUCAÇÃO QUE NOS CONVÉM” E O PRIMEIRO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA DA GUANABARA COMO REAÇÃO A 1968

O restaurante popular onde estudantes faziam refeições e congregavam, o *Calabouço* ficava a algumas ruas de distância do prédio do MEC, muito próximo do Edifício Av. Brasil, onde, no décimo quarto andar, havia se alojado o IPES, e a algumas quadras da Embaixada Americana, onde estava organizada toda a estrutura das agências USAID e USIA no Brasil. Aquele restaurante era um verdadeiro centro de aglutinação juvenil na região central do Rio de Janeiro. Em 1967, quando o governo do Estado da Guanabara e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em reunião no Museu de Arte Moderna, anunciaram a urbanização daquela área da cidade, o *Calabouço* deveria ser extinto. Após a publicização do plano, em reação à proposta, os estudantes, majoritariamente secundaristas, saíram às ruas reivindicando o não fechamento do estabelecimento, chocando-se contra as tropas policiais em uma batalha campal. Diante da situação, o governador da Guanabara, Negrão de Lima, propôs a demolição do antigo *Calabouço* e a construção de um outro restaurante na Avenida general Justo, esquina com a Rua Santa Luzia. O novo restaurante foi uma vitória parcial, mas importante, dos movimentos juvenis carioca, e serviram para que eles acumulassem experiência política.⁹¹⁹ Em 23 de março de 1968, quando estudantes se preparavam para uma pequena passeata na frente do restaurante, a polícia chegou ao local de forma violenta, invadiu o restaurante e o comandante da tropa, o aspirante Aloísio Raposo, disparou seu revólver à queima roupa, matando o estudante secundarista de origem paraense Edson Luís. Benedito Frazão Dutra, também estudante, foi atingido no peito por um segundo projétil, disparado durante a confusão. Além dos dois jovens, um porteiro do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) foi ferido por uma bala e se tornou a terceira vítima fatal daquela desastrosa ação policial, entre outros feridos.⁹²⁰

O que era um simples protesto, que talvez nem fosse registrado pelos jornais cariocas de circulação nacional, evoluiu rapidamente, devido à truculência policial, para

⁹¹⁹ THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage. 1966.

⁹²⁰ LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Duhan, Duke University Press, 2013.

uma contestação mais ampla. O episódio ensejou uma onda de protestos que colocaria a ditadura em estado de alerta. Neste capítulo, debatarei as reações da igreja e dos ipesianos diante de tais protestos, que deram o tom à conjuntura política de 1968 no Brasil. Como solução para “o problema da juventude”, propostas foram reapresentadas com o objetivo de influir nas políticas da ditadura a partir de então.

A ideia de uma classe trabalhadora e de uma juventude ociosa era o elemento da argumentação em favor da moral laboral em tempos de instabilidade política. Entre 1950 e 1960, apesar do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescer a uma taxa média anual de 7,38%, uma das fases de crescimento mais expressivo no século passado, chamado de Milagre Econômico.⁹²¹ Porém a taxa de desemprego subiu entre 1950 e 1960, causado, segundo os economistas como Fernando Augusto Mansor de Mattos, pelo expressivo crescimento da população, principalmente em idade ativa, do crescimento da produtividade média por trabalhador em decorrência da introdução de novas tecnologias na atividade produtiva.⁹²²

Quando a crise entre setores das juventudes e a ditadura se agravou, em 1968, novamente organizados em um conclave, setores das elites intelectuais, políticas e econômicas resgataram ideias que compreendiam a baixa integração entre as instituições educacionais e os setores produtivos, a pouca cultura para os negócios entre os jovens brasileiros e a necessidade de discipliná-los, ao mesmo tempo em que se ofereceram oportunidades no mundo produtivo. O IPES reagiu à conjuntura de protestos e buscou contornar o momentâneo atordoamento da ditadura convocando um novo conclave sobre educação: o fórum “A Educação que nos Convém”.

O fórum “A Educação que nos convém” é considerado um dos momentos singulares para o debate sobre educação durante a ditadura. Há um consenso entre os pesquisadores⁹²³ que ele lançou as bases da reforma universitária e do Movimento Brasileiro de Alfabetização,⁹²⁴ apesar da reforma universitária aparecer em documentos anteriores como no livro “Reformas que nos convém” (1963). Não por acaso repete-se o

⁹²¹ Foi o crescimento econômico ocorrido no Brasil entre os anos de 1968 à 1973. Nesse período ocorreu uma aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

⁹²² MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *Emprego Público no Brasil: Aspectos Históricos, Inserção no Mercado de Trabalho Nacional e Evolução Recente*. In: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1447/1/TD_1582.pdf acessado em 24 de out. 2021.

⁹²³ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. A educação que nos convém: A reformulação do ensino e o golpe na educação durante a ditadura civil-militar. *Revista RBBA*, Vitória da Conquista-BA, v.5, n. 1-2, Julho, 2016; e CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política-ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*, v. 9, n. 2, 2007.

⁹²⁴ Programa conhecido como Mobral, criado pela ditadura militar em 1968 para alfabetização de adultos.

“que nos convém” nos nomes de ambos. Mas concordo que o fórum constitui-se como o espaço privilegiado para a observação do projeto empresarial para a educação brasileira durante a ditadura militar.⁹²⁵ Isso se deve, em minha interpretação, ao fato de esse fórum ter sido o ponto final do processo de mudança do instituto em direção à sua afirmação como *think tank* dedicado aos temas educacionais.

As jornadas estudantis de 1968 também suscitaram entre os setores que sustentavam a ditadura debates sobre a educação. Buscando entender os anseios juvenis, entidades religiosas, dentre elas a Igreja Católica, igrejas protestantes e o Instituto Judaico, buscaram organizar o Primeiro Congresso de Educação Religiosa da Guanabara, apoiado pela secretaria estadual de educação, com a finalidade de reintroduzir o ensino religioso em todas as escolas. Essa era uma tentativa, ao menos para a Igreja Católica, de reposicionar sua relação com a ditadura para obter vitórias no campo educacional e cultural.

4.2 O IPES, A “LINHA CHINESA” E O HIATO ENTRE AS GERAÇÕES

Pontualmente às 17:30h, em 23 de julho de 1968, no edifício Av. Central, em tom de gravidade, o líder ipesiano Haroldo Poland abriu a sessão da reunião do Conselho Orientador do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, tecendo um breve comentário sobre o tema da conferência que seria proferida por Cândido Guinle de Paula Machado.⁹²⁶ Cândido Guinle havia retornado recentemente daquela que seria apenas uma costumeira estadia na “Cidade Luz”, Paris. O prazeroso passeio pela *Champs-Élysées*, torre *Eiffel*, pelos tradicionais cafés, pelos esplendorosos jardins e

⁹²⁵ Cf. SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981; CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política-ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*, v. 9, n. 2, 2007; SAVIANI, Dermeval. *O Legado Educacional do Regime Militar*. Cad. Cedes, v. 28, n. 76, 2008; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. *Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutorado [Educação], Campinas-SP, 2016; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. A educação que nos convém: A reformulação do ensino e o golpe na educação durante a ditadura civil-militar. *Revista RBBA*, Vitória da Conquista-BA, v.5, n. 1- 2, Julho, 2016; BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado [História Social], Rio de Janeiro, 2018; BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Estado restrito (1964-1967)*. Apresentação no 30 Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife. 2019; BORTONE, Elaine de Almeida. Ação política do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) através de documentários. *Outros Tempos*, v. 11, n.17, 2014; CAMPOS, Renata Azevedo. *O golpe de 1964 e o empresariado da Educação: Um Estudo a partir do movimento de intelectuais no Ministério da Educação e Cultura*. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado [Educação], Niterói, 2020.

⁹²⁶ *Ata da Reunião do Conselho Orientador*. 23/07/1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.OFU.21, p.13

parques parisienses na primavera europeia, no entanto, sofreram interferência com o desabrochar de uma onda de protestos que começaram com a ocupação da reitoria da Universidade de Nanterre, espalharam-se pelo *Quartier Latin*, bairro de ruas apertadas onde está localizada a Sorbonne, ganhando em seguida o apoio da classe trabalhadora francesa e chegando às fábricas em todo país, internacionalizando-se e entrando, por fim, para o rol de polêmicas historiográficas e da memória social do século XX. Nem mesmo o país modelo dos ipesianos, o conservador Japão e sua estrita moralidade, escapou da "rebelião juvenil".⁹²⁷ O "Dr. Cândido" havia sido "testemunha ocular" da "crise estudantil ocorrida na França" e utilizava aquele encontro para aplacar a curiosidade e compreender aquela experiência que crescia e amedrontava os conservadores, também em solo nacional. Na sala de reunião do IPES, repleta de ilustres rostos conhecidos,⁹²⁸ contou o que suas retinas registraram com espanto. Em sua explanação, dividiu os episódios em três tópicos: "A revolta estudantil", "A greve do operariado" e "A atuação do governo" de Charles De Gaulle.⁹²⁹ Em seguida, "o conferencista apresentou uma crítica interpretando os acontecimentos, e extraiu dos fatos algumas conclusões [não especificadas em ata]. Ressaltou sobretudo a incapacidade de previsão dos rumos da crise, revelada pela imprensa francesa".⁹³⁰

Quando os fatos narrados por Cândido Guinle sobre os protestos na França reverberaram nas paredes da sala do IPES e na cabeça dos ouvintes que ali estavam, os protestos no Brasil iniciados após a repressão de 23 de março de 1968 ao restaurante *Calabouço* já haviam ocorrido. Em julho de 1968, os setores estudantis brasileiros estavam em pleno processo de enfrentamento de massas contra a ditadura militar.⁹³¹ O relato de Cândido Guinle no IPES em julho, assim como os informes do psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva que residia nos EUA sobre a contestação juvenil

⁹²⁷ NAGAZAKI, Hiroshi. "On the Japanese '68" In: WALKER, Gavin (org.). *The Red Years: Theory, Politics, and Aesthetics in the Japan' 68*. London, New York: Verso Book, 2020; GERTEIS, Christopher. *Mobilizing Japanese youth: the Cold War and the making of the sixties generation*. Ithaca: Cornell University Press, 2021; SCHIEDER, Chelsea Szendi. *Coed Revolution: The Female Student in the Japanese New Left*. Durham: Duke University Press, 2021.

⁹²⁸ A reunião estava cheia. Além de Harold Poland e Cândido Guinle de Paula Machado, estavam presentes: José Duvivier Goulart, general Heitor Herrera, Osvaldo Tavares, Fernando Machado Portella, Edmund Falcão da Silva, Nelson Parente Ribeiro, Rubem da Fraga Rogério, Tony Bahia, Carlos Henrique Schneider, general Fernando Montagna Meirelles, coronel Mauricio Felix da Silva, Ézio Alves Ferreira, Sinay Neves, Jose Garrido Torres, e Décio de Abreu.

⁹²⁹ *Ata da Reunião do Conselho Orientador*. 23/07/1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.OFU.21, p.13

⁹³⁰ *Ata da Reunião do Conselho Orientador*. 23/07/1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.OFU.21, p.13

⁹³¹ LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Durham, Duke University Press, 2013; MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, Papirus, 1987.

naquele país, impactaram na percepção de alguns atores sobre as turbulências estudantis no Brasil. Os relatos de Pacheco e Silva, que também mantinha relações com o IPES, alimentaram, por exemplo, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid,⁹³² enquanto os de Cândido Guinle chegaram rapidamente na alta cúpula militar. Ou seja, havia uma rede nacional e transnacional intelectual e política, formada por empresários, religiosos e militares, de orientação conservadora de direita e extrema direita, que facilitava a circulação de relatos sobre os protestos estudantil pelo mundo e de uma agenda anticomunista moralizadora. Além disso, as ideias, imagens e sons que circulavam entre as juventudes por meios dos veículos da imprensa também alimentavam o imaginário conservador. Apesar de considerar a transnacionalidade dos eventos, seja entre a juventude ou entre os conservadores ipesianos, convém mencionar João Quartim de Moraes ⁹³³ que, ao reconstruir a cronologia política dos embates de 1968, mostrou que no Brasil os conflitos e a emergência da juventude como “problema” começaram antes que a imprensa sudestina repercutisse os acontecimentos na França.

De fato, a circulação transnacional de imagens, sons e ideias entre os jovens foram fundamentais para provocar conexões aspiracionais e desabrochar as experiências juvenis em 1968. Como defende Valéria Manzano⁹³⁴ foi “A partir de um repertório transnacional de sons e ideias” que as juventudes “moldaram uma política cultural [...] e, por outro, iconoclasticamente rejeitou os componentes autoritários e repressivos da dinâmica da modernização sociocultural.”⁹³⁵ Enquanto isso, de forma complementar, Victoria Langland ⁹³⁶ apontou que as conexões aspiracionais “transnacionais de 1968 tiveram um papel fundamental no movimento estudantil no Brasil, impactando as ações,

⁹³² Sobre a relação entre Pacheco e Silva e Alfredo Buzaid, ver COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill, UNC Press, 2016. p.91-94

⁹³³ MORAES, João Quartim de. *A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas*. Tempo Social, São Paulo, v. 1, n.2, 1989, p.138.

⁹³⁴ MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

⁹³⁵ “Drawing on a transnational repertoire of sounds and ideas, rockers shaped a cultural politics that on the one hand led to ward “modernizing” masculinity (by endorsing values such as companion- ship and egalitarianism, for example) and, on the other, iconoclastically rejected the authoritarian and repressive components of the dynamics of sociocultural modernization.” MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014. p. 18.

⁹³⁶ LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013.

pensamentos e respostas dos alunos, pois, inevitavelmente, desempenharam um papel na mobilização estudantil em todo o mundo.”⁹³⁷

Aceitar a dimensão transnacional desse fenômeno, no entanto, é muito diferente de partilhar a visão conspiratória dos órgãos de repressão e dos ipesianos. Os órgãos da repressão brasileira viam nessas conexões aspiracionais juvenis, um movimento conspiratório articulado internacionalmente.⁹³⁸ Para o diretor do DOPS, Lucídio Arruda, como mostrou Langland, em entrevista à imprensa sobre a morte do estudante Edson Luís, "Os alunos estão sendo comandados por estranhos, que preparam essas agitações e depois desaparecem." Esses “estranhos” faziam parte de uma articulação internacional de comunistas: “Eles [os estudantes que protestavam] são comunistas, e eles estão fazendo a mesma coisa em vários países, como Uruguai, Chile e Itália.”⁹³⁹ Em julho de 1968, como mostrou Antonio Mauricio Brito, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) se reuniu duas vezes, reinando nesses encontros a tese de que a “contestação era promovida por centros externos”.⁹⁴⁰

A visão conspiratória do IPES aparece nos comentários sobre os “distúrbios” no centro do Rio de Janeiro já no mês de abril. Mais precisamente em 5 de abril, quando Dr. Ézio Alves Ferreira, responsável por gerir o terceiro PERT, espécie de curso técnico profissionalizante organizado pelo IPES em parceria com o MEC, relatou na reunião da diretoria do instituto, o “comparecimento integral de todos os assistentes que tinham projetos a entregar, apesar dos distúrbios que ocorriam no centro da cidade”⁹⁴¹ na noite anterior. A menção sobre os acontecimentos ensejou a discussão sobre “distúrbios” na reunião. A diretoria do IPES fez uma retrospectiva “dos acontecimentos da semana” e

⁹³⁷ “[...] the transnational dimensions of 1968 played a fundamental role in the student movement in Brazil, having an impact on students’ actions, thinking and responses, as they inevitably played a role in student mobilization worldwide.” LANGLAND, Victoria. *Il est Interdit d’Interdire: The Transnational Experience of 1968 in Brazil*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v. 17, n. 1, 2006, p.78. [tradução nossa]

⁹³⁸ LANGLAND, Victoria. *Il est Interdit d’Interdire: The Transnational Experience of 1968 in Brazil*. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v. 17, n. 1, 2006; LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013; e BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “A subversão pelo sexo”: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia Historia*. v. 36, n. 72, 2020.

⁹³⁹ “DOPS director Lucidio Arruda said, ‘Students are being directed by outsiders, who prepare these agitations and then disappear.’ Linking these fears to the international situation, he went on, ‘They are Communists, and they’re doing the same thing in various countries, like Uruguay, Chile, and Italy.’ LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Durham: Duke University Press, 2013, p. 129. [tradução nossa]

⁹⁴⁰ BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “A subversão pelo sexo”: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia Historia*. v. 36, n. 72, 2020, p. 864.

⁹⁴¹ *Ata da Reunião da Diretoria*, 5 de Abril de 1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.20, p.14.

identificou que os protestos dos jovens secundaristas eram resultados da aplicação da “orientação da linha esquerdista chinesa e [da] sua infiltração no meio estudantil.”⁹⁴² Ao menor sinal de mobilização em oposição à ditadura, o velho repertório era retomado, para explicar e simplificar a complexa realidade que emergia e ameaçava.

As direitas acreditavam que os protestos eram fruto da infiltração, que se combinava ao diagnóstico da “crise de geração”. A crise entre as gerações seria, assim, um facilitador da infiltração do comunismo. Os dois processos, a infiltração e a crise de geração, aconteceriam de forma simultânea, fortalecendo-se de forma simbiótica. Combinava-se uma visão paranóica da expansão do comunismo com a tese da crise entre as gerações, fruto “da leitura fatalista, que considera a divergência e a incompreensão como produtos inerentes à relação entre velhos e jovens.”⁹⁴³ Os “velhos” ipesianos e parte da juventude da época estavam convencidos que o fenômeno representava uma “ruptura” entre filhos e a geração de seus pais. “Velhos no poder jovens no caixão” frase escrita em uma faixa durante o enterro de Edson Luis é autoevidente nesse sentido. Demonstra como os setores juvenis envolvidos na dinâmica dos protestos, em alguma medida, também partilhavam desse axioma, ou pelo menos utilizavam-no como *slogan*.

Fabiana de Souza Fredrigo e Laura de Oliveira (2008), ao analisarem o maio de 1968, defendem que o evento e as leituras historiográficas produzidas em torno dele serviram para aumentar a mitificação dos jovens e a ideia de conflito intergeracional. Essa visão mítica que enfatiza a “geração de 1968” como promotora exclusiva de uma ruptura histórica, não contribui para um maior entendimento dos protestos e nem para a compreensão da solidariedade entre diferentes setores, notadamente estudantes e trabalhadores, na construção das jornadas de lutas. Esses fenômenos ocorridos no final dos anos 1960 são apenas um dos momentos de um longo processo, envolvendo a própria formação da identidade juvenil no pós-guerra, como apontou Leerom Medovoi.⁹⁴⁴ Muitos dos dramas, das angústias, da “geração de 1968” eram também compartilhados por jovens no início dos anos 1950. Mesmo assim, havia algo novo nos movimentos de 1968 e em sua aposta na revolução das subjetividades que não passou despercebido aos olhares contemporâneos mais atentos.

⁹⁴² *Ata da Reunião da Diretoria*, 5 de Abril de 1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.20, p.15.

⁹⁴³ FREDRIGO, Fabiana; OLIVEIRA, Laura de. História e Memória em torno de 1968: Do poder sem imaginação à imaginação do poder. *História Revista*. Goiânia, v.13, n.1, jan/jun. 2008. p.129.

⁹⁴⁴ MEDOVOI, Leerom. *Rebels: youth and the cold war origins of identity*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

A ditadura sabia que lidava com algo ameaçador; o barulho que vinha das ruas não lhe agradava. Já em 5 de abril, os ipesianos argumentavam sobre “a necessidade de uma modificação na prioridade que o governo atribui[a] ao Ministério da Educação para obter a tranquilidade necessária ao desenvolvimento do país.”⁹⁴⁵ Tranquilidade e MEC eram duas coisas que não andavam juntas em 1968, como poderiam? Em 6 de fevereiro, o general Waldemar Turola pediu ao ministro Tarso Dutra “a suspensão das subvenções às universidades que se negar[issem] a devolver o atestado de ideologia”⁹⁴⁶ expedido pela DSI-MEC “devidamente preenchido, com a declaração da ideologia e ligações políticas dos funcionários.”⁹⁴⁷ O documento era exigido “inclusive na Pontifícia Universidade Católica, onde vários padres têm-se negado a preencher o atestado”,⁹⁴⁸ destacou o jornalista, com algum espanto. Enquanto isso, nos corredores do Ministério da Educação, os funcionários eram “perseguidos quando não tem proteção dos chefes”,⁹⁴⁹ segundo relato anônimo de um dos funcionários da Diretoria do Ensino Superior, “onde o coronel Justino, assessor do general Turola, exerce[u] severa fiscalização”.⁹⁵⁰

A busca por um controle sobre os protestos juvenis também foi debatida em outros segmentos que apoiavam a ditadura. O documento final da convenção da ARENA (partido conservador de sustentação institucional, criado a partir do AI-2, que extinguiu o pluripartidarismo, entre 25 e 27 de junho de 1968) também expressava preocupação com a juventude e os estudantes, apontando a necessidade de compreender melhor a juventude e de produzir reformas educacionais que pudessem colocar a universidade em prol do desenvolvimento nacional.

Para entender melhor a inquietação dos jovens, é preciso perceber a necessidade de que as universidades brasileiras sejam capazes de lidar com as exigências do nosso desenvolvimento. Por isso, consideramos urgente reformar as universidades e revisar a educação em todos os níveis, para ajustá-las à nova situação da nação. Também é

⁹⁴⁵ *Ata da Reunião da Diretoria*, 5 de abril de 1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL0.OFU.20, p.15.

⁹⁴⁶ O “atestado ideológico” em questão foi introduzido pelo presidente da DSI-MEC, Gen. Waldemar Turola em 1967. Esses atestados eram preenchidos pelos diretores de faculdades e institutos das universidades públicas e encaminhados para alimentar o sistema de informação do SNI. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁹⁴⁷ “Ideologia poderá cortar subvenção de Universidades”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6/02/1968, p.1.

⁹⁴⁸ “Ideologia poderá cortar subvenção de Universidades”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6/02/1968, p.1.

⁹⁴⁹ “Ideologia poderá cortar subvenção de Universidades”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6/02/1968, p.1.

⁹⁵⁰ “Ideologia poderá cortar subvenção de Universidades”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 6/02/1968, p.1.

imprescindível que as autoridades, em todos os níveis, disponham de somas cada vez maiores para garantir e acelerar o desenvolvimento educacional no Brasil.⁹⁵¹

A fala do ministro do planejamento João Paulo dos Reis Veloso também ia nessa direção. Em declaração concedida para o jornal *Correio da Manhã*, em julho de 1968, em meio à crescente mobilização de jovens e no bojo da formação do grupo de trabalho da Reforma Universitária, o ministro declarou à imprensa que:

Evidentemente, não se pode fazer uma “reforma universitária” em 30 dias. O que será feito será o aproveitamento dos estudos e trabalhos existentes, dando-se uma sistemática aos trabalhos para a implementação da reforma.⁹⁵²

Foi a partir desse tipo de avaliação, de que era preciso dar uma nova orientação às políticas educacionais e tentar controlar a educação de uma forma mais sofisticada, que os membros do IPES começaram a debater a construção de um novo “Fórum da Educação”, também como uma maneira de subsidiar o grupo de trabalho da reforma universitária. Para Maria Inez Salgado de Souza, “O grupo de dirigentes do IPES sentiu a necessidade de participar mais agressivamente, ou mais concretamente da solução da crise educacional e colocou-se nos moldes antigos da entidade, à testa de um trabalho pressionador do Estado”⁹⁵³ Essa participação “mais agressiva” do IPES se deve tanto à conjuntura como à metamorfose pela qual o instituto havia passado, cuja consolidação se deu através do fórum. A experiência anterior foi resgatada. Além disso, o próprio IPES, como mostrado anteriormente, havia se transformado, ampliando consideravelmente suas atividades no campo da educação e da capacitação da mão de obra, coisas que, para os ipesianos, eram quase sinônimas.

Em junho, ao passo que os protestos se intensificavam nas ruas do país, os ipesianos corriam para elaborar o “Anteprojeto” do fórum da educação. Em 9 de junho, o conselho orientador debateu o evento e ponderou sobre “o risco de contar com a participação e universitários como debatedores”.⁹⁵⁴ José Garrido Torres, ligado à PUC, havia proposto a participação estudantil no fórum por meio de uma seleção a partir de

⁹⁵¹ ARENA: *National Convention Declaration of Principles*, Correspondência do escritório da Embaixada Americana de Brasília para o Departamento de Estado, em 19 de julho de 1968. Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:341600/>. Acesso em: 05 out. 2018.

⁹⁵² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1968, p.4.

⁹⁵³ SOUZA, Maria Inez Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.79.

⁹⁵⁴ *Ata da Reunião do Conselho Orientador*, 09/07/1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.OFU.21, p.10.

uma lista indicada pelos diretórios centrais das universidades. No entanto, Torres foi voto vencido, aprovando-se “a tese formulada pela diretoria e expressa no projeto,”⁹⁵⁵ que apontava para o caminho da cautela e da não representação dos jovens nas mesas e nos painéis do evento. Todo risco de amplificação dos “distúrbios” deveria ser considerado. Isso não significou, entretanto, que alguns poucos jovens não tenham participado do evento como audiência. Entre as 134 pessoas que participaram do fórum, pelo menos quatro eram estudantes universitários.⁹⁵⁶ Em 10 de outubro, quando se iniciaram formalmente as atividades do Fórum de Educação, no auditório do IPES, segundo o boletim do instituto, participaram desse primeiro momento “altas personalidades do ensino e dos meios empresariais”, e também “representantes dos diretórios estudantis.”⁹⁵⁷ Os ipesianos adotaram a postura de não colocar estudantes como debatedores, mas convidá-los de forma seletiva para que o evento não parecesse completamente apartado da realidade.

Seguindo o modelo do seminário anterior: sobre responsabilidade do grupo de educação do IPES, constituiu-se um grupo de trabalho que elaborou um anteprojeto. Em seguida, coletaram e divulgaram “informações para a redação de um documento sobre - A EDUCAÇÃO QUE NOS CONVÉM”⁹⁵⁸ entre os associados e parceiros e, por fim, as conferências aconteceram na sede do IPES entre 10 de outubro e 14 de novembro de 1968.

O IPES, em reiterada parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, convenceu o Jockey Club do Rio de Janeiro, presidido por Francisco Paula Machado (irmão de Cândido Guinle de Paula Machado) a financiar o Fórum *A Educação que nos convém*. O Jockey Club forneceu a quantia pleiteada pelos ipesianos, o montante de NCr \$ 5.000,⁹⁵⁹ para cobrir as despesas “até a redação do documento

⁹⁵⁵ *Ata da Reunião do Conselho Orientador*, 09/07/1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.OFU.21, p.10.

⁹⁵⁶ Os estudantes Ivan Benedito Kemp e Anael da Silva Barbosa foram discriminados com a sigla “EU” de Estudante Universitário. Fernanda Gurjan e Nelson Machado foram designados com “MUD” de Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). Além, dos quatro universitários há uma sigla específica para Projeto Rondon, “PR”, o que pode denotar que esses também eram estudantes universitários. Cf. SOUZA, Maria Inês Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, apêndice.

⁹⁵⁷ *Boletim do IPES*, n.2, outubro 1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.CDI.8, p.4.

⁹⁵⁸ *Boletim do IPES*, n.2, outubro 1968. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: QL.0.CDI.8, p.4.

⁹⁵⁹ Em fevereiro de 1967, esse montante equivalia a US\$ 1845,02 (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21/02/1967). Em 1968, esse montante equivalia a 14,5 vezes o salário médio mensal no Brasil, de NCr\$ 344,66. Cf. MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. *História do Brasil recente 1964-1992*. São Paulo: Ática, 2004, p. 23.

final”.⁹⁶⁰ Como destacou o pesquisador Celso Carvalho, “O simpósio reuniu intelectuais, militares, ministros de Estado, além de vários empresários. Todos os participantes possuíam, à época, ou em momentos anteriores ao simpósio, algum vínculo com a educação ou se interessavam por ela”⁹⁶¹. Os envolvidos no fórum “Compareceram à sede do IPES no dia e hora, sem qualquer remuneração ou indenização, abandonando seus afazeres e empenhando-se, às vezes, em dispendiosas e longas viagens para trazerem a sua palavra ao papel, os ilustres conferencistas⁹⁶² e debatedores⁹⁶³ por ele convocados,”⁹⁶⁴ salientou Glycon Paiva na apresentação do livro resultante do Fórum, publicado pela agência de Análise e Perspectiva Econômica (APEC), organização ligada ao IPES.

A dinâmica dos debates era a seguinte: o conferencista apresentava suas considerações e depois os debatedores faziam questionamentos. Essas questões também foram gravadas e disponibilizadas no livro publicado em 1969. As conferências estavam organizadas em onze eixos: “objetivos e métodos da educação”, “estrutura do sistema educacional”, “a tríplice expansão: demografia, tecnologia e democracia”, Educação e Desenvolvimento Econômico”, “Estrutura da Universidade”, “Zoneamento e localização do Ensino superior no Brasil”, “Universidade, Tecnologia, Empresa”, Financiamento do Corpo discente e o Banco de Educação”, “Vinculação da Universidade e da Empresa”, Fundamentos para uma Política Educacional Brasileira”.

⁹⁶⁰ Correspondência entre H. Cecil Poland e Francisco Paula Machado, presidente do Jockey Club do Rio de Janeiro. 23 de julho de 1968, Rio de Janeiro, Fundo IPES, Arquivo Nacional, código: QL.0.COR.15, p.187.

⁹⁶¹ CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política- ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*. v.9, n. 2, 2007, p. 374.

⁹⁶² Cândido Antônio Mendes de Almeida (empresário da educação); Clemente Mariani Bittencourt (ex-Ministro da Fazenda, da Educação e banqueiro); Fernando Bastos de Ávila; Lucas Lopes; Luiz Gonzaga do Nascimento Silva (empresário, advogado, professor universitário e presidente do Banco Nacional da Habitação); Nair Fortes Abu Merhy (professora universitária de instituição privada e membro do CFE); Paulo de Assis Ribeiro (ipesiano locado no MEC); Raymundo Padilha (político historicamente ligado ao integralismo); Roberto Campos (Ministro do Planejamento); Suzana Gonçalves (ex-diretora da Capes e consultora da Capes); Theóphilo de Azevedo Santos (ipesiano, professor da UFRJ e banqueiro).

⁹⁶³ Debatedores convidados: Francisco Leme Lopes (Padre Jesuíta da PUC); Glycon Paiva (IPES); Golbery do Couto e Silva (IPES e Forças Armadas); Heitor Moreira Herrera (IPES e Forças Armadas); João Paulo de Almeida Magalhães; Julian Chacel (FGV); Laercio Moura (reitor da PUC); Leônidas Sobriño Porto (PUC e Faculdade de Filosofia Santa Úrsula); Luiz Victor D’Arinos Silva (IPES); Mario Henrique Simonsen (FGV); Maurício Joppert da Silva (IPES); Oscar de Oliveira (IPES); Oswaldo Tavares Ferreira (IPES); Paulo Affonso Horta Novaes (PUC); Peri Porto (IPES); Nair Fortes Abu Merhy; Paulo de Assis Ribeiro (IPES); Alvanir Bezerra de Carvalho; Carlos Affonso Migliora; Clemente Mariani Bittencourt; Maria Tereza Camargo da Motta; Rubem Maciel (Médico); Guilardo Martins Alves (reitor da UFPB, médico do Exército e Esguiano); Lindolpho de Carvalho Dias (Diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada); Victor Silva (APEC) e Cândido Guinle de Paula Machado (IPES).

⁹⁶⁴ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p. II.

As elites orgânicas organizadas no IPES, entendendo o momento delicado pelo qual passava o governo e convencidos internamente da proporção da “rebelião juvenil” no mundo, puseram-se em movimento. O evento foi uma ação reativa dessas elites para melhor entender o momento, apontando possíveis saídas e tentando abrir diálogo com a juventude, com o intuito de estabilizar a situação, que se apresentava como caótica. Há um consenso entre os pesquisadores⁹⁶⁵ sobre o caráter reativo desse evento, como afirmou Maria Inêz Salgado de Souza:

Em 1968, devido ao recrudescimento dos movimentos estudantis no País, a partir de abril, coincidindo com a grande vaga das revoltas despertadas para a necessidade de se encontrarem soluções que pusessem um fim à crise, que encaravam como perturbadora da estabilidade social.⁹⁶⁶

A própria apresentação do padre Fernando de Bastos Ávila, na abertura do evento, diante da ampla cobertura dos veículos da mídia,⁹⁶⁷ evidenciou a correlação entre o evento e os protestos que enchiam as ruas de jovens estudantes, artistas, intelectuais, trabalhadores e até padres e freiras, ao som coletivamente cantado da canção de Geraldo Vandré. Diante de um moderno gravador colocado cuidadosamente sobre a mesa de madeira, o padre afirmou que o problema é que “tudo é questionado e tenho a impressão que o aspecto fundamental da crise em que vivemos com a juventude é precisamente essa problematização radical.”⁹⁶⁸ Aquele, no entanto, não era uma particularidade brasileira, “Não creio que se trate de um fenômeno específico do Brasil,”⁹⁶⁹ nem restrita àquela geração. Como lembrou o padre, “Sempre houve entre as gerações um certo hiato, uma certa distância, uma certa hostilidade mesmo, característica da idade da emancipação, de afirmação da personalidade dos jovens,”⁹⁷⁰ numa tentativa de imputar o caráter conflituoso à juventude. O que parecia específico ao

⁹⁶⁵ Cf. CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política- ideológica da burguesia na década de 1960. *EccoS Revista Científica*. v.9, n.2, 2007; SOUZA, Daniela Moura Rocha de. *Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Universidade Estadual de Campinas, tese de doutorado, Campinas-SP, 2016; SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

⁹⁶⁶ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981, p. 77.

⁹⁶⁷ O evento contou com uma ampla cobertura na imprensa. Basta dizer que o *Correio da Manhã*, *Diário de Associados*, *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *O Jornal*, *Jornal do Comércio*, *O Paíz*, *Tribuna da Imprensa* e *TV Excelsior*, foram até o Edifício Avenida Brasil para cobrir o evento. Lista de Pessoas que compareceram. Cf. SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981, Apêndice.

⁹⁶⁸ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.1.

⁹⁶⁹ *Ibid.*, p.1.

⁹⁷⁰ *Ibid.*, p.1.

jesuíta era “que hoje se questiona o próprio denominador comum de certos valores aceitos pelas duas gerações. A contestação se fazia no plano menos profundo das convenções e dos hábitos sociais que eram postos em problemas e contra os quais se insurgiam as novas gerações.”⁹⁷¹ Para o padre, “a especificidade desse hiato entre as gerações [...] que condiciona o nosso relacionamento com a juventude” era ele “próprio denominador comum posto em problema, este denominador comum dos valores entre as gerações. A geração moderna faz questão de contestar certos valores que, à nossa geração, parecia absolutamente inquestionáveis como a base indispensável de qualquer sistema ou de qualquer regime.”⁹⁷²

Figura 31 - Padre Fernando de Bastos Ávila na Abertura do fórum “Educação que nos convém”, na sede do IPES.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro.

Diante desse diagnóstico sobre a crise das gerações, o padre Ávila pensava que uma educação adequada deveria solucionar esse “hiato” geracional. Para isso, a educação não deveria ser domesticadora, “A educação não tem como objetivo domesticar uma população”.⁹⁷³ Essa era a educação promovida pelo bloco socialista, na visão do sacerdote, que produzia outro tipo de crise, pois, “à medida em que o nível cultural de suas populações foi se elevando, estes [população dos países do bloco socialista] chegaram a um momento em que começaram a questionar o próprio regime que as mantêm enquadradas dentro de limitados horizontes culturais.”⁹⁷⁴

⁹⁷¹ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.1.

⁹⁷² *Ibid.*, p.1.

⁹⁷³ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.1.

⁹⁷⁴ *Ibid.*, p. 2.

Além disso, “O objetivo da educação nacional não pode ser também puramente beletrista ⁹⁷⁵ e decorativo,” ⁹⁷⁶ como era parte significativa da educação brasileira, segundo o conferencista, “Basta[ria] ver a enorme proliferação de faculdades, que apenas iniciam o aluno numa certa versatilidade verbal, sem dar-lhe a possibilidade de atuar diretamente sobre um processo histórico, sobre uma realidade.”⁹⁷⁷ Para ele, “Esse tipo de educação produziria uma população que, segundo a sua expressão corrente em certas áreas, seria uma população completamente alienada” ⁹⁷⁸ e “que se situa muito mais num plano de certo charme verbal, do que do contato direto com a realidade.” ⁹⁷⁹ Caso o Brasil insistisse nessa orientação da educação, conduziria “a uma inevitável satelitização com relação às grandes áreas metropolitanas do saber, da ciência e da cultura. Essa educação só poderia fornecer ao Brasil a turba dos exatores e dos publicanos⁹⁸⁰ da ocupação cultural.” ⁹⁸¹

Nem domesticadora, nem beletrista-decorativa e nem puramente tecnicista; segundo o jesuíta, “o objetivo da educação nacional não é o preparo da população, seu treinamento e habilitação para desempenhar um papel num processo, no nosso caso, um processo desenvolvimentista.” ⁹⁸² Essa visão estaria amplamente difundida no ambiente universitário brasileiro e havia se constituído como uma antítese da educação beletrista e decorativa. No entanto, para o conferencista, esse tipo de educação “já é[ra] questionado”. Dessa maneira, a educação não teria “como objetivo preparar o homem para ser agente de um determinado processo, mesmo que se trate do processo de desenvolvimento, tarefa tão vital, desafio tão decisivo para o Brasil em que vivemos”.⁹⁸³ Essa crítica do padre ao tecnicismo advinha da tentativa de incorporar aspectos dos protestos à sua perspectiva, como fica evidente no trecho:

Hoje a crítica a esse objetivo se difunde rapidamente no nosso meio universitário que faz eco à denúncia formulada por um líder estudantil alemão: ‘As nossas universidades não se podem transformar em

⁹⁷⁵ O padre chamava de “beletrista e decorativo” o tipo de educação que, nos textos ipesianos de 1964, parecia sob a referência de “humanistas”. O cuidado em preservar o termo “humanístico” se deve ao fato de que a igreja absorveu o termo como uma palavra para comunicar sua doutrina, independente de liberalismo e marxismo.

⁹⁷⁶ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.2.

⁹⁷⁷ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁷⁸ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁷⁹ *Ibid.*, p. 2.

⁹⁸⁰ Cobradores de impostos durante o Império Romano.

⁹⁸¹ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.2.

⁹⁸² *Ibid.*, p.2.

⁹⁸³ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p. 2.

fábricas de idiotas especializados'. Uma educação, vinculada exclusivamente a um processo de desenvolvimento e tendo como objetivo preparar especialista para esse mesmo desenvolvimento, não teria possibilidade de formar aqueles que seriam capazes de assumir o próprio processo educativo da nação como objetivo de uma reflexão crítica.⁹⁸⁴

Apesar de usar a fala dos estudantes para contestar a educação tecnicista, o objetivo da educação, segundo o jesuíta, seria “preparar o homem para, através do uso responsável de sua liberdade, torna-se agente eficaz da promoção de sua comunidade.”

⁹⁸⁵ Axioma modernista autoritário muito parecido ao do general Moacir Araújo Lopes, cuja “Liberdade, realmente, só pode ser conferida ao homem sem grandes riscos, quando ele dispõe de um instrumento interior de autocontrole, que leve a usá-la com integral respeito aos direitos de outrem e ao bem comum.”⁹⁸⁶ O uso “responsável da liberdade” era basicamente uma chave explicativa utilizada pelos conservadores para se contrapor aos protestos de 1968.

Para estabelecer o uso responsável da liberdade entre as gerações mais jovens e na população em geral era necessário “em primeiro lugar, uma exigência de promoção de valores morais através da educação”.⁹⁸⁷ Novamente uma educação orientada pelo moralismo seria o elemento que harmonizaria a equação. A contestação por parte das juventudes seria reflexo de um processo educativo que

[...] dissocia completamente a educação enquanto processo de ensino, enquanto processo de formação intelectual, enquanto processo de educação moral. Esse dualismo compromete os objetivos de uma educação nacional, no sentido que permite equipar de recursos intelectuais, científicos, técnicos e culturais um número cada vez maior de pessoas sem a responsabilidade moral para saber usar todo esse equipamento dentro dos fins da educação nacional.⁹⁸⁸

Com isso, o jesuíta avaliava que aquele era justamente o momento de agrupar a formação intelectual e o adestramento moral. Nas suas próprias palavras: “Abre-se aqui o campo para uma linha de reflexão importante, que buscasse integrar a formação moral no próprio processo curricular da promoção do ensino”⁹⁸⁹ Quem poderia se opor

⁹⁸⁴ Ibid., p. 2.

⁹⁸⁵ Ibid., p. 2.

⁹⁸⁶ LOPES, Moacir Araújo. *Bases Filosóficas-Constitucionais da Educação no Brasil*. 1969. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1969, p. 33.

⁹⁸⁷ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.2.

⁹⁸⁸ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.3.

⁹⁸⁹ Ibid., p. 3.

a essa proposta do padre Fernando Bastos de Ávila era o movimento estudantil que, conforme criticou o padre jesuíta, achava “absolutamente anódina qualquer reforma, qualquer tentativa de reflexão sobre os objetivos e métodos da educação nacional, desvinculada de uma contestação global ao regime.”⁹⁹⁰

Após sua fala, quando indagado por Julian Chacel se a contestação não se vincularia mais ao tipo de sociedade que aos valores que lhe dão embasamento, o jesuíta respondeu da seguinte maneira:

[...] o tipo de sociedade não responde às aspirações, porém ao mesmo tempo este tipo de sociedade é um dos valores tradicionais, incluídos na crise global de valores. Se fosse apenas posto em questão o tipo de sociedade, porém houvesse uma permanência na aceitação dos valores fundamentais, de qualquer cultura, a crise seria bem menos grave. A crise, no entanto, vai até a base, atingindo os valores fundamentais da cultura que vivemos. Há mesmo, entre os que participam da contestação, os que aceitam o tipo de sociedade atual, e os que o contestam não são apenas os membros da chamada juventude de esquerda.⁹⁹¹

Além disso, concordou que

[...] nas faculdade com cursos técnicos que exigem maior teor de tenacidade na formação, a tensão contestatória é mais baixa, o que por si só não vincula o processo ao tipo de sociedade; por outro lado, as faculdades de filosofia não chegaram a constituir um centro de criatividade de especulação filosófica, tendo sua missão se concentrado no objetivo pragmático de formação de professores de nível secundário, sem porém realizá-la, pois não formam um número suficiente para atender a demanda do ensino de nível médio, e a maioria dos diplomados não segue a carreira do magistério.⁹⁹²

Sem querer diminuir as ciências humanas, da qual o padre e sociólogo era nativo, acabou concordando que cursos de caráter técnico e imbricado à dinâmica do mercado de trabalho capitalista estavam menos envolvidos no processo de contestação. Reforçou velhas crenças, partilhadas pelos ipesianos, presentes nas já mencionadas formulações de Humberto Grande e no *Documento Básico* do “Simpósio para a Reforma da Educação”.

Em suma, o padre desejava a conciliação entre o “humanismo” e o “pragmatismo desenvolvimentista”, entre a formação intelectual e o adestramento moral. A própria produção intelectual do padre era marcada por esse esforço em produzir sínteses entre complexos filosóficos opostos como o liberalismo e o marxismo,

⁹⁹⁰ Ibid., p. 4.

⁹⁹¹ Ibid., p. 7.

⁹⁹² INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, p.7.

que o havia levado a propor o solidarismo⁹⁹³. Mas, assim como no caso do solidarismo, as sínteses no padre no plano educacional nunca tendiam em direção à esquerda; eram sínteses cujo propósito subentendido era manter o *status quo*.

Enquanto a leitura do padre enfatizava o "hiato geracional", Glycon Paiva, então vice-presidente do IPES, manteve na apresentação do livro resultado do fórum a perspectiva conspiracionista sobre os protestos de 1968, justificando assim a intervenção violenta das forças repressivas da ditadura contra as pessoas que protestavam. Os protestos seriam "planejados" e "calculados", como é possível ler no trecho:

Sabe-se hoje pela abundante literatura que o analisa, que o *chienlit*, movimento estudantil que estourou em Paris na Primavera de 1968, foi planejado para repercutir em todo o Mundo, sob forma de manifestações semelhantes, que ocorriam nos diferentes países com defasagem conveniente, de modo a arma-se gigantesco movimento político-ideológico. No Brasil, despontou no início do segundo semestre daquele ano. Terminou por constitui-se um dos motivos da aplicação de medidas excepcionais a que o Governo Federal se obrigou a lançar mão para restabelecer a ordem, calculadamente perturbada.⁹⁹⁴

Assim, ao solucionar o problema que legitimava as manifestações, o arcaísmo no ensino, as manifestações perderiam parte da sua potência. Atendidas as demandas estruturais e materiais, os protestos desapareceriam ou perderiam importância, pensavam eles. Essa solução se chamava "reforma na educação" e deveria ser orientada para o mercado de trabalho. Isso já seria suficiente para acalmar os ânimos, acreditavam os ipesianos. Tentando, dessa maneira, lidar com o problema das manifestações como algo exclusivamente educacional, "o setor econômico e politicamente dominante julgava que as causas dos protestos estudantis estariam ligadas ao ensino arcaico e deficiente, incapaz de preparar os jovens para a vida prática."⁹⁹⁵ O banqueiro Glycon de Paiva, então vice-presidente do IPES, deu provas escritas dessa crença:

Porque se certos pontos característicos da educação que nos convém pudessem ser encontrados, hierarquizados, e coordenados em diretrizes de ação, torna-se ia mais fácil explicá-la ao povo e aos estudantes e certamente permitiria roubar à agitação algumas razões de permanência.⁹⁹⁶

⁹⁹³ ÁVILA, Fernando Bastos. *Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1963.

⁹⁹⁴ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, Apresentação - I.

⁹⁹⁵ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981, p. 78.

⁹⁹⁶ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969, Apresentação -III.

Além de atuar como um mediador de conflitos no curto prazo, propondo medidas que pudessem dialogar com a opinião pública, com parte dos estudantes e da comunidade acadêmica, provocando o esvaziamento dos movimentos, a função do evento era propor um projeto de educação que possibilitasse “preparar a mocidade para a vida de seu tempo, propósito essencial da Educação, em obediência ao seu programa que é servir ao desenvolvimento social da Empresa Brasileira”⁹⁹⁷ a longo prazo. Não por acaso, o mesmo Glycon Paiva, membro do conselho da PUC-RJ, “sugeriu a criação pela universidade, de um Centro permanente capaz de apresentar ao aluno que inicia o estudo universitário as perspectivas do mercado de trabalho e do exercício de sua profissão quando o curso estiver concluído”⁹⁹⁸ Além da PUC-RJ, essa iniciativa deveria articular-se através do IPES e do MUDES, como fica nítido no trecho:

“No tocante aos entendimentos com o MUDES, o Dr. Paulo [de Assis Ribeiro] apresentou a minuta de uma proposta que seria apresentada àquela entidade, visando à constituição de um órgão central no IPES que coordenaria as pesquisas procedidas na PUC e no campo do mercado de trabalho, com o objetivo de criar soluções na universidade para o problema da formação de técnicos e cientistas requeridos pela atual sociedade brasileira.”⁹⁹⁹

Porém, não foi possível detectar o funcionamento dessa iniciativa na documentação a qual tive acesso. Localizei apenas um convênio entre o MUDES e a PUC-RJ nos anos 1990, em um programa destinado a conceder 35 bolsas para projetos de alunos nas áreas de informática e computação dentro do Programa de Recursos Humanos de Alto Desempenho (PRHAD).¹⁰⁰⁰

O fórum “A Educação que nos convém” se responsabilizou por apresentar propostas e contribuir para o debate sobre a iminente reforma universitária, como apresentou Maria Inêz Salgado de Souza¹⁰⁰¹. Depois de uma análise minuciosa dos discursos presentes no fórum, a pesquisadora identificou uma orientação geral entre os participantes: a ideia de uma educação prática e instrumentalista voltada para o trabalho e para o mercado. A educação brasileira deveria, apesar das ressalvas apresentadas pelo

⁹⁹⁷ Ibid., Apresentação -III.

⁹⁹⁸ *Diário de Notícias*. 30/05/1968. seção 1, p.11

⁹⁹⁹ *Ata da reunião da diretoria de 20 de Setembro de 1968*. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO. QL.0.OFU.22, p.12.

¹⁰⁰⁰ Assinatura de convênio entre a PUC-Rio e a Fundação Mudes, 22 de julho de 1993. Núcleo de Memória da PUC-RJ.

¹⁰⁰¹ SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *O IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981

padre Fernando Bastos de Ávila, “ser antes de mais nada um instrumento a serviço do desenvolvimento econômico, através da formação de recursos humanos ou força de trabalho”¹⁰⁰². Acrescento a essa a ideia, a noção de controle cultural e comportamental que deveria ser inculcada na juventude brasileira e que apresento ao longo deste trabalho.

Em linhas gerais, o fórum explicitou a visão das elites orgânicas do IPES sobre a educação. Uma visão tecnicista que reforçava a universidade como um *ethos* privilegiado na sociedade brasileira. Reforçou-se uma educação estratificada, parte voltada para formar uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e a constituição da formação de quadros preparados para desempenhar o papel de elite intelectual. Para Celso Carvalho, “o evento deu mostras de quais eram as preocupações e os interesses que nutriam setores da classe dominante,”¹⁰⁰³ bem como “reforça o caráter do IPES como uma instituição orgânica das classes dominantes”.¹⁰⁰⁴ Mas a grande contribuição do fórum de 1968 foi mesmo retomar todo acúmulo do debate da reforma educacional travado ao longo dos anos anteriores, bem como propor as linhas mestras do que viria a ser a reforma.

O “Simpósio de Reforma da Educação”, em 1964, havia sido um ponto importante no redirecionamento do instituto. Sua própria natureza se transformou nesse processo, resultando num órgão capaz de gestar planos, propostas e programas e munir o regime militar de conteúdos para execução de ação governamental. Por isso, discordo das análises que consideram que “foi no Fórum *A educação que nos convém* em 1968, que ficou mais explícita a visão pedagógica defendida pelo IPES”¹⁰⁰⁵. Essa perspectiva decorre de uma análise bastante restrita do que foi a experiência do IPES entre 1964 e 1968, ignorando os convênios, cursos e acordos construídos com o MEC, a PUC e a CAPES no emblemático ano de 1968. Como mostrou Renata Azevedo Campos¹⁰⁰⁶, o IPES, entre 1964 e 1968, produziu uma ocupação do MEC tendo em vista a educação superior, o médio técnico, a educação industrial e os programas de alfabetização de

¹⁰⁰² Ibid., p. 87.

¹⁰⁰³ CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política- ideológica da burguesia na década de 1960. *Eccos Revista Científica*. v.9, n. 2, Julho/Dezembro, 2007, p. 371.

¹⁰⁰⁴ Ibid, p. 384.

¹⁰⁰⁵ SOUZA, Daniela Moura Rocha de. *Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutorado [Educação], Campinas-SP, 2016, p. 84.

¹⁰⁰⁶ CAMPOS, Renata Azevedo. *O golpe de 1964 e o empresariado da Educação: Um Estudo a partir do movimento de intelectuais no Ministério da Educação e Cultura*. Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado [Educação], Niterói, 2020.

adultos.¹⁰⁰⁷ O IPES também organizou seus próprios processos formativos: o PERT, o *Curso Superior de Estudos Financeiros* (CURSEF), os *Cursos Sobre a Realidade Brasileira*; o *Curso Superior de Atualidades Brasileiras* (CSAB), *Curso de Preparo do Empresário para o Progresso*¹⁰⁰⁸ e o *Curso de Educação para o Desenvolvimento*¹⁰⁰⁹. Nesse sentido, o fórum “A Educação que nos convém” foi resultado do acúmulo político e cultural de experiências anteriores, como o “Simpósio da Reforma de Educação”, de 1964, a interação entre o IPES e o *Committee of Economic Development*, do enraizamento no âmbito do Estado de figuras construídas a partir da relação entre o IPES e a ESG, no MEC, e das transformações ocorridas no interior do instituto.

A metamorfose dessa instituição fica explícita na palestra final de Theophilo de Azevedo Santos sobre a “vinculação entre universidade e empresa”. Segundo ele, o foco do simpósio, era “fornecer um subsídio às instituições e autoridades” para que elas pudessem resolver questões, por meio de “medidas a serem adotadas, dentro de uma visão prospectiva a ser assumida, em face desse magno problema [Educação brasileira]”. Nessa fala final de Theophilo de Azevedo Santos sobre o vínculo entre universidade e empresa estavam as bases da tática de combater a suposta desordem, a contestação, a radicalidade, a ociosidade e a subversão, através da defesa da moral do trabalho. A mesma tática levou o instituto, em 1967, a assinar uma parceria com o MEC para iniciar o Curso Superior de Estudos Financeiros, em nível superior, com participação de acadêmicos de universidades americanas.¹⁰¹⁰ O CURSEF chamou atenção de estrangeiros, como é possível depreender da carta e da contribuição de NCr\$ 2.500 enviada por *Price Waterhouse Peat and Co.*, multinacional prestadora de serviços nas áreas de auditoria e consultoria, para o IPES, em 14 julho de 1969.

Com base em nossas discussões com o Sr. Schieneman e nossa preocupação com a educação empresarial no Brasil, ficamos impressionados com seus esforços no ano passado em relação à CURSEF [Curso Superior de Educação Financeira]. O sucesso futuro deste curso deve preencher uma necessidade crítica que nós, assim

¹⁰⁰⁷ O MOBREAL, fundado em 1967, teve seu efetivo funcionamento em 1970, quando foi coordenado por Mário Simonsen, banqueiro e economista vinculado ao IPES.

¹⁰⁰⁸ Plano do Curso de Preparo do Empresário para o Progresso. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, Código: BR RJANRIO. S7, CX 319, PT1, p.97.

¹⁰⁰⁹ Plano do Curso de Educação para o Desenvolvimento. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, Código: BR RJANRIO. S7, CX 319, PT1, p.94.

¹⁰¹⁰ Correspondência ADM0102/1969, Rio de Janeiro, novembro de 1969. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: NA.RJ.QL.0.COR.17,p.261.

como outras empresas profissionais e de negócios, temos atualmente.¹⁰¹¹

Na promoção dessa orientação para o trabalho e para o mercado, o IPES contou com ajuda financeira e de recursos humanos de empresas internacionais, muitas vezes com a mediação do CED. Também havia interesse de multinacionais, que se instalavam no mercado nacional no processo de integração do Brasil à economia global capitalista, em promover a qualificação da mão de obra.

A moral laboral que as elites orgânicas tentaram implantar deveria tornar o Brasil menos suscetível às artimanhas do suposto inimigo interno financiado por Moscou para desvirtuar as juventudes brasileiras. Além da função de defesa, essa moral laboral deveria modernizar o país, produzindo uma nova mentalidade na classe trabalhadora e nas classes responsáveis por gerir o capital. O modelo a ser seguido eram os Estados Unidos da América, que também se interessavam por medidas nessa direção, como podemos depreender da relação do IPES com o CED.

Um dos elos entre o Fórum de Educação do IPES e o grupo de trabalho da Reforma Universitária foi o padre Fernando Bastos de Ávila – personagem analisado no capítulo anterior. Exatamente ele, o difusor do “solidarismo”, autor de textos anticomunistas difundidos pelo IPES em ambientes eclesiásticos e nas universidades católicas, também autor e organizador, em 1967, do livro *A Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* censurada pela DSI-MEC, na pessoa do general Walter Turola, mais tarde liberada sobre a chancelaria do general Moacir de Araújo Lopes. No fórum, o padre havia apresentado os princípios norteadores do projeto, sob a palestra “Objetivos e métodos da educação brasileira”, e em seguida foi um participante ativo da proposta da Reforma Universitária. Além dele, os ipesianos estavam também representados no grupo de trabalho da Reforma Universitária, segundo a historiadora Elaine de Almeida Bortone, através das figuras de Tarso Dutra, ministro da Educação, Antônio Moreira Couceiro (presidente do CNPq), João Paulo dos Reis Velloso (representante do

¹⁰¹¹ Correspondência entre Price Waterhouse Peat & Co. e o IPES ver BR.AN.RJ.QL.0.COR,16,p.64. “Based on our discussions with Mr. Schieneman and our concern for business education in Brazil, we have been impressed by your efforts this past year in connection with CURSEF. The future success of this course should fill a critical need which we as well as other professional and business firms have at the present time. If in the future we can provide assistance, please let us know. Meanwhile, in a more tangible manner, we are pleased to enclose our contribution for NCr\$2.500.” [tradução nossa]

Ministério do Planejamento), prof. Newton Sucupira (CFE), e Aroldo Leon Peres (deputado).¹⁰¹²

Figura 32 - Padre Fernando Bastos de Ávila, primeiro à direita, em uma reunião do GT da Reforma Universitária, provavelmente em 1968.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*.

O IPES conseguiu influenciar largamente os formuladores que integraram o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Por meio da publicação dos debates do fórum, o instituto fez com que a visão ipesiana prevalecesse nas universidades brasileiras a partir da década seguinte, como afirmou a pesquisadora Daniela Moura Rocha de Souza¹⁰¹³.

Usando táticas típicas do IPES, o grupo de trabalho da Reforma Universitária mobilizou os anseios e a linguagem difundidos na sociedade naquela conjuntura para projetar reformas que contemplassem os interesses das elites orgânicas e do capital multinacional. Incorporaram pautas políticas estudantis, como o fim das cátedras, e as adequaram ao seu modelo educacional liberal, tecnicista e conservador, sem tocar em questões fundamentais para os estudantes, como o acordo MEC-USAID.¹⁰¹⁴

¹⁰¹² BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado[Historia Social], Rio de Janeiro, 2018, p. 261.

¹⁰¹³ SOUZA, Daniela Moura Rocha de. *Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas-SP, 2016.

¹⁰¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

4.3 A TENTATIVA ARCAICA DO I CONGRESSO DE EDUCAÇÃO ECUMÊNICA DA GUANABARA

“Falta hoje, na educação média e superior, um ensino religioso que mostre o quanto a religião tem para dar,”¹⁰¹⁵ afirmou o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara ¹⁰¹⁶, após a apresentação do Coral dos Professores de Educação Municipal do Estado da Guanabara ¹⁰¹⁷, para a plateia de “500 professores de religião - católicos, protestantes e israelitas” ¹⁰¹⁸ que lhe ouvia atentamente entre as cadeiras de madeira e as sacadas cuidadosamente ornadas com madeira talhada, no suntuoso teatro municipal do Rio de Janeiro, na tarde de sexta-feira de 29 de novembro de 1968, durante a sessão de encerramento do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara (Fig. 33).¹⁰¹⁹

Figura 33 - Cardeal Dom Jaime Câmara (à esquerda) e Gonzaga Gama (seguinte) na cerimônia de encerramento do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara.



Fonte: *Manchete*. Rio de Janeiro, 21/12/1968. p.212.

¹⁰¹⁵ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/11/ 1968, 2 seção, p. 7.

¹⁰¹⁶ Não confundir com o deputado da Arena por Goiás Jaime Câmara. Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaime-de-barros-camara>. Acesso em: 25 fev. 2019.

¹⁰¹⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, seção 2, p. 7.

¹⁰¹⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p. 18

¹⁰¹⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29/11/1968, p. 3.

Em meio à presença do governador Francisco Negrão de Lima¹⁰²⁰, membro do Partido Social Democrático (PSD), do secretário de Educação da Guanabara, o professor Gonzaga da Gama, do pastor Ramalho Cerqueira Leite, do rabino Israel Cohen e do padre e então diretor da Divisão de Educação Religiosa, Carlos Alberto Navarro, o cardeal Dom Jaime Câmara impôs sua liderança e sua capacidade de articulação, mobilizando a imprensa e antigos aliados como o IPES e a CAMDE, para dar peso político e visibilidade ao I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara. O evento foi amplamente divulgado na imprensa, figurando nas páginas do *Jornal do Brasil*, do *Diário de Notícias* e até mesmo nas páginas da poderosa revista *Manchete*, do Grupo Bloch, com estreita relação com o IPES.

Como visto no capítulo anterior, as temáticas voltadas para o comportamento juvenil tornavam-se cada vez mais um assunto de natureza militar, principalmente após 1967, com o aumento da presença de militares no Ministério da Educação. Em 1968, os militares reagiram às manifestações de rua, intensificando o controle sobre a temática moral e cívica e aplicando o programa cultural da Doutrina de Segurança Nacional, como afirmaram Ana Rita Fonteles Duarte¹⁰²¹. Os militares passaram gradualmente a ocupar os espaços cuja temática orbitava em torno da temática moral ou juvenil, como afirmou Suzeley Kalil Mathias:

[...] é nos setores ligados à disciplina Educação Moral e Cívica que a presença militar é notada. No MEC, durante todo o período pesquisado, as comissões e departamentos ligados a essa disciplina são dirigidos por membros das Forças Armadas.¹⁰²²

O episódio da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* foi, com efeito, um desses momentos simbólicos da militarização da agenda moral. É verdade que, apesar da boa relação da alta cúpula católica com os militares, as relações entre os religiosos e

¹⁰²⁰ Encerramento do 1º Congresso de Educação Religiosa no Teatro Municipal. APERJ, Rio de Janeiro, 29/11/1968. Código: BR RJ APERJ AID.NL.CE.1161. Biografia de Francisco Negrão de Lima disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Negrão_de_Lima. Acesso em: 25 fev. 2019.

¹⁰²¹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura* – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLET_OANPUH2013.pdf acessado em 17 nov. 2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar*: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. In *Diálogos*, v.18, n. 1, 2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Homens e mulheres contra o inimigo*: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). in *Simpósio Nacional de História*– ANPUH, Anais do XXVI, São Paulo, julho 2011.

¹⁰²² MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia*: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação (1963-1990). São Paulo, Editora Unesp, 2004, p.209.

a ditadura militar vinham se tornando cada vez mais espinhosas, com setores importantes da igreja colaborando e construindo a oposição, inclusive armada. Como defende Ney De Sousa, “No final dos anos 1960 e início da década de 1970, setores da hierarquia começaram a mudar seu posicionamento frente à ditadura militar confrontando-se com as atitudes desumanas promovidas pelas ações militares e paramilitares.”¹⁰²³

Apesar disso, o momento era perfeito para pressionar a ditadura militar para “encontrar fórmulas que permitissem o aumento do número de professores de ensino religioso,”¹⁰²⁴ pauta que unificava católicos, protestantes e judeus. Afinal, as informações do exterior que se avolumavam nas colunas e ocupavam espaços cada vez maiores na mídia brasileira geravam espanto e apreensão nas autoridades, nutrindo o pânico moral nos setores conservadores. A juventude se rebelava, diziam as manchetes dos jornais.

As denominações protestantes mantinham uma relação bastante alinhada aos governos militares, “[...] em sua maioria, mobilizaram-se, inclusive politicamente, para contrapor-se a movimentos políticos de esquerda”,¹⁰²⁵ como demonstrou o historiador Adroaldo Almeida. Estas “[...] afinidades eletivas entre o conservadorismo protestante e a ditadura militar produziram convergências ideológicas e cooperação efetiva das instâncias eclesiais com as autoridades e governos militares.”¹⁰²⁶ Havia também, entre eles, um pequeno número de dissidentes.¹⁰²⁷

Sobre os religiosos judeus no Brasil, o sociólogo Bernardo Sorj afirma, levando em consideração os judeus ortodoxos e sefaradim (oriundos da Espanha, norte da África e Oriente Médio), que “Houve a contribuição de brasileiros judeus, ou judeus brasileiros, judeus que querem ser brasileiros”¹⁰²⁸ com a ditadura militar. Diferente dos estudos que enfatizam o papel dos judeus seculares brasileiros na luta contra a ditadura

¹⁰²³ SOUZA, Ney de. *Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a Ditadura militar*. Franciscanum, número 166, vol LVIII, 2016, p. 381.

¹⁰²⁴ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, 2 seção, p. 7.

¹⁰²⁵ ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *Pelo Senhor, Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

¹⁰²⁶ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências In: ZACHARIADHES, G. C.(org). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador, Edufba, 2009, p. 49.

¹⁰²⁷ SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências” In: ZACHARIADHES, G. C.(org). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador, Edufba, 2009; FERREIRA, Muniz. “Os religiosos progressistas e a crítica à política econômica ditatorial nos primórdios do cristianismo da libertação no Brasil” In: CARDOSO, C; CARDOSO, L. (orgs.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017.

¹⁰²⁸ Fala de Bernardo Sorj no seminário “Judeus, militância e resistência à ditadura militar”, realizado em 21 de maio 2014 no Instituto de História da UFRJ.

militar,¹⁰²⁹ entretanto, ainda são escassos os estudos sobre a colaboração de judeus religiosos com o regime.

Fato é que setores judaicos vinham se aproximando da cúpula católica e dos setores civis que apoiavam a ditadura. É possível perceber essa aproximação, por exemplo, no convite à doutora Regina Fritz Feigl, engenheira química da PUC-RJ, de origem polonesa, benfeitora de diversas instituições brasileiras e responsável pela construção do Edifício Avenida Central, onde ficava a sede do IPES, para fazer parte do instituto. Ela foi classificada no rol de “Israelitas praticantes”¹⁰³⁰, para compor o conselho consultivo, chamado de Conselho de Desenvolvimento (CODES), da Pontifícia Universidade Católica-RJ, ao lado de outras importantes figuras políticas civis no apoio à ditadura, como os ipesianos Glycon Paiva e Harold Poland.¹⁰³¹

Católicos, protestantes e religiosos judeus juntos: aquela conjuntura específica foi capaz de reuni-los num mesmo espaço para formular pautas que pudessem apontar saídas para aquilo que parecia ser uma crise geracional e de valores. Para o professor católico Edio Cardoso, também palestrante do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara, “A situação religiosa no Brasil [...] se encontra no estado de uma verdadeira situação missionária,”¹⁰³² o que atestava a gravidade e urgência com que a situação era vista.

Naquele ano, as revoltas e contestações que vinham sendo noticiadas pelos variados veículos de comunicação pareciam ter chegado ao Brasil. O ano de 1968 foi, antes de tudo, um ano em que os militares enfrentaram o medo conspiratório com as contestações dos trabalhadores, das organizações de luta armada, e de estudantes. Os trabalhadores de áreas que concentravam parte importante das indústrias brasileiras, Osasco (SP) e Contagem (MG), instituíram um significativo processo de mobilização com pelo menos três grandes greves (duas em Osasco e uma em Contagem). Em março,

¹⁰²⁹ Cf. KUSHNIR, B. “Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil [1969/1975]”. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009; KUCINSKI, Bernardo. K. - *Relato de uma Busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

¹⁰³⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 6/8/1968. 2a Seção, p.3.

¹⁰³¹ O Conselho de Desenvolvimento da PUC-RJ foi formado pelos conselheiros: Clemente Mariani Bittencourt; Donald Lowndes; general Edmundo Macedo Soares da Silva; Gilberto Huber jr.; os líderes ipesianos Glycon de Paiva; Harold Poland; general Heitor Herrera; Idelfonso Mascarenhas; Israel Klabin; general João B. Machado; João Carlos Vital; João Nicolau Mader Gonder Gonçalves; Jose Luis Moreira de Sousa; Lucas Lopes; Luis Gonzaga do Nascimento Silva; Manoel Ferreira Guimarães; Marcelino Martins Filho; Osvaldo Tavares Ferreira; Paulo de Carvalho Barbosa; Regina Feigl engenheira química da PUC-RJ, e o dono das organizações Globo, Roberto Marinho. *Diário de Notícias*. 30.5.1968. seção 1. p.11.

¹⁰³² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

a Aliança Libertadora Nacional (ALN) explodiu uma bomba no consulado dos Estados Unidos da América, em São Paulo, deixando uma pessoa gravemente ferida. Naquele mesmo mês, após mobilizações estudantis contra o fechamento do restaurante popular *Calabouço*, no centro do Rio de Janeiro, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi assassinado pelas forças policiais. Com isso, os protestos se multiplicaram, convulsionando todo o país, abalando até mesmo a convicção de organizações que construíram o golpe, como é o caso da CAMDE.¹⁰³³

Para além das ações épicas, uma série de pequenos atos de rebeldia se multiplicava, como o uso, pelos estudantes, de bermudas no âmbito da Universidade Federal da Bahia. Tratava-se de uma ruptura significativa no “tradicionalismo do paletó, calça e gravata”¹⁰³⁴ que até então vigorava nas universidades brasileiras, demonstrando que a exposição sistemática na mídia fomentava pânico moral, mas também encorajava a juventude a ousar.¹⁰³⁵

Um dos mais importantes atos políticos de resistência à ditadura militar aconteceu em junho de 1968. A convulsão social e política produziu sua síntese: a Passeata dos Cem Mil. Naquela altura, foi a primeira vitória política significativa das oposições desde as eleições de 1965. Estudantes, artistas, padres e deputados se uniram na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, numa marcha “jovem, bela e poderosa”.¹⁰³⁶

Composta por amplos setores sociais, desde apoiadores da luta armada até representantes da direita conservadora identificada com o humanismo católico, a Passeata dos Cem Mil foi até mesmo abençoada por liberais ultraconservadores, como o próprio Dom Jaime de Barros Câmara. Sobre esse líder religioso, não custa lembrar que “em abril de 1964 benzer a Marcha da Vitória”¹⁰³⁷, que produziu a legitimidade pública para derrubar João Goulart e instalar a ditadura militar. Na ocasião, quando muitas biografias liberais foram atravessadas pelo apoio ao autoritarismo e à ruptura do sistema democrático, o cardeal também teve a sua posta a prova. Em tal ocasião, esteve entre os partidários golpe, apoiando, na sequência, a escolha do general Castelo Branco

¹⁰³³Nota “A CAMDE contra a violência” In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31/03/1968. p. 26.

¹⁰³⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16/11/1968, p. 7.

¹⁰³⁵ BARBOSA, Caio Fernandes. *Estudantes, Ditadura e Moralidade: Contestações comportamentais na Bahia (1967-1968)* In: CARDOSO, C; CARDOSO, L.(orgs.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2017.

¹⁰³⁶ GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002a, p. 296.

¹⁰³⁷ *Ibid.*, p. 296.

¹⁰³⁸ e ainda defendendo tratamento exemplar para os derrotados de 1964, pois “punir os que erram é uma obra de misericórdia.”¹⁰³⁹

Em junho de 1964, o general Golbery do Couto e Silva foi nomeado chefe do SNI e levou consigo, como assistente, Heitor Ferreira – na época, capitão do Exército. Heitor preparou uma lista que constava o nome de 64 pessoas do mundo civil com as quais Golbery devia manter contato com regularidade preestabelecida. Na lista, por exemplo, estavam o empreiteiro ipesiano Harold Cecil Poland, escalado para receber um telefonema diário; assim como Glycon Paiva, com duas ligações semanais. Com uma ligação semanal ficaram, entre outros, o cônego Ivo, secretário do cardeal Dom Jaime Câmara.¹⁰⁴⁰

O apoio de Dom Jaime de Barros Câmara à Marcha dos Cem Mil foi uma demonstração ao governo de que a relação com a Igreja Católica precisava voltar a ser prestigiada, ao mesmo passo que acenava para setores opositoristas na base da igreja. A instituição religiosa posicionava-se, assim, estrategicamente como um ator político capaz de cumprir a função de mediador dos conflitos que se avolumavam. Em sua perspectiva, apresentava-se como um agente capaz de intermediar e propor soluções para os impasses entre a ditadura militar e as ruas, introduzindo suas pautas religiosas para a educação como um remédio capaz de conter os ânimos dos mais jovens, e para sinalizar possibilidade de retomada da relação com um regime político que havia se relativamente se enfraquecido e perdido parte do apoio social. A Igreja Católica buscou formas de se recolocar mais próxima do centro do poder, como interlocutora. Tanto Roberto Romano como Paulo Cesar Gomes identificaram que “os bispos se coloca[va]m como intermediários nas relações entre dominantes e dominados”¹⁰⁴¹ e a eles cabia “interpretar a dominação ao interpretar os dominados”.¹⁰⁴² Essa tática se

¹⁰³⁸ "Situation report as of 1600 hours April 8" (1964). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

¹⁰³⁹ DULLES, John W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro; Livraria José Olympio editora. 1979, p. 384.

¹⁰⁴⁰ “Lista de contatos do serviço secreto”. 02/06/1966. Disponível em:

<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/os-contatos-servico-secreto>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁰⁴¹ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro, Record, 2014, p. 43.

¹⁰⁴² ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 19.

fundamenta no posicionamento do episcopado como “a voz dos que não têm voz”, mais precisamente, “falando pelos desfavorecidos, em vez de deixá-los falar.”¹⁰⁴³

Essas propostas dos católicos, caso fossem endossadas por mais religiões, poderiam produzir uma espécie de consenso moral religioso diante de uma ditadura cuja necessidade de se recompor e de reorganizar sua rede de apoio, para além dos quartéis, parecia um imperativo, naquele caloroso momento em 1968. Dessa forma, o I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara tinha uma dupla função: recolocar a opinião dessas religiões na pauta do governo, bem como construir uma nova legitimidade para o governo. Essa foi a orientação estratégica que motivou a organização do Congresso.

O I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara havia sido proposto para 9 setembro de 1968, provavelmente, para que se misturasse às demais celebrações nacionalistas da semana cívica, por motivo do 7 de setembro.¹⁰⁴⁴ Além, é óbvio, de ser uma tentativa de resposta rápida aos atos estudantis que aqueceram a política e as ruas do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades do país.¹⁰⁴⁵ No entanto, precisou ser mudada “por motivo de obras no Palácio Tiradentes”¹⁰⁴⁶ para os dias entre 25 e 28 de novembro de 1968.

O congresso foi uma experiência estruturada a partir do governo estadual da Guanabara, dada sua proximidade geográfica e política com a alta cúpula da Igreja Católica. O governo da Guanabara proveu estrutura, recursos orçamentários e, acima de tudo, recursos humanos para viabilizar a organização do evento e assegurar a ele ampla participação. A condução do congresso ficou a cargo do secretário de Educação, o Sr. Gonzaga Gama, e da sua equipe, formada pela professora Luci Vereza, chefe de gabinete da secretaria, do professor João Pedro de Oliveira, diretor do departamento de ensino médio, da professora Maria Mesquita de Siqueira, diretora do departamento do ensino primário.

O evento funcionou em um formato de congresso, com sessões prévias discutindo as temáticas e preparando o público que viria a participar do encontro.

O Serviço de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Médio do Departamento de Educação Média e Superior da Secretaria de

¹⁰⁴³ GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro, Record, 2014, p. 43.

¹⁰⁴⁴ Dia em que se celebra a independência do Brasil.

¹⁰⁴⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas-SP: Papirus, 1987.

¹⁰⁴⁶ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24/08/1968, seção 2, p. 7.

Educação e Cultura do Estado da Guanabara, planejou para os dias 20, 21, 22 e 23 do corrente mês, de 8h30m às 12 horas, a realização dos encontros de Educação Religiosa, visando um levantamento das necessidades do ensino religioso, bem como um preparo prévio para o Congresso de Educação Religiosa no Estado da Guanabara a ser realizado em setembro do corrente ano. Os encontros serão realizados no Colégio Estadual José Bonifácio, na rua Pedro Ernesto, 80. As inscrições estão abertas, podendo ser feitas diretamente, às 12 as 17 horas, na Secretaria do SADEM, sala 124-A, do Instituto de Educação.¹⁰⁴⁷

Com isso, a comissão organizadora do evento conseguiu dialogar de forma mais próxima a um conjunto de professores, interessados em educação e funcionários do governo estadual.

O Secretário de administração, tendo em vista a autorização dada pelo governador, dispensou da assinatura de ponto no período todos os servidores estaduais que, comprovadamente, participarem do I Congresso de Educação Religiosa a se realizar no Estado da Guanabara.¹⁰⁴⁸

O evento reuniu algumas grandes lideranças religiosas nacionais e militares, como o reverendo Karl Gottschald, presidente da Confederação Evangélica do Brasil, o rabino Rachmil Blumenfeld, rabino-chefe do Rio de Janeiro, os rabinos Ismael Cohen e José Schor, o padre Hugo Paiva, além do general Darci Vilaça, membro do Conselho Estadual de Cultura¹⁰⁴⁹, para discutir “as contradições do mundo de hoje: pobreza e riqueza, ignorância e saber, liberdade e escravidão, fraternidade e ódio, paralelamente as profundas e rápidas transformações sociais, científicas e tecnológicas.”¹⁰⁵⁰ As temáticas sempre apresentadas em binômios maniqueístas deixavam escapar o caráter conservador do encontro, por exemplo, o binômio “Liberdade *versus* Escravidão”, largamente utilizado para designar de maneira levemente cifrada o conflito entre países capitalistas (Liberdade) e países do bloco socialista (Escravidão) no contexto da Guerra Fria no Brasil.

O conclave discutiu as “inquietações da juventude”¹⁰⁵¹ em um mundo organizado a partir da disputa entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, além do desenvolvimento tecnológico principalmente nas

¹⁰⁴⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 14/05/1968, 1 seção, p.10.

¹⁰⁴⁸ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 23/10/1968, 1 seção, p. 12.

¹⁰⁴⁹ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28/11/1968, Caderno 1, p. 9.

¹⁰⁵⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p.11.

¹⁰⁵¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

telecomunicações. Segundo Sarah Gitelman Fischberg, ou simplesmente Sarita Fischberg (Fig. 34), como era chamada pela imprensa e pela comunidade judaica brasileira, naquele “grandioso e esmagador” período

[...] se mesclam estranhamente, os extremos contraditórios dos mais avançados dos tecnicismos e a maior das alienações espirituais. As invenções se sucedem numa torrente ininterrupta e já não há mais tempo para penetrar no âmago das coisas.¹⁰⁵²

Religiosa judia, Fischberg já tinha uma longa história de ativismo e trabalho voluntariado a frente da *Wizo* juvenil, da qual foi fundadora em 1941, da Organização Juvenil Sionista e do Grêmio I. L. Peretz em 1947, além de ter sido secretária do *Keren Kaiemet* de 1946 a 1948. Na ocasião, acumulava as funções de diretora de Cultura da Hebraica do Rio de Janeiro, diretora do Colégio A. Liessin e professora de geografia do Colégio Pedro II,¹⁰⁵³ e também a única mulher palestrante no conclave.

Figura 34 - Sarah Gitelman Fishberg na cerimônia de encerramento do I congresso de Educação Ecumênica da Guanabara



Fonte: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 30/11/1968. p. 7.

Naquele contexto de intensa inovação da tecnologia, que desafiava o entendimento dos mais experientes mestres, Sarah Fischberg considerou

¹⁰⁵² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

¹⁰⁵³ Sarah Gitelman Fishberg afirma ter conseguido a posição para lecionar no Colégio Pedro II após contato com o general locado no MEC, Dulcídio Cardoso. Disponível em: <https://bit.ly/2wQ99oX>. Acesso em: 11 mar. 2020.

[...] natural que os jovens sofram mais os efeitos desse tumulto e é preciso que os mestres os preparem, na fase decisiva de sua iniciação para a vida, no período da formação das suas consciências para um mundo melhor que nossos ancestrais não quiseram ou não puderam nos legar.¹⁰⁵⁴

Os jovens eram retratados por ela como vulneráveis e sujeitos aos modelamentos dos adultos. Dessa forma, caberia aos educadores a difícil missão de guiar essa juventude por caminhos mais seguros, da “boa causa” e da fé, evitando assim, por uma leitura a contrapelo, o “mau caminho”, que no contexto podia ser lido como o caminho do ativismo político junto às organizações do movimento estudantil de esquerda (as principais atuando na clandestinidade). Para Sarah Fishberg, era

[...] dever na qualidade de educadores, conseguir o engajamento da nossa juventude para a boa causa e a fé. Explicar aos jovens que o afastamento de Deus e da sua palavra nada lhes traz de construtivo, e que ignorar ou pretender ignorar nada os ajudará a vencer problemas, sejam eles sociológicos, culturais, econômicos ou quaisquer dos muitos outros que hoje se opõem ao homem, independentemente de Deus lhes abrir ou não as portas do seu entendimento.¹⁰⁵⁵

Para os participantes do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara, a religião tinha o papel de aproximar extremos e contribuir com a resolução de conflitos: “Nem a ciência nem a técnica, nem sequer a filosofia propagam a compreensão. Só uma atitude, uma só capacidade nos leva a ela: a religião [SIC],”¹⁰⁵⁶ defendeu a professora israelita Sarita Fischberg. No centro das preocupações dos religiosos, no contexto de 1968, mas não apenas, estava o medo do ateísmo, elemento estruturante na crítica desses setores às esquerdas, principalmente as que reivindicavam o comunismo. Como Elizete da Silva apontou, ao analisar a atuação de batistas e presbiterianos durante a ditadura militar: “O ateísmo era a principal crítica que se fazia ao comunismo.”¹⁰⁵⁷

O documento do congresso ecumênico nitidamente expressou essas preocupações diante dos crescentes anseios das juventudes:

[...] o jovem de hoje, cujas características o impulsionam a uma posição de engajamento, ora atua em decorrência da compreensão da unidade entre o plano de Deus e as aspirações do homem, ora marcha muitas vezes para a negação de Deus, como um protesto contra o mal

¹⁰⁵⁴ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

¹⁰⁵⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

¹⁰⁵⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/1968. p.18.

¹⁰⁵⁷ SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências” In: ZACHARIADHES, G. C.(org). *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador, Edufba, 2009, p. 37.

do mundo ou por demasiadamente comprometido com as realidades terrestres.¹⁰⁵⁸

As juventudes eram representadas através do paradoxo “juventude como esperança de futuro” versus “juventude problema”. Em outras palavras, o impulso ao engajamento e à tentativa de “melhorar o mundo” eram considerados elementos positivos, enquanto agir sem uma orientação religiosa era visto como fruto de uma leitura materialista do mundo, sendo, portanto, considerado negativo pelos palestrantes do congresso.

Essa tortuosa construção discursiva também deve ser entendida como uma estratégia de fazer crítica aos movimentos juvenis, tentando não provocar mais distanciamento entre esses setores e organizações tradicionais. Ao comparar esse trecho do principal documento do congresso com a nota “A CAMDE contra a violência”, produzida como resposta à violência policial que vitimou o estudante Edson Luís, encontra-se a mesma estrutura discursiva: “A CAMDE juntando sua voz ao clamor nacional, deseja lavar seu enérgico protesto pela violência policial exercida contra jovens desarmados, mesmo não ignorando que, muitas vezes, o entusiasmo e o ardor juvenil os levem a agir sob influências e interesses estranhos ao nosso País.”¹⁰⁵⁹

As moções aprovadas foram lidas pelo padre Carlos Alberto Navarro, secretário-geral do congresso, diante da plenária.¹⁰⁶⁰ Lá, professores e autoridades religiosas puderam ouvir o padre mencionando a “criação de cursos ou ampliação dos já existentes a cargo de autoridades religiosas, destinadas à formação de professores e coordenadores de religião, de preferência em conexão com outros cursos que se realizam em escolas normais e faculdades”¹⁰⁶¹. Além disso, o congresso assumiu a defesa da instituição, “pelas competentes autoridades religiosas credenciadas no respectivo Departamento de Ensino Religioso, do registro de professor de religião, fixando essas autoridades os requisitos necessários,”¹⁰⁶² bem como de “um grupo de trabalho constituído de nove elementos, paritariamente indicados pelos credos religiosos, a fim de estudar, no prazo de sessenta dias, fórmula que solucione o problema de remuneração do professor de religião.”¹⁰⁶³

¹⁰⁵⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p. 11.

¹⁰⁵⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31/03/1968, p. 26.

¹⁰⁶⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p. 16.

¹⁰⁶¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p. 16.

¹⁰⁶² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p. 16.

¹⁰⁶³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p. 16.

Essas duas últimas medidas mencionadas eram uma maneira de restringir os possíveis ganhos do congresso apenas às religiões que haviam construído o encontro, excluindo as religiões de matrizes africanas. Apesar de consideradas pelo Estado brasileiro oficialmente como religiões desde 1964, fruto do esforço e das negociações da Confederação Nacional Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros, quando o IBGE passou a registrar em seu anuário estatístico a umbanda¹⁰⁶⁴, elas sofriam retaliação por parte dos participantes do congresso.

Essas medidas foram tomadas como reação à “notícia de que representantes dos terreiros de macumba teriam manifestado à Secretaria de Educação o desejo de ensiná-la nas escolas, a exemplo de outras religiões.”¹⁰⁶⁵ Provavelmente, a celeuma foi acentuada pela chegada às bancas de todo país, naquele mês, da revista *Realidade*, que trazia com uma longa reportagem sobre religiões de matrizes africanas, notadamente a Umbanda e o Candomblé.¹⁰⁶⁶

Isso teria provocado a ira de alguns religiosos cristãos presentes no congresso, como o padre “da linha progressista”¹⁰⁶⁷ Vicente Adamo, diretor da Associação Brasileira dos Educadores Católicos¹⁰⁶⁸ e diretor do então prestigiado Colégio Santo Antônio Maria Zaccarias, situado na Rua do Catete, no Rio de Janeiro.

O padre da ordem barnabita era um homem de pouca altura, com um rosto arredondado atrás dos óculos de armação, considerado jovem para os padrões etários das autoridades eclesiásticas, nos seus 42 anos.¹⁰⁶⁹ Ex *partisan* na Itália, teve sua imagem projetada nacionalmente ao ser o clérigo que preparou o corpo do estudante Edson Luís¹⁰⁷⁰ para que fosse recebido no paraíso e, posteriormente, com a intensificação da revolta juvenil pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, apresentou-se juntamente com José de Castro Pinho (Fig. 35), à época bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, como mediador do conflito, ora tentando garantir a integridade dos manifestantes, ora “manobrando”, no jargão dos movimentos sociais, para contornar as lideranças consideradas “radicais”, membros das organizações proibidas pela Lei

¹⁰⁶⁴ *Realidade*. São Paulo, Outubro/1968, p. 172.

¹⁰⁶⁵ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/11/1968, p. 1.

¹⁰⁶⁶ *Realidade*. São Paulo, Outubro/1968, p. 172.

¹⁰⁶⁷ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02/10/1968, p. 8.

¹⁰⁶⁸ Há uma indefinição na nomenclatura da Associação presidida pelo Pe. Vicente Adamo, ora Associação Brasileira dos Educadores Católicos (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/04/1968. p. 5) ora Associação de Educadores Religiosos da Guanabara (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/11/1968, p. 1.) ou ainda pela sigla genérica de “AEC”. (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/11/1968, p. 1).

¹⁰⁶⁹ *Manchete*. Rio de Janeiro, 13/06/1968, número 847, p. 40.

¹⁰⁷⁰ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30/03/1968, caderno 1, p. 8.

Suplicy ¹⁰⁷¹, e levar ao ministro da educação pautas que pudessem arrefecer o levante estudantil.

Figura 35 - Ministro da Educação Tarso Dutra (esquerda) dialoga com D. José de Castro Pinto (centro) e o padre Vicente Adamo (direita) sobre a eclosão da revolta estudantil em 1968.



Fonte: Agência *O Globo*. Rio de Janeiro, 02/05/1968.

Para o padre siciliano Vicente Adamo, a “macumba” nada mais era “[...] do que uma estrutura de ritos que não tem finalidade religiosa. Não podemos aceitá-la como religião, se ela nega o seu principal fundamento, que é a existência de Deus e seus atributos.”¹⁰⁷² Na sua defesa racista da exclusão das religiões de matrizes africanas dos mesmos benefícios dados às demais religiões, concluiu, com o gesticular das mãos que lhe era característico e com o sotaque italiano que insistia em acompanhá-lo mesmo depois de anos vivendo no Brasil: “A macumba é um rito deprimente e desumano, que nega a correlação entre o espírito e o corpo e, como tal, não deve ser permitido o seu ensino às crianças, nas escolas.”¹⁰⁷³

Além de propor medidas para uma maior institucionalização do campo de ensino religioso, o encontro visava garantir que o controle estivesse submetido às vertentes

¹⁰⁷¹ Instrumento legal de controle do movimento estudantil brasileiro, a Lei nº 4.464 foi criada em 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, devido ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-suplicy>. Acesso em: 14 mar. 2020.

¹⁰⁷² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/11/1968, p.1.

¹⁰⁷³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26/11/1968, p.1.

religiosas que haviam organizado o I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara. Estabeleceu, nesse sentido, uma reserva no mercado de trabalho da educação. Por exemplo,

O encargo de coordenador distrital de Educação Religiosa, a que se refere o artigo 8 do Decreto n.742.66 deverá ser exercido por professor lotado na sede do Distrito Educacional, dispensado de quaisquer outras obrigações oficiais, autorização para que os professores estaduais de nível médio capacitados, possam dedicar, semanalmente, três horas de serviço a aula de religião.¹⁰⁷⁴

As religiões ali reunidas estavam preocupadas com as crescentes movimentações das juventudes no plano político e também cultural. Como resultado dessa leitura da conjuntura, a principal proposta formulada pelo conclave plurirreligioso recorreu ao arcaísmo, velha proposta que defendia a adoção do ensino religioso nas escolas como solução para os problemas das juventudes contemporâneas. Afinal, era necessário “Explicar aos jovens que o afastamento de Deus e da sua palavra nada lhes traz[ia] de construtivos, e que ignorar ou pretender ignorar, nada os ajudará a vencer problemas, sejam eles sociológicos, culturais, econômicos ou qualquer dos muitos outros que hoje se opõem.”¹⁰⁷⁵ Os religiosos reivindicaram ainda “três horas de aulas religiosas nas escolas de nível médio”¹⁰⁷⁶ para ampliar o contato dos jovens com as lições de Deus.

Os envolvidos no conclave buscavam posicionar a educação religiosa, dando maior centralidade e importância. Para o católico Irmão Deolindo Caetano Valliati, diretor do departamento de educação da Conferência dos Religiosos do Brasil¹⁰⁷⁷ e participante do I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara, por exemplo,

[...] a mensagem religiosa está no instrumento, na estrutura geral da escola e, se o ensino for pagão, o aprendizado será pagão e, se o ensino for cristão, o aprendizado será cristão. O que deve ser feito é não se transformar todas as aulas em aulas de religião, mas partindo-se do conhecimento e da ciência poderemos chegar a conclusões que nos levem à fé.¹⁰⁷⁸

O mesmo defendia o israelita Moisés Eshinque:

[...] a educação religiosa tem que ser feita onde haja respeito humano por Deus e a grande dificuldade que se encontra é a de convencer da importância da integração na estrutura das escolas desse ensino religioso. Para isso, tem que haver uma transformação completa das

¹⁰⁷⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p.11.

¹⁰⁷⁵ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24/11/68. p.18.

¹⁰⁷⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/11/1968, p.11.

¹⁰⁷⁷ *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17/05/1968, cad. 1, p. 9

¹⁰⁷⁸ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1971, p. 40.

estruturas pois só assim o professor de religião não se sentirá marginalizado dentro das próprias Escolas.¹⁰⁷⁹

O evangélico Erasmo dos Santos Silva acreditava que, caso a religião ocupasse o espaço central dentro do organograma educativo, então, as condições para restabelecer o diálogo com os jovens estariam refeitas: “O ensino religioso integral, real e efetivo, com todos os seus métodos tradicionais atualizados serviria como base para retomar aquele diálogo.”¹⁰⁸⁰

Esse era o contexto do debate sobre alterações significativas das políticas de modelamento das juventudes, com ênfase na introdução das disciplinas de Educação Moral e Cívica na educação básica e de Estudos dos Problemas Brasileiros no ensino superior, além da Reforma Universitária, para a qual a PUC-RJ foi um laboratório.

As referências ao I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara em uma das palestras do general Moacir Araújo Lopes revelam a reverberação do congresso nas ideias de um dos principais formuladores do Exército sobre a questão da moral e da juventude, e um dos influentes intelectuais no âmbito do MEC. O general concordava com a leitura feita pelos congressistas de que o ensino religioso necessitava de mais centralidade: “Tão abalada se encontra a estrutura da escola, no campo educacional, que os sacerdotes e ministros religiosos não podem exercer a sua ação dentro das prescrições constitucionais. São declarações do *I Encontro de Educação Religiosa*¹⁰⁸¹, realizado em maio¹⁰⁸² do corrente, na Guanabara.”¹⁰⁸³

Para ele, a questão deveria ser resolvida encontrando um ponto de equilíbrio entre a antiga educação “religiosa sectária”, o controle das instituições religiosas, e a “educação leiga (arreligiosa)”, sem dar centralidade à religião. Em suas palavras, “Aplicando a dialética hegeliana, se a educação religiosa sectária dos séculos anteriores constituiu a *tese*, a educação leiga (arreligiosa) das décadas deste século representou a

¹⁰⁷⁹ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1971, p. 41.

¹⁰⁸⁰ *Ibid.*, p. 40.

¹⁰⁸¹ O nome do congresso está grafado diferente e o equívoco do general pode ser oriundo da leitura de jornais que usaram essa nomenclatura ao invés do correto, I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara.

¹⁰⁸² Como se sabe, o I Congresso de Educação Ecumênica da Guanabara não aconteceu em maio, mas em novembro de 1968. Cheguei a considerar que o general poderia ter participado do Congresso, no entanto esse equívoco em relação a data me fez ser um pouco mais cauteloso em minhas especulações e conjecturas.

¹⁰⁸³ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1971, p. 40.

antítese. É necessário compor a *síntese* - educação à base de valores espirituais, de fundo religioso-sectário”.¹⁰⁸⁴

Por isso, pode-se dizer que o I Congresso de Educação Ecumênica organizado pelos religiosos católicos, protestantes e judeus também foi uma tentativa de conseguir estabelecer uma pauta conjunta, para pressionar a ditadura militar a adotar medidas que fortalecessem a educação religiosa. Ela era, por princípio, entendida como remédio para solucionar a parte negativa do diagnóstico, feito pelos participantes, sobre as juventudes brasileiras.

Além disso, aquela foi, principalmente por parte das lideranças católicas, uma tentativa de reaproximação e reposicionamento da alta cúpula eclesiástica em relação ao regime. Tal gesto, no entanto, assim como a tentativa de mediar os conflitos entre estudantes e governo durante o ano de 1968, acabou sendo pouco profícuo, tanto em relação ao alto comando militar, cada vez mais desconfiado das pequenas e grandes insubordinações de padres pelo país, quanto para a base católica, cada vez mais incomodada com o autoritarismo que emanava dos quartéis.

Como se sabe hoje, a ditadura militar adotou um caminho diferente para se reorganizar e se reproduzir no poder. Ignorou os conselhos dos civis e clérigos que pediam mais moderação e adotou como saída mais violência, censura, brutalidade e repressão, expressos em forma de lei, mostrando que pequenas siglas podem anunciar grandes atrocidades: AI-5.

¹⁰⁸⁴ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, p. 40.

5 AVENTURAS DO GENERAL ANTIMARCUSIANO

5.1 EROS NÃO USA COTURNOS

No dia 13 de março de 1966, uma ilustre carta foi redigida para o general Moacir de Araújo Lopes. Após recebê-la e em seguida abri-la, logo no topo da página, impresso no papel, reconheceu de imediato o nome do emissor, Humberto de Alencar Castelo Branco, em negrito, sob um rebuscado itálico, onde se podia ler “Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil”. Usando o próprio punho, o ditador grafou a carta endereçada ao “Prezado Moacyr [sic]” – a referência apenas ao primeiro nome demonstrava o apreço e intimidade com o destinatário –, afirmando: “recebi o folheto de sua conferência sobre o Serviço Militar. Apreciei muito a junção dos aspectos essencialmente militares com civis (sinal não identificado)”. (Fig.36) Provavelmente, “o folheto” ao qual se refere o então presidente brasileiro tratava-se da palestra pronunciada no Estado-Maior das Forças Armadas, em comemoração ao segundo aniversário do golpe de Estado, em março de 1966, intitulada: “A grande opção”.¹⁰⁸⁵ “Você é mestre em tudo isso”, elogiou o então chefe máximo das Forças Armadas brasileiras, “Muito lhe agradeço a reverência desse seu trabalho”. Se minha conjectura estiver correta, a reverência que acariciou o ego do ditador aconteceu no momento em que Moacir Araújo Lopes rememorou a véspera do golpe de 1964, destacando a atuação de Castelo Branco na conspiração que depôs João Goulart. “Aceite um abraço amigo de seu velho camarada,” finalizou com nova referência a uma velha camaradagem entre ambos.¹⁰⁸⁶

Esse não era o primeiro gesto do ditador Castelo Branco em direção ao general. Em 1964, havia beneficiado Moacir Araújo Lopes, elevando-o ao Comando do Núcleo da Zona de Defesa Sul.¹⁰⁸⁷ Dada a proximidade e o apreço que cultivava no primeiro escalão do exército e seu reconhecimento entre a alta cúpula militar, não foi de se estranhar que, em 1967, Lopes tenha sido convocado para compor a comissão que dirimiu os desentendimentos entre os organizadores da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* e o MEC. A experiência do general Lopes na comissão fez do distinto

¹⁰⁸⁵ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

¹⁰⁸⁶ É relevante dizer que em 1961, Moacir Araújo Lopes recebeu a espada, honraria nacional, pelo então governo Jânio Quadros. Na ocasião, outros oito generais foram homenageados e receberam a mesma honraria, dentre eles destacam-se, pelo papel de protagonista na ditadura brasileira, Castelo Branco, Médici, Cordeiro de Farias e Orlando Geisel. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12/8/1967, p.3

¹⁰⁸⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21/10/1964, Primeira Seção, p. 6.

diplomado da Escola Superior de Guerra uma figura chave nas pautas acerca do controle juvenil, da moralidade e do civismo durante a ditadura militar. Moacir de Araújo Lopes foi, ao lado do ipesiano e esgiano Golbery Couto e Silva, um dos mais importantes quadros militares formados na Escola Superior de Guerra.¹⁰⁸⁸ Ele se especializou nos aspectos culturais, “psicossociais”¹⁰⁸⁹ da “guerra revolucionária”.

Figura 36 - Carta de Castelo Branco para Araújo Lopes, 12 de março de 1966.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Presidente da República do Brasil
União de Brasil

Prezado Moacyr

Recebi o folheto de sua conferência sobre o Serviço Militar. Apreciei muito a junção dos aspectos essencialmente militares com o civilis e você é mestre em tudo isso. Muito lhe agradeço a remissão desse seu trabalho.

Fizite um cheque amigo de seu velho camarada.

Dia, 12 Março 66. Castelo

Fonte: Olin Library, Washington University of Saint Louis, Saint Louis.

Era alguém que acreditava que “Através das eras, o homem e a humanidade evoluem, de rudes manifestações de vida a expressões cada vez mais altas.”¹⁰⁹⁰ E que

¹⁰⁸⁸ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, v.18, n. 1, 2014.

¹⁰⁸⁹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf acessado em 17/11/2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, v.18, n. 1, 2014.

¹⁰⁹⁰ LOPES, Moacir Araújo. Guerra, paz e liberdade. In: LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p.105.

para “evoluir” era necessário escolher entre desenvolver, no sentido modernista do termo, ou gozar a liberdade sexual. Para ilustrar esse pensamento gostava de citar o etnólogo e antropólogo social britânico, professor da Universidade de Oxford e da Universidade de Cambridge, Joseph Daniel Unwin: “Qualquer sociedade humana é livre para escolher entre mostrar uma grande energia, ou gozar de liberdade sexual; o fato é que não se poderá fazer ambas as coisas por mais de uma geração ” ¹⁰⁹¹. Era através dessas lentes que Moacir A. Lopes enxergava o Brasil, um país que tinha que escolher continuar se desenvolvendo e modernizando-se para atingir o patamar de países como os Estados Unidos, ao invés de “regredir” através do desperdício de energia social no gozo da liberdade sexual. Trata-se, aqui, de uma visão modernista autoritária anti-gozo.

Além de seus estudos e seu ativismo no campo da moral e do civismo, dedicou-se aos temas relacionados à juventude, para ele, uma das questões fundamentais naquela quadra histórica. Era membro do Conselho Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, organização que recebia repasses financeiros do IPES, ¹⁰⁹² além dos laços ideológicos, como antecipado no capítulo 2. Sua relação com o IPES também acontecia através da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, ¹⁰⁹³ da qual o general era um ativo membro, como destacou Braghini. ¹⁰⁹⁴ No âmbito da Escola Superior de Guerra, o general Moacir Araújo Lopes foi influente nas definições da Doutrina de Segurança Nacional. ¹⁰⁹⁵ Seu protagonismo e a sua presença no MEC foram sintomas do pânico moral e da militarização na sociedade e na política.

¹⁰⁹¹ A citação do está em LOPES, Moacir Araújo. *Liberdade e Democracia*. In: LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p.4.8 A citação original “Any human society is free to choose either to display great energy or to enjoy sexual freedom; the evidence is that it cannot do both for more than one generation.” está em UNWIN, J. D. *Sex and Culture*. London: Oxford University Press, 1934, p. 412.

¹⁰⁹² Em 1964, o IPES estabeleceu que faria repasses mensais de Cr\$ 30,000 à União dos Escoteiros do Brasil até 1967 (segundo que encontrei nos documentos). Alguns repasses foram maiores do que o prometido como o de fevereiro de 1966, quando foram repassados Cr\$ 60,000. Boletim de Caixa, 3 de fevereiro de 1966. Arquivo Nacional, Fundo IPES, código: BR RJANRIO QL.0.OFN.86, p. 189.

¹⁰⁹³ Entre 1956 e 1957 a ADESG foi presidida pelo líder ipesiano Glyncon de Paiva Teixeira. a ADESG serviu de inspiração para a criação da Associação dos Diplomados pelo IPES (ADIPES).

¹⁰⁹⁴ “[...] o General Moacir Araujo Lopes, membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, órgão que mantinha contato direto com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), era o especialista de 'liderança na Guerra Revolucionária'.” BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”*: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010. p.68

¹⁰⁹⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf acessado em 17/11/2014; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*. v.18, n. 1, 2014, pp.75-92; DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero

No Ministério da Educação, foi central na elaboração da proposta de adoção das disciplinas de Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros, na produção dos livros que deveriam ser trabalhados nessas disciplinas, por meio da sua participação como presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). Influenciou outros autores que escreviam sobre a mesma temática, como é o caso de Victor Mussumeci¹⁰⁹⁶ e Alfredo Gomes, editores da *Revista da Editora do Brasil S/A*.¹⁰⁹⁷ Além de sua formação na Escola Superior de Guerra, o general de divisão havia feito um curso na *Field Artillery School* (Escola de Artilharia de Campo), *Fort Sill*, Oklahoma, nos Estados Unidos, dado que gostava de colocar em seu currículo.¹⁰⁹⁸

Neste capítulo, farei uma breve genealogia dessas políticas. Seguirei os rastros desse protagonista, Moacir Araújo Lopes, revelando o repertório de ideias que conduziram à elaboração de políticas com o viés modernista autoritário para modelar as juventudes brasileiras, em meio a uma atmosfera de pânico moral. Esses rastros compuseram os fios que conectaram importantes eventos responsáveis por viabilizar o controle da juventude também pelo viés educativo e cultural, como pelos menos três comissões que debateram moral e civismo entre 1967 e 1969: a comissão para normalizar a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, a comissão para escolha do guia de civismo e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Essas comissões tiveram a participação de Lopes, general membro da ADESG, associação intimamente ligada ao IPES, cuja atuação nos bastidores do Ministério da Educação foi decisiva para a consolidação de uma política de controle e modelamento das juventudes.

Até ser convocado para “apagar o incêndio” no MEC causado pela falta de habilidade de Waldemar Turola, militar que dirigia a DSI-MEC, Lopes dedicava-se, basicamente, à questão do serviço militar. Presidiu as comissões interministeriais que elaboraram, no Estado Maior das Forças Armadas, os anteprojetos do “Regulamento da lei de Serviço Militar”, na forma do Decreto número 57.654 de 20 de janeiro de 1966, bem como da “Lei de prestação de serviço Militar pelos Estudantes de Medicina,

pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: Simpósio Nacional de História– ANPUH, *Anais do XXVI*, São Paulo, julho 2011.

¹⁰⁹⁶ MUSSUMECI, Victor; MOSCHINI, Felipe; COSTA, Otto. *Educação Moral e Cívica*. São Paulo: Editora do Brasil, 1971.

¹⁰⁹⁷ Quem primeiro sugeriu essa relação entre Mussumeci e Moacir Araújo Lopes foi Katya Mitsuko Zuquim Braghini ao analisar a conservadora revista de educação da Editora do Brasil S/A. Ver BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “ Vanguarda Brasileira ”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

¹⁰⁹⁸ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975.

Farmácia, Odontologia, e Veterinária”, conhecido na forma da Lei número 5.292 de 8 de junho de 1967.

Admirador de Olavo Bilac, para o qual era o "príncipe dos poetas brasileiros",¹⁰⁹⁹ considerava o criador do hino à bandeira nacional exemplo do “homem cívico” brasileiro. Tal admiração transmutou-se em um livro, “Olavo Bilac: O homem cívico” (1968), cuja primeira edição foi impressa e distribuída pela Liga de Defesa Nacional, organização chefiada por Humberto Grande, substituto da professora Heloísa após os problemas com a “Pequena Enciclopédia”.

Se o poeta Bilac era o modelo de brasileiro cívico, por excelência, sua antítese era o filósofo Herbert Marcuse, judeu alemão em exílio. Para o general Lopes, o filósofo alemão era “Um poderoso agente comunista para destruir a moral cristã e ensinar o jovem a ser desleal, caminhando e destruindo, assim, o maravilhoso cristianismo de nossos ancestrais.”¹¹⁰⁰ O general ignorava, assim, a ancestralidade africana e indígena. Esses eram os termos utilizados pelo general Moacir Araújo Lopes para caracterizar Herbert Marcuse em suas palestras.

As formulações de Moacir A. Lopes sobre moral, juventude e comportamento social são anteriores ao seu contato com a obra de Marcuse, mas é na descoberta das ideias do filósofo que o general parece encontrar o que afirmaria nos textos de 1967, tanto em *Expressão de civismo: O Serviço Militar*, de 1967, em que defendeu o desenvolvimento econômico em “bases morais e sem perjúrios aos ideais cristãos e democráticos”¹¹⁰¹, quanto em *Rumos para a Educação da juventude brasileira*, do mesmo ano, em que postulou que havia “forças [que] atua[va]m sobre parte da juventude, fazendo-a insensível ou agressiva a valores fundamentais do mundo moral”¹¹⁰². Tais forças eram responsáveis por fazê-los aceitar e naturalizar o “homossexualismo, a vulgarização, entre a mocidade, o uso de entorpecentes e de anticoncepcionais, o enaltecimento do adultério, a aceitação pública da troca de esposas por uma noite, etc, etc, etc.”¹¹⁰³. O general Lopes começou a escrever diretamente sobre

¹⁰⁹⁹ LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. [S.l.], Departamento de Imprensa Nacional, 1968.

¹¹⁰⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18/03/1969. p.2.

¹¹⁰¹ LOPES, Moacir Araújo. *O que o Brasileiro deve saber sobre o Serviço Militar*. São Paulo: SESI, 1967, p. 17.

¹¹⁰² LOPES, Moacir Araújo. *Rumos para a Educação da Juventude brasileira*. In: LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. p. 74.

¹¹⁰³ *Ibid.*, p.75.

anticomunismo moral no fim da década de 1960, justamente no período em que Cowan considera o desabrochar da produção intelectual da ESG sobre a temática.¹¹⁰⁴

Neste item, busco traçar a recepção inicial de Marcuse no Brasil. É possível que Herbert Marcuse tenha entrado no radar das forças armadas brasileiras e do general Moacir de Araújo Lopes, ainda em 1964, quando publicou no *The New York Times* uma carta-manifesto chamada “*Stand on Brazil Assailed: We are charged with allying ourselves with reform opponents*”¹¹⁰⁵ (Tomando posição sobre o Brasil atacado: Nós [americanos] estamos sendo responsáveis por nos aliar aos opositores da reforma), juntamente com outros dois professores de Harvard, Barrington Moore Junior¹¹⁰⁶ e Martin H. Peretz,¹¹⁰⁷ que denunciaram o apoio do então presidente estadunidense Lyndon Johnson e seu secretário de Estado, Dean Rusk, ao golpe que ceifou a democracia brasileira. Na interessante carta-manifesto era possível ler:

A verdadeira história do golpe militar contra o governo Goulart pode nunca ser escrita. Mas na sabedoria prontamente descarada com a qual o presidente Johnson e o secretário Rusk saudaram a derrubada do governo brasileiro constituído democraticamente, temos mais uma indicação do fato de que os Estados Unidos ainda não conseguem adotar movimentos insurgentes que não sejam claramente contrarrevolucionários. [...] toleraremos ditaduras desde que em assuntos cruciais de nosso interesse, que suas políticas coincidam com nossos desejos, que, afinal, foram amplamente definidos como antagonismo ativo a Cuba e segurança para o capital privado.¹¹⁰⁸

Para os signatários dessa carta, os Estados Unidos haviam apoiado uma contra-revolução, aliando-se a forças sociais conservadoras que impediam o desenvolvimento do país tropical, por meio das “reformas de base”. Ao passo que tentavam se apresentar no xadrez da diplomacia internacional, em um contexto de Guerra Fria, como

¹¹⁰⁴ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016.

¹¹⁰⁵ *New York Times*. New York, 19/04/1964. p. E8.

¹¹⁰⁶ Barrington Jr é autor de *Social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world* (1967), obra da qual parte da historiografia brasileira da ditadura retirou a ideia da “modernização conservadora”. Ver FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. p.26.

¹¹⁰⁷ Professor de Harvard que mais tarde, em 1974, se tornaria dono do jornal *The New Republic*, apoiador da segregação palestina e das políticas imperialistas americanas.

¹¹⁰⁸ “*The true history of the military coup against the Goulart administration may never be written. But in the promptly brazen wisdom with which President Johnson and Secretary Rusk welcomed the overthrow of the democratically constituted Government of Brazil, we have yet another indication of the fact that the United States is still unable to embrace insurgent movements other than those that are clearly counter-revolutionary. (...) we will condone dictatorships provided on crucial matters in our interest their policies coincide with our desires, which have, after all, been largely defined as active antagonism to Cuba and safety for private capital.*” *New York Times*. New York, 19/04/1964. p. E8. tradução nossa.

defensores da democracia e da liberdade, os Estados Unidos apoiavam e fomentavam golpes para instalar ditaduras no Cone Sul.

Mas o que é tão angustiante é que nosso governo mais uma vez se aliou às forças sociais e políticas, representadas pelo governador Carlos Lacerda e pelos generais rebeldes, que há muito tempo se opõem precisamente àquelas amplas reformas defendidas por João Goulart e que, sozinhas, poderiam trazer o Brasil plenamente na era moderna.¹¹⁰⁹

A carta-manifesto publicada no jornal *The New York Times* não chegou a ser reproduzida integralmente nos veículos nacionais – nem por isso passou despercebida por toda a imprensa. Foi repercutida com alarde, como nos dá a entender, por exemplo, uma nota curta publicada no semanário carioca *Última Hora*: “temos diante dos olhos um documento alarmante.”¹¹¹⁰ O *Jornal do Commercio*, igualmente preocupado e de olho nos danos que a solidariedade de intelectuais de prestigiosas universidades estadunidenses poderiam causar aos interesses comerciais brasileiros, dedicou um espaço maior à repercussão da carta:

Preocupa-nos, porém, e muito o que a imprensa norte-americana pensa e diz sobre a Revolução de 31 de março. Lá os editoriais influem, pesam, pressionam o onipresente Congresso. Os valores morais e não apenas o deve-e-haver¹¹¹¹ são levados mais em conta por um povo reverente à mensagem puritana e que não lê Montaigne. Ora, considerando que a cooperação externa é vital para a solução de problemas críticos do Brasil, achamos que o Governo Castello Branco está condenado a empreender uma vigorosa campanha de esclarecimento nos Estados Unidos.¹¹¹²

Para o editorial do jornal, que, ao usar o léxico “revolução”, indicava sua posição pró-golpe, a carta dos três importantes professores era obra de desavisados “presumivelmente bem intencionados”, que não conheciam a realidade nacional brasileira, baseando sua argumentação e solidariedade na “propaganda do Sr. Goulart”. Em seguida, o editorial dedicou-se a atacar a figura de João Goulart e seu governo, na tentativa de descreditar tal carta:

[...] ignoram por certo que nunca este País andou tão distante da reforma agrária como na época em que foi governado por um

¹¹⁰⁹ “*But what is so distressing is that our Government has once again allied itself with the social and political forces, represented by Governador Carlos Lacerda and the rebel generals, that have long opposed precisely those sweeping reforms advocated by João Goulart and which alone could bring Brazil fully into the modern era.*” New York Times, New York, 19/04/1964. p. E8. [tradução nossa]

¹¹¹⁰ *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27/04/1964. p. 2.

¹¹¹¹ Expressão da contabilidade derivada do livro que se anota os gastos e pagamentos diários. Nesse sentido, significa “as coisas materiais cotidianas”.

¹¹¹² *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 26/04/1964. p. 4.

latifundiário [João Goulart], o qual entregou a execução dessa reforma a um *page boy* [Celso Furtado] saído não dos quadros socialistas ou afins, mas do universo perfumado dos “socialistas”, isto é, do *café society*. [...] ignoram os mestres de Harvard e Brandeis que esse inspirado programa [Aliança para o Progresso] de John Kennedy foi precisamente sabotado, pisoteado e ultrajado pelo Sr. Goulart, que utilizou os slogans reformistas como instrumento de realização de seus projetos caudilhescos.¹¹¹³

Nesse trecho, em especial, é possível observar a estratégia de criticar o governo Goulart usando elementos contraditórios dos campos das esquerdas, tais como apresentar Goulart como um “latifundiário”¹¹¹⁴, e Celso Furtado, ex-primeiro ministro do Planejamento do Brasil e idealizador do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, cassado pelo Ato Institucional número 1, o AI-1, como “socialista [...] do *café society*”¹¹¹⁵. Ao mesmo passo, apresentava as ideias contidas na “carta de *Punta del Leste*”, a Aliança Para Progresso, como algo incontestado e positivo.

No entanto, os signatários não estavam tão desavisados quanto o editorial do *Jornal do Commercio* quer transparecer aos leitores brasileiros. No trecho abaixo, é possível perceber que eles conheciam parte do estado de terror iniciado em 1964, quando os militares e civis depuseram o governo democraticamente eleito de João Goulart:

De fato, as próprias origens do novo regime e seu caráter político emergente - a supressão das liberdades civis, as ameaças ao Congresso eleito e já mais de 2.000 prisões, provocando críticas de uma figura tão conservadora quanto o ex-presidente Kubitschek - estabelecem a transparência hipocrisia de nossos sentimentos em relação às tendências "antidemocráticas" de Goulart.¹¹¹⁶

Apesar da carta, o conhecimento dos trabalhos de Herbert Marcuse estava circunscrito a grupos acadêmicos restritos, pelo menos até 1965, quando foi traduzido em Buenos Aires. Como o general Moacir Araújo Lopes cita apenas obras traduzidas para o português em sua bibliografia, considero que ele tenha entrado em contato com as ideias marcusianas a partir de 1966, quando Giasone Rebuá traduziu para o vernáculo *Ideologia da Sociedade Industrial* e a editora Zahar o publicou. Com a tradução da obra de Marcuse, diversas resenhas publicadas na imprensa brasileira facilitaram o acesso

¹¹¹³ *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 26/04/1964. p. 4.

¹¹¹⁴ Latifundiário, palavra com conotação negativa entre as esquerdas, utilizada pelo jornal para desqualificar João Goulart.

¹¹¹⁵ Expressão pejorativa para designar pessoas que não pertenciam às classes populares, mas eram de esquerda por uma questão de modismo.

¹¹¹⁶ *New York Times*. New York, 19/04/1964. p. E8, tradução nossa.

dessas ideias a um público mais abrangente. Críticas como essas foram publicadas na revista *A Cigarra*, que já afirmava que o pensador alemão vinha “ganhando a admiração de milhares de leitores no mundo inteiro, por seus estudos acerca de nossa época, e influenciando vigorosamente no pensamento da juventude”.¹¹¹⁷ Em 1967, Marcuse teve resenhas ou trechos de obras publicados em jornais de circulação nacional. Em junho daquele ano, por exemplo, o *Jornal do Brasil*¹¹¹⁸ dedicou uma página inteira de seu caderno especial ao filósofo alemão então situado na Califórnia. Um mês depois, em julho, foi a vez do jornal *Correio da Manhã*¹¹¹⁹ publicar um suplemento, numa edição de domingo¹¹²⁰, com uma página também inteira voltada a resenhar o livro de Marcuse lançado pela Editora Zahar no ano anterior. Esse suplemento, alguns dias depois, acabou sendo reproduzido também na sessão de filosofia e literatura *do Jornal dos Sports*¹¹²¹.

Marcuse realmente se tornou famoso, porém, após a histórica proclamação do estudante de doutorado da Sorbonne Rudi Dutschke durante os conflitos entre estudantes, trabalhadores e o governo francês, em maio de 1968. Durante as mobilizações espalhadas pelo mundo, entre 1967 e 1969, muitas delas protagonizadas por jovens, o “pacífico professor de setenta anos”¹¹²², que lecionava filosofia em San Diego e, nas horas vagas, ajudava a administrar um zoológico e morava à beira-mar numa vizinhança cheia de bilionários¹¹²³ foi colocado no centro de uma polêmica mundial sobre as mobilizações estudantis e juvenis. Após a citação de Dutschke, conhecido nas barricadas parisienses como “o vermelho”, o professor Herbert Marcuse se tornou nome fácil na boca de jovens moças e rapazes. Seu livro entrou na lista de mais vendidos. Citá-lo, entre os jovens, era sinal de estar “antenado” com a sua época. Seu nome poderia ser lido em reportagem da revista *O Cruzeiro* sobre a modernidade no comportamento das freiras - “Agora as freiras estão nas ruas, escolas, conferências, teatros, favelas e passeatas. Lêem Marcuse e discutem problemas sociais e políticos”¹¹²⁴ -, até em mensagem de votos de Ano Novo próspero, como a publicada na revista *A Cigarra*: “o Ano Novo é ao mesmo tempo que confraternização universal, momento de

¹¹¹⁷ *A Cigarra*. São Paulo, Jun/1966. p.105.

¹¹¹⁸ *Jornal do Brasil*. Caderno Especial. Rio de Janeiro, 14/5/1967. p. 2

¹¹¹⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18/6/1967.

¹¹²⁰ As edições de domingo dos jornais costumavam ser espaços privilegiados, pois era quando os jornais eram mais lidos.

¹¹²¹ *Jornal dos Sports*. Rio de Janeiro, 23/6/1967. p. 4.

¹¹²² *Realidade*. Jul/ 1968. p. 16.

¹¹²³ *Realidade*. Jul/ 1968. p. 16.

¹¹²⁴ *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. 7/09/1968. p.38.

reflexão e hora de traçar planos para o novo ano que se inicia. Diz Marcuse...”.¹¹²⁵ O jornal contracultural e cômico *O Pasquim* recomendou expressamente aos seus leitores que, se quisessem se manter “pra frente”, a *vanguard*, deveriam proceder da seguinte maneira: “Se alguém falar de Herbert Marcuse, pode cair na gargalhada sem o menor constrangimento. Marcuse foi bom papo no verão passado - e olhe lá, hein! Hoje não cola mais.”¹¹²⁶ Afinal, não dava para ser “pra frente” reproduzindo uma moda que já havia se tornado *mainstream*, numa nítida provocação irônica e cômica aos jovens brasileiros das classes médias urbanas, dos grandes centros, sempre ávidos pelas próximas novidades da moda preferencialmente estrangeira. A charge (Fig. 37) do ilustrador Jaguar que acompanha esse provocador artigo sobre o comportamento de parcelas da juventude brasileira é igualmente interessante.

Figura 37 - Charge de Jaguar sobre o verão de 1969-1970.



Fonte: Pasquim, Rio de Janeiro, n. 21, 19/11/1969, p.6.

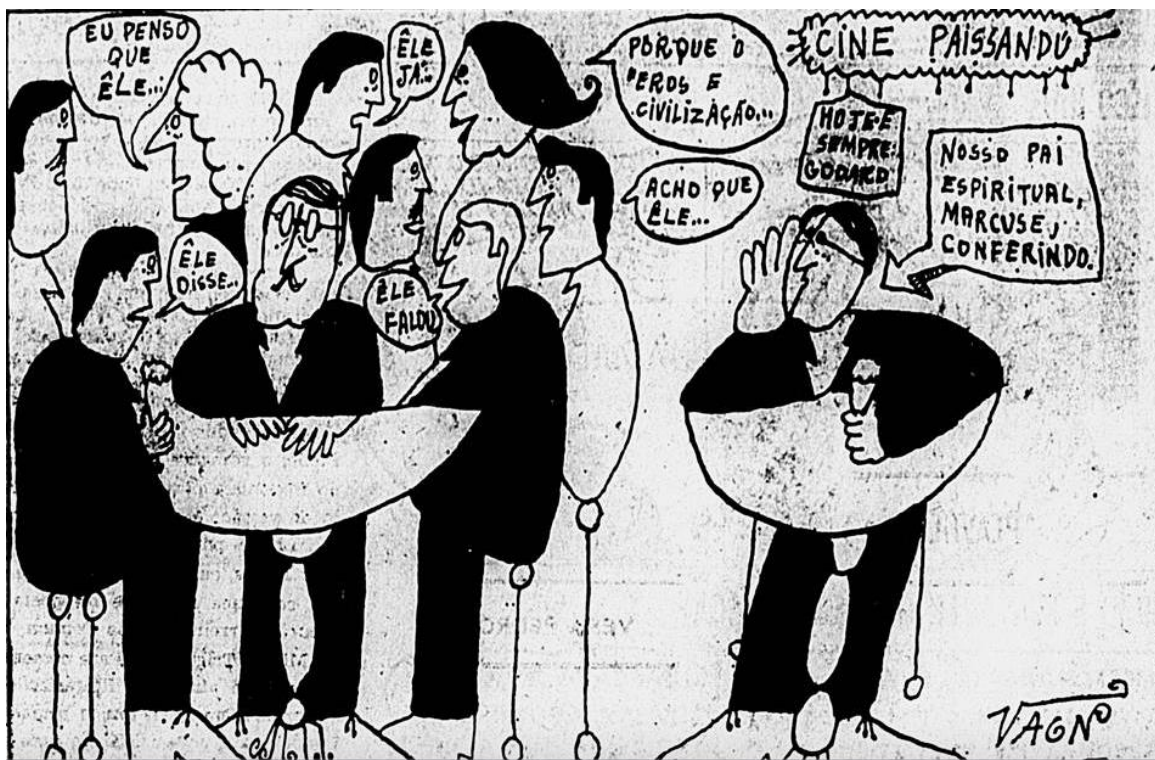
Em uma praia, estão todos e todas tentando parecer e ser “pra frente”. Circundado por expressões da época espalhadas por balões de diálogo, há um personagem lendo um livro de Marcuse, enquanto, em outro balão anônimo, alguém afirma: “Marcuse é bicha”. Próxima dali, uma mulher fala para um rapaz de óculos: “O indivíduo se nulificando na sociedade de consumo”, em uma clara referência ao filósofo.

¹¹²⁵ *A Cigarra*. São Paulo, Jan/1969, p.34.

¹¹²⁶ *O Pasquim*. Rio de Janeiro, Nº 21, 19/11/1969. p.6.

A charge (Fig. 38), de autoria de Vagn, reforça a disseminação de Marcuse como um assunto da moda entre determinados setores da sociedade brasileira. No “cine Paissandú”, espécie de local fictício onde sempre estavam em cartaz os filmes do cineasta francês Jean-Luc Godard, e que reunia público composto por artistas, intelectuais, estudantes e etc., todos só falam sobre “Ele”, Herbert Marcuse. Marcuse, do lado direito, tenta ouvir o que todos estão falando sobre ele. O balão com a seta que indica qual dos personagens referia-se a Marcuse é repleto de ironia e reproduz adjetivos utilizados para designar o pensador alemão como: “pai espiritual”. Sugere também um mix de falta de originalidade dada a ênfase no “Êle” e déficit cognitivo na apropriação.

Figura 38 - Marcuse no “Cine Paissandú” de Vagn.



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23/06/1968, p.3.

Podia-se ler o nome de Marcuse também na boca dos personagens de Jorge Amado em *Tenda dos Milagres*, livro publicado originalmente em 1969, em trechos como: “não tenho tempo nem vim a Bahia falar de Marcuse”.¹¹²⁷ Ou em uma das crônicas, intitulada *A leitora de Marcuse*, publicada em 1968, do conservador Nelson Rodrigues, para ridicularizar as esquerdas e seus modismos burgueses. A personagem título era descrita como “Grã-fina, amante espiritual de Che-Guevara”, que deseja ser

¹¹²⁷ AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p.24.

vinculada publicamente como uma leitora do filósofo alemão, como podemos ler nos trechos:

Imagino que, do outro lado da linha, a grã fina tenha baixado a vista, escarlate de modéstia; e disse: - “Estou lendo Marcuse”. Houve uma pausa, um suspense. No seu espanto, Machado pergunta: - Como? Como? A outra suspira:- “Estou lendo Marcuse”. E queria que o Machado, que tinha tantas amizades jornalísticas, mandasse publicar que ela, d. Fulana de Tal, lia Marcuse. Era preciso que o mundo, o Brasil, De Gaulle, as amigas, as inimigas, os credores, todos, todos soubessem que ela passava as horas e os dias lendo e relendo Marcuse. [...] A grã-fina que “lê Marcuse”, e o confessa por toda parte, está dando um atestado de ideologia. E, realmente, a conhecida do Machado e minha é esquerdista e radical como as que mais o sejam. Quer violência, não abre mão do sangue. Acha que, sem luta armada, o desenvolvimento é uma absoluta e eterna impossibilidade. No mais, frequentou todas as passeatas; foi vista, numa sacada, atirando listas telefônicas. De outra feita, marchou pela Avenida. Só fez uma concessão à própria classe. Foi quando Vladimir mandou a multidão sentar. Ela desobedeceu para não sujar o vestido.¹¹²⁸

O engenhoso e proposital nome dos personagens escolhidos por Nelson Rodrigues merece uma atenção para que possamos decodificar adequadamente o trecho. Machado é referência a Machado de Assis, claro. E Vladimir, líder a quem ela desobedeceu para não sujar o vestido, é o revolucionário russo Vladimir Ilyich Ulyanov, Lênin, ou ainda Vladimir Palmeira, líder estudantil dos protestos iniciados em fevereiro de 1968, no Rio de Janeiro, cujo nome era uma homenagem ao revolucionário soviético.¹¹²⁹

O caderno de literatura do *Jornal do Brasil* sentenciava: “Quem nunca ouviu falar de Herbert Marcuse está condenado a merecer a pecha de superado pelo poder jovem.” As obras de Marcuse figuravam em posições cada vez mais altas entre a lista de autores estrangeiros mais vendidos no Brasil, conforme a revista *Veja*, tornando-se um *best-seller*.¹¹³⁰ Em outubro de 1968, *Eros e a Civilização* já havia vendido mais de 30 mil exemplares. A procura levou o livro a se tornar difícil de ser encontrado, “pois praticamente esgotou-se”, alertava o caderno de literatura do *Jornal do Brasil*. Esse era o motivo pelo qual, em fevereiro de 1969, a editora Zahar lançou a terceira edição do livro, entrando, “por assim dizer, no terreno da vasta popularidade”. Em outubro

¹¹²⁸ RODRIGUES, Nelson. *Cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 176-178.

¹¹²⁹ Vladimir Palmeira explica a origem de seu nome em DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p.48.

¹¹³⁰ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro, 1960-1990*. São Paulo: Fapesp/Com Arte, 1996; PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

daquele ano, o livro entraria na quarta edição. Por isso, discordo de Benjamin Cowan quando afirma que “as traduções do inflamado *Eros e a Civilização*, de Herbert Marcuse, não venderam muito bem no Brasil.”¹¹³¹ O sucesso editorial, no entanto, não impediu que esses livros fossem visados pela polícia política, pelo contrário, como mostram os trabalhos de Luciana Lombardo Costa Pereira¹¹³² e Leonardo Nóbrega da Silva.¹¹³³

Ao mesmo tempo em que a fama de Marcuse aumentava, seu nome também era cada vez mais vinculado, devido à sua colaboração remota, ao do filósofo alemão Martin Heidegger, cujos vínculos com o nazismo não passaram despercebidos pela imprensa brasileira e nem pelas esquerdas organizadas nos partidos. Outro ponto polêmico era a suposta atuação de Herbert Marcuse na *Central Intelligence Agency*, a CIA. O filósofo trabalhou como especialista em assuntos soviéticos a convite do governo americano na OSS, *Office of Strategic Services*, o serviço de inteligência dos Estados Unidos da América extinto após o fim da Segunda Guerra Mundial e considerado o precursor da CIA.¹¹³⁴ Esse polêmico dado biográfico circulou amplamente pela imprensa nacional e não passou despercebido pelo general Moacir Araújo Lopes, que adicionou a informação às suas palestras.¹¹³⁵ Além dessas delicadas questões biográficas, ainda existia um desacordo teórico entre as esquerdas tradicionais e o pensador radicado nos Estados Unidos da América. Marcuse foi interpretado como alguém que decretava a perda, pelo proletariado e pelos camponeses, da condição de vanguarda revolucionária. Em seu lugar, emergiam os maoístas. A imprensa brasileira circulou um suposto editorial do *Pravda*¹¹³⁶ que teria classificado Marcuse como “reacionário”, “ex-agente da CIA”, criticando tanto a posição sobre a classe operária quanto o lugar que o conflito de gerações ocupava dentro do arcabouço teórico

¹¹³¹ “[...] while translations of Herbert Marcuse's inflammatory *Eros and Civilization* did not sell very well in Brazil.” COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016, p. 51. [tradução nossa]

¹¹³² PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

¹¹³³ SILVA, Leonardo Nóbrega da. *Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

¹¹³⁴ *Realidade*. Rio de Janeiro, jul/1968. p. 16.

¹¹³⁵ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Campanha Editora Nacional, 1971.

¹¹³⁶ O jornal *Pravda (Ипáсòд)*, traduzido como “Verdade”, foi um órgão oficial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética difusor das informações sobre a União Soviética entre 1918 e 1991.

marcusiano.¹¹³⁷ Porém, também era possível ler na época, opiniões mais ponderadas, como o editorial da revista *Realidade*, que, sobre o polêmico pensador, defendia que “Chamá-lo, porém, de agitador político parece tão absurdo quanto associá-lo à CIA”.¹¹³⁸

Cair nas graças de certos setores das classes médias “alternativas” fez com que as esquerdas organizadas partidariamente ficassem desconfiadas em relação a Marcuse.¹¹³⁹ O filósofo Carlos Nelson Coutinho, relembra, a partir do olhar da esquerda organizada, que a

[...] recepção de Marcuse passou de um estímulo à ultraesquerda para um estímulo ao irracionalismo, à contracultura, à ideia do culto à sensibilidade, da razão como uma coisa anacrônica, que de certo modo, acho que Marcuse justifica muito menos do que a influência que ele teve aqui. A coisa caiu num momento em que a gente chamava, na época, de desbunde.¹¹⁴⁰

Essa associação com o desbunde e o *frisson* no qual estava envolta sua obra, segundo Isabel Loureiro,¹¹⁴¹ também fez com que Marcuse fosse recebido de forma tímida na academia brasileira. Relatos de líderes estudantis, como Vladimir Palmeira, são importantes para relativizar e matizar a recepção de Marcuse também entre aqueles que estavam nas linhas de frente dos protestos de 1968. Palmeira afirmou em entrevista: “Eu nunca li Marcuse até 68. A informação circulava sobre o maio francês e a guerra do Vietnã. Mas não havia influência orgânica de canto nenhum.”¹¹⁴² Ou seja, o suposto papel de Marcuse como “guru das barricadas” era mais um reflexo da recepção do maio francês no Brasil do que a efetiva adoção de uma perspectiva marcusiana pelas esquerdas brasileiras.

Mesmo com eventuais desconfortos de setores das esquerdas e da academia, em 1968, produzir comentários positivos sobre Marcuse ou organizar eventos para discuti-lo já era um dado suficientemente importante para figurar nas fichas de suspeitos elaboradas pelos serviços de repressão. Carlos Alberto Antunes Maciel, estudante de direito, teve sua ficha solicitada pelo SNI após tornar-se candidato para uma bolsa de

¹¹³⁷ *Diário de Noite*. Rio de Janeiro, 18/09/1968. p.3; *Realidade*. Rio de Janeiro, Jul/1968. p.16.

¹¹³⁸ *Realidade*. Rio de Janeiro, Jul/1968. p.16.

¹¹³⁹ MENEZES, Antonio Marcos. *Marcuse boys: recepção de Herbert Marcuse no Brasil*. Dissertação [Mestrado em Filosofia] Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto-MG, 2019.

¹¹⁴⁰ SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil: entrevistas com filósofos*. Londrina, Cefil, 1999. p.18-19.

¹¹⁴¹ LOUREIRO, Isabel. *Herbert Marcuse, crítico do capitalismo tardio: reificação e unidimensionalidade*. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang. *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

¹¹⁴² Entrevista de Wladimir Palmeira. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL464483-15530,0-ERAMOS+LIDERES+REVOLUCIONARIOS+FRACOS+DIZ+VLADIMIR+PALMEIRA.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.

estudos na França. Entre o levantamento da sua militância estudantil no Centro Acadêmico XI de Fevereiro e seu papel frente ao Jornal Movimento, estava a seguinte informação: “um dos editoriais do jornal ‘Movimento’, contesta o Regime da Revolução de 31 Mar 64, louvando-se nos ensinamentos de Marcuse e outros/intelectuais brasileiros, contestadores do atual regime”.¹¹⁴³ Em outro exemplo, Adonias Aguiar Filho, na época cogitado para membro do Conselho Federal de Cultura, tinha na sua ficha um dado negativo, “registros de haver dirigido, no dia 05 Nov 68, na Faculdade de Filosofia da UFBA [Universidade Federal da Bahia], uma mesa redonda sobre “‘Marcuse e a ideologia do nosso tempo’.”¹¹⁴⁴

A repressão mapeou mesmo tentativas frustradas de organizar um evento para discutir a filosofia do ilustre residente do belo bairro de *La Jolla*. O professor de sociologia Laércio Bezerra de Melo tentou organizar um evento na Faculdade de Filosofia da Fundação José Augusto. Apesar da tentativa frustrada, os dados foram registrados na sua ficha:

Em maio de 1968, o Sr. Laércio Bezerra de Melo manteve correspondência assídua com os professores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio [Octavio] Ianni, do Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de trazê-los para ministrarem um curso sobre Marx, Mao Tse-Tung e Herbert Marcuse. Só não realizou este curso para os alunos da Faculdade de Sociologia, que dirigia, por dois motivos: faltou apoio financeiro da presidência da Fundação ‘José Augusto’, e também porque, com a publicação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, os professores recuaram.¹¹⁴⁵

Após ter se tornado uma figura conhecida entre as classes médias urbanas intelectualizadas, principalmente universitárias, e ser substantivo fácil de ser encontrado nos discursos da mocidade e dos “pra frente”, Herbert Marcuse acabou tornando-se objeto da curiosidade de muitos brasileiros e brasileiras atraindo a crítica da esquerda ortodoxa, a atenção do general Moacir Araújo Lopes e o ódio da direita brasileira.

Esse sentimento foi experimentado de perto por Celso Paulo de Faria. Os ponteiros dos relógios marcavam 3:14h da madrugada do dia 7 de setembro de 1968¹¹⁴⁶, quando Faria, morador no número 59 da rua Gago Coutinho, no bairro das Laranjeiras, área nobre da cidade do Rio de Janeiro, caminhou em direção ao seu carro e

¹¹⁴³ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas, Brasília, Dossiê: Carlos Alberto Antunes Maciel. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72057485.

¹¹⁴⁴ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas, Brasília, Dossiê: Adonias Aguiar Filho. Código: BR DF AN BSB V8.MIC, GNC.PPP.82004444.

¹¹⁴⁵ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Reveladas, Brasília, Dossiê: atividades de Laércio Bezerra de Melo professor no rio grande do norte. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69004336

¹¹⁴⁶ *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 21/09/1968. p.15.

foi surpreendido por “um forte estrondo, precedido de deslocamento de ar, que o derrubou”. A princípio julgou tratar-se de “desmoronamento de um prédio”, tamanho o barulho e força com que foi jogado ao chão. Logo depois da detonação da bomba, a rua em polvorosa diante da quebra do silêncio da alvorada carioca “foi invadida pelos moradores, que desciam de seus apartamento apavorados, em roupas de dormir. Com o deslocamento do ar, várias janelas do prédio número 61, tiveram seus vidros estilhaçados.”¹¹⁴⁷ Além dos danos materiais, “vidros, janelas e lâmpadas”¹¹⁴⁸ e dos “estilhaços do petardo que arrancou a caixa de luz, portão e pedaços da parede do colégio,”¹¹⁴⁹ ninguém ficou ferido. Por sorte, José Maximiliano Torres – um vigia que costumava ficar próximo ao portão durante suas solitárias vigílias noturnas - não foi atingido, porque exatamente naquela noite teria ido “tomar umas e outras pela vida”¹¹⁵⁰, ou talvez tenha contado essa versão para evitar se envolver ainda mais nessa perigosa história.

O atentado utilizando supostamente uma “bomba de fabricação caseira”, segundo as autoridades, foi preparado por fanáticos extremistas no prédio de número 61 da rua Gago Coutinho, onde funcionavam simultaneamente o Colégio Brasil e a Editora Tempo Brasileiro¹¹⁵¹, na esperança de levar o terror aos organizadores de um curso sobre Herbert Marcuse.¹¹⁵² O curso tinha como objetivo a promoção da obra que reunia os primeiros escritos de Marcuse, *Materialismo histórico e existência*, que havia sido lançado pela editora no encerramento do curso.¹¹⁵³ Porém, desde o início do curso, a direção passou a receber “telefonemas ameaçadores,”¹¹⁵⁴ por ter publicado o livro de

¹¹⁴⁷ *Diário do Paraná*. Curitiba-PR, 08/09/1968.p. 3

¹¹⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p. 9.

¹¹⁴⁹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p. 9.

¹¹⁵⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p. 9. “Tomar umas e outras” é uma expressão popular brasileira para designar o consumo de bebidas de teor alcoólico.

¹¹⁵¹ Segundo relatório, a partir de entrevista do jornal *Zero Hora*, abrangendo fundações ligadas aos partidos políticos alemães. É possível ler: “A *Internationes*, hierarquicamente subordinada ao ministério das relações exteriores da RFA [República Federativa da Alemanha], há 11 anos financia a Editora Tempo Brasileiro (ETB)”. In Arquivo Nacional. Fundo Memória Reveladas, Brasília, Dossiê: Ação da internacional socialista no Brasil. Código: BR DF AN BSB V8.MIC, GNC.CCC.80003390.

¹¹⁵² O curso ministrado pelo catedrático da Universidade Federal de Recife, Vamireh Chacon, recém chegado da Alemanha ocidental, lecionou na *Westfälische Wilhelms Universität Münster*, mesma instituição por onde Gilberto Freyre e o Padre Fernando Bastos de Ávila haviam participado de um seminário em 1965, sobre o desenvolvimento brasileiro. Vamireh Chacon era formado por universidades alemãs e americanas, além de ser autor de *História das ideias socialistas no Brasil* (1965) e *Galileus modernos* (1965).

¹¹⁵³ Além de Herbert Marcuse, tinha no seu catálogo: *Racionalidade e Irracionalidade*, de Maurice Godelier; *Humanismo e Terror*, de Maurice Merleau-Ponty; *Doença Mental e Psicologia*, de Michel Foucault; e *O Novo Espírito Científico*, de Gaston Bachelard.

¹¹⁵⁴ *Diário do Paraná*. Curitiba-PR, 08/09/1968. p.3.

“um comunista sujo”¹¹⁵⁵. Uma das ligações questionou-os: “Comunistas, como é que vocês lançam um livro desses”¹¹⁵⁶. Outra ligação foi mais incisiva prometia revanche: “vocês ainda vão pagar caro a divulgação desse comunista Marcuse”¹¹⁵⁷.

Eduardo Portela, diretor cultural da editora, acreditava, à época, que o atentado teria sido “perpetrado por elementos do MAC [Movimento Anticomunista] e CCC [Comando de Caça aos Comunistas]”.¹¹⁵⁸ Chegou a essa conclusão não só por causa dos telefonemas ameaçadores. Portela acreditava que o atentado tinha conexão ao “fato de o escritor Gustavo Corção¹¹⁵⁹, reconhecidamente anticomunista, ter rasgado na Livraria Agir [Rio de Janeiro] um cartaz do Colégio do Brasil, alusivo ao curso sobre Marcuse”.¹¹⁶⁰ Ao que parece, a investigação pouco avançou. Nem mesmo a perícia foi feita rigorosamente, já que, segundo o *Jornal do Brasil*, o perito do Instituto de Criminalística “se recusou a realizar o levantamento após atrito com repórteres, a quem criou obstáculos”¹¹⁶¹.

Seriam realmente membros do CCC e/ou do MAC? Talvez seguidores fanáticos das leituras produzidas por Gustavo Corção? O explosivo que causou tamanho estrago era mesmo “caseiro”? Teriam os perpetradores do ato terrorista algum contato com as considerações do general Moacir Araújo Lopes sobre o filósofo alemão? Infelizmente, faltam fontes para fazer afirmações mais contundentes sobre o atentado terrorista.

No entanto, tudo que envolvia o nome do “papa da delinquência juvenil ideológica do mundo de hoje”¹¹⁶² era explosivo, literalmente, no caso do atentado do Colégio Brasil, como bem registrou o ilustrador Vilmar na caricatura (Fig. 39) de Herbert Marcuse, fumando um charuto ao lado de uma bomba, em sutil referência ao ocorrido e à repercussão das ideias do filósofo. A ilustração acompanhava a resenha de Francisco Antonio Doria sobre o livro da Editora Tempo Brasileiro *Materialismo histórico e existência*.¹¹⁶³ É possível depreender que a charge, de certa forma, culpabiliza o próprio Marcuse pela violência ocorrida na madrugada do dia 7 de setembro de 1968. É o charuto do filósofo alemão, de forma displicente ou cínica, que

¹¹⁵⁵ *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 21/09/1968. p.15.

¹¹⁵⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p.9.

¹¹⁵⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p.9.

¹¹⁵⁸ *Diário do Paraná*. Curitiba-PR, 8/9/1968. p.3.

¹¹⁵⁹ Sobre Gustavo Corção, ver COWAN, B. *Sex Securing: Morality and Repression in the Making of Cold War Brazil*. UNC Press. 2016.

¹¹⁶⁰ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p.9.

¹¹⁶¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8/9/1968. p. 3.

¹¹⁶² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 17/8/1969. p. 3.

¹¹⁶³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29/9/1968. p. 2.

acende a bomba, vinculando-o também aos atos violentos divulgados pelos jornais no Brasil e no mundo, promovidos pelo confronto entre os movimentos contestatórios ocorridos a partir de 1967 e amplificados em 1968 e as forças repressivas.

Figura 39 - Caricatura de Herbert Marcuse por Vilmar.



Fonte: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29/9/1968. p.2.

Acredito que o clima de pânico moral ¹¹⁶⁴ e o anticomunismo ¹¹⁶⁵ estabelecido em torno do pensador alemão, principalmente por parte da imprensa, perplexa diante das manifestações estudantis no Brasil e no mundo, tenha contribuído para alimentar ações extremas como esse atentado à Editora Tempo Brasileiro e ao Colégio Brasil. O fundamental é afirmar que a causa do atentado estava vinculada à correlação entre imoralidade e comunismo, binômio que, para os conservadores como Moacir Lopes, sintetizava o pensamento de Marcuse e despertava repulsa e ódio em conservadores como Gustavo Corção. Com a visibilidade de Herbert Marcuse, Moacir Araújo Lopes decidiu alertar através de palestras sobre os perigos de tal filosofia.¹¹⁶⁶ O aparecimento dos "filósofos do caos" seria um desdobramento das "afirmações, em 1954, na ONU, do representante da URSS, Vichinsky", ¹¹⁶⁷ que afirmou: "Nós não venceremos o Ocidente por meio da bomba atômica. Nós o venceremos com qualquer coisa que o Ocidente não compreende: as nossas cabeças, as nossas ideias, as nossas doutrinas".¹¹⁶⁸ Lopes viu, na frase do representante soviético, a revelação indiscreta das intenções, que os ocidentais ainda não haviam compreendido "a seriedade",¹¹⁶⁹ de promover uma guerra cultural. Para ele, além de Marcuse, "Encabeçam essa ação inteligências privilegiadas" pensadores como "McLuhan, Chomsky etc., que espraiam o seu ateísmo em concepções niilistas ou socializantes."¹¹⁷⁰ O aparecimento de filósofos como Marcuse seria resultado da transformação desse enunciado em estratégia política pelo "movimento comunista internacional":

Logo a seguir, aparecem os 'filósofos' do caos, entre os quais destacaremos, agora, Herbert Marcuse. Hábil crítico, como o foi Marx, dos males do capitalismo; males que têm de ser

¹¹⁶⁴ COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016

¹¹⁶⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.

¹¹⁶⁶ A palestra "Liberdade e Democracia: com apreciação sobre a filosofia de Herbert Marcuse" foi apresentada no Colégio Militar do Rio de Janeiro (20/08/1968); Artilharia de Costa da 1ª RM (22/8/1968), Instituto Militar de Engenharia (17/9/1968), Ministério da Educação e Cultura (17/10/1968); Escola de Comando e Estado -Maior do Exército (7/11/1968); Escola de Saúde e Veterinária do Exército (4/12/1968); Escola de instrução Especializada (24/2/1969); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (7/3/1969); Faculdade de Ciências Econômicas de Florianópolis (10/3/1969); Universidade Federal do Paraná (13/3/1969); Faculdade, em Santos (14/4/69), Instituto de Educação, Guanabara (10/4/1969); Universidade Mackenzie, São Paulo (17/4/1969); Colégio Santos Anjos, Joinville (30/8/1969); Teatro Carlos Gomes, Blumenau (30/8/1969); e universidade Estadual e Católica, Campinas (17/4/1969). Além disso, o texto da palestra circulou pelo ambiente intelectual conservador como um folheto impresso pelo serviço gráfico das Forças Armadas.

¹¹⁶⁷ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira*: Conferências. [sem local], Capemi, 1975, p.39.

¹¹⁶⁸ *Ibid.*, p.39.

¹¹⁶⁹ *Ibid.*, p.39.

¹¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 185.

eliminados pela abertura do coração do Homem e não pelo seu envolvimento no ódio da luta de classes e pela perda da liberdade social.¹¹⁷¹

Assim, o aparecimento da “maldosa filosofia exposta, sobretudo em Eros e Civilização”,¹¹⁷² publicada em 1955 nos Estados Unidos, estaria vinculado a um amplo repertório de ações para derrotar o Ocidente, ao qual pertenceria o Brasil. Contudo, “a Guerra Revolucionária não é [era] expressão de patriotas assustados. É [Era] expressão usada pelos próprios agentes da sua execução nas nações do Mundo Ocidental”.¹¹⁷³ Para dar um caráter mais palpável a suas especulações, Lopes cita o *Relatório Geral Inicial da Comissão Consultiva Especial de Segurança da OEA*, de 1969, chamado de “Contra a ação subversiva do comunismo internacional”, em que afirma que “O comunismo acha que a família, e a sociedade nela baseada, elementos essenciais na estrutura do mundo democrático, são antiquadas e perniciosas. Deverão ser liquidadas.”¹¹⁷⁴ Não encontramos tais aspas no documento “*Against the subversive action of international communism*” no *Columbus Memorial Library* onde estão a documentação da OEA, podendo Lopes ter acessado um documento acrescido ou simplesmente inventado tais aspas. Esse documento buscou analisar a Conferência de Moscou, que aconteceu na capital soviética entre 5 e 17 de junho de 1969, com a presença de 75 partidos comunistas, e os documentos gerados “*Communique on the International Conference of Communist and Workers Parties*,” (Comunicado sobre a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários) e “*Tasks at the present stage of the struggle against imperialism and unite action of the communist and workers parties and all anti-imperialist forces*” (Tarefas na fase atual da luta contra o imperialismo e unidade na ação dos partidos comunistas, operários e de todas as forças anti-imperialistas), ambos anexados ao relatório.¹¹⁷⁵ O evento foi uma tentativa de re-aproximar chineses e soviéticos, construir uma agenda conjunta anti-imperialista e debater assuntos espinhosos como a invasão da Tchecoslováquia em 1968. Apesar do fracasso de aproximar os governos das duas principais referências no campo socialista, pois a China

¹¹⁷¹ Ibid., 1975, p. 39.

¹¹⁷² Idem. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. p. 18.

¹¹⁷³ Idem, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira*: Conferências. [sem local], Capemi, 1975, p. 30.

¹¹⁷⁴ Ibid., p. 29.

¹¹⁷⁵ O documento do Comitê de Segurança da OEA contabiliza um total de 88 partidos comunistas espalhados pelo mundo, sendo que 14 deles no poder (Nove na Europa: Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia, Rússia e Iugoslávia; Quatro na Ásia: China, Mongólia, Coreia do Norte e Vietnã do Norte; e um nas Américas: Cuba.)

não enviou delegação,¹¹⁷⁶ este documento mostra a hegemonia soviética, mas também a relativa diversidade de posições entre os partidos comunistas, das 75 delegações presentes na conferência, 61 assinaram o documento final sem ressalvas, 4 aderiram apenas em uma sessão (Itália, San Marino, “*Reunion*”¹¹⁷⁷ e Austrália); duas se abstiveram até que seus comitês centrais fossem consultados (Grã-Bretanha e Noruega); dois países não assinaram o documento porque eram “observadores” (Suécia e Cuba); o partido comunista dominicano “rejeitou o documento porque ele não foi considerado ‘suficientemente revolucionário’.”¹¹⁷⁸ Outras duas delegações, Marrocos e Sudão, “rejeitaram o documento porque ele não tratou da questão do Oriente Médio”,¹¹⁷⁹ e outros Romênia, Suíça e Espanha assinaram o documento com ressalvas. Após análise, os relatores da OEA,¹¹⁸⁰ chegaram à conclusão que “o documento mostra[va] certa tendência de não enfatizar a ação violenta como principal meio de ação. Isso torna[ria] lógico supor que o esforço principal poderia assumir a forma de impregnação ideológica e controle das massas.”¹¹⁸¹ numa evidente desconfiança com a política de "coexistência pacífica" dos soviéticos misturada a paranoia anticomunista. Aquele era um documento eivado de significados no âmbito da Guerra Fria.

Segundo essa lógica, o pensamento marcusiano era uma arma de “impregnação ideológica” e “controle das massas” contra o Ocidente nessa “Guerra Total”. Até porque, segundo o general Lopes, os russos se precaviam contra os descaminhos morais da sua juventude, controlando-os. Como fica evidente na palestra “Rumos para a

¹¹⁷⁶ Também não enviaram delegações os partidos comunistas da Albânia, Holanda, Japão, Coreia do Norte, Vietnã do Norte e Iugoslávia.

¹¹⁷⁷ O termo “*Reunion*” é usado como um país que não conseguimos identificar qual seria. *Special Consultative Committee on Security of OEA. Against the Subversive action of international Communism (November 19, 1969)*, Columbus Memorial Library, Washington DC. p.15.

¹¹⁷⁸ “[...] *the Dominican Communist Party rejected the document because it was considered ‘so revolutionary enough’.*” *Special Consultative Committee on Security of OEA. Against the Subversive action of international Communism (November 19, 1969)*, Columbus Memorial Library, Washington DC, p.15

¹¹⁷⁹ “[...] *impugned the document because it did not deal with the Middle East question [...]*” *Special Consultative Committee on Security of OEA. Against the Subversive action of international Communism (November 19, 1969)*, Columbus Memorial Library, Washington DC, p.15

¹¹⁸⁰ O documento é assinado por Leonidas Rodriguez Figueroa, presidente do Conselho e general da ditadura peruana de Velasco Alvarado (1968-1975); Alonso Flores Guerra, general da ditadura hondurenha (1963-1981); Julio Gutiérrez Rivera Vice presidente do Conselho e general da ditadura Somoza na Nicarágua (1953-1979); Carlos Angulo Rueda (não identificado); Jaime Garcia Naranjo (não identificado); contra-Almirante brasileiro Roberto Ferreira Teixeira de Freitas; e Godfrey H. Summ, membro do *Bureau of Intelligence and Research Department of State* dos Estados Unidos da América.

¹¹⁸¹ “[...] *the document shows a certain tendency not to underscore violent action as a principal means of action. This makes it logical to suppose that the principal effort could take the form of ideological impregnation and control of the masses.*” *Special Consultative Committee on Security of OEA. Against the Subversive action of international Communism (November 19, 1969)*, Columbus Memorial Library, Washington DC, p.18

Educação" (1967), "paralelamente à ação anti-religiosa [condenável, segundo nosso interlocutor], o Governo da URSS impõe pela força, no campo horizontal das atividades humanas, padrões morais e éticos à juventude e impede [que] sejam-lhes apresentados, nesse campo, ‘standards’ imorais de comportamento. [...] Deste modo, escapam à juventude russa padrões imorais e ela, embora pela força, é condicionada em comportamentos morais.”¹¹⁸² Dessa forma, Moacir Araújo Lopes torna um pouco mais complexo seu anticomunismo. Os soviéticos não seriam imorais em si, usavam a propagação das imoralidades como arma política, através de autores como Marcuse.

Na proposta marcusiana interpretada pelo general, caminha-se para “um utópico paraíso materialista, impregnado de sexualidade total (Eros), ao invés de resultante apenas da distribuição de bens econômicos a cada um, segundo as suas necessidades,”¹¹⁸³ conforme o marxismo tradicional. Assim, no “domínio de Eros [de Marcuse] surge o paraíso, em que o prazer é total, o trabalho é atividade lúdica espontânea.”¹¹⁸⁴ Para os conservadores, o “Domínio de Eros” seria o reino do caos e da perversão; segundo eles, “Marcuse nega que a transformação da sexualidade em Eros conduza ao caos, à explosão irreferida do instinto, como tem acontecido em civilizações passadas.”¹¹⁸⁵ A filosofia marcusiana representava o “enaltecimento geral das perversões”¹¹⁸⁶ e de práticas sociais condenáveis, como o uso de anticoncepcionais,¹¹⁸⁷ “alucinógenos, a ociosidade, o repúdio ao banho”.¹¹⁸⁸ Na busca por estabelecer o domínio de Eros, o “decálogo dos hippies”, enaltece “o amor à mulher do próximo, as flores, a vida em grupo, o protesto, os alucinógenos, a ociosidade (atividade lúdica), o repúdio ao banho (coprofilia, etc.), o simbolismo da pintura de todo o corpo com flores”.¹¹⁸⁹

Além disso, protestos e comportamentos desviantes, como “a guerra do Vietnam; a queima dos cartões de recrutamento, nos Estados Unidos; o descrédito da autoridade e a sua desmoralização; o uso de anticoncepcionais e alucinógenos”¹¹⁹⁰ eram expressões da aplicação da proposta de Marcuse. Uma proposta “visceralmente

¹¹⁸² LOPES, Moacir Araujo. Rumos para a Educação. In: LOPES, Moacir Araujo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. p. 74.

¹¹⁸³ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 20.

¹¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁸⁵ *Ibid.*, p.26.

¹¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 24.

¹¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 27.

¹¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 27.

materialista”¹¹⁹¹ que unia “maquiavelicamente” Freud e Marx. Uma filosofia como aquela só poderia ter como o objetivo final “o desfibramento físico, moral e espiritual de nosso povo, especialmente da juventude; isto conseguido, teríamos famílias desagregadas, dissolvidas moralmente e incapazes de se constituírem verdadeiramente em base de nossa nacionalidade.”¹¹⁹² O aperfeiçoamento da humanidade não aconteceria por meio da “erotização de todo o corpo humano e repúdio do trabalho, com a subversão das estruturas sociais e políticas vigentes,”¹¹⁹³ mas pela “sublimação da sexualidade” que só poderia “ser conseguida com aperfeiçoamento espiritual, numa natural evolução do homem.”¹¹⁹⁴

Anos mais tarde, o general acrescentaria que Marcuse “Apresenta[va], como símbolos da civilização ideal, Orfeu e Narciso, o primeiro identificado com o homossexualismo e o segundo com o onanismo [masturbação]. No seu desvario, Marcuse enaltece até a coprofilia, amor ao excremento.”¹¹⁹⁵ Tal ponto de vista era compartilhado pelo embaixador brasileiro J. O. de Meira Penna, que em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, cheio de ironia, problematizava a aplicabilidade das teses marcusianas, da seguinte maneira:

A essa proposição fantástica, podemos apenas contestar que se toda a humanidade se tornasse discípula de Marcuse e se dedicasse à catequese do corpo que ele propõe, repelindo o genitismo reprodutor e se expandindo livremente no onanismo, na pederastia, na necrofilia, zoofilia e urolagnia, no fetichismo, exibicionismo *fellatio* e erotismo anal - é evidente que um método seguro seria encontrado para imediata solução do problema da exploração demográfica. Felizmente para a sobrevivência da espécie, entretanto, os autênticos discípulos de Marcuse não deixariam descendentes [...] É com esse comentário que podemos terminar essa crítica.¹¹⁹⁶

Esse discurso guarda relação com outros proferidos no início da década de 1970, por exemplo, pelo liberal católico Alceu de Amoroso Lima, para o qual “Marcuse é justamente um filósofo que erigiu o erotismo como a filosofia de vida”¹¹⁹⁷ ou o padre e sociólogo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, protagonista do rumoroso caso da Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, que analisamos no

¹¹⁹¹ *Ibid.*, p. 19.

¹¹⁹² LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975, p. 35.

¹¹⁹³ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 32.

¹¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 32.

¹¹⁹⁵ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975, p. 40.

¹¹⁹⁶ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7/8/1968, p. 26.

¹¹⁹⁷ *O Pasquim*. Rio de Janeiro, 9 a 15/ 10/1969, n. 16, p.5.

capítulo 3, Fernando Bastos de Ávila, em 1971, que alertou sobre a degeneração e a barbárie tendo em vista a afinidade das juventudes com Herbert Marcuse.¹¹⁹⁸ Outro exemplo foi o discurso, em 1972, do ex-ministro da educação Cândido Motta Filho, que apontou a televisão e os veículos de comunicação de massa como responsáveis por fomentar a influência do controverso filósofo Herbert Marcuse,¹¹⁹⁹ em termos bastante similares aos apresentados por Moacir Araújo Lopes em suas palestras sobre Marcuse, entre 1968 e 1969. Esses discursos demonstram a circulação na direita brasileira do espantinho discursivo do Marcuse pornográfico; as palestras de Moacir Araújo Lopes foram parte da consolidação dessa visão sobre Marcuse. Uma visão que correlaciona o anticomunismo e o moralismo.

Eros, ser mitológico grego, na metáfora marcusiana simboliza o prazer, não apenas sexual. Marcuse fez a escolha justamente para contrapor uma civilização estruturada sobre o produtivismo, a brutalização do real, a privação do prazer e da felicidade, mesmo entre a militância política de esquerda. A crítica de Marcuse à redução do prazer ao consumo nas sociedades industriais modernas¹²⁰⁰ foi, nesse sentido, transfigurada por Moacir Araújo Lopes, em um elogio ao pornográfico, ao perverso e ao obscuro, como peça de uma campanha para espalhar o pânico moral e o anticomunismo.

É possível que a atmosfera baseada no pânico moral e no anticomunismo, construída por personagens como Moacir A. Lopes em torno do pensador alemão, principalmente através da imprensa, perplexa diante das manifestações estudantis no Brasil e no mundo, tenha contribuído para alimentar ações extremas, como esse atentado à Editora Tempo Brasileiro e ao Colégio Brasil. Neste ponto, esta tese se conecta com a extensa produção que vem sendo desenvolvida no Brasil e em outros países da América Latina sobre os usos mobilizadores da moralidade na política conservadora na Guerra Fria cultural.¹²⁰¹

¹¹⁹⁸ ÁVILA, “Elementos Básicos da Nacionalidade - as instituições” (palestra, ESG, 26 de Maio de 1971) Segurança e Desenvolvimento, n. 145, 1971, p. 47

¹¹⁹⁹ MOTTA Filho, “O papel da comunicação social na cultura nacional” (palestra, ESG, 1972), ESG BGCF, C6-12-72, p. 6.

¹²⁰⁰ MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; e MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Tradução de Maria Cristina Vidal Barbosa. São Paulo: Unesp, 1999.

¹²⁰¹ CASALS, Marcelo. “*Chilean! Is this How you want to see your daughter?*”: *The Cuban Revolution and representations of gender and family during Chile’s 1964 anticommunist “Campaign of Terror”* In: *Radical History Review*, v. 136, 2020; AVILA, Luis Herrán. *The other “New Man”*: *Conservative Nationalism and Right-Wing Youth in 1970s Monterrey* In: PENSADO, J. M. ; OCHOA, E. C. (Orgs.).

Com efeito, as palestras do general Moacir A. Lopes que haviam sido iniciadas em agosto, no Colégio Militar do Rio de Janeiro (20/8/68), e replicadas na Artilharia de Costa da 1ª RM (22/8/68), logo após as mobilizações de junho e julho de 1968¹²⁰², ápice das manifestações estudantis no Brasil, foram promovidas como forma de preparar as autoridades, militares e civis, para uma possível nova onda de protestos. Como defende Victoria Langland¹²⁰³, a ditadura militar entrou em estado de alerta após as massivas demonstrações das oposições nas principais capitais brasileiras, além de instruir professores, religiosos, estudantes e curiosos sobre o suposto perigo que envolvia as formulações do “profeta alemão-americano da Nova Ordem”¹²⁰⁴.

Em setembro de 1968, portanto, seis dias após o atentado contra a Editora Tempo Brasileiro, o general Moacir, então chefe do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul, do Estado Maior das Forças Armadas, o EMFA¹²⁰⁵, palestrou sobre as ideias “subversivas” de Herbert Marcuse na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em seguida, no dia 17 de setembro de 1968, no Instituto Militar de Engenharia, localizado na Praia Vermelha (RJ). Um colunista do jornal católico *A Cruz* considerou aquela “uma tarde bem aproveitada, pela verdadeira assembleia cívica, que lá se reuniu, com a presença de altas patentes, professores e grande número de alunos”,¹²⁰⁶ inclusive membros do Conselho Federal de Educação.¹²⁰⁷ Aos presentes, o conferencista brindou com um exemplar da conferência, além da sua performance: “O General Moacir discursou brilhantemente sobre o tema Liberdade e Democracia, com apreciação da filosofia de Herbert Marcuse, hoje tão em moda. Mostrou os malefícios dessa orientação, apresentando bibliografia¹²⁰⁸ e quadros sugestivos a respeito [do tema].”¹²⁰⁹

México Beyond 1968: Revolutionaries, Radicals, and Repression During the Global Sixties and Subversive Seventies. University of Arizona Press, 2018. pp. 195-214; COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil.* Chapel Hill: UNC Press, 2016.

¹²⁰² A data mais remota que encontrei de documentos referentes às palestras do general Moacir Araújo Lopes sobre Marcuse foi de agosto de 1968.

¹²⁰³ LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil.* Duhan, Duke University Press, 2013.

¹²⁰⁴ *Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro, 5/11/1968. p. 3.

¹²⁰⁵ Órgão de assessoramento do presidente da República, comandante supremo das forças armadas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-maior-das-forcas-armadas-emfa>. Acesso em: 19 fev. 2019.

¹²⁰⁶ *A Cruz.* Rio de Janeiro, 22/09/1968. p. 8.

¹²⁰⁷ *Diário de Notícias.* Rio de Janeiro, 20/09/1968, p. 10.

¹²⁰⁸ Na bibliografia da palestra constavam: 1) MARCUSE, H. *Eros e a civilização.* Rio de Janeiro: Zahar, 1968; 2) MARCUSE, H. *Ideologia da Sociedade Industrial.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967; 3) FROMM, Erich. *O coração do Homem.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967; 4) FROMM, Erich. *A Arte de Amar.* Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1966; 5) HORNEY, Karen. *Nossos Conflitos Interiores.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; 6) HORNEY, Karen. *Novos rumos da psicanálise.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; 7) Curso de Formação de Líderes Democráticos, sob a orientação do Cel. Germano Seidl Vidal - CPOR, Salvador, Bahia, 1966; 8) JOLIVET, Regis. *Tratado de Filosofia - Moral.*

O colunista do jornal *A Cruz* ainda aconselhou que “Seria de bom alvitre, que S. Ex-cia. repetisse seu trabalho em outros auditórios e melhor ainda na televisão. Desculpe a sugestão de um patriota.”¹²¹⁰ A “patriótica” sugestão deve ter sido ouvida, ou pensada por outras pessoas, pois o general foi convidado para palestrar no Ministério da Educação em 17 de outubro, encerrando as palestras no ano de 1968 na Escola do Comando e Estado-Maior do Exército, em 7 de novembro de 1968.

No ano seguinte, em 1969, retomou as palestras sobre Herbert Marcuse na recepção aos novos alunos e alunas da Escola de Saúde e Veterinária do Exército, em 4 de fevereiro. A sua primeira apresentação em universidades foi em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. No dia 7 de fevereiro, palestrou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em seguida na capital do estado de Santa Catarina, na Faculdade de Ciências Econômicas de Florianópolis, em 10 de fevereiro de 1969. Por fim, encerrou o *tour* pelos três estados que compõem a região sul brasileira com uma palestra em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná, no dia 13 de fevereiro de 1969.

Quatro dias após viajar e palestrar nos três estados da região sul, chegou a São Paulo. Na manhã de 17 de fevereiro de 1969, na capital paulista, mais precisamente na rua Abílio Soares, participou do Círculo Militar de São Paulo, “Com a presença de altas

Rio de Janeiro, Livraria Agir, 1966; 9) WILLMANN, Otto. *A ciência da Educação*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, s/d; 10) DAVIES, A. P. *Uma definição de Democracia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956; 11) PEALE, N. V. *Pecado, sexo e Autocontrole*. Rio de Janeiro: Record, 1967; 12) LOPES, M. A.; FERRAZ FILHO, L.; NASCIMENTO, José Camarinha do.; SENNA, Milton Camara; SOUZA, Jorge Boaventura de; CUNHA, Ruy Vieira da. *Projeção dos Valores Espirituais e Morais da Nacionalidade*, proposta de Objetivo Nacional Permanente, para o Fortalecimento da Democracia”; 13) ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Imprensa del Congreso de la Nación, 1958; 14) ARGENTINA. Reordenamento Metodológico de Políticas. Governo Argentino, 1968; 15) “Pontos de Vista do Comando em Chefe do Exército para a Orientação Doutrinária e de Metodologia de Instrução de Condução Interior” do Exército Argentino, 1966; 16) ROHDEN, Humberto. Notas de aula do curso de filosofia na *The American University, Washington*, Estados Unidos, 1946-1950; 17) “Religiosos concordam que não se pode educar bem sem Deus” *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21/5/1968; 18) “Discurso violento de Brejnev contra os EUA”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4/7/1968; 19) PEDROSSIAN, Maria. “Marxismo e Humanismo”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9/4/1967; 20) MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição de 1967*, Tomo I (Arts, 1 o - 7.o), RT, Editora Revista de Tribunais, 1967; 21) MARCUSE, H. *Marcuse*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968; 22) COHN-BENDIT, Daniel; SAUVAGEOT, J.; GEISMAR, A.; DUTEIL, J. P. *Revolta Estudantil*. Editora Laudes, 1968; 23) OLIVEIRA, Hermes de Araújo. *Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1968; 24) WARD, Barbara. *Fé e Liberdade*. Rio de Janeiro, Forense, 1968; 25) “Hablo el general Onganía en la asamblea anual de la SIP”. *La Razón*, Buenos Aires, 17/10/1968; 26) “Onganía diz que a Argentina sacrifica forma para viver a essência da democracia”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/10/1968; 27) ALCANTARA, José Jacinto de. *Ecos de um Decreto*. Rio Parnaíba - MG, 1967.

¹²⁰⁹ *A Cruz*. Rio de Janeiro, 22/09/1968. p. 8.

¹²¹⁰ *A Cruz*. Rio de Janeiro, 22/09/1968. p. 8

autoridades militares, civis e eclesiásticas”.¹²¹¹ O general Moacir Araújo Lopes foi introduzido ao conjunto da plateia pelo também general Dale Coutinho. Na primeira fileira poderiam ser vistos

[...] os srs. general Aloysio Guedes Pereira, comandante da 2a D.I.; almirante Hélio Leite, comandante do 6o Distrito Naval; general Cláudio Cardoso presidente do Círculo Militar, general Dacio Vassimon, comandante da A. D./2 de Jundiaí; Esther de Figueiredo Ferraz, reitora da Universidade Mackenzie; Hely Lopes Meirelles secretário de segurança [do Estado de São Paulo]; padre Pedreira de Freitas, reitor da Universidade S. Luis; padre Victor Gialuisi, diretor da Faculdade Brigadeiro José Vaz, comandante da IV Zona Aérea; Oswaldo Mueller [Müller] (...) presidente do Instituto Mackenzie; (...) deputado estadual Amaral Gurgel, presidente da ADESG.¹²¹²

A primeira fila (Fig.40) descrita pelo jornalista é uma amostragem bastante reveladora dos setores que sustentaram e ajudaram a criar as políticas para a juventude na ditadura militar: militares, representantes de instituições privadas, políticos conservadores e religiosos. Além daqueles dignos de serem citados nominalmente pelo jornalista, estavam as “delegações de todas as unidades militares do I exército” e ainda a “delegação de alunos do CPOB de São Paulo e outros”¹²¹³ completando aquela plateia que poderia ser definida como uma audiência de militares e de instituições educacionais privadas, sobressaindo-se a Universidade e Instituto Mackenzie.

Figura 40 - Primeira fila da palestra do general Moacir A. Lopes no Círculo Militar de São Paulo.



Fonte: *Diário da Noite*. Rio de Janeiro. 18/3/1969. p.3

¹²¹¹ *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 18/03/1969.p. 3.

¹²¹² *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 18/03/1969.p.3.

¹²¹³ *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 13/03/1969.p.3.

No regresso ao Rio de Janeiro, proferiu a palestra sobre Herbert Marcuse para um auditório recheado de futuras professoras do Instituto de Educação da Guanabara, em 10 de abril de 1969. (Fig. 41) Uma semana depois, retornou a São Paulo para palestrar no mesmo dia, 17 de abril de 1969, em um evento na Universidade Mackenzie em São Paulo e outro evento, em Campinas, organizado pela Unicamp e pela PUC-Campinas. A palestra na Universidade Mackenzie era um sinal de que sua fala no círculo militar havia agradado aos ouvintes. As palestras do general antimarcusiano eram uma reação a esse fenômeno; ao mesmo tempo, constituía-se de uma busca por explicar as ideias do filósofo e por sugerir estratégias de prevenção contra os supostos avanços sobre a juventude. Com isso, é possível reforçar a análise de Douglas A. Marcelino:

A tônica de liberalização sexual dos anos 1960 e 1970 parecia um verdadeiro golpe nos ‘valores tradicionais’, possibilitando a proliferação de tentativas de se explicar o fenômeno. É nos momentos de crise ou de abalo profundo de determinados grupos sociais, sejam eles minoritários ou não, que se fortalecem certas representações e mitologias, pois é somente por meio delas que tais setores conseguem criar uma identidade comum para lidar com as mudanças que ameaçam sua estabilidade social.¹²¹⁴

Figura 41 - Plateia de cursistas e professores do Instituto de Educação da Guanabara assistem a palestra do general Moacir de Araújo Lopes.



Fonte: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 11/04/1969. p.1.

Após praticamente um ano promovendo a crítica conservadora ao trabalho de Herbert Marcuse, encerrou apresentando-se no Colégio Santos Anjos, em Joinville, e no

¹²¹⁴ MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011. p. 207.

Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, ambas no dia 30 de agosto de 1969, no estado de Santa Catarina.¹²¹⁵ As críticas a Marcuse ainda persistiriam pelo menos até 1975, mas diluídas em outras palestras.¹²¹⁶ Anticomunista antes do golpe de 1964, o general foi perspicaz em fazer carreira, ao se posicionar como um dos principais agentes e intérpretes da Guerra Fria cultural. Navegou na onda do modismo anticomunista em torno de Marcuse ou da possibilidade de uma ‘invenção’ anticomunista em torno do filósofo alemão, com a finalidade de alimentar o fantasma do perigo vermelho,¹²¹⁷ novamente responsabilizando a influência externa para explicar a rebeldia juvenil no Brasil e no mundo. Esse lugar do anticomunismo também era um nicho político a ser disputado e alimentado.

A engenhosa filosofia que supostamente embalava os sonhos e as esperanças dos jovens em 1968, se beneficiava da “suposta promoção de comportamentos indecorosos”, como “a luta pelo sexo desenfreado, apresentado por Marcuse aos jovens do mundo”, transformando os jovens em “uma isca para a subversão”, cujo objetivo era o de “destruir toda a autoridade”, impondo “a moralidade libidinal em marcha”. O diagnóstico focado nos “aspectos negativos da nossa civilização” seria o “passaporte eficaz para a penetração das ideias”¹²¹⁸ marcusianas e, conseqüentemente, para a destruição do Ocidente.

A prioridade dada aos jovens como atores relevantes no sistema de pensamento marcusiano estaria relacionada ao fato de que “Visa-se principalmente à conquista da juventude, que, pelo seu idealismo, desprendimento, imaturidade e a natural simpatia que os jovens despertam em todas as camadas da população, constitui a massa de manobra ideal para seus interesses.”¹²¹⁹ Para se infiltrar nesse público específico, era necessário que “os agentes comunistas utiliza[sse]m-se de todos os meios: desde a chantagem e a coação psicológica, até uso de tóxicos e, frequentemente, da atração sexual, pregando e difundindo o amor livre.”¹²²⁰ Essa “verdadeira campanha,

¹²¹⁵ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

¹²¹⁶ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971; LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975; LOPES, Moacir Araújo. *Educação Moral e cívica sob a Forma de Estudos de Problemas Brasileiros realizado na Faculdade de Humanidades Pedro II: Conferência*. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico IBGE, 1975.

¹²¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo Vermelho*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.

¹²¹⁸ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971. p. 19.

¹²¹⁹ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975. p. 34

¹²²⁰ *Ibid.*, p. 34.

sistemática e organizada,” era empreendida “com a utilização dos meios de comunicação de massa”¹²²¹ que, devido à sua complacência, acabavam por contribuir com os agentes da desestruturação do Brasil e do Ocidente. Com isso, “A imprensa, o rádio e a televisão, com honrosas exceções, são [eram] utilizados ao máximo, poluindo esses admiráveis meios de comunicação social, criados e desenvolvidos para difundir cultura, informação e educação”.¹²²² Tal ação “ardilosa e sagaz - os princípios morais não são atacados frontalmente nem é recomendada uma revolução brusca e imediata nos padrões de comportamento”¹²²³ sugeria ideias “de forma quase subliminar, porém, de modo incessante, em todos os setores.”¹²²⁴ Assim,

Atos de minorias amorais são constantemente divulgados como sendo o procedimento normal da população. Alguns exemplos desta ação, são facilmente identificáveis: no campo literário e cinematográfico, o erotismo vai se tornando obrigatório e a sublimação da violência, uma constante; na publicidade, utilizam-se os recursos da mais baixa propaganda; no teatro, a obscenidade torna-se normal; na pedagogia, fala-se em educação sexual, de forma leviana e irresponsável; na difusão de noticiário internacional, dá-se destaque às realidades comunistas em detrimento das democráticas [leia-se capitalistas].¹²²⁵

A onda de protestos contra a ditadura protagonizada pelas juventudes brasileiras e que também estava acontecendo em outros países era percebida pelo alarmismo do general como uma comprovação do avanço das ideias marcusianas. As conexões entre os movimentos contestatórios na França e nos Estados Unidos eram sinais desse processo. Lopes estava preocupado com essa influencia: “aqueles manifestos e declarações estão servindo de modelo a alguns dos nossos estudantes e professores.”¹²²⁶ Apesar de não se referir diretamente a sexo, ponderou, “A meu ver para não afrontar boa parte da opinião pública, pois é conhecido o motivo da primeira interferência da polícia, na Universidade de Nanterre: Querem os estudantes liberdade para ir ao quarto das moças.”¹²²⁷

Apresentar as manifestações e as modificações comportamentais como um todo orgânico, articulado e organizado serviu para simplificar os fenômenos do protagonismo juvenil nos protestos no final dos anos 1960, ocorridos no Brasil e no mundo. Tendo

¹²²¹ Ibid., p. 34

¹²²² Ibid., p. 34.

¹²²³ Ibid., p. 34.

¹²²⁴ Ibid., p. 34.

¹²²⁵ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. *Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências*. [sem local], Capemi, 1975, p.34-35.

¹²²⁶ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 27.

¹²²⁷ Ibid., p. 27.

como base uma visão bastante conspiratória, elitista e essencialista das juventudes, Moacir Araujo Lopes adotava um tom quase paternalista, em que responsabilizava Marcuse e os “agentes do comunismo internacional”, mas não as juventudes, pelos atos. Os jovens teriam sido ludibriados e colocados em conflito contra a autoridade por forças externas, movidos por um idealismo e voluntarismo inerentes a eles. Tal obra era apenas possível por um inimigo com poderes quase mágicos:

O inimigo é indefinido e mimetista, adapta-se a qualquer ambiente e usa de todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Ele se traveste de padre ou de professor de aluno ou de camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado, de piedoso ou de extremado protestante; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura; se necessário usará farda ou traje civil; enfim, assumirá qualquer papel que for julgado conveniente para engodar, mentir e ilaquear a boa fé dos povos ocidentais.¹²²⁸

Além dos estudantes em protesto contra ditadura, os hippies eram outro exemplo da penetração nefasta do marcusianismo, pois, “Boa parte da juventude, atingida, deu-nos os tristes e degradantes espetáculos dos hippies.”¹²²⁹ Não por acaso, o período entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 registrou uma onda de repressão aos jovens andarilhos, cabeludos e hippies, nacionais ou estrangeiros, que circulavam pelo Brasil, como analisaram Dunn¹²³⁰ e Leo Kaminsky.¹²³¹

A obra de Marcuse, especialmente *Eros e a Civilização*, entrou para o seleto rol de livros que “transmitiam uma mensagem política e uma visão geral da política”,¹²³² como Robert Darnton pensou em outro contexto, que “moldaram a própria realidade e ajudaram a determinar o curso dos acontecimentos”.¹²³³ Se sua influência sobre os movimentos contestatórios brasileiros de 1968 precisa ser relativizada, seu uso pelas direitas conservadoras e moralistas reverberou em atentados, repressão e perseguição.

¹²²⁸ LOPES, Moacir; PAUPÉRIO, Arthur M.; MENEZES, Geraldo M. B. de. Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferências. [sem local], Capemi, 1975, p. 35.

¹²²⁹ Ibid., p. 40.

¹²³⁰ DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative Arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2016.

¹²³¹ KAMINSKI, Leon Frederico. *Teatro, liberdade e repressão nos Festivais de Inverno de Ouro Preto, 1967-1979*. Varia Historia, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, 2016, p. 327-355; KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, 2016, p. 437-466; KAMINSKI, Leon Frederico. *A Revolução das Mochilas: Contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Tese (em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

¹²³² DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

¹²³³ Ibid., p. 15

O diagnóstico focado nos “aspectos negativos da nossa civilização” seria o “passaporte eficaz para a penetração das ideias”¹²³⁴ Esse diagnóstico seria produto de um pensamento “visceralmente materialista”¹²³⁵ que uniu “maquiavelicamente” Sigmund Freud e Karl Marx para fomentar “ações no campo moral e político que levariam ao *paraíso do prazer*, mas que conduzirão seguramente ao caos”.¹²³⁶ Afinal, “a sublimação da sexualidade só poderá ser conseguida com aperfeiçoamento espiritual, numa natural evolução do homem.”¹²³⁷ e não por meio da “erotização de todo o corpo humano e repúdio do trabalho, com a subversão das estruturas sociais e políticas vigentes.”¹²³⁸

A filosofia marcusiana era, para o general Moacir Araújo Lopes, “enaltecimento geral de perversões”¹²³⁹ e de práticas condenáveis, como o uso de anticoncepcionais,¹²⁴⁰ “alucinógenos, a ociosidade, o repúdio ao banho”¹²⁴¹, além das práticas sexuais consideradas por ele como desviantes, como o “homossexualismo”. A crítica de Marcuse à redução do prazer ao consumo nas sociedades industriais modernas¹²⁴² foi transfigurado por Moacir Araújo Lopes em uma ode ao pornográfico, ao perverso e ao obsceno, como peça de uma campanha para espalhar o pânico moral que mais lembrava os famosos *Protocolos dos sábios de Sião*.¹²⁴³

¹²³⁴ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 19.

¹²³⁵ *Ibid.*, p. 19.

¹²³⁶ *Ibid.*, p. 22.

¹²³⁷ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 32.

¹²³⁸ *Ibid.*, p. 32.

¹²³⁹ *Ibid.*, p. 24.

¹²⁴⁰ *Ibid.*, p. 27.

¹²⁴¹ *Ibid.*, p. 26.

¹²⁴² MARCUSE, H. *Eros e civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; e MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Tradução de Maria Cristina Vidal Barbosa. São Paulo: Unesp, 1999.

¹²⁴³ *Protocolos dos sábios de Sião* é um texto antissemita anônimo supostamente produzido a partir de atas de um congresso secreto de um grupo de conspiradores judeus, idealizado por Salomão e pelos Sábios de Sião, em 929 a.C., onde se planejou uma infiltração em todos os níveis da sociedade. O fictício projeto fantasmagórico visava à implantação de uma monarquia judaica de dominação mundial. Esse texto foi publicado pela primeira vez em 1903 na Rússia czarista, mas sua difusão mundial começou após a Revolução Russa de outubro de 1917, um acontecimento que parte da imprensa reacionária apresentou como resultado de uma conspiração judaica. As primeiras relações identificadas do movimento nazista com a propagação desse folheto datam de 1934, quando nacionais-socialistas suíços foram processados por organizações judaicas por difamação. Sua circulação permanece dinâmica até os dias atuais, sobretudo na internet. Cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e o rastro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p.189-209.

Para o general, além da influência marcusiana na juventude e nos meios artístico-intelectuais, a “indefinição das bases filosóficas da LDB,”¹²⁴⁴ lei “conhecida [pel]a forte influência de comunistas em sua elaboração,”¹²⁴⁵ havia dado margem para que, em 1968, tivéssemos “a prova, no comportamento da juventude estudantil, dos frutos da Educação no mundo ocidental e no Brasil, sujeitos, ambos, à mesma indefinição de bases filosóficas-pedagógicas”.¹²⁴⁶ Por isso, para blindar a juventude contra a infiltração de pensamentos nefastos, mais do que nunca, era necessário aprovar a introdução das disciplinas de moral e civismo e Estudo dos Problemas Brasileiros, fomentar o movimento nacional dos escoteiros e além do estabelecimento de um Conselho Nacional de Moral e Civismo. Isso viria a ser feito sob a liderança do general antimarcusiano.¹²⁴⁷

5.2 DETERMINANDO O CONTEÚDO DOS LIVROS SOBRE MORAL E CIVISMO

Após a tumultuada tentativa de encomendar uma publicação, o MEC optou por uma experiência diferente. Em janeiro de 1968, o governo militar promoveu um concurso para a elaboração de manuais que deveriam orientar a educação moral e cívica no ensino médio, de forma não obrigatória. Abandonou-se, aparentemente, a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* e introduziu-se a comissão “técnica” de avaliação como algo pertencente ao processo e não mais como algo emergencial e improvisado.

A formação da comissão para conduzir a triagem dessa nova publicação foi amplamente divulgada pela imprensa, como deixou nítida a reportagem do jornal carioca *Correio da Manhã*:

O ministro da Educação designou o general Moacir Araújo Lopes para chefiar a Comissão incumbida de organizar o concurso para escolha de um “guia cívico”, destinado ao ensino médio, e que será editado pela Divisão de Educação Extra-escolar do Ministério da Educação. A comissão será integrada ainda pelos professores José Camarinha

¹²⁴⁴ LOPES, Moacir Araújo. Educação Moral e cívica sob a Forma de Estudos de Problemas Brasileiros realizado na Faculdade de Humanidades Pedro II: Conferência. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico IBGE, 1975.

¹²⁴⁵ LOPES, Moacir Araújo. Liberdade e Democracia. In: LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.p.39

¹²⁴⁶ LOPES, Moacir Araújo. Educação Moral e cívica sob a Forma de Estudos de Problemas Brasileiros realizado na Faculdade de Humanidades Pedro II: Conferência. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico IBGE, 1975.

¹²⁴⁷ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335.

Nascimento, Ruy Vieira da Cunha, Walter Ramos Poyares, Lywal Sales e Jorge Boaventura de Souza.¹²⁴⁸

As propostas a serem escolhidas para integrar o “guia cívico”, destinado ao ensino médio, deveriam ser orientadas por um conjunto de “Ideias Básicas das Instruções Reguladoras, elaboradas pela comissão Organizadora”¹²⁴⁹ e aprovadas pelo ministro da Educação, Tarso Dutra, em publicação no *Diário Oficial da União* de 8 de abril de 1968. Dessa forma, passariam *a priori* por uma análise especializada, novamente chefiada pelo general Moacir Araújo Lopes, evitando-se a repetição de agruras passadas (conforme demonstrado no capítulo 2). Instituiu-se assim a comissão como órgão mediador da relação entre os órgãos responsáveis pela publicação de material didático e a DSI-MEC, pois a presença do general Moacir Araújo Lopes produzia esse efeito estabilizador.

As *Ideias Básicas das Instruções Reguladoras* citadas foram publicadas como uma espécie de encarte, talvez fruto da experiência do general Moacir A. Lopes à frente do caso da *Pequena Enciclopédia Moral e Civismo*. As ideias contidas nas instruções elaboradas pela comissão do concurso, as quais se adequaram às propostas para o “guia cívico”, expressavam noções amplamente disseminadas entre os modernistas autoritários: desenvolver a economia, o empreendimento privado e a tecnologia, principalmente nos setores industriais e agrícolas, sem promover mudanças profundas na brutal desigualdade social sobre a qual a sociedade brasileira estava assentada, sem qualquer discussão com a sociedade civil¹²⁵⁰; um elástico conceito de democracia, praticamente entendido como tudo que não é comunismo: anticomunismo; defesa de “valores cristãos”; patriarcalismo; apelo ao engajamento do cidadão às causas da pátria e preocupação com o preparo das juventudes para os desafios vindouros. Eram, ao mesmo tempo, uma síntese do que setores conservadores entendiam por educação moral e formação cívica; e espécie de prévia do que seria o Decreto Lei n. 869/1969, responsável por criar a disciplina de educação moral e a formação cívica em todos os níveis educacionais. Voltarei ao tema.

¹²⁴⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27.01.1968. p. 12.

¹²⁴⁹ VALLE, Diniz A. *Guia de Civismo*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. 1972. p.5.

¹²⁵⁰ DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história no Brasil. Dados, *Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n. 3, 2002; ORTIZ, Renato. Revisando o tempo dos militares. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S.(Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

De acordo com esses critérios, três propostas foram considerados excelentes e selecionados pela comissão chefiada pelo general Moacir Araújo Lopes para integrar o *Guia de Civismo*:

O Ministério cumprimenta os professores: Paulo Silva de Araújo e Cel. Diniz Almeida do Valle, 1.º lugar; Maria Terezinha Tourinho Saraiva e Dr. Ciro Vieira Cunha, 2.º lugar; Major Hélio Casatle da Conceição, 3.º lugar, pelos seus excelentes trabalhos, que entregamos aos professores e estudantes brasileiros.¹²⁵¹

Chegou a se fazer uma solenidade para divulgar o resultado do concurso (Fig. 42, 43 e 44). No entanto, o lançamento da coleção foi retardado por “Circunstâncias supervenientes”, mencionadas no prefácio da publicação por Jarbas Passarinho, que substituiu Tarso Dutra no Ministério da Educação, em 30 de outubro de 1969. O guia só foi publicado em 1972, quatro anos após o concurso, em um contexto em que a educação moral e cívica já havia deixado de ser apenas uma recomendação supra-escolar e se tornado uma disciplina.

Figura 42 - General Moacir Araújo Lopes, de farda e no centro da foto, ao lado do ministro Tarso Dutra em solenidade do concurso para escolher *Guia de Civismo*, em 1969, no Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*.

¹²⁵¹ VALLE, Diniz A. *Guia de Civismo*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. 1972. p.4.

Figura 43 - Moacir Araújo Lopes atrás do ministro da Educação Tarso Dutra que cumprimenta vencedor do concurso para escolher *Guia de Civismo*, 1969, Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo *Correio da Manhã*.

Figura 44 - No centro, general Moacir Araújo Lopes ao lado do ministro da educação Tarso Dutra. O último à direita é Celso Kelly, na solenidade do concurso do *Guia de Civismo*, 1969. Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo Nacional. Fundo *Correio da Manhã*.

De qualquer forma, após a presença do general Moacir Araújo Lopes em duas comissões sobre livros de conteúdo moral, a que reautorizou a distribuição da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* e a que elegeu o *Guia de Civismo*, o ideólogo conservador passou a ser peça importante no mercado editorial, fruto da militarização da agenda moral no âmbito do MEC, como apresentado no capítulo 3.

Em 2 de julho de 1969, dois meses antes da criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica para o ensino médio e fundamental e de Estudos dos Problemas

Brasileiros para o ensino superior, por exemplo, a Editora Abril, “precursora no Brasil de uma nova mentalidade de serviços gráficos e cuidadosa apresentação nas publicações e em lançamentos culturais de grande projeção e repercussão”¹²⁵², decidiu se preparar para as mudanças que vinham se anunciando e proclamou o lançamento de sua “a carteira de Educação Moral e Cívica, destinada ao ensino primário”,¹²⁵³ intitulada *O Brasil é você: cartilha de moral e civismo*.

É verdade que a Editora Abril já havia produzido material sobre a temática. Em 1967, a mesma editora havia produzido a *Cartilha de Civismo e Saúde para você e seus pais* em parceria com Lions Clube de São Paulo. A cartilha de distribuição gratuita é dividida em duas partes, sendo uma para as crianças, no formato de gibi, e a segunda parte uma lista de cuidados e recomendações para as mães, sendo que os pais, a despeito do título, foram excluídos pelo machismo da época. Na primeira parte há uma história "promocional" com personagens da *Walt Disney Productions*, desenhada por Waldyr Igayara de Souza, que exalta ideias patrióticas e valores morais. No roteiro, as personagens das três fadas da história da *Bela Adormecida* – Primavera, Fauna e Flora – querem transformar o "monótono e insuportável" Reino das Fadas em um país, que abrigaria "os povos refugiados do mundo todo e os homens de boa vontade que queiram viver em paz". Diante disso, elas resolvem vir ao Brasil, "um país jovem e em franco progresso", para aprender diversos valores com Zé Carioca. Isso mesmo: o papagaio malandro que apresentou o Brasil ao Pato Donald, no filme “*The Three Caballeros*” (1945), é responsável por ensinar valores morais às fadas, por extensão às crianças brasileiras. Exímio malandro carioca, Zé apresenta a "esperança num futuro promissor, onde novas conquistas da ciência e da indústria tornarão o Brasil cada vez mais grandioso", reproduzindo o mito do Brasil como jovem país do futuro. No entanto, era “...preciso não esquecer, todavia, que uma nação possui alguns inimigos que devem ser exterminados”.¹²⁵⁴ Após um quadrinho de suspense, menciona que o inimigo a ser combatido é o inseto barbeiro, vetor da transmissão da Doença de Chagas. Em pleno recrudescimento da ditadura militar, em meio à Guerra Fria, a frase proferida pelo ilustre papagaio poderia suscitar outros inimigos. O papagaio ainda afirma: "Vejam!

¹²⁵² Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n. 20719/72/AC/SNI 2 Mar 1972, p.2 In Dossiê: Editora Abril. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72044308

¹²⁵³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/06/1969. p. 2.

¹²⁵⁴ LIONS CLUBE SÃO PAULO, *Cartilha de civismo e saúde para você e seus pais*. Editora Abril, São Paulo, 1967. p. 16.

Quando um país é democrático, cada cidadão poderá alcançar seus objetivos!,"¹²⁵⁵ transbordando o fantasioso imaginário das elites brasileiras, que consideravam, já em 1967, que o Brasil vivia sob uma democracia.

A cartilha *O Brasil é você: cartilha de moral e civismo* havia sido “Elaborada dentro das bases filosóficas-constitucionais”¹²⁵⁶ ou seja, dentro dos parâmetros criados na comissão que avaliou a *Pequena Enciclopédia* e pelo edital do concurso, termos exigidos pelo Ministério da Educação e pela ditadura militar. O conjunto de livros editados e organizados pela Editora Abril era composto pelos livros do aluno, do professor e de exercícios.”¹²⁵⁷

A capa da publicação (Fig. 45) nos permite uma análise interessante sobre a ideia de nação e raça no repertório moral dos indutores dessas publicações. Nela é possível ver um garoto branco hasteando a bandeira nacional. Na mesma altura, está uma garota branca assistindo. Ambas as crianças brancas são maiores que as demais. Imediatamente atrás, também assistindo à ação do garoto branco, estão um garoto negro e um garoto com traços indígenas ou asiáticos (a ditadura usava a nomenclatura “etnia amarela” para designar ambos). A ideia de nação era diversa do ponto de vista étnico, porém, os brancos deveriam ser protagonistas.

Ao comentar sobre a visão racial de Moacir Araújo Lopes é necessário retornar ao texto *A grande opção* - mencionado na abertura deste capítulo. Logo no primeiro parágrafo, em linguagem ufanista, Lopes afirma que:

Após quase cinco séculos de caldeamento, podemos afirmar a existência da civilização e da cultura brasileiras. O europeu português, elemento humano fundamental, doou-lhes, com a sua formação biopsíquica, os símbolos culturais subjetivos e objetivos de velhas civilizações. No novo meio fisiográfico - grandioso e virgem - enfrentou valores culturais menos evoluídos dos índios, naturais da terra, e, logo em seguida, transportou para o mesmo grande cenário a cultura do negro.¹²⁵⁸

“Transportou”? É nesses termos que o general se refere à escravização e ao tráfico de seres humanos de pele negra do continente africano para a América. O “europeu português” é apresentado como o fator ativo, é ele que “enfrentou os valores” dos indígenas e “transportou” a cultura negra. Enquanto os indígenas e negros são

¹²⁵⁵ LIONS CLUBE SÃO PAULO, *Cartilha de civismo e saúde para você e seus pais*. Editora Abril, São Paulo, 1967.

¹²⁵⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/06/1969. p. 2.

¹²⁵⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/06/1969. p. 2.

¹²⁵⁸ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Campanha Editora Nacional, 1971. p.171.

reduzidos a “valores” ou a “cultura”, como se não tivessem corpos. Como esses corpos não tivessem sido alvo da violência colonial e do sistema racial. No trecho, Lopes fala ainda em “evoluídos”, ao se referir aos indígenas, numa nítida reprodução de uma visão modernista, que hierarquiza as experiências históricas numa escala evolutiva, como faziam os teóricos da modernização.¹²⁵⁹ Lopes reproduz o mito das três raças através de uma visão planejada e teleológica, “Três raças, de três continentes, obedecendo a um planejamento impressionante, pela ousadia e grandeza, aqui se integraram psíquica e fisicamente, pela miscigenação e pelo abasileiramento.”¹²⁶⁰ Essa miscigenação romantizada e ideologizada era fruto dos “processos de aculturação e integração de indígenas e negros” e da soma, “três séculos após, [d]o intercruzamento étnico e cultural, com novos grupos, sobretudo europeus, possuidores de mais aprimorados valores culturais.”¹²⁶¹ A visão eugenista que integra o modernismo autoritário do general Moacir Araújo Lopes transborda nos trechos. As características da cultura brasileira, por exemplo, resultariam

[...] das suas origens [primordialmente europeias], manipuladas no grande caldeirão racial, através de embates, de lutas, de competições, mas sobretudo, com a predominância final dos sentimentos de benevolência, de compreensão e de solidariedade humanas. No novo mundo, adoçaram-se os ódios, transpuseram-se, progressivamente, as barreiras de raça, de estruturas religiosas e sociais.¹²⁶²

"Adoçar" e transpor as barreiras de raça e estruturas sociais? Difícil não pensar em Gilberto Freyre e na mítica “democracia racial”.¹²⁶³ Para concluir essa caracterização do pensamento desse modernista autoritário, acrescentamos o elemento religioso. Afinal,

Sentem-se vivas e atuantes, no cenário da Terra de Santa Cruz, desde os primórdios da sua individuação, forças poderosas preparando o berço de novas e superiores realizações. Sente-se que a Evolução - constante do Universo - forja, no nosso solo, lance importante do seu desenvolvimento.¹²⁶⁴

A decisão da empresa de criar livros para utilização nas escolas baseava-se no entendimento de que a aprovação de uma disciplina específica e obrigatória com o

¹²⁵⁹ Gilman, Nils. *Mandarins of the Future: Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2003.

¹²⁶⁰ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Campanha Editora Nacional, 1971. p.171.

¹²⁶¹ *Ibid.*, p.171.

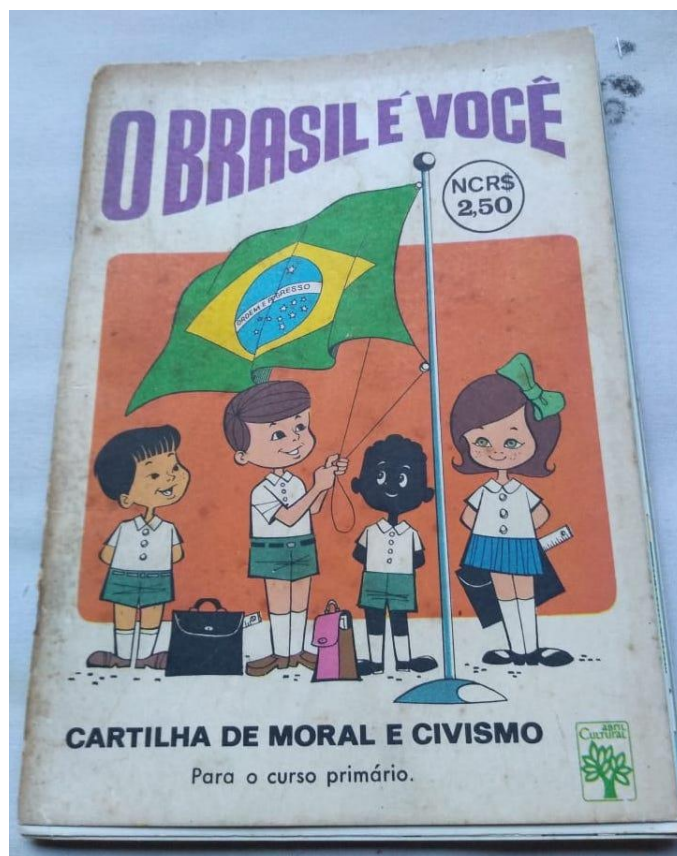
¹²⁶² LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Campanha Editora Nacional, 1971. p.171.

¹²⁶³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global Editora, 2003.

¹²⁶⁴ *Ibid.*, p.171.

conteúdo sobre moral era um novo filão do mercado editorial que então se instituía. A “Abril Cultural”, espécie de selo da editora para publicar livros didáticos, foi criada para ocupar essa parte do mercado editorial. Para isso, “[...] lançou-se também, de modo pioneiro, criando livros atraentes e modernos, contratando especialistas para sua elaboração.”¹²⁶⁵

Figura 45 - Capa do livro *O Brasil é você* publicado pela Editora Abril em 1969, supervisionado pelo general Moacir Araújo Lopes.



Fonte: Acervo pessoal.

Um dos especialistas contratados pela Editora Abril para escrever a apresentação do fascículo destinado aos professores foi o “general Moacir de Araújo Lopes, representante do EMFA junto ao MEC em problemas de civismo”.¹²⁶⁶ Ao que parece, segundo documentos do próprio aparelho repressivo, o general Moacir de Araújo Lopes não fez apenas uma participação no livro *O Brasil é você: cartilha de moral e civismo*.

¹²⁶⁵ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n.º. 20719/72/AC/SNI de 02 Mar de 1972. In Dossiê: Editora Abril. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72044308

¹²⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02/06/1969. p. 2.

A carteira de educação moral e cívica teria sido “elaborada sob a supervisão”¹²⁶⁷ do general antimarcusiano.

A presença do general à frente do projeto deu ao livro, *a priori*, garantias de que o livro não iria passar por problemas semelhantes àqueles pelos quais passou a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Afinal, quem iria questionar a principal autoridade militar sobre o assunto? Em um dos dossiês elaborados sobre o Grupo Abril no âmbito do SNI, é possível ler sobre a apreciação dos livros pelos órgãos de segurança, destacando-se a menção à obra supervisionada pelo general.

Os livros didáticos editados pela Editora Abril relacionados no item 7 foram apreciados por esta ASP/SNI, sendo considerados úteis para o fim a que se destina, quer pela objetividade com que são tratados os assuntos, quer pela abordagem didática apresentada. A cartilha Moral e Civismo, anexa a presente informação, também atende os requisitos e as necessidades do ensino primário, bem como se enquadra dentro do currículo imposto pelo Decreto-lei federal n. 869/69.¹²⁶⁸

Há, no entanto, um segundo documento do SNI, datado de 2 de fevereiro de 1972, onde a obra supervisionada pelo general é considerada um indicador positivo, em detrimento das publicações do Grupo Abril sobre a existência de tortura no Brasil. O documento afirmava que a cartilha *O Brasil é você: cartilha de moral e civismo*, apesar da “[...] boa apresentação gráfica, [...] mostrou-se inadequada ao nível que se propõe pelo seu vocabulário inacessível.”¹²⁶⁹ Diagnóstico similar foi dado à enciclopédia do padre Ávila.

O convite da Editora Abril Ltda. ao general foi, possivelmente, intermediado pelo professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. O professor havia se tornado membro do Conselho Federal de Educação em 1 de fevereiro de 1966, após decreto presidencial, rapidamente ascendendo em prestígio no âmbito do Ministério de Educação, chegando em apenas um ano à presidência da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e ao cargo de secretário geral do MEC.¹²⁷⁰ Segundo dossiê produzido pelo SNI e pela DSI/MEC, não

¹²⁶⁷ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n. 311696/ ASP/SNI/72 p.12 In:

Dossiê: Livros didáticos da Editora Abril LTDA. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72058328

¹²⁶⁸ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n. 311696/ ASP/SNI/72 p.12 In:

Dossiê: Livros didáticos da Editora Abril LTDA. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72058328

¹²⁶⁹ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n.º. 20719/72/AC/SNI de 02 Mar de 1972 In: *Dossiê: Editora Abril. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72044308*

¹²⁷⁰ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972. p.2, In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda. Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792*

era alguém com grande habilidade em distinguir os limites que separam o domínio público dos seus interesses particulares.

De acordo com o conceito expedido em 1968 pela DSI/MEC e anexado ao seu “levantamento de dados biográficos”, a atuação de Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco “na COLTED não é de molde a inspirar inteira confiança pela ligação com o diretor-executivo, dando margem a que o Inspetor-Geral de Finanças esteja seriamente preocupado com irregularidades chegadas a seu conhecimento naquele órgão.”¹²⁷¹ Por exemplo, em 25 de setembro de 1967, quando, como presidente da COLTED,

[...] assinou, juntamente com o diretor executivo Ruy Baldaque Guimarães, contrato, com a firma ‘Enxugador Ideal e Indústria Ltda’, para o favorecimento de 7.475 estantes, num valor total de Cr\$ 882.050,00. Ficou evidenciado tratar-se de um condenável favoritismo, pois embora não tenha havido concorrência - dispensada que foi pelo Pres Rep - a firma não estava habilitada nem financeira, nem industrialmente, para o fornecimento do material.¹²⁷²

Outro exemplo de sua prática patrimonialista ocorreu em janeiro de 1968. “Levou” para o Ministério da Educação e Cultura a professora da Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara, Marília Santos de França Veloso,¹²⁷³ para exercer as funções de assessora do secretário geral. “Marília passou a viajar com o nominado [Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco] por conta do MEC, inclusive para o exterior.”¹²⁷⁴ Em 6 de julho de 1969, o professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, através da portaria n 078, voltou a beneficiá-la, designando-a para prestar “serviços de assessoramento” ao Grupo Executivo Federal MEC/BIRD, o qual o professor integrava juntamente com Domingos Crossetti e Donatello Grieco, “com remuneração de Cr\$ 1.500,00.”¹²⁷⁵ Em outro momento, o SNI registrou que usava os recursos públicos para viagens particulares, como a que fez para Belém, durante a

¹²⁷¹ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Pedido de busca n. 27519/72/AC/SNI, 27 de Abr 1972, p.24. In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72058328

¹²⁷² Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.2-3 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷³ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.4 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷⁴ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.4 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷⁵ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.4 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

Páscoa, “para visitar seus familiares, por conta dos cofres públicos.”¹²⁷⁶ Em “todas as viagens” o professor paraense estava sempre acompanhado “de sua secretaria particular a que está ligado por outros interesses além do funcional.”¹²⁷⁷.

Apesar do seu perfil pouco afeito às regras republicanas, desfrutava de grande apreço das autoridades. Em 1967, seu nome estava na lista dos possíveis substitutos do ministro da educação em carta escrita pelo então ministro Tarso Dutra e entregue ao presidente Costa e Silva.¹²⁷⁸ Também, segundo dossiê produzido pela SNI, era “Ligado ao esquema político do ministro Jarbas Passarinho”¹²⁷⁹, sucessor de Tarso Dutra, e recebia, segundo um informante do Centro de Informações do Exército (CIE ou CIEEX), “polpudos proventos para ser representante do ministro junto à Editora [Abril].”¹²⁸⁰ Além disso, “Uma das revistas da referida empresa [Editora Abril] teria publicado um artigo sobre a Amazônia, e teria cobrado a quantia de vinte milhões de cruzeiros ao Ministério da Educação. Tal quantia seria considerada extorsiva até mesmo por elementos que pertencem à Editora.”¹²⁸¹

O que de fato nos interessa sobre Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, além do patrimonialismo, é sua relação com a Editora Abril. Em outubro de 1969, deixou os cargos de Secretário Geral do MEC e de presidente da COLTED para assumir “um alto cargo (Diretor de Divisão Cultural) na Editora Abril Ltda., em São Paulo, que

¹²⁷⁶ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.6 In: *Dossiê*: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda. Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷⁷ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.6 In: *Dossiê*: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda. Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷⁸ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.3 In: *Dossiê*: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda. Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁷⁹ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.6 In: *Dossiê*: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda. Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁸⁰ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n. 718/5-102-52-CIE (CIE para o SNI), 28 dez 1971, p.1 In: *Dossiê*: Editora Abril - São Paulo. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71055374

¹²⁸¹ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informe n. 718/5-102-52-CIE (CIE para o SNI), 28 dez 1971, p.1 In: *Dossiê*: Editora Abril - São Paulo. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71055374

era uma das fornecedoras da COLTED.”¹²⁸² Detalhe, “Continuou, entretanto, como membro do Conselho Federal de Educação”¹²⁸³

Como é possível apreender dessas informações, a relação com o mercado editorial influía nas políticas editoriais do MEC, nem sempre de forma lícita. Não é difícil imaginar que a referida movimentação da Editora Abril, em direção a esse novo filão do mercado editorial, tenha acontecido por meio de informações privilegiadas.

A entrada de editoras privadas pode ter sido um dos fatores que inibiram a publicação do *Guia de Civismo*, bem como a reedição da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Há apenas conjecturas sobre o porquê do não lançamento do *Guia de Moral e Civismo*. O primeiro fator pode ter relação com o reatamento das relações entre o MEC e o padre Fernando Bastos de Ávila, simbolizado na indicação do jesuíta para compor o Grupo de Trabalho que formulou a proposta de Reforma Universitária em 1968, priorizando a distribuição do livro organizado pelo padre em detrimento dos autores que venceram o concurso. Coincidência ou não, a segunda edição da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* também foi feita no ano de 1972, o que pode indicar falta de recursos para a publicação dos livros ou, ainda, que o governo militar deixou o filão a cargo de editoras privadas.

5.3 AS DISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E “EPB”

Em setembro de 1967, o general Moacir de Araújo Lopes palestrou para um evento do *Lions Club* do Leme, no Auditório do Ministério da Educação e Cultura, no contexto da semana cívica. Essa palestra foi repetida posteriormente na Universidade Federal de Goiás.¹²⁸⁴ Essas atividades em torno da educação moral e cívica eram ao mesmo tempo uma reação às recentes inquietações estudantis e por ocasião dos festejos do sete de setembro, data cívica em que o Brasil comemora sua independência como nação.

¹²⁸² Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.5 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁸³ Arquivo Nacional. Fundo Memórias Revelada, Brasília, Informação n.07919/72/ARJ/SNI de 06 jun 1972, p.5 In: *Dossiê: Livros Didáticos da Editora Abril Ltda.* Professor Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011792

¹²⁸⁴ LOPES, Moacir Araújo. “Rumos para a Educação da juventude brasileira”. Palestra realizada para “Lions Club” (Leme) no Auditório do Ministério da Educação e Cultura e para a Universidade Federal de Goiás (Goiânia), em setembro de 1967. A palestra integra o livro LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.

É possível que, misturado à plateia, em um auditório da Universidade Federal de Goiás, estivesse o Senhor Jaime Câmara, deputado da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) por Goiás, ex-prefeito da capital (Goiânia) e dono de um dos mais importantes grupos de comunicação daquele estado. Não temos exatamente a data de quando o Sr. Jaime Câmara protocolou sua proposta de projeto de lei, muito menos se aquela palestra especificamente o orientou. Sabe-se apenas que o projeto de lei nº 770/1967, de sua autoria, foi publicado no Diário do Congresso Nacional para apreciação pública em vinte e nove de novembro de 1967, uma quarta-feira¹²⁸⁵, mesmo dia em que o padre Fernando Bastos de Ávila, recém-chegado de Nova York, explicitou seus desacordos em relação às exigências estabelecidas pela comissão do MEC, presidida pelo general Moacir de Araújo Lopes, para a publicação do livro *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*.

Certamente, o deputado estava bem informado sobre os conflitos públicos que opuseram setores da igreja, ipesianos, militares e o MEC, contribuindo ainda mais para os crescentes atritos entre membros das comunidades eclesiais e a ditadura militar. Usando o *timing* jornalístico, talvez tenha se aproveitado da notoriedade dos debates que se desenrolaram nos jornais sobre educação moral e cívica, suscitado pelo rumoroso caso da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo* para propor a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica de forma obrigatória em todas as unidades escolares brasileiras e ter um projeto de lei aprovado logo no seu primeiro ano.

A semelhança textual entre essa proposta de Jaime Câmara e o vocabulário da Escola Superior de Guerra é conhecida.¹²⁸⁶ Segundo Oliveira, foi no projeto de Jaime Câmara que “pela primeira vez se utilizou conceitos claramente esguianos para justificar a EMC, como também foi acompanhado pelo Grupo de trabalho da ADESG”.¹²⁸⁷ Considero essa passagem um tanto exagerada; afinal, é difícil delimitar em 1969 o vocabulário específico dos esguianos, como se ele fosse unitário e monolítico. Por exemplo, entre as palavras utilizadas e os diagnósticos produzidos sobre

¹²⁸⁵ *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 29 de Novembro de 1967. p.8290.

¹²⁸⁶ OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. *A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335.

¹²⁸⁷ OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. *A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982, p. 83.

a crise da família de Mário Altenfelder e de Moacir Araújo Lopes havia diferenças significativas, embora ambos fossem esguianos. O primeiro, como mostrei, relacionava a crise familiar à baixa mobilidade social derivada da ausência de desenvolvimento social. Para Moacir Araújo Lopes, por sua vez, a crise era originária da adoção de valores distintos e conflitantes no lar, assim como na vida pública. No lar “O homem da nossa geração estimulou a família - mulher, filhos, crianças - a cultivar, no lar, valores espirituais e morais, religiosos.”¹²⁸⁸ Porém, fora dele aderiu-se ao “mais ferrenho materialismo”.¹²⁸⁹ Além disso, as fontes que acessamos durante esta pesquisa não nos permitem dizer que a ADESG “acompanhou” o projeto de Jaime Câmara. Por isso, consideramos iniciativas distintas dentro de um mesmo contexto, em que a adoção de disciplinas obrigatórias com a temática moral e cívica aparecia como uma alternativa para conter o comportamento juvenil.

Do ponto de vista prático, a proposta apresentada pelo parlamentar goiano impunha para todos os ciclos, ginásial e colegial, uma mistura de ideias da ESG e forte conotação religiosa “para que o jovem sinta espiritualmente a sua importância e em consequência punha em prática os ensinamentos recebidos.”¹²⁹⁰ Outro ponto bastante relevante era o papel atribuído ao Conselho Federal de Educação; seu projeto praticamente concentrava naquele órgão a tarefa política de formular os conteúdos do material didático da disciplina. Além das novas atribuições, o CFE seria acompanhado de perto por um órgão intermediário, chamado pelo parlamentar de “grupo de estudo”, que teria como instância superior o Conselho de Segurança Nacional. Em outras palavras, estaria subordinado ao CFE, através de um órgão complementar composto por um percentual de diplomados pela ESG. Estava, portanto, sendo subjugado pela estrutura do sistema de segurança nacional. Interessante perguntar: por que manter o CFE? Voltarei a essa e a outras perguntas no final deste item.

O importante é que a proposta do projeto de lei nº 770/1967 tem um léxico muito similar às palestras apresentadas por Moacir de Araújo Lopes, entre 1966 e 1969. Além disso, Lopes era um influente membro da ADESG. Dentre os vários pontos a partir dos quais podem ser traçadas paralelas, é possível ler que a necessidade de maior controle do Estado sobre a educação moral e sobre os comportamentos das juventudes advém das mudanças que estariam se desenvolvendo nas famílias brasileiras. Enquanto

¹²⁸⁸ LOPES, Moacir Araújo. *Moral e Civismo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971, p. 31.

¹²⁸⁹ *Ibid.*, p. 31.

¹²⁹⁰ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29 de Novembro de 1967. p.8290-2.

M. A. Lopes escreveu: “as possibilidades de ação da Família diminuem cada vez mais,”¹²⁹¹ para Jaime Câmara: “indiscutivelmente, aumenta, dia a dia, a crise da família brasileira, sobretudo nos grandes centros, em face do trabalho imposto aos pais para a sobrevivência, deixando os filhos [...] à influência do meio que atua fora do domicílio”, prossegue, “Diminuída em grande parte a atuação mais eficiente dos pais nesta importante idade de formação da personalidade moral do adolescente.”¹²⁹²

No projeto há referências às noções gerais da conjuntura, menções indiretas à própria Guerra Fria e à corrida aeroespacial: “Outrossim, no mundo convulsionado em que se debatem as atuais gerações, face ao progresso ininterrupto da ciência e da tecnologia”, tornavam urgente “preparar os moços para tornar os países em desenvolvimento, como o nosso, em sustentáculos das liberdades democráticas.”¹²⁹³ Por “liberdades democráticas”, leia-se, como já mencionamos, país ou regime não alinhado ao “bloco comunista”.

O preparo das juventudes deveria valer-se dessa disciplina, pois “A disciplina Educação Moral e Cívica é sem dúvida, um instrumento vigoroso de plasmação do caráter daqueles que serão, dentro em pouco [tempo] os dirigentes do país, no campo administrativo ou diferentes setores da atividade humana.”¹²⁹⁴ Sendo assim, a implantação de tal projeto visaria promover a juventude como futuro, esperança e continuidade, diferentemente do que de forma gradativa vinha se desenvolvendo na realidade social, com parcelas importantes da juventude cada vez mais combativas. Afinal, “um país como o nosso, que não pode desperdiçar, em seu crescente e tumultuoso progresso, o valor cívico e democrático de sua mocidade estudantil. [...] não há outro caminho para ajudar a debelar a crise em que se debate a sociedade brasileira contemporânea,”¹²⁹⁵ a não ser a obrigatoriedade do ensino da disciplina de moral e cívica.

Ao que parece, faltou ao parlamentar combinar com o Conselho Federal de Educação, já que, em outubro de 1968, o CFE elaborou um parecer contrário ao projeto do deputado Jaime Câmara. Um parecer negativo para a disciplina não era exatamente uma novidade. Desde 1962, “mais de dez deputados apresentaram projetos pedindo isto

¹²⁹¹ LOPES, Moacir Araújo. Rumos para a Educação da Juventude brasileira. Palestra realizada para “Lions Club” (Leme) no Auditório do Ministério da Educação e Cultura e para a Universidade Federal de Goiás (Goiânia), 1967, p.20.

¹²⁹² *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Novembro de 1967, p.8291.

¹²⁹³ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, Novembro de 1967, p.8291.

¹²⁹⁴ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29 de Novembro de 1967. p. 8292.

¹²⁹⁵ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 29 de Novembro de 1967. p. 8292.

na Câmara Federal”.¹²⁹⁶ O parecer nº 649/68, em outubro de 1968, liquidou as esperanças da aprovação do projeto do deputado na Câmara. Henrique Dodsworth, o relator, reafirmava a importância da formação moral e cívica, no entanto, defendia “não como disciplina formal (que corre o perigo de ser reduzida à mera informação), mas ‘através de processo educativo’, como diz a LDB.”¹²⁹⁷ Seguiu-se a mesma lógica do Parecer nº 117/1964, daquele mesmo conselho.

Naquela ocasião, 30 de abril de 1964, um dia antes do estopim do golpe, por solicitação do Ministro da Educação e Cultura de João Goulart, Júlio Furquim Sambaqui, que vinha sendo pressionado “principalmente por entidades cívicas femininas,”¹²⁹⁸ o CFE emitiu sua opinião contrária à criação de uma disciplina exclusiva, resumidas nas palavras do conselheiro Clóvis Salgado: “A educação moral e cívica não pode ser matéria de uma cadeira ou disciplina com um professor próprio. Ela deve ser uma atividade moral da escola, porque se educa pelo exemplo.”¹²⁹⁹

Significa que Henrique Dodsworth, em 1968, estava apenas aplicando o mesmo raciocínio apresentado por Salgado em 1964. Por isso, em outubro de 1968, assim como em 1964, o projeto de lei nº 770/67, que propunha uma disciplina exclusiva para educação moral e cívica foi descartado pelo Conselho Federal de Educação.

Porém, o Conselho Federal de Educação modificou seu entendimento nos meses seguintes. Um anteprojeto elaborado em 31 de julho de 1968 por uma comissão da ADESG,¹³⁰⁰ presidida por Moacir Araújo Lopes e enviado por Tarso Dutra ao CFE, em dezembro de 1968, fez com que a matéria voltasse a ser pauta no conselho. Em fevereiro de 1969, apenas quatro meses depois de ter dado parecer negativo ao projeto do deputado Jaime Câmara,¹³⁰¹ o Conselho Federal de Educação adotou uma posição contrária ao entendimento que tinha sobre a questão.

¹²⁹⁶ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/2/1969, p.3.

¹²⁹⁷ Parecer do CFE, nº 649/68.

¹²⁹⁸ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, Correspondência da Liga da Defesa Nacional; regimento e textos relativos ao Simpósio “Formação para a cidadania”, código: BR.AN.RIO.PE.0.0110.

¹²⁹⁹ Arquivo Nacional, Fundo Liga de Defesa Nacional, código: BR.AN.RIO.PE.0.0.0110.

¹³⁰⁰ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”*: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”*: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980). Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

¹³⁰¹ É importante mencionar que Jaime Câmara, o proponente do projeto avaliado e descartado pelo CFE em 1968, teve seu mandato cassado pelo AI-5, em 1969. No entanto, não consegui comprovar se houve uma correlação entre o descarte do projeto e a cassação do deputado.

Apenas um dos membros do CFE manteve a opinião contrária. Clóvis Salgado foi coerente em sua posição contrária à criação de uma disciplina em específico para educação moral e cívica, sendo a única voz dissonante no coro do CFE. Para o dissidente solitário,

A adoção de uma disciplina curricular específica implica em tornar a educação moral e cívica um formalismo obrigatório, que poderia descambar para uma rotina enfadonha. Obrigaria a prova e exames, cujo resultado seria a memorização habitual, sem reflexos na consciência e no comportamento. Não alcançaria o objetivo de condicionar e conduzir os jovens a atitudes, comportamentos e impulsos nobres e fecundos, como se deseja.¹³⁰²

Os demais, Henrique Dodsworth, Valnir Chagas, padre José Vasconcelos, Celso Kelly, Celso Cunha, Wandick Londres da Nobrega, Newton Sucupira e Mariano da Rocha Filho, todos componentes do mesmo conselho no momento de rejeição do projeto de Jaime Câmara, foram responsáveis pela mudança brusca de opinião do CFE. O então reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Mariano da Rocha Filho, fez questão de declarar à imprensa seus “aplusos ao projeto ora aprovado”, que para ele tinha o objetivo de “sanar uma das maiores deficiências do ensino vigente no País, a educação moral e cívica, em todos os níveis de ensino elementar, médio e superior, é[ra] um imperativo da era de renovação.” Incorporando o léxico defensivo presente no anteprojeto, concluiu: “Somente o maior conhecimento do Brasil e de seu povo poderá despertar nos jovens o amor à Pátria, e neles criar as defesas necessárias contra ideologias exóticas.”¹³⁰³ Se era um ponto tão central assim nos problemas educacionais brasileiros, por que não haviam aprovado um projeto similar dois meses antes? As perguntas persistem.

Henrique Dodsworth tentou justificar sua repentina e radical mudança, bem como dos outros conselheiros, afirmando que os encontros possibilitaram ao CFE conhecer os dispositivos do anteprojeto e, sobretudo, compreender

[...] os motivos inspiradores da sua conceituação, pronunciadamente diferentes dos que têm aparecido em proposições anteriores, da mesma índole. Isto porque o problema é posto como sendo de Segurança Nacional, com implicações nos aspectos preventivos e repressivos da Segurança interna, não somente para corrigir falhas que levaram parte da juventude a contestar valores tradicionais da cultura, como para acionar o sistema de repressão às ações negativas quanto à formação de caráter do jovem, e exercidas pelos meios de comunicação de massa.¹³⁰⁴

¹³⁰² Ministério da Educação, CFE, Parecer nº3/69.

¹³⁰³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 03/02/1969, p. 3.

¹³⁰⁴ Ministério da Educação, CFE, Parecer nº 3/69.

O argumento é pouco convincente, pois, no projeto de Jaime Câmara descartado por um parecer elaborado pelo próprio Henrique Dodsworth meses antes, havia propostas de atrelar o monitoramento e a sistematização do currículo da disciplina ao Conselho de Segurança Nacional, colocando a disciplina como uma ação mista entre educação e segurança nacional. Talvez tenha pesado sobre eles a lembrança das remoções, exonerações e desligamentos de Anísio Teixeira, Alceu de Amoroso Lima e Antônio Martins, do CFE, em março de 1968.¹³⁰⁵

Suspeitamos, através dos indícios que nos chegam, assim como Maria Aparecida de Freitas Brisolla de Oliveira¹³⁰⁶ e Juliana Miranda Filgueiras,¹³⁰⁷ que o conselho cedeu às pressões feitas pelo grupo da ADESG, utilizando-se das referências do ministro da educação, do então presidente Costa e Silva e das mudanças nas relações como os conselhos consultivos, como o CFE, promovidas no contexto do AI-5. Diante do poder militar, independente do escalão, as estruturas do Estado se curvaram. Novamente, assim como no caso da *Pequena Enciclopédia Moral e Cívica*, o magnetismo do poder provocado pela presença de militares produzia distorções, modificando o funcionamento de instâncias para produzir uma nova normalidade.

As reuniões do CFE com os participantes do grupo da ADESG que elaboraram o anteprojeto, principalmente com o general Moacir Araújo Lopes, entre dezembro de 1968 e fevereiro de 1969, surtiram efeitos. Os membros do CFE interpretaram uma das partes integrantes do anteprojeto (uma exposição de motivos, resgatada de 10 de dezembro de 1965, feita pelo então ministro da Guerra, Costa e Silva, ao presidente Castelo Branco) como uma indicação explícita do que deveriam aprovar. Naquela ocasião, Costa e Silva, ainda como ministro da Guerra, escreveu:

Frequentemente dissociada, particularmente em razão do trabalho da mulher fora de casa e da conjuntura econômica que a aflige, seus membros se veem obrigados a operar fora do quadro familiar típico, cada qual atraído por um polo exterior. A principal consequência desse estado de coisas é a flagrante deficiência da educação moral dos

¹³⁰⁵ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15/03/1968, p.3.

¹³⁰⁶ OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas Brisolla de. *Política e Educação no Brasil: A implantação da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no ensino médio Brasileiro em 1969*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

¹³⁰⁷ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. "A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335.

filhos. Por outro lado, a escola moderna ainda não tomou a si o encargo de compensar esta falha.¹³⁰⁸

Para Costa e Silva, a crise moral derivava da conjuntura econômica que tirava a mulher do ambiente doméstico. Nota-se, apesar de não se mencionar o aspecto racial, que o foco da preocupação é a mulher branca de classe média. As mulheres pobres e negras tinham, com efeito, um longo histórico de trabalho no ambiente público.¹³⁰⁹ Ele parece acreditar que, caso os homens pudessem sustentar suas famílias, não haveria necessidade de as mulheres trabalharem fora do ambiente doméstico. Essa gênese da crise moral, na família e nos novos papéis de gênero, também foi sugerida tanto por Jaime Câmara, quanto pelo general Moacir Araújo Lopes, em trechos já mencionados.

A crise da “família moderna”, em meio à Guerra Fria, para a Escola Superior de Guerra, era interpretada sob o signo da “Guerra Revolucionária”, como um elemento que supostamente deixava o país vulnerável a uma fantasmagórica conspiração comunista mundial.

A conquista da população pelo marxismo-leninismo será tanto mais fácil quanto maior for a permeabilidade da consciência das massas à hábil propaganda subversiva. A família moderna também facilita, de certo modo, a implantação e a evolução da Guerra Revolucionária, de vez que, perturbada pela evolução econômica e social e por solicitações de toda ordem, ela não assegura, de modo completo, sua função educadora.¹³¹⁰

O trecho acima ganhou aura quase profética em dezembro de 1968, levando à conclusão de que a rebelião estudantil era fruto dessa “permeabilidade da consciência das massas” à propaganda oposicionista. Fortaleceu-se, naquele momento, a lógica argumentativa apresentada pelo ex-ministro da guerra de que era preciso impedir os efeitos dessa propaganda por meio da conscientização da população e, como demonstra a própria história, o uso generalizado da força para conter as manifestações. A adoção da educação moral e cívica em todos os níveis educacionais era assim parte da estratégia defensiva, além de elo que unia o binômio “Segurança” e “Desenvolvimento”.

¹³⁰⁸ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/02/1969, p.3.

¹³⁰⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; BRITO, Antonio Mauricio Freitas. *A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil*. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, 2020. p. 859-888.

¹³¹⁰ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/02/1969, p.3.

Reproduzindo ideias bastante difundidas entre os ipesianos e a ESG, Costa e Silva ilustra o modo como a adoção da disciplina de educação moral e cívica era parte integrante da Guerra Fria cultural e da manutenção da própria ditadura militar. Para ele,

Na estruturação do sistema democrático¹³¹¹, porém, o revigoramento da educação moral e cívica se identifica com fator principal. Por esta razão, é importante atribuir-lhe a mais alta prioridade, no conjunto de providências indispensáveis ao fortalecimento das liberdades democráticas. Tudo isto preocupa, obviamente, os setores responsáveis pela Segurança Nacional.¹³¹²

Os indícios internos da mudança dos conselheiros foram apresentados. Restamos, portanto, ligar essa experiência com a conjuntura geral. Podemos colocar as mudanças bruscas que marcaram as decisões do Conselho Federal de Educação sobre a Educação Moral e Cívica no âmbito dos desgastes do MEC: 1) com o problema dos excedentes, em que alunos passavam no vestibular, mas não havia vagas suficientes nas universidades para que pudessem cursar a graduação escolhida; 2) robustas manifestações e greves estudantis; 3) consolidação no âmbito universitário brasileiro de um ambiente ácido às propostas de acordos entre MEC e *USAID*; 4) debates acalorados sobre a Reforma Universitária.

Afinal, em 1968, como a historiografia não nos cansa de lembrar, as juventudes, majoritariamente estudantis, oriundas principalmente das classes médias, promoveram a ocupação política dos espaços públicos das principais cidades brasileiras. A passeata dos cem mil, o enterro do estudante Edson Luís e as manifestações de 1968 como um todo provocaram traços profundos na experiência brasileira, principalmente entre a juventude, ainda mais intensa entre os estudantes universitários, apesar de Edson Luís ser, à época de sua morte, secundarista. A historiadora estadunidense Victoria Langland, em seu trabalho *“Speaking of flowers: Student Movements and the Making and Remembering of 1968 in Military Brazil”*, constrói um quadro geral da conjuntura do movimento estudantil. Para ela,

[...] Protestos de 1968 marcaram os estudantes como a fonte mais visível de oposição ao regime, a transformação e proclamação da cultura juvenil tornaram-se um foco central de sua preocupação, assim como os relatórios policiais internos mostram uma preocupação constante em impedir “outro 1968”.¹³¹³

¹³¹¹ Democracia para os partidários do regime ditatorial tinham um sentido amplo, tudo que não fosse socialismo poderia ser encaixado nessa noção.

¹³¹² *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 16/02/1969, p.3.

¹³¹³ *“After the protests of 1968 marked students as the most visible source of opposition to the regime, the transforming and trumpeting of youth culture became a central focus of its concern, even as internal police reports show a constant preoccupation with preventing “another 1968.”* LANGLAND. Victoria.

Apesar de considerar o longo debate sobre a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica e EPB, posso afirmar que os movimentos contestatórios da juventude influíram nesse processo. O grupo de trabalho da ADESG finalizou o anteprojeto em 31 de julho de 1968 e encaminhou para que ele fosse debatido pelo MEC, como sugere o a versão do anteprojeto oferecido por Moacir Araújo Lopes à Alfredo Gomes, redator da Revista da Editora do Brasil S/A e membro do Círculo Militar.¹³¹⁴ Outros exemplos são o Decreto 477 e o Ato Complementar número 75, recuperados por Motta ¹³¹⁵ para demonstrar esse mesmo receio entre defensores da ditadura sobre as manifestações estudantis no início das aulas em 1969. Para impedir “outro 1968”, medidas de segurança foram intensificadas, como a espionagem, o aumento do uso da violência e as medidas de controle cultural, materializada no AI-5. Não por acaso, em fins de 1968, foi decretada a reforma universitária e, em 1969, após AI-5, sob a influência dos setores conservadores, foi instituída a disciplina de Educação, Moral e Civismo nos ensinos primário, secundário e superior ¹³¹⁶, bem como a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC).

A ditadura optava por uma posição mais radical e direta como tática de controle no âmbito educacional e cultural. O AI-5, apesar de ser costumeiramente lembrado como marco da repressão direta e generalizada, também pode ser considerado o artifício jurídico que articulou medidas de controle cultural, ampliando a censura a artistas, escritores e intelectuais ¹³¹⁷ e impulsionando o clima propício para as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros com objetivo de modulação dos jovens estudantes. Em síntese, entendemos a criação da disciplina obrigatória de educação moral e civismo como parte desse repertório.

Como afirmou Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *As Universidades e o Regime Militar*,

O contexto do AI-5 originou não somente repressão mais intensa, como também iniciativas visando a disputar com a esquerda a mente e

Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil.

Duhan, Duke University Press, 2013, p. 13. [tradução nossa]

¹³¹⁴ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2010.

¹³¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹³¹⁶ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra*. Diálogos, v.18, n. 1, 2014.

¹³¹⁷ MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

o coração dos jovens. Se, em 1967, com o Projeto Rondon, a ideia era criar atividades extracurriculares para estimular o patriotismo e a integração dos universitários, em 1969 decidiu-se interferir diretamente nos currículos escolares.¹³¹⁸

Em meio ao debate parlamentar sobre a aprovação da legislação da reforma universitária (Lei n. 5.540), em fins de 1968, “os deputados Plínio Salgado e Raimundo Padilha demandaram maior cuidado com a educação cívica e a formação moral dos estudantes”¹³¹⁹. Ao que parece, os dois deputados pensavam na introdução de elementos da educação moral e cívica misturada ao projeto de Reforma Universitária. A proeminência desses dois políticos na introdução da proposta, já no âmbito da reforma universitária, é sintomática, pois ambos haviam sido destacados militantes do integralismo.¹³²⁰ Rodrigo Patto Sá Motta se aproxima, nesse trecho, de outros dois historiadores que trabalharam na fronteira entre o integralismo e a ditadura de 1964, Laura de Oliveira¹³²¹ e Gilberto Calil¹³²².

Como resultado dos seus esforços, a lei incorporou uma rápida menção à importância de estimular a formação cívica dos universitários, mas sem grandes resultados, pois outros parlamentares não acataram “a sugestão original dos integralistas, mais ambiciosa”¹³²³. Contudo, é possível interpretar que a resistência dos parlamentares à sugestão, nos termos dos integralistas, tenha sido uma questão tática, já que, como vimos, a matéria estava em debate no âmbito do Conselho Federal de Educação. A não adoção parece ter relação com o medo de colocar mais lenha na fogueira dos movimentos juvenis de 1968, com uma proposta mais ambiciosa, nos termos em que formularam os deputados Plínio Salgado e Raimundo Padilha, do que um posicionamento ideológico ou de puro desinteresse. Findando o ano de 1968, a ditadura militar fazia de tudo para evitar um novo ciclo de mobilizações, usando a violência da repressão, a adoção de políticas culturais de controle – como era o caso da disciplina de educação moral e cívica – e manobras autoritárias que não produzissem um alarde excessivo na dita opinião pública.

¹³¹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 184.

¹³¹⁹ *Ibid.*, p. 185.

¹³²⁰ *Ibid.*

¹³²¹ OLIVEIRA, Laura de. *Guerra Fria e política editorial*. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015.

¹³²² CALIL, Gilberto. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). *Revista Brasil. Ciência. Política*, n. 5, 2011, p. 351-382.

¹³²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 185.

Em 12 setembro de 1969, a junta militar que substituiu Costa e Silva, após esse sofrer um derrame, pôs em vigor o anteprojeto elaborado pela ADESG, agora na forma do Decreto-Lei nº 869, separado da Reforma Universitária. Sem alarde, aquele decreto impôs “a inclusão da educação moral e cívica (EMC) como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades”. Os objetivos traduzidos no Decreto-Lei nº 869 foram resultado de uma mescla de valores defendidos pelos diferentes grupos que sustentavam o regime militar. Textualmente:

- a) A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) A preservação, o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana
- d) O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história.
- e) O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítico-econômica do País;
- g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) O culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.¹³²⁴

O “princípio democrático” não deve ser confundido aqui com regime democrático, nos termos atuais. A ditadura e os setores sociais e políticos que conferiam legitimidade e suporte a ela insistiam em classificar a si mesmos como democráticos, sendo regimes ditatoriais apenas aqueles que não articulavam seu sistema político à “preservação do espírito religioso”, da “dignidade humana”, afinal, a tortura não era admitida como algo real e como prática sistemática de terrorismo de Estado.¹³²⁵ O sentimento de solidariedade humana faltava, segundo esses setores, apenas às abjetas ditaduras comunistas. Também é possível perceber uma orientação para a mobilização e engajamento dos cidadãos em relação à sua pátria. Como defende Rodrigo Patto Sá Motta, “Não se trata exatamente de programa fascista, que dificilmente incluiria menções à liberdade ou democracia, mas era certamente um formato ao agrado das

¹³²⁴ Artigo 2º do Decreto n.869, 12 de setembro de 1969.

¹³²⁵ PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. História e Luta de Classes*. v.1, n, 4, 2007. p. 43-49; e PADRÓS, Enrique Serra. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22.

facções da direita radical, inclusive os fascistas”.¹³²⁶ Apesar de concordar que tal medida acalentava as esperanças dos setores mais extremistas em relação ao direcionamento das futuras gerações, não foram só eles que comemoram tais medidas. Como já abordado anteriormente, a ideia de introduzir uma disciplina específica para formar moral e civicamente jovens e crianças entusiasmou também setores moderados, liberais e clérigos.

Outros pontos de referência importantes são as menções à “moral”, à ideia de “culto da obediência” e à “fidelidade ao trabalho”. Se lermos a contrapelo, podemos perceber a crítica à “vagabundagem” e à “vadiagem”, que, na década de 1960, serviam para estigmatizar os estudantes que se organizavam em movimentos de oposição à ditadura militar. Na visão do regime e das elites que o sustentavam, esses estudantes organizados não estudavam e nem deixavam os outros estudantes estudarem, fomentando a subversão. Orientados por essas noções, era possível transformar essas disciplinas em ferramentas de propagação das linhas mestras da propaganda militar, que elaborava uma autoimagem orientada na suposta defesa da pátria e da moral, e como opositora das sublevações juvenis.¹³²⁷

O viés autoritário e controlador da disciplina de educação moral e cívica é um consenso entre os principais trabalhos historiográficos que dela trataram.¹³²⁸ Mais raros são os trabalhos que se debruçaram especificamente sobre os Estudos dos Problemas Brasileiros, mas que também concordam com o caráter autoritário da proposta nos anos 1960.¹³²⁹ Conforme apresentado por Luiz Antônio Cunha,¹³³⁰ as finalidades dessa

¹³²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 186.

¹³²⁷ BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. *Revista Brasileira de História da Educação* 12, n. 3 (2012): 153–78;

¹³²⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007; CUNHA, Luiz Antônio. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo). v. 37, n. 131, 2007; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006; FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335; JOSGRILBERT, Maria de Fátima V. *A História da Educação Moral e Cívica: Um álbum de fotografias da sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 1998; LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A normatização da educação moral e cívica (1961-1993)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011; OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas Brisolla de. *Política e Educação no Brasil: A implantação da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no ensino médio Brasileiro em 1969*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

¹³²⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *Ambiguidade ideológica na Universidade: os Estudos de Problemas Brasileiros*, *Revista do CFCH*. v. 1, n. 1, 2010; CUNHA, Luiz Antônio. Os Estudos de Problemas

disciplina consistiram numa sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de Segurança Nacional, da forma que era concebida pela Escola Superior de Guerra.

O papel institucional de guardião da disciplina EMC era atribuído à Comissão Nacional de Moral e Civismo, formada por nove membros, cujos mandatos deveriam ser de seis anos, indicados diretamente pela caneta presidencial, e que deveriam possuir “ilibado caráter e valor cultural”. Além de zelar pela disciplina, estava entre suas atribuições colaborar com o CFE na aprovação dos currículos para as novas disciplinas, assim como assessorar o ministro da Educação, ao qual estava subordinada. Além dessas, a CNMC tinha duas outras funções que merecem destaque pela dimensão política. A primeira função da comissão é seu papel político oficialmente reconhecido de influenciar positivamente os meios de comunicação e de difusão cultural para propagandear na sociedade os valores cívicos e morais, como podemos identificar no texto da Lei n. 869/1969, artigo 2, alínea d:

d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de classes e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade.¹³³¹

A função da Comissão Nacional de Moral e Civismo era de curadoria, ora como censora, ora como fomentadora de livros, cartilhas e demais publicações. Essa atuação da CNMC e “[...] a obrigatoriedade da EMC deu origem a um novo filão editorial. Inicialmente, alguns militares mais entusiastas escreveram pequenas brochadoras ou panfletos para fixar a doutrina da EMC, material que os próprios órgãos de informação distribuíram”.¹³³² A CNMC se apropriava de uma das funções da Campanha Nacional de Material Escolar (CNME), em um contexto de englobamento e sobreposição de

Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais”, *Revista Contemporânea de Educação*. v. 7, n. 13, 2012; LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A pós-graduação em estudos de problemas brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.; LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *Entre o moderno e o autoritário, o liberal e o conservador*. Educ. Soc., Campinas, v. 37, n. 137, 2016, p.1029-1044.

¹³³⁰ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

¹³³¹ BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1969.

¹³³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 188.

funções e órgãos, principalmente no MEC¹³³³. Inegavelmente, a apropriação dessa função por parte da CNMC demonstra o prestígio do órgão recém-criado.

Para chefiar a Comissão Nacional de Moral e Cívica foi indicado o general Moacir de Araújo Lopes (Fig. 46). Um homem do “complexo industrial militar”, para usarmos uma expressão marcusiana, como responsável pela aplicação da política modernista autoritária para controlar e moldar as juventudes e replicar o “homem unidimensional” marcusiano, sem prazer, obediente e devoto a um deus cristão e a um deus pagão: o Mercado.

O comando do general não causou surpresa, tendo em vista que outras três comissões sobre o tema naquele período contavam com a liderança do general: Comissão para validar a *Pequena Enciclopédia*, a comissão para o concurso do *Guia Cívico* e comissão da ADESG para elaborar o anteprojeto da adoção da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica. Os anseios dos modernistas autoritários estavam minimamente satisfeitos com as novas ferramentas de controle do comportamento transgressor da juventude.

Figura 46 - Moacir Araújo Lopes presidindo reunião do Conselho Nacional de Moral e Civismo



Fonte: *Manchete*, 1970.

¹³³³ Em minha dissertação (UFBA, 2012) abordo o tema da sobreposição e das disputas pelas funções entre a CAPES e o Departamento de Ensino Superior (DEsU) no âmbito do MEC.

Neste capítulo, aprofundo nesse personagem que já havia aparecido em outros trechos desta tese. Apresento parte de suas formulações e como elas foram importantes naquela conjuntura na autoconstrução do general Moacir Araújo Lopes como autoridade na temática moral. Com sua reputação construída, ditou não só o conteúdo dos guias sobre moral, mas os próprios formatos das disciplinas. Olhando a trajetória desse personagem em relação ao conjunto da tese, pode-se dizer que a disciplina obrigatória de EPB e de Educação Moral e Cívica, mais o CNMC, via decreto, foram, ao mesmo tempo, complementos à Reforma Universitária (Lei n.5.540), aprovada no congresso, com forte influência dos ipesianos, e à lei do serviço militar obrigatório, de autoria do general Moacir A. Lopes.¹³³⁴ No final de 1969, por caminhos fragmentados, havia prevalecido o que os integralistas, os deputados Plínio Salgado e Raymundo Padilha defenderam no debate âmbito do parlamento brasileiro sobre a Reforma Universitária, através da proposta de emenda apresentada por Plínio Salgado. "Deverão ser primordialmente estimulados," dizia tal emenda, "pelas instituições de ensino superior, as atividades que visam à formação moral e cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência dos direitos e deveres do profissional e do cidadão."¹³³⁵ O redator da reforma acabou por atenuar ao incorporar a redação dos integralistas, mas os questionamentos de Plínio Salgado na justificativa da emenda é bastante explícita:

É estranhável que o projeto [...] não dê especialíssimo relevo à educação moral e cívica. O que está enunciado no §1.o (programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos) não basta para as superiores finalidades da educação nacional. [...] A educação moral e cívica deve principiar no curso primário, continuar no secundário e culminar no superior. Só assim se constrói uma Nação, com firmes diretrizes baseadas na continuidade histórica, nas realidades do presente e na sua destinação no futuro."¹³³⁶

A Reforma deveria produzir a modernização administrativa, como queriam prioritariamente os ipesianos reunidos no Seminário A Educação que Nos Convém, visto no capítulo IV, e o controle moral da juventude. No entanto, a Reforma universitária passou sem a obrigatoriedade das disciplinas relativas à moral e civismo. Fato é que Lopes foi o responsável por fazer essa colagem. Isso fica mais nítido a partir da trajetória dos general Lopes, neste e nas aparições que fez nos demais capítulos.

¹³³⁴ LOPES, Moacir Araújo. *O que o Brasileiro deve saber sobre o Serviço Militar*. São Paulo, SESI, 1967.

¹³³⁵ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade Reformada: o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.300.

¹³³⁶ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade Reformada: o Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p.301.

Em função disso, investiguei como Herbert Marcuse foi recepcionado no Brasil, principalmente por Lopes, com o objetivo de demonstrar como esse diagnóstico da mudança de patamar da “guerra não-convencional” em 1968 havia ganhado espaço e se estabelecido como uma tese aceitável entre os setores que compunham a ditadura militar, e também no MEC. Alçado a guardião da moralidade, ora julgando e autorizando a Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, ora combatendo o filósofo Herbert Marcuse, Lopes se posicionou adequadamente para que pudesse liderar a introdução de disciplinas moralizantes no ensino formal e controlar o conteúdo dos livros sobre essa temática no Brasil. O retorno à 1967, na ocasião da primeira proposta sistematizada que visava introduzir a Educação Moral e Cívica em caráter obrigatório para todos os níveis, escrita pelo deputado Jaime Câmara, mostra que apesar da proposta circular entre os setores que construíram a ditadura sua formatação e sua aprovação dependia de uma força legitimadora adicional: militarização. Elementos que a proposta apresentada pelo ADESG sob a condução do general Moacir Araújo Lopes tinham.

Pode-se compreender que a política para a juventude aplicada pela ditadura de forma fragmentada, expressava o desejo de controlar e dar contornos às juventudes, vistas como portadoras do futuro. Apresentei os caminhos da imposição de mentalidade modernista autoritária, sua missão castradora, seu moralismo, seu anticomunismo, no processo que culminou com a criação da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica, da disciplina EPB, e na criação da Comissão Nacional de Moral e Cívica. Mostrei nesta tese uma série de eventos que foram construindo o ambiente para as políticas de juventude. Da propaganda conspiratória até as modificações nos currículos das universidades com o objetivo de controle da juventude. Estes são os momentos finais desta tese. Ainda me resta tirar as conclusões gerais da narrativa aqui apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O moralismo foi o alicerce dos setores pró-ditadura militar, pois ele impediu que os anticomunistas ferrenhos, conservadores, direita civil e militar, religiosos moralistas, etc. pudessem ver que a causa da desagregação dos valores e da moral, que eles combateram e atribuíram às esquerdas, era desencadeada pelas mudanças nas relações, internas e externas, do capitalismo.

Mostrei nesta tese uma série de eventos que foram construindo o ambiente para as políticas de juventude no contexto da ditadura e da Guerra Fria no Brasil. Nesse processo, o IPES e seu entorno contribuíram para que as noções de juventude saíssem da propaganda conspiratória moralista e reverberassem em ações concretas de intervenção sobre a juventude brasileira, através, por exemplo, da modificação dos currículos das universidades e de programas como o MUDES. O IPES foi um grupo que pautou de forma marcante a agenda política dos governos militares, principalmente no ponto das reformas necessárias para a adequação do Brasil aos padrões exigidos pelo capitalismo internacional.

Ao agrupar a orientação editorial do IPES para a juventude, a cassação da UNE, a elaboração de uma proposta de educação atravessada por uma moral que incentivava a obediência, a criação do MUDES, o fomento de uma disciplina formal para martelar na cabeça dos jovens normas patriarcais, heteronormativos, de sobriedade e de higiene, acredito ter abordado a dimensão educacional do IPES de forma ampla, o que nos permite compreender sua simbiose com o MEC no contexto de 1964 a 1969.

Caracterizei tais políticas como modernistas, pois precisei enfatizar os fundamentos que as guiavam: a modernidade ocidental como um valor a ser preservado; crença que as sociedades estariam todas no mesmo fluxo histórico evolutivo, podendo-se classificá-las das mais evoluídas/desenvolvidas para as menos desenvolvidas/primitivas ou tradicionais; eram movidas pelo contraste entre as sociedades “tradicionais” e “modernas”, no qual modernidade significava ruptura profunda com as formas sociais e culturais populares, porque havia um único padrão universal e essencial de “desenvolvimento”; simplificaram uma série de complexas realidades históricas mundiais, como a descolonização e a industrialização; acreditavam que a política era um trabalho para técnicos. Esses técnicos conduziram as populações dos Estados pós-coloniais à modernidade ocidental, cristã, branca e eurocêntrica.

Além de modernas, tais políticas eram autoritárias e buscavam usar o poder do Estado para provocar mudanças enormes e utópicas nos hábitos de trabalho, padrão de vida, conduta moral e na visão de mundo das pessoas. Além disso, o conteúdo delas por si só era excludente, antipopular e destrutivo das formas de vida “tradicionais”, nos lugares mais remotos do Brasil, fundamentalmente porque imprimiam uma lógica tecnicista com base nas relações capitalistas “modernas”.

Acredito ter avançado na identificação dos ipesianos para além de considerá-los representantes do grande capital internacional, do “empresariado”, “conservadores” ou ainda “liberais” ao aprofundar o entendimento das ideias ipesianas com o modernismo autoritário e localizando a relativa influência que as leituras da teoria da modernização exerceu nesses setores. O IPES combinou moralismo nos costumes e a defesa de uma política econômica liberal a uma agenda de transformação social modernista autoritária.

Esta tese contribuiu para a área de estudos sobre o IPES, seu papel nas prévias de 1964, sua mudança de perfil institucional, suas permanências ideológicas e sua atuação nos primeiros anos da ditadura. Considero ter avançado na compreensão dos bastidores da elaboração de livros anticomunistas e com conteúdo moralista. Um ponto importante que enfatizei foi como as direitas brasileiras e organismos internacionais se relacionavam, promovendo lideranças conservadoras e fomentando conteúdo anticomunista cujo objetivo era a demonização da luta social e da contestação política às desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista.

Abri este trabalho argumentando sobre o conteúdo moral da propaganda anti-UNE promovida pelo IPES e que culminou no decreto assinado pelo ipesiano Suplicy de Lacerda, responsável por colocar a UNE na ilegalidade. Esse conteúdo moral contra o movimento estudantil de esquerda foi veiculado em filmes e livros produzidos no instituto, tais como os filmes *Deixem o estudante estudar* (1962) e *Formando homens livres* (1963), e publicações como o livro *UNE: Instrumento de subversão* (1963), de Sônia Maria Saravia Seganfreddo, e *Infiltração comunista no Brasil* (1964), produzido por George Albertini e sua equipe, assinado pelo IPES. Tais produções constituem casos exemplares dessa ação durante o período pré-ditadura e, posteriormente, serviram como legitimação para o golpe de 1964. Nessa campanha contra o movimento estudantil, foram disseminados conteúdos moralistas que relacionaram a militância política dos jovens a comportamentos indecorosos ou comportamentos que não

contribuíam para a modernização do país e a solução dos seus problemas. Os jovens, antes de tudo, deveriam se portar em público, respeitar as hierarquias e exercer a tarefa a eles atribuída na sociedade, a de estudar para no futuro ocupar os postos de trabalho ou de comando entre as “classes produtoras”.

A crítica das organizações políticas estudantis através da criminalização do comportamento foi uma tática que compôs uma agenda. Para o IPES, essa preocupação com a sexualidade, higiene e sobriedade da juventude foi auxiliar, apesar de relevante. O central para os modernistas autoritários foi a consolidação de um comportamento ordeiro da juventude e dos trabalhadores jovens, que deveria ser solidificado através do processo educacional e da elevação dos níveis culturais da sociedade, para atingir os padrões de vida das potências do capitalismo central, principalmente dos EUA.

Se, por um lado, os ipesianos se preocupavam com a influência da UNE sobre os estudantes nos principais centros urbanos do país, por outro lado, lhes preocupavam as condições socialmente precárias nas quais estavam envolvidas parcelas significativas da juventude. No Simpósio sobre a Reforma da Educação (1964), organizado pelo IPES, essas preocupações ficam expressas, notadamente através dos debates sobre as “altas percentagens de analfabetismo”¹³³⁷ e os “baixos padrões higiênico-sanitários”¹³³⁸ da juventude. Para eles, o Brasil ainda não havia passado pelo ciclo de “investimentos visando a aperfeiçoar os padrões higiênico-sanitários e os quadros educacionais”¹³³⁹ que outros países subdesenvolvidos haviam iniciado. No filme *Formando homens livres* (1963), as cenas dos jovens das favelas fumando, jogando e se envolvendo em brigas são apresentadas como expressando “mazelas sociais” a serem solucionadas. As condições da “força de trabalho” determinavam sua capacidade produtiva. Em outras palavras, a produtividade “depende[dia] tanto do estado moral” quanto “da capacidade profissional dos seus componentes, como de sua condição física.”¹³⁴⁰

Mostrei que os ipesianos através dos escritos de Sônia Seganfreddo acreditavam que havia uma disputa a ser feita entre esses dois tipos de estudantes, e que a

¹³³⁷ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 7-8. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³³⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 8. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³³⁹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 1. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁴⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 28-29. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

assimilação das juventudes como parte do projeto de desenvolvimento do país passava pelo maior engajamento de estudantes "democráticos", eufemismo para jovens avessos à política de João Goulart, seja nas organizações estudantis ou como voluntários de ações, nos moldes da Peace Corps ou dos escoteiros. Por isso, o sucesso da implementação das reformas defendidas pelo IPES dependia do esforço de formação das lideranças jovens, a "crise total", mencionada em documentos do IPES, para se referir ao período pré-1964, era visto como uma crise de liderança. Não posso deixar de relembrar que o próprio IPES havia surgido sob essa lógica. Abundam em seus documentos as chamadas para que os "homens de negócios" e as "classes produtoras" tomassem as rédeas da política. Os textos de Sônia Seganfredo eram o encontro desse axioma partilhado pelos ipesianos aplicados à juventude.

Essa preparação do povo e principalmente da juventude para um sistema político moderno, de preferência bipartidarista, como os sistemas americano e britânico, deveria se dar a partir da educação. Como menciona o trecho que abre esta tese, "A Revolução e a democracia precisam reconquistá-la [a juventude] o quanto antes, através de uma doutrinação inteligente e um diálogo mais franco e construtivo entre mestres e alunos."¹³⁴¹ Essa educação capaz de reaproximar as juventudes deveria estar intimamente ligada aos setores produtivos do capital, pois a moralidade imposta pelo trabalho e pelo mercado como o meio para modelar – e, por que não, domar – o comportamento dos jovens brasileiros. Assim pensavam os ipesianos, ocupar e direcionar as juventudes para o trabalho era a forma de "doutrinação inteligente" e ao mesmo tempo servia como um dado favorável de desenvolvimento da sociedade brasileira. Havia, conforme a visão ipesiana, uma íntima relação entre o processo educativo, adequado na visão deles, e o sucesso econômico e do regime político. Uma sociedade educada não vota em caudilhos demagogos, essa é a lição final do já mencionado filme *Formando homens livres*.

A educação deveria consolidar uma mentalidade liberal na sociedade brasileira, promover o incremento técnico necessário ao desenvolvimento nacional e que simultaneamente ajudasse a população a rejeitar ideias "extremistas", como o comunismo. Por isso, a ênfase na aproximação de setores produtivos do capital.

¹³⁴¹ *Apreciação Sumária da Situação Nacional*, Exemplar n.1, SNI. Reunião ministerial de 30 de Dezembro de 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Luis Viana Filho, código: RH.0.0.3. p.94.

Considero importante explicitar que, a despeito das crenças ipesianas e sua modernidade autoritária, a relação entre doutrinação e educação não é automática. As salas de aula costumam ser espaços polifônicos, em que as orientações individuais dos educandos estão presentes. Isso não retira, entretanto, a força do argumento que teço aqui, a saber, o de que havia um projeto de moralização da sociedade assentado na educação. Tal projeto, como apresentei na introdução e em trechos desta tese, não deve ser compreendido como um todo completamente coerente e homogêneo, que apaga a ideia de conflito interno, diversidade e antagonismos.

No segundo capítulo, mostrei como a criação de uma disciplina formal voltada para formar as juventudes circulava entre os apoiadores da ditadura militar, mesmo antes do golpe de 1964. Mostrei como a proposta para conter a "bagunça" que a juventude supostamente promovia, apareceu na produção e no discurso de Sônia Segnanfreddo no depoimento contra a UNE a necessidade de estabelecer a disciplina de filosofia como a difusora da moral e do civismo. Ter uma disciplina voltada para a difusão dos valores da família, da religião e da pátria também era do desejo das organizações femininas conservadoras que pressionaram o governo de João Goulart a adotar tal medida. Em 1964, após o golpe, o telegrama do presidente da seção paulista do IPES reivindicava ao recém empossado ministro da Educação da ditadura militar a necessidade de uma disciplina para cuidar da moral da juventude. No Simpósio sobre a Reforma da Educação (1964), essa proposta aparecia como parte de uma ampla reforma para fazer com que a educação brasileira deixasse de ser um dos gargalos do desenvolvimento nacional.

Com o sucesso do golpe de 1964 e a simbiose entre o IPES e o governo ditatorial, mostrei que o argumento de que a modernização do Estado brasileiro e de sua economia era indissociável da modernização dos costumes e da cultura chegou ao centro da ditadura. O resultado dessas transformações combinadas seria produzir o desenvolvimento necessário para elevar o Brasil ao panteão de países desenvolvidos, "primeiro mundo", para usar uma linguagem da época, e fortalecer sua juventude contra as investidas de agentes desestabilizadores, a saber, "o movimento comunista internacional". Essa abordagem visava prolongar os ganhos políticos obtidos pela direita brasileira com o golpe, cuja atenção dirigida à juventude era justificado pelo cuidado com o futuro.

Para os ipesianos, a modernização brasileira passava necessariamente pela "constante melhoria" da força de trabalho "donde a necessidade do estabelecimento ou incremento do instituto da extensão cultural. É esse o instrumento que nos vai permitir, já na faixa de esforço produtivo do homem, adequá-lo às novas situações, aos novos padrões."¹³⁴² Era através dessa "melhoria" que seriam preparados os futuros operadores das máquinas nas lavouras e na produção industrial, como também os trabalhadores que lidavam com novas tecnologias, na saúde e na engenharia.

Se essa deveria ser uma das preocupações a orientar as políticas educacionais, preparar o brasileiro para os novos processos produtivos em transformação por conta da tecnologia, a educação nacional falhava "no atingimento do seu primordial objetivo de valorizar física, intelectual e moralmente o homem brasileiro médio."¹³⁴³ Por causa disso, a educação constituiria "em notório ponto de estrangulamento, impeditivo da aceleração e ordenação do desenvolvimento sócio-político-econômico do país."¹³⁴⁴ Parte da solução para as mazelas sociais brasileiras deveriam ser resolvidas com uma reforma na estrutura educacional, que ao mesmo tempo liberaria o desenvolvimento sócio-político-econômico em todo o seu potencial. Era "a educação o setor sobre que[sic] repousa[va] a maior responsabilidade [na transformação do país], devendo como tal receber tratamento prioritário."¹³⁴⁵

O reordenamento da educação precisava combater alguns preconceitos "profundamente enraizado[s] na classe média brasileira", por exemplo, "contra qualquer trabalho que não seja estritamente intelectual, e o desejo de acesso na escala social através da obtenção de um diploma de nível superior tem levado as famílias, mesmo as de rendas mais modestas, a encaminhar seus filhos para o curso secundário que, encarado como de transição para o curso superior, não fornece ao estudante qualquer capacitação para as atividades práticas."¹³⁴⁶ Essa cultura das classes médias, cujas raízes

¹³⁴² Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 52. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁴³ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁴⁴ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁴⁵ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 9. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁴⁶ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p.32. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

remontam à sociedade escravista, dificultava a formação de “quadros médios”,¹³⁴⁷ por isso, a superação dessa tendência de “desprezar-se a formação profissional - sem o que jamais conseguiremos formar os quadros médios de que necessitamos - exige além disso providências complementares.”¹³⁴⁸ Essas providências, dentre outras, deveriam se dar através do “uso intensivo do cinema.[...] em particular o cinema, [por]que deu unidade ao povo americano e consolidou os ideais coletivos de liberdade e justiça, assim como os sentimentos individuais de honestidade e valor.”¹³⁴⁹ e de “uma propaganda sabiamente planejada e orientada, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis”.¹³⁵⁰

Nessa propaganda e no projeto de educação do IPES deveria ser veiculada a ideia da “Concepção integral do homem”. Integral, pois reuniria “funções múltiplas, como pai, filho, esposo, integrante de um grupo de trabalho, membro de uma comunidade, criador de bens de consumo e produção, etc.”¹³⁵¹ Todos os vocábulos no masculino deixam transparecer quem deveria ser o alvo primordial dessa propaganda e do processo educativo. Esse “futuro cidadão democrático”¹³⁵² nasceria da educação “em função do trabalho ou [da] recreação socializada, da atividade individual paciente e persistente”, onde “o educando pode desenvolver suas aptidões de governo, liderança e poder criador; o espírito de iniciativa e a auto disciplina.”¹³⁵³ Tais qualidades eram fundamentais “Na maturação e no desenvolvimento de uma sociedade democrática.”¹³⁵⁴ A sociedade do futuro cidadão democrático necessitava “urgentemente de ensino superior que alia[sse] qualidade, não somente para a satisfação de nossa demanda de mão-de-obra especializada, mas também para a formação de quadros dirigentes, realmente capacitados para conduzirem [sic] com sabedoria nossos destinos, nesta

¹³⁴⁷ Eles se referiam a quadros técnicos profissionalizantes que não necessariamente deveriam ser formados nas cátedras universitárias.

¹³⁴⁸ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 35. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

¹³⁴⁹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 44. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

¹³⁵⁰ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 63. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

¹³⁵¹ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 6. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121

¹³⁵² Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 50-51. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁵³ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 50-51. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

¹³⁵⁴ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 50-51. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

época de crise em que vivemos.” Afinal de contas, a crise era antes de tudo uma crise de liderança.¹³⁵⁵

No terceiro capítulo, mostrei primeiro como o padre Fernando Bastos de Ávila articulou um repertório moderno e otimista em relação à ciência para defender velhos dogmas morais da Igreja Católica. Sua defesa contra os métodos contraceptivos passavam por uma defesa do melhoramento das técnicas científicas e pela criticando ao neomalthusianismo, relativamente comum naquele momento histórico.

Em seguida, contribuí com a caracterização do processo de militarização, de maneira geral, e no debate moral no Brasil entre 1967 e 1969, em particular. Através da brecha aberta pelo conflito entre o padre Fernando Bastos de Ávila e o general Waldemar Turola, pude identificar a militarização do Estado brasileiro acontecendo, para além de uma perspectiva quantitativa da presença de militares nos primeiros escalões do governo.

Assim, demonstrei ao longo da tese que a temática da moralidade foi tomando centralidade entre os militares, isso fez com que eles tenham passado a priorizar a área como um ponto estratégico, assim como as comunicações. A comunicação e a educação moral e cívica eram elementos táticos dentro da estratégia militar. Mostrei também o poder da DSI/MEC e influência dos militares ali alocados sobre todo o ministério. A sensação de vigilância e controle descritas por Suzana Gonçalves, por exemplo, ou a ordem de Turola de censurar a *Pequena Enciclopédia*, sobrepondo-se à decisão dos civis, dentre eles o ministro da Educação, são exemplos do complexo processo de militarização do Estado na ditadura.

Em terceiro, analisei o conteúdo da *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Através dos seus verbetes pude me aproximar do que pensavam os ipesianos sobre a temática moral, como se articulavam a crítica à moralidade “desviante” com o delineamento do que deveria ser o comportamento apropriado das juventudes. Acredito que ao trazer esse documento para a tese, dei visibilidade a um documento ainda pouco explorado pela historiografia brasileira e que pode revelar elementos, para além das questões morais, da sociedade brasileira em meados dos anos 1960. Acredito que a

¹³⁵⁵ Simpósio sobre a Reforma da Educação - Documento Básico, 1964, p. 38. Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro. Cod. S7, cx. 138, PT. 5. p.121.

Pequena Enciclopédia pode ser uma fonte de estudos para outras temáticas e que terão nesse trecho da tese a base para futuros questionamentos e análises.

O difuso projeto da educação, debatido entre os ipesianos e outros grupos conservadores que os orbitavam, se fragmentou em três partes nítidas a partir das revoltas estudantis de 1968. No quarto capítulo, analisei duas dessas vertentes: o I Encontro de Educação Ecumênica da Guanabara e o Simpósio A Educação que Nos Convém. O primeiro, o I Encontro de Educação Ecumênica da Guanabara, organizado pela Igreja Católica, seguida por outras religiões judaico-cristãs, foi fruto da conjuntura específica de 1968, marcada pelos atritos e desgaste crescentes da relação entre Igreja Católica e Ditadura. Os religiosos acabaram se agrupando em torno da pauta de reintrodução do ensino religioso obrigatório e do monopólio sobre o ensino dessa disciplina. Aquela também foi uma tentativa de refazer os laços com o governo militar, então estressados, como deixa transparecer um relatório do IPES de 1967. Entretanto, a proposta do ensino religioso como remédio para a juventude acabou melancolicamente, ali mesmo, sem dar muitos frutos, no I Encontro de Educação Ecumênica da Guanabara.

O segundo, o simpósio A Educação que Nos Convém, foi responsável por atualizar e aprofundar a proposta ipesiana para a educação, Suas formulações exerceram influência considerável sobre o GT que elaborou a Reforma Universitária, e direcionou sua abordagem para um perspectiva orientada majoritariamente pela moral laboral ordeira. Tinha como centro, a crença de que o contato com o mercado de trabalho e as possibilidades geradas pelo desenvolvimento do país, por si sós, engajariam as juventudes no caminho desejável. A segunda, representada pela Igreja, optou pela proposta de adoção do ensino religioso apresentada pelos próprios religiosos.

A terceira vertente se preocupou em construir a proposta da obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica e EPB – e foi analisada no quinto capítulo. A aplicação dessa política contou com o convencimento público e entre os quadros chaves da política do período de que a ditadura estava sob ataque de uma “guerra não-convencional”, que havia mudado de patamar em 1968, com a introdução de filósofos como Herbert Marcuse, provocando uma série de levantes no Brasil e no mundo. Esse diagnóstico da situação era feito por quadros que haviam acumulado poder e prestígio no MEC, como o general Moacir Araújo Lopes. Era preciso formar a juventude sobre

preceitos cívicos e rigorosos – medida adotada pelos inimigos, os soviéticos,¹³⁵⁶ segundo o general – para manter o país na trilha a fim de o tornar uma potência ocidental capitalista cristã. Assim como o IPES, Lopes acreditava que as constituições de lideranças jovens alinhadas com o projeto da ditadura militar eram fundamentais. Não à toa, dedicou-se a ministrar cursos de “liderologia”¹³⁵⁷ na ESG.

Por essa razão, analisei a recepção de Herbert Marcuse no Brasil como forma de demonstrar como essa argumentação de que a guerra não-convencional havia mudado de patamar foi ganhando espaço e se consolidando principalmente nos setores militares cada vez mais presentes no MEC. Uma vez elevado a guardião da moralidade, seja julgando e validando a *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, seja combatendo o filósofo Herbert Marcuse, Lopes estava na posição adequada para liderar o processo de introdução de disciplinas moralizantes no ensino formal e controlar o conteúdo dos livros sobre essa temática no Brasil.

O retorno à 1967, na ocasião da primeira proposta sistematizada que visava introduzir a Educação Moral e Cívica em caráter obrigatório para todos os níveis, redigida no congresso pelo deputado goiano Jaime Câmara, demonstra como apesar da proposta circular entre os setores que construíram a ditadura sua formatação e sua aprovação dependia de uma força legitimadora adicional dada pela presença de Moacir Araújo Lopes, à proposta apresentada pelo ADESG e aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Assim se constituem esses três caminhos da moralização da juventude: a doutrinação religiosa; a moralização laboral ordeira; e a moralização *civista*. Apesar disso, não é possível afirmar que existisse um projeto monolítico. Como mencionei anteriormente, a aplicação de uma política pública é uma experiência complexa, multifacetada e não linear. Além da polissemia entre os agrupamentos que pressionavam e colaboravam com o MEC, existia uma distância significativa entre a formulação da política no Rio de Janeiro e a aplicação da mesma na diversa e complexa realidade brasileira. Quanto mais pessoas no percurso entre tais políticas e sua

¹³⁵⁶ LOPES, Moacir Araújo. *Bases Filosóficas-Constitucionais da Educação no Brasil*. 1969. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército. 1969.

¹³⁵⁷ Cursos voltados para formação de líderes. Moacir Araújo Lopes usa a expressão considerando a formação de lideranças como uma ciência.

aplicação, maiores foram a polissemia, as resistências que a elas se apresentaram e os limites à sua plena efetivação.

No entanto, mesmo considerando a complexidade da aplicação de políticas como a reforma universitária, do MUDES ou da disciplina de Educação Moral e Cívica e EPB, é importante entender que essas políticas acabaram por se complementar. Como não consegui acessar as atas das reuniões da ADESG durante esse processo de elaboração do projeto, não posso afirmar se os ipesinanos membros da ADESG participaram ativamente do processo de elaboração da proposta da obrigatoriedade da disciplina de EPB e Educação Moral e Cívica.¹³⁵⁸ Porém, não há nenhum exagero em dizer que as propostas da reforma universitária, MUDES e da adoção de Educação Moral e Cívica e EPB se relacionavam, constituindo uma política de reformulação autoritária combinada, assim como se conectavam ao serviço militar obrigatório e o serviço militar para alunos dos cursos de saúde, ambas proposição elaboradas pelo general Moacir de Araújo Lopes em 1967.

Assim, a ditadura combinou uma educação que incentivava a aproximação do estudante com o mercado e a doutrinação mais direta das aulas e cartilhas de EPB. Na adoção da reforma universitária e na introdução das disciplinas obrigatórias sobre moralidade, foram parte de propostas que foram debatidas no âmbito do IPES mesmo antes do golpe.

Esta pesquisa mostra como as ideias sobre moralidade foram mobilizadas para justificar as políticas modernistas autoritárias e contribui para a compreensão de como, de modo geral, grupos conservadores usam períodos de reforma social para fomentar suas agendas e aplicar propostas conservadoras e autoritárias. O tratamento da juventude, para os ideólogos e gestores do projeto modernista autoritário, residiria no uso combinado de educação e do controle da moralidade.

O medo de um novo levante estudantil e juvenil como o de 1968, intensificou as propostas de modelamento da juventude brasileira. Essa proposição de modelamento foi incorporada pela ditadura, ou seja, atravessou diferentes esferas do Estado, governos, ministérios etc., materializou-se na criação do MUDES e, mais tarde, no projeto Rondon, na reforma universitária, na reintrodução da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica e EPB.

¹³⁵⁸ Glyncon Paiva havia presidido a ADESG.

Com isso, mostrei que a moralidade e a pedagogia da obediência influíram decisivamente não só nos órgãos dedicados à repressão. O moralismo atravessou políticas educacionais, seja na cassação da UNE, na formulação do MUDES, na recriação da Educação Moral e Cívica e EPB, ou nas linhas gerais da reforma universitária. Essa inserção se deu através do combate de determinados tipos de comportamentos considerados perniciosos ou no fomento de novos comportamentos para a população brasileira. Mais do que impedir que comportamentos indecorosos e facilitadores da permeabilidade das juventudes à ideias comunistas, era necessário incentivar uma moral para o trabalho que pudesse tornar essa juventude forte e resistente às supostas investidas do “movimento comunista internacional”.

Arquivos

- FOIA-CIA
 - Núcleo de Memória da PUC-RJ
 - Arquivo Público do Rio de Janeiro
 - Arquivo da Escola Superior de Guerra
 - Núcleo de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
 - Biblioteca Central do Estado da Bahia
 - Arquivo do Ministério da Educação e Cultura (MEC)
 - Arquivo do Congresso Nacional
 - Arquivo Nacional
-
- Fundo Memórias Reveladas.
 - Fundo Agência Nacional.
 - Fundo Liga de Defesa Nacional.
 - Fundo Campanha da Mulher pela Democracia
 - Fundo Luiz Viana
 - Fundo Paulo Assis
 - Fundo Comissão da Verdade
 - Fundo SNI
-
- Repositório Digital da Brown University
 - Sala de Leitura Eletrônica da Lei de Liberdade de Informação (FOIA) da CIA
 - Columbus Memorial Library - OEA
 - Biblioteca Presidencial John F. Kennedy
 - Olin Library da Washington University of St. Louis
 - Fondren Library da Rice University
 - Cold War Archives Research (CWAR) do Wilson Center
 - Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia

Fontes Publicadas

AMADO, Jorge. Tenda dos Milagres. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ÁVILA, Fernando Bastos de. Neo-capitalismo, socialismo, solidarismo. Rio de Janeiro: AGIR, 1963.

ÁVILA, Fernando Bastos de. Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. 1ª edição, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1967.

ÁVILA, Fernando Bastos de. A Alma de um Padre. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

BARBUY, Herald. Marxismo e religião. São Paulo: Dominus, 1963.

BARRETO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Agir, 1947.

BRASIL. Secretaria-Geral. *Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura – 1977*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

BUENO, Silveira. Visões da Rússia e do mundo comunista. São Paulo: Saraiva, 1961.

CASTRO, Juanita. Fidel e Raúl, meus irmãos: A história secreta. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

CHAMBRE, Henri (Pe). Cristianismo e comunismo. São Paulo: Flamboyant, 1962.

CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. Como se desenvolve a ofensiva comunista. Petrópolis: Vozes, 1961 (a).

CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. O que é comunismo. Petrópolis: Vozes, 1961(b).

CRUZADA BRASILEIRA ANTICOMUNISTA. Planos russos visando o domínio mundial. Petrópolis: Vozes, 1961(c).

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. CAPES, 50 anos. Depoimentos ao CPDOC-FGV. Brasília: CAPES, 2002.

GRANDE, Humberto. Luta pela Cultura. Rio de Janeiro: Editora S.A. A Noite, 1940.

GRANDE, Humberto. A pedagogia no estado novo. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany Ltda., 1941a.

GRANDE, Humberto. A política do trabalho; educação, direito e filosofia do trabalho. Porto Alegre - RS, A Nação, 1941b.

GRANDE, Humberto. As diretrizes das novas gerações. São Paulo, Instituto Progresso Editorial 1949a.

GRANDE, Humberto. O Culto da grandeza. São Paulo : Inst. Progresso Edit., 1949b.

GRANDE, Humberto. As diretrizes das novas gerações. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949c.

GRANDE, Humberto. A grandeza através do espírito. Curitiba - PR: [publisher not identified], 1951.

GRANDE, Humberto. A grandeza da mulher. Rio de Janeiro : [publisher not identified], 1953.

GRANDE, Humberto. O livro do trabalhador. Curitiba-PR, Editora Litero-Técnica, 1954a.

GRANDE, Humberto. A universidade do trabalho. Curitiba-PR, Editora Litero-Técnica, 1954b.

GRANDE, Humberto. Trabalho e Nação. Curitiba-PR, Tip. Santa Cruz, 1955.

GRANDE, Humberto. O trabalho como fonte da cultura: aula inaugural do Curso de legislação sindical e do trabalho no Paraná, proferida pelo Prof. Humberto Grande no dia 2 de abril de 1957, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Curitiba. Curitiba-PR. Editora Guaira, 1957.

GRANDE, Humberto. Trabalho, cultura e espírito. [S.l.] : Serviço de Documentação, 1961a.

GRANDE, Humberto. “A Construção de uma Grande Pátria.” Revista da Faculdade de Direito UFPR, v9, n.0, 1961b.

GRANDE, Humberto. A Universidade do trabalho e o problema do desajustamento entre massas e classes dirigentes. [s. l.] : [s. n.], 1963.

GRANDE, Humberto. A opinião pública e a organização nacional. Curitiba - PR, Instituto de Ciências Sociais e Direito da Universidade do Paraná, 1964.

GRANDE, Humberto. A educação cívica e o trabalho. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.

GRANDE, Humberto. A educação cívica das mulheres. Rio de Janeiro : Reper, 1967.

HOOVER, J. Edgar. Estudo sôbre o comunismo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

HOOVER, J. Edgar.. Mestres do embuste. A história do comunismo na América e como combatê-lo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Reformas de Base: A posição do IPES. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, Rio de Janeiro: 1963.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. Infiltração Comunista no Brasil. São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. A educação que nos convém. Rio de Janeiro: Apec, 1969.

LABIN, Suzanne. Em cima da hora. Rio de Janeiro: Record, 1963.

LOPES, Moacir Araújo. O que o Brasileiro deve saber sobre o Serviço Militar. São Paulo, SESI, 1967.

LOPES, Moacir Araújo. Liberdade e democracia: com apreciação sôbre a filosofia de Hebert Marcuse. Serviço Geográfico do Exército, Rio de Janeiro, 1968a.

LOPES, Moacir Araújo. Olavo Bilac: o homem cívico. [S.l.], Departamento de Imprensa Nacional, 1968b.

LOPES, Moacir Araújo. Bases Filosóficas-Constitucionais da Educação no Brasil. 1969. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército. 1969.

LOPES, Moacir Araújo. Moral e Civismo. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1971.

LOPES, Moacir Araújo; Fortalecimento do homem e da democracia brasileira: Conferencias. [sem local], Capemi, 1975a.

LOPES, Moacir Araújo. Educação Moral e cívica sob a Forma de Estudos de Problemas Brasileiros realizado na Faculdade de Humanidades Pedro II: Conferencia. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico IBGE, 1975b.

OVERSTREET, Harry e Bonaro. O que devemos saber sôbre o comunismo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.

RIDEAU, Emile. Sedução comunista, reflexão cristã. Belo Horizonte, Colégio Loyola, 1962.

RIOS, José Arthur et All. Recomendações sobre a Reforma Agraria . Rio de Janeiro, Editorial do IBAD, 1961.

SCHOOYANS, Michel. O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil. São Paulo: Herder, 1963.

SCHWARZ, Fred. Você pode confiar nos comunistas (... eles são comunistas mesmo!). São Paulo: Dominus, 1963.

SEGANFREDDO, Sonia. Como Interpretar a lei: A Interpretação do direito positivo. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1981.

SEGANFREDDO, Sonia. UNE: instrumento de subversão. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1963.

SIGAUD, Geraldo de Proença (Dom). Carta Pastoral sôbre a seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente. Diamantina, 1962.a

SIGAUD, Geraldo de Proença (Dom). Catecismo anticomunista. São Paulo: Vera Cruz, 1962.b

VAYKO. Como tornar-se um bom comunista. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

VALLE, Diniz A. Guia de Civismo. Brasília, Ministério da Educação e Cultura. 1972.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *Latinskaja Amerika, neft' i nezavisimost'*. Moskva : Mysl', 1964.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič; Anatolij Nikolaevič Glinkin; Boris Ivanovič Gvozdev. *Strany Latinskoj Ameriki v sovremennyh meždunarodnyh otnošenijach*. Moskva, Nauka, 1967a.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *SSSR i Latinskaja Amerika 1917-1967*. Moskva Meždunarodnie Otnošenija 1967b.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. Akademija nauk SSSR. Inst. *Latinskoj Ameriki*. *Strany Latinskoj Ameriki v sovremennyh meždunarodnyh otnošenijach*. Moskva, Nauka, 1967c.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič; MAERGOJZ, Isaak Moiseevič. *Voprosy èkonomičeskoj i političeskoj geografii zarubžnyh stran*. Moskva, Akad Nauk, 1971.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *Latinskaja Amerika*. Moskva, Akad Nauk, 1980.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *Sovetskaja latinoamerikanistika posle pobedy Kubinskoj revoljucii*. Moskva, Nauka, 1981.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *Èkonomičeskaja geografija Meksiki*. Moskva, Nauka, 1981.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič. *Argentina posle Mal'vin : krizis soc.-èkonom. sistemy i perspektivy obšč. razvitija*. Moskva, Nauka, 1987.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič; JAKOVLEV, Piotr P. *Latin America: arms build-up and disarmament*. Moscow : Ed. Board for Foreign Publ., Nauka Publ., 1983.

VOL'SKIJ , Viktor Voclavovič; DAVYDOV, V. M.; ĪAKOVLEV, P. P. *The United States' Latin American policy : facts and fiction*. Moscow. Novosti, Press Agency Pub. House, 1985.

WALLESTEIN, Michel. *The collapse of Democracy in Brazil: Its Economic Determinants*. Latin American Research Review, Vol. 15, No.3, 1980, pp. 03-40.

YUTANG, Lin. *O Nome Secreto*, Belo Horizonte : Ed. Itatiaia, 1961, p.11-12

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 97-117.

ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1965). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 411-432.

ALBUQUERQUE, J.A. Guilhon. Movimento estudantil e consciência social na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALCÂNTARA FIGUEIRA, P. de. História Nova: Depoimento. In: SANTOS et al. História Nova do Brasil: 1963-1993. São Paulo: Loyola; Giordano, 1993.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. “Pelo Senhor, Marchamos”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 310.

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do . Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mario de Andrade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 24, p.393-417, 1999.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 2.ed, 1981.P.189.

AVILA, Luis Herrán. The other “New Man”: Conservative Nationalism and Right-Wing Youth in 1970s Monterrey (pp. 195-214) In: PENSADO, J. M. ; OCHOA, E. C. (Orgs.). México Beyond 1968: Revolutionaries, Radicals, and Repression During the Global Sixties and Subversive Seventies. University of Arizona Press, 2018.

BALBINOT, Valmíria Antonia. “Povo desenvolvido é povo limpo”: Sujismundo e a comunicação no governo Médici (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

BALBINOT, Valmíria Antonia; COLUSSI, Eliane Lucia. Propaganda e educação sanitária na década de 1970: “Povo desenvolvido é povo limpo”. Revista Anos 90, v. 15, n. 28, 2008.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Caio Fernandes. Estudantes, Ditadura e Moralidade: contestações comportamentos na Bahia (1967-1968). In: CARDOSO, L. C.; CARDOSO, C. C. Ditaduras: Memória, Violência e Silenciamento. Salvador: Edufba, 2017, p. 603-618

BARBOSA, Caio Fernandes. *Ciência em Transe: História da Capes nos anos 1970*. dissertação (mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *Memória e medo*. In: https://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm acessado em 21/04/2021.

BECHER, Franciele. *O perigo moral em tempos de segurança nacional: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992)*. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

BECHER, Franciele. *Os menores e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

BENTHAM, Jeremy Bentham. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Kitchener: Batoche Books, 2000.

BESSA, K. A. M. *O crime de sedução e as relações de gênero*. Cadernos Pagu, Campinas - SP: n. 2, 2006, p. 175–196.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. “It’s only rock and roll, but I (dis)like it. Anticomunismo, conservadurismo moral y persecución al primer rock argentino en la década de 1960”. In: FIUZA, Alexandre et al. (Coords.). *Anais do II Congresso Internacional de Estudos do Rock*, Cascavel. Cascavel: UNIOESTE, 2015, (15p.).

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: o caso das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) no Estado restrito (1964-1967)*. Apresentação no 30 Simpósio Nacional de História, ANPUH, Recife. 2019

BORTONE, Elaine de Almeida. *Ação política do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) através de documentários*. Outros Tempos, vol. 11, n.17, 2014, p. 271-281.

BOTELHO, William Marco. *A Comissão Parlamentar de Inquérito da União Nacional dos Estudantes: CPI da UNE (1964)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado [Educação: História, Política e Sociedade], São Paulo, 2017.

BOULANGER, Antônio. *A União - A história da chegada do Escotismo ao Brasil e dos 90 anos da UEB*. [S.l.]: União dos Escoteiros do Brasil. 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, perspectiva, 1974.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes "excedentes" nos anos 1960: a superlotação das universidades e um "torvelinho de situações improvisadas". *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, 2014

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. *Revista Brasileira de História da Educação* 12, n. 3 (2012): 153–78.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim.; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes Democráticos”: A atuação do movimento estudantil de “Direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, 2015, p. 945-962.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. "Juventude e pensamento conservador no Brasil: A constituição de uma ‘Vanguarda Brasileira’ em tempos de Ditadura Civil-militar no Brasil (1961-1970)”. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC, Florianópolis.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. In *Varia História*, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, 2020. p. 859-888.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 26, 2019, pp. 1-22.

BROWN, Wendy. “American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization”. *Political Theory*, v. 34, n. 6, 2006, pp. 690–714.

BROWN, Richard D. “*Microhistory and the Post-Modern Challenge*,” *Journal of the Early Republic* 23, 2003, p.1–20

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 3, n. 2, 1995, pp. 5-31;

BURRIN, Philippe. *La dèrive fasciste. Doriot, Déat, Bergery. 1933- 1945*. Paris: Éd. du Seuil, 1986.

CALANDRA, Benedetto; FRANCO, Marina. Desafios y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas. In: CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina (org.). *La guerra fría cultural en la América Latina: Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

CALIL, Gilberto. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 5, 2011, p. 351-382.

CAMPOS, Renata Azevedo. O Golpe de 1964 e o empresariado da educação: um estudo a partir do movimento de intelectuais no Ministério da Educação e cultura. tese (em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

CARDOSO, Lucileide Costa. Nelson Werneck Sodré: Censura, Repressão e Resistência. Revista Anos 90, Porto Alegre, v. 20, n. 37, 2013. p. 237-267.

CARDOSO, Luisa Rita. Infância e direitos humanos na ditadura civil-militar brasileira. 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires, 2015.

CARVALHO, Celso. O simpósio a educação que nos convém: o Ipes e a ação política-ideológica da burguesia na década de 1960. EccoS Revista Científica, v.9, n. 2, 2007, pp. 369-385.

CASALS, Marcelo. “Chilean! Is this How you want to see your daughter?”: The Cuban Revolution and representations of gender and family during Chile’s 1964 anticommunist “Campaign of Terror”. Radical History Review, v. 136, 2020, pp. 111–127.

CATERINA, Gianfranco. Um grande oceano : Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985). Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARPIER, Frédéric. La CIA en France: 60 ans d’ingérence dans les affaires françaises. Paris: Sueil, 2008.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras In: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CODATO, Adriano Nervo; Oliveira, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: Catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n. 47, 2004, p.217-302.

CODATO. A. N. A marcha, o terço e o livro: Catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964⁴. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47. 2004. p.271-302.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 40, p. 11–36, 2004.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos*. v. II, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. *Rev. Hist. São Paulo*, n.180, 2021. p.1-18.

CORRÊA, Marcos. O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963). Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores. 2010.

COWAN, Benjamin A. *Securing Sex: Morality and repression in the Making of Cold War Brazil*. Chapel Hill: UNC Press, 2016.

COWAN, Benjamin. *Moral Majorities Across the Americas: Brazil, The United States and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill: UNC Press, 2021

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. Sintoma oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.131, 2007, p. 285-302.

D'ARAÚJO, MARIA C.; SOARES G.; CASTRO,C. *Visões do Golpe: A Memória Militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DARNTON, Robert. *The Business of Enlightenment: A Publicshing history of the Encyclopédie. (1775-1800)*. Cambridge: The Belnap Press of Harvard University Press. 1979.

DAVIS, Natalie Zemon, *A Passion for History: Conversations with Denis Crouzet*. Kirksville, Missouri: Truman State University Press, 2010.

DE LEON, Jason. *The Land of Open Graves: Living and dying on the migrant trail*. Oakland: University of California Press, 2015.

DIAS, Ângela Maria. Anos 60: O Limite e o Legado. In: DIAS, Ângela Maria (org.). *A missão e o grande show: políticas culturais no Brasil, anos 60 e depois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história no Brasil. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v.45, n.3, 2002.

DONGEN, Luc van Dongen; ROULIN, Stéphanie Roulin; SCOTT-SMITH, Giles. (eds.). *Transnational Anti-Communism and the Cold War: Agents, Activities, and Networks*. Hampshire: Palgrave Macmillan UK, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964, A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A Estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura – uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321045_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANPUH2013.pdf acessado em 17/11/2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos*, v.18, n. 1, 2014, p.75-92.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: Simpósio Nacional de História– ANPUH, Anais do XXVI, São Paulo, julho 2011.

DULLES, John W. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora. 1979.

DUNN, Christopher. *Contracultura: Alternative Arts and Social Transformation in Authoritarian Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

ELSEY, Brenda; NADEL, Joshua. *Futebolera: A history of women and sports in Latin America*. Austin: University of Texas Press, 2019.

FARGER, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita: as loucuras do poder ditatorial. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, 2015. p. 221-240.

FELITTI, Karina. “El placer de elegir. Anticoncepción y liberación sexual en la década del sesenta” In: GIL LOZANO, F. ; PITA, V.; INI, M. G. (Orgs.) *Historia de las mujeres en la Argentina. Siglo XX*. Buenos Aires: Taurus, 2000.

FELITTI, Karina. “*La pantalla se calienta. El cine argentino de los 60 y sus discursos sobre sexualidade y moralidad*”, XI jornadas Interescuelas y/o Departamentos, Tucumán, Universidade Nacional de Tucumán, 2007.

FELITTI, Karina. *Regulación de la natalidad en la historia argentina reciente. Discursos y experiencias (1960-1970)*. tesis (doctoral para la Facultad de Filosofía y Letras), Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009.

FELITTI, Karina. “*Sexualidad y reproducción en la agenda feminista de la segunda ola en la Argentina (1970-1986)*” *Estudios Sociológicos*, n. 84, 2010.

FERREIRA, Muniz. “Os religiosos progressistas e a crítica à política econômica ditatorial nos primórdios do cristianismo da libertação no Brasil” In: CARDOSO, C; CARDOSO, L.(orgs.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba, 2016.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. Com o rosário na mão. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, v.1, n.5, 2004, p.40- 43.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. p. 05 – 74.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. “A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 33, n. 65, 2013. p. 313-335.

FINCHELSTEIN, Federico. *A Brief History of Fascist Lies*. Chapel Hill: University of California Press, 2020.

FORD, Franklin L. *Political Murder: From Tyrannicide to Terrorism*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1987

FREDRIGO, Fabiana; OLIVEIRA, Laura de. História e Memória em torno de 1968: Do poder sem imaginação à imaginação do poder. *História Revista*, Goiânia, v.13, n.1, jan/jun. 2008. p. 121-138

GALLOP, Jane. *Anecdotal Theory*. Durham; Londres: Duke Press, 2002.

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. *Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GASPARI, Elio. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

GILMAN, Nils. *Mandarins of the Future Modernization Theory in Cold War America*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 2003.

GENDZIER, Irene. *Managing Political Change: Social Scientists and the Third World*. Boulder: Westview Press, 1985.

GERTEIS, Christopher. *Mobilizing Japanese youth: the Cold War and the making of the sixties generation*. Ithaca : Cornell University Press, 2021.

GINZBURG, Carlo. *O fio e o rastro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONZALEZ, R. J.; GUTERSON, H.; HOUTMAN, G. (orgs.). *Militarization: A Reader*. Durham: Duke Press, 2019.

GHODSEE, Kristen. *From Notes to Narrative*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2016

GREEN, James N. *Exile within Exiles: Herbert Daniel, Gay Brazilian Revolutionary*. Durham, Duke Press, 2018.

GREEN, James N. *O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira*. in *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 201-221.

GREEN, James N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M.(Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2018.

HANSEN, Patrícia Santos. *Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 61, ago. 2015,p. 122-139.

HAYEK, Friedrich August von. “Pleno Emprego, Planejamento e Inflação.” *Revista Brasileira de Economia*, v. 11 n. 2. 1957.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *Inventing Human Rights : a History*. New York :W.W. Norton & Co., 2007.

IBER, Patrick. *Neither Peace or Freedom: The Cultural Cold War*. Cambridge; London: Harvard Press, 2015.

IORIS, Rafael R. *Transforming Brazil: A History of National Development in the Postwar Era*. New York: Routledge, 2014.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo, Brasil e Peru, 1964-85*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KAMINSKI, Leon Frederico. *Teatro, liberdade e repressão nos Festivais de Inverno de Ouro Preto, 1967-1979*. *Varia Historia, Belo Horizonte*, v. 32, n. 59, p. 327-355, mai/ago 2016a

KAMINSKI, Leon Frederico. “O movimento hippie nasceu em Moscou”: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, v. 9, n. 18, 2016b, p. 437-466

KAMINSKI, Leon Frederico. *A Revolução das Mochilas: Contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado [Historia], Niterói, 2018.

KOHN, Richard H. “*The Danger of Militarization in an Endless ‘War’ on Terrorism*.” *Journal of Military History*, v. 73, n. 1, 2009, pp. 177-208.

KOTEK, Jöel. *Students and the Cold War*. New York: Palgrave Macmillan, 1996.

KUSHNIR, B. “Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil [1969/1975]” In: LEWIN, H., coord. *Agradecimento*. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 701-71.

KUCINSKI, Bernardo. *K. - Relato de uma Busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014

KREKOLA, Joni A. *Maaailma kylässä 1962: Helsingin nuorisofestivaali*. Helsinki, Like, 2012.

KREKOLA, Joni; MIKKONEN, Simo. *Backlash of the free world/ The US presence at the World Youth Festival in Helsinki, 1962*. *Scandinavian Journal of History*, v. 36, n. 2. 2011, pp. 230-255.

LAITE, Julia. “*The Emmet’s Inch: Small History in a Digital Age*,” *Journal of Social History*, v. 53, n. 4, 2020, p. 963-989.

LANGLAND, Victoria. “*Entre Bombas e bombones*”. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 33, 2009, pp. 55-60.

LANGLAND, Victoria. *Birth Control Pills and Molotov cocktails. Reading sex and Revolution in 1968 Brazil*. In: JOSEPH, G. M.; SPENSER, D. *In from the Cold: Latin America’s new encounter with the Cold War*. Durham; London: Duke Press, pp. 308-349.

LANGLAND, Victoria. *Il est Interdit d'Interdire: The Transnational Experience of 1968 in Brazil*. E.I.A.L., Vol.17, N. 1. pp. 61-81.

LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student movements and the making and remembering of 1968 in Military Brazil*. Durham, Duke University Press, 2013.

LEMIRE, Laurent. *L'Homme de l'ombre*. Georges Albertini. 1911-1993. Paris: Éd. Balland 1989.

LERNER, Samara L. T. M. Entre o Moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológica contido na disciplina Estudos de Problemas Brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 137, 2016, p.1029-1044.

LÉVY, Jean. *Le Dossier Georges Albertini. Une intelligence avec l'ennemi*. Paris: Éd. L'Harmattan / Le Pavillon, 1992.

LIMA, Danielle Barreto. CCC – Comando de Caça aos Comunistas: do estudante ao terrorista (1963-1980). São Paulo: Edições 70, 2021.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. “Aula prática de Brasil no Projeto Rondon: ditadura, estudantes e nacionalismo”. São Paulo: Alameda, 2019.

LIPPMANN, W. *Opinião Pública*. Vozes, 2008.

LOCHERY, Neill. *Brasil: Os frutos da Guerra*. Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca, 2015.

LONGHI, Carla Reis. *Cultura e Costumes: um campo em disputa*. In *Antítese*, v.8, n.15, 2015, p.197-218.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. Sao Paulo, Editora Unesp, 2020.

LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse, crítico do capitalismo tardio: reificação e unidimensionalidade. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang. *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. Vol.1. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p.257-301.

LÖWY, Michael. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo, Cortez, 1998.

LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Romanticism Against the Tide of Modernity*. Duke University Press, Durham / London, 2001

LUDTKE, Alf. *The History of Everyday Life: Reconstructing Historical Experiences and Ways of Life*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

LUZZATTO, S. Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). História dos jovens, Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MALVANO, L. O mito da juventude transmitido pela imagem: O fascismo italiano. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). História dos jovens, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MANNHEIM, Karl (1986). “O pensamento conservador”. In: MARTINS, José de S. (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986. cap 3, p.77-131.

MANZAN, Jaime Valim. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1968). Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, 2017. pp. 826-850.

MANZANO, Valeria. “*Blue jean Generation: Youth, Gender, and sexuality in Buenos Aires (1958-1975)*”, Journal of Social History, vol. 42, n.2, 2009a.

MANZANO, Valeria. “*Sexualizing Youth: Morality campaigns and representations of Youth, in Early 1960s Buenos Aires*”, Journal of Social History of Sexuality, vol.14, n.4, 2005.

MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: Culture, Politics, and Sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar In SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (Org.). Desarquivando a Ditadura. São Paulo: Hucitec, 2009.

MARCELINO, Douglas Attila. Subversivos e Pornográficos: Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2011.

MAGHRAOUI, Abdeslam M. *Liberalismo without Democracy. Nationhood and Citizenship in Egypt, 1922–1936*. Durham; London: Duke University Press, 2006

MARTIN-FURGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In História da Vida Privada. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968. Campinas-SP: Papirus, 1987.

MATHIAS, Suzeley Kalil. A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da Educação (1963-1990). São Paulo, Editora Unesp, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, no 47, 2004, p.241-270.

- MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENEZES, Antonio Marcos. Marcuse boys: recepção de Hebert Marcuse no Brasil. Ouro Preto-MG, UFOP[Mestrado em Filosofia], 2019.
- MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virgínia. História do Brasil recente 1964-1992. São Paulo: Ática, 2004,
- MEHTA, Uday Singh. *Liberalism and Empire: A Study in Nineteenth-Century British Liberal Thought*. Chicago, University of Chicago Press, 1999.
- MICHAUD, E. Soldados de uma ideia: Os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). História dos jovens, vol. 2. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MIGLIARI, Maria de Fátima. Infância e adolescência pobre no Brasil. Rio de Janeiro, PUC, 1993.
- MILLER, Jennifer M. *Cold War Democracy: The United States and Japan, 1945–1963*. Cambridge: Harvard University Press, 2019
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [História Econômica], São Paulo, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 – 137, jan./mar. 2018.
- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiografia e observações críticas. Tempo Social, São Paulo, v. 1, n.2, 1989, p.135-158.
- NAGAZAKI, Hiroshi. "On the Japanese '68" in WALKER, Gavin (org.). *The Red Years: Theory, Politics, and Aesthetics in the Japan '68*. London: New York, Verso Book, 2020.
- NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.
- NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978. São Paulo: Boitempo, 2004.

NUNES, José Horta. 2012. Para uma história do discurso enciclopédico no Brasil. Niterói: Instituto de Letras/UFF, 2012. Resumo Expandido apresentado na XXVII ENANPOLL. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll/resumos/josehorta.pdf>. Acessado em 22 de Maio de 2020.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964–1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Laura de. Guerra Fria e política editorial. A trajetória da edições GRD e a campanha anticomunista dos Estados Unidos no Brasil (1956-1968). Maringá-PR, Eduem, 2015.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de Freitas B. de. A implantação da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo, 1982.

ORTIZ, Renato. Revisando o tempo dos militares. In REIS FILHO, D. A; RIDENTI, M; MOTTA, R. P. S.(Orgs). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

PACHECO, Larissa Penelu Bitencourt. Americanismo e ação intelectual na Bahia: O “Projeto Colúmbia University” (1950). *Intellêctus*, v. 17, n. 2, 2018, pp.129-156.

PAIXÃO, Lea. O catarinense João Roberto Moreira – um sociólogo da educação esquecido. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 20, n. Especial, 2002, p. 57-83.

PASSERINI, L. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: A Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). *História dos jovens*, 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 239-260.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. A UNE nos anos 60: Utopias e práticas políticas no Brasil. Londrina: Editora UEL, 1998.

PEREIRA, Aline Andrade. Esclarecer e Doutrinar: o projeto ideológico do Ipês. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013-historia-do-jornalismo/esclarecer-e-doutrinar-o-projeto-ideologico-do-ipes/view>, Acessado 20/01/2019.

PEREIRA, Silvio L. G. As comissões Parlamentares de inquérito na Câmara de Deputados durante a crise político-institucional brasileira (1963-1968). in SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (orgs.) *Desarquivando a Ditadura: Memória e justiça no Brasil*. Volume I, São Paulo, Editora Hucitec, 2009, pp. 267-286

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. *A Aliança entre Terra e Capital na Ditadura Brasileira*. Mercator, Fortaleza, vol.16, 2017.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.200-212.

POWER, Margaret. *Right-Wing Women in Chile: Feminine Power and the Struggle against Allende, 1964–1973*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

POWER, Margaret. “*The Engendering of Anticommunism and Fear in Chile’s 1964 Presidential Election*.” *Diplomatic History*, v. 32, n. 5, 2008, p. 931–53.

POWER, Margaret. “*Who but a Woman? The Transnational Diffusion of Anti-Communism among Conservative Women in Brazil, Chile, and the United States during the Cold War*.” *Journal of Latin American Studies*, v. 47, n. 1, 2015, pp. 93–119.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O Milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado [Historia], São Paulo, 2017.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. “A aventura de contar-se”. “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. [livro eletrônico]

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *Moda e Revolução nos anos 1960*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2014.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1996)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)*. [livro eletrônico], Londrina-PR : Eduel, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura no Brasil: entre memória e história*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, J. J. Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Marcelo Gonçalves. Animação a serviço do Estado: o imaginário presente nos desenhos animados para campanha de saúde e higiene durante o regime militar no Brasil (1972-1979). 2004. Dissertação (Mestrado em Desing.) – PUCRJ, Rio de Janeiro, 2004.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960–1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIGOULOT, Pierre. *Georges Albertini, socialiste, collaborateur, gaulliste*. Paris: Éd. Perrin, 2013.

RODEGHERO, Carla Simone. Agostos! A “crise da legalidade” vista da janela do consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre. In OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 93-112, 2014.

RODRIGUES, Nelson. *Cabra vadia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANO, Giovanni. Imagens da juventude na era moderna. In: LEVI, G.; SCHIMIDT, J. (Org.). História dos jovens, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao populismo católico*. São Paulo: Kairós, 1979.

ROSZAK, Theodore. *A contracultura: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis -RJ, Editora Vozes, 1972.

RUPPRECHT, Tobias. *Socialist high modernity and global stagnation: a shared history of Brazil and the Soviet Union during the Cold War*. *Journal of Global History*, Volume 6, Issue 3, November 2011.

RUPPRECHT, Tobias. *Soviet Internationalism after Stalin: Interaction and Exchange between the USSR and Latin America during the Cold War*. Cambridge, Cambridge University Press. 2015.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira - da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranóia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SANFELICE, J. L. O Movimento Civil-Militar de 1964 e os intelectuais. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 357-378, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SANTANA, Ediane Lopes. Campanha de desestabilização de Jango: as donas saem as ruas! In ZACHARIADHES, G.(org.) Ditadura Militar na Bahia: Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador, Edufba, 2009, p.13-29.

SANTOMAURO, F. A atuação política da Agência de Informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964). São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015.

SANTOS, Marcela Souza. Uma questão de segurança nacional: a produção de conceitos e identidades de gênero pela disciplina de Educação Moral e Cívica (1969-1985). Fortaleza, Universidade Federal do Ceara (mestrado), 2020.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Regime Militar. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008, p.291-312

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (Ed.). *Policy worlds: Anthropology and the analysis of contemporary power*. New York/ Oxford: Berghahn Books, 2011

SCHNEEWIND, Jerome B. *The Invention of Autonomy: A History of Modern Moral Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SCHIEDER, Chelsea Szendi. *Coed Revolution: The Female Student in the Japanese New Left*. Asia-Pacific: Culture, Politics, and Society. Durham: Duke University Press, 2021.

SCHRAG, Zachary M. *The Princeton guide to historical research*. Skills for scholars. Princeton: Princeton University Press, 2021.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. NewYork: Harperand Brothers, 1942.

SENA, Tito. Uma análise dos discursos sobre corpo e gênero contidos nas enciclopédias sexuais publicadas no Brasil nas décadas de 80 e 90. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2001.

SEMPOL, Diego. Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ. In: QUADRAT, Samantha;

ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). História e memória das ditaduras do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v. 2, p. 163-197.

SETEMY, Adrianna. Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

SILVA, Elizete da. “Protestantes e o governo militar: convergências e divergências” In ZACHARIADHES, G. C.(org).Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador, Edufba, 2009. p.31-51.

SILVA, Gustavo Bianch. Desconstruindo o “Oposicionismo Nato” do Movimento Estudantil: Os Estudantes de Direita (1960-1970). História e Cultura, v. 5, n. 3, 2016, p. 267-286

SILVA, Leonardo Nóbrega da. Editoras e ciências sociais no Brasil: a Zahar Editores e a emergência das ciências sociais como gênero editorial (1957-1984). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tese [doutorado em sociologia], Rio de Janeiro, 2019.

SINGER, Paul. *O significado do conflito distributivo no golpe de 64*. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). 1964: visões críticas do golpe – Democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis/RJ, Vozes, 1985.

SOARES, Jorge Coelho. Marcuse no Brasil: entrevistas com filósofos. Londrina, Cefil, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Luta pela Cultura. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Daniela Moura Rocha de. A educação que nos convém: A reformulação do ensino e o golpe na educação durante a ditadura civil-militar. Revista RBBA, Vitória da Conquista-BA, V.5, No 1 e 2, Julho, 2016. p. 247-267.

SOUZA, Daniela Moura Rocha de. Intelectuais, ideologia e política educacional na Bahia durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas-SP, 2016.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

SOUZA, Ney de. “Disputas e tensões entre a instituição católica em São Paulo e a Ditadura militar”. *Franciscanum*, número 166, vol LVIII, 2016, p. 375-405.

STANLEY, Jason. *How fascism works : the politics of us and them*. New York, Random House, 2018.

STANLEY, Jason. A politica do amigo e do inimigo. In <https://www.revistaserrote.com.br/2020/04/a-politica-do-amigo-e-do-inimigo-por-jason-stanley/> acessado em 23 de Abril de 2021.

TAGSOLD, C. *Modernity, space and national representation at the Tokyo Olympics 1964*. *Urban History*, 37(2), 2010, pp. 289-300.

SZIJÁRTÓ, István M. ; MAGNÚSSON, Sigurður G. *What Is Microhistory? Theory and Practice*. New York: Routledge, 2013. [e-book]

TAVARES, Mariana Rodrigues. Um Brasil Inapreensível: História dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro. Niterói, Universidade Federal Fluminense (mestrado), 2016.

TENNIEN, Mark. Os mistérios da China Vermelha. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1963.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage. 1966.

THOMPSON, E. P. *Agenda para una historia radical*. Barcelona: Editorial Critica, 2000.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TOURIS, Claudia F. Catholic Church, Dictatorship and Memories in Conflict in Brasil and Argentina, *Archives de sciences sociales des religions*, vol. no 170, no. 2, 2015, pp. 97-115.

VALLE, Maria Ribeiro. 1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil, Campinas, Editora Unicamp, 2008

VIEIRA, C. S. *Entre as coisas do mundo e o mundo dos livros: prefácios cívicos e impressos escolares no Brasil republicano*. 287 f. Tese – Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

VIEIRA, Fernando de Oliveira. O discurso anticomunista nos Boletins Mensais do Ipês entre 1963-1966. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2016.

VIZENTINI, Paulo F. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo F. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

WALLESTEIN, Michel. *The collapse of Democracy in Brazil: Its Economic Determinants*. Latin American Research Review, Vol. 15, No.3, 1980, pp. 03-40.